UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

THIAGO ROCHA DE QUEIROZ

A CHARGE DO MIRANDA: ESPECTROS CÔMICOS E PROCESSOS HUMORÍSTICOS NA DITADURA AMAZONENSE (1973-1976)

TESE DE DOUTORADO

MANAUS – AM
2024

THIAGO ROCHA DE QUEIROZ

A CHARGE DO MIRANDA: ESPECTROS CÔMICOS E PROCESSOS HUMORÍSTICOS NA DITADURA AMAZONENSE (1973-1976)

TESE DE DOUTORADO

ORIENTADOR

Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós

MANAUS – AM

2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Queiroz, Thiago Rocha de
Q3c A Charge do Miranda : espectros cômicos e processos humorísticos na ditadura amazonense (1973-1976) / Thiago Rocha de Queiroz . 2024
438 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: César Augusto Bubolz Queirós
Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Humor gráfico. 2. Imprensa. 3. Política. 4. Charges. 5. Ditadura. I. Queirós, César Augusto Bubolz. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dr. César Augusto Bubolz Queirós
Orientador

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta
Membro externo

Prof. Demian Bezerra de Melo
Membro externo

Prof. Dr. Davi Avelino Leal
Membro interno

Prof. Dr. Glauber Cícero Ferreira Biazo
Membro interno

Dedico esse trabalho ao meu filho Augusto Valentim de Paula Queiroz, aquele que, pela complexidade do seu humor azul, me faz todo dia estudar e encontrar caminhos para fazê-lo sorrir, mesmo eu não herdando uma centelha do talento do seu avô.

AGRADECIMENTOS

Entre todos os pecados, capitais, teóricos ou metodológicos, que podem atravessar o processo de um trabalho como esse, o único que não deve constar na lista de culpas é a ingratidão. A responsabilidade pode até ser individual, mas o conjunto dos resultados não. Essa pesquisa teve a minha condução, minhas escolhas, meu suor, mas ela é fruto de um esforço coletivo da qual sou tributário.

Primeiramente, agradeço à dona Ceiça Queiroz, minha mãe, que embora até hoje não seja muito simpática aos meus encantamentos pela Clio, nunca deixou de me apoiar. Se pude fazer minha graduação em paz, foi à custa de muitos cortes de cabelo no seu salão de beleza. Ironicamente, hoje, apesar de estar perdendo os meus, tantos outros caíram para que eu chegasse até aqui. Uma troca justa do universo.

Outro importante pilar desta pesquisa partiu antes mesmo dela ser imaginada. Meu pai, João Miranda de Queiroz, operador do objeto de pesquisa desta tese, faleceu antes que eu conhecesse o ICHL-UFAM e se não fosse o seu talento e o tipo de legado que deixou, certamente essa pesquisa não existiria, pelo menos não pelas minhas mãos. O conheci pouco, já em uma fase terminal, portanto, tenho hoje uma visão muito particular e fronteiriça após 16 anos de pesquisa. Apesar da tendência de elevarmos nossos pais ao patamar de entidade, o que cega o esforço de entendê-los como homens e mulheres simples que gozam, choram, erram ou se desesperam, hoje consigo manter um distanciamento necessário para entendê-lo a partir do seu tempo. É um processo estranho, confesso, por mais que o provérbio árabe citado por Lilian Schwarcz tenha razão[1]. Coube o destino me colocar na oportunidade de conhecê-lo por este caminho, através de outra perspectiva, se melhor ou pior, cada angulo tem o seu preço. Portanto, guardo uma enorme admiração pelo seu trabalho e pelo desafio de pesquisa que me suscitou. Até mais do que a documentação, essa foi uma herança inestimável, pois ela é motriz para a continuação dessa investigação.

Saindo dos componentes estruturais, não posso deixar de agradecer meus formadores. Sou muito feliz e grato pela geração de professores que tive na Universidade Federal do Amazonas. Inúmeras vezes me auxiliaram em momentos inusitados, as vezes sob a formalidade de um café pomposo, outras em volta de uma mesa de plástico ornamentada com a beleza social de copos americanos sublimados,

[1] BLOCH, Marc. *Apologia da história. Ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. P. 7. “Os homens se parecem mais com a sua época do que com seus pais”.

quentes ou estupidamente gelados, dependendo da ocasião. Todos, sem exceção, me ensinaram sobre decisões certas e erradas, sobre rigor, postura e responsabilidade, mas também sobre a necessidade de relaxar e deixar esse ofício divertido, como ele também tem que ser. Certa vez, no laboratório que iniciei a pesquisa, a responsável comentou sobre a saudade que tinha do período em que vivia apenas para pesquisa na PUC, deixando no ar certa nostalgia. Hoje entendo o porquê de aqueles olhos terem se deslocados para outra direção, complementados com um leve sorriso distante. Para alguns, essa fase é realmente um tipo curioso de começo. No meio do processo você acha que está fechando um ciclo, quando na verdade, apesar da correria, só está abrindo um novo portal de possibilidades. A todos os professores, minha enorme gratidão.

Contudo, apesar de me esquivar do risco de esquecer de alguém, alguns nomes precisam ser citados. Tive o privilégio de ter, além de uma excelente base na graduação, a oportunidade de trabalhar a pesquisa próximo à amigos. Dos de infância, como o Dr. Davi Avelino leal ao meu orientador e baixista, Dr. César Augusto Bubolz Queirós, tive um suporte teórico e metodológico impecável para trabalhar meus objetos de pesquisa. Apesar da relação amistosa, boa parte dos resultados desse trabalho veio da condução rigorosa em que fui submetido, separando sempre os lugares de riso, do futebol ao arquivo. Para além do suporte, deixo um agradecimento especial pela sensibilidade que deram a mim e aos outros pesquisadores durante a Pandemia, fase em que a grande maioria dos discentes estava desnorteada e desamparada emocionalmente. As publicações e eventos desse período foram essenciais para manter a cabeça fria e o riso no lugar.

Deixo meu agradecimento também a FAPEAM pelo financiamento da pesquisa, extremamente necessário para amparar a dedicação de tempo. Seja de frente para o livro, sob luz fria, ou em pé, fotografando e respirando jornais farelados, o maior bem que um acadêmico pode ter nesse contexto breve é paz, pelo menos o suficiente para sofrer com outros problemas relacionados a tese.

No mais, e não menos importante, agradeço aos meus companheiros da Escola Municipal São José I, pela compreensão em momentos urgentes, e aos meus amigos, de banda e de vida, pela empatia de entender que a interrupção de atividades sociais e rotineiras foi necessária para me dedicar à finalização da tese aqui submetida. A vida precisa continuar e a única certeza que tenho, ao finalizar essa etapa do trabalho, é que ainda falta muita coisa para desvendar.

RESUMO

Esta tese analisa os usos e funcionalidades políticas da coluna *A Charge do Miranda*, ilustrada pelo amazonense João Miranda de Queiroz, durante o contexto de ditadura. Para o exame foi recortado o período entre 1973 e 1976, partindo das primeiras circulações do chargista até os resultados da eleição municipal de 1976. A partir das regularidades sobre humor político, avaliaram-se dois picos de produção que serviram de norte para a investigação de dois eventos públicos, o caso *Watergate Municipal* e o pleito eleitoral de 1976. A partir desses estudos, foram observados dois movimentos regulares: a dinâmica dos processos humorísticos por trás das negociações entre os interlocutores do jornal e seus produtores; as interferências, ora sutis, ora explicitas, do diretor Umberto Calderaro nos conteúdos da coluna, demonstrando que, embora o espaço tenha sido usado como instrumento político para transmitir os valores do jornal, essa relação nem sempre foi vertical, obedecendo a negociações e dinâmicas próprias da circularidade cultural.

Palavras chave: humor gráfico; imprensa; política; charges; ditadura.

ABSTRACT

This thesis analyzes the political uses and functionalities of the column *A Charge do Miranda*, illustrated by João Miranda de Queiroz from Amazonas, during the context of the dictatorship. The study focuses on the period between 1973 and 1976, beginning with the cartoonist's early works and extending to the outcomes of the 1976 municipal election. Based on the regularities of political humor, two peaks of production were evaluated, serving as a guide for investigating two public events: the "Municipal Watergate" case and the 1976 electoral campaign. From these studies, two consistent patterns were observed: the dynamics of humorous processes behind the negotiations between the newspaper's interlocutors and its producers, and the subtle or explicit interferences of the director, Umberto Calderaro, in the column's content. These findings demonstrate that, although the column was used as a political tool to convey the newspaper's values, this relationship was not always hierarchical, following negotiations and dynamics inherent to cultural circularity.

Keywords: Graphic Humor; Press; Politics; Editorial Cartoons; Dictatorship

APRESENTAÇÃO

Esta tese investiga os usos e funcionalidades políticas da coluna humorística do jornal A Crítica *A Charge do Miranda* dentro do contexto de abertura política do Brasil. Durante a pesquisa, observou-se que o espaço, inaugurado em outubro de 1974, intensificou conteúdos políticos com o objetivo de processar humoristicamente estereótipos de figuras populares e casos públicos, modulando e moldando-se à opinião dos seus leitores sobre os alvos de chacota. A pesquisa recortou para a análise o período de 1973 a 1976, momento onde, mesmo ainda sem título definido, começaram a circular os trabalhos do chargista amazonense João Miranda de Queiroz.

Para compreender os motivos que levaram a emergência e demanda desse tipo de gênero linguístico no jornal, a tese executa na primeira parte da pesquisa 3 esforços fundamentais: um levantamento denso sobre o contexto da ditadura no Amazonas; um mapeamento da trajetória profissional do chargista que operou a coluna; um exame dos alicerces que levantaram a empresa em que ele passou mais de 30 anos prestando serviços. Com as contextualizações assentadas, passo ao exame das estratégias de publicidade do jornal, onde, inclusive, se encaixava a funcionalidade da coluna. Esses movimentos aconteceram simultaneamente no ano de 1973 e levaram a empresa de Umberto Calderaro Filho a ter o jornal de maior circulação do estado.

Após esse mapeamento, analisam-se dois eventos públicos: o caso *Watergate Municipal* e as eleições de 1976. O primeiro foi um episódio marcado pelo conflito entre os vereadores do MDB, Ruy Adriano Jorge e Fábio Lucena; O segundo, após a crise moral do MDB local, demonstrou como a oposição perdeu espaço para a ARENA através do apoio dado pelo A Crítica aos membros da cúpula do diretório arenista no Amazonas. Nos dois casos, tanto a avaliação quanto o roteiro da história tiveram como fio narrativo as produções de João Miranda. Portanto, a partir desses casos, demonstram-se, além das atividades da coluna, os fenômenos de interlocução entre o jornal, seus parceiros políticos e o público consumidor. Assim, é proposto, para além da identificação de funcionalidade da coluna, um caminho metodológico de avaliação desses eventos públicos a partir desse modelo de objeto.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Jornal do Commercio, 1907
Figura 02 – Jornal O Queluziano, 1910
Figura 03 – Certidão militar de João Miranda de Queiroz, 1948
Figura 04 – Escola de Moto-mecanização, 1949
Figura 05 – João Miranda como funcionário da Relart Publicidade, 1958
Figura 06 – Equipe da Relart Publicidade, 1958
Figura 07 – Propaganda para o pleito, 1982 (Modelo lei Falcão)
Figura 08 – Caricatura do chargista, 1982
Figura 09 – Registros de carteira de trabalho nos 3 contratos, 1972, 1982, 1995
Figura 10 – Anúncios de publicidade. Jornal A Crítica, 1967
Figura 11 – Anúncios de publicidade. Jornal A Crítica, 1967
Figura 12 – Anúncios de publicidade. Jornal A Crítica, 1968
Figura 13 – Anúncios de publicidade. Jornal A Crítica, 1968
Figura 14 – Caricatura do jogador Augusto. Jornal A Crítica, 1967
Figura 15 – Cartum dos times de futebol amazonense. Jornal A Crítica, 1973
Figura 16 – Primeira publicação das mascotes. Jornal A Crítica, 1969
Figura 17 – Cartum. Reação do juiz com time pobre. Jornal A Crítica, 1969
Figura 18 – Cartum. Reação do juiz com time rico. Jornal A Crítica, 1969
Figura 19 – Cartum. Carlos Mendez. Jornal do Commercio, 1970
Figura 20 – Cartum. Coluna Casos de polícia. Jornal A Crítica, 1970
Figura 21 – Cabeçalho do jornal. Jornal A Crítica, 1961
Figura 22 – Fotografia de Branco Silva
Figura 23 – Primeiro mostruário industrial e artístico do Amazonas, 1939
Figura 24 – Registro de Branco Silva enquanto cenógrafo (Teatro Amazonas), 1925
Figura 25 – Registro de Branco Silva enquanto cenógrafo (Polytheama), 1927
Figura 26 – Quadro Imortalidade, Branco Silva, 1946
Figura 27 – Registros do Presépio Maravilha 1. Revista A Cigarra, 1952
Figura 28 – Registros do Presépio Maravilha 2. Revista A Cigarra, 1952
Figura 29 – Registros do Presépio Maravilha 3. Revista A Cigarra, 1952
Figura 30 – Registros do Atelier de Branco Silva 1. Revista A Cigarra, 1952
Figura 31 – Registros do Atelier de Branco Silva 2. Revista A Cigarra, 1952
Figura 32 – Registros do Atelier de Branco Silva 3. Revista A Cigarra, 1952
Figura 33 – Anúncio da Opereta “Perversa”. Jornal do Commercio, 1949
Figura 34 – Baile de Carnaval – Carnaval do outro mundo, 1955
Figura 35 – Baile de Carnaval – Eva, o diabo e momo, 1956
Figura 36 – Baile de Carnaval – Folias no reino de Netuno, 1958
Figura 37 – Fotografia: Maria da Luz Calderaro
Figura 38 – Fotografia: Umberto Calderaro (Pai)
Figura 39 – Fotografia: Umberto Calderaro Filho. Jornal Pequeno, 1946
Figura 40 – Semanário O Crítico, 1925
Figura 41 – Convite aos radio-ouvintes da Voz da Baricéia
Figura 42 – Caricatura Leopoldo Neves
Figura 43 – Sede do jornal na Lobo d’Almada
Figura 44 – Ilustrações para a campanha eleitoral de 1958. Paulo Pinto Nery
Figura 45 – Ilustrações para a campanha eleitoral de 1958. Gilberto Mestrinho
Figura 46 – Ilustrações para a campanha eleitoral de 1958. Plínio Ramos
Figura 47 – Registros de Calderaro com Álvaro Maia, 1973.
Figura 48 – Alianças políticas de Umberto Calderaro

Figura 49 – Caricaturas dos produtores envolvidos no Peladão, 1973.
Figura 50 – Anúncio de lançamento do 1° Torneio de Peladas, 1973.
Figura 51 – Slogan criado pela agência Mendes Publicidade
Figura 52 – Encontro entre Calderaro e Henoch Reis para alinhar projetos
Figura 53 – Quadro comparativo de charges sobre o bipartidarismo
Figura 54 – Ruy Adriano (Fotografia)
Figura 55 – Propaganda Lei Falcão (Messias Sampaio)
Figura 56 – Propaganda Lei Falcão (Aureo Mello)
Figura 57 – Propaganda Lei Falcão (Fábio Lucena)
Figura 58 – Povo quer Prefeito Teixeira
Figura 59 – Propaganda Lei Falcão (Josué Filho)

Charge 01 – Jornal A Crítica, 21 de junho de 1976, p. 04.
Charge 02 – Jornal do Commercio, 08 de novembro de 1945, p. 01.
Charge 03 – Jornal do Commercio, 22 de agosto de 1950, p. 01.
Charge 04 – Jornal A Crítica, 08 de novembro de 1974, p.04.
Charge 05 – Jornal A Crítica, 04 de dezembro de 1974, p. 04.
Charge 06 – Jornal A Crítica, 18 de outubro de 1973, p. 04.
Charge 07 – Jornal A Crítica, 09 de janeiro de 1975, p. 04.
Charge 08 – Jornal A Crítica, 06 de janeiro de 1975, p. 04.
Charge 09 – Jornal A Crítica, 16 de janeiro de 1975, p. 04.
Charge 10 – Jornal A Crítica, 10 de janeiro de 1975, p. 04.
Charge 11 – Jornal A Crítica, 26 de janeiro de 1975, p. 04.
Charge 12 – Jornal A Crítica, 01 de outubro de 1974, p. 04.
Charge 13 – Jornal A Crítica, 11 de novembro de 1973, p. 04.
Charge 14 – Jornal A Crítica, 16 de dezembro de 1973, p. 04.
Charge 15 – Jornal A Crítica, 31 de dezembro de 1974, p. 04.
Charge 16 – Jornal A Crítica, 11 de outubro de 1974, p. 04.
Charge 17 – Jornal A Crítica, 24 de março de 1976, p. 04.
Charge 18 – Jornal A Crítica, 13 de novembro de 1974, p. 04.
Charge 19 – Jornal A Crítica, 18 de novembro de 1975, p. 04.
Charge 20 – Jornal A Crítica, 21 de setembro de 1975, p. 04.
Charge 21 – Jornal A Crítica, 18 de setembro de 1975, p. 04.
Charge 22 – Jornal A Crítica, 18 de novembro de 1975, p. 04.
Charge 23 – Jornal A Crítica, 31 de dezembro de 1975, p. 04.
Charge 24 – Jornal A Crítica, 11 de março de 1976, p. 04.
Charge 25 – Jornal A Crítica, 13 de março de 1976, p. 04.
Charge 26 – Jornal A Crítica, 14 de março de 1976, p. 04.
Charge 27 – Jornal A Crítica, 18 de março de 1976, p. 01.
Charge 28 – Jornal A Crítica, 18 de março de 1976, p. 04.
Charge 29 – Jornal A Crítica, 21 de março de 1976, p. 04.
Charge 30 – Jornal A Crítica, 24 de março de 1976, p. 04.
Charge 31 – Jornal A Crítica, 25 de março de 1976, p. 04.
Charge 32 – Jornal A Crítica, 26 de março de 1976, p. 04.
Charge 33 – Jornal A Crítica, 30 de março de 1976, p. 04.
Charge 34 – Jornal A Crítica, 05 de abril de 1976, p. 04.
Charge 35 – Jornal A Crítica, 24 de abril de 1976, p. 04.
Charge 36 – Jornal A Crítica, 30 de abril de 1976, p. 04.
Charge 37 – Jornal A Crítica, 28 de agosto de 1976, p. 04.

Charge 38 – Jornal A Crítica, 09 de julho de 1976, p. 04.
Charge 39 – Jornal A Crítica, 29 de agosto de 1976, p. 04.
Charge 40 – Jornal A Crítica, 09 de agosto de 1976, p. 04.
Charge 41 – Jornal A Crítica, 01 de setembro de 1976, p. 04.
Charge 42 – Jornal A Crítica, 02 de setembro de 1976, p. 04.
Charge 43 – Jornal A Crítica, 04 de setembro de 1976, p. 04.
Charge 44 – Jornal A Crítica, 07 de setembro de 1976, p. 04.
Charge 45 – Jornal A Crítica, 15 de setembro de 1976, p. 04.
Charge 46 – Jornal A Crítica, 06 de outubro de 1976, p. 04.
Charge 47 – Jornal A Crítica, 07 de outubro de 1976, p. 04.
Charge 48 – Jornal A Crítica, 01 de novembro de 1976, p. 04.
Charge 49 – Jornal A Crítica, 06 de novembro de 1976, p. 04.
Charge 50 – Jornal A Crítica, 11 de novembro de 1976, p. 04.
Charge 51 – Jornal A Crítica, 12 de novembro de 1976, p. 04.
Charge 52 – Jornal A Crítica, 13 de novembro de 1976, p. 04.
Charge 53 – Jornal A Crítica, 16 de novembro de 1976, p. 04.
Charge 54 – Jornal A Crítica, 25 de dezembro de 1976, p. 04

LISTA DE SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
ACA – Associação Comercial do Amazonas
ACLEA – Associação dos Cronistas e Locutores Esportivos do Amazonas
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BPEA – Biblioteca Pública do Estado do Amazonas
CIGS – Centro de Instrução de Guerra na Selva
CIMM – Centro de Instrução de Motorização e Mecanização
EMAMTUR – Empresa Amazonense de Turismo
FAF – Federação Amazonense de Futebol
IEPS – Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais
IEA – Instituto de Educação do Amazonas
IGHA – Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
LHIA – Laboratório de História da Imprensa no Amazonas
LABUHTA – Laboratório de Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PIN – Programa de Integração Nacional
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PPGH – Programa de Pós-Graduação em História
SPI – Serviço de proteção aos índios
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UEA – Universidade Estadual do Amazonas
UDN – União Democrática Nacional

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Dados sobre a trajetória do chargista
Quadro 02 – Lista de empresas atendidas pela agência Relart Publicidade
Quadro 03 – Lista dos serviços prestados pela agência Relart Publicidade
Quadro 04 – Períodos de contrato profissional junto ao jornal A Crítica
Quadro 05 – Lista de agremiações no contexto dos anos 1940 e 1950
Quadro 06 – Atividades de Branco Silva entre 1925 e 1959
Quadro 07 – Conexões e parentescos da família Archer Pinto
Quadro 08 – Atividades de Umberto Calderaro Filho, década de 1940
Quadro 09 – Charges ilustradas no Jornal do Commercio (1913-1950)
Quadro 10 – Evolução gráfica do Jornal A Crítica (1946-1992)
Quadro 11 – Ritmo de produções no último trimestre de 1974
Quadro 12 – Resultado dos eleitos para a eleição de 1972
Quadro 13 – Recortes históricos sobre a trajetória de Fábio Lucena
Quadro 14 – Dados eleitorais de inscrição, presença e abstenção
Quadro 15 – Dados eleitorais: Deputados eleitos em 1970
Quadro 16 – Participações de abstenções de pleito (1950 – 1972)
Quadro 17 – Censo demográfico (1950 – 1970)
Quadro 18 – Atividades de Oséas Martinho de Carvalho (1960 – 1991)
Quadro 19 – Dados através do Relatório de anistia (1964 – 1978)
Quadro 20 – Resultado da votação sobre a destituição de Ruy Adriano
Quadro 21 – Cronologias do casuísmo entre Armando Falcão e Ulysses Guimarães
Quadro 22 – Regras da eleição municipal de 1976
Quadro 23 – Histórico político de Paulo Pedraça Sampaio

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 01 – Preços de proteínas, janeiro de 1975.

Gráfico 01 - Gráfico de produções sobre política no último trimestre de 1974
Gráfico 02 - Gráfico de produções do ano de 1975
Gráfico 03 - Gráfico de produções sobre temas políticos no ano de 1976
Gráfico 04 - Crescimento do eleitorado e número de votantes no Amazonas
Gráfico 05 - Gráfico das produções gerais de João Miranda no ano de 1976
Gráfico 06 – Gráfico geral de temas em 1975
Gráfico 07 – Gráficos de produção de 1976 com temas relacionados
Gráfico 08 – Gráfico sobre produções relacionadas no último semestre de 1976
Gráfico 09 – Gráfico de todos os temas gerais circulantes no último trimestre de 1976

SUMÁRIO

Introdução 15

CAPÍTULO 1. Rastros, traços e laços: Desenhando os caminhos de *A Charge do Miranda* 35
1.1. História e a historiografia amazonense da ditadura 39
a) Amazônia, militares e desenvolvimentismo 40
b) Os memorialistas e a ditadura no Amazonas 44
c) Pesquisas acadêmicas no Amazonas 47
1.2. De João à Miranda: uma breve biografia 55
1.3. Dos salesianos ao "mestre dos pincéis": As influências de Miranda 82
a) Os salesianos 82
b) O mestre dos pincéis 92
1.4. Jornal *A Crítica*: dos fundos de *O Jornal* até a *Off-set* 125

CAPÍTULO 2. *A Crítica* na ditadura: Geisel e as dinâmicas político-econômicas no Amazonas 183
2.1. Geisel e a nova dinâmica político-partidária 185
2.2. Henoch Reis: "Preparando o terreno" da ARENA no Amazonas 198
2.3. Esgotamentos políticos e econômicos 203
2.4. Miranda e a inflação da transição 209

CAPÍTULO 3. Charges, tribunas e publicidade do Poder: estratégias do *A Crítica* no mercado de comunicação amazonense 222
3.1. De Miranda à *A Charge do Miranda* 225
3.2. 1973: um ponto de convergências 245
a) Fábio Lucena: a força política 246
b) Oséas de Carvalho: a força gráfica 266
c) *O Peladão*: a força popular 277

CAPÍTULO 4. *A Charge do Miranda*: espectros cômicos e processos humorísticos na ditadura amazonense 288
4.1. As representações do bipartidarismo na corrida eleitoral 294
4.2. As eleições municipais de 1976 nas charges de Miranda 304
4.3. O *Watergate Municipal*: a tragédia da oposição amazonense 313
4.4. *A charge do Miranda* e o pleito de 1976 341

Considerações finais 399
Referências 404
Anexo 1 414
Anexo 2 438

INTRODUÇÃO

> *'- Ordinário, safado, cabra do cão! '*. Paulo Guerra e ouvintes do *Jornal da Manhã*... 2 homens e duas mulheres brigavam ontem, era vizinho contra vizinho. Um ofendia o outro: *'- seu ordinário, safado, cabra sem vergonha! '*. Segundo as primeiras informações, Paulo Guerra, um vizinho chamou o outro do lado para dar uma volta, né, e colocou o homem no mau caminho. Os dois saíram no último domingo, Paulo Guerra, e só retornaram no final da noite de ontem. Se entregaram ao desfrute, chegaram que nem cachorro, fedendo, chegaram sem dinheiro, todo arrebentado com marcas de unha pelo corpo. As mulheres se reuniram, as duas, aí começaram a discutir: "*- tá vendo aí, o que o teu marido fez? Levou o meu para o mau caminho! "*. Isso aconteceu, Paulo Guerra e ouvintes do *Jornal da Manhã*, lá no bairro de São Francisco[2].

Uma boa parte dos amazonenses está acostumada a acordar cedo, sintonizar o rádio na frequência 96.9 FM e receber desse jeito o boletim de notícias do *Jornal da Manhã*, há 50 anos apresentado pelo radialista Paulo Guerra. O sucesso do quadro policial narrado pelo repórter Alberto Pelegrini está muito associado ao seu carisma e ao uso de expressões populares que, logo cedo, ativam gatilhos e promovem sensações de identidade nos ouvintes da Rádio Difusora do Amazonas[3]. Comecei este trabalho por esse caminho, pois deduzo que há, em Manaus, certa tradição desse tipo de jornalismo de sensações, de um jornalismo que sabe ler o seu público e que se molda, quando conveniente, aos tipos de leituras de mundo possíveis.

Marialva Barbosa[4] comenta que esse tipo de imprensa, que é diferente do formato sensacionalista[5], não é de sensações só porque gera sentimentos, reconstruindo fatos detalhados e experiências equivalentes a partir da memória popular e dos elementos ativados pela linguagem escolhida. As sensações que autora sugere estão nas escolhas narrativas, que mesclam no texto dramas cotidianos, melodramas arquetípicos (Só há um mau caminho porque existe um bom) e estruturas de linguagem que apelam ao imaginário navegante entre o sonho e a realidade dos ouvintes e leitores.

---

[2] Rádio Difusora do Amazonas, programa *Jornal da Manhã*, 23 de janeiro de 2024. Reportagem de Alberto Pelegrini. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FBsg3A-YnNo&t=35s

[3] A *Rádio Difusora do Amazonas* está no ar desde 1948 e foi fundada pelo radialista e político Josué Cláudio de Souza.

[4] BARBOSA, Marialva. *História cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. P. 212.

[5] SCHARGEL, Sérgio. *Entrevista com Marialva Barbosa: uma discussão sobre jornalismo de sensações e a Era de ouro do jornalismo carioca*. Projeto História, São Paulo, v. 77, pp. 378-394, 2023. Em entrevista a autora comenta que o jornalismo sensacionalista ou popular é visto, geralmente, como um produto antiético e alienante. Analisado sobre esses termos, esse tipo de "imprensa marrom" traz junto de si uma carga negativa, já que é visto a partir da dicotomia entre cultura de elite e cultura popular.

Segundo a autora, esse tipo de jornalismo começou a circular no Rio de Janeiro no final do século XIX e teve no sucesso efêmero do *Jornal Crítica*, de 1928, um bom exemplo sobre como a autonomia semântica, entre leitores e escritores, pode ser utilizada como caminho de leitura para identificar dinâmicas de circularidade cultural entre os veículos de imprensa e seus respectivos interlocutores. Fugindo da tendência de reduzir essa experiência de comunicação a uma relação vertical e alienante, as escolhas temáticas e estéticas desse tipo de abordagem aplicam no texto final características melodramáticas, dispositivos de sobrevivência e gatilhos de revanche (como no caso da briga de vizinhos) que fazem parte das matrizes culturais de onde pretendem circular.

Emprestando esse conceito de Paul Ricoeur[6], a autora discute como, no Rio de Janeiro da virada do século XIX para o XX, escritores do calibre de Nelson Rodrigues conseguiram, através da imprensa escrita, manter uma conexão intensa com um público de alfabetização parca ou nula na capital do país. Nessa perspectiva, o texto, uma vez produzido, adquire vida própria independente da intenção original, podendo gerar novos significados e interpretações que vão além do contexto e da intenção inicial do autor. Para o campo da história, essa abordagem destaca a independência das narrativas em relação ao autor e a capacidade contínua de gerar novos significados através da interação com diferentes leitores e contextos. No exemplo dado, Alberto Pelegrini, em sua audiência, promove interpretações diferentes em cada zona social da cidade. Entre a classe alta e média, onde talvez pouco circule, soa caricato, mas entre os populares, alvo de sua negociação de linguagem, soa informativo.

Esta proposta de interlocução, que identifica no receptor um papel ativo e criativo no processo de comunicação, guiou a exploração do objeto desta tese, a coluna humorística *A Charge do Miranda*. Inaugurada em outubro de 1974, seu processo de construção no jornal *A Crítica* trouxe junto de si outros movimentos e interesses para além do entretenimento jocoso. Em contextos eleitorais, essa dinâmica colocou o desenhista João Miranda de Queiroz como um instrumento político autorizado para o diretor do periódico, Umberto Calderaro Filho, atacar ou elencar alvos públicos. Apesar

[6] RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa. A intriga e a narrativa histórica*. Tradução Cláudia Berlinder. Martins Fontes, São Paulo. 2012. P. 3. Trabalhando sobre os termos de *Imaginação produtiva* e *Inovação semântica*, o autor comenta que essa operação se dá, em grande medida, a partir da relação entre a esquematização da operação sintética, como, por exemplo, uma intriga narrativa, e a assimilação predicativa do objeto, que ao figurar, acaba produzindo novas metáforas. Em síntese, para o autor, a poética não seria apenas um recurso discursivo ou meramente estético. O seu formato tem o poder de acessar qualidades e valores que a linguagem direta não consegue transmitir, transgredindo significações usuais e funcionando também como um caminho para experiências próprias desse tipo de linguagem.

de subordinado ao chefe, o chargista não tinha, como ninguém tem, o poder de sozinho produzir comicidade. Miranda, como qualquer artista, dispunha da sensibilidade e técnica para captar situações cômicas, iniciando, a partir delas, processos humorísticos para alvos determinados. Assim, a decisão de propor produtos risíveis a um tipo específico de público na coluna passava pelos interesses do jornal e pelo crivo do seu "observador" [7]. Em vários momentos, a charge podia até ser do Miranda, mas o conteúdo não.

Da mesma forma que Alberto Pelegrini escolhe, através das ondas de rádio, usar termos populares para se comunicar em mares específicos, no humor gráfico esse letramento lúdico de temas sérios não é tão diferente. Como em uma padaria, o caminho entre o pacote de trigo e o produto final, seja pão, bolo ou qualquer guloseima, após sair da fábrica, perde-se o controle de como será consumido, digerido e excretado. Entretanto, enquanto venda, cria-se uma expectativa. Se o cliente não volta ou reclama demais, algo precisa ser adaptado ao gosto dos apreciadores regulares. Assim são as piadas, que direcionadas ao público planejado, obedecem a negociações entre autores e interlocutores, tomando formas e resultados variáveis ao longo de suas reproduções.

Importante ressaltar que esse acordo nem sempre é vertical, pois Miranda não teve o poder de fazer ninguém rir, muito menos todo o público do *A Crítica*, o maior jornal do estado desde 1970. Como dito, ele tinha a sagacidade de traduzir um evento cômico através da sátira, propondo em seguida, a partir do seu traço, uma experiência de riso que obedecia aos códigos, costumes e contexto do público alvo. Esses interlocutores eram variados e se ligavam ao autor pelas dinâmicas que ele escolhia (ou não) ao abordar um determinado tema de acordo com a estratégia do jornal. Quando Miranda passava meses usando o mesmo estereótipo, sem afetar as vendas do jornal, é possível deduzir que a escolha dos elementos teve bom jugo e recepção. Da mesma forma, quando produzia antipatia, refletindo-se no descrédito da empresa, era o momento para mudar, negociar ou se adaptar. Portanto, nesta tese, utilizo o termo 'negociação' nesse sentido, ao perceber que Miranda não gostava de rir sozinho, como nenhum bom humorista gosta.

Com duas décadas de produção diária, Miranda negociou bastante para não perder as mudanças de humor do país. De 1972 a 1995 o país saiu de uma ditadura com

[7] Jornal do Commercio, 28 de abril de 1985. Caderno 3. Segundo Miranda, nos tempos da ditadura, o chargista nunca teve problemas, pois havia um "observador" para examinar o conteúdo das publicações.

17 Atos Institucionais e entrou na Nova República cheio de questões a resolver. Diante das negociações e regularidades que a coluna manteve em 1974[8], lancei-me ao desafio de avaliar a eleição seguinte, em 1976, procurando entender como ele se encaixava dentro de um projeto maior que circulava em torno dele. Esse projeto visou dominar o mercado de comunicação do Amazonas e Miranda foi um elemento fundamental nesse processo.

Definido o objeto e o recorte, foi necessário compreender que tipo de experiência de riso Miranda ofertava aos seus leitores com maior frequência. Para quem entra nesse universo, enquanto objeto do pensamento, o primeiro problema é lidar com o espanto e desconhecimento diante da quantidade de autores clássicos[9] que já desbravaram sobre esse fenômeno, embora historicamente os trabalhos sejam bem pontuais e utilizem referências muito semelhantes. O segundo é não cair, pela novidade, na tendência de observar esse objeto como uma "verdade transcendental" que atravessa todas os períodos históricos. Apesar de autores como Marcel Mauss[10] e Radcliffe Brown[11] trabalharem esse objeto dentro das Ciências Sociais em uma dimensão de transgressão, nem sempre essa abordagem se aplica a todos os fenômenos e contextos culturais, sendo assim necessário atentar para o uso teórico de cada autor, evitando assim a tendência de "estruturalizar" um objeto histórico que, em cada época, movimentou o húmus[12] coletivo de maneira diferente, estando, por exemplo, bem humorado para o nazismo e, recentemente, antipático à democracia.

Até o momento não conheço um trabalho que tenha organizado melhor as concepções do riso, da antiguidade à modernidade, do que a tese de doutoramento de Verena Alberti[13]. Seguindo na mesma senda, e longe de querer sugerir uma nova teoria,

---

[8] QUEIROZ, Thiago Rocha. *O humoral: humor e abertura social nas charges de Miranda (1972-1975)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – UFAM. 2013.

[9] MINOS, George. *História do Riso e do Escárnio*. Editora UNESP, 2003. Apesar de não aprofundar filosoficamente, o livro traz um panorama excelente sobre os autores e concepções do fenômeno ao longo da história, embora não tenha a preocupação de desenvolver com profundidade as suas teorias.

[10] MAUSS, Marcel. *Parentés à plaisanteries*. In: *Ouevres*. Paris, Minuit, 1969. V. 3: Cohésion sociale et divisions de la sociologique. P. 109-25.

[11] RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis, Vozes, 1973.

[12] Martins, L. Al-C.P.; Silva, P.J.C. & Mutarelli, S.R.K. *A teoria dos temperamentos: do corpus hippocraticum ao século XIX*. Memorandum, 14, 09-24, 2008. P. 10. A teoria humoral vem do século IV ac e consistia em observar a condição de saúde dos seres humanos pelo equilíbrio entre quatro humores (fluidos corporais): sangue, fleuma, bílis amarela e bílis negra, procedentes, respectivamente, do coração, sistema respiratório, fígado e baço. Com do estado dos fluidos e do ritmo de circulação, o sujeito estaria bem ou mal-humorado.

[13] ALBERTI, Verena. *O riso e o risível: na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

o que de fato, por ora, parece desnecessário, me propus partir de um paradigma sugerido pela autora, a fim de evitar equívocos como o de John Morreal[14], que buscou sintetizar o fenômeno em 3 correntes de pensamento ao longo da história. Segundo Verena, o século XVIII marca um ponto de inflexão para as teorias de *Superioridade e Contradição* do cômico, sendo necessário atentar para o cuidado de não utilizar, por exemplo, o riso rabelesiano, estudado por Mikhail Bakthin[15] para o contexto do Renascimento, em temas contemporâneos. Para a autora, o estudo do *não-sério* não era fundamental antes da modernidade, pois é só a partir do século XVIII que o tema da *não-razão* se tornou um objeto de crítica ao paradigma iluminista.

Outro ponto é atentar que esse estudo geralmente tende a interdisciplinaridade. Há um risco alto de atravessar teorias da filosofia ou da psicanálise, como as de Henri Bergson[16] e Sigmund Freud[17], que apesar de ajudar na problematização dos objetos, podem ou não se encaixar em determinados recortes históricos. Apesar da longa jornada desse fenômeno pela história, para este trabalho, escolhi pensá-lo através dos pontos de exigência do pensamento moderno: o riso da não-razão e o da experiência de cessação do ser.

Verena Alberti separou essa categoria em dois movimentos, que de fato são regulares entre os autores. Baseando-se em Arthur Schopenhauer, o riso e o risível estariam divididos entre as teses de um *não-lugar*, definido a partir do sério-normativo, e a teoria de um *não-lugar inominável*, espaço onde o racional não teria capacidade sequer de mapear. Para organizar esse entendimento, aplicarei aqui brevemente como essas teorias podem ajudar a problematizar as propostas de humor que Miranda encaminhou aos seus leitores. Mais do que procurar encaixa-las anacronicamente nos temas, essas teorias podem servir como óculos para identificar sensações regulares do público, que através do riso, procuravam se encontrar, ou ser perder, dentro da experiência desses *não-lugares*.

---

[14] MORREAL, John. *Taking laughter seriously*. Albany, State University of New York Press, 1983 In: ALBERTI, Verena. *O riso e o risível: na história do pensamento*. Op. Cit. P. 26. Antes de sugerir a sua tese, Morreal define três campos tradicionais: o riso de superioridade, partindo de autores como Platão e Hobbes; o de incongruência, juntando Aristóteles e Kant no mesmo balaio; teoria do Alívio, caminhando entre Shafterbury, Spencer e Freud.

[15] BAKHTIN. Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento; o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira – São Paulo: HUCITEC (Brasília): Editora da universidade de Brasília. 1987.

[16] BERGSON, Henri. *O Riso: ensaio sobre a significação do cômico*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1983.

[17] FREUD. Sigmund. *O chiste e sua relação com o inconsciente*. Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud Vol. VIII. Rio de Janeiro. IMAGO 1977.

Em síntese, o *não-lugar* baseado a partir do sério-normativo, seria parte da dualidade do contraste, da desordem, do imoral ou mesmo do inconsciente. Nas teses de Freud, por exemplo, a origem do prazer do chiste estaria no jogo de palavras e no acesso temporário a pensamentos de infância. Em algum momento da vida, em virtude do desenvolvimento do consciente, a razão começa a reprimir aquilo que não é normativo à idade e ao contexto, levando a um esforço intelectual constante e penoso que, se não tiver escape[18], pode adoecer o corpo. A permissividade de habitar esse *não-lugar* promove um sentimento de retorno ao que se perdeu na infância, onde esse normativo não era referência para a existência. Um excelente exemplo vem no seriado *El Chavo del Ocho*, no Brasil mais conhecido como *Chavez*, que desde 1973 se manteve no horário nobre do SBT, saindo do ar há pouco tempo. O tipo de humor explorado por Roberto Gómez Bolanos utilizou constantemente gestos e jogos de palavras, promovendo ao telespectador momentos de reflexão e nostalgia sobre a inocência da infância, as disputas tolas e as rupturas (e permanências) com a moral da década 1970 e 1980. É bem provável que a audiência do programa fosse, nos últimos tempos, maior entre os adultos do que no meio dos seus filhos e netos. Miranda também utilizou desse recurso de experiência do riso em algumas charges do pleito eleitoral, brincando, por exemplo, com as palavras sobre o prefeito Jorge Teixeira (ARENA). Outro ponto bastante utilizado pelo desenhista, dentro das teses não-normativas, foi quando defendeu nas charges os valores arenistas em detrimento ao progressismo do MDB, tornando possível problematizar esse espaço também a partir das teses de Henri Bergson[19].

Outro que percorreu na ponte desses "jogos de palavras", mas que a teoria aponta para um *não-lugar* diferente, foi Michel Foucault, onde, ao rir sobre a classificação que o poeta Jorge Luís Borges deu aos animais chineses, em *As palavras e as coisas*[20], sinalizou para o mal-estar que sentiu ao não conseguir produzir sintaxe sobre as categorias e taxonomias utilizadas, chegando à conclusão de que há um lugar onde a linguagem é incapaz de manter unida algumas formas e conceitos. Essa ponte, de

[18] LÉVI-STRAUSS, Claude. *L' homme nu.* Paris, Plon, 1971, P, 588. In: ALBERTI, Verena. *O riso e o risível: na história do pensamento*. Op. Cit. P. 18. Esse escape foi visto por Levi Strauss como um curto circuito necessário para dispersar a energia do corpo. Sem poder dissipar esse esforço intelectual da contradição no pensamento, o riso se manifesta como uma experiência, contraindo músculos e dissipando a energia simbólica pelo corpo.

[19] BERGSON, Henri. *O Riso: ensaio sobre a significação do cômico*. P. 14. Para o filosofo, o melhor terreno para entender a "essência" do riso é estudá-lo a partir da sua função útil, que no caso seria uma função social.

[20] FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

um lugar inabitado, mas que existe através da manifestação do riso[21], leva ao segundo movimento que faz oposição ao riso clássico do contraste, de um riso que não segue a norma da razão.

O *não-lugar* de categoria inominável está presente nas abordagens de Friedrich Nietzsche[22], George Bataille[23] e Clemente Rosset[24]. Ele circula em um espaço que não é categorizável, pois é o limite onde se manifesta a *cessão do ser*. Esse riso da morte seria destruidor, iconoclasta, porém fundamental para sobreviver e ir além de tudo o que pode ser. Esse riso iria para além do *Daisen (sentido da existência),* da realidade, do consciente e da ordem. Ele traz uma proposta regeneradora, que ao destruir verdades, revela a substancia fundamental do não-sério: *o caos e a impossibilidade de controle*. Essa experiência refletida, apesar de curta, promove a perplexidade do impensável. Esse tipo de riso trágico, dentro de um contexto de Ditadura, foi o mais presente dentro das obras de João Miranda sobre política, já que a desilusão do MDB no Amazonas e as contradições, éticas e morais, da ARENA no processo encontravam na página 4 um lugar de deslocamento, se não para o chiste freudiano, mas rumo a morte temporária e necessária para a saúde mental.

No caso da charge, apesar de um gênero linguístico, a construção narrativa desse produto, seja pela metáfora, ironia ou sinédoque, obedece a um norte de expectativas que vai do narrador ao consumidor. Esse horizonte se altera de acordo com o tempo, espaço e cultura, o que torna impraticável sistematizar manifestações de riso, mas deixa possível pensar o humor de um grupo a partir das premissas embutidas nos seus produtos regulares de consumo. Se a experiência do riso é um fenômeno variável e de difícil quantificação documental, o referencial narrativo dos humoristas e a expectativa de elementos de um grupo de receptores talvez possa ser enquadrada.

Um exemplo que geralmente utilizo em congressos desde 2009 consiste em apresentar uma charge de sete de maio de 1975, onde Miranda representou uma roda de homens discutindo sobre a presença da mão de obra feminina na construção civil em

---

[21] Um excelente exemplo para a existência desse *não-lugar*, dentro dessa perspectiva, está no abandono de certos comportamentos, que apesar de serem alterados ao longo da vida, não deixam de existir só porque foram deslocados do consciente. A manifestação do riso seria assim a prova de sua existência.
[22] NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1992.
[23] BATAILLE, Georges. *Oeuvres completes*. Paris, Gallimard, 1970-76. In: ALBERTI, Verena. *O riso e o risível: na história do pensamento*. Op. Cit. 23.
[24] ROSSET, Clement. *Logique du pire*. Elements pour une philosophie tragique. Paris, PUF, 1971. In: ALBERTI, Verena. *O riso e o risível: na história do pensamento*. Op. Cit. 20.

Manaus. Um deles responde com um leve sorriso '- *Ontem mesmo mandaram uma preparar a massa e ela passou o dia todo procurando a baunilha'*[25]. Em cada congresso, de lá para cá, as experiências foram variando. De gargalhadas masculinas e sorrisos femininos, hoje o silêncio do público fica cada vez mais gritante. Em cada espaço, a piada gera uma reação diferente e se antes as mulheres deixavam de lado, nas últimas experiências passaram a transparecer raiva nos olhares.

Essa e outras piadas do mesmo calibre foram regularmente publicadas por Miranda durante 1975 e 1976. Esta publicação, em especial, certamente fez muitos homens rirem e mulheres também, justamente porque ela proporcionou a ambos uma interlocução de valores e expectativas com base no mesmo referencial moral de humor, majoritários em seus círculos na época. A regularidade de produções de Miranda sobre esse tipo de perspectiva, que pela ironia procurava reestabelecer padrões sociais, é um índice dos setores sociais que Miranda alcançava. Da mesma forma, outro grupo, com referências divergentes coabitava, experimentando o riso a partir de outros referenciais de humor.

Portanto, se hoje alguns temas e expectativas de condução humorística estão se encerrando, ativando autocensura em determinados espaços ou promovendo tensão ao invés do chiste, é possível observar nessa dinâmica a historicidade desses fenômenos, tornando possível a localização dos pontos de inflexão de consumo desses produtos de intensidade flutuante. Em outras palavras, uma alternativa metodológica para recortes de humor pode ser pensada a partir do momento em que algumas anedotas começam a ganhar mais ou menos graça. É óbvio que essas leituras são mais tateáveis em produtores com alta regularidade, como o caso de Miranda, o que não é padrão em relação a produção nacional. Contudo, piadas podem desaparecer ou até cair em desuso, mas sempre encontram formas de retornar, pois são recursos narrativos vivos, o que explica, por exemplo, o famoso e, muitas vezes inevitável, "humor de quinta série", um dos mais explorados nas atuais redes sociais.

Por fim, sobre os dois "não lugares" relacionados a *não-razão* e a *morte*, sugeridos por Verena Alberti, as exigências contemplam fenômenos da modernidade, o que inclusive serviu de roteiro para o seu estudo. Entretanto, pela datação da pesquisa, defendido na Alemanha em 1993, esses "lugares do riso" encontraram na vivência do

[25] Jornal A Crítica, 07 de maio de 1975. P. 04.

presentismo dos nativos digitais uma experiência diferente, o que promoveu recentemente a circulação de produtos humorísticos que até então pareciam ter "perdido a graça", cabendo um estudo posterior, mas que vale atentar.

Dentro do campo da História, os trabalhos sobre humor gráfico no Brasil cresceram bastante na última década. Verena Alberti comenta, inclusive, que essa tendência de o meio acadêmico "não levar a sério" o riso também é encontrado em outras ciências humanas. Segundo ela, muito dessa baixa produtividade pode estar ligada a instrumentalização de conceitos que, como visto, tendem a inclinar o pesquisador a explorar o fenômeno do riso através de uma razão estrutural em processos onde a historicidade não contempla a experiência. Essa fragilidade teórica assusta pesquisadores, que optam por defesas conceituais mais consolidadas, abandonando assim objetos com alto potencial histórico.

Contudo, da mesma forma que me sinto tributário das teses de Verena Alberti, alguns trabalhos dentro do campo da história foram usados nesta pesquisa como referência, sobretudo, metodológica. Minha primeira experiência com pesquisas que articulavam humor, imprensa e realidade nacional, partiu dos clássicos *História da Caricatura no Brasil*[26], de Herman Lima, e *Caricata República (1889-1930)*[27], de Marcos Antônio Silva, como acredito que seja para 80% dos pesquisadores desse tipo de objeto no Brasil. Apesar de trabalhar com outro recorte, o livro de Marcos Silva explora como a caricatura foi utilizada para criticar e satirizar políticos, eventos e questões sociais da época, desempenhando um papel significativo na formação da opinião pública e na cultura política brasileira. Ao olhar suas notas bibliográficas, um padrão começou a se montar, pois como é regular entre os pesquisadores do humor no Brasil, os referenciais teóricos podem até não serem os mesmos, mas muitas obras são utilizadas em comum.

Após ter acesso a sua tese de doutoramento, *Prazer e Poder do Amigo da Onça (1943-1961)*[28], onde o historiador Marcos Silva explora um personagem criado por Péricles de Andrade Maranhão, lançado na revista "O Cruzeiro" em 1943, as possibilidades de pesquisa se ampliaram pela complexidade da abordagem. Contudo, em 2008, com as redes sociais ainda engatilhando, esses eram, em Manaus, um dos

[26] LIMA, Herman. *História da Caricatura no Brasil*. 3 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
[27] SILVA, M. A. *Caricata República*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
[28] SILVA, M. A. *Prazer e poder do amigo da onda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

poucos trabalhos de referência sobre as relações entre humor gráfico e a política nacional. Por intermédio do laboratório que frequentava, tive acesso também ao excelente *Raízes do Riso*[29], de Elias Thomé Saliba, que apesar de se deslocar das categorias do materialismo histórico e dar foco para aspectos da História Cultural, me permitiu ter acesso a novas bibliografias e referências teóricas que despertaram o interesse de explorar o fenômeno do riso na sociedade brasileira.

Para além dessas referências clássicas, os trabalhos sobre humor gráfico mais próximos do recorte e dos conceitos dessa tese são os de Rodrigo Patto, *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*[30] e, recentemente, o artigo *MDB e ARENA nas charges: a imagem do sistema bipartidário da ditadura em disputa*[31]. Esse último dialogando diretamente com o tipo de objeto dessa tese. Outro que merece destaque é o trabalho mais recente de Marcos Silva, *Rir das Ditaduras: os dentes de Henfil (1971-1980)*[32], que analisa os trabalhos do mineiro Henrique de Souza Filho, chargista da revista *Fradim*, dentro do contexto de abertura política. Curiosamente, a obra proporciona um paralelo interessante, já que, enquanto Henfil mostrava os dentes para rir das ditaduras, Miranda, ao contrário, riu, em vários momentos, com ela.

No Amazonas, o trabalho mais próximo dentro das relações entre humor e imprensa é o de Maria Luiza Ugarte Pinheiro, que em sua tese de doutoramento, *Folhas do Norte, Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)*, defendida em 2001, dedicou um capítulo ao tema dentro do periodismo amazonense, localizado na virada para o século XX. Uma citação da autora é muito emblemática sobre as demandas desse tipo de pesquisa no estado:

> No Amazonas, ainda não apareceram trabalhos acadêmicos que explorem o humor como objeto de análise ou mesmo que tenham se utilizado de fontes ligadas a ele. No entanto, é importante destacar que essa defasagem já vem sendo questionada. Na apresentação ao Catálogo Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950), José Ribamar Bessa Freire aponta para a necessidade de Estudos voltados para os jornais humorísticos ou que utilizavam essa linguagem. Para ele, "(...) o jornalismo escandaloso e bisbilhoteiro está à espera de pesquisadores que analisem o seu papel (...)[33]

[29] SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: A representação humorística na história brasileira: da Belle Epoque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002
[30] MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2006.
[31] MOTTA, Rodrigo P. Sá. *MDB e ARENA nas charges: a imagem do sistema bipartidário da ditadura em disputa*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 14, n. 37, e0102, dez. 2022. P. 10.
[32] SILVA, Marcos. *Rir das Ditaduras: os dentes de Henfil (1971-1980)*. São Paulo: Intermeios, USP – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2018.
[33] PINHEIRO, M. L. U. *Folhas do Norte: Letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. 3ª ed., Manaus: EDUA, 2015. P. 228.

Escolhi essas referências, mais o alento da professora Maria Luiza Ugarte, para indicar o estágio desse tipo de pesquisa no Amazonas. As duas correntes de interpretação dos professores da USP passam tradicionalmente pela metodologia de 80% dos trabalhos que utilizam do humor gráfico com objeto. Os trabalhos de Rodrigo Patto, dentro das abordagens políticas e partidárias são os mais instrumentais, atualizando diversas concepções e conceitos de nicho. Em Manaus, tirando alguns relatórios de iniciação científica e uma monografia de especialização[34], a produção acadêmica dentro do humor gráfico, ou mesmo do riso enquanto objeto, parece sofrer de um tipo compreensível de deserção, o que trava, infelizmente, o avanço da complexidade desse objeto de pesquisa no Amazonas. Um dos motivos que levaram alguns capítulos dessa tese a se estenderem, está na parca ou total ausência de referências sobre alguns objetos destacados. Achei interessante e conveniente inserir, por exemplo, mais dados sobre o artista Branco Silva, que nem os sucessivos governos fizeram questão de lembrar com rigor, e explorar as origens do jornal *A Crítica*, que objetivamente constrói biografias para fabricar tradições de jornada sobre o seu diretor. Apesar de não serem os focos da pesquisa, decidi, junto ao orientador, pela inserção da grande maioria dos dados que encontrei sobre esses objetos, que direta ou indiretamente, fizeram parte da trajetória e do cotidiano do chargista responsável pelo objeto de estudo.

Apesar do periodismo já ter, entre a virada do século XIX para o XX, uma excelente abordagem, muito em virtude dos trabalhos exercidos pelo *Laboratório de História da Imprensa do Amazonas*[35], as pesquisas sobre a segunda metade do século XX ainda são pontuais e, como em um mosaico, ainda estão nas primeiras pedras, dando contornos e gerando as primeiras variáveis de contraste. Dentro do recorte da ditadura militar no Amazonas, as teses desenvolvimentistas e alguns memorialistas, cumpriam, até certo tempo, a função de ocupar essa lacuna historiográfica. A grande maioria dos trabalhos se estendia até o nascimento da Zona Franca de Manaus e se encerravam neste recorte, deixando um grande vácuo entre 1960 e 1980. A virada

[34] SANTOS, Andrews. *Tintas e risos na sala de aula: o ensino de história nas charges sobre o movimento diretas já (1983-1984)*. Programa de Pós-Graduação em História da UFAM. Monografia de especialização. 2018.

[35] O *Laboratório de História da Imprensa do Amazonas* (LHIA) é gerenciado pelos pesquisadores Maria Luiza Ugarte Pinheiro e Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro. Localizado no ICHL, ao lado do Departamento de História da UFAM, contém acervos bibliográficos, microfilmes e um banco de produções endógenas que vão das monografias às teses de doutorado.

temática desse recorte começou a mudar com a abertura do *Laboratório de estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia*[36], que desde 2016 vêm reunindo pesquisadores, promovendo eventos e publicações conjuntas em torno da história política do estado. Diante desse cenário, optei por inserir, no primeiro capítulo desta tese, um breve tópico sobre a situação atual das pesquisas que contemplam o recorte da ditadura militar no Amazonas.

A partir dessa conjuntura moldou-se esta tese, que consiste em analisar a coluna *A Charge do Miranda* como um espaço de interlocução onde o diretor do *A Crítica*, Umberto Calderaro Filho, em várias oportunidades, utilizava-se de Miranda como um instrumento autorizado para atacar desafetos políticos ou transmitir, aos leitores regulares, os valores do jornal. Foi recortado o período entre 1973 e 1976 para extrair a regularidade dessa função dentro do processo de abertura política do país. A partir dessa extração, foi possível observar as negociações exercidas entre Miranda, Calderaro, políticos locais e o público consumidor.

Como exposto mais adiante, Miranda não era chargista de profissão, tornou-se. Suas ilustrações passaram por um processo, iniciando por desenhos de publicidade, caricaturas, cartuns e, depois da emergência e sucesso da coluna, definiu-se pelo uso da charge. Sobre essas definições, levemente variantes em trabalhos como o de Joaquim Fonseca[37] e Alberto Gawryszewski[38], tanto as definições quanto o recorte temporal oferecido por Rodrigo Patto contemplam a abordagem da pesquisa. Para o autor, apesar dos precursores,

> O argumento mais aceito é que essa forma de expressão artística surgiu no século XVII, na Itália, no traço dos irmãos Annibale e Agostino Carraci. O estilo ficou conhecido, inicialmente, como ritratti carichi, ou retrato carregado, e daí derivou o termo caricatura. "Carregar", nesse caso, tem o sentido de exagerar, de ressaltar determinadas características do retratado, sempre com intenção crítica e zombenteira. Significa fazer carga contra alguém, ou seja, atacar. A versão francesa, charge, expressa com mais timidez essa ideia[39]

Rodrigo Patto argumenta que as expressões são, com frequência, usadas sem distinção e que mesmo na área há uma dificuldade de encontrar cânones sobre o termo.

[36] Desde 2016 o espaço é gerenciado pelo professor Dr. César Augusto Bubolz Queirós, pedra angular da iniciativa e organizador dos trabalhos e eventos que envolvem o laboratório.
[37] FONSECA, Joaquim. *Caricatura, a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1999.
[38] GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Conceito de Caricatura: Não tem graça nenhuma*. Artigo publicado em Domínios da imagem, Londrina, Ano I, número 2, página 7-26, maio de 2008. P. 12.
[39] MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Op. Cit. P. 15.

Garwryzewski, por exemplo, define que enquanto a *Caricatura* se debruça em carregar (do italiano Caricare) um objeto particular com traços grotescos, a *Charge* (do inglês, Charge) preocupa-se em destacar um conteúdo de interpretação social, visando proporcionar recursos que potencializem a transmissão da mensagem para o público através da linguagem humorística. Assim como nem todas as caricaturas são risíveis, principalmente na política, as charges não necessariamente precisam ser visuais. No começo do século XX, na Manaus do auge da borracha, clubes sociais e teatros da cidade anunciavam, na imprensa local, a programação de algumas peças teatrais enquanto charges sobre um determinado tema polêmico. Contudo, apesar dos estilos diferentes, ambos se caracterizam enquanto produtos de veia crítica.

Figura 01[40]



Theatro Amazonas

GRANDE COMPANHIA DRAMATICA PORTUGUEZA

DO

Theatro AGUIA de OURO, do Porto

Da qual faz parte o actor ALVES DA SILVA

EMPREZA--Juca de Carvalho

ESTREA DA COMPANHIA

SEXTA-FEIRA 18 DO CORRENTE

Primeira representação da peça original de VALABREGUE e HENRIQUINO

O OUTRO SEXO

Traducção de *Souza Bastos*

Personagens

Pompignaud	ALVES DA SILVA	Renata	ROSA d'OLIVEIRA
Cascadier	Antonio Sarmento	Andrèa	Emilia Sarmento
Competeaux	Caetano Reis	Camilla	Adelina Nobre
Bouquet des Iv-	José de d'Almeida	Noemia	Maria do Carmo
Cibulet	Thomaz Vieira	Malvina	Emilia Reis
Francisco	A. Fonseca	Cesarina	Virginia Lima
Scalabi	A. Silva	Irène	Beatriz Santos
Um conhebeiro	Hypolito Costa	A porteira	Augusta Guerreira
João	S. Rosalvos	M.me Desmoures	V. Lima
José	A. Silva	Ponette	Salete
M.r Cascadier	Isabel Berardi	Amelia	M. do Carmo

Paris--Actualidade

N. B.—Esta peça é uma charge ao feminismo

OS ESPECTACULOS SÃO INTRANSFERIVEIS, AINDA QUE CHOVA

Os bilhetes estão à venda na casa Pambola

PREÇOS

Frizas	$5$000	Cadeiras de 1.ª	7$000
Camarotes de 1.ª	$5$000	» » 2.ª	5$000
» » 2.ª	$5$000	Paraizos	2$000

AVISO—A empreza participa ao respeitavel publico que em consequencia do seu grande repertorio e da pequena demora nesta cidade, não repetirá peça alguma.

ESPECTACULOS VARIADOS TODAS AS NOITES

A Empreza

Detalhe do cartaz: “esta peça é uma charge ao feminismo”

Assim, para desenvolver a proposta, este texto foi dividido em quatro partes. A primeira, chamada, *Rastros, traços e laços: desenhando os caminhos de A charge do Miranda* aborda as rotas cruzadas que levaram o jovem João Miranda de Queiroz a se

[40] Jornal do Commercio, 18 de janeiro de 1907. P. 03.

tornar o famoso *Miranda*. Após um justo levantamento sobre a trajetória do tema da ditadura militar no Amazonas, recorte desta tese, faço um balanço biográfico sobre a trajetória profissional do chargista que conduz o objeto de pesquisa. A partir de relatos familiares e registros documentais de profissão, foi possível mapear um roteiro das condições que o levaram até a coluna central da página 4, em 13 de setembro de 1973.

Importante destacar que, muitas informações utilizadas neste texto, principalmente sobre o *A Crítica*, passam por entrevistas e relatos de memória, sendo importante destacar os diferentes usos dessas perspectivas, para não correr o risco de cair no mesmo problema genérico da abordagem do riso. Para este repto, as ferramentas do sociólogo Michael Pollak[41] são instrumentais para problematizar os elementos constitutivos das seleções de memória dos entrevistados. Para o autor, antes de qualquer análise, algumas premissas são fundamentais nessa abordagem: *os elementos de constituição*, acontecimentos, personagens e lugares selecionados; *elementos fenomenológicos*, as projeções e transferência de características elencadas; *os tipos de constituições*, herdadas ou empíricas; *os tipos de apreensões*, geralmente construída ou coletiva. Todas elas passam pelo critério comum da seleção, cabendo ao historiador enquadrar essas informações e controlar suas distorções, buscando notar não apenas o edifício construído, mas, sobretudo, as referências da planta do projeto, ou seja: a partir de que elementos essas memórias foram moldadas e encaminhadas?

Dentro do campo da história, outro autor fundamental para tratar esse tipo de matéria prima é José Carlos Sebe Bom Meihy[42], que ao trazer o debate para a história do tempo presente, além de abrir uma oficina de operação desse tipo de fonte, oferece um modo de condução para cada objeto. Vale adiantar que, dentro dos materiais levantados sobre João Miranda e Umberto Calderaro, as informações dos entrevistados e autores não foram interpretadas aqui como verdades ou mentiras, mesmo nos casos onde acontecem sistematizações de falas. Para esta tese, o mais importante é entender esses depoimentos como matéria bruta, ressaltando, como o autor diz, que a memória é um lugar de articulações factuais e de impressões subjetivas sobre o vivido. Da mesma forma, nesta senda das entrevistas, as abordagens de Alessandro Portelli são

[41] POLLAK, Michael. *Memória e identidade social.* Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, 1992, P. 200-212.
[42] MEIHY, J. C. S. B. *Memória, História oral e História*. P. 179-194. In: *Oralidades: revista de História oral*. Núcleo de Estudos em História Oral, USP, Ano 4, n° 8, São Paulo, 2010.

instrumentais para notar as dinâmicas sutis entre entrevistador e entrevistado[43]. Nos registros utilizados nesse trabalho, os apresentadores Durango Duarte, Norma Araújo e Janayna Libório foram fundamentais na extração de informações preciosas, já que a relação de poder, confiança e empatia foram capazes de influenciar respostas, puxar assuntos e promover atos falhos nos entrevistados[44].

Após a biografia de João Miranda, proponho uma análise sobre duas zonas de influência possíveis na sua trajetória: o ambiente escolar do Dom Bosco e as influências técnicas do artista Leovegildo Ferreira, vulgo Branco Silva. A escola Salesiana, localizada no centro da cidade, foi o berço formador de vários personagens da elite política do Amazonas durante o século XX. De Jefferson Peres à Evandro Carreira, a "escola dos ricos", como mencionou Amazonino Mendes, outro egresso, foi, para Miranda, o espaço onde ele construiu seus primeiros contatos. Em uma cidade com pouco mais de 100.000 mil habitantes, os espaços de sociabilidade promovidos pelo teatro e cinema escolar, nas atividades dominicais, foram os pontos de encontro de uma geração que, mais tarde, formou parcerias políticas e comerciais.

Em uma cidade em depressão, mais uma vez, pela queda de demanda do látex, o intervalo entre o fim da guerra, em 1945, e a queda do *Alvarismo*[45], dez anos depois, são geralmente recortes usados para discutir a emergência do trabalhismo no Amazonas. Esse momento de reinvenção da cidade trouxe ao mercado um artista que foi pioneiro nas atividades de mentoria publicitária e nas técnicas modernas de ornamentação de bailes de carnaval. Baseado nos relatos familiares e nos cruzamentos de dados, resgatei a trajetória do artista plástico Branco Silva para entender os caminhos possíveis que João Miranda teve, em Manaus, para se especializar e desenvolver sua técnica. Apesar de ilustrador, Miranda não trabalhava com o gênero das charges, pelo menos não inicialmente. Ele começou com trabalhos de publicidade e na ornamentação de bailes de carnaval. Após se destacar em algumas ilustrações esportivas, foi convidado para trabalhar definitivamente no jornal. Assim, busquei as raízes dos traços a partir dos laços que moldaram o perfil profissional do chargista, procurando na trajetória do

[43] PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
[44] Respectivamente: Durango Duarte, programa *Viva Memória*; Norma Araújo, programa *Manazinha*; Janayna Libório, programa *Podmelhorar*.
[45] Alvarismo é um termo utilizado pela historiografia local para demarcar o período de hegemonia política do interventor Álvaro Botelho Maia.

"mestre dos pincéis", como era chamado antes do esquecimento, um ladrilho possível de influências.

Para fechar o primeiro capítulo e encerrar esse momento mais biográfico, proponho, em seguida, a primeira metade da história do ambiente em que João Miranda trabalhou por mais de 30 anos. Já havia feito um levantamento panorâmico da evolução da empresa antes[46], mas desta vez me propus cavar um pouco mais fundo. Busquei desenhar os rastros e laços que permitiram a ascensão de Umberto Calderaro Filho, um dos homens mais influentes da história do Amazonas recente, ao topo do jogo político do estado. Sua entrada competitiva no mercado da imprensa foi o que permitiu a emergência da coluna em análise. Compreender seus interesses ajuda a ler os objetivos da coluna em questão.

No capítulo 2, intitulado *A Crítica na Ditadura: Geisel e as dinâmicas político-econômicas no Amazonas* propus discutir como estava organizado o tabuleiro do poder no Amazonas depois da derrota da ARENA em 1974. Para a cadeira do executivo estadual, o presidente Ernesto Geisel escolheu um nome fora do circuito das elites locais, causando inicialmente um alvoroço dentro do *A Crítica* e dos pré-candidatos ao cargo. Esse arauto teve como grande desafio equacionar as políticas estatistas do governo com os interesses da Associação Comercial do Amazonas, além de preparar o caminho para as eleições de 1976 e 1978. Ao final do capítulo, apresento como Miranda abordou os temas da inflação no primeiro mês da coluna em 1975, já fora da função política que fez ela nascer em outubro de 1974.

No capítulo 3, intitulado *Charges, tribunas e publicidade do Poder: estratégias do A Crítica no mercado de comunicação amazonense*, apresento um movimento sincrônico de estratégias que ocorreu no mercado publicitário do início da década de 1970. O sucesso e a simultaneidade desses projetos permitiram a emancipação política de Umberto Calderaro, abrindo caminho para a liderança de mercado e, por tabela, tornando o diretor o maior articulador político da ARENA no Amazonas. As estratégias trabalhavam em conjunto e tinham o poder de promover ou destruir nomes políticos de acordo com os seus interesses. Vale destacar que, na relação com os grilhões do autoritarismo, Calderaro não precisou lutar contra a ditadura, pois apesar dos cadeados

[46] QUEIROZ, Thiago Rocha de. *Jornal A Crítica, uma breve história*. In: César Augusto Bubolz Queirós. (Org.). Histórias Impressas: imprensa e periodismo na Região Norte (1930-1988). 22ed. Manaus: VALER, 2022, v. 1, p. 93-112.

aparentes, as trancas estavam regularmente soltas por uma chave mestra. Diante do desespero eleitoral, a alta cúpula militar concedeu maior autonomia para a ARENA local, o que fez o partido se tornar dependente dos seus serviços e recursos publicitários.

Dentro dessa relação, João Miranda teve um papel fundamental, construindo um esforço inverso ao do final de 1974. Ao invés de amassar a ARENA, estereotipando suas contradições para a eleição de 1976, foi possível observar, a partir dos seus trabalhos, uma negociação de conteúdo entre o jornal e seus interlocutores, procurando diluir as adaptações que o partido governista integrava em sua nova versão, mais "jovem e moderna". A cada vacilo do MDB, uma charge era exposta para desconstruir a sua imagem, levando a perceber que, independentemente dos espectros cômicos circulantes, alguns processos humorísticos só começavam na medida em que eram autorizados.

Outro recurso muito importante nessa estratégia de mercado veio da tribuna do vereador Fábio Bittencourt Lucena, que a partir do jornal tinha seus discursos cirúrgicos amplificados no meio popular. As conexões entre o político mais votado da oposição e Umberto Calderaro forjaram uma terceira via de poder, onde ele e outros agregados do diretor eram protegidos pela força popular do jornal. Para comprovar essa função, faço um levantamento denso sobre as origens dessa parceria, que se não era ideológica, foi extremamente funcional para ambos.

O terceiro vetor desse tornado, que dominou a cena publicitária de 1970 a 1990, elegendo dezenas de candidatos, não tinha destaque público e atuava pelos bastidores. O jornalista mineiro Oséas de Carvalho foi responsável pelo novo projeto gráfico do periódico, levando o jornal a ser o mais vendido do estado, além de colaborar diretamente no projeto de marketing mais audacioso da empresa: *O peladão*. Esse produto, vendido pelos memorialistas como "projeto social" foi um instrumento autorizado para promover, a partir de um campeonato amador de futebol, concursos de beleza e eventos festivos em todas as comunidades mais distantes do Amazonas. Ele ocorria sempre no segundo semestre do ano, onde, em períodos eleitorais, se tornava um excelente espaço para publicidade e assistencialismo político. Hoje ele é um dos maiores, se não o maior, campeonato de peladas do país.

Para fechar a tese, o capítulo 4 *A charge do Miranda: espectros cômicos e processos humorísticos da ditadura amazonense* apresenta uma sequência de trabalhos

sobre 2 eventos, onde é possível observar tanto a interferência do diretor Umberto Calderaro nos conteúdos, quanto a dinâmica de negociações da coluna entre o chargista e seus interlocutores. Dividi esse capítulo em três partes, visando organizar a experiência do leitor. No primeiro tópico, apresento as representações do bipartidarismo político a partir das interpretações de Miranda, comparando onde elas se comunicam e se separam da tradição nacional de outros artistas.

Após essa apresentação, dois eventos públicos são abordados para justificar a funcionalidade da coluna enquanto instrumento político para o jornal: o caso *Watergate Municipal*, onde, a partir dos atos corruptos do presidente da Câmara Municipal Ruy Adriano (MDB), o *A Crítica* teve uma oportunidade ideal para desconstruir, entre seus leitores (eleitores), a imagem de credibilidade da oposição em Manaus. Após uma longa e intensa produção sobre temas políticos, ao final do processo, essa desmoralização acabou se tornando uma tragédia para o MDB, reverberando nos resultados da eleição de novembro de 1976.

Após o final desse episódio, abordo as charges do último trimestre, apresentando como Miranda e Calderaro coordenaram os processos humorísticos sobre a oposição antes e depois do pleito municipal. Foi possível observar que, mesmo com o objetivo de desmoralização do MDB, a produção dos temas políticos de Miranda caiu bruscamente, obrigando o autor a negociar elementos entre seus interlocutores.

Portanto, todo esse caminho que foi do jovem João Miranda, o aspirante a militar que foi ao Rio de Janeiro se envolver na Guerra e, na volta, acabou se tornando profissional do humor, partiu desses temas. Entre os trabalhos da coluna analisados para esta tese, foi possível perceber que Miranda obedeceu a um padrão de publicações e estereótipos, pelo menos nessa primeira década. A partir dessa observação, que compõe os quadros distribuídos ao longo da tese, foi possível extrair esses movimentos a partir da quantidade atípica de produções que exerceu ao longo dos anos. Como dito, Miranda não era capaz de produzir comicidade, já que ela é resultado dos acidentes e incongruências da própria realidade. Por mais que Calderaro insistisse em uma piada de forma vertical, como chegou a fazer, ela não tinha longevidade e caía no desgaste imediatamente.

Escolhi o termo “espectro”, ligado a comicidade, de maneira experimental. A expressão circula por várias áreas do conhecimento, possuindo variadas definições que

vão da física à política. Contudo, dois movimentos são regulares dentro das terminologias: a diversidade e a variedade. De um espectro de matriz, que produz autovalores matemáticos, à um espectro político, que serve para localizar gradientes de posições ideológicas distintas, o espectro cômico seria um objeto não definido, flutuante, que resulta do acidente entre incongruências da realidade, mas que se molda de acordo com sensibilidade do observador. Ele não necessariamente produz humor, pois depende, enquanto matéria bruta, do estado de espírito, da visão de mundo e do processo humorístico que será destinado. Contudo, o espectro não é visível a quem não é sensível a ele e, metaforicamente, acredito que os humoristas têm um raciocínio treinado para captá-los e "pegar no ar a piada". Como um caricaturista, que consegue observar detalhes para elevar ao grotesco, um mímico observa regularidades que são invisíveis ao outro, e consegue organizá-las a ponto de repeti-las e dar ao expectador a sensação de mecanicidade.

Recentemente esse termo começou a figurar também na medicina. Por ser pai de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), certa vez me questionei sobre os termos atuais da nomenclatura, vigentes desde 2013. Curioso pela consolidação médica de um conceito onde há grande dificuldade de encontrar regularidades entre os casos, o termo envolve dois elementos que, coincidentemente, utilizei para instrumentalizar outro fenômeno polissêmico e enigmático: o riso.

A resposta dos especialistas sobre o uso dos termos está associada a *diversidade de sintomas e níveis*, já que o transtorno, enquanto inversão da ordem natural das coisas, se manifesta de maneira diferente em cada pessoa. Assim, da mesma forma que a medicina vem tentando enquadrar fenômenos singulares a partir de seus pontos em comum, acredito que cada espectro cômico é único não pela matéria prima do caos, mas pelas ferramentas que cada cultura tem, em seu tempo e espaço, para processá-la humoristicamente.

A todo o momento, a vida quebra sua mecanicidade, mas nem sempre estamos dispostos a enxergar todos os fenômenos que flutuam entre nós. Tão preocupados em manter o controle, atingir resultados e deixar o motor no neutro, as vezes perdemos de vista esses acidentes. Artistas como Miranda, Ziraldo, Angeli e Wilde Weber pegam no ar esses espectros, pois são observadores sensíveis desses não-lugares, seja no contraste do grotesco ou na tragédia da aceitação do caos. A sátira sequer precisa de imagem, mas

esses artistas encontram nela uma forma de processar esses eventos em formato de humor gráfico.

Como visto, nem sempre os humores estão equilibrados e disponíveis ao produto risível. Às vezes ele gera até um efeito contrário, de asco e revolta. Contudo, boas piadas podem vir em momentos errados, justamente por que são históricas. Da mesma forma, algumas desaparecem, ficam datadas ou mesmo parecem imortais, revelando as permanências e rupturas de mentalidade. Na obra *Cultura e Valor*, uma compilação de aforismos coletada entre 1914 e 1951[47], o filósofo vienense Ludwig Wittgeinstein discute sobre uma possível filosofia da cultura. Em sua experiência em Viena, o autor foi questionado sobre o que acontece quando as pessoas não têm o mesmo sentido de humor. Wittgeinstein respondeu que elas não reagem umas às outras convenientemente. Discutindo sobre o estado de espírito da alemanha nazista, onde havia disposição para rir do holocausto e misturar a conversa com citações cristãs, ela é um bom exemplo para identificar a historicidade do humor e como ele expressa não só um estado de espirito, mas também visões de mundo.

Em assuntos políticos, a funcionalidade da coluna *A Charge do Miranda* falava muito mais do jornal do que propriamente do chargista. Mas isso não o isenta da vaidade de encontrar, no processo humorístico, um jogo de linguagem ideal para atingir o público alvo do chefe. Dizer que Miranda foi um simples instrumento de Calderaro é negar sua autonomia criativa. Eles compartilharam por mais de 30 anos valores em comum, e mesmo que houvessem discordâncias pontuais, Miranda sabia como negociar um ponto comum em seus trabalhos. Portanto, Miranda realizava as seleções dos espectros cômicos, mas a decisão de dar início aos processos humorísticos, principalmente em assuntos políticos, passava pelo crivo de Umberto Calderaro. Com o produto risível na mão e diante da *off-set*, a forma como seriam apropriados no outro dia independe da intenção inicial, mas o feedback, nas ruas, praças, mesas de bar e fila do pão, indicavam as negociações necessárias para manter a funcionalidade da coluna. Miranda, como qualquer artista, quis ser compreendido, mesmo que as vezes fosse necessário negociar o seu próprio riso.

[47] WITTGEINSTEIN, Ludwig. *Cultura e valor.* Tradução de Jorge Mendes. Edições 70, Lisboa, 2000. P.121. As notas foram compiladas por Von Wright, seu sucessor na cátedra de filosofia em Cambridge.

CAPÍTULO 1. Rastros, traços e laços: desenhando os caminhos de *A charge do Miranda*.

As produções do chargista amazonense João Miranda de Queiroz recortadas para esta tese compreendem o período da abertura política do país, mais especificamente entre 1973 e 1976. Apesar de trabalhar com o diretor do *A Crítica*, Umberto Calderaro, desde 1958, como consta em seus dados pessoais[48], o recorte regular de produção do desenhista durou 21 anos, mais especificamente entre 1973 e 1994. Registro a data, pois ela marca o início da coluna enquanto espaço de identidade visual e textual[49] do jornalista. Na entrada da década de 90, Miranda deu início a seu processo de aposentadoria e outro vínculo com o periódico se estabeleceu até o fim da sua vida, em 2003.

Em virtude da regularidade intensa de produção (diária), desenhando oficialmente por 23 anos, não seria possível contemplar toda a obra do chargista nesta tese. Contudo, separei o recorte a partir de um dado retirado da última pesquisa[50], observando que a partir de 1974 houve uma inflexão política nacional que redirecionou o tabuleiro do poder também no Amazonas. O processo político iniciado neste ano apresentou quatro vetores que mereciam um exame mais atento: a coluna ganhou definitivamente um espaço, logo após seus usos políticos durante o pleito de 1974, carimbando assim sua identidade enquanto *A Charge do Miranda*; foi também um ano onde a oposição do MDB, figurante diante das delegações da ARENA, ganhou visibilidade e capital político na cidade, avançando como opção de oposição progressista; a partir da decadência de *O jornal*, do grupo Archer Pinto, a modernização técnica do jornal *A Crítica* promoveu um salto gigante diante da concorrência, passando a circular com diagramações dinâmicas, coloridas e novos cadernos; o processo de abertura política institucional produziu seus primeiros efeitos na economia amazonense, visto que a interferência do Estado no mercado, dominado pela Associação do

[48] Dados retirados da Carteira de trabalho do chargista e da ficha de registro do empregado. Acervo pessoal. Antes de ser ilustrador e colunista do jornal, Miranda foi funcionário de uma das empresas de publicidade de Umberto Calderaro chamada *Relart*.

[49] O jornalista começou no setor publicitário e, a partir dos anos 60 passou a ilustrar a coluna *Sim e Não*, a mais antiga do jornal. É apenas em 1972 que Miranda ganhou um espaço definitivo no jornal A Crítica e assim ficou até sua aposentadoria, em 1994.

[50] QUEIROZ, Thiago Rocha. *Humoral: Humor e Abertura social nas charges de Miranda (1972-1975).* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – UFAM. 2013.

Comércio do Amazonas (ACA), usava do jornal de Umberto Calderaro para expor e impor seus interesses.

A montagem desse cenário junto às derrotas da ARENA e as vitórias improváveis da oposição me deixaram, ao final da dissertação, com um sentimento de insatisfação. Contudo, ao final da pesquisa, um dado ficou evidente: havia uma regularidade incomum no uso de temas políticos, dinâmica essa que contrastava com seus 15 anos de serviço ao diretor Umberto Calderaro. A partir desse padrão, iniciei uma investigação.

Um ano antes, no mesmo período, Miranda ganhou sua regularidade enquanto chargista/colunista[51]. Apesar de alfinetar pontualmente problemas de infraestrutura, o chargista raramente desenhava temas políticos, muito menos com constância. Apesar de registrar o evento e problematizar a derrota da ARENA em Manaus através das charges, sobrou-me a insatisfação de não conseguir sistematizar como essa vitória/derrota foi construída. Desse desafio de compreender a dinâmica e funcionalidade da coluna em períodos eleitorais nasceu o desafio dessa tese. O recorte escolhido para a análise política parte do fim das eleições de novembro de 1974 e segue até os resultados políticos de 1976, buscando, justamente, identificar se o comportamento de João Miranda era regular e conectado com outros desígnios.

No início do projeto, o objetivo do trabalho focou em explicar como João Miranda serviu, durante o período de abertura política da ditadura, enquanto instrumento sofisticado de ataque aos desafetos e adversários políticos de Umberto Calderaro. Considero que, em um contexto de forte censura e vigência do AI-5, a dimensão do humor gráfico e dos jogos de comicidade textual promovem ambientes privilegiados de análise, principalmente quando se tem em mãos um jornal de alta circulação, líder de vendas, e um chargista com grande aceite popular. Contudo, durante a construção da tese, se revelou que a coluna *A Charge do Miranda* era uma entre as forças que haviam, deliberadamente, movimentado essa e outras vitórias políticas em Manaus nos anos seguintes. Constatei, então, a existência de um projeto bem articulado, iniciado na virada para a década de 1970 e que, com as parcerias determinadas,

[51] Miranda iniciou sua relação com Umberto Calderaro ilustrando propagandas comerciais. Nos anos 60 passou a ilustrar temas de esporte e colaborar, sem regularidade, na coluna *Sim e Não*. Em setembro de 1973 ele iniciou a coluna *Miranda*, abordando temas aleatórios sobre infraestrutura, futebol e crítica de costumes. Em outubro de 1974, um mês antes da eleição nasceu a coluna *A Charge do Miranda*, que lhe acompanhou até seu desligamento do jornal nos anos 90.

encontrou seu eixo em 1973, ano em que os projetos gráficos da empresa foram alterados, cadernos foram lançados e máquinas novas amplificavam o poder de alcance da empresa.

Assim, as charges políticas de Miranda norteiam os vetores dessa tese, buscando compreender, a partir da sua linguagem, circularidade e funcionalidade, como emergiu em Manaus, a partir de 1973, um tipo muito específico de oposição. Como dito, foram analisados temas políticos publicados na coluna sobre as eleições de 1976, na ideia de compreender, através do humor gráfico, os caminhos e movimentos da oposição junto ao projeto político da empresa de Umberto Calderaro.

Contudo, a abertura das discussões sobre o objeto dessa tese inicia a partir de 1973, ano emblemático para o jornal de Umberto Calderaro. Escolhi situar esse recorte por duas razões: ele marca o ponto de arrancada que levou o jornal à liderança de mercado, ocupando o espaço após a falência do periódico *O Jornal*, da família Archer Pinto; nesse mesmo impulso, foi estabelecido um projeto de sobrevivência política entre o diretor Umberto Calderaro e alguns membros da oposição do MDB em Manaus, reconfigurando o tabuleiro político da cidade.

Mais até do que o desenhista, a coluna *A Charge do Miranda* fez parte desse projeto. Sua influência e popularidade foram determinantes na circulação dos posicionamentos do jornal em uma época onde havia o hábito corriqueiro de "ler primeiro a charge antes das notícias" [52]. Através das escolhas temáticas foi possível tatear não só os tipos de espectro cômico circulantes, mas também a construção de processos humorísticos objetivos, posicionando, quando conveniente, o jornal diante dos seus adversários. Portanto, exposto o objetivo da tese e os desafios que ela perseguiu, neste momento torna-se necessário estabelecer um roteiro para compartilhar essa história. Assim, dividi essa primeira etapa em 3 partes:

---

[52] Portal A Crítica, 27 de julho de 2022. *Lançamento do livro "As charges do Miranda: O que vier eu traço".* 45m:22s. Em entrevista à Rede Calderaro de Comunicação, o escritor Tenório Telles registra um hábito curioso da sua geração. Comentando sobre os motivos que lhe levaram a apoiar a coletânea de Simas Pessoa sobre João Miranda, o escritor comenta: "Quando eu peguei esse material que o Simas apresentou lá no conselho, em busca de apoio, eu comecei a olhar ali as charges e fiquei muito emocionado... Eu também era um daqueles adolescentes que fazia duas coisas quando pegava o jornal *A Crítica* pra ler: eu ia para o Caderno C e de lá eu pulava direto para a charge do Miranda. Era um hábito quase automático. Então, o Miranda faz parte do meu imaginário juvenil também, como faz parte do imaginário de dezenas de pessoas, da nossa... desse período da minha geração e até posterior também, assim como antes também da minha geração. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=pLxbvvRH2Nw&t=2813s.

Para alcançar a leitura dessa dinâmica, que emergiu em 1973, se aplicou em 1974 e se repetiu enquanto método nos pleitos seguintes, foi necessário fazer um levantamento extenso sobre esse contexto em nível local, procurando observar onde avançamos diante desse mosaico ainda bastante "pixelado". As produções sobre esse tema evoluíram bastante nos últimos 10 anos, o que permitiu tatear esse objeto com mais intelecção. Vale destacar esse ponto, pois, enquanto aluno de iniciação científica em 2008, existia apenas um trabalho acadêmico sobre o recorte da ditadura em Manaus. Em 2024, além de artigos recentes, novas fontes surgiram, como entrevistas e relatos de contemporâneos que, sem autocensura, parecem mais à vontade para dar relatos na "Era dos podcasts". Portanto, é justo elencar no começo desta tese os trabalhos que me auxiliaram na construção desse raciocínio sobre a funcionalidade de *A Charge do Miranda* nesse recorte.

Em seguida faço um levantamento biográfico sobre a trajetória do objeto de pesquisa, o chargista João Miranda. Atualizei várias informações que acumulei nos últimos 10 anos, portanto ampliando a redação de 2013 e anexando novos dados. Seus primeiros passos e registros de trabalho foram condensados aqui para informar a origem dos traços e, principalmente, dos laços que estabeleceu com a família Calderaro. Vale destacar que essas correntes foram forjadas ainda no período colegial, dentro da escola salesiana Dom Bosco. Outro ponto levantado para o debate diz respeito às suas referências profissionais na Manaus dos anos 1940. A influência do artista plástico amazonense Branco Silva foi fundamental nos seus primeiros passos profissionais. Pela carência de fontes, construí um paralelo possível entre eles, buscando deduzir como a atuação do pintor pode ter sido determinante na decisão pelo seu ofício.

Fechando o capítulo, apresento um breve histórico sobre a empresa que ele se dedicou por 37 anos, o jornal *A Crítica*. Compreender as origens desse espaço de produção, a partir de seus embates e suportes políticos, é o que permite ler, na proposta risível das charges, a relação entre o perfil de ação do periódico e os rastros que Miranda deixou na dimensão dos seus jogos cômicos. Esse levantamento também foi atualizado, em relação à dissertação de 2013, e traz novas informações que ajudam a visualizar com maior nitidez as estratégias de sobrevivência da família Calderaro ao longo desses anos.

1.1 História e a historiografia amazonense da ditadura

O período da ditadura militar brasileira é hoje, em tempos de polarização e revisionismos passionais, um dos temas mais explorados politicamente pelas mídias modernas nacionais. Todo esse interesse súbito, muito atrelado a usos políticos, inclui também outras motivações mais específicas: nos últimos anos, a grande quantidade de trabalhos publicados e linhas de pesquisas em desenvolvimento revelam não só as demandas por respostas substanciais, em nível de contribuição historiográfica, mas também a necessidade de oferecer ao grande público certo letramento conceitual para a resolução de questões que por muito tempo ficaram suspensas no ar do senso comum.

Dentro do *métier* dos pesquisadores, Carlos Fico argumentou, há quase 20 anos, sobre o caráter incipiente da produção historiográfica desse tema. Para Fico, "o fenômeno se explica não por um desinteresse dos historiadores, mas pelas dificuldades peculiares à chamada *história do tempo presente* e pela carência de fontes documentais"[53]. O argumento do autor, com quase duas décadas de circulação, hoje parece até deslocado, visto o notável crescimento do campo da *História do Tempo Presente* entre os programas de pesquisa no país. Esse avanço muito se deve, segundo Rossato[54], pelo crescimento e influência da *Nova História Política* francesa e, nacionalmente, pelos trabalhos de historiadoras como Marieta Moraes[55], Helenice Rodrigues[56], entre outros.

Contudo, é importante, tanto quanto mapear a trajetória dessa vanguarda de pesquisa, compreender a demanda de problematizações que foram suscitadas na última década, desde a abertura da *Comissão Nacional da Verdade* em 2010[57]. O crescimento dos programas direcionados ao tema, as polêmicas sociais, o avanço metodológico e a

---

[53] FICO, Carlos. *Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. P. 20.

[54] ROSSATO, Luciana; CUNHA, Maria Teresa Santos. Vetores para uma escolha: História do Tempo Presente e as pesquisas discentes no PPGH/UDESC. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 162 - 185. jan./abr. 2017.

[55] FERREIRA, Marieta de Moraes. História, Tempo Presente e História Oral. Topoi, Rio de Janeiro, n. 5, v. 3, p. 314-332, jul./dez. 2002.

[56] RODRIGUES, Helenice. *"História do Tempo Presente: Problemática das Fontes" (2001).* Disponível em http://www.poshistoria.ufpr.br/fonteshist/Helenice.pdf Acesso em: 29 abr. 2017.

[57] Em dezembro de 2009, por ocasião da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, reuniram-se em Brasília cerca de 1.200 delegados de conferências estaduais, convocadas pela Secretaria de Direitos Humanos na gestão do ministro Paulo de Tarso Vannuchi, para revisar e atualizar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). A conferência recomendou a criação da CNV, com a tarefa de promover o esclarecimento público das violações de direitos humanos por agentes do Estado na repressão aos opositores. Relatório da CNV, volume 1, dezembro de 2014.

abertura de arquivos promovem hoje um cenário bastante favorável para que esse período ditatorial, tão cheio de lacunas, receba constantemente novas interpretações e atualizações da comunidade acadêmica. A história do objeto de pesquisa dessa tese acompanhou grande parte desse processo.

É importante salientar esse cenário, pois, no caso da discussão levantada sobre a Região Norte, é notável o crescimento, tanto dos trabalhos quanto das mudanças de abordagem conceitual. Para melhor ilustrar o estágio dessas discussões e pavimentar a experiência dos leitores mais deslocados a nossa realidade, um breve levantamento se torna necessário para compreender em que ponto o tema da ditadura militar no Amazonas está e de onde surgiram as inflexões que reencaminharam seus debates. Fiz essa investigação levantando os trabalhos que podem servir de ferramenta para esta tese, seja direta ou indiretamente. Este mapeamento, apesar de breve, oferece uma boa ideia de como foi ladrilhada essa estrada até aqui, sendo cada pedra, entre blocos e cascalhos, importantes nos resultados do trajeto. Diferente de Alice, perdida no país das maravilhas, é importante seguir o conselho do gato, considerando para e por onde caminhar.

Portanto, para esta etapa preliminar de mapeamento historiográfico, organizei a trajetória dos trabalhos a partir de seus eixos teóricos, respeitando a datação do texto e a historicidade dos seus autores. As três gerações carregam suas particularidades, deixando transparecer seus objetivos narrativos e as ferramentas disponíveis em cada atelier de produção. Importante salientar que, mesmo os trabalhos ancorados no *desenvolvimentismo* ou aqueles que buscavam se validar nas representações *memorialistas*, os novos trabalhos e abordagens que surgiram na última década são tributários desses primeiros esforços. Os usos e desusos dessas ferramentas dependem dos problemas que chegam ao balcão da oficina do historiador.

A) Amazônia, militares e desenvolvimentismo

Se a ditadura militar no Amazonas não foi amplamente abordada como um tema específico nos anos 1990, o aspecto do *desenvolvimentismo* o foi com bastante ênfase. Na vanguarda desse debate, a socióloga Marilene Correa, em seu trabalho *Metamorfoses da Amazônia*, trouxe colaborações importantes, discutindo como:

> a necessidade de ajustes a região à economia internacional criou zonas de enclave onde se transplantaram modos de organização da produção e da circulação de mercadorias, compatíveis com a nova divisão internacional do trabalho e com as relações de mercado mundiais[58].

Segundo a autora, a Amazônia viu emergir nos anos 1970 uma configuração que alterou não apenas um modo de produção econômico, mas também a forma de produzir a vida em sociedade. O discurso militar de integração fazia parte de um argumento maior que procurava definir tecnicamente a região a partir de uma falsa imagem de "vazio demográfico". Essa ideia foi inclusive responsável por estimular uma grande migração de famílias para a região em busca de melhores oportunidades de vida. Sem capacidade para suportar esse crescimento súbito, Manaus sofreu, em pouco tempo, uma acelerada transformação urbana que, a exemplo de outros territórios ocupados sem planejamento, apresentaria as rachaduras de uma cidade impotente diante do próprio "monstro" que ajudava a criar[59].

O livro de Marilene é até hoje um clássico entre os cursos de graduação. Apesar do recorte em nível de região e das categorias de análise, os exemplos citados apresentam uma forma bem particular de compreender as dinâmicas econômicas dos grandes projetos direcionados à Amazônia, servindo assim, caso necessário, como modelo de interpretação para discussões e perguntas mais abrangentes. Vejo o trabalho de Marilene como um ótimo problematizador de questões, desde que se tenha o cuidado com algumas respostas estruturais que sustentam o seu argumento, pelo menos em nível de uso historiográfico e fazendo justiça à historicidade do texto, datado de 1997.

Seguindo na mesma direção e dimensão, Rosineide Bentes[60] enfatizou igualmente os aspectos geográficos e as políticas econômicas, apontando que, até a década de 1950, a Amazônia era vista, no nível da economia nacional, apenas como fornecedora de produtos extrativos. Entretanto, no final dos anos 1960, em virtude das

---

[58] SILVA, Marilene Corrêa da. *Metamorfoses da Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

[59] FONSECA, Vânia; CORRÊA, Cleusa Maria. *A evolução da população de Manaus-1950 a 1970.* Instituto de Pesquisa da Amazônia, 1972. P. 64. Um artigo contemporâneo do processo já apontava, utilizando censos, anuários, arquivos de cartório e maternidades, mudanças demográficas gritantes entre 1950 e 1970. Segundo as pesquisadoras, esse aumento no crescimento migratório parece ser fruto, em grande parte, de um esvaziamento do Interior do Estado, cuja população, excluindo-se o município da capital, cresceu somente 18.48% na última década. Já a população de Manaus cresceu mais de 79,71%, saindo de uma média de 139.620 para 314.197 registros.

[60] BENTES, Rosineide. *Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: os grandes projetos.* In: *Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais*. Belém: Secretaria de Estado de Educação/CEJUP. 1992.

articulações internacionais decorrentes do governo Juscelino Kubitscheck, direcionou-se à região uma política de valorização, organizada, sobretudo, através da criação da *Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia* (SPVEA). A partir do estímulo oferecido pelo Estado, direcionaram-se para a região norte grandes projetos de infraestrutura, tais como rodovias, ferrovias e hidrelétricas, a fim de dar base para a política de integração econômica do governo.

O texto de Rosineide Bentes contempla bastante os aspectos espaciais e é facilmente encontrado em notas de rodapé de artigos de geografia política. Clássico, é uma ferramenta importante na escala de compreensão das políticas de integração nacional e discursos de "vazio demográfico", divulgados amplamente junto a propaganda do governo militar. Tanto Rosineide quanto Marilene respondem bem, de acordo com a problemática que levantam, suas questões de acordo com as dimensões. Entretanto, o tema da ditadura não tem ênfase, sendo pouquíssimo citado. Ambos se dedicam mais a destacar o impacto dos efeitos políticos direcionados à região, como é o caso de outro grande clássico bem conhecido pelos historiadores amazonenses: *O complexo da Amazônia*[61].

Ocupando a bibliografia de vários trabalhos dentro dessa temática, o médico Djalma Batista comenta que, dentro deste contexto de forte intervenção política, os projetos de integração do país nos servem como os registros históricos mais marcantes desse período. Em uma escala local, Manaus atravessou neste momento grandes transformações em virtude do desenvolvimento da Zona Franca de Manaus, implantada em 1967 durante o mandato de Castelo Branco e expandida entre os governos de Costa e Silva e Emilio Garrastazu Médici. A metáfora da esfinge[62], em seu último capítulo, fornece um bom ângulo sobre a proposta do autor e a historicidade do seu texto. Desenvolvendo o raciocínio a partir da relação entre o complexo potencial da região e

[61] BATISTA. Djalma. O complexo da Amazônia – Análise do processo de desenvolvimento. Djalma Batista. 2.ª Ed. – Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

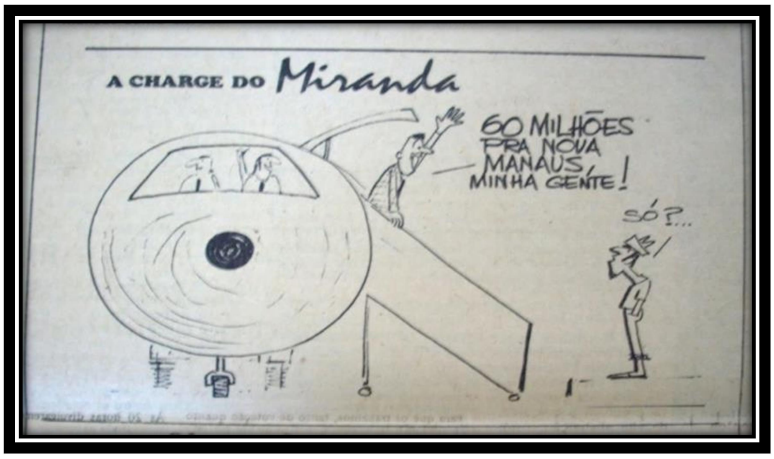
[62] SILVA, Ricardo Lima da; RÉGIS, Alex Sander Pereira; MARINHO, Venâncio José Michiles. *O enigma da Esfinge: o pensamento político de Samuel Benchimol e Djalma Batista*. Revista Sem Aspas, Araraquara, v.8, n.1, p.30-44, jan./jun. 2019. A concepção de Poder defendida por Djalma Batista está relacionada a historicidade dos seus conceitos sobre integração nacional. Para ele, responder o debate sobre a exploração dos recursos de maneira sustentável, preservando assim o ecossistema da Amazônia, era uma questão complexa diante do interesse de ocupação e dos efeitos desenfreados. Além disso, apontava a necessidade de criar condições para a pesquisa científica, apresentando saídas para a preservação dos recursos naturais. Seu principal objetivo, bem como o de outros da sua geração, era mostrar a viabilidade da região ao desenvolvimento econômico. Para não devorar ou serem devorados pelos efeitos colaterais, era necessário compreender o ecossistema, visando a manipulação do espaço com responsabilidade. Foi um crítico importante nos debates sobre a Operação Amazônia.

os projetos faraônicos do governo, a discussão envereda pelo mesmo caminho dos efeitos econômicos, tangenciando as causas políticas e desviando o foco dos atores políticos desse processo.

Como é possível notar, grande parte das pesquisas publicadas durante os anos 1980 e 1990 enfatizavam o papel econômico que as políticas de desenvolvimento e ocupação da região direcionavam à Amazônia durante o período militar, optando por uma narrativa onde o aspecto político partidário era encarado como menos prioritário. Contudo, vale ressaltar a importância desses esforços de vanguarda e a contribuição que deixaram para aqueles que procuram entender a dinâmica econômica desses recortes. Se hoje há uma carência menor de trabalhos abordando o tema e explorando aspectos mais específicos, sem dúvida estes pesquisadores foram os precursores de diversas problematizações que viriam emergir apenas mais tarde.

Vale destacar que, nos anos 1970, Miranda produziu algumas charges que apresentavam os descompassos entre os projetos dos governos militares e as especificidades dos processos amazônicos. Se não problematizava as causas, a comicidade dos efeitos desses eventos na cidade era, provavelmente, algo inevitável aos leitores, flutuando pelos espectros cômicos da cidade, apenas aguardando a criatividade de um bom entendedor para iniciar, ou não, processos humorísticos.

Charge 01[63]



- 60 Milhões pra nova Manaus, minha gente!
- Só?

Como já levantado, os contrastes entre o projeto e o processo das políticas desenvolvimentistas no Amazonas eram escancarados aos leitores com apenas um virar

[63] Jornal A Crítica. 21 de junho de 1976. P. 04.

de página. Charges como a da figura acima, conviviam com a ampla publicidade de construtoras financiadas pelo Governo Federal. Portanto, não era estranho ter na página 4 uma piada sobre a falta de preocupação com o meio ambiente e, na página seguinte, uma propaganda do governo sobre a riqueza da Amazônia.

Neste caso específico, a charge discutia sobre o caos das enchentes que assolaram as comunidades ribeirinhas no mês de junho de 1976, período de cheia. A visita de Maurício Rangel Reis, ministro do interior, trazia um projeto de deslocamento das famílias para outras áreas da cidade e interior. O descompasso entre a zona urbana e rural, próximos geograficamente e distantes em infraestrutura, foi a tônica da anedota. Ao mesmo tempo em que brinca com o contraste, a coluna aproveita o ensejo para alfinetar as políticas públicas do Governo Federal em relação a esse episódio. A abertura para ironizar intervenções federais em um ano de eleição, mesmo que municipais, indica certo conforto para a família Calderaro neste contexto, permitindo tatear, através do humor, o termômetro de possibilidades que o diretor do jornal possuía em relação a ditadura.

B) Os memorialistas e a ditadura no Amazonas

De modo geral, a carência de pesquisas sobre essa história recente do Amazonas não é nenhuma novidade. Até mesmo livros didáticos ainda não contemplam, em sua grande maioria, mais do que a década de 1970[64]. Porém, existem alguns levantamentos que podem ser úteis ao trabalho do pesquisador desse campo.

Se a escassez de produções historiográficas sobre este recorte é algo bastante evidente até 2010, as produções biográficas que narram a trajetória de personagens importantes da política local aparecem em quatro produções que, se olhadas com o cuidado necessário, podem oferecer informações preciosas para compreender as lacunas históricas desse período. A biografia *A Crítica de Calderaro*[65], do advogado Júlio Antônio Lopes, narra com detalhes a trajetória do diretor Umberto Calderaro Filho,

[64] SANTOS, Francisco Jorge dos. *História do Amazonas: 3ª série - ensino médio*. 1ª ed. São Paulo: Atica, 2007. O livro didático do professor Francisco Jorge dos Santos chega tematicamente até o desaparecimento dos Waimiri Atroari. Porém, vale destacar que a recente publicação *O genocídio Waimiri-atroari (2012)*, resultante do 1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade, já vem mudando as representações sobre esse processo, tornando-se fonte indispensável para os pesquisadores desse contexto.
[65] LOPES, Júlio Antônio. *A Crítica de Umberto Calderaro Filho.* Manaus: Editora Cultural da Amazônia, 2010.

revelando no texto aspectos do seu cotidiano, preferências políticas e diversos registros fotográficos das alianças que o jornalista construiu ao longo dos seus 63 anos. Compreender o diretor e suas conexões políticas antes, durante e depois da ditadura facilita bastante visualizar a construção das elites partidárias do estado. Com detalhes sobre a vida pessoal e profissional, a biografia pode ser estudada como fonte e objeto, desde que analisada com doses generosas de prudência historiográfica. Juntamente com o livro de Arlindo Porto[66], que faz um aparato de várias entrevistas, notícias e relatos sobre a vida do diretor, boa parte das informações que levantei para montar o mosaico da trajetória de Umberto Calderaro partiu dessas publicações. Sobre os materiais relacionados a ele, voltarei mais adiante.

Lançada em 2013, as crônicas de Paulo Figueiredo[67] também nos possibilitam ampliar olhares sobre o contexto da ditadura e seus efeitos no Amazonas. Ao longo das suas 30 crônicas é possível visualizar detalhes e meandros que circulavam entre as elites políticas da época, desde os primeiros momentos do golpe até sua estabilização. As prisões, cassações e desgastes políticos, como o caso de Plínio Ramos Coelho, destituído do cargo por Castelo Branco, revelam bastidores curiosos desse processo. O trabalho é uma das fontes mais citadas em artigos que discutem o jogo das elites políticas desse recorte. Diante da carência de fontes primárias, o ambiente de disputas partidárias que acompanhou o discurso dessas memórias permite organizar e amarrar as ligações possíveis entre os atores sociais em questão nesta tese. Sejam eventos anteriores ou posteriores a construção do *A Crítica*, a coluna *A Charge do Miranda* respondeu aos efeitos colaterais do seu tempo e aos estilhaços de contendas anteriores do seu diretor.

Outra obra bastante citada é o ensaio de 1977 *A Expressão Amazonense*[68] do escritor Márcio Souza. Apesar da análise conjuntural, sobre esse recorte o autor tece vários relatos sobre a dinâmica que a cidade vinha sofrendo durante a década de 1970. Comenta bastante sobre os transtornos causados pela televisão junto a uma população acostumada com o circo, rádio e cinema, o que contribui em pesquisas que abordam o papel da imprensa e dos tipos de comunicação de massa no estado. Para o autor, a

[66] PORTO, Arlindo. Umberto Calderaro Filho – Legenda de trabalho e de amor pelo Amazonas. Manaus: Editora Valer. Governo do Estado do Amazonas, 2007.
[67] FIGUEIREDO, Paulo. *O golpe militar no Amazonas: crônicas e relatos.* Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria do Estado de Cultura. 2013.
[68] SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo.* São Paulo, Alfa-Omega, 1977.

chegada deste veículo sofisticado proporcionou padrões de comportamento, costumes e usos praticamente ininteligíveis à audiência amazonense deste contexto[69]. Os relatos do autor têm grande utilidade para aqueles que procuram compreender, dentro da ditadura, as transições de representação e comportamento que o contexto local produziu, além de serem fonte e objeto de época.

Por fim, o livro *Discursos e Metas*[70] do ex-governador Henoch Reis, oferece no seu texto diversos esquemas do seu projeto de governo, incluindo afirmações sobre a televisão como um projeto de "educação cultural" que deveria ser estendida as comunidades mais carentes. Em relação ao interior do estado, o político e magistrado, natural de Manacapuru-AM, registrou ainda que a utilização maciça dos meios de comunicação deveria traduzir-se em uma tarefa de desenvolvimento social e qualidade de vida, educando a população interiorana sobre temas ligados a saúde, higiene e cuidados sanitários. É importante não se confundir com a miragem dessas propostas ou deslocá-las das nevoas que escondem seus interesses, principalmente os ligados ao *Projeto Rondon*. Esse empreendimento dos governos militares utilizou do discurso desenvolvimentista para intervir em comunidades distantes sob o argumento de estar levando a "civilização" àqueles que não a conhecem. Diante dos planos políticos de Henoch Reis, vários municípios conheceram as sanções da *Operação Ajuricaba* e *Operação Manaus*, onde governos e mandatos foram destituídos e cassados arbitrariamente. Sobre esses temas volto mais adiante.

Como mencionado, esses aspectos são excelentes para quem trabalha dentro das estratégias de comunicação de massa que a política militar lançou sobre o Amazonas. O recorte estudado nesta tese inicia exatamente na emergência do seu mandato, em 1974. O político foi uma escolha oriunda do poder executivo, passando por cima dos interesses partidários da ARENA local. A dinâmica do seu governo foi conflituosa e obedeceu aos novos interesses emergentes nesse contexto.

---

[69] Em setembro de 1950, a televisão chegou ao Brasil pelas mãos de Assis Chateaubriand, que também estendeu sua ação para a Região Amazônica. Com um atraso de 11 anos, a primeira emissora foi inaugurada em Belém, com o nome de *TV Marajoara*, Canal 2, em setembro de 1961. De início a programação era quase toda local. Junto com a rádio, a *TV marajoara* chegou a contar com cerca de 300 pessoas entre seus empregados. A emissora só permanecia no ar por três horas, no início da noite. A televisão só seria implantada no Estado do Amazonas em setembro de 1969, através da *TV Ajuricaba*. Canal 38, em UHF. Ou seja: 8 anos depois de Belém e 19 depois da primeira vez no Brasil.

[70] REIS, Henoch. *Discursos e Metas no governo do Amazonas 1975-1976*. Manaus, Imprensa Oficial, 1978.

Portanto, as poucas obras produzidas no e após o contexto militar ainda carecem de estudos mais profundos. Estão recheadas de subjetividades e homenagens que podem proporcionar ao historiador, guiado pelas perguntas certas, um leque amplo de possiblidades de leitura. Diferente das pesquisas que problematizam os efeitos econômicos, estes trabalhos servem como ótimos objetos de estudo, que na sua relação com outras obras e fontes, nos ajudam a tatear com maior nitidez o nevoeiro desse recorte.

As pesquisas mais especializadas no campo da História da ditadura, responsáveis pela reciclagem teórico-metodológica desses eventos, surgiram na década seguinte.

C) Pesquisas acadêmicas no Amazonas

Dentro dos programas de pós-graduação em História do Amazonas, o primeiro trabalho que tratou sobre o evento da ditadura no estado foi o de Cleber Bezerra[71], que dissertou sobre as representações dos jornais amazonenses diante do golpe civil-militar de 1964. Fornecendo periódicos que evidenciam a articulação política existente entre os militares e a imprensa local, o autor utilizou como objeto as matérias publicadas pelo *A Crítica* e *Jornal do Commercio* durante o período de instalação do regime, situando o Governo Arthur Cezar Ferreira Reis (1964 – 1966) como marco político de difusão do projeto "revolucionário" no Amazonas. Até pelo contexto de publicação, a dissertação de Cleber carece de abordagens conceituais que somente anos mais tarde viriam a se tornar de uso comum entre os pesquisadores desse tema. Contudo, vale destacar a relevância de desbravar o tema em suas relações com a imprensa da época, oferecendo aos pesquisadores um trabalho pioneiro dentro do campo da história local.

Torna-se importante registrar que as pesquisas do programa de pós-graduação da UFAM iniciaram em 2006 e o curso ainda não contava com laboratórios específicos para trabalhar o recorte da ditadura, pelo menos não pontualmente. Boa parte das pesquisas iniciais usavam da imprensa como fonte e objeto de análise. Vale destacar a importância do *Laboratório de História da Imprensa do Amazonas* (LHIA) que,

[71] BEZERRA. *Cleber de Lima. A Imprensa amazonense: Dos preparativos do golpe à instituição do AI-5 (1963-1968).* Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – UFAM, Amazonas. 2010.

gerenciado pelos professores Luis Balkar Pinheiro e Maria Luiza Ugarte, colaborou bastante na divulgação e orientação de pesquisas que abordavam diversos periódicos políticos da história amazonense.

Este último fator me diz respeito. Em 2013 concluo o trabalho de mestrado, intitulado *Humoral: humor e abertura social nas charges de Miranda (1972-1974)*[72], onde dissertei sobre o processo criativo do chargista do *A Crítica* durante o contexto da eleição de 1974 no Amazonas. Apesar de estender o recorte, muitas lacunas quanto ao jogo político conjuntural ficaram de fora e foram contempladas na extensão da pesquisa, agora diante desta tese.

Um ponto curioso a ser citado é que, em 2010, no início da pesquisa, os trabalhos acadêmicos que tateavam sobre o tema da ditadura no Amazonas, na maioria das vezes, por falta de referenciais locais, faziam leituras politicamente homogêneas, auxiliando-se nas narrativas de outros eixos do país e assim davam-se por satisfeitos. Como se o silencio fosse competente o suficiente para encerrar as frases dos seus parágrafos. Até mesmo em sala de aula observava-se um desinteresse pelo contexto, que se encerrava ora por carência de fontes, ora por escolha dos docentes.

É importante citar também que em 2010, com o primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff, a *Comissão da Verdade* abriu um leque gigante de possibilidades para os pesquisadores desse tema no Brasil. Tanto o debate quanto o acesso às documentações sigilosas promoveu aumento de trabalhos, linhas de pesquisa e seminários temáticos por todo o país. Com as redes sociais, as reciclagens teóricas e a oferta de novos paradigmas se divulgaram amplamente pelos departamentos e grupos de trabalho, trazendo assim novos pesquisadores e curiosos sobre o tema. As comissões regionais foram importantíssimas nessa ampliação de perspectivas e marcaram, certamente, uma transição nesses campos de pesquisa.

Em 2015 Vinicius do Amaral[73] defendeu a dissertação *"Ou a revolta ou a obediência estúpida": Aldísio Filgueiras frente à ditadura civil-militar (1964-1968)*, trazendo o debate para o campo literário e escolhendo a poesia de Anibal Beça como objeto de estudo para o contexto. Analisando a experiência do poeta e os canais da

[72] QUEIROZ, Thiago Rocha. *O Humoral: Humor e abertura social nas charges de Miranda (1972-1974*). Programa de Pós-graduação em História - UFAM. Amazonas, 2013.
[73] AMARAL, Vinicius Alves do. *"Ou a revolta ou a obediência estúpida": Aldísio Filgueiras frente à ditadura civil-militar (1964-1968).* Programa de Pós-graduação em História - UFAM. Amazonas, 2015.

revolta à ordem militar em Manaus, entre os anos de 1964 e 1968, Vinícius do Amaral escolheu o universo da verossimilhança literária para discutir o tema, refletindo sobre as representações do artista em relação aos fenômenos políticos da cidade. Recentemente, em sua tese[74], o autor mudou de objeto, porém explorou outro personagem importantíssimo para o debate deste recorte: Arthur Cezar Ferreira Reis. Político e intelectual que construiu sua carreira entre períodos democráticos e autoritários, Arthur Reis traz em sua trajetória uma série de posicionamentos ambíguos e escolhas contraditórias que transmitem bastante sobre a dinâmica do seu tempo e espaço de influência. O estudo sobre estes articuladores da primeira década da ditadura no Amazonas soma bastante à pesquisa, visto que um dos eixos deste trabalho se concentra na atuação do jornalista Umberto Calderaro, parceiro político das elites locais golpistas atuantes em 1964. Arthur Reis teve uma relação muito próxima com a família Calderaro, visto que seu pai, Vicente Reis, foi um dos fundadores do *Jornal do Commercio* no Amazonas em 1912.

Em 2016, a chegada do pesquisador César Augusto Bubolz Queirós ao corpo docente do PPGH da UFAM impulsionou os projetos direcionados ao recorte da ditadura em Manaus. Em qualquer curso, trabalhos começam a ganhar corpo entre as graduais etapas acadêmicas, partindo de projetos de iniciação científica a orientações de mestrado e doutorado. O curso de História da UFAM era carente de um especialista em tópicos de teoria política e Brasil contemporâneo. Importante destacar esse fato, pois a dificuldade de explorar o tema também parte do interesse dos docentes da pós-graduação, que ao vincularem seus orientandos aos projetos, ampliam os leques de expansão do tema e de aceite entre os projetos encaminhados às linhas de pesquisa. Com um especialista desbravando os efeitos da ditadura no Amazonas, vários discentes se vincularam ao recorte. Esta tese é um desses casos.

Em 2017, o professor lançou dentro da revista *Mundos do trabalho* o artigo *O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas*[75] enfatizando o gradual desgaste que os governos do PTB sofreram no processo de instalação do golpe militar no Amazonas. A partir dessa pesquisa surgiram outros trabalhos dentro dessa trajetória dos governadores do partido trabalhista, tais como *O golpe de 1964 no*

[74] AMARAL, Vinícius Alves do. *O Cruzado Amazônico: Trajetória pública e o governo de Arthur Cezar Ferreira Reis (1930-1970).* Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2021.
[75] QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas.* Revista Mundos do Trabalho (online), v. 8, p. 49, 2017.

Amazonas e a deposição do governador Plínio Coelho[76] e *'Papagaio que está trocando as penas não fala': autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do golpe de 1964*[77], trabalhando elementos diferentes dentro do mesmo contexto de embates políticos partidários. A relação entre Umberto Calderaro e os governos do PTB são fundamentais para entender as escolhas políticas do diretor na década de 1970.

Recentemente, César Queirós vem publicando e atuando com regularidade em palestras sobre a trajetória da cultura política autoritária no Brasil. Dentre as pesquisas, vale destacar o artigo de 2020 *"Que fizeram com meu pai?": Sindicalismo e Ditadura no Amazonas*[78], onde aborda a trajetória de Antogildo Pascoal Viana, presidente do sindicato de estivadores, uma das primeiras vítimas registradas do aparato repressivo que se instaurava em 1964. Além dessa publicação, que colabora com o esforço de dar visibilidade tanto à repressão ocorrida no Amazonas quanto às estratégias de resistência utilizadas pela população, o trabalho *"Amazônia em Armas": luta e resistência contra a Ditadura no Amazonas* reforça ainda mais essa tese, embora partindo de outro objeto. O trabalho analisa uma tentativa de guerrilha ocorrida no estado em 1967, registrado na imprensa como *"O crime do motor Antônio Alberto".* Cesar Queirós discute o episódio, amplamente divulgado na imprensa da época, apresentando fontes que reforçam a atividade de grupos e indivíduos que não compactuavam com o autoritarismo do governo, refutando mais uma vez a ideia de que houve na cidade uma espécie de "ditabranda".

Importante situar que os Grupos de História do Trabalho no Amazonas possuem um diálogo bastante dinâmico entre os pesquisadores, já que muitas pesquisas vêm sendo direcionadas para esta zona de abordagem no PPGH da UFAM. É relevante destacar essa abertura de diálogo, pois ela ampliou não só as trocas conceituais, mas construiu também caminhos substanciais para que os discentes desejassem empreender projetos sobre este campo de pesquisa.

O trabalho de César Queirós tem o intuito de revelar que a repressão política no Amazonas teve a sua própria dinâmica e que as resistências, entre os diversos setores, continuam silenciadas, como um grande assunto mal resolvido. O esforço de pesquisa,

---

[76] _____ *O golpe de 1964 no Amazonas e a deposição do governador Plínio Coelho.* Revista Antíteses, v. 12, p. 542-562, 2019.

[77] _____ *'Papagaio que está trocando as penas não fala': autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do golpe de 1964.* Revista de História da Unisinos, v. 23, p. 73-83, 2019.

[78] QUEIRÓS, César Bubolz. *"Que fizeram com meu pai?": sindicalismo e Ditadura no Amazonas.* Revista Escritas do Tempo – V.2, n. 4, mar-jun/2020 – p. 1983-206.

quase que na vanguarda historiográfica do tema no estado, é extremamente animador, já que oferece, nesta ruptura de silêncios, material teórico e metodológico para que outros pesquisadores ingressem com mais atalhos e mapas de trajeto nesse universo em construção. Inclusive vale ressaltar que o professor recentemente organizou e lançou a coletânea *Historiografia amazonense em perspectiva*[79], onde contribui com um capítulo concentrado nos aspectos da história da historiografia do golpe militar na cidade, além de oferecer um balanço atualizado sobre as produções deste tema no estado. Atualmente o professor vem coordenando simpósios e publicações focadas na história do trabalho, das elites e da política no Amazonas.

Como fruto dessa agricultura temática nasceu em 2017 *o Laboratório de Estudos sobre Trabalho e Ditadura* (LETRAD), primeiro momento do que viria a se tornar atualmente o *Laboratório de Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia* (LABUHTA), contemplando assim pesquisas entre as mais diferentes etapas do curso. Organizando eventos e grupos de estudo direcionados a desenvolver os projetos dentro dessa abordagem, o laboratório vem contando com ampla participação dos alunos e agregando acadêmicos interessados em caminhar dentro desse universo temático. Atualmente, a safra de trabalhos já amadureceu, gerando boas colheitas como a dissertação de Gláucia de Almeida Campos[80], que discute sobre a atuação dos intelectuais do *Grupo de Estudos cinematográficos do Amazonas* (G.E.C.) e suas contradições internas, apresentando as trocas de interesses e "vassalagens políticas" da classe artística local junto aos políticos amazonenses. Da mesma forma que os trabalhos de César Queirós colaboram para romper silêncios da memória, trabalhos como o de Gláucia Campos ajudam a discutir sobre ela no campo oposto, já que alguns intelectuais foram, após a redemocratização, encastelados como "representantes dos gritos de resistência deste tempo".

Outro trabalho importante que merece destaque dentro desta boa safra recente de dissertações do PPGH é a pesquisa de Giovanny Amaral[81], que escreveu sobre a trajetória do político amazonense Fábio Lucena, parlamentar atuante nos debates

[79] QUEIRÓS, César Augusto B. *Historiografia amazonense em perspectiva.* Manaus: Editora Valer, 2020.
[80] ALMEIDA, Gláucia. *Além da crítica: os intelectuais do Grupo de Estudos Cinematográficos do Amazonas e suas relações com o Poder (Anos 60).* Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História – UFAM, 2015.
[81] AMARAL, Giovanny. *Fábio Lucena: um senador Amazônida (1940-1987).* Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em História – UFAM. 2017.

públicos entre ARENA e MDB ao longo da ditadura militar. O jornalista entrou para a câmara de vereadores de Manaus na década de 70 e sua presença foi marcante nos episódios envolvendo a abertura política na cidade. Para as pesquisas que envolvem as elites políticas locais, o trabalho é de grande relevância, já que expõe os ambientes de disputa e as articulações dos eixos dominantes na cidade. Fabio Lucena, ao longo de sua trajetória, foi bastante ligado a família Calderaro, possuindo inclusive uma coluna no jornal *A Crítica*. Compreender sua trajetória é de grande relevância para o desenvolvimento desta tese. Lucena foi um dos vetores que alimentou a articulação política do jornal em 1973. Mais adiante retorno a esse assunto.

Finalizando as colheitas, vale também citar as novas plantações, provenientes dos trabalhos de iniciação científica. Alguns se encontram em renovação e outros já em estágio de conclusão. A pesquisa de Andrew Matheus Medeiros[82] sobre o *Centro de Instrução de Guerra na Selva* (CIGS) é uma delas, trazendo como objeto uma das instituições mais simbólicas do Amazonas. Segundo o pesquisador, o centro se destacou pela excelência de seu curso, tornando-se de grande valor na prevenção e combate de guerrilhas em selvas tropicais, sob a alegação de medida necessária para a segurança nacional e internacional do Estado brasileiro. Segundo o pesquisador, é possível deduzir que tanto as táticas de guerrilha de fronteira quanto os métodos de tortura utilizados pelas turmas do curso encontravam no CIGS um ambiente didático de formação. A pesquisa segue em construção e certamente trará mais detalhes sobre a conduta do centro dentro da ditadura militar em Manaus.

Um trabalho sobre a atuação política do CIGS torna-se relevante também para aprofundar discussões acerca dos projetos de ocupação e "integração" da Amazônia, muito presentes na propaganda desenvolvimentista do governo e que, por muito tempo, foram debatidas de maneira bastante conjuntural[83]. Seguindo nessa abordagem, o trabalho de Christine Oliveira Andrade[84] pretende ampliar a questão, discutindo a

---

[82] CONCEIÇÃO, Andrew. *O centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) no contexto de Ditadura Militar (1964-1969).* 90 anos da 'Revolução de 1930': III Jornada de Debates em História / César Augusto Bubolz Queirós, Anderson Vieira Moura, Davi Avelino Leal. (Orgs.) - Manaus (AM): EDUA, 2021.

[83] Como mencionado, as pesquisas sobre os governos militares nos anos 90 e 2000 circulavam em grande medida através dos temas sobre o Desenvolvimentismo.

[84] OLIVEIRA, Christine. *O Programa de Integração Nacional (PIN), a ocupação estrangeira e as populações indígenas da Amazônia no quadro da ditadura militar: desenvolvimentismo, integração e indigenismo nas páginas do Jornal do Commercio* IN 90 anos da 'Revolução de 1930': III Jornada de Debates em História / César Augusto Bubolz Queirós, Anderson Vieira Moura, Davi Avelino Leal. (Orgs.) - Manaus (AM): EDUA, 2021. P. 40-45.

representação do imaginário público e as consequências dos projetos do PIN (Programa de Integração Nacional) através dos noticiários do *Jornal do Commercio*. Segundo a pesquisadora, *O PIN foi um dispositivo criado a partir de premissas que pretendiam "integrar para não entregar" e disponibilizar "terra sem homens para homens sem-terra" com a finalidade de levar o progresso à região e solucionar o problema do "vazio demográfico"* [85]. O exame mais detalhado dos pormenores desses programas, ou de seus efeitos, é fundamental, sendo a revisão literária dos seus impactos importante para várias áreas que o utilizam como objeto.

No mesmo caminho dos projetos de iniciação científica coordenados pelo LABUHTA, Fernanda Fernandes[86] desenvolve um trabalho imprescindível para aqueles que pretendem percorrer o caminho das elites políticas regionais. Analisando a trajetória do Partido Comunista do Brasil (PCB) no Amazonas, a pesquisa escava as vias de formação, censura e perseguição política dos filiados em sua luta pela legalidade, iniciada nos anos 40 e obstruída pelo golpe militar de 1964. A recuperação dessas trajetórias de luta e resistência política estão na vanguarda dos alicerces de uma nova interpretação sobre a História política na região. Investigações como essa modelam os primeiros fios de uma tecelagem em construção, mas que já permite uma visualização melhor sobre os laços, nós e remendos que as unem.

De volta às dissertações do PPGH, em 2018, o trabalho de Camila Barbosa Monção Miranda, intitulado *Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970*[87] ampliou ainda mais o leque de interpretações dentro do primeiro momento de aparelhamento das forças armadas na região. A autora procura perceber de que maneira a imprensa transmitiu e opinou sobre os impactos dos projetos desenvolvimentistas da Ditadura militar na Amazônia, compreendendo a execução e planejamento dessas empreitadas como uma forma de exercício de controle e poder político na região.

Por fim, em 2020 o projeto de Michele Pires *Um Potencial Revolucionário: cotidiano, trabalho e ativismo de travestis e transexuais em Manaus (1980-2017)* vem

[85] OLIVEIRA, Christine. Op. Cit. P. 41.
[86] SILVA, Fernanda Fernandes. *O Partido Comunista do Brasil (PCB) no Amazonas: da fundação do diretório estadual ao golpe civil-militar.* Revista Tempo Amazônico - ISSN 2357-7274| V. 8 | N. 2 | jan-jun de 2021| p. 43-61.
[87] MIRANDA, Camila Barbosa Monção. *Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970.* Programa de Pós-graduação em História - UFAM. Amazonas, 2018.

desenvolvendo um estudo mais recente desse período, ampliando abordagens, referenciais e leques temáticos sobre a experiência da ditadura militar no Amazonas. Há um trabalho anterior, também do PPGH, que aborda a discussão de gênero dentro desse recorte. O trabalho de Daizyenne Santos da Silva[88] analisou o trabalho sexual feminino na cidade, delimitando para a pesquisa a geração de profissionais que teve atividade entre os anos 70 e 80. Apresentando relatos e dados orais deste universo, a pesquisa oferece um panorama da cidade nesta transição de abertura política, mostrando os ambientes, zonas de circulação e as vivências da categoria neste contexto de transição. Os dois trabalhos representam um afunilamento temático inédito para a análise desse cenário, oferecendo aos novos pesquisadores dimensões alternativas para uma interpretação mais densa sobre os anos finais da ditadura em Manaus.

Assim, analisando a trajetória do tema, é possível visualizar que os enfoques de texto obedecem às dinâmicas dos seus contextos. Passando das análises sobre o desenvolvimento da região e seguindo para uma pluralidade de aspectos cada vez mais afunilados, é possível visualizar um grande progresso, engendrando uma grande colcha de retalhos que tende a ilustrar cada vez mais as lacunas desse período, ainda bem nebuloso. Toda essa produção tende a ser, com o tempo, condensada e transformada em produtos didáticos que, além de informar melhor, também ajudarão a despertar um maior interesse sobre as trajetórias políticas do estado do Amazonas.

A carência de fontes vem levando os pesquisadores ao desafio de rever suas metodologias, adicionando cada vez mais ferramentas a oficina do historiador. Em tempos de retrocesso político e negacionismo científico, o trabalho conceitual e didático desse recorte nunca foi tão importante. O progresso local das pesquisas sobre esse período no Amazonas é fruto de uma grande colaboração e divulgação que, de maneira conjunta, vem cada vez mais ganhando força e adeptos.

Importante citar que a tecnologia vem aproximando diálogos com outros programas e fornecendo referenciais externos que ajudam a compreender o todo entre os processos regionais. As parcerias com as universidades do Norte, assim como os intercâmbios entre professores e alunos, vêm cada vez mais resultando em projetos e publicações de peso. A criação de conteúdos audiovisuais, divulgando pesquisas

[88] SILVA, Daizyenne *Santos da. Memórias, sociabilidades e resistências: o trabalho sexual feminino na cidade de Manaus nas décadas de 70 e 80 do século XX.* Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – UFAM, 2017.

endógenas e os novos links de conexão, vem construindo um cenário animador, com produtos relevantes e gerando impacto de escoamento e retorno, extremamente importante aos novos pesquisadores.

Portanto, a diversidade de temas e abordagens é resultado desses novos tempos. As produções didáticas são urgentes e o papel dos historiadores no protagonismo das novas narrativas sobre a ditadura estão cada vez mais sendo úteis para além da sala de aula. As disputas de memória dentro de um mundo assombrado pelas *Fake News* trouxeram a nós um desafio inadiável. A confusão conceitual dentro de um turbilhão de informações desencontradas torna o historiador não "o rei que tem o único olho na terra" de cegos, mas o cego que aprendeu a melhor sobreviver nesse mundo das incertezas.

Assim, empreender pesquisas dentro do campo da ditadura no Amazonas era, há 10 anos, um trabalho de vanguarda bem solitário. Hoje, com a abertura de arquivos locais e o avanço de complexidade conceitual sobre o tema, os diálogos entre as produções oferecem condições melhores para visualizar as particularidades desse processo político em nível local e regional. Diante dessas condições e do desafio desse trabalho, vale agora fazer um breve levantamento do objeto de pesquisa dessa tese, buscando oferecer um olhar amplificado sobre a trajetória de um dos primeiros chargistas do Amazonas.

1.2. De João à *Miranda*: uma breve biografia

O amazonense João Miranda de Queiroz nasceu no bairro de São Raimundo em 8 de julho de 1929, uma segunda feira. Ao longo de sua vida teve dois casamentos e registrou 11 filhos. Um, no ano de 1951[89], com Francisca Valentim da Rocha e o segundo, em 1983[90], com Maria da Conceição Nunes da Rocha, ambas de cidades do interior do Amazonas[91]. A primeira esposa faleceu no Rio de Janeiro em 11 de dezembro de 1974, vítima de câncer. Esse dado marcou inclusive um ponto de inflexão nos seus trabalhos, já que a coluna fixa do chargista, intitulada *A Charge do Miranda*, foi lançada poucos meses antes do óbito da primeira esposa e, provavelmente, dentro de

[89] Dados do registro de cartório. O casamento n° 05 foi efetivado no dia 07 de abril de 1951.
[90] Dados do registro de cartório. O casamento n°667 foi efetivado no dia 01 de agosto de 1983.
[91] De acordo com as certidões de nascimento, Francisca Queiroz foi natural de Humaitá e Maria da Conceição de Santo Antônio do Içá.

todo um processo caótico de internações, deslocamentos e viagens de urgência. Toda essa virada de vida aconteceu dentro do processo eleitoral de 1974, onde ele, mesmo assim, manteve alta intensidade de publicações, regularidade que reexamino mais adiante e que compôs o texto da dissertação em 2013[92]. Miranda teve a aposentadoria decretada pelo INSS em 29 de agosto de 1994, mas manteve serviços avulsos com o jornal até o fim da vida. Faleceu no dia 25 de abril de 2003 devido a um agravamento do seu quadro de diabetes.

Os dados sobre a formação técnica e escolar de João Miranda são escassos. Contudo, lançado à pesquisa de campo, localizei[93], com a permissão da primogênita Sonia Valentim de Queiroz[94], uma pasta com documentos profissionais, certidões de nascimento e casamento do desenhista, servindo aqui de referência para o exame. Entre eles encontrei uma página datilografada, provavelmente do final dos anos 1980, com o título *Curriculum Vitae*, de onde extraí as informações preliminares para o roteiro desse tópico. Essa folha solta e amarelada foi fundamental para encontrar atalhos nesta investigação.

No documento[95] consta que João Miranda estudou seu primário no grupo escolar Olavo Bilac[96], provavelmente durante os anos 30, iniciando sua trajetória de formação neste espaço, localizado na atual Rua Cinco de Setembro, bairro de São Raimundo, Manaus. Filho de Maria Teixeira de Queiroz com o magarefe amazonense Custódio Miranda de Queiroz[97], casados no dia 28 de agosto de 1928[98], o desenhista

---

[92] QUEIROZ, Thiago Rocha. *O Humoral: Humor e abertura social nas charges de Miranda (1972-1974).* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História - UFAM. Manaus, 2013

[93] Os documentos foram encontrados na última residência do chargista, localizada na rua Lourival Muniz, n° 436, bairro da Glória, Manaus.

[94] Sonia Valentim de Queiroz, amazonense, nasceu no dia 15 de janeiro de 1953.

[95] Entre os documentos pessoais foram encontrados: declarações dos filhos registrados, certidões de casamento, certificados de reservista, registros militares e um currículo de trabalho, com dados registrados até o ano de 1988.

[96] Segundo Durango Duarte, A história da escola Olavo Bilac tem início em 1916 com a então desativação do antigo mercadinho do bairro São Raimundo. Construído na atual rua Cinco de Setembro, o espaço passou posteriormente a servir de residência ao professor Francisco Rebelo de Souza. No ano seguinte, esse educador sugeriu ao Governo do Estado que se aproveitassem aquelas dependências para atividades escolares. Em atendimento à solicitação do professor, ali se instalaram três escolas, duas diurnas e uma noturna, cujos diretores eram, assim respectivamente, Joaquim Sarmento, Luizinha Nascimento e o próprio Francisco Rebelo. A junção dessas três escolas deu origem ao então Grupo Escolar Olavo Bilac, criado em 11 de janeiro de 1924 pelo Decreto Estadual 1.472. A nomeação a função pública data de 5 de agosto de 1985.

[97] Jornal do Commercio, 25 de agosto de 1922. Apesar de não determinar a idade, a publicação desta data felicita o natalício do funcionário da *The manáos Tramways Company*, Custódio Miranda de Queiroz.

[98] Jornal do Commercio, 28 de agosto de 1928.

estudou nesse ambiente formado, sobretudo, por filhos de migrantes nordestinos, moradores das redondezas do bairro na zona oeste da capital.

Pouco se sabe sobre seus avós. Contudo, há uma possibilidade, ligada o nome de José Sabino de Miranda, mencionado em sua certidão de nascimento, que está relacionado como 1° suplente na prefeitura de Juruá, Amazonas[99]. A partir desse dado, investiguei outras conexões e encontrei uma atividade em Minas Gerais, registrada no *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)*, entre os anuários de 1911 a 1914. O documento tinha o objetivo de organizar levantamentos preliminares sobre as regiões da República, incluindo comércios locais[100]. Nela consta os serviços da Alfaitaria *Democrata e Guarany,* em nome de José Sabino de Miranda.

Figura 02[101]



Publicidade. 9 de outubro de 1910

Outra informação destacada na folha diz respeito ao seu período ginasial, cursado no Colégio Salesiano Dom Bosco, provavelmente no começo dos anos 40[102]. Pelo cálculo de idade ideal da modalidade escolar, é possível deduzir que João Miranda cursou entre 1939 e 1940, estudando até meados de 1943 e 1944, contexto de Segunda Guerra Mundial. Além do *Curriculum Vitae*, há também descrições nos contratos de trabalho junto ao jornal *A Crítica*, indicando dados sobre grau de escolaridade[103]. Em ambos não constam registros substanciais de que Miranda seguiu o *Científico*, atual ensino médio. Para organizar melhor essa trajetória sintetizei uma tabela que talvez

[99] Estado do Amazonas, 10 de julho de 1914. *Relatório dos chefes de repartições*. A nomeação da função pública data de 5 de agosto de 1985.
[100] Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ), 1914 - 1915. Sessão 9, Minas Gerais. P. 3077.
[101] O Queluziano (MG), 9 de outubro de 1910. P. 03.
[102] Os cálculos foram baseados na idade ideal de curso e podem variar.
[103] Há uma confusão na documentação de 1982, apontando a escolaridade como “segundo grau”.

ajude a visualizar o caminho que João Miranda fez até se tornar o popularmente conhecido *Miranda*. Nela contém todos os registros documentais encontrados até o momento, desde o início da iniciação científica em 2008.

Idade	Quadro 01[104] **João Miranda de Queiroz** (1929 – 2003) Mãe: Maria Teixeira de Araújo Pai: Custódio Miranda de Queiroz Avós maternos: José Teixeira de Araújo Antônia Teixeira de Araújo Avós paternos: José Sabino de Miranda Maria Raymunda de Queiroz		Material de referência
-	1929	Nascimento (8 de julho)	Certidão de nascimento Carteira de trabalho
10/11	1939/1940*	Grupo escolar Olavo Bilac (Ensino primário)	Curriculum vitae
14/15	1943/1944*	Colégio Dom Bosco (Ensino ginasial)	Curriculum vitae
19	1948	Certidão militar (16 de março)	
20	1949	Soldado da Escola de Motomecanização - RJ Diretoria de ensino do Exército (Ministério da Guerra) (8 de fevereiro a 1 de dezembro)	Registro Documental
22	1951	Casamento com Francisca Valentim Queiroz (7 de abril)	Registro de cartório
28	1957	Funcionário e sócio da RELART (Setor artístico) Sociedade com Umberto Calderaro	Jornal A Crítica
37	1966	Funcionário do Governo Desenhista, nível 10, quadro de pessoal do Departamento de Administração e Serviço Público do Amazonas Gestão: Arthur Cezar Ferreira Reis (31 de maio)	Registro documental
38	1967	Primeira nota independente de serviços publicitários (1 de março) Primeira caricatura publicada (24 de outubro)	Jornal A Crítica
40	1969	Primeiro registro enquanto cartunista das mascotes (25 de abril)	Jornal A Crítica
43	1972	Primeiro contrato com A Crítica (1972 – 1982) (1 de janeiro)	Ficha de registro do empregado
44	1973	Lançamento do espaço *Miranda* (13 de setembro)	Jornal A Crítica
45	1974	Lançamento da coluna *A charge do Miranda* (1 de outubro) Falecimento da esposa (11 de dezembro)	Jornal A Crítica
53	1982	Segundo contrato com A Crítica (1982 – 1988) (1 de setembro) Desenhista na EMAMTUR Empresa Amazonense de Turismo (1982 – 1988)	Ficha de registro do empregado Curriculum vitae

[104] Quadro montado a partir das documentações acumuladas ao longo da pesquisa. Ele está composto de documentos pessoais, familiares, registros de imprensa e contratos de trabalho.

		Função Pública: Suplente de Vereador pelo PMDB Com 2.300 votos na capital de Manaus-AM	Jornal A Crítica
54	1983	Casamento com Maria da Conceição Rocha (1 de agosto)	Registro de cartório
65	1994	Requerimento de aposentadoria Data do requerimento (2 de agosto) Data do aceite (29 de agosto)	Certidão PIS/PASEP/FGTS
66	1995	Terceiro contrato com A Crítica (2 de janeiro)	Ficha de registro do empregado
73	2003	Falecimento (25 de abril)	Falência dos órgãos em virtude da diabetes

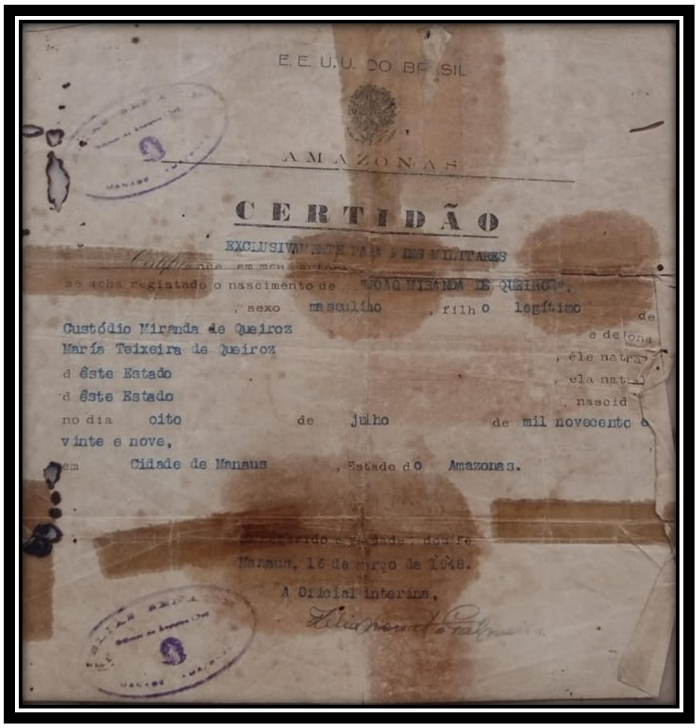
Dados sobre a trajetória do chargista

Seguindo o roteiro biográfico, nos anos 40, João Miranda de Queiroz já havia finalizado o grau ginasial e, como muitos jovens da época, entrou em idade militar após completar seus 18 anos, em julho de 1947. Segundo o Decreto-Lei nº 9.500 de 23 de julho de 1946, aos reservistas ficavam as obrigações do serviço militar, mesmo em tempos de paz, durante o período de vinte e oito anos, contados na data em que o cidadão houver completado dezoito anos de idade[105].

Dados coletados na visita à primogênita do desenhista registram que Miranda se alistou no final dos anos 40. Sua certidão para fins militares foi carimbada no dia 16 de março de 1948.

[105] Diário Oficial da União - Seção 1 - 25/7/1946, Página 10787 (Publicação Original). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9500-23-julho-1946-417587-norma-pe.html

Figura 03[106]


E.E.U.U. DO BRASIL

AMAZONAS

CERTIDÃO

EXCLUSIVA PARA FINS MILITARES

Certifico em meu cartório se acha registado o nascimento de "JOÃO MIRANDA DE QUEIROZ", sexo masculino, filho legítimo de Custódio Miranda de Queiroz e de Maria Teixeira de Queiroz, ele natural d êste Estado, ela natural d êste Estado, nascid no dia oito de julho de mil novecento e vinte e nove, em Cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Manaus, 16 de março de 1948.

A Oficial interina,

Certidão para fins militares

Após a certificação, Miranda, por conta própria, foi estudar na *Escola de Moto-mecanização* do Rio de Janeiro. Pouco se sabe sobre esta fase em que João Miranda ficou na capital do país, mais especificamente entre 8 de janeiro, data de matrícula, e 12 de dezembro de 1949, curiosamente no mesmo contexto em que Umberto Calderaro e André Araújo estavam naquela cidade[107]. Contudo é possível deduzir, a partir da sua carta de dispensa, algumas possibilidades.

> Prezado Jaul. Apresento-lhe o cidadão JOÃO MIRANDA DE QUEIROZ recém excluído, por conclusão de tempo, desta Escola, e que, residindo em Manaus, deseja retornar ao seu estado natal por intermédio da FAB. Esclareço-lhe que o referido cidadão não tem direito à passagem pelo Exército, pois havia vindo do Amazonas, por conta própria e, pouco tempo após a sua chegada ao Rio, foi a sua classe convocado. Peço-lhe, se interessar pela solução satisfatória da pretensão do portador não só pelo gesto de humanidade que encerra, mas como também para recompensar os ótimos serviços pelo mesmo prestados ao Exército e Escola de Moto-mecanização[108].

[106] Registros militares datados de 16 de março de 1948.
[107] Diário de Notícias (RJ), 25 de março de 1949. "Para Manáos: (...) André Vidal Araújo, Umberto Calderaro Filho (...)". Um mês depois, no dia 19 de abril, Umberto Calderaro reiniciaria as atividades do *A Crítica*.
[108] Ministério da Guerra, Diretoria do Ensino do Exército, Escola de Moto-mecanização. Deodoro, 1° de dezembro de 1949. Acervo pessoal.

Figura 04[109]



Registro de identificação. Acervo pessoal.

Existem poucos trabalhos que aprofundam o cotidiano e as atividades exercidas na *Escola de Moto-mecanização* do Rio de Janeiro. Entretanto, dentro dos conteúdos oferecidos nos sites pelos regimentos, sintetizei, para os fins dessa tese, a sua finalidade institucional a partir dos temas regulares que registram a sua história. Ao que parece, havia uma demanda pela padronização de veículos blindados que serviam ao Exército Brasileiro, ativada desde os conflitos da Revolução de 1930. Em 1938, os blindados *Renault*, adquiridos na década anterior, foram substituídos pelos veículos *Ansaldo*, de fabricação italiana, os quais passaram a mobiliar o recém-criado *Esquadrão de Autometralhadoras*, considerado a primeira organização militar mecanizada do Exército Brasileiro. Desse esquadrão nasceu o *Centro de Instrução de Motorização e Mecanização* (CIMM), primeiro centro de instrução de material bélico do país. Com o decorrer da guerra havia a necessidade de padronização destes meios de transporte, algo que só foi possível em 1942, quando o Brasil decidiu se posicionar ao lado dos aliados em plena Segunda Guerra Mundial. Essa necessidade de unificar as frotas estava ligada a dinâmica do próprio conflito e a carência de mão de obra especializada. Manter um fornecedor de peças e um tipo de veículo acelerava tanto a produção quanto a manutenção.

[109] Escola de Moto-Mecanização, 8 de fevereiro de 1949.

Definido um lado, o Brasil passou a receber equipamentos militares dos Estados Unidos, o que se manteve mesmo no pós-guerra. Nessa senda, e com o objetivo de formar tropas capacitadas e especializadas na operação dos novos equipamentos blindados, no ano de 1942 foi criada a *Escola de Moto-mecanização (RJ)*, considerada o embrião da atual Escola de Sargentos de Logística (EsSLog). Em 1944 foi definido um acordo entre o Brasil e os Estados Unidos que estabeleceu um plano de reorganização do Exército, firmado através do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra. Deste documentou nasceu o *Parque Central de Moto-mecanização* (PqCMM), atual PqRM/1 (Parque Regional de Manutenção da 1ª Região Militar), cuja finalidade foi a de recuperar e manter todo o material motomecanizado em uso no Exército, nos mesmos moldes do padrão norte-americano[110].

Foi nesse espaço, e dentro dessas demandas, que o soldado 567 passou um ano na escola militar, estabelecendo seus primeiros laços com o Rio de Janeiro, lugar que visitou constantemente e de onde trouxe, segundo relatam amigos, referências para os seus próprios trabalhos[111]. O documento de dispensa registrou que, *mesmo com os ótimos serviços prestados*, após a conclusão do tempo de serviço, o soldado foi dispensado e, por um ato de gratidão, conquistado pelo empenho, o comandante pediu apoio da FAB para liberar seu retorno a Manaus. Pelo documento é possível deduzir que Miranda se inscreveu na *Escola de Moto-mecanização* enquanto reservista, e, pouco tempo depois, já no Rio de Janeiro, foi convocado para servir no batalhão do Amazonas. Como João Miranda se resolveu com o Comando Militar local ainda permanece um mistério.

De volta a Manaus, Miranda retornou e, em pouco tempo, estabeleceu matrimônio no dia 7 de abril de 1951 com Francisca Valentim. A primeira filha, Sonia Valentim, nasceu em 15 de janeiro de 1953 e o primogênito, mais conhecido como Mirandinha, em 1955[112]. Mesmo com os bons serviços prestados, o "destino" parecia reservar a João Miranda um futuro contraditório ao que ele imaginou enquanto combatente. Os livros e a publicidade da *Escola de Moto-Mecanização* são recheados de plantas e projetos gráficos dos tanques M3 e M4. Guardo a hipótese de que a

[110] Regimento Marechal José Pessoa. Cms – 6ª Divisão do Exército. *Histórico do 12° Regimento de Cavalaria Mecanizado*. Disponível em: https://12rcmec.eb.mil.br/index.php/historico

[111] Em entrevista concedida no dia 14 de maio de 2023, Nafanião Freitas dos Santos Filho, 68 anos, pintor e, na época, auxiliar do chargista, comentou que diversas vezes Umberto Calderaro enviava João Miranda ao Rio de Janeiro para estudar o funcionamento e dinâmica dos periódicos cariocas.

[112] João Miranda de Queiroz Filho. Registro de cartório n°1955, datado do dia 26 de agosto de 1955.

atividade enquanto possível projetista despertou o interesse no investimento. Entretanto, é no mínimo curioso imaginar como um homem, buscando trabalho no mercado trágico do pós-guerra, escolheu como profissão trabalhar com comicidade e humor gráfico pouco tempo depois.

No documento de casamento conta sua atividade em 1951 enquanto "comerciário". Entre 1951 e 1957 há um hiato profissional de registros a ser preenchido com o passar da investigação. Entretanto, uma matéria de novembro de 1958 do jornal *A Crítica* ajuda a retrilhar este caminho biográfico.

> Numa terra onde a publicidade ainda vem sendo feita a base das relações pessoais, segundo a maior ou menor simpatia que o "corretor" desperta no anunciante, é natural o espanto do repórter ao saber da existência de uma empresa se dedicando exclusivamente ao negócio publicitário. Como se sabe, Publicidade é hoje uma técnica altamente evoluída, já com fotos de ciência, utilizando profissionais com tempo integral, permanentemente à procura do melhor meio possível de levar a mensagem de vendas do produtor ao assentimento do comprador, ressarcindo aquele dos gastos dispendidos com propaganda de seus produtos[113].

O texto abre com uma constatação sobre o estágio de vanguarda dessas iniciativas em Manaus. Antes da *Relart Publicidade Ltda*, enquanto atividade dedicada e com registro de serviço na imprensa amazonense, encontrei apenas uma exposição publicada no *Jornal do Commercio*[114]. Ela foi denominada como *I Mostruário Industrial,* organizada pelo artista plástico Branco Silva em 1939. Neste evento, nem mesmo no cartaz foi citada a palavra "publicitário", apontando o estágio dessas iniciativas nesse contexto do Amazonas no pós-guerra[115]. Contudo, apesar da cidade ter contado no início do século com a *Escola de Aprendizes Artífices*, onde cursos de desenho foram ministrados, existiam pela cidade profissionais pontuais que se dedicavam a oferecer serviços de ilustração, uma demanda que cresceu no começo do século XX em virtude das mudanças técnicas e, consequentemente, de sensibilidade do consumidor/leitor. Sobre este assunto voltarei mais adiante. Assim, para fechar e

[113] Jornal A Crítica, 24 de novembro de 1958. P. 04.
[114] Jornal do Commércio, 02 de junho de 1939. Nota do cartaz: "I mostruário Industrial e Artístico do Amazonas. A maior organização de propaganda do Estado. Ao certame poderão concorrer todos os industriaes, commerciantes, artistas, institutos, etc, estabelecidos no Amazonas. Informações com o Artista Branco Silva".
[115] ABREU, Alzira Alves. *A modernização da imprensa (1970-2000).* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. P. 09. Segundo a autora, o processo de industrialização do país se tornou mais visível e, no governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), mais acelerado e irreversível. Com a maior diversificação da atividade produtiva trazida pela indústria, começaram os investimentos de peso em propaganda e surgiram as primeiras grandes agências de publicidade. No caso da Relart, é possível que, pelo andamento do projeto da Zona Franca, o empreendimento foi montado visando atender essa demanda eminente.

continuar o trajeto biográfico, registro a contradição do *A Crítica* que, em 26 de outubro de 1966, quase 10 anos depois, publicou outra matéria registrando a *Amazônia Publicidade e Higienização*[116] como a primeira firma especializada no segmento.

Fundada em princípios de 1957, a matéria registra que a *Relart Publicidade Ltda*. tinha seus estúdios na Rua José Paranaguá, n° 555, centro de Manaus. Comenta que seus fundadores foram: o jornalista Umberto Calderaro Filho (que se retirou da sociedade por impedimento de seus afazeres no *A Crítica*), João Miranda de Queiroz (setor artístico) e Luiz Augusto Soares (contato e planejamento). No momento da matéria, a direção da empresa contava ainda com senhora Edna Regina da Veiga Soares, gerente da agência. Segue abaixo uma tabela com os clientes que passaram pelos serviços da empresa no contexto da matéria.

Quadro 02[117] **Clientes da RELART**
S. Cordeiro & Cia
Novitex – A primeira firma que a empresa atendeu
Braga & Cia
Benchimol & Irmão
Armando & Braga
Santos & Cia
Universal
Fabrica Andrade
Indústria de Bebidas Xexuá Ltda
Fábrica Luséio
Caixa Econômica
J. R. Siqueira & Cia
Sousa Arnaud
Neder Monassa
Lojas "A Pernambucana"
Mato-Importadora S.A
Antonio M. Henriques
Lojas Montalto
Banco do Estado do Amazonas (Todo o material de propaganda quando da inauguração de suas atividades)
I. B. Sabbá S.A
Prefeitura de Manaus (Contratos para preparação do Carnaval de 1956; festividades de 7 de setembro e Natal de 1957) Contratante: Prefeito Gilberto Mestrinho
Serviços anteriores a matéria: Nestlê; Wolksvagem; Castrol; Loid Aéreo; Pneus General; Fogões Brasil

[116] Jornal A Crítica, 26 de dezembro de 1966. Inaugurada no dia 25 de outubro de 1966, a *Amazônia Publicidade e Higienização* tinha na equipe: Eduardo Ferreira, na direção geral, e Leal de Souza, enquanto diretor publicitário.

[117] Jornal A Crítica, 24 de novembro de 1958. P. 04. Quadro montado a partir dos dados citados na matéria.

Lista de empresas atendidas pela agência Relart Publicidade

Provavelmente, essa foi a oportunidade mais sólida que João Miranda teve, aos 28 anos, de desenvolver sua técnica, projetos e ganhar nome no mercado de publicidade comercial da cidade. Trabalhando com *Silk Screen*[118], planejamentos de campanha e ornamentações de carnaval, o desenhista João de Queiroz, que mais tarde se tornou simplesmente *Miranda,* iniciou com a *Relart Publicidade* não só uma relação de serviços e demandas locais, mas um eixo de relações que o levaria a se envolver diretamente com os "caciques" do cenário político local. Um deles, citado na descrição do quadro, ainda prefeito, foi Gilberto Mestrinho, que mais tarde, na campanha de 1986 para ao Senado, colocou João Miranda na gerência do seu comitê de publicidade[119].

Luiz Augusto Soares declarou ainda que o trabalho na *Relart Publicidade* não era visto como aventura, pois encaravam a publicidade como "coisa séria"[120]. É interessante pensar a historicidade sobre essa espécie de "desabafo", visto que hoje o campo da Publicidade e a lógica dos seus algoritmos invadiram quase todos os nichos de mercado. Seguindo, ele declara:

> Nosso trabalho tem sido o de pioneiros, porque atuamos num meio ainda virgem de realizações desta natureza, mas nos envaidecemos ao ver nosso trabalho quando comparado com os melhores do sul do país, onde há abundância do material técnico, humano e um espirito favorável à propaganda, nosso trabalho dizemos, não perde no confronto[121].

[118] O *silk screen*, também chamado de serigrafia, é um processo de impressão onde a técnica pode ser realizada por uma pessoa, de forma mecânica, ou automaticamente, através de máquinas. A tinta utilizada é vazada, por meio da pressão de um rodo. Esse rodo é passado ao longo de uma tela (feito de nylon ou seda), que é esticada em um bastidor de madeira ou de aço.

[119] Jornal do Commércio, 22 de janeiro de 1986. Nota: "O comitê "Paulo Brossard", do PMDB, inaugurou em sua sede o comitê em favor da candidatura do governador Gilberto Mestrinho ao Senado, nas eleições de 15 de novembro, conforme anunciou Horácio Alencar. Nesse comitê (...) funcionará um setor de publicidade, sob o comando do chargista João Miranda".

[120] LIRA, Aline Ferreira; SOUZA, Tuane Silva. *Análise histórica da Propaganda Institucional em Manaus de 1970 a 1980: o discurso político, social e econômico da época*. Conexões: Revista de Relações Públicas e Comunicação Organizacional. Vol. 3, n° 5, 2020. As autoras começam a datar a história das empresas de publicidade no Amazonas apenas nos anos 1960, a partir da instalação da Zona Franca de Manaus. O desabafo de Luiz Soares deve correr nesse sentido, em virtude de estar, no meio dos anos 1950, na vanguarda local de uma atividade que ainda "não era levada a sério".

[121] Jornal A Crítica, 24 de novembro de 1958. P. 04.

Figuras 05 e 06[122]



Registros da matéria

Segundo ele, esse pioneirismo se refletia no número de clientes e trabalhos que a agência, em apenas um ano, já havia acumulado. A iniciativa aconteceu em um mercado que só foi explodir 10 anos depois, com o advento da Zona Franca de Manaus e o alto fluxo migratório que a cidade recebeu, o que talvez tenha sido o motivo para a *Amazônia Publicidade e Higienização* se instalar em Manaus um ano antes do projeto de entreposto comercial.

Por fim, Luiz Augusto Soares comentou ao repórter do *A Crítica* quais atividades a empresa vinha exercendo até aquele momento. Organizei as informações em uma tabela para melhor situar a análise:

Quadro 03[123] **Dos serviços prestados pela *Relart Publicidade Ltda.***
Impressão de flâmulas
Placas
Execução de displays
Painéis
Cartazes
Folhetos
Histórias em Quadrinhos
Material para jornais em Clichê
Materiais para rádios (Spots e Jingles)
Filmes curtos (Comerciais)[124]

[122] Jornal A Crítica, 24 de novembro de 1958. *Se o assunto é publicidade, não tem problema.* P. 04.
[123] Jornal A Crítica, 24 de novembro de 1958. P. 04. Quadro montado a partir dos dados citados na matéria.
[124] Sobre este serviço, Luiz Augusto Soares comentou: "Fizemos "uma família Feliz" para S. Monteiro & Cia, que há poucos dias estava sendo exibido no Cine Odeon, estando agora a ser exibido na cadeia de cinemas da empresa A. Bernadino.

"Out door"
Campanhas comerciais

Lista de serviços prestados pela agência Relart Publicidade

É curioso ele citar "filmes", no sentido do que hoje se entende como "comerciais", em uma cidade que ainda não tinha programação, nem canais de TV, mas que o cinema parece já ser usado como recurso de divulgação[125]. Essas reproduções são ecos de práticas que, dentro da História da Publicidade no Amazonas, merecem atenção em um exame posterior. Outro registro que se destaca é o serviço de "História em Quadrinhos", onde Miranda certamente ensaiou seus primeiros traços nesse gênero. Fiquei curioso em saber sobre o outro pintor mencionado, *Y. Suemassu*, mas não encontrei absolutamente nada sobre seus serviços até o momento, apesar do site *Family Search* registrar óbitos e dados deste sobrenome associado a imigrantes japoneses residentes em Manaus na segunda metade do século XX.

Luiz Augusto enfatizou ainda que a ideia da criação de uma agência de publicidade nesse perfil em Manaus, com serviços diferenciados e soluções especializadas, pertenceu a Umberto Calderaro, que juntamente com outros precursores da propaganda no Amazonas, vinham juntos amadurecendo esse objetivo desde 1957. Cita que Calderaro teve que deixar a empresa e em seu lugar deixou Edna Regina Soares, sua esposa. Contudo, o "pintado" nunca se desinteressou pelo projeto e permanecia *como um amigo que acompanha a vida*.

Para fechar essa fase da vida de João Miranda, vale citar um trecho de um dos "projetos futuros" que a agência pretendeu executar:

> Os planos futuros são muitos, mas examinando as possibilidades que temos, só afirmamos aquilo que podemos realizar, e não somos nem, nem seremos, uma "organização de fachada". Podemos assegurar que já temos duas metas estabelecidas a serem atingidas. Uma delas é exatamente o negócio de Turismo em nossa terra. Já organizamos mesmo um plano de trabalho e curto e a longo prazo, que se realizado como pretendemos, será algo novo por aqui – queremos ressaltar – viável, objetivo e nunca um sonho inexequível ou irrealizável[126].

[125] Em setembro de 1950 a televisão chegou ao Brasil pelas mãos de Assis Chateaubriand, que também estendeu sua ação para a Amazônia. Com um atraso de 11 anos, a primeira emissora inaugurada em Belém foi a TV Marajoara, Canal 2, em setembro de 1961. A televisão só seria implantada no Estado do Amazonas em setembro de 1969, através da TV Ajuricaba. Canal 38, em UHF. Ou seja: 8 anos depois de Belém e 19 depois da primeira vez no Brasil.

[126] Jornal A Crítica, 24 de novembro de 1958. P. 04.

Dentro de uma Manaus dos anos 50, provinciana, conservadora e sem perspectiva de mercado, apostar era um luxo que certamente não entrava na contabilidade da *Relart Publicidade Ltda*. Entretanto, esse fator não parecia ser um obstáculo a iniciativa, já que Luiz Augusto Soares declarou, com bastante entusiasmo, a pretensão, já deliberada, de investir com João Miranda nos segmentos de turismo local. Esse mercado só explodiu 10 anos depois, com a chegada da Zona Franca de Manaus e não há informações se a *Relart Publicidade* continuou ou transferiu suas atividades durante esse tempo. Contudo, isso ajuda a responder outra antiga indagação, pertinente a um emprego que Miranda ocupou nos anos 1980 e que não sobraram registros, já que a empresa foi extinta em 1998 e seus relatórios são de difícil acesso[127]. Paralelo ao seu trabalho no *A Crítica* consta que João Miranda de Queiroz trabalhou como desenhista na *Empresa Amazonense de Turismo* (EMAMTUR), de 1982 a 1988. Pelo currículo, ela estava localizada na Avenida Tarumã.

Essa informação me levou a uma publicação do *Jornal do Commercio* sobre uma das funções da EMAMTUR nesse recorte: *a organização dos Carnavais da cidade*. Esse recorte corresponde, novamente, a um período onde Gilberto Mestrinho esteve em um cargo do executivo, naquele contexto Governador do Estado do Amazonas. Em um texto[128] sobre a evolução do carnaval da Avenida Eduardo Ribeiro para o Sambódromo (Centro de convenções), a matéria diz que:

> Mandada construir pelo então prefeito Jorge Teixeira (1975/1979), a avenida Djalma Batista tão logo inaugurada, deixou a Eduardo Ribeiro para segundo plano, sendo transformada na principal avenida da cidade. Com isso, até os desfiles de Carnaval deveriam passar a ser no novo palco, o que começou a acontecer em 1979.
> Com a inauguração da Djalma Batista, uma avenida moderna, construída com os impostos da Zona Franca, os desfiles de Carnaval foram transferidos para essa via, organizados pela Emamtur (Empresa Amazonense de Turismo), com a venda de camarotes e ingressos pagos para ver os primeiros desfiles das escolas de samba, blocos e batucadas. Essa era a nova cara do Carnaval de Manaus[129].

A informação serve apenas como ponte para uma dedução. Tendo experiência com a organização de carnavais desde os anos 50, João Miranda de Queiroz pode ter

[127] A Empresa Amazonense de Turismo (EMAMTUR), criada pela lei n° 935, de 6 de junho de 1970 com a natureza de empresa pública, foi vinculada à Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, e tinha a finalidade de incrementar e promover a expansão e desenvolvimento da indústria do turismo, além de executar no âmbito estadual as diretrizes que lhes forem traçadas pelo Governo do Estado.
[128] Jornal do Commercio (site). *A evolução do Carnaval da Eduardo Ribeiro ao Sambódromo.* Disponível em: https://www.jcam.com.br/noticias/a-evolucao-do-carnaval-da-eduardo-ribeiro-ao-sambodromo/
[129] Jornal A Crítica, 24 de novembro de 1958. P. 04.

trabalhado nessa pasta de entretenimentos públicos da EMAMTUR. A duração desse cargo público, de 1982 a 1988, perdurou até fim do mandato do seu provável articulador.

Uma ocupação pública que foge da lista descrita pelo desenhista no seu *Curriculum Vitae* diz respeito aos primeiros anos da ditadura. Logo após o golpe de estado, João Miranda teve o contrato assinado pelo primeiro governador da ditadura militar no Amazonas, Arthur Cézar Ferreira Reis[130]. Os motivos dessa omissão apontam diversas interpretações que deduzo mais adiante, com o decorrer dos outros tópicos. Contudo, seguindo o trajeto, em 31 de maio de 1966:

> O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS faz saber aos que o presente virem que, por decreto desta data, foi nomeado acordo com o art. 15, item IV, da lei n° 494, de 16 de dezembro de 1949, combinando com o art. 36, item IV, da Lei n° 384, de 31 de dezembro de 1965, JOÃO MIRANDA DE QUEIROZ, para exercer cargo de Desenhista, nível 10, do Quadro de Pessoal do Departamento de Administração e Serviço Público do Amazonas, que se encontra vago[131].

Uma função que destoa das demais, porém ajuda a responder outras questões de sua trajetória, foi o cargo de Diretor do *Sul-América Futebol Clube*[132] nos anos 1970, como registra em um trecho do caderno de esportes do *Jornal do Commercio*:

> O São Raimundo perdeu mais um ponto, ficando isolado ainda mais na lanterninha, em consequência do empate de 1 tento com o América. Jango, (que é filho do Diretor do Sul América João Miranda, conhecido desenhista) abriu a contagem aos 28 minutos do primeiro tempo, mas o América empatou aos 23 da fase final com Luís Carlos[133].

---

[130] DANTAS, Hélio. *Arthur Cézar Ferreira Reis: trajetória intelectual e escrita da história*. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2015. Arthur César Ferreira Reis (Manaus, 8 de janeiro de 1906 — Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1993) foi um político e historiador brasileiro. Autor de diversas obras, governou o estado do Amazonas de 29 de junho de 1964 a 31 de janeiro de 1967. Filho do jornalista Vicente Torres da Silva Reis e de Emília Ferreira Reis, Reis estudou nos mais prestigiados grupos escolares locais como o Grupo Escolar Saldanha Marinho, Marechal Hermes e o Ginásio Amazonense D. Pedro II. Concluiu o curso de Direito no Rio de Janeiro em 1927 e volta a Manaus, começando no ano seguinte o magistério no Colégio Dom Bosco como professor de História do Brasil e posteriormente, em 1930, de História Universal na Escola Normal.

[131] Estado do Amazonas, Secretaria do Interior e Justiça, 31 de maio de 1966, grifos nossos.

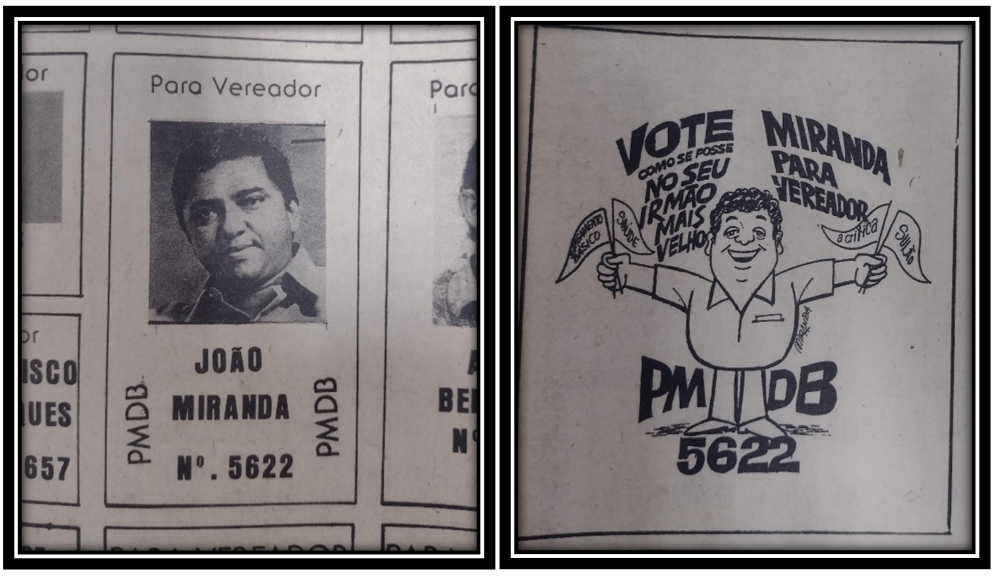
[132] O Sul América Esporte Clube é um clube brasileiro de futebol da cidade de Manaus, Estado do Amazonas. Foi fundado em 1º de maio de 1932. Seu uniforme é camisa com listras verticais brancas e vermelhas, calção branco e meias brancas. Sua mascote é o Trem da Colina. Seu campo de treinamentos é localizado no bairro da Glória, Zona Oeste da cidade, na Rua São Bento. João Miranda morava a poucos metros do local.

[133] Jornal do Commercio, 23 de agosto de 1970. *D. Sávio, derrota Naça no infarto*. P. 07.

Dito como "Sulamericano de papo amarelo"[134], através dessa ligação com o futebol local, Miranda foi responsável por dar vida às mascotes dos times amazonenses, inspirado nas imagens circuladas pelo cronista Irisaldo Gotot.

Mais tarde, João Miranda ainda teve outra função pública nos anos 1980, enquanto suplente de vereador. O chargista se candidatou pelo PMDB em 1982 com o número 5622 e conseguiu, segundo o documento, *2.300 votos na capital do Amazonas*[135]. Bastante conhecido em Manaus, assim como muitos colunistas do *A Crítica*, sua filiação, após o fim do bipartidarismo, obedeceu a um movimento maior, gerenciado pelo diretor Umberto Calderaro e apoiado pelo seu camarada Gilberto Mestrinho.

Figuras 07 e 08[136]



Propagandas para o pleito de 1982

Finalizando os dados do *Curriculum Vitae*, o documento registra que Miranda foi funcionário da *Empresa de jornais Calderaro Ltda*, localizada na rua Lobo D'Almada, 278, desde 1958, com a função de *jornalista ilustrador*. Contudo, a carteira de trabalho do jornalista só apresenta registros formais a partir de 1° de janeiro de 1972. Essa informação foi preciosa, pois indicou atalhos ideais para dinamizar a investigação dessa tese. Portanto, Miranda prestava serviços à família Calderaro, através da *Relart*

[134] Jornal do Commercio, 15 de setembro de 1970.
[135] Procurei a biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas para levantar os dados precisos desse pleito. O arquivista comentou que as documentações relativas às eleições de 1982 para baixo foram todas perdidas em um grave acidente e descartada ainda nos anos 1990.
[136] Jornal A Crítica, 15 de novembro de 1982.

Publicidade, desde 1958, entretanto não era funcionário da empresa. Ele só começou a participar do quadro oficial quando sua presença necessitou dedicação exclusiva.

Mesmo diante da informalidade inicial, o desenhista passou posteriormente por três contratos dentro da empresa:

Quadro 04[137] **Contratos de Miranda no *A Crítica* (1972 – 2003)**	
Entrada	Dispensa
01.01.1972	31.07.1982
01.09.1982	21.09.1994
02.01.1995	25.04.2003 (data de óbito)

Períodos de contrato profissional junto ao jornal A Crítica

Miranda deu entrada na sua aposentadoria em 02 de agosto de 1994, mas ainda exerceu um terceiro contrato em 2 de janeiro de 1995, de onde seguiu até a sua morte, em 25 de abril de 2003. Segundo relatos familiares[138], este último foi uma concessão pessoal realizada por Umberto Calderaro antes de seu óbito, em junho de 1995. Ele fazia parte do intitulado grupo "Os pobres de Paris"[139], apelido dado aos companheiros mais antigos de Umberto Calderaro e que, mesmo após a aposentadoria e morte do diretor, ainda recebiam auxílios da empresa. Após a aposentadoria, Miranda fazia apenas trabalhos pontuais, sendo a sessão de charges ocupada posteriormente por Carlos Augusto da Silva Myrria[140].

Apesar dos relatos familiares e das gratificações extra oficiais de Umberto Calderaro aos seus "chegados", é possível deduzir que esse terceiro contrato, pós-aposentadoria, tinha também a função de manter a exclusividade das charges e serviços de João Miranda, restringindo assim sua imagem pública (e política) ao jornal *A Crítica*. É provável que, em um contexto onde sua fama ainda certamente garantiria vendas, não seria interessante para a família Calderaro lançar Carlos Myrria em um mercado onde João Miranda estivesse ativo em um periódico concorrente. Desligado, Miranda passou

[137] Quadro montado a partir de dados extraídos da sua carteira de trabalho.
[138] Entrevista concedida pelo filho do chargista, Umberto Rocha de Queiroz, no dia 30.12.2022.
[139] PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica*: última aventura jornalística na Amazônia. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Nilton Lins, Manaus, 2005. P. 149. O nome do grupo foi dado em virtude de uma música de Marguerite Monnot e R. Ruveaud. Em 1956 ela foi regravada por Julio Nagib, que produziu uma versão em português. A história foi confirmada em uma entrevista da Sra Rita de Araújo Calderaro em dezembro de 2010 para o programa Manazinha, apresentado por Norma Araújo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VHGfsBUBCHs
[140] Carlos Myrria nasceu na cidade de Manaus em 02 de maio de 1960. Iniciou sua carreira como jornalista ilustrador no jornal *Diário do Amazonas*, onde ficou de 1983 a 1995. Em 02 de maio de 1995 passou a compor o quadro funcional do *A Crítica*.

seus últimos anos de vida realizando apenas serviços pontuais à empresa. Ao garantir certo ostracismo, esse afastamento da vida pública acentuou problemas de ordem emocional que levaram o chargista a intensificar hábitos autodestrutivos que resultaram em graves problemas de saúde posteriores. Aposentado em 1994, nove anos depois Miranda acentuou seu quadro de diabetes rapidamente e morreu por falência múltipla de órgãos.

Figura 09



Registros de carteira de trabalho nos 3 contratos. Acervo pessoal

Miranda começou a ser interessante ao projeto de Umberto Calderaro, a ponto de ser contratado para dedicação exclusiva, depois de 1969, mais especificamente a partir de 24 de abril. Ele já aparecia entre as páginas do jornal, ofertando seus serviços avulsos, desde 1967, mas de maneira independente, sem a parceria com a *Relart*

Publicidade. É possível que com a saída de Arthur Cezar Ferreira Reis do governo, no final de 1966, seu contrato tenha sido encerrado. Outra possibilidade é a própria evolução do jornal *A Crítica*, que de 1965 a 1971 teve um salto técnico avassalador, propiciando condições para o seu tipo de trabalho. Uma terceira alternativa congrega as duas: com o fim da *Relart Publicidade*, o encerramento do contrato com o Estado e o advento da Zona Franca de Manaus, já materializada, Umberto Calderaro, com um dos maquinários mais modernos do norte do país, precisava de João Miranda com exclusividade, tanto pelo diferencial criativo quanto pela quantidade de trabalhos que o mercado demandava. De stands a propagandas de televisão, Miranda era, antes de ser exclusivamente chargista, um profissional raro, ágil e versátil no mercado da publicidade amazonense.

Figura 10[141] Figura 11[142] Figura 12[143] Figura 13[144]



Anúncios de serviços de publicidade – 1967/1968

Miranda fez, ao longo da vida, bastante uso de personagens do seu próprio meio de trabalho. Na figura 09, por exemplo, inseriu elementos do seu chefe de redação, Belmiro Vianez, responsável pelo caderno de esportes onde ele se destacou pela primeira vez. É possível que as charges fossem para Miranda, pelo comportamento introspectivo relatado pelos colegas, uma forma de se comunicar com o público e seus companheiros de trabalho. Júlio Lopes, inclusive, conta na biografia do diretor que, em

[141] Jornal A Crítica, 05 de dezembro de 1967. P. 04
[142] Jornal A Crítica, 10 de dezembro de 1967. P. 04
[143] Jornal A Crítica, 05 de setembro de 1968. P.06
[144] Jornal A Crítica, 10 de outubro de 1968. P.06

momentos onde Miranda precisava de um dinheiro extra, ele desenhava uma charge ao chefe, Umberto Calderaro, e deixava na sua mesa. Calderaro se divertia, apesar de deixar claro que *talvez não fosse tão feio*[145].

Como dito, o salto que levou Miranda a uma coluna no jornal *A Crítica* foi dado em 1969, a partir da reprodução de um jogador do clube de futebol local Nacional[146]. Depois dessa interpretação iniciou-se certa regularidade de trabalhos no caderno esportivo dirigido por Belmiro Vianez. Miranda já havia, em 1967, feito uma ilustração avulsa sobre o jogador Augusto, do Sul América, seu time do coração, mas ainda não havia desenvolvido um produto original que o destacasse diante dos olhos do diretor Umberto Calderaro.

Figura 14[147]



Augusto, jogador do Sul América

O diferencial do seu trabalho veio com a materialização dos conceitos criados pelo jornalista Irisaldo Godot, primeiro presidente da ACLEA[148] e cronista esportivo dos periódicos da família Archer Pinto, *O Jornal* e *Diário da Tarde*. Segundo Carlos

[145] LOPES, Júlio Antônio. *A Crítica de Umberto Calderaro Filho*. Manaus: Editora Cultural da Amazônia, 2010. P. 85.
[146] Jornal A Crítica, 23 de abril de 1969. Um pequeno esboço foi desenhado sobre o jogador Berto, que saia do Nacional para o Fast Clube.
[147] Jornal A Crítica, 24 de outubro de 1967. A charge trouxe ainda o seguinte comentário: "Augusto – Sempre foi craque de meio campo, e isso ele mostrou e demonstrou em jogadas dos campeonatos passados, formando com Joãozinho um excelente duo de meia cancha. Depois que o inventaram, como homem da linha de ataque, nunca mais o Sul América se encontrou". Segundo Carlos Zamith, Augusto era jogador do Sul América desde agosto de 1965.
[148] Associação dos Cronistas e Locutores Esportivos do Amazonas.

Zamith[149], desde a criação da federação que profissionalizou a modalidade no estado, em 1964 muitos clubes adotaram os ícones idealizados anteriormente por Godot. É possível constatar que as representações dos apelidos dos times não são criações de Miranda, porém, em virtude de já pertencerem ao imaginário popular, tais espectros cômicos foram apropriados pelo desenhista e, a partir de 1969, foram processados e reforçados humoristicamente até se tornarem produtos de identidade no caderno esportivo.

Figura 15[150]



Times do Amazonas cartoonizados por Miranda

Miranda se destacou pelas charges e mais tarde por uma mescla do estilo com usos pontuais da técnica de caricatura. Entretanto, começou se destacando pelo cartum[151] dos times Nacional e Rio Negro, na época a maior rivalidade do futebol amazonense. Em 24 de abril de 1969 o caderno esportivo coordenado por Belmiro Vianez publicou pela primeira vez o projeto piloto do zoomorfismo de João Miranda.

[149] Jornal Amazonas em Tempo. Matéria publicada no dia 27 de dezembro de 2009. O Jornalista Carlos Zamith é responsável por um importante levantamento sobre a História do futebol Amazonense, publicado em 2008 pela editora *Valer* como o nome de *Baú velho*.
[150] Jornal A Crítica, 3 de março de 1973. Respectivamente: São Raimundo, com a aureola; Sul América, lobo (antes era um trêm); Rodoviário, formiga; Nacional, leão; Fast, com o mulato "rolo compressor"; Rio Negro, galo; América, diabo; Libermorro, tigre.
[151] Como a charge, o cartum é um gênero linguístico que não faz uso da linguagem verbal. Contudo, se diferencia da charge pela atemporalidade dos personagens.

Figura 16[152]



LEÃO AZUL DE ÔLHO NO GALO

BARBOSA FILHO EXIGE MAIS CHUTES E ATE' DEFESA FAZ GOLS NO TREINO

Primeira publicação utilizando as mascotes do futebol amazonense

As publicações seguiram, porém sem assinatura. Contudo, no dia 7 de maio 1969, comentando sobre a atuação do árbitro Manuel Luiz Bastos, o jornal publicou o nome do artista e um pouco do *feedback* que estavam tendo sobre esse processo humorístico.

> João Miranda, o artista do pincel exclusivo de A Crítica, autor do LEÃO, do GALO, do ROLO e do TREM, que tanto sucesso fizeram nas páginas desse jornal, sulamericano quatrocentão, revoltou-se com o trabalho e a diferença que o juiz Manuel Luiz Bastos fez ao advertir os jogadores do Sul América e o do Nacional. Afirma Miranda: "jogador de time rico é advertido assim, pelo Manuel Bastos[153].

[152] Jornal A Crítica, 24 de abril de 1969.
[153] Jornal A Crítica, 7 de maio de 1969. P. 03.

Figuras 17 e 18[154]



A formas diferentes de arbitragem do sr. Manuel Bastos

O posicionamento do jornal enfatizando a exclusividade e protagonismo na criação não era à toa. Um ano depois, o *Jornal do Commercio* tentou, por um curto período de tempo, desenvolver a mesma proposta no quadro *Fofocas do esporte*, a partir de um cartunista que assinava como Carlos Mendez. A princípio, cheguei a pensar que era o próprio Mario Mendez, chargista cearense consagradíssimo no mercado carioca, que estivesse trabalhando para o jornal de Epaminondas Baraúna. Entretanto, não consegui localizar esse nome ou pseudônimo.

[154] Jornal A Crítica, 7 de maio de 1969. Caderno *Esportiva*, coordenado por Belmiro Vianez.

Figura 19[155]



Carlos Mendez, novembro de 1970

Desde maio, Miranda não parou mais de cobrir o futebol amazonense, aperfeiçoando o seu traço, com bastante influência de Ziraldo, e desenvolvendo, a partir dos espectros circulantes, os personagens da crônica esportiva de Belmiro Vianez. O chargista nunca escondeu sua idolatria pelo cartunista mineiro e em uma entrevista ao *Jornal do Commercio* declarou à repórter Eleonora Dias essa influência

> Jornal A Crítica há mais de 15 anos vem publicando diariamente as famosas charges do Miranda, que começou fazendo ilustrações para a página de esporte até que um dia passou a segunda página, e permanece até hoje. João Miranda de Queiroz, 55 anos, casado, pai de 7 filhos, já nasceu desenhista, mas foi observando chargistas que foi desenvolvendo o seu traço. "É uma coisa que está dentro de mim, que ajuda a fazer certas charges, que para mim não chegam nem aos pés do Ziraldo. Aliás, Ziraldo é meu ídolo, meu guru. Nós temos grandes humoristas, mas o Ziraldo é o melhor de todos"[156].

Não demorou muito para Miranda expandir os seus serviços para outro setor do *A Crítica.* Com será desenvolvido ao longo dessa tese, Miranda fez parte de um projeto de liderança de mercado orientado por Umberto Calderaro Filho, articulador de diversos vetores de ação onde a coluna *A Charge do Miranda* tinha papel essencial. Ele começou ilustrando a coluna *Casos de Polícia*, em 1970, e desde então começou a habitar também o espaço *Sim e Não*[157], até conseguir seu lugar definitivo em setembro de 1973. Importante destacar que essa migração é um movimento padrão dentro dos diários

[155] Jornal do Commercio, 6 de novembro de 1970.
[156] Jornal do Commercio, 26 de abril de 1985. Caderno 3.
[157] ABREU, Alzira Alves. Modernização da Imprensa (1970-2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. P.12. Segundo a autora, colunas como a "Sim e Não" fazem parte das técnicas de *Fait Divers*, notícias menores, relativas a fatos do cotidiano, crimes, acidentes e afins.

cariocas da virada do século XIX para o XX. A exploração das sensações entre linguagens, seja com o uso da fotografia ou de ilustrações em noticiários policiais, são estratégias de acesso ao mundo dos leitores através de elementos arquetípicos ou de objetos que estão em circularidade. Marialva Barbosa define bem essa passagem quando aponta que não é só a representação de dados concretos que produz o senso de realidade, mas a sugestão de certa generalidade, a indicação sensível de elementos que promovam a conexão junto ao universo de significados do leitor[158]. Para a autora, o público é movido tanto pelo inusitado da trama, onde pode, inclusive, se encaixar o fenômeno cômico, quanto pela participação, mesmo que indireta, na vida dos personagens desenvolvidos. Sobretudo, nesta ótica, é importante ver o público não como receptor, mas sim como interlocutor dos textos, pois ele existe ativamente naquele contexto comunicativo de verossimilhanças. Nelson Rodrigues foi mestre nessa arte, o que explica o grande sucesso do jornal *Crítica* no final dos anos 1920.

Assim, a experiência do texto evoca a interação discursiva permanente entre os veículos e o público. Essas experiências promovidas pelos gêneros linguísticos, onde se inclui a charge e o cartum, dialoga bastante com o que Paul Ricoeur[159] desenvolveu sobre a autonomia semântica dos textos. Como no discurso falado, a significação é diretamente dependente da mímica, dos gestos, dos traços e de outros aspectos não articulados do discurso. Na escrita a significação está diretamente vinculada ao receptor da mensagem e a forma é um aspecto fundamental para esse processo de significação. Nesse hiato entre o mostrado e o identificado, a linguagem perde seu referencial ostensivo e o contexto passa a definir as sensações. Portanto, captar as diversas experiências do público de Miranda, ao longo de 30 anos de produção, é uma tarefa inacessível. Entretanto, é inegável que a construção de suas charges, mesmo sob a fiscalização de Calderaro, obedeceu a uma negociação com os seus interlocutores, sobretudo pela característica que me fez escolhê-lo como objeto de estudo para esta tese: a regularidade. A partir dela é possível sistematizar movimentos, omissões, ataques e defesas que só uma atividade regular torna possível identificar. Esse caminho é o acesso mais próximo para tangenciar as experiências e sociabilidades do público do *A Crítica*, o maior em termos de região.

---

[158] BARBOSA, Marialva. *História cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. P. 49.

[159] RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Trad. De Arthur Mourão, Lisboa: Ed. 70, 1987. P. 47.

Miranda, pela origem que teve, trouxe junto de si elementos próprios da sua historicidade: o catolicismo da mãe, a infância simples, a sociabilidade observadora em uma escola de elite, a hierarquia militar, a paixão pelo Sul América, a admiração por Branco Silva e a vida boêmia do Rio de Janeiro. Elementos que, pelo sucesso de 30 anos de produção regular, o tornaram capaz de se manter vivo e ativo na página mais importante do jornal. Essa sobrevivência não se deu só pela arte que era tecnicamente capaz de reproduzir, mas pela troca de vivências que, através dos seus traços, encontrava um ponto comum de comunicação. Calderaro poderia encontrar um chargista mais técnico, caricaturesco ou de formação superior, mas ele não teria a sagacidade que só a vivência histórica e popular era capaz de ofertar. Tanto é que trouxe para si essa filosofia. Calderaro não fazia questão de participar dos círculos elitizados da cidade, pois isso lhe afastava da leitura dos seus clientes e de como deveria encaminhar os seus liderados.

Figura 20[160]



Coluna Casos de Polícia

Para finalizar, uma declaração de Miranda dada à jornalista Eleonora Dias resume em parte a função que ele teve diante do projeto de poder de Umberto Calderaro. Questionado sobre o contexto de abertura política, o chargista respondeu.

> Miranda diz que suas charges não têm nada de pessoal: "procuro apenas mostrar o que o povo está sentindo". Nos tempos de ditadura ele disse que

[160] Jornal A Crítica, 2 de março de 1970.

> nunca teve problemas pois, que havia no jornal um observador para examinar o conteúdo das charges para que não ferisse a linha do jornal e as autoridades. Para Miranda, a abertura tem dado mais liberdade para se criar: "mas tomara que não escancare demais! Para ele a charge é um esporte, um passatempo e apesar de ser muito conhecido por seu trabalho, acha que não merece, pois já fez charges horríveis, que estão arquivadas em sua casa[161].

E foi a partir dessa relação resguardada com o seu "observador" que Miranda, a partir de outubro de 1974, inaugurou a coluna *A Charge do Miranda*, às vésperas da eleição que promoveu a primeira grande inflexão do governo militar dentro do AI-5. Miranda trabalhou diariamente, de maneira oficial, para o periódico da família Calderaro por 31 anos, até o fim da sua vida. Contudo, com a morte de Umberto Calderaro, em junho de 1995, sua contribuição diminuiu o ritmo e o caminho foi ocupado por Carlos Myrria. Apesar de aposentado por tempo de serviço, deduzo que João Miranda não queria parar com a sua atividade dentro do *A Crítica*. O acordo interno com o seu "observador" deveria estabelecer os proventos do seu direito mais um bônus pela atividade com o jornal. Contudo, em entrevista[162], relatos familiares registram que Miranda, mesmo contratado, teve restrições de acesso à empresa após a morte de Umberto Calderaro, o que indica duas possibilidades: primeiramente, a de que esse desligamento não foi amigável, em virtude de alguma divergência com a nova gerência do jornal, liderada por Ritta e Cristina Calderaro. Segundo, proveniente desse conflito, justifica-se o motivo de, por tanto tempo, o seu nome ter sido relegado e esquecido pela empresa que passou 30 anos de sua vida, recebendo homenagens póstumas através de outros artistas.

Hipóteses derramadas, neste momento torna-se justo dar-lhe um registro do seu caminho dentro da imprensa amazonense. Como toda boa história, existe um começo, um ambiente e condições sociais possíveis para se articular. Durante a pesquisa, localizei dois pontos regulares: suas amizades com egressos salesianos e a influência com outro artista esquecido pelos amazonenses, o professor Leovegildo Ferreira, vulgo Branco Silva, o mestre dos pincéis.

---

[161] Jornal do Commercio, 26 de abril de 1985. P. 01.
[162] A familiar do chargista pediu anonimato quanto a esta informação.

1.3. Dos salesianos ao "mestre dos pincéis": as influências de Miranda.

Mesmo com alguns acessos privilegiados em virtude da ligação familiar, as informações sobre a trajetória de João Miranda antes do *A Crítica* são escassas. Dei sorte em me deparar com o *Curriculum Vitae* que serviu de roteiro no tópico anterior. Para além desses documentos, o que há disponível são relatos de familiares e colegas de trabalho que podem nos servir aqui apenas como objetos de análise para montar, ainda com leve nitidez, o quebra-cabeça dessas relações iniciadas na metade da década de 1940. Dentro das pesquisas de campo, dois objetos foram recorrentes na fala dos amigos e familiares: sua influência técnica, a partir do artista amazonense Branco Silva e sua proximidade com o diretor Umberto Calderaro, contemporâneo de Dom Bosco e que inclusive quase foi padrinho de um dos seus filhos[163].

Diante da carência de fontes, os pontos regulares, presentes na memória afetiva dos entrevistados, me lançaram dois desafios: primeiramente, estabelecer um lugar comum entre um rapaz de origem modesta, filho de uma cozinheira e um magarefe, com um salesiano que, por mais que as biografias reforcem a falta de brilho no lastro familiar, tinha parentes e amigos próximos às elites dirigentes da cidade[164]. Em seguida, um repto ainda mais complicado: construir um paralelo entre a trajetória do chargista, descrita no quadro, e as possíveis ligações com o artista plástico Leovegildo Ferreira da Silva, mais conhecido como Branco Silva e que, pelo levantamento preliminar, deixou pouquíssimos registros.

A) Os salesianos

Como mencionado, há uma grande chance de João Miranda ter sido contemporâneo de Umberto Calderaro ainda no Colégio Dom Bosco, isso porque, nascido em 08 de julho de 1929, dois anos mais novo que o diretor, o chargista era filho

[163] Umberto Rocha de Queiroz, amazonense, nascido em 28 de novembro de 1980. Relatos oferecidos pela viúva Maria da Conceição Rocha de Queiroz. Segundo a viúva, o nome do filho foi uma homenagem ao diretor, que por um motivo de viagem súbita, não esteve na cidade para o evento. Na situação, o nome foi ocupado por outro amigo da família. Umberto ficou sendo apadrinhado sem a formalidade e guarda até hoje bastante afeto pela memória do diretor.

[164] PORTO, Arlindo. Umberto Calderaro Filho: *Legenda de trabalho e de amor pelo Amazonas.* Op. Cit. P. 86. Henrique Archer Pinto, fundador de *O Jornal*, era casado com Carolina, irmã de Maria da Luz Calderaro. Henrique teve dois filhos, Aguinaldo e Aloysio Archer Pinto. Ambos ajudaram Umberto Calderaro nos seus primeiros anos de trabalho.

da cozinheira dos salesianos, Maria Teixeira[165], o que provavelmente serviu de ponte para o ingresso dele na escola. Segundo a filha Debora Queiroz, em entrevista, '- *a mãe de Miranda já tinha sido cozinheira entre os devotos de São Benedito*'[166], organizados na Praça 14, onde atualmente se encontram os fiéis de Nossa Senhora de Fátima. Vale destacar que nas proximidades da praça, durante o início do século, foram assentados os migrantes vindos do Maranhão, trazendo consigo a fé em São Benedito. Essa relação de identidade pode ter servido como catalizador entre Maria Teixeira e os Salesianos, recém-instalados no centro da cidade.

Ao longo destes anos de pesquisa, pude perceber que a trajetória política do jornal *A Crítica* esteve intimamente ligada aos caminhos trilhados pelas elites locais. Mais do que elites, talvez seja melhor começar essas histórias utilizando a categoria "famílias". Isso porque a trajetória de Umberto Calderaro, Arthur Reis[167], João Miranda de Queiroz, Jeferson Peres, Plínio Coelho, Amazonino Mendes, Gilberto Mestrinho[168], Josué Filho, Fábio Lucena, Mario Frota entre outros políticos dominantes da cena pública no século XX passou por um lugar comum: a escola salesiana Dom Bosco. Além disso, boa parte dos personagens dessa tese tem ligação familiar ou pessoal, apenas para citar alguns: o primeiro memorialista de Calderaro, Arlindo Porto, foi cunhado de Gilberto Mestrinho. O segundo, Júlio Lopes, que também é biografo de Fábio Lucena, era funcionário jurídico do *A Crítica*. A mãe de Umberto Calderaro foi parente dos Archer Pinto, sem contar que de inimigos públicos[169], a grande maioria foi amigo íntimo de infância ou de redação.

Antes de aprofundar o texto com mais dados sobre a trajetória do chargista, decidi estabelecer nesse momento um breve hiato para registrar essa conexão envolvendo alguns destacados egressos salesianos. A vida cultural da Manaus pacata

---

[165] Segundo a filha do chargista, Débora Geisa Queiroz, dona Maria Teixeira é filha de migrantes cearenses.

[166] Entrevista concedida pela filha Debora Geisa Valentim de Queiroz, no dia 03 de maio de 2023.

[167] SOUZA, Lademe Correia. *Arthur Reis, Afonso de Taunay, Câmara Cascudo e outros intelectuais brasileiros: uma viagem através das cartas*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH São Paulo, julho 2011. P. 01. Segundo a autora, entre os anos de 1928 e 1938, Arthur Reis ocupou funções no magistério, exercido no Colégio Dom Bosco, lecionando História do Brasil e História da Civilização.

[168] BAZE, Abrahim Sena. Documentos da Amazônia. *Gilberto Mestrinho: a história de um ex-governador*. Canal Amazon Sat, 2009. 13m:00s. Em relato, o famoso "Boto Navegador" relatou que fez parte do seu curso de ginásio no Colégio Estadual Dom Pedro II, terminando o restante fora de Manaus, na Escola 7 de setembro, Fortaleza. Retornando a Manaus pouco antes do término da Guerra, Gilberto concluiu o colegial no Dom Bosco, formando-se no curso técnico de Contabilidade. Não fez curso superior. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WOrlKgSv6qA&t=318s.

[169] Um exemplo curioso é o caso de Plínio Ramos Coelho, que foi um dos primeiros redatores do *A Crítica* antes de se tornar Governador e inimigo declarado de Umberto Calderaro.

dos anos 1940 e 1950 estava circunscrita ao centro da cidade, com boa parte das relações, expostas ao longo desta tese, moldadas entre as praças, cinemas e colégios ginasiais.

Nomeado em 1917 bispo da Diocese do Amazonas, Dom João Irineu Joffily iniciou a história desta e de várias outras ligações familiares que vieram a formar parte da elite política do Amazonas no século XX. Segundo Duarte, convidados à missão, os salesianos chegaram a Manaus em 24 de julho de 1921 para iniciar as atividades do espaço Episcopal, terreno ao lado do edifício onde funcionava um ambiente de oratório festivo dominical. Endereçado na Rua Epaminondas, centro de Manaus, as primeiras séries primárias foram coordenadas pelo diretor Pe. Pedro Ghislandi. Foi apenas em 1925[170], com a ajuda de várias famílias tradicionais da cidade, que se iniciou o espaço que abrigou o curso ginasial, no turno matutino e vespertino, acomodando os filhos das famílias de classe média do estado.

Vale destacar que eram realizadas também atividades no período noturno, em cursos encaminhados aos filhos dos operários. No ano de 1925, abriu o internato para jovens do interior, buscando aprimorar suas formações, sendo encerrado ainda nos anos 50. A partir de 1940, a escola começou a oferecer o curso técnico em Contabilidade, formando inúmeros profissionais[171]. Em 1971, o colégio abriu pela primeira vez os cursos regulares para as mulheres[172], seguindo as transformações de costumes da cidade e o fluxo migratório resultante da criação da Zona Franca de Manaus em 1967. Para atender às novas demandas, um novo prédio foi construído e entregue no ano de 1976, abrindo assim novas matrículas. Logo em seguida, o edifício antigo entrou em reforma e só retornou à atividade em 1985. Em 5 de fevereiro de 1993, Dom Luís Soares Vieira, na época Arcebispo de Manaus, elevou o Colégio Dom Bosco à categoria de Paróquia, para atender ex-alunos, moradores e famílias do seu entorno[173].

Dentro da imprensa amazonense, as missões salesianas aparecem no *Jornal do Commercio* de J. Rocha dos Santos a partir de 1907, anunciando a inauguração de

---

[170] DUARTE, Durango Martins. *Manaus entre o passado e o presente.* 1ª ed. Manaus: Ed. Mídia Ponto Comm, 2009. P. 183.
[171] O ex-governador Gilberto Mestrinho concluiu a sua formação neste período.
[172] Da mesma forma que existiam escolas exclusivas para homens, havia escolas como o Santa Dorotéia exclusivas para mulheres. O Dom Bosco só veio abrir para o ensino misto na década de 1970.
[173] DUARTE, Durango. *Manaus, entre o passado e presente.* 1.ª ed. Manaus: Ed. Mídia Ponto Comm, 2009.

edifícios da congregação no estado da Bahia[174]. Citando relações com comunidades indígenas, em 1908 o periódico publicou trabalhos da missão religiosa no Mato Grosso, executando atividades onde:

> Os trabalhos de typographia, lytographia, encardenação de brochuras são excelentes, e isto, como na agricultura, o braço é, em geral, do índio, cuja catequese foi e é ainda alvo da missão. As índias manufaturam, sobretudo, redes de tucum, e os índios, além do que já disse, fazem chapéus de palha de burity, extratos de loções para cabelo, cultivam arroz, feijão e demais cereais[175].

O uso da fibra de tucum, retirada da palmeira do tucumã, é historicamente utilizado em comunidades tradicionais da Amazônia. Ao que parece, uma das formas dos salesianos se instalarem nesses lugares ocorreu a partir desse tipo de atividade comercial e das relações com a mão de obra local. O *Jornal do Commercio* chegou a citar que a "pacificação" dos selvícolas no Mato Grosso, local de atividade missionária, destoava bastante de regiões como o Espirito Santo, onde os conflitos eram intensos e acalorados. O clima da missão gerou, inclusive, elogios do Marechal e indigenista Candido Mariano Rondon[176].

Com a experiência de sucesso no Mato Grosso, a missão salesiana com finalidades "pedagógicas" se dirigiu ao rio negro em julho de 1916, um pouco antes da citada por Durango Duarte e bem depois da instalação em Meruri (MT). A chegada da missão em Manaus registrou que

> A acção dos padres salesianos no rio negro, acção catechista e educadora, já se vem fazendo sentir, de certo tempo pra cá. Ainda o anno passado, ali esteve o reverendo padre José Balzola que foi conhecer o logar e verificar o ponto mais propício para a localização da sede da prelazia do rio negro. Aquelle sacerdote, de volta dalli, nos deu uma interessante narrativa sobre tudo o quanto tivera occasião de ver, as peripécias porque passara, e de Manáos seguiu para a Itália a dar conta de sua missão[177].

No site da congregação, os 120 anos da presença salesiana em Meruri (MT) foi comemorado em 18 de janeiro de 2022[178]. O padre João Bálzola, citado na notícia, chegou às terras dos Boe-Bororo em 1902 e liderou a fundação da primeira missão na

---

[174] Jornal do Commercio, 14 de janeiro de 1907. *De toda a parte*. P. 01.
[175] Jornal do Commercio, 13 de setembro de 1908. *A exposição: diário do correspondente especial.* P. 01.
[176] Jornal do Commercio, 15 de agosto de 1911. *Os nossos selvícolas.* P. 01
[177] Jornal do Commercio, 23 de julho de 1916. *Acção dos salesianos no rio negro: chega, hoje, a missão chefiada pelo padre José Balzola*. P. 01.
[178] Matéria de Euclides Fernandes. 17 de janeiro de 2022. *Meruri celebra 120 anos de presença salesiana entre os Boe-bororo*. Disponível em: https://www.missaosalesiana.org.br/meruri-celebra-120-anos-de-presenca-salesiana-entre-os-boe-bororo/?utm_source=chatgpt.com

região dos Tachos, conhecida como "Toripó" na língua nativa. Posteriormente, devido à escassez de água, a missão foi transferida para a região próxima ao Morro de Meruri, estabelecendo a atual Aldeia Meruri, que permanece como sede da missão salesiana na área. Contudo, a história dessas congregações em regiões amazônicas está bastante ligada a casos de exploração de mão de obra, como consta uma denúncia de Alípio Bandeira[179], indigenista brasileiro que em carta aberta expôs as atividades do monge Beneditino Dom Gérard Van Caloen, onde:

> Se o sr. bispo Von Caloen quisesse catequisar índios iria procurar os Parintintins, que são pagãos e vivem na selva em guerra com os civilizados. A esses, porém, não vai o sr. bispo, como nunca foi e nem irá nenhum salesiano, nem o santo frei Gil, nem do processado frei Pelino de Castrovalva. O sr. bispo prefere aos Parintintins, os Macuxis e Uapixanas, como os salesianos os Bororós aos Cajabis, e a razão é que dos índios selvagens tem hoje os padres muito mais medo do que do inferno com todos os seus demônios, conforme as provas que neste sentido dão, ao passo que os outros são pobres homens pacíficos e ingênuos que os padres exploram com maior ganância, se bem que com menos crueldade do que os caucheiros. Esta é a verdade: não há em todo o brasil nenhuma grande ou pequeno missão de catequese: há companhias eclesiásticas de escravizar índios[180].

Apesar de o caso acontecer na região do Rio Branco, ele é ilustrativo para não alimentar certo “romantismo” sobre as missões religiosas na Região Amazônica durante o século XX, ou mesmo atenuar que no caso dos salesianos ela foi mais branda no Amazonas. Por mais que sejam distintas, há um comportamento regular entre elas e ele não pode passar despercebido. As denúncias regulares de indigenistas, assim como o intervalo curto de atividades com certo perfil em outros estados, sugerem que a presença da congregação na capital, com um projeto ambicioso e arquitetonicamente imponente, não parece chegar a Manaus apenas com interesse filantrópico. Essa disputa entre congregações religiosas e membros do SPI[181] pela tutela das comunidades indígenas tinha através dos salesianos uma base estratégica em Manaus. É possível inferir que, com a escola Dom Bosco, instalada na capital em um contexto de decadência da economia do látex, não só uma nova elite política estava em formação, mas junto dela foram transmitidos conceitos e valores sobre o tipo de homem amazônico que deveria ser dominado ou dominante nesse espaço.

---

[179] Dom Gérard Van Caloen (12 de março de 1853 – 16 de janeiro de 1932) foi um monge beneditino belga, liturgista, missionário, fundador monástico, abade e bispo.

[180] Jornal do Commercio, 8 de junho de 1919. *A região do Rio Branco: a catequese dos índios pelos frades a serviço da prelazia*. P. 02.

[181] O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi um órgão público criado em 1910 para prestar assistência aos povos indígenas do Brasil. O SPI foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em 1967.

Portanto, sem origem abastada, é possível deduzir que João Miranda tenha estudado o ginásio no Colégio Dom Bosco durante o período noturno, horário direcionado ao projeto social. Outra possibilidade está ligada à função profissional da mãe, dona Maria Teixeira, católica fervorosa[182], que foi colaboradora do colégio e tinha forte participação nos circuitos paroquiais do centro da cidade, podendo ter direito a possíveis concessões dos padres e mantendo assim o filho entre os alunos regulares. Para além das divisões sociais, aos domingos, a fim de congregar a juventude, acontecia no colégio o *Cine Manaus*, evento realizado dentro da escola, como relatou o jornalista Leandro Antony[183]:

> A primeira vez em que atentei no Calderaro foi num baile infantil na sede do nosso Rio Negro (...). Desde então, todas as vezes em que nos encontrávamos nos dávamos alô, conquanto sem muitas aproximações. Vimo-nos depois, muitas vezes, no pátio do Colégio Dom Bosco, nas manhãs domingueiras dos folguedos infantis, após a missa a que íamos com a intenção precípua (pelo menos eu) de ganhar entrada para os filmes vespertinos do Cine Manaus, que era localizado dentro do colégio[184]

Sem televisão e vivendo nos tempos do rádio, qualquer oportunidade de assistir cinema era muito procurada pelos jovens dessa geração. Segundo Jefferson Peres, os cinemas não eram apenas casas de espetáculo: eram locais de encontro e convívio social[185]. O professor Renan Freitas Pinto, sociólogo, também reforçou o dado, comentando que existia um interesse muito grande na época, já que o cinema foi um dos mais fortes espaços de sociabilidade da cidade[186]. Por fim, o escritor Gaitano Antonaccio, biógrafo do centenário *Ideal Clube*, relatou o quinto decênio do espaço com o seguinte contexto:

> O quinto decênio de existência do Ideal Clube foi marcado pela presença constante de uma formidável juventude, despontando as senhoritas e rapazes de Manaus, que gozavam do privilégio de uma cidade tranquila, sem violência, onde as famílias viviam reunidas em suas residências ou nos salões dos clubes, época em que ir ao cinema era uma atração do cotidiano, e as ruas fervilhavam de estudantes do Colégio Estadual do Amazonas, Dom Bosco e

[182] Tanto Sônia Valentim quanto Débora Geisa Queiroz afirmam esse traço característico da mãe de João Miranda.
[183] Jornal do Commercio, 11 de junho de 1924. *Manaus social.* P.01. Importante não confundir o jornalista Leandro Antony, filho de Aristophano Antony, com o seu avô, o coronel Leandro Antony, filho de Luiz Antony. O funcionário público morreu no dia 11 de junho de 1924, vítima de enfermidade não declarada.
[184] PORTO, Arlindo. Umberto Calderaro Filho: Legenda de trabalho e de amor pelo Amazonas. Editora Valer, Governo do Estado do Amazonas. 2007. P. 127.
[185] PÉRES, Jefferson. *Evocação de Manaus: como eu a vi ou sonhei (1932-2008).* Op. cit. P. 133.
[186] AGUIAR, José Vicente e Souza. *Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60.* Editora Valer, Governo do Estado do Amazonas, 2002. P. 145.

> do Instituto de Educação do Amazonas (I.E.A), os mais importantes dos anos de 1950 e 1960, pela presença de um corpo docente dos mais aprimorados em matéria de ensino ginasial[187] .

Enquanto recurso lúdico, meio formador de ideias e catalisador de opiniões, fica evidente o papel do cinema na formação cultural dos jovens manauaras dos anos 40, 50 e 60, algo que se observa facilmente na quantidade de publicidades desse tipo de entretenimento, publicadas constantemente pelo *Jornal do Commercio* nesse recorte. Entretanto, curiosamente, pouco se fala sobre a presença dessa geração salesiana que convivia entre os ginasianos do Dom Pedro II[188], na mesma praça Heliodoro Balbi, centro de Manaus. O livro de José Vicente de Souza Aguiar sequer os cita. Mas este tem por objetivo demarcar a geração dos anos 50 e 60 do Colégio Estadual, frequentadora do *Café do Pina*, como componente da vanguarda literária da cidade, muito em virtude de alguns egressos terem participado das primeiras gerações do *Clube da Madrugada*[189]. Contudo, ao que parece, segundo os dados, a presença de outros grêmios estudantis exercendo essa atividade literária, mesmo sem pretensão de movimento, é anterior, embora a geração salesiana tenha se destacado mais no cenário político dos anos 50 em diante. Segue abaixo, então, uma pequena lista dos grêmios que circulavam na cidade nos anos 1940. O jovem João Miranda, se não frequentava, pelo menos deveria conhecer os personagens que estavam envolvidos nessas agremiações e espaços de sociabilidade.

Quadro 05[190] **Lista de Grêmios Culturais da cidade**		
Diretório da Faculdade de Direito	Grêmio Estudantil Heliodoro Balbi	Grêmio Cultural Juventude de Dom Bosco
Diretório da Escola de Comércio Solon de Lucena	Grêmio Estudantil Alvares de Azevedo	Centro Estudantil Rui Barbosa
Centro Acadêmico da Escola Agro técnica	Grêmio Estudantil Plácido Serrano	Grêmio estudantil Marciano Armond

[187] ANTONACCIO, Gaitano Laertes Pereira. *Ideal Clube: um século de aristocratismo*. Manaus: Imprensa oficial, 2003. P. 185, grifos nossos.
[188] A Escola Estadual Dom Pedro II, centro de Manaus, é conhecido por muitos das testemunhas citadas na tese apenas como "Estadual".
[189] SILVA, Alberto Souza. *Quando o Meu Barco Emergir do Profundo Lago do Desconhecido: Literatura e Sociedade na obra de Benjamin Sanches*. P. 21. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas, 2016. Segundo o autor, o Clube da Madrugada foi um movimento artístico-literário que contribuiu para a renovação do cenário cultural, político e social no Amazonas, lançando nomes literários em nível nacional e promovendo intelectuais locais com bastante atividade e influência na cidade. A característica de negação da tradição e do academicismo, coloca o movimento em equivalência aos movimentos modernistas que surgiram no Brasil no início do século XX.
[190] CASTRO, Mavignier de. *Síntese histórica e sentimental da evolução de Manaus*. Editora: Tipografia Fenix, Manaus, 1948. P. 199. Quadro montado a partir das informações do autor.

Liga Estudantil Industrial	Grêmio Estudantil Gonçalves Dias	Grêmio estudantil Castro Alves
Grêmio Estudantil Espiral da Escola Brasileira	Grêmio Cultural Santo Antônio	

Lista das agremiações no contexto dos anos 1940 e 1950

Sobre essa possível rivalidade juvenil, Amazonino Mendes[191] diz ter sido testemunha, confirmando em entrevista[192] que *havia uma disputa entre os ginasianos do Estadual e do Dom Bosco*[193], porém, em seu tempo, ela se expressava mais nos esportes e nas distinções[194] promovidas pelos desfiles escolares. Amazonino começou os estudos ginasiais no Dom Bosco, mas foi retirado pelo pai[195], Armando de Souza Mendes, para estudar no *Seminário do Espírito Santo* em Tefé[196], interior do Amazonas. Retornando a Manaus, prestou exame e buscou concluir o curso no Dom Pedro II. Contudo, ao final do curso científico, se envolveu em movimentos estudantis contra o Governo Plínio Coelho (PTB)[197] que lhe custaram a vaga. Expulso do Estadual e sem opções, terminou o curso científico no Dom Bosco, colégio que ele definiu como "escola dos ricos".

Portanto, por mais que houvesse distinções sociais, o espaço do teatro escolar onde era apresentado o *Cine Manaus*, após a missa dominical, foi provavelmente o ponto de encontro e observação que envolveu os alunos do primário, ginásio e científico. Foi nesse ambiente que talvez o jovem João Miranda, contemporâneo de Umberto Calderaro, tenha socializado com colegas, amigos e professores, personagens que mais tarde fizeram parte do seu cotidiano profissional. Um deles, bastante próximo

[191] Amazonino Armando Mendes nasceu em Eirunepé (AM), no dia 16 de novembro de 1939, filho de Armando de Sousa Mendes e de Francisca Gomes Mendes. Foi três vezes prefeito e 4 mandatos de governador. Faleceu no dia 12 de fevereiro de 2023, no Hospital Sírio Libanês, São Paulo.

[192] Programa Viva Memória. *Entrevista com Amazonino Mendes*. Canal Cultura, 2011. 27m:42s. A entrevista coordenada por Durango Duarte está disponível no canal DDC, no youtube. Disponível em: https://youtu.be/N9K0kCxWrm0?si=2N90ziL0Kv6RFe1G

[193] No contexto de Amazonino Mendes, apenas as duas escolas ofereciam o estudo ginasial em Manaus, sendo necessário fazer um exame.

[194] Amazonino Mendes comentou que os ginasianos do Dom Bosco vestiam trajes de gala.

[195] Na entrevista, Amazonino Mendes conta que fez gastos excessivos na cantina da escola salesiana. Aborrecido com a atitude, o pai, Armando Mendes, o retirou do colégio e lhe encaminhou para um espaço mais humilde e sem privilégios.

[196] Matéria publicada no site do Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1° de agosto de 2018.

[197] Segundo ele, enquanto discente da Escola Estadual, fez parte de um movimento interno contra certas arbitrariedades do governador Plínio Coelho. Na ocasião, o político do PTB pediu ao diretor Paulo Mourão a expulsão do presidente e vice do Grêmio Estudantil Plácido Serrano. Inconformado, o insurgente montou com os colegas uma greve, trancando os portões da Instituição. Ao final, alguns alunos foram presos e 15 discentes foram expulsos, entre eles Amazonino. Após o afastamento, retornou ao Colégio Dom Bosco para finalizar seus estudos.

ao chargista, foi Jefferson Peres[198], ex-senador amazonense que relembrou em seu livro de memórias[199] o início de sua conexão com um famoso jornalista salesiano.

> Umberto Calderaro Filho era meu velho conhecido do Colégio Dom Bosco, onde fomos contemporâneos, sendo ele de uma turma mais adiantada. Lembrava-me perfeitamente dele pela sua intensa participação na política estudantil como candidato à presidência da União Estadual de Estudantes, que não chegou a conquistar. Impossível esquecê-lo, de qualquer modo, pelo seu tipo físico. Alto, magro, a pele branca coberta de sardas, chamava atenção de pronto. Agitado e atuante, parecia destinado a cumprir a trajetória de tantos jovens da nossa época. Ou seja, fazer o curso de Direito, como aconteceu, e ingressar na política. Mas, de repente, Calderaro largou tudo para se lançar a aventura do jornal[200].

José Jefferson Carpinteiro Peres relatou que conheceu "o pintado"[201] no início do ginasial, onde Calderaro já se encontrava nos estágios finais do curso científico. A amizade floresceu anos mais tarde, quando se tornou colaborador e frequentador do gabinete do diretor na rua Lobo d'Almada, ponto de encontro de vários amigos e clientes. Essa conexão entre a família Carpinteiro e a Calderaro foi importante no início da empresa, visto que a distribuição do *A Crítica* era feita, em grande medida, pelos "gazeteiros" cuidados pela dona Maria da Luz Calderaro, mãe do diretor[202]. A maior parte dos meninos vinha do Instituto Melo Matos[203], enviados sob a ordem do juiz Arnoldo Carpinteiro Peres[204], pai de Jefferson. A partir dos anos 60, a imagem dos gazeteiros foi inclusive incluída na diagramação do jornal. Em um contexto onde o trabalho e a exploração infantil eram pouco discutidos, é possível que muitas crianças e

---

[198] José Jefferson Carpinteiro Peres (Manaus, 18 de março de 1932 — Manaus, 23 de maio de 2008) foi um professor, advogado e político brasileiro filiado ao Partido Democrático Trabalhista. Foi senador por Amazonas e vereador de Manaus pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB).

[199] PÉRES, Jefferson. *Evocação de Manaus: como eu a vi ou sonhei (1932-2008).* Manaus: Reggo/Academia Amazonense de Letras, 2021. P.199.

[200] PORTO, Arlindo. *Umberto Calderaro Filho – Legenda de trabalho e de amor pelo Amazonas.* Editora Valer. Governo do Estado do Amazonas, 2007. P. 11.

[201] Umberto Calderaro Filho, segundo relata amigos, tinha na infância dois apelidos: "pintado", em virtude das sardas e "meio metro", por causa do tamanho. Curiosamente, durante o ginasial, Umberto "espichou" e o apelido foi abandonado.

[202] Em várias entrevistas foi relatado que Umberto Calderaro evitou por muito tempo o sistema de assinaturas do jornal para não desempregar os "gazeteiros", um dos últimos pedidos de sua mãe.

[203] MATOS, Alba Barbosa. *Instituições disciplinares para a infância na Manaus Varguista: Escola Premonitória do Bom Pastor e secção Mello Mattos*. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. Volume 11, número 2, out./dez. 2019. Segundo a autora, em maio de 1939, o Interventor Federal do Estado do Amazonas, Álvaro Maia, criou, como anexo da Escola Premonitória (destinada apenas ao sexo feminino), a Secção de Menores Melo Matos, destinadas a menores delinquentes.

[204] PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia*. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Nilton Lins, Manaus, 2005. P. 57.

jovens desassistidos optassem por ganhar seus "trocados" na rua do que estarem presentes nas escolas públicas do município[205].

Figura 21[206]



Cabeçalho do jornal entre 1961 e 1962

Explorando um pouco mais a citação, vale o destaque para a preliminar inclinação política de Calderaro enquanto candidato a líder estudantil. Ao longo de sua vida, o diretor nunca assumiu funções públicas[207], embora tenha eleito amigos, indicado nomes e estivesse, quase sempre, articulado às elites dirigentes de Manaus. Vale destacar também que o ambiente salesiano, em teoria, se caracteriza muito pela missão ligada à juventude, especialmente aos pobres e aqueles em situação de risco[208]. Esse fator talvez justifique o motivo da oferta de ensino noturno gratuito nas primeiras décadas e os projetos sociais posteriores, como o *Pró menor Dom Bosco*[209]. Em um contexto de transformações onde a emergente categoria do "jovem" moldava seu

[205] Muitos sites e dicionários apontam o verbo "gazetear" como algo ligado à falta de comprometimento. No caso do A Crítica, e tendo em vista que a grande maioria dos gazeteiros era composta por crianças do instituto da família Carpinteiro, é possível que a ligação usual do termo relacionado ao "aluno ausente" estivesse associada àqueles que optavam pelo subemprego em detrimento ao estudo.

[206] Jornal A Crítica, 19 de abril de 1961. P. 01. Miranda começou uma empresa de publicidade com Umberto Calderaro em 1957 chamada RELART. Portanto, os serviços de ilustração já eram realizados por ele na data dessa edição.

[207] O mais próximo que Umberto Calderaro chegou na vida pública foi a candidatura ao governo em 1990, sob a legenda do PDC, Partido Democrata Cristão, declinando pouco tempo depois. Antes disso houve um convite feito pelo interventor Arthur Cezar Ferreira Reis para que o diretor assumisse um cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, relato contado por seu amigo, o advogado, político e jornalista Benedito Azêdo, em entrevista a José Mathias Pina em 28 de agosto de 2005.

[208] Em absoluto, todos os depoimentos sobre a personalidade de Umberto Calderaro Filho destacam duas grandes características: o paternalismo, demonstrado na generosidade com seus amigos e funcionários; e a simplicidade, o que lhe deixava distante de circuitos elitizados como o *Ideal Clube*. Embora poderoso e capaz de frequentar os ambientes "de pompa", seus amigos mais próximos relatam, através das biografias, que o diretor gostava mesmo era de andar pelos espaços boêmios do centro de Manaus. Esse "desapego" às distinções simbólicas o aproximou bastante dos círculos populares, principalmente a partir de *O Peladão*, tópico discutido mais adiante.

[209] Pró Menor Dom Bosco é uma Instituição de caráter filantrópico de Assistência Social básica, educacional e religiosa, sem fins lucrativos, que há 41 anos atua na cidade de Manaus.

protagonismo, o espaço escolar do Dom Bosco e das escolas do centro da cidade[210] foram ambientes germinais para várias relações, como declara Arlindo Porto:

> No Colégio Dom Bosco, onde fez seu ginasial e colegial, foi colega de estudantes de grande brilho, dentre os quais destaco Antônio Angarita (Hoje secretário do Governo do Estado de São Paulo) e Manoel Otávio Rodrigues de Souza, jurista de renome, que a morte há pouco nos levou. Nesse grupo nasceu o Grêmio Cultural "Heliodoro Balbi". A cada sábado, nos reuníamos em sua sede improvisada nos altos de um sobrado na rua da Instalação, no centro de Manaus. Nosso objetivo era literatura, história... Ali ensaiávamos nossos primeiros versos[211].

Portanto, é possível deduzir que, da mesma forma que o Colégio Estadual vem sendo lembrado na memória como espaço germinal para as gerações literárias do *Clube da Madrugada*, herdeiros do famoso *Grêmio Plácido Serrano*, o colégio salesiano Dom Bosco pode ser incluído, seguramente, como o berço formador das posteriores elites políticas que dominaram a cena amazonense durante a virada dos anos 1950, oriundas, em grande medida, do *Grêmio Heliodoro Balbi*. E foi nesse espaço que João Miranda, em uma cidade com pouco mais de 100.000 habitantes, estabeleceu suas primeiras relações com clientes, amigos e futuros caciques da política local.

B) O mestre dos pincéis

Quanto à técnica artística, é possível observar que a distinção estilística de João Miranda de Queiroz foi sendo lapidada com o passar dos anos, alcançando seu auge na metade dos anos 80, onde se observou uma complexidade de estilo muito particular. No início, a influência do cartunista Ziraldo[212], principalmente nas definições dos corpos, era latente, fato abordado mais adiante. Contudo, neste momento mais biográfico, é importante situar que Miranda não começou pela charge, muito menos pela caricatura, como muitos ilustradores atuais. O caminho de João de Queiroz até se tornar *Miranda*

---

[210] PÉRES, Jefferson. *Evocação de Manaus: como eu a vi ou sonhei (1932-2008).* Op. cit. P.75. O curso médio, a época, se subdividia em Ginasial, com 4 anos, e científico com 3. Eram ministrados nos dois colégios públicos tradicionais, a Escola Normal e Ginasial Pedro II, e em três grandes colégios católicos: Dom Bosco, Auxiliadora e Santa Dorotéia. Havia ainda as escolas com curso profissionalizantes, como a Escola Técnica e a Escola de Aprendizes e Artífices do Paredão. Ambas não atraiam a classe média, mais interessados nos cursos de Direito e Medicina.

[211] PORTO, Arlindo. *Umberto Calderaro Filho – Legenda de trabalho e de amor pelo Amazonas.* Editora Valer. Governo do Estado do Amazonas, 2007. P. 11.

[212] Ziraldo Alves Pinto (Caratinga - MG, 24 de outubro de 1932 – Rio de Janeiro - RJ, 6 de abril de 2024) foi um cartunista, chargista pintor, escritor, dramaturgo, cartazista, caricaturista, poeta, cronista, desenhista, apresentador, humorista, advogado e jornalista brasileiro.

passou primeiro pelo mercado de serviços publicitários, muito ativo em qualquer cidade pulsando comércio e consumo. Econômico nos traços, esse atributo foi bastante aproveitado no uso com as charges, afastando-o, em um primeiro momento, da ênfase nas caricaturas, estilo mais exigente quanto a detalhes, sombras e formatos de prensagem. Miranda começou a caricaturar suas charges com maior regularidade apenas nos anos 1980. Durante esse recorte separado para exame ele caricaturou muito pontualmente, apenas quando pretendia enfatizar o *caricare*[213] do objeto risível.

Segundo familiares, a aptidão de João Miranda pelo desenho se manifestou durante a infância. Sonia Valentim relatou histórias onde o pai tinha o "péssimo" hábito de rabiscar assoalhos, constante reclamação da avó Maria Teixeira[214]. Os filhos, amigos e parentes próximos comentaram que seu mentor foi o artista amazonense Leovegildo Ferreira da Silva, mais conhecido em Manaus como *Branco e Silva*. Segundo a filha do chargista, João Miranda foi aprendiz do artista plástico em eventos carnavalescos, sobretudo em serviços de ornamentação de festas nos clubes sociais da cidade. Os dados biográficos sobre a trajetória de Branco e Silva, apesar dos incríveis trabalhos, são ainda um grande mistério. Nem mesmo a pinacoteca do Amazonas possui dados sólidos e acessíveis. Em nível acadêmico existem apenas dois estudos: o primeiro, uma pesquisa de 2023 sobre uma de suas pinturas a óleo, o quadro *Imortalidade*, de 1946, levantada pelo historiador Bruno Braga[215]. O outro é um texto de 2001, organizado pelo Governo do Estado do Amazonas e escrito pelo professor da UEA, Márcio Leonel Farias Reis Páscoa, doutor em Ciências Musicais pela Universidade de Coimbra, Portugal. Entretanto, os textos não apresentam dados biográficos sólidos[216]. Pela proximidade, procurei o historiador Bruno Braga, que em entrevista relatou que, de fato, há dificuldades para encontrar referências sobre esse pintor de vanguarda. Segundo o

[213] GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Conceito de Caricatura: Não tem graça nenhuma*. Artigo publicado em Domínios da imagem, Londrina, Ano I, número 2, página 7-26, maio de 2008. P. 12. Alberto Gawryszewski oferece um bom argumento sobre esta definição. Comenta que enquanto a Caricatura se debruça em carregar (do italiano Caricare) um objeto particular com traços grotescos, a Charge (do inglês, Charge) preocupa-se não em carregar uma imagem, mas sim um conteúdo de interpretação social, visando proporcionar recursos que potencializem a transmissão da mensagem para o público através da linguagem humorística.

[214] Entrevista concedida pela filha Sonia Valentim de Queiroz no dia 04 de maio de 2023. Segundo a primogênita do chargista, a mãe de Miranda, Maria Teixeira, comentava em rodas familiares que essas foram as primeiras manifestações da aptidão do filho pelo desenho.

[215] BRAGA, Bruno Miranda. *Todas as encantatrizes da ópera em Manaus: uma análise do quadro Imortalidade de Branco e Silva (1946)*. Revista Cordis. História e Arte. São Paulo, vol. 2, nº 30, 2023.

[216] PÁSCOA, Márcio. *Branco e Silva*. Série Memórias. N°78, Governo do Estado do Amazonas. 2001.

pesquisador, as investigações estão, neste momento, rastreando os laços técnicos, estéticos, exposições perdidas e aprendizes que mantiveram o seu legado[217].

Diante da situação e sem tempo para aguardar os atalhos, resolvi fazer um breve levantamento sobre a trajetória desse artista, buscando, pelo menos, encaixar a história de João Miranda dentro de suas atividades e contribuir com a investigação. Segue então um quadro preliminar sobre os registros que Leovegildo Ferreira (Branco Silva) deixou de seus trabalhos nas páginas do *Jornal do Commercio*.

Quadro 06[218]
Leovegildo Ferreira da Silva (Branco Silva)[219]
02.02.1896 – 12.01.1959
Recorte: (1925-1966)

TÍTULO/SERVIÇO	FUNÇÃO	LOCAL	TIPO	DATA
Olha o Guabirú!	Cenografista	Polytheama	Teatro	29.11.1925
Já começa...	Cenografista	Polytheama	Teatro	13.05.1926
O Trouxa Zig-Zag	Cenografista	Teatro Amazonas	Teatro	11.12.1927
Aguenta, Felipe! Miss Amazonas	Cenografista	Polytheama	Teatro	09.06.1929
Baile	Ornamentação	Ideal Club	Carnaval	12.02.1929
Baile	Ornamentação	Helio Club	Carnaval	15.02.1930
Presépio	Ornamentação	Eduardo Ribeiro	Arte sacra	29.12.1932
Baile	Ornamentação	Rio Negro Clube	Carnaval	22.01.1933
Presépio	Ornamentação	Eduardo Ribeiro	Arte sacra	20.12.1935
Baile	Ornamentação	Rio Negro Clube	Carnaval	07.02.1937
Recepção ao Senador Cunha Mello	Ornamentação	Ideal Clube	Jantar	10.07.1937
Restaurar Bambinellas	Restauração	Theatro da Paz Belém (PA)	Patrimônio	10.02.1937
Tela: São João	Expositor	Casa da sorte (Eduardo Ribeiro)	Pinturas (Arte sacra)	17.06.1937
Baile	Ornamentação	Rio Negro Clube	Carnaval	01.03.1938
Estampa alegórica	Jornal	Jornal "A tarde" (Aristophano Antony)	Aniversário da República de Portugal	05.10.1938
Recepção de turistas	Expositor Destaque: Paracuhuba	Ideal Clube	Pinturas	07.08.1938
Presépio	Expositor	Sírio de Nossa Senhora de Nazareth Belém (PA)	Arte sacra	25.01.1938
Baile	Ornamentação	Rio Negro Clube	Carnaval	27.02.1938
Mostruário Industrial	Organizador	Praça Oswaldo Cruz (Prox. Manaós Tramways)	Propaganda	02.06.1938
Aniversário do filho Vinicius Ruas da	Comemoração	Manaus	Coluna social	19.08.1939

[217] Entrevista concedida pelo historiador Bruno Melo Braga no dia 24 de maio de 2024.
[218] Quadro montado a partir das atividades ligadas ao artista plástico publicadas no Jornal do Commercio entre 1925 e 1966.
[219] Nas publicações aparecem as seguintes variações: Leovigildo Ferreira, Leovegildo Ferreira, Branco Silva, Branco e Silva. As citações obedecem a forma como foram mencionadas.

Silva				
Altar da pátria	Conjunto artístico	Praça General Osório	Cerimonial	07.09.1940
Aniversário da filha Alpha Ruas da Silva	Comemoração	Manaus	Coluna social	13.10.1940
Presépio	Expositor	Estação dos bondes	Arte sacra	24.12.1940
Ceia do Senhor Presépio Maravilha	Expositor	Estação dos bondes	Arte sacra	14.06.1942
Campanha da borracha usada (fins bélicos)	Colaborador	Manaus	Militar	04.07.1943
Exposição de cartazes sobre a Batalha da borracha	Expositor (patrocínio – DEIP)	Praça Oswaldo Cruz	Cerimonial	27.06.1943
Presépio Maravilha	Expositor	Estação dos bondes	Arte Sacra	26.12.1943
Teatro Escola Peça: Iaiá boneca	Cenografista	Teatro Amazonas	Peça em benefício às vítimas da enchente do Rio negro	10.09.1944
Monumento de Eduardo Ribeiro	Projeto em bronze	Entrada de Manaus	Cerimonial a pedido do prefeito Couto Valle	15.09.1944
1ª Exposição-Feira Amazônia	Desenho da planta dos pavilhões do evento (Formato de Navio)	Belém (PA)	Certame Antenor Borgea	26.12.1944
Homenagem ao cinquentenário do Teatro Amazonas	Expositor	Ideal Clube	Arte sacra e regional	10.01.1947
Festejos Carnavalescos	Ornamentação	Evento público	Pedido de Álvaro Bandeira	06.02.1947
Exposição de pinturas	Expositor	Ideal Clube	Quadros regionais	07.08.1947
Recepção ao Almirante Leland Lovette (EUA)	Organização	Teatro Amazonas	Cerimonial	10.03.1948
Data consagrada pela lei ao dia do Índio	Ornamentação	Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas	Cerimonial	18.04.1948
Serviço público do Teatro Amazonas	Indicação para o cargo de Diretor	Teatro Amazonas	Projeto de lei com iniciativa da Câmara Municipal	26.05.1948
Teatro indígena	Cenografista	Teatro Amazonas	Teatro	09.06.1948
Abertura exposição de lendas Amazônicas	Exposição	Estádio General Osório	1º centenário da cidade Manaus	17.10.1948
Exposição de Lendas Amazõnicas	Expositor	Assembleia Legislativa	Solenidade	22.10.1948
Presépio Maravilha	Ornamentação	Estação dos Bondes	Arte sacra	21.01.1949
Exposição na Casa “Chico Preto”	Expositor	Loja “Chico Preto” (7 de setembro)	Pintura de Dom João da Mata	15.05.1949
Convite para conhecer a pintura sobre Dom João da Mata	Expositor	Palácio Episcopal	Solenidade	04.06.1949

Opereta: “Perversa!”	Cenografista	Teatro Amazonas	Teatro	04.10.1949
Homenagem de Rogaciano Leite	Ilustrador do livro de poemas “Carne e alma”. Edição “Pongetti”	Carta enviada a redação	Ilustração	09.09.1949
Exposição de presépios	Serviço para vendas	Estação dos bondes	Venda de arte sacra	08.10.1950
Presépio Maravilha	Ornamentação	Estação dos bondes	Arte sacra	18.03.1950
Baile	Ornamentação	Rio Negro Clube	Carnaval	19.02.1950
Festa de fim de ano	Ornamentação	Rio Negro Clube	Reveillon	23.12.1954
Baile	Ornamentação	Rio Negro Clube	Carnaval	09.02.1955
XXXVI Congresso Eucarístico Internacional	Expositor Obra: “A Ceia do Senhor”	Automóvel Club do Brasil - RJ	Arte Sacra	29.07.1955
Baile temático “O inferno e o Paraíso”	Ornamentação	Rio Negro Clube	Carnaval	12.02.1956 13.02.1956
Peça religiosa: “O milagre do Calvário”	Cenografista	Teatro da Casa da Divina Providência	Arte Sacra	01.04.1956
Comissão Miss Amazonas	Jurado	Teatro Amazonas	Diários e Rádios associados	19.05.1956
Exposição de arte patrocinada pelo JC	Convidado para avaliar Moacir Andrade	Ideal clube	Arte regional	15.01.1957
Visita do General Francisco Higino Craveiro Lopes	Presente do General	Luso Sporting clube	Arte regional	23.06.1957
Inauguração do Busto de Ribeiro Junior	Escultor	Praça Ribeiro Junior	Patrimônio	24.07.1957
Baile temático (Reino de Netuno)	Ornamentação	Rio Negro Clube	Carnaval	17.02.1958
Exposição: Lendas e fatos da Amazônia	Expositor	Estação dos bondes Praça Oswaldo Cruz, 29	Arte sacra e regional	05.10.1958
Presépio Maravilha	Ornamentação	Estação dos bondes	Arte sacra	07.10.1958
Três cidadãos benquistos morreram no dia de ontem Causa da morte: enfermidade (Não declarada) Enterro no Cemitério São João Batista				12.02.1959
Peça: O milagre do Calvário	Ornamentação: Belmiro Gama	Teatro da Casa da Divina Providência	Arte sacra (Homenagem)	06.04.1960
Presépio Maravilha	Ornamentação: Murillo Branco Silva (Filho)	Eduardo Ribeiro	Arte sacra	21.12.1961
Exposição Santa Ceia Por Abelardo Santos (Discípulo)	Exposição	Avenida Joaquim Nabuco, 1616	Arte sacra	07.04.1962
Homenagem do prefeito Paulo Nery Nome de rua: Bairro da Santa Luzia				13.02.1966

Atividades de Branco Silva entre 1925 e 1959

Como mencionado, fora do mundo acadêmico, há pouquíssimos dados públicos sobre a sua história. No momento, está disponível apenas um pequeníssimo relato de

seu filho, Vinicius Silva[220], já falecido, disponível desde 2018 através de um blog[221]. Utilizei algumas informações desse conteúdo para servir de roteiro para a investigação, já que, mesmo nas publicações do *Jornal do Commercio*, os dados estão espalhados e não mencionam fontes oficiais. Como Branco Silva, o artista, a primeira publicação mencionada no *Jornal do Commercio* data de 29 de novembro de 1925. Como Leovegildo Ferreira, nome de registro, sua passagem iniciou com um sorteio[222] de convocação militar, convidando os jovens mancebos ao quartel 45, Batalhão de Caçadores, para formar um corpo militar sob o comando do Major José Menescal de Vasconcellos[223]. No texto de Márcio Leonel Páscoa é apresentado um número diferente, o batalhão 26, indicando ainda a presença de Álvaro Maia e Américo Antony. Não encontrei, na convocação publicada pelo *Jornal do Commercio*, os nomes citados. Contudo, o destino de Branco Silva, felizmente, não rumou para a guerra que se montaria poucos anos depois. Servindo um ano ao Exército, Leovegildo Ferreira foi dispensado do batalhão por tempo de serviço[224]. Curiosamente, no mesmo grupo estava Leopoldo Amorim da Silva Neves, que mais tarde se tornou Governador do Amazonas.

O relato de Vinicius Ruas conta que Leovegildo nasceu no seringal São João, nas barrancas do Purus, entrada do rio Tapauá em 1892. Sem apresentar mais informações, essa era a única data de referência existente sobre o artista, pelo menos até a data de lançamento desta publicação. Márcio Páscoa compartilhou das informações geográficas, porém ofereceu um recorte natalício muito suspeito. Sobre o dia em que veio ao mundo, deduzo uma interpretação: desde que se tornou *Branco Silva*, o artista, as notas sociais do *Jornal do Commercio*, direcionadas a algumas famílias da cidade,

---

[220] Diferente do pai, Vinicius Ruas Ferreira da Silva foi destacado nas Artes Marciais. Segundo a Federação de Judô do Estado do Rio de Janeiro, Vinicius foi "um homem admirado por ter sua trajetória confundida com a própria história do judô e do jiu-jitsu no Brasil". Falecido em 2022, com 98 anos, a matéria conta que o filho de Branco Silva começou a treinar Artes Marciais em Manaus, no ano de 1938, com o japonês, naturalizado brasileiro, Antônio Soshihiro Satake. Satake é considerado por muitos o primeiro japonês a abrir uma academia de Judô/Jiu-jitsu no Brasil, no Atlético Clube Rio Negro, na capital do Amazonas. Vinicius Ruas foi um dos principais e mais respeitados discípulos do mestre Satake. Mais informações em: https://judorio.org/nota-de-pesar-falecimento-do-sensei-vinicius-ruas/

[221] Blog do Coronel Roberto: Catando letras e escrevendo Histórias. 06 de janeiro de 2018. Disponível em: https://catadordepapeis.blogspot.com/2018/01/branco-silva-1892-1959.html

[222] CASTRO, Celso. *A luta pela implantação do serviço militar obrigatório no Brasil*. Exército e nação: estudos sobre a história do exército brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. Importante destacar que desde 1874 houveram tentativas de aplicação de uma Lei que estabelecesse o recrutamento via sorteio, incluindo assim pessoas de todas as classes sociais. Celso Castro comenta que, apesar da oposição, no dia 4 de janeiro de 1908 a Lei do Sorteio foi aprovada pela Câmara, gerando enormes oposições pelo país.

[223] Jornal do Commercio. 01 de fevereiro de 1919. *Os sorteados: realiza-se hoje a cerimônia de incorporação.* P. 01.

[224] Jornal do Commercio. 09 de janeiro de 1920. *Várias*. P. 01.

fizeram regularmente publicações dos seus aniversários[225]. Foi através delas que encontrei a constância sobre a data 2 de fevereiro, utilizado aqui como referência. Além dela, existe uma publicação do *Jornal do Commercio* que, pela aproximação do pintor com o periódico, acredito ser mais sólida do que as que se encontram publicamente.

> FALECIMENTO
> Faleceu às 17 horas de ontem, o professor Branco Silva, em sua residência, Av. Joaquim Nabuco, 1616.
> O extinto famoso pintor e decorador amazonense contava 63 anos de idade, tendo nascido em Manaus, a 2 de fevereiro de 1896.
> Deixa viúva a senhora Dona Orientina Ruas da Silva e órfão o sr. Vinicius Ruas da Silva, casado, residente no Rio de Janeiro, onde é denodado líder estudantil, o sr. Murilo Ruas da Silva, residente em Manaus, e a senhora Alfa da Silva Guerreiro, esposa do bancário Higino Guerreiro. Deixa também netos e noras[226].

A nota de reportagem refaz alguns caminhos dessa misteriosa história. Primeiro a questão da localização onde nasceu. Mesmo que as ligações do pai de Branco Silva, José Ferreira da Silva, estejam de fato ligadas ao rio Purus, a informação de que ele nasceu em Manaus preenche uma lacuna e problematiza outra: seria a referência *"nasceu às margens do rio Purus, à entrada do rio Tapauá"*, descrita por Márcio Páscoa apenas um toque de romantismo? Apesar do trabalho com lendas e paisagens, Branco Silva nunca mencionou essas informações. Vale destacar ainda que o único periódico que mencionou a morte do pintor foi o *Jornal do Commercio*, lançando, inclusive, mais tarde, notas regulares de resgate a sua memória. Portanto, pela ligação de respeito e admiração que o periódico tinha com a sua vida, obra e memória, dou um grau maior de consubstancialidade à nota da reportagem.

Márcio Páscoa, em seu texto, argumentou que *Branco Silva faleceu em Manaus no mesmo dia 2 de fevereiro que nascera, no ano de 1961*[227], apresentando como referência o acervo do Centro de Artes Chaminé, Manaus, porém sem especificar pasta ou documento de origem. Bruno Braga compartilhou, assim como Vinicius Ruas, do ano de falecimento, mas sem definir uma data específica. Portanto, levando em consideração os 23 anos do texto de Prof. Dr. Márcio Páscoa e me compadecendo com a mesma carência de documentos que aflige atualmente Bruno Braga, registro aqui uma contribuição para que outros pesquisadores se aprofundem ainda mais na produção

[225] Jornal do Commercio. 02 de fevereiro de 1928. *Manaos Social. Fasem annos hoje: Branco Silva*. P.01
[226] Jornal do Commercio. 13 de ferreiro de 1959. *Nota de Falecimento*. P. 01.
[227] PÁSCOA, Márcio Leonel Férias Reis. *Branco e Silva*. Série Memórias, n° 78, editada pelo Governo do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001.

incrível desse artista, um profissional polivalente que merece estar na elite das obras públicas dessa cidade. Segue, então, uma das raras fotos de Leovegildo Ferreira Silva, vulgo Branco Silva, com a data referenciada pelo *Jornal do Commercio*.

Figura 22[228]



Leovegildo Ferreira da Silva (2 de fevereiro de 1896 – 12 de janeiro de 1959)

O Coronel Roberto, responsável pelo blog, fez ainda em 2013 uma postagem referente a um relato de Edson Epaminondas de Mello[229] (PSD), na época ex-prefeito de Manaus[230]. O documento é datado de oito de novembro de 1958, dois meses antes da morte de Branco Silva, e foi retirado do periódico *O Jornal*, da família Archer Pinto.

[228] ANTONACCIO, Gaitano Laertes Pereira. *Ideal Clube: um século de aristocratismo*. Manaus: Imprensa oficial, 2003. P. 189.
[229] O Jornal, 8 de novembro de 1958.
[230] Blog do Coronel Roberto: Catando letras e escrevendo histórias. 27 de julho de 2013. Disponível em: https://catadordepapeis.blogspot.com/2013/07/branco-e-silva-1889-1959.html

Nele contém alguns dados que ajudam a "engrossar o caldo" sobre as bases familiares que sustentavam Leovegildo Ferreira a ser Branco Silva.

> Abracemos ao mestre no recinto sagrado de suas criações, e também sua esposa, Dona Orientina Ruas da Silva, a querida e inesquecível professora de nossa primeira infância, a companheira indormida do estimado Branco Silva, em todas as alegrias ou tristezas, dizendo-lhes... parabéns, mestres... pelo muito que tendes feito pelo Amazonas e pela glorificação de seu nome, tornando-o conhecido até no exterior[231].

De acordo com o *Jornal do Commercio*[232], Orientina Ruas da Silva ocupava, de fato e de direito, a profissão de professora, colando grau na antiga Escola Normal (atual I.E.A[233]) em 23 de fevereiro de 1919[234]. Ela prestou exame de acesso no *Collegio Santa Infância*, sendo aprovada para o curso infantil em 1910[235]. Desde então, seguiu os graus subsequentes e passou toda a trajetória escolar na Escola Normal, até a formatura. Normalista, registrou trabalhos nos grupos escolares São José[236], Silvério Nery e Gonçalves Dias[237]. Em rastros de viagem[238], muito comum à época[239], além da presença da esposa, é possível localizar também o nome do primogênito de Branco Silva, Murilo José Ruas da Silva, que mais tarde deu seguimento ao trabalho pai[240]. Provavelmente Murilo é o filho que, em coluna datada de 1° de fevereiro de 1919 veio à luz, como

---

[231] O Jornal, 8 de novembro de 1958.

[232] Jornal do Commercio, 28 de fevereiro de 1928. *Várias*. P. 01. A publicação diz respeito a uma nomeação do Secretário de Estado, que por indicação dos gestores, encaminhou os nomes de Orientina Ruas e Laura Costa Pinheiro para o cargo de professora nas respectivas escolas.

[233] Instituto de Educação do Amazonas.

[234] Jornal do Commercio, 23 de fevereiro de 1919. *Pela instrucção: Collaçao de gráo dos novos normalistas e inauguração do "Pantheon Escolar"*. P. 01. Houve uma solenidade com a presença do Governador Pedro de Alcântra Bacellar onde se inaugurou o *Pantheon* da instituição. Orientina terminou seu estágio no dia 09 de fevereiro do mesmo mês, estando apta para a solenidade.

[235] Jornal do Commercio, 24 de dezembro de 1910. *Exames*. P. 02. "Resultado dos exames procedidos no Collegio Santa Infância, no dia 16 de dezembro, á Avenida Joaquim Nabuco, 217".

[236] Jornal do Commercio. 20 de fevereiro de 1920. Várias. P. 01. A escola São José serviu de estágio para a colação de grau. Notícia: "A normalista Orientina Ruas apresentou a instrução pública o mapa de frequência e aptidão dos alunos do collegio São José, de sua direção, referente ao mês de setembro do ano findo".

[237] DUARTE, Durango Martins. *Manaus entre o passado e o presente*. 1ª ed. Manaus: ed. Midia Ponto Comm, 2009. Segundo Durango Duarte, em 1924, de acordo com os números da Diretoria-Geral da Instrução Pública, existiam 75 escolas públicas na área urbana de Manaus, das quais onze eram isoladas. As 64 restantes estavam reunidas nos grupos escolares Barão do Rio Branco, Silvério Nery, José Paranaguá, Gonçalves Dias, Antônio Bittencourt, Saldanha Marinho, Marechal Hermes, Cônego Azevedo, Olavo Bilac, Machado de Assis e no Instituto Benjamin Constant. Entre 1925 e 1926, foram criados mais dois grupos escolares: o Presidente Bernardes e o Guerreiro Antony. P. 159.

[238] Foram encontrados relatos de viagem nas datas 09.02.1943, na lancha Cauré; 31.08.1950, navio Inca; 26.08.1955, navio Lloyd – RJ. Branco Silva sempre em companhia da esposa.

[239] Durante a primeira metade do século XX é muito comum encontrar nas páginas do Jornal do Commercio os pontos de conexão dos passageiros rumo a outras capitais.

[240] Nos anos 1960 e 1970, Murilo Ruas deu continuidade ao trabalho do pai, juntamente com um dos discípulos mais próximos de Branco Silva, Abelardo Santos. O filho do artista chegou a substituí-lo na direção do Teatro Amazonas nos anos 1950 e 1960.

consta a notícia do *Jornal do Commercio*[241]. Branco Silva ainda teria uma filha, Alpha Ruas da Silva, já falecida e citada na nota do periódico.

Vinicius Ruas relatou ainda que Branco Silva, muito novo, viajou para a Europa com parentes próximos e fez o seu curso primário em Berna, Suíça. Mais tarde, terminou os anos escolares no Liceu de Artes e Ofícios de Lisboa, Portugal. Márcio Páscoa compartilhou dessas informações, agregando ainda a possibilidade de o pintor amazonense ter estudado na *Academia Nacional de Belas Artes*. Com a queda da borracha, seu pai mandou buscá-lo de volta para Manaus. Além disso, comentam que Leovegildo "já estava com idade de servir ao Exército". Buscando os registros equivalentes a descrição, o pai de Branco Silva foi, de acordo com os dados, João Ferreira da Silva, comerciante português que deixou registros de negociatas e serviços na imprensa amazonense entre 1893 e 1900. Neles constam a venda de imóveis na rua Tapajós e a posse de dois hotéis, o *Hotel Americano* e o *Hotel Internacional de Manáos*[242]. Enriquecendo com a economia gomífera, em Manaus e no Alto Purus, alguns registros reforçam um pouco mais a tese: as contribuições para as obras da Beneficente Portuguesa[243], registros enquanto morador e membro da Associação Comercial que utilizava do rio Purus como rota[244] e a forte ligação de Branco Silva com a comunidade lusitana em Manaus[245]. Além desses, soma-se ainda registros de conflito pelo mercado de *cautchu* no Alto Purus, envolvendo o comerciante peruano Carlos Scharf e ele, denominado na notícia como *Coronel José Ferreira*[246]. Márcio Páscoa reforça este dado, incluindo ainda o nome da possível mãe de Branco Silva, Francisca Ferreira da Silva. Na busca dentro do recorte, não encontrei essa informação. O mais

[241] Jornal do Commercio, 01 de fevereiro de 1919. *Nascimentos.* P. 1. Na notícia: "Dona Orientina Ruas da Silva, esposa do sr. Leovigildo Ferreira da Silva, deu á luz a uma creança do sexo masculino". Levo em consideração que a notícia não é sobre Vinicius Ruas, pois este morreu em 2022 com 98 anos. Seu nascimento veio apenas 5 anos depois.
[242] Jornal do Commercio. 26 de abril de 1900. Notícia: "a dez minutos da estação central, perto do caes de embarque, theatros, correios e bondes a porta para todos os pontos da cidade. Bons aposentos para famílias, todos quartos têm janelas bonitas e vista para mar e terra. Proprietário: João Ferreira da Silva, ex-proprietário do Hotel Internacional de Manáos".
[243] Jornal do Amazonas, 05 de setembro de 1986. *Para as obras da Beneficente Portugueza.* P. 03.
[244] Jornal Amazonas, 12 de maio de 1878. *Publicações solicitadas.* P. 02. A declaração dos moradores do rio Purus, incluindo José Ferreira da Silva, informou a Sr. Presidente da Associação Comercial: "Os abaixos assinados dos moradores do rio Purus servem deste meio para manifestar a satisfação que experimentaram pelo acto de V. Exe. com relação aos vapores que fazem a navegação deste rio, em virtude dos contractos celebrados com a extincta Companhia Fluvial do alto Amazonas transferido á Amazon Stem Navigation Company Limited".
[245] Jornal do Commercio, 05 de outubro de 1938. P. 01
[246] Jornal do Commercio, 25 de agosto de 1904. P. 04.

próximo, ligado ao nome do pai, é uma informação[247] publicada no *Jornal do Commercio* na seção *Os mortos*, de 3 de dezembro de 1927, tratando sobre óbito da filha de José Ferreira da Silva, Francisca Ferreira da Silva, provavelmente irmã de Branco Silva.

Seguindo o roteiro do folheto, Vinicius Ruas registrou que ao chegar em Manaus, o pai se sentiu "um peixe fora d'água", em virtude da educação europeia. Ele vinha de um meio intelectual, falando e escrevendo bem espanhol, francês e alemão. Deslocado, montou um ateliê de pintura e desenvolveu atividades no meio da publicidade comercial, decorações carnavalescas e trabalhos externos com cenografia de peças, operetas e musicais, além das conhecidas ornamentações públicas e particulares.

Figura 23[248]


Aguardem a inauguração do
1.º MOSTRUARIO INDUSTRIAL E ARTISTICO DO AMAZONAS
A maior organisação de propaganda do Estado
Ao certame poderão concorrer todos os industriaes, commerciantes, artistas, institutos, etc., estabelecidos no Amazonas.
Informações com o artista Branco Silva.

1° Mostruário Industrial e Artístico do Amazonas

E é neste ponto dos serviços que a conexão com João Miranda foi possível. É lógico que no lançamento deste 1° mostruário, pioneiro no segmento[249], João Miranda só tinha 10 anos. Contudo, o registro nos serve para definir um ponto de inflexão na cidade, já que Leovegildo Ferreira foi se tornando, para além das outras atividades artísticas, o *Professor Branco Silva*, como ficou sendo denominado até o final da vida. Assim, houve para Miranda, dentro do segmento da arte publicitária em Manaus, um

[247] Jornal do Commercio, 03 de dezembro de 1927. *Os mortos*. P. 01. Notícia: "Na secção de inhumações da prefeitura municipal foram registrados, hontem, os óbitos de Fernando Almeida Cruz; de Francisca Ferreira da Silva, cearense, casada, com vinte e dois annos, filha de José Ferreira da Silva; e um feto masculino, filho de Armindo Mendonça".
[248] Jornal do Commercio, 25 de junho de 1939.
[249] Em pesquisa através do Jornal do Commercio, não encontrei outra referência de curso direcionado ao segmento da publicidade comercial. Em 1910, o presidente Nilo Peçanha havia criado nas capitais brasileiras, a *Escola de Aprendizes Artífices* (Decreto federal 7.566, 23 de setembro de 1910). Em 1° de outubro do ano corrente o modelo foi instalado em Manaus, atendendo em regime de internato os cursos de sapataria, marcenaria, tipografia e desenho. Mais tarde, em 1° de fevereiro de 1942, a escola se tornaria o Liceu Industrial, atual Escola Técnica Federal do Amazonas.

norte de referência que poderia unir uma opção de trabalho remunerada com a atividade que já gostava de exercer, mesmo que subversivamente nos assoalhos da mãe. Os cursos, exposições e mostruários de Branco Silva eram ofertados no seu Atelier, localizado na Rua Oswaldo Cruz, antiga estação dos bondes, centro da cidade.

Vale destacar que João Miranda não foi o primeiro ilustrador de publicidades do jornal *A Crítica*. Seu traço começou a aparecer apenas no final dos anos 50. Esse cargo foi exercido pela esposa de Umberto Calderaro Filho, Ritta de Cássia Araújo[250] (1928-2016). Ela foi professora de desenho do I.E.A, antiga Escola Normal, se aposentando em 27 de junho de 1967[251]. Pouco se sabe sobre sua formação inicial, contudo um registro da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em mensagem apresentada pelo governador Dorval Pires Porto, em maio de 1943, o nome "Rita de Cássia Araújo" aparece como normalista da *Escola Montessoriana Álvaro Maia*, localizada no bairro de Adrianópolis e que, segundo o texto, era *destinada a educação de cegos e surdo-mudos*[252]. O espaço era mantido pelo Instituto de Proteção aos Menores e tinha na direção da escola, denominada como "Rural amazônica", a professora Regina Coeli Bezerra. Contudo, faço questão de registrar o talento absurdo de Ritta de Cássia, reconhecido apenas pelos colegas de Umberto Calderaro, como será exposto mais adiante. Por hora, para não quebrar a sequência biográfica, é possível que ela tenha estudado em algum momento na *Escola de Aprendizes Artífices*, antes dela se tornar *Escola Industrial*, já que os alunos eram encaminhados pelo Juiz de Menores da cidade, o Dr. André Vidal de Araújo, seu pai[253]. Como será exposto no próximo tópico, apesar de bastante conhecida pela direção do jornal *A Crítica*, cargo que ficou por 21

[250] Rita de Cássia Araújo nasceu no dia 3 de março de 1928. Era filha do Desembargador André Vidal de Araújo e da dona Milburges Bezerra de Araújo. Casou com Umberto Calderaro em 1951, sendo sua companheira até o fim da vida. Foi ilustradora e professora de desenho do IEA, além de atuar na Escola de Serviço Social. Após o falecimento do diretor do jornal em 1995, ela assumiu a direção da empresa. Faleceu no dia 25 de junho de 2016. Sofria de Esclerose Lateral Amiotrófica.

[251] Jornal do Commercio, 26 de junho de 1967. Nota: "A Assessoria de Relações Públicas do DASPA solicita as pessoas abaixo discriminadas a comparecerem aquela Assessoria munidos do Diário Oficial que publicou o Decreto de aposentadoria dos mesmos, a fim de atender solicitação do Tribunal de Contas para efeito de Registro das referidas aposentadorias: Rita de Cássia Araújo".

[252] No texto da Interventoria Federal do Estado, direcionado ao presidente Getúlio Vargas através de Álvaro Botelho Maia, Regina Coeli Bezerra aparece como "designada pelo Governo do Estado" por ter se especializado no Rio de Janeiro. Tinha como auxiliares as normalistas Maria Angélica da Silveira e Rita de Cássia de Araújo.

[253] Mensagem do Governador Álvaro Botelho Maia à Assembleia Legislativa da Sessão Ordinária de 3 de maio de 1937. P. 388. Nota "A escola de Aprendizes Artífices e o Aprendizado Agrícola do Paredão continuam a receber alunos enviados pelo Dr. André Araújo, Juiz de Menores. O Estado mantém 4 professores, no primeiro destes educandários e, a título precário, entrega mensalmente ao Dr. Paulo Sarmento uma contribuição para auxiliar a Merenda de cem meninos extranumerários".

anos, Ritta de Cássia foi seguramente uma das melhores ilustradoras dessa cidade nesse contexto e merece o devido registro.

De volta ao artista plástico que serviu de referência a João Miranda, como adiantado no quadro, os registros de Branco Silva correspondem a 3 décadas de atividades, dentro e fora de Manaus. Dividi a lógica desse tópico obedecendo essa trajetória, buscando conectá-lo ao mercado amazonense de serviços publicitários onde o jovem João Miranda de Queiroz, após fracassada tentativa de carreira militar, desejou participar.

Miranda nasceu em 1929, ano em que Branco Silva já atuava, desde 1925[254], como cenógrafo em peças no Teatro Amazonas e Polytheama. Para além do seu reconhecimento nacional como pintor, boa parte dos recursos financeiros que sustentaram a família Ruas da Silva era proveniente dos serviços comerciais e da ornamentação de bailes e solenidades. A assinatura de Branco Silva representou por anos status, prestígio e referência conceitual para exposições e bailes destinados à alta sociedade. Em todo cartaz, peça ou mostra artística, o nome do pintor foi destacado nas legendas principais.

Figuras 24 e 25[255]



THEATRO AMAZONAS

COMPANHIA NAZARETH

Direcção do actor LEONI SIQUEIRA

HOJE – Domingo, 11 de Dezembro – HOJE

A' tarde – A's 3 1|2 — O TROUXA

Revista em 2 actos, 8 quadros, musicas populares, original de Zé Nortista. — Entrada, 2$000; Frizas, 15$000

A' noite — A's 8 3|4 horas

Primeira representação da luxuosa revista

—— ZIG-ZAG ——

Em 2 actos e 12 quadros, original de Zé Nortista.

Compères: Felizardo, LEONI; Fortunato, CARLOS CAMPOS

Jorge Turco, Cantuaria; Marocas, a Bahiana, A. Souza.

Toma parte toda a companhia. —Lindos scenarios de Branco Silva. — Guarda-roupa rico—Lindos numeros e marcação pelas Encenblistas. — Lindas musicas populares. — Soberbos sketchs. A revista de maior successo da temporada. — Sómente hoje.

PREÇOS: — Friza, 30$; Camarote de 1.ª, 25$; Cadeiras, 5$000; Camarote de 2.ª, 15$000; Idem de 3.ª, 10$; Paraizo, 1$000.

Breve – A CABOCLA BONITA

Aguardem a ultima representação da grande revista feerica DONDOCA, que deu 200 representações no Recife e fez centenario no Para.

POLYTHEAMA

HOJE—Uma sessão ás 8 1|4 em ponto—HOJE

—— NO PALCO ——

UNICA representação da grande revista em 2 actos

AGUENTA, FELIPPE !

2 APOTHEOSES, terminando o primeiro acto com apotheose á MISS AMAZONAS, bello trabalho scenographico do talentoso scenographo BRANCO SILVA.

AGUENTA, FELIPPE! original de Bittencourt Menezes, musica do Dr. Assis Pacheco. — O maior successo alcançado. A peça que foi levada no Theatro Carlos Gomes, no Rio de Janeiro, 6 mezes seguidos. — O papel de Felippe, o record da graça, o caipira mettido a sabbido que no Rio faz o trouxa, extra-successo do actor LEONI.

NOTA — FLOR DO AMAZONAS, marcha dedicada á Miss Amazonas, de J. Arnoud, será cantada no final do 1.º acto pela Companhia LEONI.

—— NA TELA ——

O NAUFRAGIO DO VAPOR "PRINCEZA MAFALDA, um acto natural. — ROMANCE DA POLICIA, drama de aventuras e luctas. — Fecha a sessão a comedia em 2 actos — VAMOS, CHIQUINHO. —— PREÇOS — CADEIRA S|N 3$100.

PROGRAMMA PARA A MATINE'E ás 4 h.

UNICA MATINE'E pela Companhia LEONI. — Ultima representação da revista feerica — DONDOCA.

Abre a parte cinematographica — O AMARRADO, drama em 2 actos. — CAVANDO UNS COBRES, 2 actos. — SOLIDÕES, film natural, em 1 acto.

PREÇOS POPULARES — ENTRADA, 1$600

Registros publicitários enquanto cenógrafo

[254] No Jornal do Commercio durante os anos 1920, foram encontrados os seguintes cartazes, com seus respectivos locais e datas: "*Olha o Guabiru!",* Teatro Polytheama, 29.11.1925; "*Já começa...",* Teatro Polytheama, 13.05.1926; "*O trouxa"*, Teatro Amazonas, 11.12.1927; *"Aguenta Felipe...",* Teatro Polytheama, 09.06.1929.

[255] Jornal do Commercio, 29 de novembro de 1925; Jornal do Commercio, 11 de dezembro de 1927.

Como mencionado, o único periódico que noticiou a morte de Branco Silva foi o *Jornal do Commercio*[256]. A causa da enfermidade que o ceifou ainda continua um mistério. Contudo, no registro de Edson Epaminondas Mello[257], relata-se uma imagem dos seus dias derradeiros. Em uma conversa entre o ex-prefeito e o Procurador Fiscal[258] do Estado, Mario Jorge Couto Lopes, este mencionou um encontro informal que teve com artista, onde notou ele (...) *outro, cansado, semblante de sofrimento; não é o mesmo Branco Silva, vivo, risonho e com ar próprio de quem confia sempre no futuro*[259].

Desta avaliação e percebendo que, mesmo doente, Branco Silva ainda mantinha-se dedicado ao seu atelier, localizado próximo à Praça Oswaldo Cruz[260] (atual Praça da Matriz), antigamente conhecida como *Estação dos Bondes*[261], o Procurador tomou a iniciativa de sugerir, em virtude dos anos de contribuição cultural em vários segmentos da arte, que o Governo do Estado deveria premiar Branco Silva com (...) *uma aposentadoria, de pelo menos Cr$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) mensais de vencimentos, como reconhecimento do Amazonas ao velho mestre que, por muitas vezes, glorificou aqui como alhures o nome de seu grande Estado.*

Edson Epaminondas não só concordou com a avaliação, como achou:

> Maravilhosa a ideia do Dr. Mário Jorge, e senti-me feliz, verificando que em nossa terra os verdadeiros valores intelectuais não são de todo esquecidos, sempre há no meio das atribuições de futebol e política um Dr. Mário Jorge fazendo justiça a quem merece. Visitemos, pois, o atelier de Branco Silva, vivendo um pouco de sua vida de alegrias e tristezas, em um ambiente onde sempre tem lutado pela grandeza e glorificação do Amazonas. Assistamos de perto o entusiasmo contagiante com que o mestre explica-nos seus trabalhos e suas criações.
> Levemos ao insigne mestre em sua oficina de trabalho o nosso abraço amigo e, também, um pouco de conforto material, pagando a reduzida importância

[256] Nas edições de janeiro de 1959 do *A Crítica* não foram encontradas menções sobre o falecimento do artista.
[257] Edson Epaminondas de Mello (aniversario 3 de junho) foi prefeito de Manaus entre 13 de março de 1951 e 21 de fevereiro de 1952.
[258] Jornal A Gazeta, 28 de fevereiro de 1949. *De relance*. Nota: "Dr. Mario Jorge Couto Lopes, digno e competente sub-procurador fiscal do Estado, será, ao que estamos informados, nomeado para o cargo de Procurador Fiscal, vago com o falecimento do Dr. João Huascar de Figueiredo. Um ato de justiça do Dr. Leopoldo Neves, revelador das intenções equilibradas de sua excia. que, antes de mais nada, procura orientar as suas atitudes encarando, acima dos seios políticos, o valor intelectual e moral dos seus governados e os supremos interesses do Estado".
[259] O Jornal, 8 de novembro de 1958.
[260] A praça *15 de Novembro*, popularmente conhecida como *Praça da Matriz* foi inaugurada em 1845. O lugar já recebeu diversos nomes: *Largo da Olaria*, *Praça da Imperatriz*, *Praça do Comércio* e *Praça Oswaldo Cruz*.
[261] A estação pertencia a *Manáos Tramways and Light Company Limited*, companhia inglesa concessionária de energia elétrica e de transporte coletivo da cidade. Atualmente comporta uma extensa área de embarques e desembarques, destinada exclusivamente para transportes coletivos de todas as zonas de Manaus.

> da entrada a fim de ajudá-lo em outros trabalhos, que pretende realizar. O atelier do mestre é para ele o reduto mais sagrado, onde muito tem sofrido e também onde muitas glórias conseguiu para seu nome e para nosso querido Amazonas; suas criações e seus belos quadros são a razão mais sublime de sua vida[262].

Apesar do justo, porém tardio reconhecimento, dois meses depois Branco Silva faleceu, mesmo concluindo uma viagem ao Rio de Janeiro de emergência, em busca de tratamento. Após a morte, uma nota póstuma do *Jornal do Commercio*[263] reforçou a contradição existente entre suas conquistas e o estado em que se encontrava no final dos anos 50.

> Branco Silva era o poeta das cores, pintor consagrado dos amazonenses. Seu nome transpôs as fronteiras estaduais para se projetar em outros centros. Realizou inúmeras exposições com telas inspiradas em motivos regionais todas com o maior sucesso. Fixou a paisagem dos trópicos com todas as matizes e cambiantes de luz. Era paisagista e decorador. Numa exposição em Recife preparou com suas tintas o stand do Amazonas e brindou-nos com um honroso primeiro lugar, entre tantos bonitos concorrentes de outros Estados. Estudou as nossas lendas e deu-lhes forma material, com requintes de imaginação. Deu vida a quadros bíblicos e alcançou sucesso, inclusive na capital Federal, merecendo elogios da crítica especializada. Era simples e cortez, sem o vício da vaidade a desfigurar-lhe o sorriso amável. Lutou valentemente pela vida, como a maioria dos artistas, recorrendo frequentemente à pintura meramente comercial, em prejuízo da verdadeira arte, que requer despreocupação de espirito e cuidados extremos incompatíveis com a pessoa. Sua morte foi sentida por todo o Amazonas que ele em vida soube honrar com a sua arte e o seu trabalho, admirado e aplaudido em toda parte[264].

O trecho que trata sobre o recurso de apelar a *pintura meramente comercial*, mesmo que em detrimento da arte que era capaz de ofertar, conecta o pintor a atividade do objeto de pesquisa dessa tese. O primeiro registro de João Miranda de Queiroz no que diz respeito a arte, mesmo que publicitária, encontra-se, como visto, na matéria de 24 de novembro de 1958[265], enquanto funcionário da empresa *Relart Publicidade*, sociedade criada em 1957 com o diretor do *A Crítica* Umberto Calderaro Filho. Seguindo o roteiro em paralelo, vejamos em que ponto dos anos 30 e 40 as vidas de Branco Silva e Miranda se encontravam.

Nos anos 30, enquanto Miranda estava estudando o primário na Escola Olavo Bilac, Branco Silva concentrou boa parte das suas atividades na decoração de

[262] O Jornal, 08 de novembro de 1958.
[263] Jornal do Commercio, 15 de fevereiro de 1959. *Os 3 assuntos do momento.* P. 01.
[264] Jornal do Commercio, 15 de fevereiro de 1959. P. 01. Grifos nossos.
[265] Jornal A Crítica, 24 de novembro de 1958. P. 4.

solenidades[266]e festas conceituais em alguns clubes sociais de Manaus, principalmente nos meses de fevereiro, onde ornamentou por mais de duas décadas bailes a fantasia no Rio Negro e Ideal Clube[267]. Leovegildo produziu bailes históricos, que de tão bem organizados, eram abertos ao público no outro dia para visitação[268]. Apesar de um nome forte dentro do mercado carnavalesco de bailes temáticos, foi dentro da Arte Sacra que o seu prestígio se expandiu nacionalmente. Vale destacar que essa atividade, ligada à ornamentação carnavalesca, vinha sendo exercida por Miranda desde os anos 50, porém, através de eventos públicos e em parceria com o prefeito Gilberto Mestrinho. Como visto anteriormente, mais tarde, nos anos 80, durante seu segundo mandato como governador do Amazonas, o chargista foi encaminhado para exercer a atividade através da EMAMTUR.

Seguindo o roteiro, nos anos 1930, Branco Silva lançaria aquele que talvez seja uma das suas maiores obras dentro da técnica de escultura, o Presépio[269]. Mais tarde, ele foi aperfeiçoado e, uma década depois, passou a se chamar *Presépio Maravilha*[270], chegando, inclusive, a ser exposto no Sírio de Nossa Senhora de Nazareth, Belém do Pará. Em nota, o *Jornal do Commercio* registrou que

> Branco Silva, o laureado pintor amazonense, acaba de voltar da capital paraense onde fora exibir o seu belíssimo presépio. Ao desembarcar, apressou-se em fazer uma visita a esta folha. Veio captivo com as distinções que recebera em Belém, Ali, o seu trabalho foi grandemente admirado, havendo uma frequência extraordinária, todas as noites e aos domingos, também de manhã e de tarde, no vasto salão em que estava armado o Natal de Jesus, cujo quadro ele aumentou com mais três figuras. Branco Silva mostrou-nos as elogiosas e justas referências da imprensa belemense e disse-nos que ela ali, no local do presépio o ponto de reunião à noite, do mundo catholico. Era iluminado por trezentas lâmpadas de várias tonalidades de cor,

[266] Jornal do Commercio, 10 de junho de 1937. Responsável pela ornamentação do jantar que recebeu o Senador Leopoldo Tavares de Cunha Melo no Ideal Clube. A solenidade foi iniciativa do Interventor Álvaro Maia.
[267] ANTONACCIO, Gaitano Laertes Pereira. *Ideal Clube: cem anos de aristocratismo*. Manaus, imprensa oficial, 2003. P. 186. Segundo o autor, os bailes do Atlético Rio Negro Clube concorriam com as realizações do Ideal, mas existiam ainda as festas do Luso Sporting Clube, Barés Clube, Cheik Clube, União Esportiva Portuguesa, Nacional Futebol Clube, Olímpico Clube e de outras associações pujantes. Certamente Branco Silva acompanhou de perto esse mercado, embora todos os registros encontrados estejam ligados apenas aos dois clubes.
[268] Jornal do Commercio, 26 de fevereiro de 1955. Nota: "Atendendo a diversos pedidos que lhe foram endereçados, a diretoria do ATLETICO RIO NEGRO CLUBE resolveu franquiar o salão de baile à noite de domingo, 27 do corrente, das 20 às 22 horas, à visitação pública, para que possa ser por todos apreciada com seus efeitos de luz, a artística ornamentação ali executada pelo grande artista amazonense BRANCO SILVA".
[269] Jornal do Commercio, 20 de dezembro de 1932. Nota: "O presépio de Branco Silva continua em exibição das dezenove horas em diante, no andar térreo do prédio quarenta e um, da avenidade Eduardo Ribeiro".
[270] Embora lançado em 1942, segundo o filho Vinicius Ruas, o Presépio, no formado Maravilha, começou a ser esculpido em 1929.

> sendo a movimentação feita a motores sob a direção do dr. Felippe de Souza[271].

É possível que essa aproximação com o mercado de arte paraense tenha começado em 1937, quando Branco Silva foi convidado para restaurar as bambinellas[272] do Theatro da Paz. Outro ponto de destaque é o registro da atitude, em correr para a redação do jornal de Epaminondas Barahuna para dar com exclusividade os detalhes da viagem. Reforço que atitudes como essa estabelece uma ligação diferente entre Branco Silva, Frederico Barata e Epaminondas Barahuna. Os presépios de Branco Silva, segundo as coletas feitas no *Jornal do Commercio*, foram expostos nos anos de 1932, 1935, 1938, 1940, 1942, 1943, 1949, 1950, 1952, 1958, como consta no quadro. Se observa uma possível regularidade de três em três anos, rompida em 1946, quando, certamente, esteve focado no projeto da *I Exposição Feira-Amazônia*[273], que teve como sede o estado do Pará.

No início dos anos 40, João Miranda já é um rapaz, e, por estudar no Colégio Dom Bosco, a poucos metros do atelier e ter uma mãe fervorosamente católica, certamente visitou, em algum momento, um desses presépios. Pelo cálculo de idade, o *Presépio Maravilha* foi lançado em 1942 e Miranda teria em torno de 13 anos, idade ginasial. Acredito que essa possível visita tenha marcado profundamente a admiração do jovem pelo artista e, sobretudo, pela arte, já que o *Presépio Maravilha* era vendido também como uma experiência de imersão.

Um dado constatado por Bruno Braga amplifica ainda mais essa possibilidade de consumo, visto que Manaus passava por uma depressão econômica e os preços dos espetáculos, públicos e privados, tiveram que se adequar, tornando-se mais acessíveis para uma camada social diferente ao espaço. Resgatando os registros do historiador Mario Ypiranga Monteiro[274], onde este afirmou que na temporada entre 1937 e 1971 o "Teatro passou por sua maior crise cultural", o pesquisador problematizou essa análise depreciativa sobre os artistas dessa geração, onde se inclui Branco Silva. Acrescenta

---

[271] Jornal do Commercio, 25 de janeiro de 1938. P. 01.
[272] Cortina franjada para o adorno interior de janelas.
[273] Jornal do Commercio, 25 de janeiro de 1938. Nota: "Terá forma de um navio o Pavilhão de Festas da 1ª Exposição-Feira da Amazônia. Uma criação original do pintor Branco Silva". O artista foi responsável pela planta do projeto de arquitetura do salão principal.
[274] Mário Ypiranga Monteiro (1909-2004) foi um advogado, escritor, historiador e professor brasileiro. É reconhecido nacional e internacionalmente como um dos historiadores que mais contribuiu para a divulgação da História do Amazonas.

ainda outra avaliação, onde o renomado historiador apontou um problema de outra ordem: "*de vez em quando aparecia por aqui uma companhia, mas a receptividade era negativa, pois outras eram as manifestações divertitivas a atrair uma população deculturada*"[275]. Bruno Braga destaca a depreciação que Mario Ypiranga Monteiro deu ao público e aos tipos de espetáculos dessa geração, certamente produzida e composta por trabalhadores, mercadores, estudantes e outros membros das classes populares. Mario Ypiranga também registrou considerações depreciativas sobre o trabalho de Branco Silva, onde, em comparação com o estilo de Moacir Andrade, avaliou que

> Os quadros são mais nossos pelo convite constante a determinados complexos naturais. Parecem que, com essa inclinação ou influência das atitudes renovadoras do momento, ele abre uma brecha na cultura amazonense, apresentando-se como um "pintor social". Cabe lhe essa honra? É detentor desse privilégio? Naturalmente existem quadros, assinados por outros artistas, revelando o conhecimento dessa vida rotineira da cidade e do interior. Lembro-me, por exemplo, de um quadro de Branco Silva, "As lavadeiras". Todavia, Branco Silva não é um pintor social. Continua servindo-se de outros temas, tirando outros efeitos de sua arte. Inclina-se para a paisagem aqui e ali, para a natureza morta, incide no subjetivo com criações pessoais. Bom pintor, não fugiu ainda do "acadêmico". Moacir Andrade ao contrário, traz uma nova solução, oferece uma mensagem à própria vida, popularizando tipos de rua e pintando outros aspectos sociais[276].

Em uma exposição anterior[277], o Desembargador André Araújo tirou uma conclusão diferente sobre Moacir Andrade, ressaltando que:

> Há nele também grandes tendências: impressionismo, expressionismo, arte moderna? Moacyr ainda está em busca de sua verdadeira rota. É moço. Pinta maravilhosamente, mas está em busca de uma escola sua, própria, livre de imitações, mas inteiramente sua. Eu tenho por ele uma grande admiração. Acho-o um artista admirável. Entretanto, muito ainda poderá dar de si se os nossos homens de pensamento forem justos e humanos, compreensivos e souberem estimular a esse notável esforço pela glória de nossa terra que ainda só teve seu verdadeiro e grande interprete em Branco Silva, tão esquecido e injustiçado[278].

Em 2016 o empresário e escritor Durango Duarte publicou no youtube uma entrevista de 2011 com o pintor Moacir Andrade, em seu programa *Viva Memória*[279]. Na ocasião o artista relatou o seu testemunho sobre o cenário artístico dos anos 40, 50 e

---

[275] MONTEIRO, Mário Ypiranga. Teatro Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2003. P. 479 IN BRAGA, Bruno. Todas as encantatrizes da Ópera em Manaus: Uma análise do quadro Imortalidade de Branco e Silva (1945). Revista Cordis. História e Arte. São Paulo, vol. 2, n° 30, 2023. P. 12.
[276] Jornal do Commercio, 11 de agosto de 1957. *Uma revelação na pintura*. P. 13.
[277] Jornal do Commercio, 18 de junho de 1957. *André Araújo falando na inauguração do II Salão de Pinturas de Moacy Andrade: a arte humaniza o homem*. P. 08.
[278] Jornal do Commercio, 18 de junho de 1957. P. 08. Grifos nossos.
[279] Instituto Durango Duarte, 30 de maio de 2016. A publicação diz respeito a uma entrevista de 2011, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=wItfBcSGVaQ&t=1456s

60, comentando sobre as dificuldades e privilégios que teve nesse recorte. Entre vários assuntos, onde se anexou, inclusive, a sua posição favorável aos governos militares, quando questionado sobre *como era a atividade cultural em Manaus nessa década de 40 e 50* e se havia, além dele, outros artistas, ele assim respondeu:

> '- não havia artista. Aqui só tinha um artista chamado Branco Silva, mas era inacessível, era português. Era um homem bonito, alto, um *Primus Inter pares*, porque ele era único. Então, o que acontece: Ele não dava bola para ninguém, era uma espécie de um "Deus" aqui em Manaus. Naquela época eu era rapazinho quando ele estava vivo. Ele nunca permitiu que eu olhasse o interior do atelier dele, que era ali na estação dos bondes[280].

As críticas de Mario Ypiranga e a desconsideração enquanto arte de Moacir Andrade, devem se basear em obras como essa, datadas de 1946. O quadro *Imortalidade* foi exposto no quinquenário do Teatro Amazonas e teve como local de circulação o Ideal Clube[281].

Figura 26[282]



Branco Silva, Imortalidade, 1946; Técnica: Óleo sobre a tela. Dimensões: 2.15x1,57; Proprietário: Pinacoteca do Estado; Local de exposição: Palácio Rio Negro, Manaus; Foto: Bruno Braga

Como amazonense e também artista, é difícil não compadecer com a falta de prestígio atribuída à história de Branco Silva, artista criminosamente esquecido por sua terra e que, pela ligação com João Miranda, me lançou o desafio desse breve resgate. Já

[280] TV Cultura, Programa *Viva Memória*, 2011. Entrevista com o artista plástico Moacir Andrade.
[281] Jornal do Commercio, 10 de janeiro de 1947.
[282] BRAGA, Bruno Miranda. *Todas as encantatrizes da ópera em Manaus: Uma análise do quadro Imortalidade de Branco Silva (1946).* Revista Cordis. História e Arte. São Paulo, vol. 2, nº 30, 2023. P.12.

é de costume que o reconhecimento do talento amazonense venha primeiro de maneira externa, mesmo estando diante de fenômenos tão particulares a nossa terra e que possibilitam leituras, registros e interpretações totalmente distintas a outras realidades, o que em nível artístico é um requisito de alto valor pela agregação.

O próprio João Miranda, que tem certamente uma das produções mais regulares e extensas do país, só veio receber uma homenagem do jornal *A Crítica* em 2022. Antes disso, em 2010, registro uma pequena exposição organizada pela Secretaria de Cultura no palácio Rio Branco, Centro da cidade de Manaus, na qual fui convidado para realizar o texto de abertura. Contudo, a homenagem mais digna feita ao artista amazonense foi organizada ainda em vida por um de seus maiores fãs, o cartunista amazonense Jackson Chaves[283], que em 1996 montou uma exposição, mais tarde transformada em itinerante, no Centro de Artes da Universidade Federal do Amazonas[284].

Para além deste problema de identidade, encontrei na edição de abril de 1952 da revista paulista *A cigarra*[285] um testemunho escrito pelo jornalista Jorge Lyra, onde ele descreve com detalhes um pouco de sua experiência diante do *Presépio Maravilha* em sua visita a Manaus. Esse é um dos raros registros de experiência e merece compor esta tese. A partir do contraste que ele registrou, inclusive em fotos, é possível tangenciar a dimensão do tipo de obra, os usos de linguagem e de como ela pode ter encantado os olhos de um jovem desenhista nos anos 40.

> Quando chegamos ao Amazonas a fim de fazer a cobertura jornalística de uma excursão empreendida por estudantes cariocas e paulistas às misteriosas regiões amazônicas, tivemos nossa atenção despertada para uma das partes do programa de visitas que aludia a um certo "Presépio Maravilha". Mesmo a penetrarmos no recinto onde se encontra localizado o presépio, tínhamos a impressão de que iríamos encontrar uma dessas miniaturas a que se acostumaram os cariocas. O que se nos deparou, porém, foi algo diferente de tudo o que já viramos. Diante de nós, estava numa sala enorme, um presépio sem similar no mundo inteiro.
> Todas as personagens, trabalhadas por mãos de mestre, trajavam riquíssimas roupas e eram de tamanho normal. Apresentavam o máximo de naturalidade possível. Os pastores, o arabiano, os Reis Magos, e Nossa Senhora, debruçada sobre o Menino Jesus, eram alguma coisa de comover um frade de pedra. A um canto, uma pequena cascata jorrava água que, tal como um conto de fadas, se transformava em rubis e esmeraldas. Os carneiros, o galo, os camelos, o rei negro e o branco, um enorme elefante, duas pombas, um

[283] O amazonense Jackson Chaves (Jack Cartoon) é jornalista, cartunista, caricaturista, chargista, arte - educador e produtor cultural. Profissional de desenho, Jack é pioneiro em ministrar cursos e oficinas de desenho de Humor no Estado do Amazonas.
[284] Jornal Diário do Amazonas, 23 de junho de 2003. *Miranda em exposição.* Seção Blitz, p. 8.
[285] A Cigarra foi uma revista quinzenal, publicada na cidade de São Paulo entre 1914 e 1975. Lançada no dia 6 de março de 1914, sua direção ficou a cargo de Gelásio Pimenta.

> jumento, todos de tamanho normal, fazem do presépio Maravilha a mais perfeita reconstituição do nascimento de Cristo[286].

Figuras 27, 28 e 29



Fotos da visita de Jorge Lyra ao Presépio Maravilha

Importante destacar que o Presépio Maravilha, neste formato, já existia desde 1942 e foi lançado juntamente a outra obra premiada em nível nacional, o quadro *A Ceia do Senhor*, que, três anos depois da experiência de Jorge Lyra, foi exposto no Automóvel Club do Brasil, Rio de janeiro, durante o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional[287]. Durante a descrição, Lyra relatou outras impressões, onde:

> Enquanto a água corre pela pequena cascata e se transforma em rubis e esmeraldas, o elefante levanta a tromba e saúda Cristo, o galo canta, as pombas arrulham e os carneiros fazem ouvir seus balidos. Uma música natalina belíssima toca em surdina, trazendo ao ambiente um misto de respeito e comoção inevitáveis.
> Ao fundo, um quadro representando a morte de cristo, com relâmpagos fazendo ato de presença, compunham um dos mais belos quadros a que já tivemos a sorte de assistir. Ali estava, numa das mais brilhantes facetas do engenho humano, toda a magnificência, toda a beleza do sublime nascimento do Salvador da Humanidade[288].

Vale observar na descrição a dinâmica dos elementos. Não só a beleza das pinturas e esculturas que compõem o ambiente, mas a dinâmica dos movimentos, jogos de luz, sonoplastia e, o que mais impressionou o jornalista: o tamanho normal das figuras. Tudo isso oferecido aos visitantes no seu atelier desde os anos 1940, auge da 2ª guerra Mundial. Não era à toa que centenas de pessoas, nos períodos natalinos,

[286] Revista A Cigarra, abril de 1952. *O Presépio da Selva*. P. 26.
[287] Jornal do Commercio, 29 de julho de 1955. P. 01
[288] Revista A Cigarra, abril de 1952. *O Presépio da Selva*. P. 27.

visitavam o espaço para sentir as emoções que tal trabalho provocava. Depois do impacto, Jorge Lyra registrou que:

> Depois daqueles momentos de observação atônica, pedimos a Branco Silva, o autor daquela obra de arte, que nos dissesse os motivos que o inspiraram a compor o presépio. Figura Simples, Branco Silva nos disse que, quando pensou em compor o presépio, desejou apenas preencher uma lacuna que, anteriormente, não havia no país uma composição do nascimento de Cristo que pudesse fazer as delícias de adultos e crianças[289].

Em razão das motivações argumentadas por Branco Silva, Jorge Lyra aproveitou o ensejo para citar um trecho de crônica jornalística de Rachel de Queiroz, onde ela disse achar (...) *estranho o Brasil não ter um presépio de Natal à altura de suas tradições católicas, coadunando-se ao espirito essencialmente cristão do povo brasileiro*[290]. Impactado, reconheceu que mesmo uma pessoa de cultura notável como a escritora cearense pode estar, naquele contexto, seguramente equivocada, embora fosse perdoável pelo fato de o *Presépio Maravilha* estar tão distante das grandes capitais. Finalizando a matéria, o artista plástico relatou a Lyra sobre possíveis convites que lhe foram ofertados:

> Não é a primeira vez que um visitante eventual do presépio se maravilha com o que vê. Pascoal Carlos Magno, em sua recente estada no Amazonas, teve ocasião de visitar o atelier de Branco Silva, e, como nós, extasiar-se com o que viu. Os príncipes de Orléans e Bragança também lá estiveram e sua surpresa e comoção não foram menores que as nossas. Prometeram, mesmo, enviar a Branco Silva uma crônica em que dariam suas impressões porque, naquele momento, não tinham palavras com o que dissessem o que lhes ia n'alma.
>
> O general Mendes de Morais, quando prefeito do Distrito Federal dirigiu a Branco Silva um convite para que trouxesse o presépio ao Rio de Janeiro, pondo à disposição do autor o Teatro João Caetano. Além desse honroso convite, Branco Silva teve outro de pessoa ligada ao governo português que desejava, a todo transe, transferir o presépio para Lisboa. Mesmo do Vaticano chegou uma tentadora proposta para exibição na terra do papa[291].

É curioso pensar como, na Manaus da Segunda Guerra, esse tipo de entretenimento estava disponível ao custo de Cr$ 1,50 para adultos e Cr$ 0,50 para crianças, o que reforça ainda mais a relação entre a crise econômica e o acesso popular a outros modelos de cultura na cidade. Jorge Lyra destacou ainda sua impressão com outros dois trabalhos de Branco Silva, *A Ceia de Cristo* e o *Lendas e Fatos da Amazônia*, projetos que ganharam projeção mais tarde, durante os anos 50. Enfatizou o

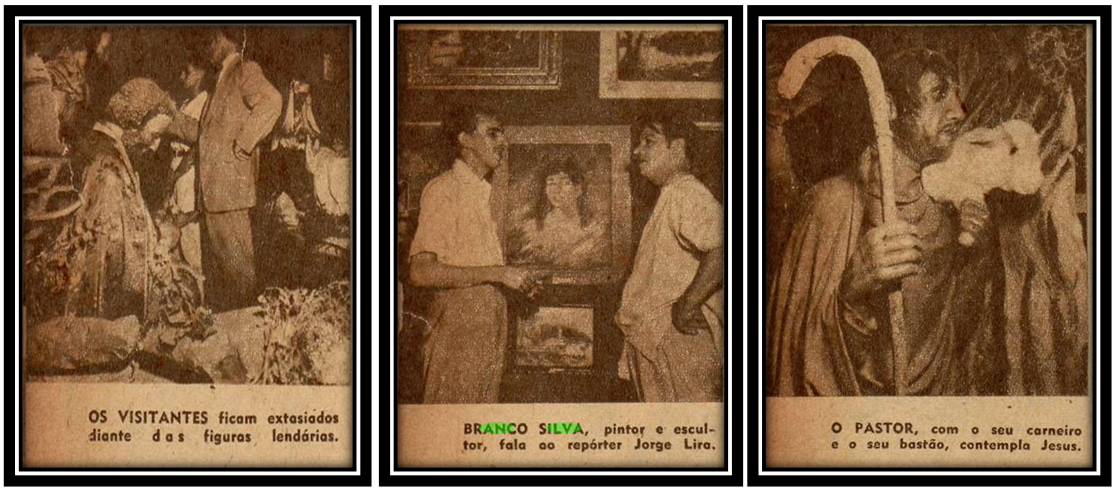
[289] Revista A Cigarra, abril de 1952. *O Presépio da Selva*. P. 27.
[290] Revista A Cigarra, abril de 1952. *O Presépio da Selva*. P. 26.
[291] Revista A Cigarra, abril de 1952. *O Presépio da Selva*. P. 27.

caráter polivalente do artista, confessando que, já não bastassem as esculturas impecáveis do Presépio, achou seus quadros lindos, sobretudo por serem baseados em fatos da região, demonstrando assim que *foram pintados com o coração de um amazonense que ama sua terra, sua gente e seus costumes*.

Por fim, a última declaração do jornalista registra um triste relato sobre as condições de exposição das obras de Branco Silva e o valor dado ao seu trabalho.

> É uma pena que *A Ceia* e *As lendas e fatos* estejam atualmente desmontados, por falta de espaço. Quando se abrem portas de todas as instituições para a chamada "arte moderna", esse amontoado de sandices que os próprios autores não entendem, é de lamentar-se que um pintor como Branco Silva, tendo em sua bagagem verdadeiras obras de arte, esteja lá no longínquo Amazonas, sem oportunidade, sem possibilidade de mostrar sua capacidade criadora, de que o presépio é uma pálida amostra[292].

Figuras 30, 31 e 32



Branco Silva e os visitantes no atelier

Na edição de 1943, registra-se ainda que Branco Silva, em exposições como essa, doava[293] 20% dos valores recebidos ao leprosário da cidade[294], prática que se manteve em outras edições. Neste ano houve uma ação do Estado chamada *Campanha da Borracha Usada*, onde as escolas, até o dia 15 de julho, concorriam a prêmios. Pela rivalidade com o Colégio Estadual, certamente os jovens ginasianos do Dom Bosco entrariam nesta campanha.

[292] Revista A Cigarra, abril de 1952. *O Presépio da Selva*. P. 27.
[293] Jornal do Commercio, 26 de dezembro de 1943.
[294] Jornal do Commercio, 04 de dezembro de 1947. A coluna *Daqui e Ali* registrou: "A Sociedade Amazonense de assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, recebeu, por intermédio do Saco de São Lázaro, os donativos seguintes: "Presépio Maravilha", de Branco Silva. Cr$ 500.

> Continua em pleno curso a campanha da Borracha usada que tem encontrado por parte dos amazonenses, como aliás se esperava, a melhor das acolhidas. Comissões de estudantes dos grupos escolares e do Colégio Estadual vem percorrendo as casas familiares e estabelecimentos, no afan patriótico de colher o produto já utilizado, mas que ainda tem serventia para muitas finalidades de guerra.
> NO DIA 15 O ENCERRAMENTO
> Ficou estabelecido que o movimento terminará no dia 15 corrente, quando se fará a apuração final dos resultados, concedendo-se prêmios aos três estabelecimentos de ensino que houverem coletado a maior quantidade de borracha usada
> A CONTRIBUIÇÃO DE BRANCO SILVA
> O pintor Branco Silva também dará a sua contribuição. O Conhecido artista ofereceu à campanha toda a borracha empregada em sua exposição, logo que esta seja desmontada [295].

Após a campanha, aconteceu, inclusive, uma exposição[296], financiada pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), em que Branco Silva abriu o seu atelier ao público, apresentando uma primorosa coleção de cartazes e alegorias sobre a *Batalha da Borracha*. Isso vai de encontro ao que Moacir Andrade argumentou sobre a possível inacessibilidade do artista.

Enquanto Miranda estudava na *Escola de Moto-mecanização* e Calderaro vivenciava as engrenagens do jornal que pretendia copiar, Branco Silva lançou uma opereta que, pelos relatos, pode ter sido pioneira enquanto modelo de Musical infantil no estado. "Perversa!" foi realizada em dois atos no Teatro Amazonas, às 20:30h, no dia 4 de outubro de 1949, deixando o seguinte registro:

> Como não podia deixar de ser, a estréia da Opereta "Perversa", representada no Teatro Amazonas por 40 alunas da Escola Normal São Francisco de Assis, constituiu um retumbante sucesso, tendo o auditório, em certas passagens do espetáculo, delirando freneticamente, aplaudindo com espontânea sinceridade o talento das nossas conterrâneas, as que, para falar-se franco, estiveram à altura das palmas que receberam. Nada faltou para que fosse possível o sucesso obtido pela opereta "Perversa". Branco Silva encarregou-se da decoração do maravilhoso cenário. Enfim, o magnifico espetáculo da noite de 4 de outubro foi inesquecível, constituindo mais uma vitória para a vida artística da inteligente mocidade amazonense. Aliás, diga-se de passagem: o pivot de todo esse sucesso foi o professor Paulo Mourão, diretor da Escola Normal São Francisco de Assis que, não medindo sacrifícios, logrou concretizar o mais ousado de todos os seus sonhos – a encenação da opereta "Perversa". Todas as artistas "mirins", sem exceção alguma, estiveram dignas pela situação especial em que se colocaram dentro da opereta, merecendo destaque as meninas Fernandina, Silvana e Mestra Albina. Estão, pois de parabéns, os responsáveis pela encenação de "Perversa" bem como as jovens artistas que tão magistralmente desempenharam os seus respectivos papeis[297].

---

[295] Jornal do Commercio, 4 de julho de 1943. *A contribuição de Branco Silva.* P. 06.
[296] Jornal do Commercio, 27 de junho de 1943. *Amanhã a inauguração da exposição de Branco Silva.* P. 08.
[297] Jornal do Commercio, 7 de outubro de 1949. *Pleno sucesso da opereta "Perversa".* P. 03.

Divulgada no *Jornal do Commercio* como a "a maior estreia do ano", a organização da opereta ficou a cargo do professor Fueth Paulo Mourão[298], que poucos anos antes tinha adquirido a escola em 1943, a partir do financiamento do Bispo Diocesano Dom João da Mata de Andrade Amaral[299]. Branco Silva expôs, um mês antes, uma maquete do projeto da opereta na Casa Chico Preto[300], o que já servia de aperitivo aos visitantes que assim imaginavam os cuidados com a atuação infantil

> Pelo que nos é dado saber esse espetáculo constituirá um acontecimento inédito para o nosso público amante de arte. Uma opereta é qualquer cousa de difícil. Uma peça musicada com crianças ainda muito mais! É um arrojo a representação de "Perversa!". Esperamos, no entanto, pela sua debutação[301].

Figura 33[302]



Anúncio da opereta no Jornal do Commercio

Para além do merecido registro, já que, apesar do sucesso, ela só ocorreu neste ano, acionei a experiência da opereta também pelas conexões estabelecidas entre Branco Silva e o diretor escolar Fueth Mourão, um dos fundadores do projeto Teatro Escola.

---

[298] O manauense Fueth Paulo Mourão (1913-1965) iniciou seus estudos no município de Borba/AM. Foi aluno do internato do Colégio Dom Bosco, onde concluiu o curso primário, o ginásio e formou-se em Perito Contador. Sua carreira de professor foi iniciada em 1938, quando passou a lecionar no Colégio Dom Bosco e no Ginásio Amazonense.

[299] Jornal do Commercio, 4 de junho de 1949. Nessa data, vale destacar a exposição organizada na "Casa Chico Preto" onde, segundo a nota: "Está em exposição no mostruário (...) um quadro a óleo representando essa inconfundível figura episcopal que é o exmo. sr. Dom João da Mata Andrade e Amaral. A rica pintura é obra do notável artista e pintor conterrâneo Branco Silva, cujo pincel dispensava elogios, pois já possuía reputação firmada na bela arte de Leonardo da Vinci. Tivemos ontem o prazer de ver o quadro e dominou-nos a impressão de que ali estava vivo o nosso querido e saudoso dom João da Mata".

[300] Jornal do Commercio, 21 de setembro de 1949. Nota: "De uma cousa já estamos certos: orquestração de Albino Dantas, regência de Ernani Puga e cenografia de Branco Silva constituem uma base sólida para um sucesso. Demais a mais, já mestre Branco Silva nos oferece um "ligeiro aperitivo" para assistirmos "Perversa!", com a maquete que está em exposição na casa Chico Preto. Por esse "pano de amostra" deduzimos do quanto de belo será a estreia que o professor Mourão quer nos oferecer a 4 de outubro".

[301] Jornal do Commercio, 21 de setembro de 1949. *Uma opereta*. P. 03.

[302] Jornal do Commercio, 4 de outubro de 1949. Nota: "A maior estreia do ano com a opereta infantil cheia de encantamento. Desempenho da Escola Normal Francisco de Assis. Dois atos cheios de bom humor, muita música, lindo guarda-roupa e cenário deslumbrante de Branco Silva".

Eles já tinham tido uma experiência anterior com a peça *Iaiá Boneca*[303], apresentada pelos alunos do projeto em 1944, embora com fins beneficentes[304]. As conexões de Branco Silva, em grande medida, vinham das relações internas entre as dioceses da Manaus. Foi a partir desse projeto que o pintor começou a ocupar com maior regularidade funções dentro do Teatro Amazonas, sendo inclusive qualificado como "uma espécie de inspetor ou coisa parecida". Dentro do pós-guerra e com uma economia em frangalhos, o glorioso espaço, símbolo do estado, andava esquecido pelo Poder Público. O descaso foi tanto que o debate chegou a Câmara Municipal

> Transita presentemente na Câmara Municipal de Manaus um projeto lei que merece, sem dúvida, aprovação dos edis da vereança da cidade, em face do que significa, como contribuição à cultura e à educação artística das classes populares. Trata-se de reorganizar o organismo administrativo que tem a seu cargo a orientação do Teatro Amazonas como serviço público, dando-lhe a categoria de Diretoria, indispensável para que, credenciado por certas condições de autonomia, possa melhormente levar a cabo a obra que dele é lícito esperar.
> Não se deve entender que administrar o Teatro Amazonas seja uma simples atividade de rotina, de guardar as chaves do edifício, de elaborar as folhas de pagamento do seu pessoal. Deve-se entender, sim, que é uma função de nível altamente cultural, compreendendo iniciativas de inteligência e arte, e como tal, assisti-la na medida dos recursos disponíveis e na altura das necessidades. Por isso mesmo, a iniciativa do projeto apresentado à Câmara Municipal envolve uma importância que se não pode diminuir, porque não é possível ser olhado com displicência e indiferença.
> Ocorre ainda que, se acha no momento, a Prefeitura, se autorizada pelo Legislativo da cidade, em situação de encontrar, para tão transcendental tarefa, o homem exigido para cumpri-la: Branco Silva, atualmente inspetor ou coisa parecida do Teatro Amazonas, mas que por todos os títulos possui envergadura para a obra reclamada, é, como diria um saxão, "the right man in the right place"[305].

Essa indicação à direção do Teatro Amazonas, cargo que até então, pelas palavras do parlamentar, não existia formalmente, oferecendo ao responsável poderes exclusivos para direcionar as reformas necessárias, parece ter se confirmado em dezembro de 1948, onde, em um convite para as festas do final de ano do *Grupo Escolar Princesa Izabel*, anexo do Instituto de Educação do Amazonas, Branco Silva foi legendado com o predicado *Diretor do Teatro Amazonas*, juntamente com outros educadores, para prestigiar a peça "Sonho de Natal", realizada no dia 28 de novembro

[303] Jornal do Commercio, 10 de setembro de 1944. *O vitorioso Teatro Escola.* P. 01.
[304] Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas: Mensagem apresentada pelo Presidente Dorval Pires Porto (AM) 1930 a 1959. P. 113. O documento registrou uma das cheias mais intensas dos seus últimos 22 anos, prejudicando centenas de famílias Ribeirinhas. Branco Silva, que nasceu no Alto Purus, pode ter se identificado com a tragédia.
[305] Jornal do Commercio, 26 de maio de 1948. *O serviço público do Teatro Amazonas.* P. 02.

no Teatro Amazonas[306]. Uma curiosidade é que o elenco da peça foi constituído por alunos do ensino primário, já indicando que o projeto *Perversa!,* produto da parceria entre Fueth Mourão e Branco Silva, havia criado frutos e referências.

É interessante perceber como certas histórias incríveis podem ser simplesmente apagadas objetivamente ou por seletividade. Não existe nenhum relato sobre a sua direção no Teatro Amazonas, que, pelo cruzamento de informações, só foi interrompida pelo agravamento de sua enfermidade. Um relato da neta de Branco Silva, Lucia Regina Guerreiro, em uma resposta ao Blog do Coronel Roberto, compartilha desse descrédito histórico.

> Sou a segunda neta de Branco Silva. Convivi muito perto de meu avô e cheguei a ter aulas de pintura e escultura com ele. Esse apelido que as pessoas chamavam minha avó, Orica, era como ele a chamava Oh Rica! Ele tinha um sotaque lusitano, pois foi criado em Lisboa, veio para o Brasil já adulto. Então, Oh Rica, transformou-se em Orica aos ouvidos dos aprendizes do atelier. Não vejo referências a ele no Teatro Amazonas. Ele foi diretor do teatro até morrer. Quando ficou doente, foi afastado, porém, continuou como diretor. Em 1957, ele recebeu, no salão nobre, o presidente de Portugal, Craveiro Lopes. Tenho registro em fotografias. Não morreu pobre, vivia bem, e deixou uma boa herança. Minha avó, Orientina Ruas da Silva, viveu muito bem até morrer vinte anos depois. Dois de seus filhos faleceram, Alpha da Silva Guerreiro e Murilo Ruas da Silva. Tem vivo Vinicius ruas da Silva, professor emérito da URFJ. Está com 95 anos, com saúde física e mental perfeitas[307].

Para reforçar ainda mais o desabafo da neta e dar consubstancialidade ao fato esquecido, há uma mensagem, publicada no relatório da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, declarando em nota o estado de atividade do patrimônio público em 1954:

> O Teatro Amazonas tem estado sempre aberto às solicitações para a realização de temporadas teatrais, conferências, recitais, solenidades cívicas, festas escolares e outras reuniões de elevado nível cultural. (...) O professor Leovegildo Branco Silva, que se acha no cargo de Administrador há muitos anos, é uma garantia do zêlo com que se preserva de maiores danos o nosso Teatro Amazonas.
> Teatro Amazonas. Administrador: professor Leovegildo Branco Silva[308].

Branco Silva morreu relativamente jovem, com 63 anos. Durante o Governo Gilberto Mestrinho o artista plástico fez um pedido para que seu filho, Murilo Ruas,

---

[306] Jornal do Commercio, 28 de novembro de 1948.
[307] Blog do Coronel Roberto: catando letras e escrevendo histórias. 27 de julho de 2013. Lucia Regina Guerreiro Castelo Branco. Disponível em: https://catadordepapeis.blogspot.com/2013/07/branco-e-silva-1889-1959.html
[308] Estado do Amazonas. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Amazonas em sua sessão de abertura em 15 de março de 1954, pelo governador Álvaro Maia.

fosse nomeado diretor do Teatro Amazonas, e assim continuasse o trabalho de recuperação que vinha exercendo. Vale ressaltar que, nos anos 50, o filho Vinicius Ruas já havia lhe substituído temporariamente[309]. Quanto a Murilo, o jornalista Ramayana de Chavalier fez um registro sobre essa passagem de missão:

> Uma das angustias mais vivas do governador Gilberto Mestrinho será a de deixar um traço vigoroso de sua passagem pelo Palácio Rio Negro. (...). Há na sua obra de estadista algo que o enobrece de saída. Todos sabem de como se encontravam num lamentável estado de penúria o Colégio Estadual e o Teatro Amazonas. Aos pedaços, avelhantados, esquecidos, quase miseráveis. Quem negar isso é cego ou é burro. (...) O colégio está retornando aos seus velhos princípios. Será um dos melhores do Brasil, padrão de sabedoria e de estoicismo, tendo à frente a figura corajosa e moderna de Maranhão Nina. O Teatro tem no a dirigi-lo um jovem da velha cepa planiciária, Murilo Silva, Artista por vocação e por temperamento, e voltará a ser o que foi ao dia de sua inauguração no começo do século[310].

Sobre as conexões com o "boto navegador", Gilberto Mestrinho, quando questionado pela professora Iraíldes Caldas sobre os significados do seu mais emblemático slogan, o "timão", respondeu o seguinte:

> Sabes que a vida no Amazonas é sobre as águas, nos barcos, nas casas dentro do rio no tempo da cheia. É o rio que comanda tudo. Eu era muito amigo do Branco e Silva e ele gostava muito de mim. Quando eu era prefeito ia sempre conversar com ele porque a Prefeitura era perto do ateliê dele, sempre eu ia lá com ele. Quando eu comecei a me interessar por política, queria disputar cargo, eu levei a ideia de ter um símbolo porque eu tinha estudado um pouco de semiótica, que naquele tempo era um saber incipiente. Procurei por ele e disse: tens que fazer um símbolo, eu estava pensando no timão. Ele disse: deixa comigo que eu vou pensar. Passou uma semana e eu voltei lá. Ele tinha desenhado um timão, só que ao invés de colocar o sinal da bússola no centro ele falou: vamos tirar a bússola e escrever rumo certo. Ficou o timão com o rumo certo. É por isso que aquela Central de Artesanato da rua Branco e Silva leva esse símbolo que tenho até hoje, sempre tive. O boto surgiu na última campanha para governador, mas ficou o timão sempre. E isso aí teve uma influência muito grande[311]

A amizade em comum entre Gilberto Mestrinho, Branco Silva e João Miranda de Queiroz é mais um indicativo de que, nos anos 50, houve um possível contato de proximidade entre os artistas, onde ambos, de maneiras diferentes, prestaram serviços aos políticos emergentes da cidade. Miranda foi, igualmente, responsável por slogans políticos e é bem provável que a sua inspiração tenha nascido dos projetos desse atelier.

---

[309] Jornal do Commercio, 22 de março de 1950. Nota: "O sr. Prefeito municipal baixou decretos, nomeando Vinicius Ruas Ferreira da Silva para exercer, como substituto, cargo de administrador do Teatro Amazonas".

[310] Jornal do Commercio, 19 de abril de 1960. *Os marcos.* P. 02.

[311] TORRES, Iraíldes Caldas. *Arquitetura do Poder: memória de Gilberto Mestrinho*. Segunda Edição. Alexa Cultural: São Paulo, SP; EDUA: Manaus, AM, 2022. P. 84. Grifos nossos.

Apesar da doença que lhe atormentou, a década de 50 foi extremamente produtiva para Branco Silva. Além de seus trabalhos dentro e fora do Teatro Amazonas, registram-se peças, inaugurações de patrimônios públicos[312], exposições dentro e fora[313] do Amazonas e, até mesmo, uma solenidade onde presenteou com um casco de tartaruga o presidente de Portugal, o general Francisco Higino Craveiro Lopes[314]. O presente inusitado ganhou, inclusive, uma notícia no *Tribuna da Imprensa* (RJ), que registrou:

> CRAVEIRO LOPES GANHOU UM CASCO DE TARTARUGA
> O general Craveiro Lopes ganhou um casco de tartaruga, pintado pelo pintor amazonense Branco e Silva com todas as lendas amazônicas. O casco foi colocado num estojo de madeiras regionais e é presente da colônia portuguesa de Manaus ao presidente de Portugal[315].

Contudo, após um breve e justo levantamento, chego ao ponto onde, dentro das conexões possíveis com o objeto de pesquisa, a influência artística tenha sido mais latente: a organização e ornamentação de carnavais. Chegando aos anos 50, o professor Branco Silva já alcançara 54 anos e Miranda 21. Como citado pela neta, Lúcia Regina, o artista já era cercado por aprendizes em seu atelier, fato que ainda não havia sido mencionado antes. Voltando a Manaus com uma frustrada tentativa de carreira militar no Rio de Janeiro, deduzo que nesse intervalo onde há um hiato de registros, mais especificamente entre 1950 e 1957, João Miranda tenha se dedicado a ser um dos aprendizes de Branco Silva, sendo esse contato fundamental para a visão empreendedora que teve ao montar, ao lado de Umberto Calderaro e Luiz Soares, a *Relart Publicidade Ltda*. Justifico essa hipótese por duas possibilidades: Branco Silva realizou nos anos 50 os seus bailes mais emblemáticos, com alto financiamento e total abertura conceitual. Certamente precisou, por questões de saúde, de uma equipe qualificada para satisfazer suas metas. Outro motivo diz respeito a um dos seus

[312] Jornal do Commercio, 24 de julho de 1957. Branco Silva inaugurou o busto do revolucionário Ribeiro Junior na antiga praça que levava seu nome. Nesse campo da escultura, o artista já tinha uma experiência equivalente em 1944, quando foi convidado pelo prefeito Coutto Valle a construir um monumento de granito, e em tamanho real, do maranhense Eduardo Ribeiro. Segundo Durango Duarte, a ideia dessa homenagem foi do então jornalista Arlindo Porto. O busto, esculpido em uma mistura de cimento, areia fina e cola, recebeu a pintura na cor bronze. Assim como aconteceu com o marco de Carlos Gomes, o busto de Ribeiro Júnior foi trasladado para a praça da Saudade, de onde desapareceu.
[313] Jornal do Commercio, 29 de julho de 1955. Branco Silva foi expor no Rio de Janeiro sua obra *A Ceia do Senhor*. A exposição era parte do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional e foi realizada no Automóvel Club do Brasil.
[314] Francisco Higino Craveiro Lopes foi um político e militar português, tendo sido o décimo segundo presidente da República Portuguesa, entre 1951 e 1958.
[315] Jornal Tribuna da Imprensa (RJ), 24 de junho de 1957. *Craveiro Lopes ganhou um casco de tartaruga*. P. 01, Caderno 3.

discípulos mais lembrados após a sua morte e que, inclusive, lhe acompanhou[316] no evento do Automóvel Club do Brasil: Abelardo de Oliveira Santos. Em entrevista, o artista plástico contou que trabalhava com decoração há 22 anos, o que pela idade correspondente, bate com o recorte e com a hipótese[317].

Figuras 34, 35 e 36[318]



Cartazes dos 3 últimos bailes no Rio Negro Clube ornamentados por Branco Silva[319]

Não existem dados de bastidores sobre a dinâmica do atelier de Branco Silva. Contudo, pelas suas práticas e o legado que deixou com Abelardo Santos, onde este manteve com sucesso a oferta de bailes conceituais até os anos 80, uma reportagem sobre aquele que foi, segundo o próprio Branco Silva, a sua "obra prima", nesse segmento, ajuda a visualizar um pouco sobre a experiência que o artista proporcionava nesses bailes e que, certamente, inspirou seus aprendizes: *Eva, Diabo e Momo*, baile a fantasia de 1956.

---

[316] Jornal do Commercio, 26 de agosto de 1955. Passageiros com entrada do Rio de Janeiro e escalas no dia 24: (...) Leovegildo da Silva, Orientina da Silva, Abelardo dos Santos (...). Após a morte de Branco Silva, Abelardo Santos foi responsável por realizar exposições póstumas do *Presépio* e de *A Ceia do Senhor*. Abelardo começou a acompanhar Branco Silva nas decorações desde 1950 e, mais tarde, seguiu realizando bailes conceituais tanto no Rio Negro quanto no Ideal Clube até os anos 1980.

[317] Jornal do Commercio, 26 de janeiro de 1972. Carnaval. P. 05.

[318] Respectivamente: *Carnaval do outro mundo*, 17 de fevereiro de 1955; *Eva, o Diabo e Moro* (Inferno e Paraíso), 9 de fevereiro de 1956; *Folias no reino* de Netuno, 9 de fevereiro de 1958. Todos organizados no Rio Negro Clube e executados na segunda feira "gorda" de Carnaval. Gestão Aristophano Antony.

[319] O primeiro Baile com registro da participação de Branco Silva no Jornal do Commercio data de 12 de fevereiro de 1929. O escritor Gaitano Laertes Pereira Antonaccio, autor da biografia *Ideal clube: 100 anos de aristocratismo*, descreve nota na página 189: "Artista plástico Branco Silva, responsável durante mais de duas décadas, pela ornamentação carnavalesca do Ideal Clube e do coirmão, o Atlético Rio Negro Clube.

Branco Silva denominou essa ornamentação como *O Inferno e o Paraíso*, nome que comercialmente só aparecia no decorrer das matérias. Católico, a maioria de suas obras era de Arte Sacra, inclinando-se ao paisagismo apenas em 1944, depois de seus trabalhos e projetos em Belém. Desde essa experiência mesclou suas interpretações entre o sagrado e as lendas amazônicas. Nessa ocasião, Branco Silva teve a oportunidade de juntar seu potencial criativo com o tema que melhor sabia explorar.

Uma matéria de 12 de fevereiro descreveu um pouco da experiência de imersão que as ornamentações ofereciam aos foliões.

> Mais uma vez a arte decorativa de Branco Silva se alteia para oferecer-nos a opulência de sua imaginação criadora e de seu deslumbramento interior, postos visível e palpável na ornamentação da sede do Atlético Rio Negro Clube. Há mais de vinte anos vem o consagrado artista amazonense ponto a foco o fulgor de seu talento em decorações várias da Casa do Rio Negrino, para os suntuosos bailes carnavalescos que já se firmaram com esplendor de suas realizações, na tradição amazonense e no apogeu da vida social da cidade. Ainda vivem na recordação de todos sempre exaltados as decorações que tanto esplenderam nos passados carnavais rionegrinos: "*Noite e Dia Marciano*", "*Inferno Verde*", "*Moulin Rouge*", "*Uma noite em Bagdad*", "*No império de Momo*", "*No país das geishas*", "*Noites Sevilhanas*" e muitas outras, sem contar não menos magnificantes executadas na antiga sede, á rua barroso, como "*Império Submarino*", "*Inferno de Dante*", "*Cerejas do Japão*"[320].

A partir dessa introdução, e para além dos dados preciosos sobre outros eventos, observa-se que, tirando o tema "Inferno de Dante", executado em um período muito anterior, na antiga sede, a oportunidade de *O Inferno e o Paraíso* juntava o prestigio acumulado, o financiamento adequado e a conjuntura ideal para congregar seus pontos mais fortes em um único evento. A matéria continuou informando que

> Para o Carnaval Rionegrino de 1956, Branco Silva foi haurir na celebração fantasmagórica de Dante, o néctar inspirativo da grande obra que hoje estamos a contemplar: "o inferno e o Paraíso". São duas concepções que marcam o exato contraste bíblico em que há milênios se conduzem.
> "O inferno" – De um lado, tomando a metade da área integral do salão, está o inferno, em todo o seu ardente potencial de malefícios. Vem em primeiro plano a presença satânica do Gênio do Mal, de olhos esfaqueados, á entrada da caverna em fogo, com a sua aterradora corte de mil demônios em fúria, na doida perseguição de desgraçados mortais para leva-los á presença do soberano do fogo.
> A decoração em si mostra-nos uma caverna imensa, vomitando chamas com o Diabo entre brazeiros, tridente em punho, a contemplar excitado a sua magistral criação entre os homens: o carnaval! Pedem do teto, como tumores

[320] Jornal do Commercio, 12 de fevereiro de 1956. *Inferno e Paraíso: a luxuosa ornamentação do Rio Negro*. P. 05. Complemento do título: "Um trabalho impressionante de Branco Silva para o maravilhoso carnaval de segunda-feira". P. 05.

> do fogo supurados, bocas de crateras que estalam chamas e expelem as víboras incandescentes que vivificam no ventre da caverna esbraseada[321].

Para desenvolver a experiência dos foliões, Branco Silva dividiu o espaço e as linguagens, para propor uma imersão temática.

> "O Paraíso" – A outra metade do salão, enchendo área de igual dimensão, é o Paraíso. Aí, Branco Silva pôs todas as harmoniosas e nuances de sua paz interior. De fato, os olhos do observador caem sobre uma paisagem mansa, de um bucolismo primitivo, de suave e puro transcendentalismo.
> Aí estão os cenários bíblicos, por onde pervagarem, cheios das graças do senhor, nossos avós Adão e Eva, antes de pecado original. Tudo é brandura, poesia, meditação e paz. A um lado, está a Ave do Paraíso, com as suas diversas nuances de safira e a cauda multicor que, a partir da história da Maça, iria encarnar a vaidade e a beleza da mulher. Mais adiante, um imponente e majestoso Leão Dourado representa a força e a virilidade do homem. Ao centro, Eva, mãe remotíssima da humanidade, de corpo nu na alvura do jaspe, lindos e tatos cabelos, a dirigir-se para a Arvore do Bem e do Mal, em cujo tronco se enrosca a maliciosa serpente com a oferenda fatal do fruto proibido: a maça. Pai adão está a espiar, por trás do tronco da macieira, o desgraçado episódio original da sedução feminina. Plantas, grandes luminosas e flores primitivas enchem de beleza e poesia idílica o cenário do paraíso, bem nos transmitindo os efusivos da ideação do grande artista amazonense[322].

Pela descrição da matéria, Branco Silva promoveu aos foliões do Rio Negro Clube uma experiência equivalente à do *Presépio Maravilha*. Inspirado, usou o que havia de melhor para registrar aquela que seria a sua última ornamentação de carnaval em Manaus, visto que tinha planos para se mudar definitivamente para o Rio de Janeiro[323]. Seus desígnios, talvez em virtude da saúde, infelizmente não se concretizaram, já que ainda fez mais um baile temático em 1958. Em um coquetel reservado a imprensa, curiosa por conhecer o que estava sendo preparado, a matéria registrou:

> "Paraíso e o Inferno" – Eis o motivo escolhido pelo artista Branco e Silva para a ornamentação do clube da praça da Saudade, encontra-se em fase de conclusão e, segundo os entendidos, é o mais perfeito e completo trabalho dos realizados pelo festejado pintor amazonense em nossa capital. Deve-se

[321] Jornal do Commercio, 12 de fevereiro de 1956. *Inferno e Paraíso: a luxuosa ornamentação do Rio Negro*. Op. Cit. P. 05.
[322] Jornal do Commercio, 12 de fevereiro de 1956. *Inferno e Paraíso: a luxuosa ornamentação do Rio Negro*. Op. Cit. P. 05.
[323] Jornal do Commercio, 20 de janeiro de 1956. Em nota, a matéria ressaltou: "O famoso pintor amazonense Branco e Silva já interditou o salão para a sua monumental ornamentação deste ano que será uma surpresa. Diz mesmo o exímio artista que será a sua obra prima, e a última em Manaus, isto porque vai se transferir para o Rio de Janeiro definitivamente".

> acentuar que as damas e jovens integrantes do bloco do Rio Negro exibirão fantasias originalíssimas, representando cada qual uma nação do Universo.
> A reportagem associada percorreu ligeiramente ontem a noite o salão dos espelhos do Rio Negro, ocasião em que pôde tomar contato com a monumental ornamentação que está sendo feita pelo mestre Branco e Silva, sob tema "inferno e Paraíso". O trabalho do conhecido e renomado artista conterrâneo é sem dúvida alguma uma autentica obra prima, o constituirá uma festa para os olhos de quantos tiverem a felicidade de conhecer a sua obra[324].

Assim, encerrando esse pequeno resgate, observou-se um hiato na produção de bailes temáticos de Branco Silva no ano de 1957. Sendo convocado constantemente pelos organizadores do Rio Negro e Ideal Clube, esse foi um dos poucos carnavais que o artista se ausentou. O dado pode deduzir que talvez tenha sido neste ano que a enfermidade que o ceifou começou a acompanhar-lhe mais intensamente. Ironicamente, João Miranda inaugurou o seu serviço de ornamentações públicas com a *Relart Publicidade* no mesmo contexto.

Portanto, as conexões entre Branco Silva e João Miranda de Queiroz, se existiram de fato, como relatam familiares, podem estar conectadas por esses vínculos de aprendizagem e referência de ofício. As possibilidades são infinitas, lógico. Porém, os serviços, parceiros, contexto e conjuntura de mercado levam a deduzir esses possíveis encontros. João Miranda ficou esquecido por muitos anos e só foi resgatado, antes das pesquisas, a partir do esforço de um dos seus fãs. Confesso que não conhecia, assim como muitos, a história de Branco Silva para além da rua[325], sendo levado a pesquisar em virtude das conexões com o objeto. Entretanto, desde já, registro que essa investigação produziu em mim uma admiração permanente e que me sinto orgulhoso de ter executado. Artistas como Branco Silva e João Miranda são esquecidos todo dia, as vezes de maneira seletiva ou por tradição, em uma cidade que, historicamente, tem dificuldades em reconhecer e valorizar seus patrimônios históricos, além de uma enorme facilidade de se identificar com o que vem de fora.

[324] Jornal do Commercio, 4 de fevereiro de 1956. *Em fase de conclusão os trabalhos de ornamentação da sede do A. Rio Negro*. P. 06.
[325] Jornal do Commercio, 13 de fevereiro de 1966. 7 anos depois, o prefeito Paulo Nery homenageou o artista com um nome de rua, localizada no bairro da Santa Luzia, Manaus.

1.4. Jornal *A Crítica*: dos fundos de *O Jornal* até a *Off-set*

A história do jornal *A Crítica* pode ser separada em dois momentos, embora com modos de operação semelhantes. A primeira fase, de dependência e crescimento, se mistura com a tradição política do *Alvarismo* no Amazonas e se fortaleceu a partir da relação com duas famílias tradicionais da cidade: Araújo e Archer Pinto. À família Araújo, Calderaro deve suas conexões políticas, apadrinhamentos e pontes financiadoras para favores e empréstimos junto ao *Banco de Crédito da Amazônia* durante os anos 50. Foram os principais apoiadores e clientes de Calderaro. Do clã Araújo vem André e Rui Araújo, próceres do PSD e rótulas dos tentáculos de Álvaro Maia no Amazonas[326].

Paralelamente ao clã de sua esposa, Ritta de Cássia Araújo, a família *Archer Pinto*, detentora dos direitos dos periódicos *O Jornal* e *Diário da Tarde*[327], proporcionou nos anos 1930 e 1940 a grande escola profissional de Umberto Calderaro dentro do jornalismo. Ironicamente, como são as boas histórias, das oficinas de um periódico construído para defender Vargas, a família tirou dinheiro para se sustentar e financiar os estudos do filho, que mais tarde seria um dos grandes adversários do trabalhismo no Amazonas. Dentro de *O Jornal*, Calderaro experimentou todas as engrenagens e ferramentas: foi de menino de recados a repórter famoso, de foca a redator. Sua qualidade destacada enquanto gestor deve bastante a essa trajetória. Após o deslocamento de Henrique Archer Pinto em direção à capital, Calderaro recebeu permissão do seu primo, Aguinaldo Archer Pinto, para rodar dentro de *O Jornal* a primeira edição do seu sonho e o resto é história. Ou melhor, essa história.

Essa breve introdução roteiriza os caminhos de dependência de Umberto Calderaro nesta primeira fase, que vai de 1946 a 1969, mais precisamente até a morte de Álvaro Maia. A segunda, ambientada na década de 1970, após a morte de seus padrinhos e a decadência de *O Jornal*, sua primeira grande escola, será analisada mais adiante. Como dito no início, apesar do *Alvarismo* e de sua independência nos anos 70,

---

[326] SANTOS, Eloína Monteiro. Álvaro Maia: *uma liderança política cabocla*. Manaus, Ed. Universidade do Amazonas, 1997. Álvaro Botelho Maia (1893-1969) foi uma das personalidades políticas mais expressivas e influentes do Amazonas do século XX. Representante ativo das classes conservadoras amazonenses, o político, que também foi escritor, era natural de Humaitá, interior do estado. Sua atuação foi ativa de 1920 a 1960, passando por cargos de interventor, governador, deputado federal e senador.

[327] O jornal foi criado por Henrique Archer Pinto 28 dias depois da Revolução de 1930 e o anexo vespertino às vésperas do Estado Novo, em 1936.

Calderaro manteve uma filosofia comum: o apoio às classes comerciais da cidade. Através da Associação Comercial do Amazonas (ACA) e da promoção de políticos que defendessem o projeto da Zona Franca de Manaus, Calderaro construiu seu império da comunicação no Amazonas, se tornando um dos maiores diretores de jornal do país e a principal ponte de influência política dos últimos 50 anos, até sua morte em 1995.

Não vou entrar nos detalhes da trajetória técnica do *A Crítica*, uma vez que já me detive a esse desafio[328]. Contudo, como ponte para compreender o lugar de onde se promovem as charges de João Miranda, é inevitável contar um pouco sobre a evolução da filosofia da empresa, visto que isso foi influente na condução dos trabalhos de João Miranda a partir de 1973. Portanto, o objetivo deste tópico é apresentar os eventos que dão base à estrutura e filosofia do jornal, partindo das histórias por detrás da rústica *marinoni* de ferro até a emergência da moderna *off-set* que definiu a sua liderança de mercado.

***

Para quem trabalha com o jornal enquanto fonte e objeto[329], os periódicos mais utilizados na investigação da história recente do Amazonas são o *Jornal do Commercio* e o *jornal A Crítica*. O primeiro, lançado em 1827, só chegou a Manaus 77 anos depois, em 1904, sob a direção de Joaquim Rocha dos Santos[330]. Apesar do *lay out* pouco atrativo, sem valorização de ilustrações ou elementos gráficos[331], seu conteúdo é recheado de informações, itinerários, registros e datas que são muito úteis no

[328] QUEIROZ, Thiago Rocha. *Jornal A Crítica, uma breve história*. *In:* QUEIRÓS, César Augusto B. *Histórias impressas: periodismo na Região Norte (1930-1988)*. – Manaus: Editora Valer, 2022. P. 93-112.

[329] LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p. 8. Para Luca e Martins, os impressos que circularam no Brasil, em duzentos anos, não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. Destacando o papel de historicidade desses veículos e as inter-relações produzidas nesse caminho, torna-se necessário a adoção de certos procedimentos metodológicos para além da preliminar compreensão, procurando dissecar a linguagem como esses materiais se constroem para consumi-lo.

[330] RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. *Do burgo podre ao Leão do Norte: O jornal do Commercio e a Modernidade em Manaus (1904-1914)*. Programa de Pós-Graduação em História, Manaus, 2014. P. 27. Segundo a autora, "Joaquim Rocha dos Santos nasceu dia 6 de dezembro de 1851, em Lisboa. Filho de Thomé dos Santos veio ao Brasil com apenas onze anos de idade. Porém, antes de chegar a Manaus morou em Fortaleza, em Caxias na Província do Maranhão e também no Pará. Na capital amazonense, Rocha dos Santos exerceu as funções de delegado de polícia, juiz de paz, deputado da Assembleia, Administrador do Trapiche da Recebedoria, provedor da Santa Casa de Misericórdia, sendo também presidente da Irmandade do Santíssimo Sacramento e cônsul da Argentina". Ficou apenas um ano no cargo.

[331] BARBOSA, Marialva. *História cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. P. 45. Segundo a autora, o Jornal do Commercio desde o início não teve a aspiração de ser um jornal popular, pois fazia questão de acentuar seu trânsito entre as classes dominantes.

cruzamento com outras referências. O segundo, construído continuamente para ser atrativo às classes populares, foi iniciativa ousada do amazonense Umberto Calderaro Filho[332], que em 19 de abril de 1949, após conquistar sua liberdade de prensagem, conseguiu manter certa regularidade nas suas publicações, mesmo que a duras penas, pelo menos até conseguir os parceiros certos.

A história do jornal *A Crítica* vem sendo contada de maneira endógena, e muitas vezes os sentimentos nostálgicos dos (d)escritores se confundem com os fatos[333]. Dentro dos poucos materiais disponíveis, se percebem duas regularidades: a autocensura de seus interlocutores, muito presente nas omissões ou exaltações, e uma espécie de conflito pessoal que flutua entre fatos e tentativas de preservação de memória. Para quem deseja lançar-se a investigação, existem, até o momento, apenas 4 trabalhos diretamente relacionados ao jornal e todos dialogam com essas condições.

Quando comecei esta investigação em 2008, a única publicação disponível e acessível enquanto referência direta era o livro de Arlindo Porto, *Umberto Calderaro Filho – Legenda de trabalho e de amor pelo Amazonas*[334]. Eram outros tempos da pesquisa, sem a dinâmica que a internet e os sistemas de varredura de dados proporcionam hoje. Tudo foi feito de maneira muito tradicional e rudimentar, tendo contato com fontes primárias, acidentes de manuseio e catando informações no acervo deteriorado do Instituto Histórico Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA). Não existiam atalhos.

Diante da carência de fontes, lembro-me da felicidade dessa aquisição. Aluno de iniciação cientifica, comprei achando que ele me daria respostas e ladrilhos mais firmes para seguir na conclusão do relatório parcial. Tirando algumas datas e personagens icônicos, ele não teve quase nenhuma serventia naquele momento. Isso porque as informações que estão distribuídas pelo livreto são declarações soltas de gratidão e fidelidade póstuma ao diretor, homenagens que só fui compreender com o acesso a outras documentações. Passados 15 anos, o livro ainda é um mistério a cada

[332] Umberto Calderaro Filho. Nasceu em 28 de março de 1927. Foi aluno do curso de direito, mas não concluiu o curso. Dedicou toda a sua vida para a edificação do Jornal *A Crítica*. Depois de 3 cirurgias, faleceu dia 16 de junho de 1995. Casado com professora Ritta de Cassia Araújo, deixou uma filha Tereza Cristina Calderaro.

[333] A maior parte das fontes teve vivência muito próxima da empresa, enquanto funcionário, ou do diretor, Umberto Calderaro.

[334] PORTO, Arlindo. *Umberto Calderaro Filho – Legenda de trabalho e de amor pelo Amazonas.* Editora Valer. Governo do Estado do Amazonas, 2007.

leitura, pois, na medida em que descubro novas informações, algumas declarações (e omissões) fazem mais ou menos sentido.

As primeiras informações que consegui coletar sobre a evolução técnica do jornal estão nas edições especiais de aniversário. Todo dia 19 de abril o *A Crítica* menciona aspectos de sua trajetória, o que me fez organizar dados, rastrear nomes e definir pontos de inflexão. Os aniversários de 25, 30 e 50 anos são edições fundamentais para entender a evolução gráfica da empresa. Foi a partir dessas edições que montei boa parte do roteiro de investigação da dissertação de 2013, buscando entender como João Miranda se encaixava dentro do projeto do jornal. Destaco também a edição de 4 de novembro de 1973, *Uma obra de todos nós*[335], caderno de lançamento das publicações de domingo. O levantamento foi organizado pelo jornalista Ulisses Azevedo e contém informações preciosas.

Em 2010, um funcionário do setor jurídico do *A Crítica*, Júlio Antônio Lopes, escreveu a primeira biografia autorizada da empresa, intitulada *A Crítica de Umberto Calderaro Filho*[336]. Confesso que só tive acesso a esse material depois da dissertação. Com tiragem limitada, ilustrado e recheado de curiosidades, o livro, se analisado com o cuidado coerente, oferece atalhos preciosos de investigação. Isso porque, a trama aventuresca do desbravador Umberto Calderaro Filho é elevada à máxima potência. Não que o diretor não tenha o seu lugar de protagonismo na imprensa amazonense, mas o livro de Júlio Lopes tem um tom memorialista muito intenso, o que, historicamente, desloca sentidos, mas serve aos seus propósitos. Apesar da indicação de atalhos, obtidos nos depoimentos dos entrevistados, me criou problemas de sistematização que só fui resolver com o passar das investigações, separando fatos, ficções e produtos de memória afetiva. Contudo, foram os primeiros problemas decentes que tive em anos.

Com o avanço das redes sociais e a ampliação gradual dos grupos de pós-graduação pelo país, artigos enterrados começaram a boiar na margem da *surface web*[337]. Um deles é o artigo de Eula Taveira Dantas *A história do jornal de maior*

---

[335] Jornal A Crítica, 4 de novembro de 1973.
[336] LOPES, Júlio Antônio. *A Crítica de Umberto Calderaro Filho*. Manaus: Editora Cultural da Amazônia, 2010.
[337] *Deep web* e *Surface web* conformam uma divisão do conteúdo da rede mundial de computadores quanto à indexação feita por mecanismos de busca padrão. *Deep web* corresponde à parte não indexada e *Surface web* é a parte indexada.

circulação do Amazonas, texto apresentado em um congresso de 2001[338] que devia estar preso em algum CD-ROM branco e descascado. A jornalista foi funcionária da empresa nos anos 1990 e ofereceu dados sobre projetos gráficos, bastidores, opções técnicas e entrevistas que somente alguém de dentro da empresa conseguiria. Analisando seu currículo Lattes, Eula Dantas desistiu do objeto e só produziu esse material.

Portanto, pesquisar sobre o jornal *A Crítica* é lidar, até o momento, com informações tangenciais que, na maioria das vezes, foram escritas para o consumo entre pares, sob a autocensura ou visando fabricar tradições. Para além dessa escassez bibliográfica, o jornal ainda não pertence ao arquivo digital da hemeroteca nacional, e a cada dia que passa, o acervo físico da Biblioteca Pública do Amazonas vai criminosamente definhando no ritmo do descaso.

O último material encontrado sobre o jornal *A Crítica* é fruto de um TCC de 2005, defendido pelo radialista José Carlos Mathias Pina, funcionário do jornal nos anos 1980 e que escreveu o trabalho como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia*[339] foi encadernado em 2010 e habitava sorrateiramente as prateleiras da Biblioteca Pública como uma doação do autor. Até que, na edição de 75 anos do jornal deste ano, o espaço organizou uma pequena mostra de materiais disponíveis na instituição e lá estava ele, solitário, incluído no acervo físico. Por sorte, o encontrei a tempo de anexar a esse texto, pois ele é, sem dúvida, o melhor levantamento de dados feito até hoje sobre a empresa. O nome de José Mathias Pina não é localizável pela internet e suspeito que esteja aposentado ou falecido.

Apesar da ligação com a empresa nos anos 1980, o texto de Mathias Pina é o que contém, aparentemente, menor autocensura. Em um trecho ele ressalta, inclusive, que a sua intenção em realizar a pesquisa foi (...) "apenas o registro histórico, como uma forma de gratidão à pessoa de Umberto Calderaro Filho, não tendo em nenhum momento a intenção de polemizar ou de denegrir a imagem de quem quer que seja. Deixo que as conclusões sejam tiradas pelo leitor" [340]. O receio já demonstra os

[338] CABRAL, Eula D.T. *A história do jornal de maior circulação do Amazonas.* In: XXIV Intercom (Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação), 2001, Campo Grande. CDROM dos Anais. São Paulo: INTERCOM, 2001.
[339] PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia*. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Nilton Lins, Manaus, 2005. P. 23.
[340] PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia*. Op. Cit. P. 23

cuidados e ressalvas que ele e outros autores tiveram ao selecionar datas e discursos para o material.

Assim, apesar de não ser ainda o arado mais fértil das bibliografias, o caminho mais curto de estudos sobre o jornal *A Crítica* ainda passa por esses atalhos. Feitas as devidas considerações bibliográficas, no intuito de estimular que outros tenham caminhos menos nebulosos, o início dessa história não poderia começar por outro caminho, senão pela relação entre as famílias Calderaro e Archer Pinto.

A primeira máquina de prensagem que a família Calderaro se serviu em 1946, via empréstimo, foi uma concessão familiar. O projeto piloto do jornal de Umberto Calderaro rodou nos intervalos de impressão da empresa Archer Pinto, dona dos maiores jornais dos anos 30, 40 e 50 de Manaus: o matutino *O Jornal* e o vespertino *Diário da Tarde*. De origem modesta e sem capital inicial, a trajetória de Umberto Calderaro, nos primeiros anos do empreendimento, não aconteceria sem os favores certos.

A história em torno do danificado prelo *marinoni*, equipamento do semanário *A Reação*, que consertado bravamente pelo pai de Calderaro foi responsável por rodar, com certa regularidade, o projeto do *A Crítica* na campanha para Álvaro Maia e a família Araújo em 1950, é um dos *plot twist* mais utilizados nas biografias do diretor. Apesar dos fatos, a condução da narrativa contém alguns excessos que merecem exame.

Marialva Barbosa comenta que *linotipos* e *marinonis* foram tecnologias que invadiram a cena urbana e o imaginário social carioca na virada do século XIX para o XX, introduzindo amplas transformações no cenário urbano e nos periódicos que circulavam na capital[341]. As linotipos foram inseridas nos jornais do Rio de Janeiro a partir de 1892, substituindo as velhas caixas de tipos, e *marinonis* já eram parte do circuito carioca desde 1880, através de jornais como *A Gazeta.* Ou seja, em março de 1949, quando Umberto Calderaro Filho voltou à Manaus junto a André Araújo com uma caixa de tipos (8, 10, 12) e o sonho de rodar o seu jornal no velho e danificado prelo, doado pelo bispo Alberto Gaudêncio, ele estava pelo menos meio século atrasado em relação aos seus concorrentes.

[341] BARBOSA, Marialva. *História cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. P. 26.

Como dito, antes desse rústico maquinário, uma estrutura anterior deu base ao projeto obstinado de Umberto Calderaro Filho, sendo, portanto, necessário recuperar uma das grandes lacunas da história da imprensa amazonense: os laços de proximidade entre as famílias Calderaro e Archer Pinto. Para chegar ao velho prelo marinoni, ofertado pela diocese, uma breve história familiar deve ser contada.

A trajetória do clã Calderaro começou com a migração do pai, Umberto Calderaro, vindo de Nápoles, interessado pelo mercado do *"boom"* da borracha[342]. Não se encontram muitos registros na imprensa amazonense[343] sobre a família Calderaro no início do século em Manaus, apesar do sobrenome aparecer constantemente em negociatas envolvendo a cidade de Óbidos, Pará. Essa informação se agrega ao dado de Júlio Lopes, que indica ter o patriarca morado na cidade e depois migrado para Manaus[344]. Segundo ele, Umberto Calderaro (Pai) era artesão e trabalhou nas obras do Teatro Amazonas. Nesse sentido, o livro de Arlindo Porto[345] complementa, adicionando a informação de que ele tinha conhecimentos sobre estuque de gesso, e por esse motivo se interessou pelas oportunidades da cidade.

Entre os registros de imprensa oferecidos pela hemeroteca digital, o nome do paraense mais próximo ao clã é o de José Calderaro, que chegou a Manaus, vindo de Alenquer (PA), em 7 de janeiro de 1907. Independente da ligação possível, usando o rastreador *DocPro*, o mais próximo das atividades que envolvem o nome da família, pelo menos entre os periódicos indexados, está ligado ao estado vizinho e a elementos pontuais no Rio de Janeiro. Sobre esse ponto, voltarei adiante.

José Mathias Pina comentou que Umberto Calderaro tinha nos anos 1940 uma dupla jornada: trabalhava durante o dia na *Sapataria Arone* e à noite era gráfico dos periódicos da empresa Archer Pinto, os diários *O Jornal* e o *Diário da Tarde*[346]. Levando em consideração que *O Jornal* nasceu em 30 de outubro de 1930[347] e o *A*

---

[342] Manauscult, 6 de agosto de 2023. Essa informação é compartilhada na entrevista de Ritta de Cassia Araújo, ao programa *Manazinha* de 2010, apresentado por Norma Araújo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VHGfsBUBCHs&t=14s

[343] As varreduras em busca das pegadas deixadas pelo Clã Calderaro foram realizadas a partir do sistema *DocPro*, presente nos periódicos indexados da Biblioteca Nacional Digital.

[344] LOPES, Júlio Antonio. *A Crítica de Umberto Calderaro Filho*. Op. Cit. P. 35.

[345] PORTO, Arlindo. Umberto Calderaro Filho: Legenda de trabalho e de amor pelo Amazonas. Op. Cit. P. 12.

[346] PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia*. Op. Cit. P. 42.

[347] Jornal O Radical, 10 de novembro de 1940. *Uma homenagem da imprensa amazonense ao presidente Getúlio Vargas*. P. 14. Segundo a nota, o jornal "oi montado dentro do contexto revolucionário por Henrique Archer Pinto e Francisco Pereira da Silva.

Crítica só brotou 16 anos depois, para além das experiências adquiridas, é importante considerar que as ligações entre o patriarca e a família *Archer Pinto*, naquele contexto, já estavam bem solidificadas. Segundo Júlio Lopes, Umberto Calderaro morreu de câncer de pulmão[348]. Em nenhum dos trabalhos se apontou o ano de falecimento do patriarca, mas tenho um leve palpite[349]:

> Esse é o primeiro aniversário de A CRÍTICA que atravessamos sem a presença material de um dos seus valorosos comandantes, o nosso presadíssimo "velho" UMBERTO CALDERARO. E como recordamos nesse dia, a sua azáfama, a sua euforia, no preparo à homenagem que fazia questão em prestar a todos nós que ajudamos no engrandecimento do "melhor jornal da cidade" e aqueles amigos que sempre compareciam para trazer-nos o seu abraço de incentivo, de solidariedade, de parabéns. Muito cedo, como todos os dias, o "velho" Umberto, nesta data, já se encontrava a porta de *A Crítica*, diferindo dos outros apenas porque, postado em grande gala: fato branco, engomadinho, com um sorriso de grande alegria, para os de casa e para os que passavam.
> Marcada sempre para as 10 horas, o instante da confraternização, quando aos presentes eram servidos frios e gelados, confeccionados, também, sob sua direção, quase sempre tentava antecipar esse momento, vendo a redação repleta de figuras de todas as camadas sociais, pelo simples motivo de evitar que fossemos obrigados a esperar por mais alguns minutos. A alegria nesses instantes, transformava-o em uma criança: ria com as paredes. Sim, a alegria, a satisfação, que sentia, bem o sabemos, era das mais justas: como vivia para a sua estremecida esposa e para seu querido filho, o nosso estimado diretor UMBERTO CALDERARO FILHO, ele, o "velho", também vivia para A CRÍTICA.
> Hoje, não teremos, materialmente, entre nós, o "velho" ranzinza, mas amigo. Mas, espiritualmente, e como em todas as boas ou más ocasiões que atravessamos, e muito especialmente hoje, temos certeza, o "velho" UMBERTO CALDERARO estará ao nosso lado com o seu fato de linho branco, sorriso franco e leal, a incentivarmos a novas lutas, para novas vitorias, sempre de acordo com o seu lema: DE MÃOS DADAS COM O POVO[350].

O relato, escrito pelo secretário do jornal em 1961, destacou um pouco do cotidiano do periódico e a liderança que o patriarca construiu junto à equipe. Esse é um dos raros momentos onde se registram aspectos da personalidade do pai do diretor. Na edição de aniversário de 19 de abril de 1960 não se mencionam fatos sobre sua morte, portanto, o mais próximo que se tem, até o momento, sobre seu falecimento, está entre abril de 1960 e abril e 1961, com o filho estando por volta dos 30 anos. O *Jornal do Commercio* da mesma edição só relatou aspectos gerais sobre a homenagem ao aniversário do *A Crítica*, porém sem oferecer detalhes[351].

---

[348] LOPES, Júlio Antônio. *A Crítica de Umberto Calderaro Filho*. Op. Cit. P. 35.
[349] Jornal A Crítica, 19 de abril de 1961. *Conversando com o Leitor*. P. 01.
[350] Jornal A Crítica, 19 de abril de 1961. P. 01.
[351] Jornal do Commercio, 19 de abril de 1961. *Aniversário de A Crítica.* P. 08.

Figuras 37 e 38[352]



Maria da Luz Moura Calderaro e Umberto Calderaro. Arquivos: José Mathias Pina

Iniciei esse levantamento pelos pais por concluir que o papel dos genitores foi importantíssimo nessa trajetória, sobretudo, pelos laços com a família *Archer Pinto*. A primeira ligação do filho com a atividade jornalística, segundo Mathias Pina, veio exatamente desse segundo ofício que o pai tinha à noite, enquanto gráfico do jornal. Segundo o radialista[353], Umberto Calderaro filho levava o jantar do pai para a oficina e cresceu dentro desses espaços, dormindo entre as bobinas. Durante a vida, o patriarca foi responsável por manter ativos os rústicos maquinários da primeira fase do *A Crítica*, enquanto a mãe cuidava da receita de vendas, proveniente dos gazeteiros que ela gerenciava.

Quanto à matriarca, Maria da Luz Moura Calderaro, os registros são ainda mais escassos. A informação mais instigante vem de Mathias Pina, que comenta no seu livro sobre a existência de um laço parental entre ela e a família *Archer Pinto*. Júlio Antônio Lopes cita, mas não aprofunda[354]; Ritta de Cássia, em entrevista, confirmou essa informação, mas também sem oferecer detalhes[355]. Entre todos os nomes levantados, o mais difícil de encontrar era justamente o da primeira esposa de Henrique, mãe de Aguinaldo, Aloísio e Amélia Archer Pinto, filhos mais destacados no circuito amazonense do jornalismo. Esse dado é importante, pois foi ela a responsável pela

[352] PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia*. Op. Cit. P. 84.
[353] PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia*. Op. Cit. P. 33.
[354] LOPES, Júlio Antônio. *A Crítica de Umberto Calderaro Filho*. Op. Cit. 47.
[355] Manauscult, 6 de agosto de 2023. Reprise do programa *Manazinha*, dirigido por Roberto Kahane e apresentado por Norma Araújo. Dezembro de 2010.

ligação entre Dona Maria da Luz e o poderoso clã dos *Archer Pinto*. Arlindo Porto[356], lembrando-se das conversas com o Raimundo Nonato, linotipista, fez uma citação solta que apontava uma pista:

> As lembranças de 'seu' Raimundo vêm de um tempo quando o jornal de Umberto Calderaro ainda ocupava um pequeno espaço, apenas uma sala, na Eduardo Ribeiro, ao lado do prédio de "O Jornal", de propriedade de Henrique Archer Pinto, marido de Carolina, irmã de Ana Maria Calderaro, mãe de Umberto. "Anos depois mudamos para a Lobo d'Almada, lembra[357].

Usando recursos de inteligência artificial, que trabalham com varreduras extensas de registros de óbitos[358], o nome de Henrique Archer Pinto aparece vinculado ao de Carolina de Souza Moura, provável irmã da citada Maria da Luz Moura Calderaro. Portanto, é possível que, entre os filhos da primeira linhagem de Henrique Archer Pinto, tenham se estabelecido os primeiros contatos de proximidade entre as famílias, já que o Coronel, no recorte aproximado das idades, foi residente no Pará. Tentando uma sondagem mais segura e sistemática, fiz uma breve investigação.

Nos periódicos do começo do século, os locais com maior circulação do sobrenome *Archer* vêm do Maranhão, Rio de Janeiro e Portugal. Baseando-se nos relatos de Mario Ypiranga, Hildebrando Antony[359] citou que o Coronel Henrique Archer Pinto, empresário e maçom[360], era natural do Maranhão, de onde saiu para constituir família em Belém e chegou a Manaus em meados da década de 1920, a convite do senador Leopoldo Tavares da Cunha Mello.

Costurando as informações, localizou-se na imprensa maranhense dos anos 1890 o nome de Henrique Archer Silva Pinto, herdeiro da empresa de comércio *Archer & Cia*, citado pela primeira vez no periódico *A Pacotilha* (MA), em 6 de fevereiro de

---

[356] Jornal A Crítica, 4 de novembro de 1973. Na edição especial "Uma obra de todos nós", na sessão dos funcionários, Raimundo Nonato é apontado neste ano nessa função.
[357] PORTO, Arlindo. Umberto Calderaro Filho: Legenda de trabalho e de amor pelo Amazonas. Op. Cit. P. 86. Grifos nossos.
[358] *FamilySearch* (antiga Sociedade Genealógica de Utah) é uma organização de pesquisa genealógica mantida pela *Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias*. A organização mantém uma coleção de registros, recursos e serviços gratuitos destinados a ajudar as pessoas a aprenderem mais sobre a história de sua própria família. A organização coleta, preserva e disponibiliza registros genealógicos do mundo inteiro. Mesmo com a varredura feita pela inteligência artificial do site, foram levantados dados de imprensa para sistematizar as informações.
[359] ANTONY, Hildebrando. *O Jornal e Diário da Tarde na Manaus porto de lenha dos anos 50*. 2004. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Nilton Lins, Manaus, 2004. P.43.
[360] Jornal do Commercio, 19 de março de 1923. Nota "O conselho administrativo do dispensário Maçônico designou o sr. Henrique Archer Pinto para diretor do Parque Amazonense durante o mês corrente".

1891, em felicitação ao seu aniversário[361]. Dados escolares[362] apontam que ele entrou no ensino primário em 1897, correspondendo também com o recorte. Um pouco mais tarde, ele surgiu em 1909 em uma coluna social, do mesmo periódico, sendo citado como "conterrâneo", mas residente no Pará. No Amazonas, ele foi mencionado um pouco depois, em 1919, na coluna *Manaus Social*[363] do *Jornal do Commercio*, como membro de sócios do Rio Negro Clube. Portanto, na costura das informações, o grau de consubstancialidade parece satisfatório. Sobre essa conexão de Henrique Archer Pinto e o Rio Negro clube é necessário guardar atenção.

Quanto ao filho que herdou o desafio de dirigir a empresa, Aguinaldo, no auge dos projetos envolvendo a edificação da *Radio Rio-Mar*, morreu com 39 anos. Hildebrando cita que a causa da morte foi um infarto fulminante, acontecido na cidade do Rio de Janeiro. Pela nota de sepultamento foi possível rastrear outras ligações familiares:

> Aguinaldo Archer Pinto (Falecimento)
> Maria de Lourdes Freitas Archer Pinto, Carolina Archer Pinto, Marilu Archer Pinto, Maria de Lourdes Archer Pinto, Aloísio Archer Pinto e senhora, Adelman Archer Pinto e senhora, Aldo Archer Pinto e Senhora, Francisco Campello Monteiro, senhora e filhos, Almir Corrêa D'Oliveira, senhora e filhos, Roberto Cohen e família e demais parentes cumprem o doloroso dever de comunicar o falecimento de seu querido esposo, pai, irmão, cunhado e tio – AGUINALDO – e convidam oara o sepultamento hoje, quinta-feira, dia 29, às 9 horas, saindo féretro da Capela de Santa Terezinha (Tunel Nova) para o Cemitério de São João Batista[364].

A partir das citações pude montar um quadro de referência sobre a maioria dos herdeiros do coronel Henrique Archer Pinto. A década de 50 marcou uma verdadeira tragédia familiar, com exceção do primogênito, Eduardo Archer Pinto, que a adiantou, respirando apenas 10 meses[365]. Primeiro, o patriarca, em 20 de maio de 1954 morreu, sem causa declarada, em Belo Horizonte[366]. Apesar da filha, Amélia, morar na cidade, o coronel residia no Rio de Janeiro há vários anos com a possível segunda esposa, dona

---

[361] Jornal *A Pacotilha* (MA), 6 de fevereiro de 1891. Folhetim. P. 02. Nota: "Felicito o meu amiguinho Henrique Archer Pinto por ser amanhã o dia do seu aniversário".
[362] Jornal *A Pacotilha* (MA), 13 de dezembro de 1897. *Exames de admissão para o Externato São José*. P. 03.
[363] Jornal do Commercio, 13 de novembro de 1919. P. 1.
[364] Jornal *Correio da Manhã* (RJ), 29 de novembro de 1956. P. 06.
[365] Jornal do Commercio, 23 de janeiro de 1921. *Os mortos.* Nota: "Na sessão de inhumações da Superintendência municipal forma registrados, hontem, os falecimentos de Eduardo, filho de Henrique Archer Pinto, com dez meses, amazonense (...)".
[366] Jornal Correio da Manhã, 21 de maio de 1954. Nota: "Henrique Archer Pinto. Sua família comunica o seu falecimento ocorrido ontem, às 11 horas, em Belo Horizonte. Rio de Janeiro, 20 de maio de 1954".

Porcina Estellita Pernet Archer. Na capital, tiveram 3 filhos: Henrique A. P. Filho, Alcina e Maria Helena Pernet Archer Pinto[367].

Como dito, 2 anos depois veio outra tragédia, em 29 de novembro de 1956. Ela atingiu o filho mais velho, diretor da empresa, Aguinaldo Archer Pinto, que desde 1943[368], aos 26 anos, tinha assumido os negócios após o deslocamento do pai para o Rio de Janeiro. Na direção dos Diários, assumiram a viúva de Aguinaldo, Lourdes Archer Pinto e o irmão, Aloísio. Essa parceria conseguiu manter o jornal vivo até dezembro de 1977. Para fechar a geração, Amélia Archer Pinto[369], faleceu um ano depois de Aguinaldo, em 1957, na cidade de Belo Horizonte[370].

Quadro 07[371] **CEL. HENRIQUE ARCHER PINTO (1987 – 1954)** Nascimento: 07.02.1987, São Luís, Maranhão, Brasil Morte: 18.05.1954, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.	
Cel. Henrique Archer Pinto[372]	Carolina de Souza Moura[373]
PRIMEIRO CASAMENTO	
Eduardo Archer Pinto	1920 – 1921
Adelman Archer Pinto	1928 – 2001
Aloysio Archer Pinto	1922 – 1985
Aguinaldo Archer Pinto	1917 – 1956
Amélia Archer Pinto	1916 – 1957
Arnaldo Archer Pinto	Sem informações
Aldo Archer Pinto	1930 – 2001
Alcina do Carmo Archer Pinto	Sem informações

[367] Revista Vida Doméstica, edição de setembro de 1942. P.42. Nota: "Maria Helena, interessante filhinha do sr. Henrique Archer Pinto, diretor-proprietário de "O Jornal" e "Diário da Tarde", e de sua exma. Esposa, d. Purcina Pernet Archer Pinto".

[368] Jornal do Commercio 20 de julho de 1943. *Homenagem da A.A.I ao sr. Henrique Archer Pinto.* Nota: "Na última sessão da Associação Amazonense de Imprensa, realizada domingo passado, sob a presidência do sr. Leopoldo Peres, foi prestada significativa homenagem ao antigo diretor da Empresa Archer Pinto Ltda., proprietária dos diários "O Jornal" e "Diário da tarde", sr. Henrique Archer Pinto, que vem de deixar aqueles órgãos, ao mesmo tempo que se afasta da vida jornalística".

[369] PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia*. Op. Cit. P. 62. Em entrevista ao radialista, Ritta Calderaro comentou que "Amelinha, prima de Umberto", era a que melhor se dava com ela.

[370] Jornal do Commercio, 16 de maio de 1957. *Dona Amélia Archer Pinto*. Nota: "Na cidade de Belo Horizonte, onde residia, há muito tempo, em companhia de seu esposo, sr. Almir Corrêa, alto funcionário do Branco do Brasil, ali faleceu, em dias desta semana a sra. Amélia Archer Pinto, filha de tradicional família amazonense e pessoa largamente relacionada nesta cidade e em todos os círculos, principalmente nos sociais".

[371] O quadro foi montado a partir das seguintes referências: Dados de Imprensa, coletados no site da hemeroteca digital da Biblioteca nacional; relatos biográficos; Serviço de inteligência artificial, disponível em https://www.familysearch.org/pt/home/portal/

[372] O site cita ainda que o Cel. Henrique Archer Pinto é filho de Eduardo Rodrigues Pinto e Amélia Archer da Silva. No primeiro casamento, o coronel homenageou os dois com os nomes do primogênito, falecido com 10 dias, e da primeira filha, Amélia. Segundo relatos, Amélia era a mais próxima de Maria da Luz Calderaro.

[373] Não aparecem dados de nascimento e falecimento.

SEGUNDO CASAMENTO	
Cel. Henrique Archer Pinto	Porcina Pernet Archer Pinto (1908 – 1978)
Filhos	
Henrique Archer Pinto Filho	1941 - 2011
Maria Helena Archer Pinto	Sem informações
Alcina Archer Pinto	Sem informações

SEGUNDA GERAÇÃO		
FILHO	CONJUGE	NETOS
Aguinaldo Archer Pinto (1917 – 1956)	Maria de Lourdes Freitas (1917 – 2017)	Maria da Luz (Marilu) Archer Pinto (1948 – 2020) Carolina Archer Pinto (1939 – 2010)
Amélia Archer Pinto	Almir de d'Oliveira Correa	Sem informações
Aldo Archer Pinto	Rosa Ribeiro Archer Pinto	Henrique Archer Pinto Neto (1953 – 1998)
Aloysio Archer Pinto	Cyra Archer Pinto	Sem informações

Conexões e parentescos: família Archer Pinto

Todos os autores trabalham com a informação de que Umberto Calderaro e Aguinaldo Archer Pinto foram amigos próximos e que a colaboração do primo foi o ponto chave para o projeto *A Crítica*. Segundo Hildebrando Anthony, Umberto Calderaro passou por várias funções dentro dos periódicos dos Archer Pinto. Foi menino de recados, operário, foca, vendedor, redator, revisor, responsável pela circulação de jornais, chefe de serviço pessoal, editorialista e repórter. Também fez o curso de direito, porém não chegou a concluir os estudos, abandonando a faculdade no último ano. Sobre esse dado a informação de Hildebrando casa com os relatos citados por Ritta Araújo em entrevista comentando que:

> Calderaro sempre teve paixão pelo Jornalismo. A Mãe dele obrigou o a tirar o curso de Direito. Só te digo que até no convite o nome dele estava, figurava no convite da colação de grau da turma que ele frequentava. Mas ele sempre dizia: pra mãe, pra mim, pra todo mundo, que não adiantava obrigar ele a tirar curso de Direito, porque era uma coisa que ele jamais ia fazer uso. Que a vida dele era jornal. Aí ele conseguiu uma máquina emprestada dos Archer Pinto, eles eram parentes, eram primos, era o Aguinaldo, que dirigia o jornal. Aí conseguiu a máquina e saiu com o *A Crítica*[374].

Crescendo dentro de um contexto de forte intervenção, Umberto Calderaro acumulou um repertório diferenciado, pois cresceu dentro do modelo e das ferramentas da empresa *Archer Pinto*. Não temo em dizer, ao ver como era montada a dinâmica dos diários do seu contexto, que o seu projeto sofreu gradualmente o preço da sua historicidade: no começo, anos 50, enquanto tabloide, em uma época de experiência

[374] Manauscult, 6 de agosto de 2023. Reprise do programa *Manazinha*, dirigido por Roberto Kahane e apresentado por Norma Araújo. Dezembro de 2010, grifos nossos.

democrática, foi contestador como o *Tribuna da Imprensa*. Nos anos 60, mais estruturado, seguiu uma linha muito próxima do projeto *Archer Pinto*, adaptável, dinâmico e dividindo cadernos; nos anos 70 foi pragmático como *O Globo,* se posicionando com cuidado e negociando com os militares quando conveniente. Para ter uma visão dessa base de referências, vale observar como Henrique Archer Pinto dividia o projeto dos seus quadros, dirigidos pelo diretor Huascar de Figueiredo. Segundo Hildebrando:

> O veículo com conteúdo de quatro a oito páginas, com a coluna social "Mundanismo" conquistava leitores por publicar registros de aniversários de pessoas de todas as classes sociais e, na coluna "Pequenos Fatos Policiais" as ocorrências policiais, a partir de 1934, que chega a ocupar parte da folha de rosto do jornal[375].

O sucesso dessa linha editorial promoveu o crescimento de vendas e levou Henrique Archer Pinto a criar em outubro de 1936 o jornal *Diário da Tarde*, a princípio pensado como uma edição vespertina do mesmo periódico. Segundo Hildebrando, no projeto piloto, ele circularia dentro das páginas de *O Jornal*, seguindo poucas mudanças de diagramação. Com o passar do tempo ocorreram as primeiras alterações, tendo o diário adotado uma linha editorial mais leve e direcionada, com espaço para as colunas sociais, moda, esporte e lazer, adaptando-se a dinâmica de sucesso das revistas cariocas de Assis Chateaubriand.

É perceptível que Calderaro trouxe da sua experiência dentro da empresa *Archer Pinto* grande parte das referências que realizou mais tarde enquanto diretor do seu jornal. Desistindo da faculdade de Direito, provavelmente no final de 1949[376], Umberto Calderaro desejava ter contato com a imprensa carioca para entender sobre sua dinâmica e funcionamento. Nesse ponto mora um grande abismo documental, em uma das cenas mais destacadas pelos seus memorialistas.

Os discursos sobre essa fase no Rio de Janeiro se perdem nas entrelinhas da admiração e romantismo dos descritores. Entretanto, alguns elementos podem ser relativamente mapeados com a tecnologia atual. Em entrevista, Ritta de Cássia Araújo, já com 83 anos, relatou a Norma Araújo, bisneta do famoso comerciante J. G. Araújo,

---

[375] ANTONY, Hildebrando. *O Jornal e Diário da Tarde na Manaus porto de lenha dos anos 50*. P. 43.

[376] Jornal do Commercio, 22 de outubro de 1947. Em nota, Umberto Calderaro aparece em um convite, relacionado a união dos estudantes em Manaus. Outro dado vem na entrevista, onde Rita Calderaro citou o caso do convite da sua turma de colação de grau. Calderaro e Ritta Araújo só começaram o namoro em 1949, dois anos antes do casamento, em 1951, e 3 depois da viagem no Almirante Alexandrino.

como conheceu o seu marido. Ela relembra que, em virtude de seu problema na coluna, o seu tio, o Secretário de Estado Rui Araújo, sugeriu ao seu pai, André Araújo, que a levasse para tratamento no Rio de Janeiro. Segundo ela, Umberto Calderaro era muito próximo dos amigos do seu tio e fez parte da tripulação. Nessa viagem, ele e seus amigos, a mando do Secretário, fizeram a proteção da sobrinha durante as escalas. Nessa época, as viagens entre Manaus e o Rio de Janeiro duravam uma média de 30 dias.

De fato, há apenas um registro de passagem de Umberto Calderaro nesse recorte, e no exato navio citado por Ritta de Cassia, o *Almirante Alexandrino*. Diante de uma das escalas do navio pelo Nordeste, o *Jornal Pequeno* (PE) relatou a passagem de um dos seus tripulantes.

> Procedente de Manaus, onde exerce suas atividades em "O Jornal" e "Diário da tarde", acha-se atualmente nesta cidade o jornalista Umberto Calderaro. Viaja a bordo do Almirante Alexandrino com destino ao Rio de Janeiro, onde vai a gozo de férias. O distinto confrade este em visita a redação de JORNAL PEQUENO, transmitindo á Imprensa pernambucana as saudações dos confrades da Amazônia[377].

Figura 39[378]



Jornalista Umberto Calderaro Filho

[377] Jornal Pequeno, 4 de janeiro de 1946. P. 06. Grifos nossos.
[378] Jornal Pequeno, 4 de janeiro de 1946. *Jornalista Umberto Calderaro*. P. 06.

Verificando os canais de origem da viagem, o *Jornal do Commercio* registrou a saída do *Almirante Alexandrino* em doze de dezembro de 1945, citando que, no momento da partida do navio, um dos componentes da "caravana de acadêmicos pessedistas", em tom de discurso, proferiu bem alto: "*Viva Dutra!* ", "*Viva Dutra!* ". Na época estavam acontecendo as contabilidades do pleito presidencial e não seria nada estranho se essa manifestação fosse proveniente do grupo em torno de Umberto Calderaro, visto a sua identificação política com a filosofia do PSD e o fato da viagem contar com a presença do pré-candidato ao Governo do Amazonas, Rui Araújo. Apesar de Eurico Gaspar Dutra ter tido neste pleito apoio de Getúlio Vargas, fato que agregou enorme valor eleitoral ao general, Umberto Calderaro foi, durante a sua trajetória, profundamente contra partidos trabalhistas, apoiando candidatos do PSD e agregados por toda a primeira fase do jornal. Mais tarde apoiou Gilberto Mestrinho em condições e cenários completamente diferentes. Contudo, sua identificação nesse contexto, além de pessoal, passava pelos apoios que, mais tarde, dariam base para o seu projeto jornalístico. Rui Araújo foi um dos seus grandes padrinhos, em vários sentidos.

No mesmo navio relatado por Ritta de Cássia viajaram junto a ela: o seu tio, pré-candidato do PSD ao governo, a esposa Helena Cidade Araújo e os agregados pessedistas. Segundo nota, a viagem total deveria durar em torno de três meses, retornando mais tarde a Manaus para iniciar a campanha formal. Sem informar ao *Jornal Pequeno* os motivos que lhe levavam ao Rio de Janeiro, Umberto Calderaro respondeu "férias", certamente porque nem ele sabia o que ia acontecer nessa jornada de observação e aprendizado. Sobre Rui Araújo, o *Jornal do Commercio* relatou suas ambições:

> Passageiro do "Aomirante Alexandrino", segue hoje para o Rio de Janeiro, onde vai exercer as suas altas funções no Instituto dos Comerciários, o dr. Rui Araújo, que exerceu até há pouco tempo importantes cargos na administração Álvaro Maia, tendo mesmo ficado a frente do Governo do Amazonas por diversas vezes.
> O dr. Rui Araújo, que deverá voltar a Manaus em março, quando tomará parte na campanha política do Estado, como candidato ao governo pelo PSD, segue agora acompanhado de sua exma. família (...) formulamos ao ilustre viajante, bem como a sua digna esposa, sra. Helena Cidade Araújo, os melhores votos de felicidade, com os desejos de vê-los em breve de volta ao seio da família baré[379].

Um dado regular, bastante mencionado pelos memorialistas, diz respeito a origem simbólica do nome da empresa. Júlio Antônio Lopes registrou na biografia que a

[379] Jornal do Commercio, 12 de dezembro de 1945. P. 01.

firma do *A Crítica* é de 4 de maio de 1946[380] e que o nome assim foi registrado em virtude de uma concessão feita pelo escritor Nelson Rodrigues[381]. Calderaro, por cautela, adicionou um "A" para diferenciar-se do polêmico *Crítica*, jornal famoso no circuito carioca nos fins dos anos 30. Erguido dia 28 de novembro de 1928[382] pelo jornalista Mario Rodrigues, o *Crítica* ficou conhecido como uma das mais bem sucedidas experiências do sensacionalismo brasileiro dos anos 1920, tanto em estrutura quanto em conteúdo. Contudo, seu sucesso durou pouco mais de 2 anos, sendo fechado em 1930 por pressão do governo revolucionário e pela tragédia que o abateu[383].

Curiosamente, em Manaus, antes mesmo da empresa de Mário Rodrigues e do nascimento de Umberto Calderaro filho, foi criado, dia 24 de fevereiro de 1925, por Alberto de Brito Pereira, Halley Nazareth de Souza e Alberto Epaminondas de Souza, um semanário escolar chamado *O Crítico*, que desapareceu pouco tempo depois. O jornal foi montado na rua Saldanha Marinho, n° 50, e, segundo o texto, neste prédio, estava aparelhada a redação, gerência e a oficina do semanário. Ironicamente, ele foi construído por salesianos e fazia propaganda da escola, dizendo "matriculae vossos filhos no Collegio Dom Bosco, o melhor do norte do Brasil".

---

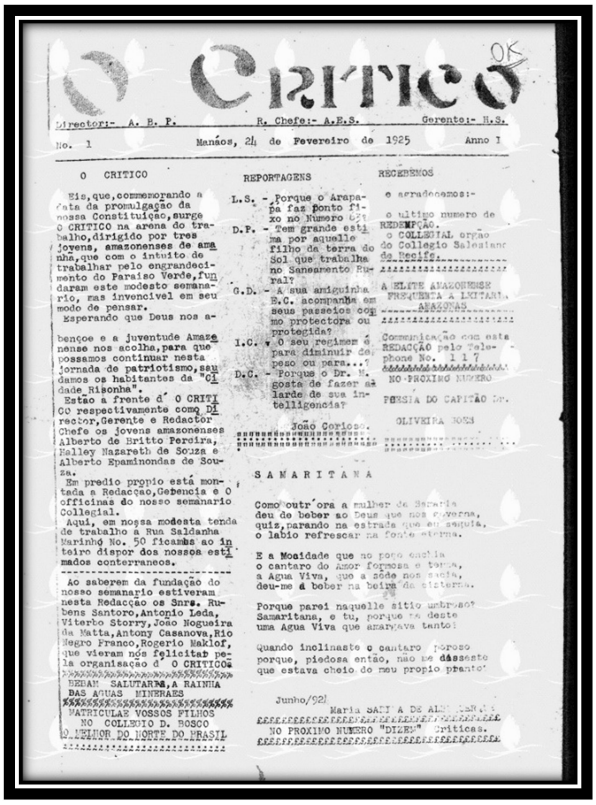
[380] LOPES, Júlio Antônio. *A Crítica* de Umberto Calderaro Filho. Op. Cit. 47.

[381] PORTO, Arlindo. Umberto Calderaro Filho: Legenda de trabalho e de amor pelo Amazonas. Op. Cit. P. 69. Em entrevista ao colunista Júlio Ventilari, através do programa Estilo Calderaro respondeu que a oferta partiu de Nelson Rodrigues.

[382] Em 26 de dezembro de 1929, a escritora Silvia Thibau adentrou na redação do Crítica e, na ausência de Mario Rodrigues, escolheu o irmão mais novo de Nelson, Roberto Rodrigues como alvo. Munida de um revólver discreto, disparou um tiro a queima roupa no ilustrador. As motivações que levaram ao crime foram extremamente debatidas na época e hoje, é um dos temas mais estudados dentro do que Marialva Barbosa chama de *jornalismo de sensações*, marcando assim um ponto de inflexão na forma de exploração e escolha das linguagens com o leitor.

[383] Em 26 de dezembro de 1929, a escritora Silvia Thibau adentrou na redação do Crítica e, na ausência de Mario Rodrigues, escolheu o irmão mais novo de Nelson, Roberto Rodrigues como alvo. Munida de um revólver discreto, disparou um tiro a queima roupa no ilustrador. As motivações que levaram ao crime foram extremamente debatidas na época e hoje, é um dos temas mais estudados dentro do que Marialva Barbosa chama de jornalismo de sensações, marcando assim um ponto de inflexão na forma de exploração e escolha das linguagens com o leitor.

Figura 40[384]



O Crítico

Director:- A. E. F. R. Chefe:- A.E.S. Gerente:- H.S.

No. 1 Manáos, 24 de Fevereiro de 1925 Anno I

O CRITICO

Eis,que,commemorando a data da promulgação da nossa Constituição, surge O CRITICO na arena do trabalho,dirigido por tres jovens, amazonenses de alma,que com o intuito de trabalhar pelo engrandecimento do Paraizo Verde,fundaram este modesto semanario, mas invencivel em seu modo de pensar.

Esperando que Deus nos abençoe e a juventude Amazonense nos acolha,para que possamos continuar nesta jornada de patriotismo,saudamos os habitantes da "Cidade Risonha".

Estão a frente d' O CRITICO respectivamente como Director,Gerente e Redactor Chefe os jovens amazonenses Alberto de Britto Ferreira, Nelley Nazareth de Souza e Alberto Epaminondas de Souza.

Em predio proprio está montada a Redacção,Gerencia e Officinas do nosso semanario Collegial.

Aqui, em nossa modesta tenda de trabalho a Rua Saldanha Marinho No. 50 ficamos ao inteiro dispor dos nossos estimados conterraneos.

Ao saberem da fundação do nosso semanario estiveram nesta Redacção os Snrs. Rubens Santoro,Antonio Leda, Viterbo Storry,João Nogueira da Matta,Antony Casanova,Rio Negro Franco,Rogerio Haklof, que vieram nos felicitar pela organisação d' O CRITICO.

REPORTAGENS

L.S. - Porque o Arapapa faz ponto fixo no Numero 6?

D.P. - Tem grande estima por aquelle filho da terra do Sol que trabalha no Saneamento Rural?

G.D. - A sua antiguinha E.C. acompanha em seus passeios como protectora ou protegida?

I.C. - O seu regimen é para diminuir de peso ou para...?

D.C. - Porque o Dr. H. gosta de fazer alarde de sua intelligencia?

João Corioso.

RECEBEMOS

e agradecemos:-

o ultimo numero de REDEMPÇÃO.

o COLLEGIAL orgão do Collegio Salesiano de Recife.

A ELITE AMAZONENSE FREQUENTA A LYRICA AMAZONAS.

Communicação com esta REDACÇÃO pelo Telephone No. 1 1 7

NO PROXIMO NUMERO

PENSTA DO CAPITÃO Sr. OLIVEIRA ROZA

SAMARITANA

Como outr'ora a mulher de Samaria deu de beber ao Deus que nos governa, quis,parando na estrada que eu sequia, o labio refrescar na fonte eterna.

E a Mocidade que no peito ardia o cantaro do Amor formosa e terna, a Agua Viva, que a sede nos sacia, deu-me a beber na beira da cisterna.

Porque parei naquelle sitio umbroso? Samaritana, e tu, porque te dente uma Agua Viva que amargava tanto?

Quando inclinaste o cantaro piroso porque, piedosa então, não me désseste que estava cheio de meu proprio pranto?

Junho/92 Maria SACY A DE ALMEIDA

NO PROXIMO NUMERO "DIZEM" Criticas.

BEIJAM SALUTARES,A RAINHA DAS AGUAS MINERAES

PATRICULAR VOSSOS FILHOS NO COLLEGIO D. BOSCO

O MELHOR DO NORTE DO BRASIL

Semanário Colegial O Crítico, 1925

Apoiado ou não nessas referências, neste momento, mais especificamente em dezembro de 1945, aconteceu um primeiro ponto de inflexão na história da família Calderaro e o projeto *A Crítica.* Como dito, nessa tese há uma segunda curva em 1973, rumo a sua alforria, desenvolvida mais adiante. Contudo, essa viagem no *Almirante Alexandrino* marcou atividades que definiram caminhos, alianças e financiadores para o ambicioso projeto de Umberto Calderaro.

Tirando os relatos imprecisos, porém dedutivos, dos memorialistas, existem raros registros de atividade de Umberto Calderaro relacionado ao Rio de Janeiro. Entretanto, é possível costurar essas memórias com alguns rastros que o jovem Calderaro deixou pela imprensa. Para sintetizar o argumento, preparei um quadro para analisar e acompanhar os hiatos substanciais desse percurso nos anos 40. Dentro do jornalismo, enquanto atividade foi possível localizar as seguintes presenças[385]:

[384] Jornal O Crítico, 24 de fevereiro de 1925.

[385] O rastreamento utilizou o recorte de 1940 a 1949, disponível na hemeroteca digital da Biblioteca nacional. Junto aos resultados foi anexado outros eventos e dados, citados por biógrafos e memorialistas.

Quadro 08 **Quadro de atividades de Umberto Calderaro 1940-1949**		
12.06.1945	Calderaro contra a carta dos integralistas	Jornal do Commercio (AM)
16.06.1945	Calderaro presente na I Exposição-Feira Amazônia	Jornal do Commercio (AM)
12.12.1945	Rui Araújo e família, rumo ao Rio de Janeiro. Comenta que pretende voltar em março de 1946	Jornal do Commercio (AM)
04.01.1946	Jornalista Umberto Calderaro rumo ao Rio de Janeiro de férias	Jornal Pequeno (PE)
04.05.1946	Contrato da firma *A Crítica*	LOPES, Júlio Antonio.
09.05.1946	Tentativa de rodagem (Só conseguiu 3 meses)	Jornal A Crítica
08.06.1946	Retorno de Ritta Araújo com André Vidal de Araújo	Jornal do Commercio (AM)
03.05.1947	Umberto Calderaro veio assistir a posse de Leopoldo Amorim Neves	Jornal do Commercio (AM)
06.06.1947	Calderaro trabalhando na circulação do "Folha Acadêmica". Correspondente a maio.	Jornal do Commercio (AM)
04.07.1947	Calderaro homenageando o jornalista Ramayna de Chevalier	Jornal do Commercio (AM)
14.08.1947	Calderaro presente na noite de festa dedicada a Associação Amazonense de Imprensa	Jornal do Commercio (AM)
22.10.1947	União dos estudantes convida: (...) Umberto Calderaro	Jornal do Commercio (AM)
24.01.1948	Carnaval com presença de Umberto Calderaro, jornalista da falecida *A Crítica*	Jornal do Commercio (AM)
17.01.1949	Via Asaexpress. O jornalista Amazonense Umberto Calderaro Filho, ora nesta capital, informou-nos que seguirá pelo "Santos", do Lóide brasileiro, com moderníssimo material e imprensa para o vespertino "A Crítica", que circulará em Manaus brevemente, sob direção do próprio informante.	Diário de São Luiz (MA)
25.03.1949	Viagem de Volta a Manaus com André Vidal Araújo.	Diário de Notícias (RJ) Jornal do Brasil (RJ)
27.03.1949	Umberto Calderaro: De sua viagem a capital da República, regressou ontem, por via área, o nosso prezado confrade Umberto Calderaro Filho, diretor de A Crítica e acadêmico de Direito que foi recebido no aeródromo por sua digna família, amigos e colegas. À noite, Umberto Calderaro filho, com sua proverbial gentileza, nos fez uma visita de cordialidade.	Jornal do Commercio (AM)
22.04.1949	Aureo Mello registrando o nascimento de A Crítica	Jornal do Commercio (AM)
05.05.1949	Umberto Calderaro apoiando Rui e André Araújo	A Manhã (RJ)
26.06.1949	Calderaro Sofre agressão de Juveno Lemos	Diário de Notícias (RJ)

Quadro de atividades de Umberto Calderaro registradas na imprensa entre 1945 e 1949

De imediato, a presença de Umberto Calderaro no Rio de Janeiro foi registrada em dois documentos. O primeiro, pelo pernambucano *Jornal Pequeno*, em 1946, e o segundo em dois diários do Rio de Janeiro, no ano de 1949, onde ele foi citado nos relatórios de viagem ao lado de André Vidal de Araújo, futuro sogro. As duas viagens antecedem dois momentos decisivos na história do jornal. No relato de partida, Rui Araújo comentou a necessidade de voltar a tempo, em março de 1946, para prepara-se

para a eleição vindoura[386]. Até a partida no Almirante Alexandrino, Rui Araújo era candidato único e, por ter sido braço direito do interventor Álvaro Maia por vários anos, a vitória era quase certa, muito em razão das bases de sustentação do *Alvarismo* no Amazonas.

Ritta Araújo, em entrevista, comentou que tinha "péssima lembrança dessa viagem", pois Umberto Calderaro e os amigos, responsáveis em escoltá-la a mando do seu tio, a impediram de circular livremente pelo *Almirante Alexandrino*. Acredito que a raiva foi tanta que ela pediu para voltar de avião, em junho de 1946[387]. No mesmo ano, Calderaro esteve em Manaus para estabelecer firma em maio, como registrou Júlio Lopes e, logo no mês seguinte, conseguiu rodar *A Crítica* por 3 meses. Os registros batem com um dos seus relatos nos anos 1980, em torno de uma verdadeira lavagem de roupa[388] suja que teve com Andrade Neto, gerente do *A Notícia*. Independente do conflito de egos, a informação serve aqui para o cruzamento de dados.

> A carta de Aguinaldo a dona Cyra, forjada pela rameira Marilu, fala da compra de uma linotipo em 1946, quando A CRÍTICA só existia na imaginação de Calderaro, pois foi totalmente mal sucedida a primeira tentativa de fazê-la circular, o que ocorreu em 9 de maio e 1946, nas oficinas de "O Jornal", onde A CRÍTICA foi impressa durante 3 (três) meses. Na época, "O Jornal" estava ligado ao governo de Leopoldo Amorim da Silva Neves, e porque a A CRÍTICA começou a atacar o governo, o contrato de impressão foi suspenso[389].

Em virtude do posicionamento contra o governador Leopoldo Amorim, vulgo "Pudico", Aguinaldo Archer Pinto pediu de volta a rotoplana que estava emprestada ao primo, alijando o seu jornal. Se Calderaro fez algum estágio no *O Globo (RJ),* como exaltam os memorialistas, na viagem relâmpago que fez ao Rio de Janeiro, essa é uma consideração muito improvável, pelo menos não em 1946. Entretanto, voltou com o nome, tanto que o registrou. Quanto a esse dado, deduzo uma possibilidade:

---

[386] Jornal A Manhã, 8 de setembro de 1946. Nota: "Viajou para Manaus o candidato do PSD. Partiu ontem, para Manaus, via Belém, pelo avião da linha paraense da Panair, o sr. Rui Araújo, candidato ao governo do Amazonas, pelo Partido Social Democrático.

[387] Jornal do Commercio, 8 de junho de 1946. Nota: "Passageiros embarcados no Rio em aviões da Cruzeiro do Sul (...), Para Manaus: André Vidal de Araújo; Rita de Cássia". Na entrevista que deu a Norma Araújo, Ritta cita que veio mais cedo e os tios ficaram.

[388] DUARTE, Duarte Martins. *A Imprensa Amazonense: chantagem, politicagem e lama.* 1ª ed. Manaus: DDC Comunicações LTDA-EPP, 2015. O empresário fez um levantamento documental das batalhas entre Umberto Calderaro Filho e o diretor de A Notícia, Andrade Neto. Por anos ocorreram baixarias e trocas de farpas que renderam boas vendas, mas expuseram as empresas a ponto de necessitar intervenção externa, que assim encerrou o conflito de egos. P. 227.

[389] Jornal A Crítica, 31 de março de 1980. P. 01. Grifos nossos.

Sob o pseudônimo de *Suzana Flag*[390], Nelson Rodrigues saiu do jornal *O Globo* em 1945 e foi trabalhar para os *Diários associados*, permanecendo até 1950, quando passou a trabalhar para Samuel Wainer no *Última Hora*. Dentre todos os produtos de imprensa do conglomerado de Chateaubriand, Nelson foi trabalhar em *O Jornal (RJ),* escrevendo um folhetim de bastante sucesso, intitulado *Meu destino é pecar*. Mais tarde, enquanto funcionário do *Última Hora*, iniciou os famosos contos de *A vida como ela é,* seu maior sucesso jornalístico. Apesar das idas voltas de Assis Châteaubriant com Getúlio e a proximidade mais do que declarada de Samuel Wainer, quando Calderaro e Rui Araújo chegaram ao Rio de Janeiro, em janeiro de 1946, o nome de Nelson Rodrigues estava em circularidade. Além desse fato, Henrique Archer Pinto já morava no Rio de Janeiro cuidando da sucursal da empresa. Não é descartável a ideia de que possa ter feito alguma aproximação de todos esses personagens. Sobre esse encontro, Calderaro, em entrevista, o contou da seguinte forma:

> Alguém começou a brincar: "tu não tens dinheiro, tu não tens condições de fazer". Mas eu já me considerava um profissional conhecedor da profissão. Já era malandro. Trabalhei em reportagem policial, frequentei o Catete, ou melhor Guanabara, onde o presidente Linhares dava audiência. Eu disse: "Não, eu vou fazer um jornal custe o que custar e vai vencer. Aí o Nelson, disse: "Calderaro, eu vou te dizer uma coisa, bota o nome de jornal de "A Crítica" porque é um nome privilegiado. Esse jornal venceu em Buenos Aires e foi um dos primeiros do Rio de Janeiro na década de 30. Hoje pertence a minha mãe, ela e uma pessoa acessível, é capaz de te vender por qualquer tostão". Eu disse: "Ah rapaz, vender? Eu não tenho condições. Não tenho condições de pagar um chopp, quanto mais comprar um título de jornal. Ele foi embora, nos despedimos e de manhã ele me telefonou. "Calderaro, a mamãe vai te dar o título". Agora ela quer ver esse jornal vitorioso. Ela quer uma homenagem ao meu pai". Eu disse: "tá bom". Vim pra Manaus, arranjei uns trocados. O prédio era da Arquidiocese. Lancei "A Crítica" às 11 horas. Depois "A Crítica" foi crescendo e atacando as autoridades, criando seções[391],.

A entrevista, concedida ao colunista Júlio Ventilari, narra detalhes sobre negociação em torno do nome, citando, inclusive, *sua presença no Catete*, *acompanhando o presidente Linhares*. Presidente do STF, José Linhares, após a deposição de Vargas, permaneceu no cargo apenas 94 dias, de 29 de outubro de 1945 a

---

[390] Em entrevista ao repórter J. J. Ribeiro, do jornal *O Opinático*, quando questionado sobre o uso de pseudônimos, Nelson relatou "A *Susana Flag* nasceu quando eu entrei para os Diários Associados. O Fred Chateaubriand disse que ia comprar um romance americano para publicar em capítulos. Eu me propus a fazer a experiência de escrever uma história em folhetim. O Fred argumentou: — 'Fazer experiência nas minhas costas? ' Está bem, eu falei, então vai ser para valer. E escrevi *Meu Destino é Pecar*, que alcançou logo um sucesso enorme. Eu gosto muito do livro. Acho que carrego a nostalgia do folhetim. E tenho bossa para escrever folhetim".

[391] PORTO, Arlindo. *Umberto Calderaro Filho: Legenda de trabalho e de amor pelo Amazonas.* Op. Cit. 69. O autor cita a entrevista, mas não registra a data.

31 de janeiro de 1946. Calderaro, tendo que voltar em março, fez então o estágio de férias mais rápido do jornalismo brasileiro. Dois meses, já que sua chegada no Rio de Janeiro era esperada para 10 de janeiro[392]. Entretanto, o recorte corresponde.

Na tentativa de preencher esse hiato e entrando no campo das hipóteses, é possível deduzir que Rui Araújo tenha financiado boa parte da "caravana dos pessedistas", formada, sobretudo, por estudantes de direito, profissão que era altamente associada a carreira política. Aproveitando o ensejo, levou a sobrinha para tratamento, que permaneceu por 6 meses. O jovem estudante Calderaro, mesmo sem pretensão de carreira parlamentar, aproveitou a viagem para circular entre os jornais parceiros de Rui Araújo e Henrique Archer Pinto, seu distante chefe. Até aquele momento, Calderaro não havia rodado o seu jornal, portanto, ainda era funcionário da empresa gerenciada pelo primo, Aguinaldo Archer Pinto.

Parte do primeiro grande conglomerado de imprensa no país, *O Jornal* estava, desde 1925, sob direito de Assis Chateaubriand. Marialva Barbosa cita um depoimento do jornalista Austregésilo de Ataíde[393], onde este comentou que Getúlio Vargas, quando candidato a presidência da República pela Aliança Liberal, ia frequentemente ao jornal conspirar com Chateaubriand contra Washington Luís. Mantendo uma relação instável com Vargas, o "Barão da imprensa" apoiou grande parte dos movimentos de oposição contra o governo e, após a vitória da revolução, definiu um lado, pelo menos até 1932[394]. Movimento instalado em Manaus, no mesmo ano, poucos meses depois, sob direção de Henrique Archer Pinto e Francisco Pereira da Silva nasceu *O Jornal*. Uma nota do carioca *O Radical* (RJ) ajuda a visualizar em parte a fundação dessa identidade

> UMA HOMENAGEM DA IMPRENSA AMAZONENSE AO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS.
> Entre as várias homenagens que estão sendo prestadas no Estado do Amazonas ao chefe do Estado Nacional, presidente Getúlio Vargas, destaca-se a do mais importante órgão da imprensa, "O Jornal", que iniciou sua circulação a 30 de outubro de 1930. Esse matutino, fundido por nossos confrades, Henrique Archer Pinto e Dr. Francisco Pereira da Silva, a este tempo à frente da administração amazonense, integrando a Junta Revolucionária Governativa, circulará amanhã em Manáos, em edição especial, com grande número de páginas, pondo em destaque as realizações do presidente Vargas a frente dos destinos da nação no decênio que transcorre. Haverá durante todo o dia, em frente da redação de "O Jornal",

[392] Jornal do Commercio, 9 de janeiro de 1946. P. 04.
[393] BARBOSA, Marialva. *História cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Op. Cit. P. 78.
[394] Segundo Marialva Barbosa, *O Jornal* mudaria de posição logo depois da instalação do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Apoia a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, o que custou a Chateaubriand o confisco da sede do jornal e de seu maquinário. Exilado, na sede do jornal de Chateaubriand passou-se a ser impresso o periódico governista A Nação.

> irradiação das notícias referentes aos festejos que se estão realizando em todo país, nessa semana de intensa vibração cívica[395].

Apesar da mudança de direção de Assis Chateaubriand no processo, *O Jornal* se manteve fiel à proposta varguista, sendo um grande aliado de Álvaro Maia durante o Estado Novo. Hildebrando Anthony cita, a partir dos relatos de Mario Ypiranga, que uma das primeiras atitudes do interventor foi fechar os jornais *A Rua*, do jornalista Otelo Mavignier e *O Correio de Manaus*, de Luiz Gonzaga Bessa, eliminando assim concorrências e opositores[396]. Um dos grandes trunfos de *O Jornal* foi anexar nas suas metas o projeto de expandir-se pelo interior do Amazonas, a partir de uma rede de correspondentes em vários municípios. Esse fator foi extremamente decisivo para os políticos associados ao *Alvarismo*.

César Queiros argumenta que, após o processo de redemocratização e deposição do presidente Vargas, seus dois partidos, PTB e PSD, passaram a ter forte representação no Amazonas. Enquanto o PSD tinha como principal liderança Álvaro Maia e forte sustentação das elites políticas, o PTB era representado pelo médico e advogado Vivaldo Lima e outras lideranças emergentes, como Plínio Ramos Coelho[397]. Segundo Eloína Santos, a base de apoio do interventor era formada, sobretudo, pelas classes conservadoras amazonenses[398], envolvidas entre setores tradicionais do comércio e extrativismo da borracha, em franca decadência, dependendo de subsídios e privilégios dos governos. Essa tese se aproxima das condições em que a família Archer Pinto construiu seus patrimônios desde o início do século no Amazonas.

Após a decisão por novas eleições para senado e governo, ocorridas em janeiro de 1947, vários fatores sustentavam uma vitória tranquila de Rui Araújo, braço direito de Álvaro Maia, e que, por várias vezes, ocupou o papel de interventor na sua ausência. Após decretada a Lei Agamenon de maio de 1945, as articulações locais foram agilizadas e Rui Araújo se fez presente na Convenção nacional do PSD em julho de 1945[399], onde, além da decisão pela candidatura de Eurico Gaspar Dutra, houve espaço

---

[395] Jornal O Radical, 10 de novembro de 1940. P. 14.
[396] ANTONY, Hildebrando. *O Jornal e Diário da Tarde na Manaus porto de lenha dos anos 50*. 2004. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Nilton Lins, Manaus, 2004.
[397] QUEIRÓS, César Bubolz. *A experiência democrática no Amazonas: a formação do PTB e a consolidação do Trabalhismo.* Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 12, 2020. P. 05.
[398] SANTOS, Eloína. Álvaro Maia: uma liderança política cabocla. EDUA: Manaus, 1997. P. 82.
[399] Jornal A Manha, 17 de julho de 1945. P. 01. A matéria de capa diz: "O momento político. A candidatura do General Eurico Dutra será proposta a Convenção pelo sr. Benedito Valadares – Usarão da

para o uso da palavra pelo sr. Álvaro Maia e toda a articulação interna foi realizada, resultando, mais tarde, nos votos de sucesso, encaminhados pelo presidente eleito.

> Manaus 4 (Meridional) – Sob o título "Aprovada pelo general Dutra a candidatura do dr. Ruy Araújo". O Jornal do Commercio publicou o seguinte telegrama do general Gaspar Dutra. "Acusando o telegrama referente ao termino da apuração nesse Estado, desenho exprimir minha satisfação cívica pela positiva demonstração eleitoral dos correligionários amazonenses, cientes de manter o propósito da escolha feita pela convenção estadual do nome do dr. Ruy Araújo para candidato ao Governo do Estado. Tenho a dizer que faço votos para que essa campanha estadual se encaminhe com o mesmo brilho e êxito com que decorreu a que acaba de encerrar"[400].

Rui Araújo, em viagem com a caravana "pessedista", chegou ao Rio de Janeiro poucos dias depois para alinhar os projetos junto aos correligionários. Umberto Calderaro, em seu "estágio de férias", certamente fez uma varredura sobre o funcionamento dos periódicos associados ao PSD e voltou para Manaus com duas missões: Montar um jornal, dentro de *O Jornal*, para apoiar Rui Araújo na campanha e casar-se com Rita de Cássia Araújo, filha e sobrinha de dois grandes líderes do PSD no estado. Sobre esse último objetivo, Ritta comentou sobre o seu esforço:

> Eu tinha quinze, não se podia dar uma fugida do camarote. Tínhamos que ficar trancadas no camarote (...). Era uma briga total! Até chegarmos depois de um mês no Rio de janeiro. La ele continuou atrás do tio Rui. Dizem que ele já estava de olho em mim, mas eu não o tolerava de tanta perseguição da viagem de navio. (...) tudo indicava que não ia dar certo. Aí todas as noites ele ia, nós morávamos em botafogo, e ele ia para lá. A casa era um bangalô de dois andares, e eu subia imediatamente toda a vez que ele entrava, que ele chegava (..). Depois nós viemos para Manaus. Eu vim pra Manaus, meus tios ficaram lá, e ele transferiu a amizade do tio Rui para o meu pai, para a minha família. As noites dele ele passava lá em casa, o início da noite pelo menos. Ia nos visitar todas noites. Até que o meu pai entendeu a história e me chamou. Disse: *olhar você está sendo muito grosseira com esse rapaz. Porque que você não fica na sala conversando com ele*. Eu digo: *porque eu não gosto dele, não tem segredo, eu não gosto dele. Só por isso*. Aí passou-se o tempo e ele foi persistente, persistente o tempo todo, até que deu o namoro[401].

O bravo Calderaro conseguiu conquistar, com apoio de André Araújo, um dos objetivos. Entretanto, o primeiro foi cortado pelo primo Aguinaldo pouco tempo depois, após lançar críticas a candidatura de Leopoldo Neves. Certamente, a ordem veio de

---

palavra os srs, Álvaro Maia, Barbosa Lima, Mario Tavares, Pedro Vergara, Euvaldo Lodi e o operário Manoel Fonseca. (...) Tomaram lugar no palco as representações estaduais: AMAZONAS: Dr. Rui Araújo, Valdemar Pedrosa e João Fabio de Araújo.

[400] O Jornal (RJ), 5 de janeiro de 1946. Nota: "Mantida a candidatura do sr. Rui Araújo: O gal Dutra faz votos pelo êxito da campanha". P. 1.

[401] Manauscult, 6 de agosto de 2023. Reprise do programa *Manazinha*, dirigido por Roberto Kahane e apresentado por Norma Araújo. Dezembro de 2010.

cima, já que Aguinaldo nutria consideração pelo primo. Nesse contexto, César Queirós comenta sobre uma aliança inusitada que certamente interferiu na decisão dos Archer Pinto, tradicionalmente aliados do *Alvarismo*.

> Em janeiro de 1947 foram realizadas eleições gerais para os estados. Contrariando a orientação nacional de coligar com o PSD, o PTB amazonense se coligou localmente com a UDN e com o PCB, uma aliança esdruxula que tinha o objetivo de derrotar o PSD, de Álvaro Maia, que ainda dominava a cena política naquele período, tendo eleito dois senadores constituintes e três deputados na eleição ocorrida em fins de 1945. Para governador, o vitorioso foi Leopoldo Amorim da Silva Neves (PTB), tendo superado o candidato do PSD, Rui Araújo, que havia sido secretário-geral de Álvaro Maia durante o Estado Novo[402].

O movimento de Aguinaldo Archer Pinto ao interferir na circulação do *A Crítica* por tais motivos[403] indicava que as peças no tabuleiro do poder de Vargas começaram a ser posicionadas. Após esse ato, curiosamente, Rui Araújo voltou às pressas para Manaus[404]. Tudo indicava, pelo apoio que Álvaro Maia recebeu nos últimos anos e por toda a sustentação das classes comerciais da cidade, que Henrique Archer Pinto estaria ao lado do PSD, pelo menos mais uma vez. A coligação inusitada entre PTB e UDN, citada por César Queirós, por mais que o objetivo fosse desaparelhar o PSD na cidade, indicava a fidelidade de Henrique Archer Pinto com as decisões da alta cúpula varguista.

Dentro do Estado Novo e com o objetivo de difundir a nova ideologia, Vargas, através de Álvaro Botelho Maia, foi muito bem-sucedido no Amazonas com a criação do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), principalmente nos projetos direcionados ao interior do estado. Passados apenas um ano, em 7 de setembro de 1938, o paulista Lizardo Rodrigues, técnico em eletrônica e ex-funcionário do Departamento de Correios e Telégrafos, de maneira rústica conseguiu ativar, mesmo que ainda sem a estrutura adequada, aquela que seria a primeira emissora do Amazonas, a *Voz da Baricéia*.

---

[402] QUEIRÓS, César Bubolz. *A experiência democrática no Amazonas: a formação do PTB e a consolidação do Trabalhismo.* Op. Cit. P.9.

[403] PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia.* P. 53. Mathias Pina argumenta que a decisão partiu por questões matérias, em virtude da incapacidade de rodar 3 jornais ao mesmo tempo. Entretanto, no documento de 1980, envolvendo as disputas com Andrade Neto, Calderaro cita a questão política envolvendo Leopoldo Neves.

[404] Jornal A Manhã, 8 de setembro de 1946. Se a fundação do *A Crítica* é de maio de 1946 e o jornal parou 3 meses depois, por via de um dos seus antigos aliados, o retorno de Rui Araújo no dia 7 de setembro, pode ser um indicativo dessa mudança no tabuleiro político amazonense.

Figura 41[405]


CONVITE AOS RADIO-OUVINTES

Dr. Adriano Jorge e Lizardo Rodrigues teem o prazer de convidar os radio-ouvintes da cidade, simpathisantes da "Voz da Baricéa", para uma reunião na residencia do primeiro, á rua Fortaleza n.º 443, Villa Municipal, hoje, Domingo, ás 9 horas da manhã, afim de tratar de assumpto relacionado com o "Broadcasting" local.

Convite aos radiouvintes do Amazonas

No relatório do governador Dorval Pires Porto ao presidente Getúlio Vargas, a iniciativa de Lizardo Rodrigues foi tratada da seguinte forma

> Há a necessidade vantajosa de uma estação de rádio que possa atingir todos os Municípios. Esforçando-se para resolver esse difícil problema, a Interventoria obteve uma licença, a título precário, para funcionamento de uma estação local, que, sob a direção técnica do sr. Lizardo Rodrigues, vem produzindo benéficos resultados[406].

4 anos depois, e vendo potencial de mercado, Assis Chateaubriand estendeu os seus negócios ao norte do país e através dos *Diários Associados*, adquiriu a pequena *Voz da Baricéia* em Manaus, juntamente com o *Jornal do Commercio*, de propriedade de Vicente Reis. O nome do jornal foi preservado, mas a emissora passou a se chamar *Rádio Baré*, sob direção de Gebes Medeiros, que de piloto se tornou diretor da divisão de rádio do DEIP em 1944. Visando novos empreendimentos e necessitando de um profissional com mais experiência no eixo Rio-São Paulo, o catarinense Josué Cláudio de Souza, até então repórter policial do *Diário da Tarde* e *O Jornal*, foi convocado para dirigir os dois veículos recém-adquiridos de Assis Chateaubriand, substituindo João Calmon a partir de dois de janeiro de 1944[407]. Mais tarde, Josué Cláudio se tornou a voz do *A Crítica* nos municípios do interior do estado, levando Calderaro a ter necessidade de ter uma rádio apenas nos anos 1980.

[405] Jornal do Commercio, 9 de outubro de 1938. P. 07.
[406] Interventoria Federal do Estado do Amazonas. Exposição ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, por Álvaro Maia, Interventor Federal. Manaus, 1939. Grifos nossos.
[407] Jornal do Commercio, 2 de janeiro de 1944. P. 02.

Com o fim da segunda guerra e a extinção do DEIP, o cenário político no Amazonas se alterou profundamente. Os *Diários associados* se tornaram arredios às correntes trabalhistas e alimentaram ataques constantes a figura de Vargas. Curiosamente, o periódico passou a utilizar de charges assinadas a partir de dezembro de 1945, exatamente uma semana depois da deposição oficial do presidente. Esse tipo de linguagem não era comum dentro da tradição de diagramação do *Jornal do Commercio*. A última charge assinada que o periódico havia publicado datava de 31 de agosto de 1916, registrada pelo primeiro chargista do periódico, Raul[408]. Como aconteceu com Miranda mais tarde, o *Jornal do Commercio*, próximo às eleições, acionou deliberadamente essa ferramenta de alta circulação entre as camadas populares parcamente alfabetizadas. Para observar essa mudança do/no *Jornal do Commercio*, montei um breve quadro relacionado apenas as charges ilustradas que recebiam assinatura no periódico.

Quadro 09[409] **Quadro de publicações de charges ilustradas: Jornal do Commercio (1913-1950)**		
04.12.1913	A matinée do Senado	Charge do vespertino carioca "O Século"
05.12.1913	Numa livraria	Charge do vespertino carioca "A noite"
12.12.1913	O desespero dos vencidos	Charge de "O Paiz" do Rio
14.07.1914	Na Câmara Federal	Charge de "A Platéia" de São Paulo"
21.11.1914	A saudade da civilização	Charge do "O Imparcial" do Rio
19.02.1916	Actualidades	Charge de Raul
24.03.1916	Actualidades	Charge de Raul
14.05.1916	Actualidades	Charge de Raul
31.08.1916	Actualidades	Charge de Raul
08.01.1917	A Presuntolândia	Charge de "A Noite"
03.03.1917	Actualidades	Charge da "A Razão"
18.12.1917	Actualidades	Charge de "A noite"
26.09.1945	A política do pobre contra o Rico Como a concebeu e executou o Estado novo	Charge sem assinatura
08.11.1945	Eu, Getuliano?	Darcy
01.12.1945	O politiqueiro	Amilde Pedrosa
Eleição Presidencial – 02 de dezembro de 1945		
04.12.1945	O interventor federal	Amilde Pedrosa
30.12.1945	Quantos votos era preciso para se eleger?	Darcy
19.06.1948	Fazendo cera	Augusto Rodrigues
23.06.1948	Magalhães Barata e o Pracinha	Augusto Rodrigues
31.07.1948	O preço da liberdade é a eterna vigilância	Augusto Rodrigues
16.11.1948	Processos	Augusto Rodrigues
31.12.1948	General Goes e o Repórter	Augusto Rodrigues
11.03.1949	No jogo da sucessão	Augusto Rodrigues
16.03.1949	Os três grandes	Augusto Rodrigues
18.03.1949	Baile da sucessão	Augusto Rodrigues

[408] Raul Pederneiras (1874-1953), natural do Rio de Janeiro, foi caricaturista, chargista, professor, pintor, escritor e dramaturgo. Formado em Direito, iniciou a carreira de caricaturista em 1898, no diário em cores O Mercúrio, do Rio de Janeiro.

[409] O quadro foi montado a partir das edições do Jornal do Commercio entre 1913 e 1950. A seleção se baseou nas publicações que se autodenominavam como "charges".

26.03.1949	Dia certo, hora marcada	Augusto Rodrigues
02.04.1949	Conferência de Petrópolis	Augusto Rodrigues
14.04.1949	Futebol da sucessão	Augusto Rodrigues
20.07.1949	Namoro sem compromisso	Augusto Rodrigues
09.08.1949	O regime da Borracha	Augusto Rodrigues
27.08.1949	O convidado queimado	Augusto Rodrigues
29.10.1949	Escolha demorada	Augusto Rodrigues
22.03.1950	O novo candidato	Augusto Rodrigues
07.07.1950	Populismo	Augusto Rodrigues
29.07.1950	A nova praga	Augusto Rodrigues
08.08.1950	Segurança	Augusto Rodrigues
22.08.1950	O filho prodigo	Augusto Rodrigues
05.09.1950	A pé da letra	Augusto Rodrigues
Eleição presidencial – 3 de outubro de 1950		
10.10.1950	Getúlio na ponta	Augusto Rodrigues

Charges ilustradas no Jornal do Commercio (1913 – 1950)

Para seguir a proposta do tópico, não aprofundarei essa metodologia de análise das charges neste momento, pois guardei ela para a segunda parte desse trabalho. Entretanto, como é possível observar no quadro das publicações do *Jornal do Commercio,* no Amazonas, a partir de 1945, ocorreu uma incomum regularidade de produções desde a deposição de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945. Rodrigo Patto comenta que, apesar do presidente gostar de ser informado sobre as piadas inventadas pela imprensa carioca a seu respeito[410], a partir do Estado Novo o tempo fechou para todos os tipos de manifestação política, inclusive as cômicas[411]. A censura e o temor levaram ao empobrecimento da atividade que, como é possível ver no quadro sobre as produções do *Jornal do Commercio*, foi reativada algumas semanas antes do fim do governo, seguindo uma regularidade considerável nas edições que circulavam pelo Amazonas.

Uma das poucas exceções dessa desintegração da atividade foi a revista carioca *Careta*[412], que em meio ao cerco estabelecido à produção humorística brasileira,

[410] VELLOSO. Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Centro de Pesquisa e Documentação de história contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 1987. Segundo a autora, o próprio Vargas estimulou piadas a seu respeito, argumentando que eram "uma espécie de termômetro do sentimento popular". P. 39.

[411] MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., P. 17.

[412] LOREDANO, C. *O bonde e a linha*. Um perfil de J. Carlos. São Paulo: Editora Capivara, 2002, p.41. Cássio Loredano sinaliza que a Revista Careta surgiu como veículo destinado a realizar concorrência direta com a revista ilustrada *O Malho*, de circulação nacional.

representou a sobrevivência da verve crítica na imprensa, retratando diversas cenas da vida política e social por meio de boa dose de irreverência e criatividade[413].

Contudo, os espectros cômicos sobre a figura do ex-presidente, flutuando pela autocensura da breve experiência democrática, foram captados e processados rapidamente enquanto produtos humorísticos para atacar, principalmente, aqueles que utilizavam da imagem do ex-presidente para fortalecer candidaturas. Chateaubriand contratou a princípio o paulista Darcy Penteado[414] e o acreano Amilde Pedrosa[415], que logo após a deposição se mudou para o mercado do Rio de Janeiro. Entretanto, é no traço do pernambucano Augusto Rodrigues[416] que ocorreu a maior regularidade de produções dentro do *Jornal do Commercio* no Amazonas. Todas envolvendo tópicos políticos nacionais.

Charge 02 e 03



Cuidado com ele![417]



O filho prodígio[418]

[413] GARCIA, Sheila do Nascimento. *Revista Careta: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937 – 1945)*. Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2005.
[414] Darcy Penteado de Campos (1926-1987), natural de São Roque, São Paulo, foi um artista plástico, desenhista, gravador, cenógrafo, figurinista, literato, autor teatral e pioneiro militante dos movimentos LGBT brasileiro.
[415] Amilde Pedrosa (1920-2006), natural de Sena Madureira, Acre, foi artista plástico e cartunista. Trabalhou com quadrinho nas páginas de *O Cruzeiro* de 1953 a 1970. Começou a trabalhar como repórter e colaborador nos jornais de Manaus nos anos 1940. É provavelmente o primeiro chargista do Amazonas.
[416] Augusto Rodrigues (1913-1993), natural de recife, foi um artista plástico, pintor, desenhista, caricaturista, ilustrador, fotografo e arte-educador brasileiro.
[417] Jornal do Commercio, 8 de novembro de 1945. P. 01
[418] Jornal do Commercio, 22 de agosto de 1950. P. 01

Habilidosamente, Chateaubriand teve uma postura em cada transição. Em 1945, a partir dos temas publicados, ironizou descaradamente quem desejava utilizar-se do getulismo enquanto bandeira. Mas em 1950, conduziu os processos humorísticos regulares do *Jornal do Commecio* de maneira mais moderada, deixando claro o apoio à candidatura de Eduardo Gomes, mas comedindo seus tons. Entretanto, na medida em que Assis Chateaubriand mudara de lado, utilizando dos seus veículos de comunicação para realizar ataques a Vargas, os periódicos *Diário da Tarde* e *O Jornal*, da empresa Archer Pinto, mantiveram o apoio ao ex-presidente e continuaram contando com grande credibilidade junto à opinião pública. Essa rachadura, iniciada a partir da destituição de Vargas, promoveu uma briga interna dentro da imprensa amazonense que reverberou nas décadas seguintes. De um lado, o *Jornal do Commercio*, dividido entre Leopoldo Neves e Rui Araújo, decidiu-se, a partir da deflagração da aliança PTBA-UDNA, realizar uma campanha não a favor do PSD, mas um movimento intenso "anti-Leopoldo", utilizando todos os recursos do pacote anticomunista disponíveis no mercado.

> Leopoldo Amorim da Silva Neves e Manuel Severiano Nunes, candidatos Comunistas!
> O partido comunista do Brasil, depois de longo exame das tendências políticas, das obras e da vida pública dos candidatos ao Governo do Estado e ao Senado da República, resolveu, pelos seus órgãos de direção, neste Estado, indicar ao sufrágio do eleitorado vermelho os nomes de Leopoldo Amorim da Silva Neves, mais conhecido pelo vulgo de "Pudico", para o governo estadual, e o de Manoel Severiano Nunes para senador do Amazonas.
> Eleitorado amazonense, esteio da Igreja, cheio de fervor, que jamais desejou ver a Pátria entregue aos tenebrosos carrascos de Stalin, que examine bem o que representa esta notícia, divulgada oficialmente pelo Partido Comunista Brasileiro no Amazonas. Que examine o que ela representa, e bem reflita antes de entregar o Estado aos asseclas do credo sinistro dos inimigos da civilização cristã[419].

Do outro lado, os Archer Pinto apoiaram a coligação e, diante da vitória considerável (61,76%), mostravam mais uma vez o poder de influência que possuíam. Entretanto, na medida em que a vitória de Leopoldo Neves (PTB) em 1947 apontava as primeiras rachaduras do *Alvarismo* no Amazonas, afundando politicamente o prestígio de Rui Araújo entre seus correligionários, sua falta de governabilidade, em virtude da coligação com a UDN, que tomou mais da metade dos deputados da assembleia,

[419] Jornal do Commercio, 17 de janeiro de 1947. P. 05.

permitiu uma reconciliação partidária que fortaleceu a recondução de Álvaro Maia ao Palácio do Rio Negro.

A ruptura de Chateaubriand com Vargas reverberou no Amazonas de tal forma que promoveu a construção de uma parceria que duraria por décadas. Como visto, dois anos antes, o dono dos *Diários Associados* havia convocado Josué Cláudio de Souza para administrar a recém adquirida *Voz da Baricéia* em Manaus. Três anos depois, descontente com os posicionamentos políticos da empresa, Josué Cláudio, após eleito em 1947 deputado estadual pela coligação PTBA-UDNA, lançou mão da direção do *Jornal do Commercio* e da Rádio Baré para empreender o seu próprio projeto. No seu lugar assumiu Romulo Gomes em 24 de agosto de 1948[420].

Neste momento sugiro uma hipótese: a tomada de decisão do radialista não seria conduzida sem uma sondagem cirúrgica sobre as possibilidades de vitória de Álvaro Maia e Getúlio Vargas no Amazonas. A oposição de Assis Chateaubriand duraria pouco tempo. Pela trajetória, Josué Cláudio foi adaptável à várias lideranças emergentes entre os anos 1940 e 1970, mantendo uma postura mais radical apenas no final da vida. Em 1947, por exemplo, observando a força da UDN no interior do estado, espaço dominado pelas elites comerciais e extrativistas, filiou-se ao partido conservador. Em 1954, diante do incontestável prestígio do trabalhismo e a decadência gradual do *Alvarismo*, se elegeu pelo PTB. Em 1978, voltou a cena política apoiando a ARENA e, nos anos 1980, foi um dos que se absteve da votação sobre a emenda *Dante de Oliveira* de 1984[421], retardando assim um pouco mais o retorno das eleições diretas. Portanto, suas ligações com o conservadorismo e as elites dirigentes do Amazonas possui uma trajetória bem sólida.

Segundo Luiz Nogueira, Josué Claudio de Souza, em 1948, eleito deputado estadual, estabeleceu uma aproximação com empresários locais, incluindo J. G. Araújo e Jaime Bittencourt[422], na busca de financiamento para estruturar uma segunda rádio em Manaus. Seu filho, o político Josué Filho, em documentário sobre a história da emissora no Amazonas descreveu:

---

[420] Jornal do Commercio, 24 de agosto de 1948. Nota: "Romulo Gomes assume a direção artística da Baré". P. 06.

[421] A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 5 de 2 de março de 1983 decidiria sobre o restabelecimento das eleições diretas para presidente da república no Brasil após 20 anos de regime militar, foi derrubada em votação na Câmara dos Deputados na noite de 25 de abril de 1984.

[422] Jaime Bittencourt de Araújo, eleito em 1947 pela UDNA. Foi prefeito de Manaus durante a gestão do Interventor Álvaro Maia e elegeu-se Deputado Federal em 1950 e 1958.

> No Diário oficial, papai fez uma carta ao presidente Dutra, manuscrita, e por incrível que pareça foi deferida. Ora, Manaus não tinha energia, radio era coisa de rico (...) como sobreviver? 9 amigos, 50 mil contos de réis cada um, dentre eles a figura inesquecível de Jaime Bittencourt de Araújo (...) as fontes de recursos tiveram que ser criadas via avisos para o interior do Estado, até que o correio, um dia manda uma nota pra radio pedindo que a radio divulgasse que o seu operador em Coari colocasse a estação do correio no ar às 18 horas. Aí oficializou! Mostrou que o serviço era essencial. Quer dizer que a Difusora também substituía o correio. Essa era a nossa fonte de renda[423].

De fato, a programação da *Rádio Baré*, antiga *Voz da Baricéia*, na década de 1940 era, em grande medida, direcionada às frequências da capital. O interior, dominado pelas elites extrativistas, tinha uma demanda em potencial que poderia ser usada de diversas formas. Contando com o apoio do Senador Álvaro Maia, do mesmo partido do Presidente Dutra, e com o prestígio constituinte que agilizou a autorização legal dessa "carta manuscrita" de Josué Cláudio, pedindo autorização para uma nova emissora, "por incrível que pareça" o projeto aconteceu... No dia 24 de novembro de 1948, 3 meses depois do seu desligamento dos *Diários Associados*, nasceu a *Rádio Difusora do Amazonas*[424], um dos mais poderosos veículos de informação do estado. Naquele contexto, onde recentemente Vargas dera apoio a Dutra, para que o projeto *Difusora* ganhasse liberação, seria necessário se desligar de Chateaubriand, pois o caminho dependia de favores políticos, até mais do que dinheiro.

Pelo contexto das decisões e valorizando, sobretudo, sua experiência em relação à montagem e administração desses serviços de comunicação, Josué Cláudio ofertou-se aos grupos políticos emergentes. Percebendo a fragilidade do governo Leopoldo Neves, engessado pelos interesses udenistas e aberto a negociar um cargo de senador com Álvaro Maia[425], montou-se assim uma grande frente onde Umberto Calderaro precisava urgentemente se inserir. Era uma oportunidade única.

---

[423] Amazon sat. Programa Documentos da Amazônia. *A história da Rádio Difusora do Amazonas*. Entrevista: Josué Cláudio Filho. Direção Abrahim Baze. Publicado em 31 de julho de 2012. Grifos nossos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NcohQV5MMJo&t=626s

[424] NOGUEIRA, Luiz Eugêncio Negreiros. *O rádio no país das Amazonas.* Manaus: Editora Valer, 1999. P. 139.

[425] Jornal do Commercio, 5 de junho de 1949. *Voltam ás boas os sr. Álvaro Maia e Severiano Nunes*. P. 1Em junho de 1949, Álvaro Maia se reaproximou de Severiano Nunes. O senador udenista registrou que, diante do contexto de crise, o que o Amazonas precisava naquele momento era de uma verdadeira "fusão entre os políticos". Na mesma notícia, o PSD anunciou que não iria lançar um candidato próprio ao governo, pois buscava uma coligação conciliatória. Visando uma possível candidatura para a eleição de outubro de 1950 e estando no prazo limite para se desvincular do cargo, Leopoldo Neves, no dia 1 de julho de 1949 apresentou sua renúncia a assembleia do Estado, transmitindo o cargo para o deputado

Diante da fragilidade do Governo Leopoldo Neves e do não alinhamento da família Archer Pinto a favor de Álvaro Maia, interessada em ter seus próprios representantes, Calderaro utilizou da influência do sogro, amigo de Dom Alberto Gaudêncio, bastante influente dentro das dioceses de Manaus, para utilizar-se do velho prelo *marinoni* e assim iniciar, o quanto antes, mesmo que em formato de tabloide, o projeto *A Crítica*. Isso aconteceu apenas cinco meses depois do lançamento da *Rádio Difusora do Amazonas.* João Bosco Bezerra de Araújo, irmão de Ritta, em entrevista a Mathias Pina descreveu a articulação:

> Meu pai, André Araújo, sempre foi um católico influente e fervoroso com ligações muito fortes na diocese Ordem metropolitana, porque lecionava gratuitamente no Seminário São José no Colégio Dom Bosco, sendo muito amigo de Dom Alberto Gaudêncio Ramos. Foi um canal junto a ele. E este, depois tornou-se grande amigo do Calderaro. O prelo que estava parado, sem uso há muitos anos, foi cedido a Umberto. Seu pai o recuperou, limpou, montou e em 19 de abril de 1949 o jornal voltou a circular. Umberto contava a partir daí o verdadeiro início de A Crítica[426].

A estruturação da Rádio Difusora e a pressa de Umberto Calderaro em se inserir nesse cenário leva a deduzir que, neste contexto, uma nova frente da imprensa amazonense, em torno de Álvaro Maia, estava sendo articulada, buscando, sobretudo, tomar a liderança do mercado dominado pelos *Archer Pinto*, adversários em potencial para as próximas eleições. O *Jornal do Commercio*, apesar de antigo, não fazia questão de ser popular, além disso estava radicalmente contra Vargas. Álvaro Maia já tinha uma rádio forte e crescendo em serviços essenciais no interior. Precisava de um jornal popular, com linguagem acessível, diário e que funcionasse tão bem quanto os dos Archer Pinto.

Certamente alertado pelo seu sogro, Umberto Calderaro, na urgência de uma oferta, ressuscitou o seu jornal, mesmo que rusticamente, em 19 de abril de 1949. Para fazer isso foi necessário acelerar diversos processos, inclusive pessoais. Através de registros de passagem, é possível localizar suas viagens no primeiro trimestre de 1949[427], junto a André Araújo, rumo ao Rio de Janeiro, demonstrando atividades dentro e fora da capital.

Francisco Areal Souto (UDN). Após a renúncia, Leopoldo Neves se filiou a UDN e venceu as eleições para o senado de 1950, juntamente com Vivaldo Lima

[426] PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia*. Op. Cit. P. 52.

[427] Jornal Diário de Notícias (RJ); Jornal do Brasil (RJ), 25 de março de 1949.

Ritta de Cassia, em entrevista, ofereceu indiretamente recortes. Cita que se casou com Calderaro, de corpo presente, em 21 de junho de 1951 no Rio de Janeiro e que namoraram apenas dois anos antes do noivado, sendo o pedido realizado de surpresa na noite do Natal de 1950. Segundo ela, o noivo já tinha o *A Crítica*, tendo realizado também um estágio no *O Globo*. Pelo hiato de registros no Amazonas, se houve algum estágio mais extenso no jornal da família Marinho, foi realizado nesse momento, entre 1948 e início de 1949.

Apesar da pressa e do uso de uma máquina do século passado, mais tarde isso daria boas histórias, mas naquele momento o importante era se inserir com urgência no mercado. O *diário de São Luiz* (MA)[428] publicou uma nota informando que Calderaro, em janeiro de 1949, estava de passagem pela capital, levando consigo *um modernissimo material de imprensa para o seu vespertino*. Segundo seus memorialistas, quando Calderaro voltou do Rio de Janeiro, trouxe consigo apenas uma caixa de tipos, de 8, 10 e 12, equivalente ao que chamamos hoje digitalmente de fontes. Um sistema rústico e ultrapassado que, diante das poderosas linotipos do mercado, não teria qualquer chance. Entretanto, Calderaro precisava de boas ideias e de um diferencial que o seu bolso não podia pagar. Não podia perder tempo, pois a oportunidade estava lançada e o seu objeto de promoção arreado no *"corner"*, pronto para ser nocauteado.

Atrasado tecnicamente 50 anos, mas no prazo para engrossar a campanha de Álvaro Maia, pela forma como Leopoldo Neves estava no governo, fazer oposição a ele era mais uma forma de se autopromover do que audácia política. Para isso precisava de um serviço diferenciado, explorando uma mescla de jornalismo opinativo, de influência francesa, com ilustrações nos serviços de publicidade. Mas quem faria isso por um preço tão acessível nessa época?

Ritta de Cássia Araújo foi professora de desenho do Instituto de Educação do Amazonas e esteve responsável, pelo menos até Umberto Calderaro conhecer João Miranda, por desenhar várias ilustrações comerciais para o marido, além de ajudar na produção dos clichês que eram empregados na impressão rústica do tabloide. Dona de um traço excelente, Ritta produziu para o diretor diversos materiais, sem contar a

[428] Jornal Diário de São Luiz (MA), 17 de março de 1949. Nota: Via Asaexpress. "O jornalista Amazonense Umberto Calderaro Filho, ora nesta capital, informou-nos que seguirá pelo "Santos", do Lóide brasileiro, com modernissimo material e imprensa para o vespertino *A Crítica*, que circulará em Manaus brevemente, sob direção do próprio informante".

própria logomarca[429]. Ela teve papel fundamental em um momento onde Calderaro só tinha algumas amizades e uma demanda a vista. Era necessário mostrar trabalho, polemizar, entrar no circuito do jornalismo de sensações para que, na eventualidade da vitória de Álvaro Maia, este o retribuísse, com favores que só a caneta, em um tempo de crise econômica, poderia autorizar.

Toda segunda-feira, buscando promover a imagem de sua "independência" para os seus pares, o *A Crítica* usou de um recurso que chamou a atenção: A coluna *Para o Pudico ler na Rêde.*

Figura 42[430]



Clichê da coluna "Para Pudico lêr na rêde

Apesar do ataque a Leopoldo Neves, Ritta de Cassia não teve atividade de chargista, mas sem dúvida foi uma das melhores ilustradoras do Amazonas nesse contexto, apesar de atuar no anonimato. Não encontrei registros de outras mulheres trabalhando no periodismo amazonense dentro desse ofício, pelo menos até o momento[431]. Maria Luiza Ugarte Pinheiro menciona poetisas que colaboravam com jornais, mas não avançou nesse tema[432]. Infelizmente, a primeira ilustradora com

[429] PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia*. P. 53. Mathias Pina comenta que o lema "De mãos dadas com o povo" foi de criação do amigo e jornalista Ramayana de Chavalier.
[430] PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia*. Op. Cit. P. 65.
[431] Jornal Folha de Minas, 22 de abril de 2020. *Mulheres Cartunistas*. Reportagem de Ediel Ribeiro. O jornalista levantou nomes de vanguarda do ofício sob protagonismo feminino. São elas: Nair de Tefé (1886-1981), natural do Rio de Janeiro; Patrícia Rehder Falcão (Pagu), natural de São Paulo; Wilde Weber (1913-1994), natural de Waldau, Alemanha, mas que trabalhou em São Paulo através dos Diários Associados. Disponível em: https://ofolhademinas.com.br/materia/33049/coluna/mulheres-cartunistas
[432] PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920*. 3. Ed. – Manaus: EDUA, 2015. P.277-322.

destaque na imprensa amazonense trabalhou nas sombras de outros objetivos. Em entrevista a Mathias Pina, Ritta comentou um pouco sobre essa fase:

> Eu desenhava a até os títulos usados pelo jornal. Depois era feito o clichê em chumbo pelo Chico Gioia, um clicherista. Eram os tipos móveis usados na titulagem do jornal. Alfabetos inteiros com diversos tipos e tamanhos de letras, umas com um corpo, outras com o corpo menor. O clichê, depois de um tempo, apresentava defeito, aí tinha que fazer tudo novamente. Uma coisa que tenho certeza que só eu fazia aqui em Manaus eram os desenhos. Inclusive às vezes fazia escondido dele, porque ele tinha ciúme. Não queria que eu desenhasse para o *Diário da Tarde*, porque eram nossos concorrentes. Dona Amelinha, que era prima do Umberto, irmã do Aguinaldo Archer Pinto, casada com o seu Almir Correa, se dava muito comigo. Morava na vizinhança de A Crítica e sempre me pedia para fazer um desenho. Eu fazia, mas tinha que ser escondido do Umberto[433].

A proibição de Umberto Calderaro não era à toa. Esse era o seu maior trunfo diante dos seus concorrentes. Chico Goya conhecia os traços de Ritta Calderaro, pois era ele quem imprimia seus trabalhos. Portanto, se alguma ilustração aparecia no mercado, ele era o primeiro a identificar. José Maria Pinto, em seu artigo, registrou algumas observações de Gioia sobre Ritta Araújo. Comentando sobre seu trabalho para Umberto, ele declarou que (...) "para abrir letras, não tem como essa moça, essa tua namorada, filha do Dr. André. Não chega um desenho aqui que se equipare ao dela, principalmente em letras" [434].

Em entrevista a Norma Araújo, Ritta Calderaro comentou que era "algo seu" estar por detrás dos eventos. Extremamente reservada, há pouquíssimos registros como esses ofertados ao programa *Manazinha* ou nos textos de Mathias Pina e Júlio Lopes. Felizmente ela registrou essas informações antes de falecer em 2016, pois, independente do sucesso do marido, ela merece entrar e habitar na história da imprensa amazonense em outros terrenos, em arados onde a plantação tem o brilho do seu protagonismo.

As seleções de memória que Ritta Calderaro escolheu para o registro foram, ao longo do bate papo, gradualmente se tornando mais leves em razão das escolhas de abordagem de Norma Araújo. Em relação a essas estratégias, Jose Carlos Sebe comenta que esse "olho no olho" é fundamental no processo da "contação"[435], já que a situação dialógica implica certo respeito ao que é relatado, mas, dependendo da condução, a narrativa espontânea, independente da veracidade, vai oferecendo materiais preciosos

[433] PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia*. Op. Cit. P. 62.
[434] PINTO, José Maria. *Eu vi A Crítica nascer*. Suplemento de aniversário do jornal. 19 de abril de 1979.
[435] MEIHY, J. C. S. B. *Memória, História Oral e História*. Oralidades: revista de História Oral, ano 4, n° 8, 2010. P. 180.

para o exame. Na entrevista, Ritta começa tensa, já que não estava acostumada a essas exposições. Entretanto, o carisma e o bom senso da apresentadora permitiram que Ritta Calderaro soltasse alguns desabafos, quebrando o decoro de sua posição e ofertando atos falhos que servem de objeto para este exame.

Importante adiantar também que charges não necessariamente precisam ser ilustradas. Antes das formas ou traços, são recursos narrativos que se utilizam da sátira, inclusive bastante utilizados em peças teatrais na Manaus no começo do século[436]. Uma citação de Maria Luiza Ugarte sobre o humor no periodismo amazonense ilustra um pouco essa transição

> Herman Lima registra que "(...) a sátira escrita precede sempre o advento da caricatura, o que se explica certamente pela maior facilidade de usar a palavra – verbo ou a pena – do que o lápis, de treino mais lento e específico (...). O mesmo foi assinalado por Nelson Werneck Sodré, para quem na história da imprensa brasileira o humor escrito precedeu o visual"[437].

Apesar de concordar com a citação no que diz respeito ao humor, acredito que ela limita em parte a visão dele enquanto produto do acidente cômico, daquilo que Henri Bergson definiu como (...) "o arranjo de atos e acontecimentos que nos dê, inseridas uma na outra, a ilusão da vida e a sensação nítida de uma montagem mecânica".[438].

Antes do produto ou do processo humorístico que prepara os húmus[439] do público, seja pela escrita ou imagem, o cômico se manifesta enquanto fenômeno do contraste, da revelação mesmo que curta de uma vida mecânica. Se o humor pode ser fabricado, condicionado e manipulado para servir aos jogos de linguagem da poesia, do teatro ou da política, de maneira contrária, o cômico se manifesta como um fenômeno livre, acidental e histórico, único como o acender súbito de um palito de fósforo que, diante do destino fatal à inutilidade, queima intensamente antes de se diluir em nada. É um espectro berrado da vida que, depois de manifestado, flutua procurando almas

---

[436] Jornal do Commercio, 18 de janeiro de 1907. Publicidade: "Teatro Amazonas apresenta: o outro sexo. Essa peça é uma charge ao comunismo".

[437] PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920*. 3. Ed. – Manaus: EDUA, 2015. P.236

[438] BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação do cômico.* 2ª ed. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1983. Título original: Le rire, traduzido da 375° edição francesa, publicada em 1978 por Presses University. P. 42.

[439] Na antiguidade, o termo relacionava-se a líquidos e fluídos capazes de harmonizar a saúde do corpo. A evolução de seu significado desenvolveu-se em direção a "estado de espírito". Um sujeito "bem-humorado", portanto, seria alguém equilibrado e com boa dinâmica dos humus em seu interior.

sensíveis e capazes de lhe dar forma, tradução e letramento, seja pela escrita ou pela ilustração. Se o cômico está no ar para ser apanhado, dependendo do alvo ou do contexto, ele pode ser objetivamente processado para promover o chiste[440] solitário ou coletivo, por alívio, superioridade ou tragédia.

Umberto Calderaro e Ritta Araújo não produzem comicidade. Leopoldo Neves, travado em suas disputas partidárias e quebrando a expectativa mecânica de seus eleitores, sim. O *A Crítica* só soube com bastante sagacidade e oportunismo processar regularmente esses espectros flutuantes, trazendo atenção e risos de superioridade para a cúpula de Álvaro Maia e chistes de tragédia para seus eleitores. Portanto, por mais limitado que fosse tecnicamente o tabloide de Umberto Calderaro no primeiro ano, soube empreender o talento de sua esposa com muita inteligência, ofertando um tipo de letramento que outros jornais no Sudeste já utilizavam, mas que aqui era pouco aproveitado.

Nessa senda, Maria Luiza Ugarte comenta que, (...) *metade dos jornais produzidos no Amazonas entre 1880 e 1920 não apresentam nenhuma outra linguagem que não a escrita*[441]. O mercado em Manaus de ilustradores era incipiente, mas não por falta de artistas. Poucos jornais utilizavam esse recurso, já que ele demandava, além de técnica, recursos diversificados de prensagem. O próprio desenho do "Pudico", lançado apenas às segundas, apresentava sombras, detalhes, linguagens que precisavam ser negociadas antes da prensagem. Mais tarde, a experiência de síntese, utilizada por Miranda na publicidade, foi um recurso bastante útil no desenvolvimento do seu estilo, principalmente no quesito da velocidade de criação.

Naquele contexto, o mais próximo a trabalhar com isso na cidade foi Amilde Pedrosa, chargista acreano que inclusive fez alguns trabalhos para Calderaro no final dos anos quarenta, mesmo que recebendo por prestações. Um pouco depois da deposição de Vargas, Amilde se mudou para o Rio de Janeiro[442] e foi trabalhar na

---

[440] FREUD. Sigmund. *O chiste e sua relação com o inconsciente*. Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud Vol. VIII. Rio de Janeiro. IMAGO 1977. Para Freud, uma possibilidade de observar esse fenômeno do riso é percebê-lo também como uma "descarga de emoções", energias que reprimidas no inconsciente são acumuladas e despejadas durante toda a vida social do indivíduo. Para o teórico psicanalista, o chiste parece representar, em vários casos, muito mais um caráter de tragédia do que de paz interior

[441] PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Op. Cit. P.238.

[442] Jornal do Commercio, 12 de dezembro de 1945. Nota: "Viajam para o Rio 2 companheiros nossos. Amilde Pedrosa e Isaías Reis Filho irão militar na imprensa da metrópole.

revista *O Cruzeiro*. E quanto a Branco Silva? Certamente fora de cogitação! Nessa época Leovegildo Ferreira estava muito prestigiado e seus serviços, provavelmente, eram inacessíveis a Calderaro. Portanto, Ritta de Cássia foi uma base importante para o diretor em vários sentidos: aproximou Calderaro dos tios, que por tabela abriu caminho para a concessão da *marinoni* entre os clérigos. Foi esposa, mãe, funcionária, diretora e ainda conseguiu ofertar um diferencial gráfico que certamente Calderaro não conseguiria pagar naquele contexto. Apesar de tabloide, o jornal tinha um diferencial gráfico nas propagandas, o que lhe ajudou a ganhar credibilidade entre os anunciantes locais. Calderaro, em sua experiência no Rio de Janeiro, viu o mercado antes dele se desenrolar no Amazonas, e isso é um fato. Rita produzia esses materiais em casa, ainda durante o namoro. Ela comentou a Mathias Pina um pouco sobre como funcionava o seu processo criativo:

> Quando o J. Soares ou a Central de Ferragens queriam fazer um anúncio de um aparelho de louça, me dava um folheto, um catálogo, então eu desenhava aqui em nanquim, a bico de pena, para depois ser feito o clichê e publicado em A Crítica. Tenho certeza que as primeiras propagandas ilustradas em Manaus foram publicadas por nós[443].

Segundo Mathias Pina, a coluna ilustrada por Ritta começou sendo escrita por Sobreira de Sampaio, depois passou para Manoel José Antunes, mais conhecido como M. J. Antunes, e tinha como intuito alfinetar o governo, comentando sobre seus erros e desacertos. A zona era confortável, já que a falta de governabilidade estava escancarada e a "experiência democrática" era garantida pelas classes arbitrárias que o apoiavam. Enquanto os espectros cômicos eram ofertados pelo próprio objeto de chacota, Calderaro tinha uma fonte temporária de temas regulares para o *A Crítica*. Assim, em todo editorial, caricatura ou recadinho da *Sim e Não*[444], aproveitou a conveniência para metralhar um cadáver a poucos meses do velório. Assim, o "Pudico" foi um excelente bode expiatório, além de uma oportunidade para mostrar trabalho e aproximar contatos políticos e comerciais. Entre eles, insatisfeito constantemente na assembleia, Plínio

[443] [443] PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia*. Op. Cit. P. 63

[444] A coluna fazia bastante sucesso em virtude da sua estratégia, usando textos curtos e com no máximo 3 linhas. Nela se aplicava a opinião do jornal sobre fatos diversos. Esse recurso já vinha sendo usado pela imprensa dos anos 1940, sendo descendente das notas sociais e que, na mudança de consumo dos jornais, acabou virando um novo gênero jornalístico: *a notícia sintética*. Até mesmo o poderoso *Jornal do Commercio* começou a utiliza-las, além de incorporar elementos gráficos para acessar iletrados ou com alfabetização parca.

Ramos Coelho foi, antes de ser um inimigo declarado, um dos seus primeiros colaboradores.

Terminadas as apurações do pleito de 3 de outubro de 1950, Leopoldo Neves conseguiu seu objetivo e saiu aplaudido pelos seus pares. Além de mudar de partido (UDN), preparou todo o cenário para que Álvaro Maia surgisse como a solução para as crises do Amazonas. Contando com ampla divulgação da Rádio Difusora nos interiores do estado, a coligação PSD-PDC fez 65% das urnas no Amazonas. Elegeu a família Araújo para o legislativo, Leopoldo Neves para o senado e conquistou a maioria da Assembleia. Retornaria a Palácio Rio Negro sob a chancela de Getúlio Vargas, eleito com 48% dos votos. Os ventos do atraso levaram a crer que o *status quo* estaria vivo mais alguns anos. Entretanto, dentro dessa estrutura reestabelecida com ferros velhos, um pequeno parafuso estava solto e ele foi suficiente para desajustar muitas peças. Atrevo-me a registrar que Plínio Ramos Coelho (PTB) foi produto da tragédia cômica do Governo Leopoldo Neves, da esperança por dias melhores diluída em uma piada sem graça pelo roteiro previsível das elites decadentes do Amazonas.

Enquanto o PTB se articulava, Calderaro conquistou parte de sua liberdade, sofisticando, com certa pressa, seus serviços em virtude da parceria política. Estava longe de alcançar seus concorrentes, mas em ritmo ascendente e com um tipo de jornalismo que atraia literalmente os olhos dos populares. Em 1951 adquiriu a sua primeira *linotipo*, acelerando a montagem das notícias. Comprou também uma *clicherie*, aumentando a dinâmica das prensagens. O equipamento ficava sob a responsabilidade de Júlio Alpaya, desafogando assim a sua esposa. Calderaro registrou esse evento em uma das discussões que teve com Andrade Neto, onde expos que

> Somente nos primeiros anos da década de 50 foi que A Crítica adquiriu a primeira Linotipo, com financiamento do Banco de Crédito da Amazônia, na gestão do presidente Gabriel Hermes Filho, hoje senador pelo Estado do Pará. (A CRÍTICA, 31.03.1980, p.01)

Áureo Mello confirmou essas transações, dando detalhes e relatando que (...) o *grande Hermes Filho, presidente do Banco da Borracha, apoiou o Caldera, que pagava religiosamente os empréstimos e fazia logo outro. E assim, com ajuda e apoio do "seu" Umberto, o Jornal empinou*[445]. Áureo Bringel Mello foi um dos fundadores do PTB no estado e um dos primeiros repórteres do *A Crítica*. Juntamente com Almino Affonso e

[445] PORTO, Arlindo. *Umberto Calderaro Filho: Legenda de trabalho e de amor pelo Amazonas*. Op. cit. 119.

Plínio Ramos Coelho, foram os primeiros redatores da coluna *Sim e Não*, ainda no contexto Leopoldo Neves.

Sobre esses empréstimos, Alzira Alves de Abreu fez um breve comentário que ilustra bem esse recorte nos anos quarenta, mas que se encaixa bem na trajetória de Calderaro.

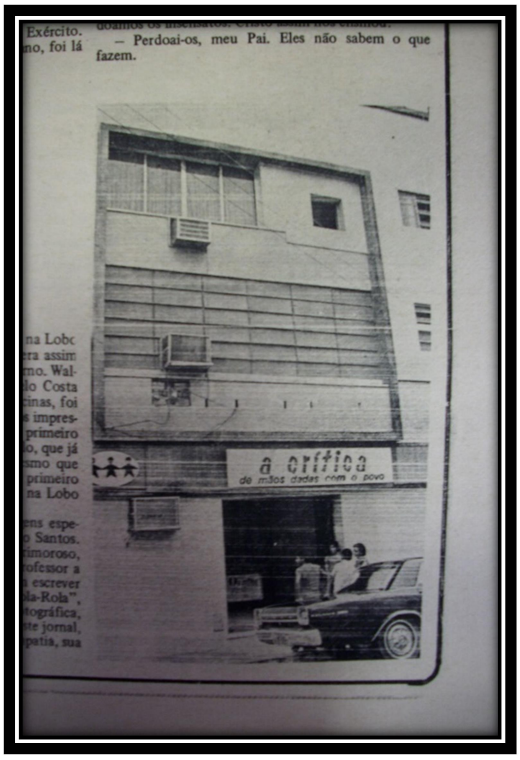
> A imprensa, antes dos anos 50, dependia dos favores do Estado, dos pequenos anúncios populares ou domésticos – os classificados – e da publicidade das lojas comerciais. Foi exatamente a partir daí, no segundo Governo Vargas (1950-1954), que o processo de industrialização do país se tornou mais visível e, no Governo Juscelino Kubitscheck (1956-1960), mais acelerado e irreversível. Com a maior diversificação da atividade produtiva, trazida pela indústria, começaram os investimentos de peso em propaganda e surgiram as primeiras grandes agências de publicidade. (...) A medida em que avançava o desenvolvimento industrial e aumentava o peso da publicidade, a imprensa foi se tornando menos dependente do poder público. Mas a final, quais eram os favores do Estado de que ela dependia naquela época? Eram como hoje, os financiamentos dos bancos oficiais, as isenções fiscais e a publicidade governamental[446].

Para alcançar esse ritmo, Umberto Calderaro precisava acelerar processos, pois seu fiador indireto tinha prazo. Eula Taveira Dantas comenta que em 1953, o *A Crítica* deu dois saltos gigantes, adquirindo a uma rotoplana alemã, com dispositivo para duas cores[447], além de finalmente conseguir um espaço amplo para instalação do maquinário, uma antiga garagem da prefeitura. Outra aquisição que, mesmo devidamente paga, passava por canetadas políticas. Assim, foi edificado o barracão da Lobo D'Almada, Centro de Manaus, local que, depois de reformado, só saíram em 1992, rumo ao majestoso complexo da *Cidade das Comunicações*, bairro do Aleixo. Mathias Pina comenta que a rotoplana era usada e veio da argentina desmontada[448]. Segundo ele, a máquina pertencia ao jornal argentino *La Prensa*, de Buenos Aires.

---

[446] ABREU, Alzira Alves. *A modernização da imprensa (1970-2000).* Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002. P. 09.
[447] CABRAL, Eula D.T. A história do jornal de maior circulação do Amazonas. Op. Cit. 05.
[448] PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia*. Op. Cit. P. 164.

Figura 43[449]



Sede na Lobo d'Almada

No começo, Calderaro teve dificuldades com os gazeteiros, pois a grande maioria trabalhava para os periódicos de ponta, entre eles *O Jornal, Diário da Tarde* e o *Jornal do Commercio.* A estratégia de usar o horário das onze já era praticada, mesmo que eventualmente, por outros jornalistas, como Aristophano Antony em seu *A Tarde*. Calderaro, em virtude da concorrência, adaptou-se a limitação. Entretanto, com as mudanças de dinâmica da cidade, ampliando ritmo e mercado, o horário acabou se tornando conveniente, pois pegava os leitores em períodos de transição e repouso.

A parceria entre Álvaro Maia, *A Crítica*, *Difusora do Amazonas* e Assembleia parecia estar dando frutos para aqueles que se serviam da máquina do poder público. Entretanto, a economia do Amazonas continuava limitada a pequenas indústrias de fiação, juta, curtumes, produtos regionais e na esperança de uma demanda nacional do látex, já em franca decadência. A Manaus bucólica, calma e tranquila, nostalgicamente relembrada por seus poetas só existia na ficção. Após a migração intensa nos anos 40, as proximidades do porto de Manaus começaram a ser ocupadas lentamente. O movimento de estivadores e carregadores era um barril de pólvora pronto para estourar. A virada

[449] Jornal A Crítica. 04 de novembro de 1973. P.04

para os anos 1950 dependia de um projeto que só se consolidaria 17 anos depois, e ele veio justamente de um dos inimigos de Leopoldo Neves, o Deputado Francisco Pereira da Silva, o Pereirinha.

Pereirinha chegou ao Amazonas em 1924, nomeado Secretário de Chefatura de Polícia. Em 1930 foi aclamado membro da *Junta Governativa Revolucionária do Amazonas* e, após a extinção dessa, foi nomeado Secretário Geral do Estado, permanecendo dois anos. Nesse contexto revolucionário fundou, junto com Henrique Acher Pinto, *O Jornal.* Entretanto, em 1932, entrou em divergência com o governo e se transferiu para o Rio de Janeiro. Voltou em 1946, durante a experiência democrática, se elegendo pelo PSD. Dentro da Assembleia, apresentou o projeto de Lei n°33/46 que criou mais tarde o *Departamento Nacional da Amazônia*, órgão administrativo que daria execução ao disposto no artigo 199[450] da Constituição vigente. Foi a primeira proposição ao Congresso visando dar realidade ao *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. Ao final do mandato chegou a encaminhar o projeto n°1.310, que sugeria a criação de um Porto Franco em Manaus[451].

Em 1953 foi nomeado por Vargas como membro da Comissão de Planejamento da SPVEA, Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, para supervisionar os programas relativos à região. Em 1955, dentro do Governo Juscelino Kubitscheck, retornou como deputado federal. Ele insistiu novamente no projeto do Porto Franco, distribuindo as laudas nas Comissões de Constituição e Justiça, Comunicações, Obras Públicas e Finanças. Recebeu, como sugestão do relator Maurício Jopper, uma alteração: ao invés de um Porto Franco, era mais interessante para os objetivos da proposição uma *Zona Franca*. Aceitando a emenda, o projeto foi aprovado na Comissão de Finanças. Remetido ao senado, teve como relator o Senador Cunha Melo (PTB), obtendo aprovação unânime. Em 6 de junho de 1957, a lei n° 3.173 foi aprovada, sendo Francisco Pereira da Silva empossado como o primeiro Superintendente da Zona Franca em 1960. Dez anos depois da sua aprovação, o projeto seria modificado, transformando-se no modelo Zona Franca de Manaus, Decreto-Lei

[450] Constituição de 1946. Art. 199. "Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União aplicará, em caráter permanente, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária".
[451] GUEDES, Maria Sebastiana de Morais. *Francisco Pereira da Silva e sua visão mítica sobre a Amazônia*. *In*: BASTOS, Élide Rugai; PINTO, Renan Freitas. *Vozes da Amazônia II*. Manaus: Editora Valer e Edua, 2014. P. 330.

n°288 de 28 de fevereiro de 1967, trazendo junto ao modelo a SUFRAMA, uma superintendência especifica a região.

Tal projeto marcaria a segunda fase do *A Crítica* rumo a sua independência política, saindo da "vassalagem" ao *Alvarismo* para a condição de "suserania" dos seus herdeiros, ou seja: foi de pedinte a prestador de favores. Entretanto, antes dessa consolidação que só se realizou concretamente duas décadas depois, os anos 50 foram marcados por intensas batalhas políticas contra as correntes do trabalhismo, emergentes em Manaus. Eventos da natureza também colaboraram nesse contexto, visto que, para além dos migrantes desnorteados, sem perspectiva na economia extrativista do pós-guerra, a enchente de 1953 foi responsável por amontoar gradualmente, nos arredores do porto da capital, uma pequena cidade flutuante que, nos anos 1960, chegou a ter 12 mil habitantes[452]. Diante desse contexto, o Governo Álvaro Maia, juntamente com a ACA, preocupava-se muito mais em se apropriar politicamente da tragédia, buscando angariar recursos e isenções, do que de fato socorrer aos flagelados com políticas públicas[453]. A essas demandas sociais somavam-se ainda aos Planos de Valorização da Amazônia que morriam na retórica das burocracias do Congresso desde 1946, buscando contemporizar a crise. Além disso, o domínio dos seringalistas no interior da capital, controlando o preço da borracha, asfixiou um comércio que já vivia sob falta de ar. Projetos como o do Porto Franco eram interessantes às classes dominantes amazonenses, mas demorariam a entrar nas pautas das elites de outros estados, tanto é que necessitou ser ampliada a uma categoria de zona, ultrapassando os limites amazônicos, para ganhar corpo e resolução.

César Queiros comenta[454] que Plínio Ramos Coelho, diante dessa e de outras demandas, redigiu relatórios ao presidente Vargas, alertando sobre o aparelhamento do Governo Álvaro Maia nos interiores do estado. Colocou como condição para resolução desses conflitos e sucesso na ampliação da influência trabalhista, o afastamento de lideranças que criminosamente engessavam a dinâmica política e econômica do

[452] SOUZA, Leno Barata. *Cidade flutuante: uma Manaus sobre as aguas.* Dossiê Cidade e Natureza, v.8, n. 2, 2016. Segundo o autor, "a pressão de novas necessidades e demandas sociais propiciadas pelas imigrações dos anos quarenta, fruto da Segunda Batalha da Borracha e da Grande Enchente de 1953, fez-se sentir em todos os limites da cidade, estendidos sobre os terrenos de florestas ao Norte, ampliando antigos subúrbios e/ou criando outros. P. 120.

[453] SOUZA, Leno Barata. *A grande enchente de 1953 no Estado do Amazonas: usos políticos e econômicos*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas Volume 15. 2023.

[454] QUEIRÓS, César Bubolz. *A experiência democrática no Amazonas: a formação do PTB e a consolidação do Trabalhismo.* Op. Cit. P.11.

Amazonas. Uma resposta positiva desses documentos mudaria os rumos das elites políticas nos anos seguintes. Atuando na defesa dos trabalhadores do Porto de Manaus, muitos deles moradores dos arredores do centro, onde estava se montando a *Cidade flutuante*, Plínio Ramos intercedeu por aumentos à categoria e, em março de 1953, recebeu uma resposta de Lourival Fontes, Chefe do Gabinete Civil de Vargas. O telegrama informava sobre a aprovação do aumento solicitado pelos portuários, evitando possíveis greves e amenizando conflitos. Apesar da conquista social, o ato de Vargas presentava Plínio Ramos com dois presentes: uma garantia de apoio, fundamental ao partido, e uma excelente propaganda para o pleito vindouro.

Entretanto, a maior dificuldade das lideranças trabalhistas no contexto pós 1945 ainda passava pelo desafio desarticular a propaganda do PSD dentro do interior do Amazonas. Estruturar diretórios estaduais e municipais passava pelas perseguições políticas e autoritárias promovidas pelos partidários do *Alvarismo*[455]. Com o apoio de Vargas, esse esquema político se resolvia com política. Contudo, havia um obstáculo maior, de ordem material: por mais que Vargas concedesse apoios pontuais, vencer a propaganda do PSD ainda era um desafio complexo. O *A Crítica*, em 1953, já tinha rotoplanas, linotipos, sede e prestígio diante do governador; A Difusora do Amazonas já estava distribuída pelos municípios, com forte popularidade e aparelhada "até os dentes" junto aos serviços públicos.

Neste ponto, sugiro uma interpretação, e ela se baseia a partir de um registro de Mathias Pina, que em uma entrevista com Serafim Correa, registrou um dado importante para esse exame.

> Na década de cinquenta, O Jornal e o Diário da Tarde, da família Archer Pinto foram fundamentais na eleição de Plínio Ramos Coelho para o governo do Estado em 1954. Plínio tinha um compromisso com Aguinaldo Archer Pinto, marido de Dona Lourdes Archer Pinto, de que apoiaria para o próximo governo, em 1958, o nome de Antóvila Mourão Vieira, eleito Senador. Porém, Antóvila gostava mesmo era de ser Senador, não queria vir para Manaus. Naquela época, a sede do Senado era no Rio de Janeiro e lá era o céu. Plínio foi várias vezes ao Rio para convencê-lo. Nesse ínterim, Aguinaldo morre. Plínio dizia a Roberto Cohen, irmão de Dona Lourdes, representante do Amazonas no Rio de Janeiro, de que gostaria de honrar o compromisso com o Aguinaldo, embora esse tivesse morrido. '- Quero que o Antóvila seja nosso candidato'. Marcaram um jantar ou uma reunião para discutir o assunto e o Antóvila não ia. Até que, num determinado momento, Cohen disse a Plínio: '- Governador, o homem não quer. Quer continuar aqui. Porque que o senhor não lança o Gilberto como candidato? Que é prefeito, é novo e que gostaria de ser'. Tanto que tem uma brincadeira no mundo

[455] QUEIRÓS, César Bubolz. *A experiência democrática no Amazonas: a formação do PTB e a consolidação do Trabalhismo.* Op. Cit. P.10.

> político de Manaus de que Roberto Cohen é o pai do Gilberto, o avô do Amazonino e bisavô do Eduardo Braga.[456]

A vitória de Plinio Ramos Coelho pode até ser justificada pela emergência do trabalhismo na cidade, mas ela não se consolidaria sem os apoios certos. Desde o racha entre Assis Chateaubriand e Vargas, nos meses finais de 1945, os maiores periódicos do Amazonas, *O Jornal* e o *Diário da Tarde* se mantiveram leais ao presidente. Nesta época, Henrique Archer Pinto ainda estava vivo e, pela atitude, manteve-se firme aos mesmos ideais que lhe fizeram lançar o periódico em outubro de 1930, dentro do conturbado processo revolucionário. Diante dos ataques anticomunistas do *Jornal do Commércio* a campanha UDNA-PTBA, o coronel Archer Pinto se manteve próximo a Leopoldo Neves.

Contudo, diante do seu governo desamparado, a vitória mostrava a fragilidade do *Alvarismo*, mas revelava uma carência de representatividade política. Plínio Ramos Coelho e Vivaldo Lima a construíram, com sua trajetória dentro dos movimentos sociais. Ambos lapidaram um capital político adequado ao contexto e ao olhar dos empreendedores, carentes por esse tipo representação. Em 1946, ainda não havia a *Rádio Difusora do Amazonas*, tornando uma batalha entre impressos uma vitória mais garantida. Entretanto, diante dos limites de propaganda no interior do estado, Aguinaldo e Aloísio Archer Pinto lançaram um contrapeso em 15 de novembro de 1954, inaugurando a *Rádio Rio-Mar*, terceira emissora a se instalar no Amazonas, sendo a primeira com ondas médias. Com um sinal melhor, a emissora ainda contava com uma programação diferenciada. Luis Nogueira comenta que

> A ideia do grupo Archer Pinto de criar a Rádio Rio-Mar surgia no sentido de potencializar a produção do jornalismo impresso à agilidade na transmissão da força das ondas do rádio. A missão de transformar a emissora num veículo basicamente informativo foi confiada ao diretor artístico Alfredo Fernandez. O estúdio foi montado 56 na sala 818 de um edifício próximo da prefeitura de Manaus, que logo se transformou em referência para a população que procurava a rádio para reclamar dos problemas enfrentados no dia-a-dia. Em função do jornalismo radiofônico da emissora se resumir à famosa tesoura press dos tempos do jornal falado, a fórmula já amadurecida de programas do perfil de um Repórter Esso ainda garantiam audiência cativa no Estado, por conta não só do estilo sóbrio dos noticiários como da responsabilidade de captação dos sinais enviados pela Rádio Nacional, presente no cotidiano dos radiófilos amazonenses melhor equipados desde a segunda metade da década de 1930[457]

[456] PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia*. Op. Cit. P. 92.
[457] NOGUEIRA, Luiz Eugêncio Negreiros. *O rádio no país das Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 1999, p. 168, grifos nossos.

Estando com os maiores jornalistas da cidade, entre eles Almir de Carvalho[458], que mais tarde foi vencedor de dois prêmios *Esso* de reportagem, em 1956 e 1957, e Irizaldo Gogot, cronista esportivo consolidado, além de criador dos apelidos zoomórficos do futebol amazonense, *o Jornal* e o *Diário da tarde* tinham públicos consolidados pela cidade. Ampliar sua linguagem através do rádio transformaria a família *Acher Pinto* na maior máquina publicitária do estado em poucos anos, se não fossem as tragédias em sequência. Entre 1954 e 1957, o clã Archer Pinto perdeu três dos seus mais ativos jornalistas. A empresa duraria até 1977, quando faliu e abriu definitivamente o espaço para a ascensão do *A Crítica* no Amazonas. Segundo a declaração de Serafim Correa, o apoio dado a Plínio Coelho foi importantíssimo, a ponto de, inclusive, dever gratidão à família. Com o maior jornal da cidade, uma rádio popular de ondas médias, credibilidade e um governador eleito, o jogo político da cidade virou mais uma vez.

Figura 44[459]



O Jornal: Vespertino independente, 1935.

O escritor Marcio Souza resume bem essa fase da metade dos anos 50, quando aponta que:

> Plínio Coelho teve uma vitória esmagadora e encontrou o poder público saqueado e a economia estagnada. Com este retórico político trabalhista, o Amazonas começaria a sair do atoleiro. A máquina burocrática seria desemperrada e uma reforma nos métodos de arrecadação fiscal ativaria as rendas estaduais. Além do mais, a nova administração procurará reorganizar a economia extrativista, aproveitando a demanda internacional de fibras de juta e madeiras de lei. A tributação do comércio e a nova política fiscal dotava a administração pública de maior poder operacional, os abusos

[458] Almir Diniz de Carvalho (1929 – 2021) foi jornalista, poeta e escritor. Membro da Academia Amazonense de Letras, Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas e da Associação dos Escritores do Amazonas. Trabalhou nos jornais *Folha do Povo*, *O Combate*, *A Crítica*, *O Jornal,* e, também, no *Diário da Tarde*.

[459] O Jornal, logomarca, 1935.

> cometidos pela casta apeada do poder, foram reprimidos com medidas de gratificação as massas (...). Durante os quatro anos de uma administração sóbria, voltada para a reconstrução da cidade e recuperação do interior, os amazonenses começaram a readquirir confiança no futuro[460].

Como toda reforma de castas dessa natureza, a sangria começou a derramar por todas as fendas de um funcionalismo público viciado. A elite extrativista, nepótica e pessoalista, logo berraria contra a perda de seus privilégios. Após a morte de Vargas, ela estava alforriada para sair definitivamente do seu personagem simpático às massas, assumindo assim uma luta declarada contra as correntes trabalhistas através da ACA, *Associação Comercial do Amazonas*, entidade onde Umberto Calderaro se tornou o seu maior gladiador. César Queirós comenta que essa batalha começou em 1956[461], na medida em que o governador não admitia que a presidência da Associação estivesse nas mãos da oposição. A retirada de subsídios da entidade produziu um efeito em cascata, na medida em que ela parou de prestar alguns serviços essenciais a cidade e aproveitou o ensejo para desmoralizar Plínio Coelho nos cadernos que tinha influência, no caso o *A Crítica* e o *Jornal do Commercio*.

A vitória de Gilberto Mestrinho (PTB) em 1958 - impactada pela morte dos Archer Pinto, segundo Serafim Correa - apontava uma fase ambígua do PTB no Amazonas. Ao mesmo tempo em que, para permanecer no poder, o trabalhismo se afastava do seu ideário, na medida em que Plínio Coelho era sufocado pela oposição, o "boto navegador" estabelecia uma leitura mais pragmática, de aproximação e sobrevivência junto às correntes do PSD e da ACA na cidade. Diante do eleitorado, cozinhou e vendeu uma sopa rala do melhor que tinha em Plínio Coelho, adicionando à panela a trajetória do partido e a vivência nos diretórios. Entretanto, temperava o visual da tigela com o mais sórdido dos populismos, se tornando assim uma escolha útil em vários pleitos decisivos, inclusive no seu retorno, em 1982. Hoje o PTB no Amazonas é um partido irreconhecível. Beth Azize[462], em entrevista, comentou um desses casos

> O Dr. Ulisses (Guimarães) mandou me chamar e disse: '- olha, você é a única pessoa que tem condição de acalmar aquelas feras lá, porque eu preciso que o Mestrinho seja candidato a governador'. Eu despenquei. Eu despenquei na sala do dr. Ulisses! Eu botei a mão na cabeça... '- Não adianta: as vezes a

[460] SOUZA, Márcio. *A expressão Amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo, Alfa-Omega, 1977. P. 149

[461] QUEIRÓS, César Bubolz. *A experiência democrática no Amazonas: a formação do PTB e a consolidação do Trabalhismo.* Op. Cit. P. 15

[462] Elizabeth Azize nasceu em 11 de janeiro de 1940. Natural de Manacapuru, Amazonas, é professora, advogada, jornalista e foi eleita nos anos 1980 deputada federal pelo MDB.

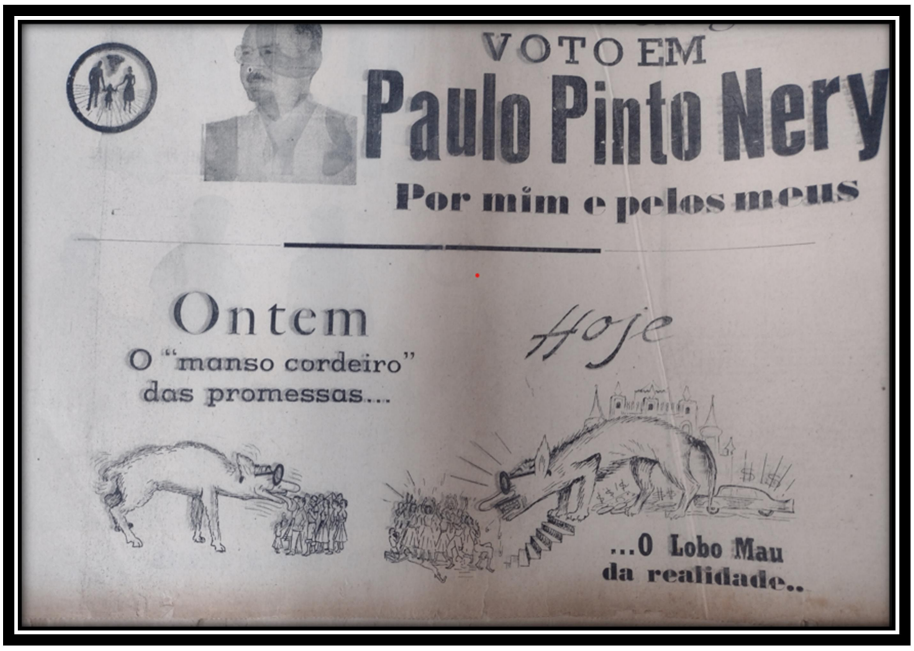
> gente tem que engolir alguns sapos para poder manter a lagoa pura. Nós precisamos derrubar essa ditadura'. Eu disse: '- mas dr. Ulisses com o mestrinho? '. '- Com o mestrinho, porque as pesquisas mostram que ele tem chance de ganhar a eleição do candidato oficial que apoiava o regime militar (Josué Filho)[463].

Gilberto Mestrinho teve uma relação bastante conturbada com Umberto Calderaro. Colegas de infância e de origem salesiana, nesta primeira fase, foram inimigos declarados durante a campanha para as eleições de outubro de 1958. Entretanto, após o pleito, a flexibilidade e pragmatismo do "boto navegador" produziu uma reaproximação, lenta e gradual, que se consolidou ao final da ditadura por uma série de interesses. No final da década 50, Calderaro já tinha disponível a parceria com os serviços da *Relart Publicidade*, além do seu jornal ser um dos mais ilustrados da cidade. O projeto da Zona Franca já estava aprovado e era tempo de se preparar para a nova demanda que viria nos anos 1960. Um governo trabalhista na linha de Plínio Ramos Coelho seria um grande prejuízo para o seu projeto de mercado. Nesse contexto, Miranda ainda não tinha atividade pública enquanto chargista, mas, pelo estudo dos traços é possível localizar as ilustrações de Ritta de Cássia Araújo.

Figuras. 44, 45, 46[464]



[463] Instituto Durango Duarte, 30 de maio de 2016. *Programa Viva Memória*. Entrevista com Beth Azize realizada em 2011 na TV Cultura.
[464] Jornal A Crítica, setembro e outubro de 1958. As publicações são regulares durante os 30 dias que antecedem ao pleito.



Ilustrações para a campanha eleitoral de 1958

Como na ilustração do "Pudico", Ritta usou bastante o recurso dos sombreamentos pontilhados, técnica que foi regular em seus trabalhos. Os óculos do lobo e do cordeiro fazem menção a adereços de Plínio Coelho, procurando situá-lo entre personas tradicionais ao imaginário da cultura popular (figura do lobo com pele de cordeiro). Pela escolha dos elementos no cartaz de Gilberto, a ilustração indica que o "timão" e o "boto navegador" ainda não estavam sendo usados intensamente no marketing político, optando por uma figura genérica e mais arquetípica para o processo humorístico.

Além dos índices que Ritta incorporou a imagem para acionar as referências do leitor, é possível observar nestas ilustrações um estágio de consolidação. Para que Ritta Calderaro tenha ousado incorporar, como recurso, metáforas[465] consolidadas em contos populares, como o "lobo mau" e o "rato nojento", é provável que o processo humorístico sobre o PTB, naquele contexto, já estivesse intensificado entre seus interlocutores, caso contrário soariam estranhos, como uma escala menor dentro de uma harmonia de notas maiores. Você não entende o porquê está errado, mas sente imediatamente a desconexão. Da mesma forma, piadas políticas só têm poder na medida

[465] MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. P. Cit. 28. Sobre este recurso, Rodrigo Patto comenta que tanto metáforas quanto metonímias são bastante usadas no humor gráfico, já que são tropos essenciais nas estratégias discursivas da linguagem verbal.

em que as histórias já estejam consolidadas. Se alguém está explicando uma piada, ela já deixou de ser engraçada há muito tempo.

Essa eleição promoveu dois cenários para Umberto Calderaro. Primeiro, a vitória apertada de Gilberto Mestrinho (51,66%)[466] colocava um dos seus maiores adversários políticos no poder. Entretanto, Mestrinho e o PTB já demonstravam abertura para se valer do populismo demagógico e de acordos de governabilidade. Mais acessível para negociatas junto a ACA, Gilberto certamente era um problema menor para Umberto Calderaro. Esse temia muito mais um retorno de Plínio Ramos Coelho do que quatro anos tolerando os encantamentos cínicos do "boto navegador". Como Marcio Souza sintetizou:

> (...) era o "Novo Amazonas" das obras de fachada, das ruas asfaltadas com fins eleitorais, das inaugurações e do total desconhecimento de planejamento urbano. A cidade, com o contingente humano vindo do interior, expande-se em favelas que recebem o bucólico nome de bairros. (...) A política de massas se degradava em filantropia demagógica. Durante o Natal, início do ano letivo e vésperas das eleições, atraía o proletariado urbano para a porta do Palácio Rio Negro e distribuía brinquedos, cadernos e pequenas quinquilharias. A classe média triunfante sorria nas colunas sociais, e o Estado que transitava entre a falência e a recuperação elege até uma Miss Brasil[467].

O segundo ponto diz respeito às derrotas. Em 1954, Rui Araújo, em sua segunda tentativa, apenas carimbou a sua falta de prestígio, desconfiada entre seus correligionários desde 1947. Para enfrentar a força do trabalhismo em outubro de 1958, foi necessário montar uma coligação inédita nos pleitos amazonenses. A *Frente Democrática Popular*, constituída pelas legendas PSD, UDN, PSP, PDC e PRP. Paulo Pinto Nery tinha sua trajetória ligada a UDN e tomou o protagonismo do tio de Ritta Araújo. Contudo, neste pleito, a derrota que mais influenciou a vida do *A Crítica* foi o fracasso de Álvaro Maia na corrida para o senado. A vitória de Vivaldo Lima Filho (PTB) enterrava um longo período do *Alvarismo* no Amazonas, além de quebrar os grilhões da família Calderaro.

[466] Paulo Pinto Nery (PSD) coletou 48,34% e Márcio de Menezes (PL) 1,3%.
[467] SOUZA, Márcio. *A expressão Amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*. Op. Cit. P. 150.

Figura 50[468]



ÁLVARO MAIA, UM AMIGO

Álvaro Maia, a maior expressão da política e da intelectualidade cabocla, foi sempre um grande amigo deste jornal. Esta foto é de 1950: o saudoso "Tuchaua" e nosso diretor, Umberto Calderaro Filho.

A GRATIDÃO DO AMAZONAS

Em 1970 Umberto Calderaro Filho recebia, do Go-

Álvaro Maia, um amigo.

Entre as biografias da família, um episódio jamais faltou ou faltará nas próximas edições: o caso da bomba lançada ao edifício da Lobo d'Almada, em 20 de janeiro 1959. Segundo os memorialistas, o caso repercutiu por todos os periódicos de Manaus, obrigando a família Calderaro a sair às pressas de Manaus. Primeiro tiveram suporte no Pará, com o Arcebispo Alberto Gaudêncio e depois com Juscelino Kubitschek, que inclusive teria oferecido a Calderaro um jornal para trabalhar em Brasília[469]. Contudo, os fatos posteriores e as atitudes do jornal, até hoje, são suspeitas e merecem exame, principalmente porque ele pode, ou não, estar atrelado a um posicionamento de Gilberto Mestrinho. O jornal relatou três dias depois do ocorrido:

> Passado o choque emocional sofrido com inominável atentado a vida de nosso patrimônio, à noite do 20 corrente, podemos analisá-lo com o necessário equilíbrio, o que, nos primeiros momentos não o poderíamos fazer. Surge-nos de início a indagação natural da sua origem e quais os fatos que a motivaram. A resposta só pode ser uma: termos agido na legítima defesa da nossa dignidade que tentaram conspurcar e, acima de tudo, a nossa posição de imprensa livre, sempre na defesa do povo e da terra amazonenses. Natural que surja, então, a segunda pergunta: quem ou quais os interessados

[468] Jornal A Crítica. 04 de novembro de 1973. P.04

[469] Manauscult, 6 de agosto de 2023. Reprise do programa *Manazinha*, dirigido por Roberto Kahane e apresentado por Norma Araújo. Dezembro de 2010. A informação é citada por Ritta Calderaro.

> no silêncio do nosso órgão? Só podem ser os que, condenados pela própria consciência, temam enfrentado o veredito austero da opinião pública, juiz reto e implacável que julga, inapelavelmente, os bons e os maus.
> O engenho mortífero com que tentam derrubar o nosso baluarte e fazer parar o nosso coração, não atingiu, a mercê de Deus e os fins almejados A Crítica não foi atingida irremediavelmente e o nosso coração não para de pulsar, para continuar no mesmo ritmo, sempre aberto a receber a queixa dos oprimidos, os anseios dos injustiçados. As nossas máquinas continuam funcionando no ritmo normal e o nosso coração continua o mesmo, referto de abrasado amor pelo Amazonas e pelo povo caboclo.
> Em certo sentido devemos até agradecer o gesto odiento de um desajustado social que nos proporcionou conhecer o quanto somos queridos no seio da coletividade amazonense, que em tantas sinceras quão desinteressadas e comoventes provas nos trouxe a sua solidariedade. E por isso que a data de 20 de janeiro de 1959 ficará gravada a fogo, felizmente sem sangue, na história da nossa vida jornalística como máximo ponto de referência a seguir no futuro da nossa nobre e alevantada missão de defender a qualquer custo os sagrados interesses do nosso povo e da nossa terra. Iremos colocar no nosso brazão de armas o luminoso tema:
> Remember 20 de janeiro de 1959[470].

Segundo Arlindo Porto[471], nesta época, quem chefiava a redação de franca oposição ao PTB era Wesellis de Miranda Braga. Entre os autores, quem mais se preocupa em construir uma narrativa terrorista e maniqueísta do PTB, absolutamente, é Júlio Lopes[472]. Com boa técnica para crônicas, ele descreve o cenário da noite com um tom narrativo bélico bastante detalhista, o que demonstra uma proximidade e até certa afinidade com a origem da informação. Mathias Pina trabalhou esse evento com mais cuidado e trouxe informações interessantes sobre esse exame. Partiu de duas entrevistas, uma com Ritta Calderaro e outra com o jornalista e advogado Benedito Azedo[473]. A versão de esposa é muito próxima da contada por Júlio Lopes, seguindo os mesmos eventos. Entretanto, a de Benedito Azedo trouxe novas possibilidades que merecem registro.

> '- Calderaro cometeu uma injustiça e eu dizia isso a ele. A Crítica começou na Avenida Eduardo Ribeiro e depois foi pra Lobo d'Almada. Se olharmos o prédio, no segundo piso onde era o gabinete dele, tem uns buracos na parede. Eis a história – jogaram uma bomba no jornal e ele jurava de pés juntos que teria sido Plinio Ramos Coelho o autor. Não o perdoava por esse episódio. Tive informações de como teria acontecido o atentado.
> Fora um amigo muito próximo chamado João Marques Paes Filho, pessoa íntima de Gilberto Mestrinho e que por muito tempo viveu no Rio de Janeiro. Depois retornou a Manaus, tornando-se Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Dirigiu *A Gazeta*, quando o Antonio Lasmar, empresário do Acre,

[470] Jornal A Crítica, 23 de janeiro de 1959. *Nossa opinião.* P. 02. Grifos nossos.
[471] PORTO, Arlindo. *Umberto Calderaro Filho: Legenda de trabalho e de amor pelo Amazonas.* Op. Cit. 166.
[472] LOPES, Júlio Antônio. *A Crítica de Umberto Calderaro Filho*. Op. Cit. 23.
[473] Benedito de Jesus Azêdo (1934 - 2020) foi um jornalista, advogado e político brasileiro. Foi prefeito de Parintins (AM) de 1973 a 1977.

> adquiriu o jornal de Arthur Virgilio para servir ao Gilberto, que já era o Governador no primeiro mandato dele.
> O segundo informante, Julio Cesar da Costa[474], foi o melhor amigo que tive na minha mocidade, trabalhou intimamente com ele também e infelizmente está morto. A Crítica estava incomodando muito o governo. Sempre tive bom relacionamento com o Senador Gilberto Mestrinho, por que tenho grande estima e consideração, mas foi a mando dele que os dois cidadãos atiraram um '*coquetel molotov'*. Um chamava-se Constantino, cujo sobrenome não lembro, um amazonense que vivia no Rio de Janeiro naquela época, metido a brigão, e um rapaz morador do São Raimundo chamado Moacir Bessa, que Gilberto tinha feito dele Auditor Fiscal da Fazenda Estadual. Então pegou esses caras e disse (sic!) ' – Nós precisamos dar um susto no Calderaro'. E aquela bomba foi atirada no A Crítica. Depois do acontecido, essas pessoas sumiram de Manaus. Certa vez perguntei: ' – Júlio, o João Marques me contou isso, isso e isso', e ele disse isso: ' – É verdade, quem mandou jogar a bom foi o Gilberto'. É difícil contar porque essas pessoas não vivem mais. Nem o Júlio Cesar, nem o Joao Marques. Mas Calderaro sempre acreditou que quem tinha mandado jogar a bom foi o Plínio. Eu dizia: rapaz, pelo amor de Deus, a história não foi essa, mas ele não acreditava, pelo menos era o que me falava. Tinha uma mágoa do Gilberto Mestrinho. Não sei se no fundo acreditava ou admitia essa possibilidade[475].

Analisando as citações é possível chegar à algumas conclusões, dependendo do ângulo de afinidade. Entretanto, alguns eventos cruzados deduzem uma interpretação possível. Primeiramente, houve de fato um crime material ao patrimônio e a vida da família Calderaro ou de qualquer um que estivesse próximo às explosões. Não encontrei registros de Plínio Coelho ameaçando Calderaro de morte, como Ritta Araújo mencionou no trabalho de Mathias Pina. Entretanto, o atentado aconteceu pouco mais de um mês depois que Gilberto Mestrinho sentou na cadeira do Palácio Rio Negro para o seu primeiro mandato de governo. Como visto, Calderaro promoveu forte campanha de oposição a Plínio Ramos, e mesmo assim, durante os quatro anos não houve registros de crimes equivalentes. Diante de toda pressão que o *A Crítica* e a ACA dispensaram contra Plínio durante o mandato, é muito curioso pensar que o PTB tivesse deliberado um ato dessa natureza logo no primeiro mês de sua vitória. Não duvido que existiram motivações políticas, e também não descarto a farsa, mas os fatos levam a deduzir que a probabilidade de mando relacionado à Plínio é menor, pelo menos em relação às práticas de Gilberto Mestrinho antes e, principalmente, depois, durante os sucessivos mandatos. Na edição especial de 1973[476] o caso é citado, mas abordado em tons maiores, sem tensão rítmica, registrando expressões cristãs juntamente com ausência de rancor. O esforço de Calderaro em acreditar que a deliberação tenha vindo de Plínio

[474] Segundo Mathias Pina, Júlio Cesar da Costa era conhecido como "a metralhadora do Gilberto", por redigir os discursos lidos pelo Governador Mestrinho em seu primeiro mandato.
[475] PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia*. Op. Cit. P. 88-89.
[476] Jornal A Crítica, 4 de novembro de 1973.

Ramos Coelho talvez estivesse mais ligada ao medo deste retornar ao poder, fato que ocorreu em 1962. Diante de um projeto de Zona Franca aprovado e o receio dos louros caírem na testa dos governos trabalhistas, principalmente na de Plínio, Umberto Calderaro tinha todos os motivos para apoiar um golpe militar em 1964, ajudando a colocar um velho conhecido seu no primeiro governo, Arthur Cezar Ferreira Reis.

Além disso, como ele próprio agradeceu, mesmo que em tons de ironia (ou não), esse caso promoveu uma intensa repercussão que alavancou vendas, gerou receita e engrossou o caldo dos argumentos militares, que conspirando desde a morte de Vargas, tinham em Manaus um excelente bode expiatório para explorar.

Desde a instalação dos governos militares, o *A Crítica* deu saltos substanciais, mais até do que dera junto ao seu padrinho, Álvaro Maia. Em 1965, inaugurou o seu *teletipo*, vinculado à agência noticiosa *Associated Press.* Vale destacar: o primeiro teletipo a funcionar no Amazonas. Com isso, o código *morse* ficava para trás. Um ano depois, inauguraram a primeira *clicherie eletrônica* do norte do país. Em 1967, uma rotativa dupla, capaz de imprimir até 32 páginas e com dispositivo para cores. No mesmo ano, adquire a primeira *radiofoto* de todo o Amazonas.

Em 1971 o *A Crítica* chegou ao auge necessário para o domínio de mercado. Em 4 de setembro de 1971, com grandes festejos e presenças de políticos, inauguravam a primeira composição eletrônica pelo sistema IBM, o mais completo e moderno que se conhecia. Junto a ela uma rotativa *off-set,* imprimindo a cores e possibilitando uma tiragem de até 32 páginas. Naquele dia, qualquer sistema em Manaus ficou obsoleto, até mesmo as rotoplanas do que restou da família Archer Pinto. O *A Crítica* remava à liderança.

Nesse contexto, o *A Crítica* tinha um dos sistemas mais modernos do país, além de uma Zona Franca demandando um diário forte, popular e dinâmico para divulgar marcas, produtos e empresas. Se precisasse de rádio no interior, tinha o apoio de Josué Claudio e a *Difusora do Amazonas*. E seus concorrentes? definharam, fechando os seus periódicos em 1977, permanecendo apenas o *Jornal do Commercio*, parceiro da empresa. Visando o futuro, o projeto para o canal de TV estava sendo articulado desde 1968 junto aos associados da TV Baré. Muito poder concentrado em uma só família, em uma única figura. A medalha de mérito recebida pelo governador

Danilo Areosa premiava o seu poder diante da política local, mas também determinava o seu lugar na hierarquia.

Tenho minhas dúvidas se Calderaro se animava com premiações assim. De manhã a solenidade, sorrisos, fotos e abraços. Ao fim do dia, à tardinha, preocupado com os *checklists* diários da redação, peneirando no seu gabinete o que podia ou não ser publicado. Acredito que Calderaro fez uma autorreflexão sobre seu sonho de ter um jornal forte e influente, pois isso foi conquistado e não bastou. Depois de vivenciar o que queria, também não foi projeto acumular dinheiro para ostentar luxos, visto os hábitos paternalistas e a vida boemia que levou entre "os pobres de paris", seu grupo preferido, formado por funcionários e amigos que orbitavam em torno dele. Não se encontram registros regulares de Calderaro em clubes sociais de elite, ostentando posições de fama ou hierarquia, mas era bem provável encontrá-lo na sexta feira, realizando reuniões importantes entre os bares e restaurantes do centro da cidade que tocavam samba, seu estilo favorito.

Minha leitura é que Umberto Calderaro tinha um esporte pela sua liberdade, mesmo que essa independência, tão declarada pelos seus memorialistas, tenha sido até aquele momento escrita nas costas de várias dependências. Da mesma forma trágica que a família Archer Pinto saiu do cenário, Álvaro Maia e Rui Araújo morreram no mesmo ano, em 1969, com dois meses de diferença. 6 anos depois, seu sogro, André Araújo partiu, quebrando sua última corrente. Com os inimigos caindo, amarrados ou exilados pelo tempo, natureza ou ditadura, Calderaro reinava sozinho no meio da selva, mas parecia não estar totalmente realizado, pois se assim o fosse, não empreenderia o projeto que se sucedeu a partir de 1973.

Apesar de a ditadura ter sido uma grande aliada, como o Estado Novo foi para os Acher Pinto, Calderaro desejava o impossível: ter um jornal livre e liberal dentro do AI-5, sem riscos de empastelamento e recebendo incentivos do Estado. Sabia que a receita comercial em torno da Zona Franca era capaz de sustentá-lo, mas não em tudo. Seu setor de classificados chegou inclusive a ser distribuído entre os bairros da cidade, alavancando vendas nos finais de semana, principalmente aos sábados. Entretanto, aprendeu com Álvaro Maia de que nesse mundo da imprensa, o poder de uma caneta parlamentar às vezes vale mais que dinheiro. Portanto, tinha equipamento, amigos, pessoal, família... Tudo menos aquilo que ostentava quando tinha em mãos apenas uma máquina rústica do século passado: liberdade.

E foi atrás dela que Calderaro se viu diante de uma oportunidade. Montou um projeto audacioso, arriscado, mas que se mostrou uma escolha acertada. Para esse projeto precisava dos melhores em torno dele. Um político eloquente e popular, como Plínio Coelho, mas de radicalismo negociável, aberto a dialogar com os seus interesses. Um diagramador criativo que seduzisse os novos leitores/eleitores com um tipo de jornalismo mesclado entre as sensações da corrente francesa e o *lide*[477] noticioso de influência norte americana. Um projeto social que invadisse as comunidades mais carentes da cidade com o nome do *A Crítica* e de seus parceiros. Por fim, aquele que abria as letras dos iletrados, que diariamente explorava o caos cômico de uma cidade sem projeto, mas que precisava dos seus momentos de chiste trágico para relaxar diante de uma realidade sem graça.

***

Como o intuito desse tópico era descrever os bastidores da primeira fase do jornal até o ponto de liderança nos anos 1970, onde se inserem os trabalhos de João Miranda, não vou me estender ou descrever de maneira superficial a segunda fase, por fins narrativos. Entretanto, deixo anexado na página seguinte um pequeno quadro das evoluções técnicas do *A Crítica*, de 1946 até os anos 1990, no intuito de colaborar junto ao aprofundamento da pesquisa local sobre esse periódico.

[477] Em jornalismo, o *Lide* é um elemento fundamental para a funcionalidade do texto. Ele expressa a função das linhas iniciais de uma matéria, no intuito de atrair e conduzir o leitor aos demais parágrafos. De uma maneira geral, o lide deve responder a seis perguntas: o quê (a ação), quem (o agente), quando (o tempo), onde (o lugar), como (o modo) e por que (o motivo) se deu o acontecimento central da história. No caso de não conseguir colocar a maioria das informações no início, o jornalista tem a opção de colocar o restante no sub-lead. O *A Crítica* publicou em 1998 um manual de redação com colaboração dos seus maiores jornalistas, entre eles Aguinaldo Rodrigues, Gilson Monteiro, Carlos Myrria e Fernando Brum. Entre as técnicas de escrita, há também uma lista de expressões locais que devem ser evitadas ou ocultadas nas narrativas.

Quadro 10[478] Evolução gráfica do Jornal *A Crítica* Direção: **Umberto Calderaro Filho** Recorte: 1946 - 1992	
Sem sede: Eduardo Ribeiro	
1946	Impresso em rotoplanas dentro da sede de "O Jornal"
1949	Prelo Marinoni – 2 cilindros Caixa de tipos (8, 10, 12)
1951	Primeira Linotipo, um só magazine Clicherie, fabricada por Manuel Rebelo
Início da Construção da Sede na Lobo d'Almada Barracão: antiga posse da prefeitura (1953)	
1953	Rotoplana alemã (comprada na Argentina) Dispositivo para uso de 2 cores Duas linotipos Caixa de tipos para titulagens Nova Clicherie
Eduardo ribeiro (1961 – Temporariamente) Sede: Lobo d'Almada inaugurada (09/1962)	
1965	Teletipo
1966	1ª Clicherie Eletrônica
1967	Rotativa mais sofisticada, imprimindo 32 páginas Radiofoto
1968	Sociedade na TV Baré
1969	Impressora GROSS (Imprime até 5 cores)
1971	Complexo OFF SET com fotolito e impressão Setor especializado em montagem de páginas Sistema IBM
1974	Telefoto
1986	Scanners Uso de microcomputadores 2 Off-set TV Baré se torna TV A Crítica
1987	Rádio FM-93,1
Cidade das Comunicações: Aleixo (1992)	
1992	Inauguração do prédio *Cidade das Comunicações* Uso de Macintosh para fotografias Impressora DEV-Horizonte (60 mil exemplares por hora) Aparelho Rempac: Parceria com a Embratel para agencias externas 36 microcomputadores

Evolução gráfica do Jornal A Crítica: da sede de O Jornal até a Cidade das Comunicações

[478] O quadro foi montado a partir das biografias sobre o diretor, entrevistas e registros de imprensa.

CAPÍTULO 2. *A Crítica* na ditadura: Geisel e as dinâmicas político-econômicas no Amazonas

Dez anos após o golpe de 1964, a maior parte dos jornais nacionais já tecia avaliações diferentes sobre os governos militares[479]. Apesar da vitória contra a esquerda armada, o balanço econômico fecharia seu ciclo com a crise do petróleo de 1973, levando consigo também importantes setores de apoio ao estado de exceção. A adesão pragmática ao regime já era contestada sob o argumento dos *descompassos entre modelo econômico e os impasses políticos*, cada vez mais escandalosos. Os setores liberais também foram críticos às escolhas econômicas de Ernesto Geisel, muito questionado pela simpatia por políticas planificadas e intervencionistas, o que alimentou ainda mais a cisão entre os governos militares e as elites nacionais. A vitória da oposição no pleito de novembro de 1974, muito em virtude do abrandamento da censura ocorrida durante o ano e do avanço de novos meios de comunicação[480], redirecionou as peças no tabuleiro nacional, o que não seria diferente em Manaus, uma cidade sustentada pelo projeto desenvolvimentista da Zona Franca. Vale ressaltar que o jornal de Umberto Calderaro procurou se diferenciar muito pela modernização de seus anúncios, o que fez da sua publicidade um mercado muito atrativo para as elites locais e nacionais.

Sobre esse abrandamento, Alzira Alves de Abreu atenta para o cuidado de não o definir apenas por uma "busca de promoção e legitimidade do governo", que após o auge do AI-5 queria estabelecer uma nova imagem diante do eleitorado. Segundo a autora

> A liberalização da imprensa contribuiu para que o governo Geisel controlasse os órgãos de segurança e a burocracia estatal. Esta, acobertada pela censura, cometeu inúmeros abusos administrativos. O controle da corrupção tornou-se uma das preocupações do governo Geisel, e nesse contexto a imprensa abriu espaço para a publicação de reportagens de denúncia de corrupção na administração pública. O governo incentivou, assim, a valorização na imprensa brasileira do jornalismo investigativo, que, ao longo do processo de redemocratização, foi adquirindo as características do "denuncismo"[481].

---

[479] NAPOLITANO, Marcos. *A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985).* Estudos Ibero Americanos, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017. P. 356.

[480] O uso da televisão no pleito de 1974 produziu um modelo inédito de representação dos candidatos ao público, embora o acesso ainda fosse bastante restrito. Em Manaus, candidatos chegaram inclusive às vias de fato no estúdio, produzindo cenas que, entrando na comicidade popular, foram caricaturadas por Miranda em sua coluna.

[481] ABREU, Alzira Alves. *A mídia na transição democrática*. Sociologia, problemas e práticas, n. 48, 2005. P. 59.

Assim, antes da imagem institucional, Ernesto Geisel fez uma escolha política pela preservação do seu mandato, desde o início questionado pelas alas mais radicais do Exército[482]. Em um jogo de avanços e retrocessos, as renúncias do presidente permitiam uma governabilidade contraditória, onde, ao mesmo tempo, concedia-se espaços para alguns movimentos sociais se destacarem, mas não abria mão, de forma alguma, de instrumentos coercitivos como o AI-5[483]. Mais adiante, observa-se que a postura da coluna *A Charge do Miranda* obedeceu a dinâmica desses movimentos do alto comando, que desesperados com o ônus do processo, recorriam a medidas antagônicas ao slogan de governo. Ao invés de uma abertura, vários fechamentos, conduzidos de maneira rápida, súbita e autoritária.

Mesmo que, em muitos casos, a postura do *A Crítica* estivesse próxima do jornal *O Globo*, de tom abertamente governista, a entrada de Ernesto Geisel e, regionalmente, Henoch Reis, iniciou um bloco de transições delicadas que transbordaram a "panela" dos interesses locais, forçando o jornal a se posicionar desconfortavelmente em duas frentes: próximo das escolhas verticais do poder executivo, evitando empastelamentos e, ao mesmo tempo, distante do horizonte de expectativas das elites locais que representava.

Portanto, esse capítulo tem como objetivo apresentar, de uma maneira geral, essa conjuntura política e econômica do Amazonas na transição de modelos de governo, buscando situar onde João Miranda e o *A Crítica* se encaixavam nessa inflexão inevitável. Como um bom jogador no início de partida, Umberto Calderaro se posicionou no tabuleiro com certa parcimônia, observando as jogadas e preparando seus ataques com sobriedade. Para montar o mapa de alianças políticas desse contexto, abordo primeiro sobre os efeitos colaterais da eleição de 1974 no jogo partidário do Amazonas, explorando na sequência o estado delicado em que o novo governador Henoch Reis se encaixava nessa transição. Após o mapeamento, faço um panorama da economia nacional com as tensões locais, apresentando, ao final, como Miranda

[482] GASPARI, Elio. *A Ditadura encurralada.* São Paulo: Companhia das letras, 2004. Gaspari, no tópico *"Escolham lá um presidente"* descreve como Sylvio Frota, então Ministro do Exército, era visto pelos setores mais radicais das Forças Armadas como um sucessor ideal para Geisel, devido à sua postura linha-dura e à oposição a qualquer tipo de abertura política. Frota representava a ala mais conservadora e intransigente, que se opunha às políticas de distensão de Geisel e Golbery do Couto e Silva.
[483] Jornal A Crítica, 24 de julho de 1976. *AI-5 permanece intocável na reforma do Judiciário*. P. 01.

representou esses primeiros momentos de 1975, buscando captar em seus rastros os espectros cômicos em circulação.

2.1. Geisel e a nova dinâmica político-partidária

Seja aonde for, as transições de governo constantemente vêm acompanhadas de inúmeras reconfigurações no tabuleiro do poder. Mesmo entre membros de um partido comum, os conflitos não são diferentes, já que cada aliança gera renúncias que obedecem às dinâmicas próprias da sua região. Durante o projeto de abertura política na década de 1970, as relações com o "monstro"[484] da opinião pública tomaram seus próprios contornos, o que traz o desafio historiográfico de buscar dimensões regionais sobre esses processos também no norte do país.

Dentre todas as demandas básicas e estruturais de um novo governo, a agenda de trabalhos do presidente Ernesto Geisel iniciou em 1975 com dois desafios bem contraditórios: conduzir um projeto de abertura política dentro da vigência do AI-5 e frear, por todo o país, o avanço da oposição após as vitórias de pleito, onde ele foi um dos responsáveis por permitir tais condições. Na eleição de 1974, apesar de ficar com a maioria da câmara de deputados, a ARENA, das 22 cadeiras, finalizou a disputa com apenas seis senadores, contra 16 dos eleitos pelo MDB. Mesmo que a maioria do legislativo ainda apontasse a grande influência do governo no Congresso, perder um poder de veto no alto escalão do Poder Legislativo foi considerado uma derrota humilhante para o partido de sustentação da ditadura.

Segundo Alessandra Carvalho, as eleições de 1974 definiram uma nova dinâmica político-partidária nas relações da oposição com o regime autoritário. Ao mesmo tempo em que anunciava um desgaste, em virtude do auge dos instrumentos de repressão, indicava um caminho sem volta para o projeto do bipartidarismo. Desde o golpe-civil militar de 1964, a existência coadjuvante do MDB abrigava os políticos moderados que, temendo o exílio, caminho dos radicais, serviam, em sua grande

[484] GASPARI, Elio. *A Ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das letras, 2004. P. 11. O jornalista inicia o livro apresentando um episódio curioso envolvendo o ex-presidente: "No dia 15 de julho de 1975 o ex-presidente Juscelino Kubitschek almoçava no restaurante da diretoria do Jornal do Brasil. Pediram-lhe um prognóstico para a situação política, e ele respondeu: "A eleição do ano passado soltou o monstro. Tudo dependerá dele. Ele influenciará tudo. Ele está em todos os lugares".

maioria, para autorizar à sociedade simpatizante o discurso "democrático" da ditadura. Porém, esse súbito engajamento do MDB não foi gratuito e se explica por alguns fatores.

Primeiro pela condição do pleito, realizado de maneira mais branda para a oposição e liberando novos instrumentos de propaganda a políticos de trajetória tradicional. Em Manaus, é possível tatear esses eventos através do tipo de humor em circulação, publicados no mês do pleito pela coluna *A Charge do Miranda*. Os efeitos da televisão foram, inclusive, devastadores para a ARENA, pois alimentou, nos acidentes de debate televisionado, espectros cômicos para vários processos humorísticos. Observador sensível às incongruências flutuantes, Miranda as identificou e produziu, sob a autorização, uma série de trabalhos que deixaram rastros sobre essa relação[485].

Charge 04[486]



- Eu amanhã trarei provas de que o candidato do lado de lá não é filho da mãe dele
- Quê?

A charge acima, registrada poucos dias antes do pleito, mostra em que estado estava os espectros cômicos dos candidatos e os tipos possíveis de produção humorística que o contexto ofertava às mentes sensíveis. Por mais que políticos estejam corriqueiramente ligados a disputas de poder, o impacto de assistir na televisão esses conflitos, na linha popular das baixarias, quebrando o decoro, colocava em xeque a imagem de autoridade, a distinção social e a expectativa de seriedade dos representantes

[485] QUEIROZ, Thiago Rocha. *O humoral: humor e abertura social nas charges de Miranda (1972-1975).* Op. Cit. P. 116.
[486] Jornal A Crítica, 08 de novembro de 1974. P. 04.

públicos, dando margem para escolhê-los de acordo com os critérios próprios do mundo popular. O tipo de riso reacionário sugerido também indica o perfil de eleitor que a piada buscava atingir. Pois se você não é filho da sua mãe, fruto de um relacionamento tradicional e moralmente aceito, de alguém você é.

A saída do candidato pela televisão demonstrava ainda como a política estava entrando nos lares, de forma indiscreta e autoritária, provocando reações e contrastes no referencial do leitor/eleitor. Pelo perfil e estratégia de convencimento do candidato, agressivo e ignorante, é bem provável que essa representação de Miranda já estivesse revelando as previsões da derrota do partido do governo, anunciando o sucesso de sua expansão e influência entre os eleitores de classe média da região, capazes de ter uma televisão na sua casa.

Contudo, como Alessandra Carvalho diz, esse crescimento da oposição *não cresceu no vazio*[487]. A autora entende que esse engajamento, juntamente com outros fatores[488], é efeito do esforço de lideranças e militantes oposicionistas que, estabelecendo relações mais próximas com as organizações da sociedade, conseguiu atrair representatividade frente a um eleitorado mais jovem que cresceu dentro das instituições da ditadura. As observações da autora consideram que o MDB fortaleceu seu capital político e observou nesse fenômeno uma oportunidade, iniciando ações de protesto contra o projeto governamental baseado no lema da *Segurança e Desenvolvimento.* Criticando o "milagre econômico" e ancorando-se no argumento do *descompasso entre projeto econômico e político,* o MDB foi, diante do fracasso dos movimentos sociais mais radicais, uma opção dolorosa às esquerdas.

As ações começaram na eleição de 1970, onde se registrou altos índices de abstenção[489], muito em razão da eliminação dos líderes de oposição pelo AI-5. A estratégia adotada pelo partido, diante do aparato repressor, consistia em criar diretórios municipais, porém dando ênfase inédita aos setores jovens e femininos, além de

---

[487] CARVALHO, Alessandra. *Democracia e desenvolvimento versus Segurança e desenvolvimento: as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970*. Varia História, Belo Horizonte, Vol. 28, n°48, p. 555-572: jul/dez 2012.

[488] CARVALHO, Alessandra. *Democracia e desenvolvimento versus Segurança e desenvolvimento: as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970*. P.561. A autora faz um levantamento de obras que justificam, diante do fracasso da luta armada, a convergência de interesses que culminaram na valorização dos canais partidários, onde o MDB aparecia como única opção.

[489] SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Votos e partidos: almanaque de dados eleitorais, Brasil e outros países*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. Em 1970 os votos nulos chegaram a 9,35% e os brancos a 20,91%. Em alguns estados o MDB sequer apresentou candidatos.

incentivar a construção de institutos de formação política e social. Esse investimento de tradução e letramento da realidade foi muito importante para acessar, com os argumentos socioeconômicos, as camadas populares. Com uma propaganda forte e ufanista, os discursos do crescimento econômico circulavam abertamente pela grande imprensa. Porém, com o afrouxamento da censura, já eram refutados por discursos como o de Ulysses Guimarães, que mencionava:

> Desenvolvimento sem liberdade e justiça social não tem esse nome. É crescimento ou inchação, é empilhamento de coisas e valores, é estocagem de serviços, utilidades e divisas, estranhas aos homens e seus problemas. Enfatize-se que desenvolvimento não é silo monumental e desumano, montado para exibir a mitologia ou o folclore do Produto Interno Bruto, inacessível tesouro no fundo do mar, inatingível pelas reivindicações populares[490].

Naquele momento, com a base fortalecida e alinhada sob o eixo do *Desenvolvimento e Democracia*, a estratégia foi se aproveitar das brechas concedidas pelo governo Ernesto Geisel, utilizando, de maneira estratégica, do tempo disponível na televisão para denunciar o regime autoritário através do seu argumento mais forte: *os dados econômicos*. Carvalho, utilizando de Serge Berstein[491], argumenta que uma das virtudes do MDB nesse contexto foi exatamente *saber mediar a maneira como os problemas eram lidos* e compreendidos socialmente, usando das articulações necessárias para agregar interesses em comum.

E foi sobre esse esforço de tradução e letramento que a experiência do primeiro pleito com propaganda eleitoral televisionada do país abriu uma nova representação sobre a ditadura. Carvalho comenta ainda que um cuidado especial foi, inclusive, reservado para o uso do tempo disponível nos debates. Além das orientações de linguagem, comandos específicos foram alinhados para trabalhar os temas socioeconômicos, buscando sempre caminhos mais didáticos para traduzir a realidade social. Segundo a autora:

> Publicitários foram contratados para pensar o formato dos programas. Em suas aparições e falas, os candidatos emedebistas propunham comparações entre o preço do frango e as horas de trabalho necessárias para comprá-lo,

[490] Trecho do discurso 'Navegar é preciso. Viver não é preciso', de Ulysses Guimarães. Apud LIBERATI, Angela Inês. Ulysses Guimarães: pessoal – intrasferível, p. 187-192. Vale destacar que, em 1974, Ulysses Guimarães alcançou 151.105 votos no estado de São Paulo, conquistando boa parte do ses eleitores nas grandes cidades. Esse discurso foi proferido na sua candidatura para a presidência da república no ano de 1973.

[491] BERSTEIN, Serge. *Os partidos.* In: REMOND, René. (org). Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Editora FGV, 1996, p. 61.

> criticavam a construção de grandes obras enquanto a população passava fome, denunciavam a concentração de renda enquanto a economia apresentava altos índices de crescimento[492].

Portanto, as vitórias da oposição pelo Brasil em 1974 foram frutos de uma convergência de interesses bem articulados, mesmo que a contragosto das divergências internas de oposição. Curiosamente, as estratégias de publicidade aumentaram a audiência dos programas eleitorais nos meses de setembro e outubro, período exato onde o *A Crítica* definiu a coluna de Miranda como *A Charge do Miranda*. Para a ARENA, ficou evidente a necessidade de atualização, visto que a televisão exigia novas habilidades de políticos acostumados a conquistar cargos apenas articulando o seu capital.

Seus efeitos também indicavam a necessidade da ARENA se atualizar diante do contexto, já que a mesma propaganda que os colocou no poder, naquele momento, já desenhava seus convites de retirada. Desde a modernização dos jornais, a partir de 1950, o perfil da atividade do jornalismo já estava, na década de 70, bastante alterado. A avalanche de imagens produziu uma nova cultura de representação que, a partir da legitimidade imagética, também trazia nas costas um projeto de poder.

Marialva Barbosa, discutindo sobre a imprensa carioca[493], comenta que essas reformas, imposta pelos padrões redacionais e editoriais, foram fundamentais para separar o campo jornalístico do literário, delimitando a autonomia da profissão e legitimando a atividade como *"*capaz de decifrar o mundo para o leitor". Na mesma linha de raciocínio, Ana Paula Goulart Ribeiro[494] discute que, a partir desse momento, o jornalismo se afirmou como fala autorizada em relação à constituição do real, revestindo-se da aura de fidelidade dos fatos e conferindo assim um poder simbólico.

Como visto, Umberto Calderaro e João Miranda estiveram no Rio de janeiro exatamente no final dos anos 40 e trouxeram essas referências técnicas e filosóficas para o projeto do periódico. A morte de Assis Chateaubriand no final dos anos 60, personagem muito antenado a novas tecnologias e linguagens, também indicava uma

---

[492] CARVALHO, Alessandra. *Democracia e desenvolvimento versus Segurança e desenvolvimento: as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970*. Op. Cit, p. 568.
[493] BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000.* Rio de janeiro, Mauad X, 2007, p. 150.
[494] RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50.* Tese de Doutorado em Comunicação. UFRJ/ECO, 2000.

oportunidade para lançar-se rumo à liderança de mercado, já que o *Jornal do Commercio* não tinha interesse em alterar subitamente a arquitetura de seus quadros e manchetes. Outro fator relevante foi o enfraquecimento político e comercial de *O Jornal*, da família Archer Pinto, que em 1977 fechou suas portas.

Portanto, a ARENA, preocupada com outras armas, abriu a guarda para uma técnica semelhante à que lhe colocou, dez anos antes, no poder. A derrota apresentava dois caminhos de sobrevivência: a técnica, promovendo a atualização imediata dos membros, reciclando assim seus quadros funcionais; ou o autoritário, apelando para golpes que, naquele instante, seriam apenas paliativos e poderiam enfraquecer ainda mais o partido diante da opinião pública. As eleições de 1976 estavam próximas e foram as mais tensas da abertura política. Nas páginas do *A Crítica*, a angústia da ARENA esteve estampada durante quase todo o ano de 1975, assim como nos meses de preparação para o pleito, embora possa ser definido que, a partir do caso *Watergate Municipal* esse jogo tenha virado. Mais tarde, a lei Armando Falcão[495] registrou a escolha mais conveniente para o partido.

Importante ressaltar que essa derrota da ARENA explica muito sobre sua trajetória. As discussões acerca da sua possível artificialidade foram objeto na pesquisa de Lucia Grinberg[496], que destaca o papel coadjuvante, até mais que o MDB, diante do governo ditatorial. De "pseudo-partido" a partido do "sim senhor", expressão por anos ironizada pela oposição, Grinberg recolheu as imagens e representações da legenda, localizando-a, em um primeiro momento, enquanto integrante de um sistema político anterior que aglutinou boa parte da nata conservadora da UDN. Mesmo tendo o papel de representar os setores mais reacionários da sociedade brasileira, as coligações golpistas foram desarticuladas após a instalação do bipartidarismo. Partindo de Maria Helena Moreira Alves[497], a autora comenta que, diante do impacto do Ato Institucional n°5, pouco se estuda sobre os efeitos do AI-2 junto à eliminação das coligações, em outubro de 1965. Tornando-se o "partido do governo" muito menos pela governabilidade, a

[495] A Lei 6.339, de 1º de julho de 1976, foi uma medida da Ditadura que limitava a exposição dos candidatos a cargos políticos nas propagandas eleitorais televisivas e radiofônicas. Editada durante o governo Ernesto Geisel, a Lei reduzia o tempo da propaganda eleitoral e impedia que os candidatos discursassem em rede nacional.

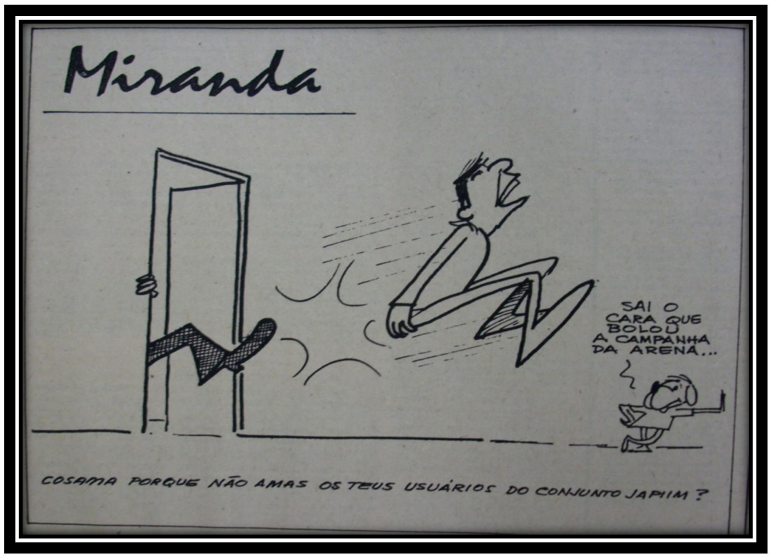
[496] GINBERG, Lucia. Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2009. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

[497] Alves, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil: 1964-1984. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 95.

ARENA se mostrava como o bode expiatório ideal para legitimar seu conceito de "democracia" autoritária, pelo menos até novembro de 1974.

O sucesso nas urnas do MDB promoveu um debate interno que se tornou fundamental para o desenvolvimento de uma identidade aos políticos do partido, pelo menos até o fim da ditadura. A reabilitação dos arenistas só seria possível junto a uma remodelação das relações de subordinação da ARENA ao governo executivo, que foi inclusive tema em *A Charge do Miranda*[498]. A "bicuda" que o estrategista político da ARENA recebeu, apresentava uma sugestão cômica bastante curiosa: a derrota precisava ter um culpado, evitando a reflexão sobre as causas conjunturais do seu fracasso. O espectro cômico, captado e explorado por Miranda, deixa os rastros sobre o contraste circulante, trazendo ao público uma imagem do riso em circulação. Valdik, o cão comentador, observava a situação com certo ar de indiferença. Ele traduz, de certa forma, a posição de Umberto Calderaro nesse contexto, observando as reações da derrota e preparando a sua estratégia de sobrevivência.

Charge 05[499]



- Sai o cara que bolou a campanha da ARENA

Contudo, foi nessa falta de identidade, diante dos avanços inevitáveis da publicidade, que os jornais tiveram um papel ainda mais substancial nessa reconstrução de perfis políticos no Amazonas. Os dois partidos, em suas publicidades, ainda sequer

[498] Jornal A Crítica, 04 de dezembro de 1974, p. 04.
[499] Jornal A Crítica, 04 de dezembro de 1974. P. 04

usavam sorrisos, o que indicava uma sisudez moralmente deliberada[500]. De apoio técnico a protagonista, é possível que seja nesse momento que Umberto Calderaro iniciou uma jogada decisiva, bastante importante para a sua sobrevivência política na década de 1970 e 1980. Apoiando os "desesperados" da ditadura, Umberto Calderaro começou, lenta e gradualmente, a construir a sua emancipação política nas costas da dependência e deficiência publicitária dos partidos. Seus projetos, dentro de um curto espaço de tempo, parecem denunciar seus movimentos. Um deles, vendido naquele contexto como "projeto social" permanece forte até hoje: *O Peladão*. Voltarei a discutir sobre esse tema mais adiante, já que ele foi um dos vetores publicitários mais fortes da década de 80.

Por ora, vale destacar que esse evento é, por um lado, o maior campeonato de futebol amador do Brasil. Por outro, é uma máquina de publicidade que dura um semestre de atividades, se infiltrando nos interiores, comunidades e bairros do estado para promover futebol, carnaval e concursos de beleza. Envolvendo os principais veículos de informação da cidade, o espaço de publicidade do evento foi um lugar precioso e disputado por patrocínios, parceiros e candidatos políticos.

[500] MATOS, Maria Izilda S. de. *Por uma possível história do sorriso: institucionalização, ações e representações*. 1. Ed. – São Paulo: Hucitec, 2018, p. 217. Sobre esse aspecto, que mudou radicalmente nos anos 80, Maria Izilda S. de Matos, em obra recente sobre a história do sorriso, apesar de não abordar o recorte da Ditadura Civil Militar, destaca a importância que as fotografias tiveram, enquanto registros culturais, nas representações de grupos. A tradição de usar sorrisos, iniciada por Getúlio Vargas, só foi apropriada pela política amazonense no final dos anos 70.

Charge 06[501]



- Nesse torneio do campeonato de peladas, se o juiz não estiver em boas condições pode sofrer uma distensão moral

Na charge, além dos elementos denotativos do campeonato, estão presentes estereótipos de dois personagens que foram fundamentais na trama desta tese. O narrador, com a costeleta longa, faz referência ao radialista Josué Filho, que neste contexto trabalhava no setor esportivo da rádio. Ao lado, seu pai, Josué Cláudio, com o bigode e a calvície característica. Ao lado, a Tv Amazonas, cobrindo as baixarias, truculências e corrupções do torneio (merenda), revelando as camadas desse tipo de entretenimento.

De volta aos ruídos da transição que alteraram as relações político-partidárias, em matéria especial, intitulada *Os fatos que mudaram o mundo em 74*, o jornal *A Crítica* dedicou espaço para dissertar um pouco sobre o efeito desta eleição junto aos brasileiros. Segundo a matéria,

> Dos Estados da federação, a ARENA ficou minoritária nas Assembleias Legislativas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Amazonas, Acre e no futuro Estado do Rio de Janeiro. Nunca os eleitores brasileiros correram tão pressurosamente às urnas para demonstrar sua insatisfação com a política econômica vigente no país[502].

Essa insatisfação, delimitada como "econômica" pelo jornal, parece não ficar tão distante das pautas políticas deste início de ano. Parte componente no espaço

[501] Jornal A Crítica, 18 de outubro de 1973. P. 04
[502] Jornal A Crítica, 16 de dezembro de 1974. *Os fatos que mudaram o mundo em 74*. P. 05.

editorial do jornal *A Crítica*, a coluna *Sim e Não*[503] de 2 de janeiro trouxe pequenas manchetes que ilustram, em parte, o clima do pós-eleição deste novo congresso:

> Quem leu a revista Veja (nº 330), não deixou de estarrecer-se com os novos aspectos da famosa carta que o senador Dinarte Mariz encaminhou ao presidente Geisel. Dinarte afirma que há possibilidade de o MDB fazer maioria no congresso Nacional em 1978 e, em consequência, de eleger o sucessor de Ernesto Geisel. E pergunta ao presidente: "as forças armadas nessa altura estarão unidas para impor, novamente, os caminhos mais indicados para o bem do Brasil? ". Dinarte aconselha o presidente Geisel a usar sem constrangimentos, o ato institucional nº 5, pois a oposição, nessas eleições, conseguiu convencer o povo de que o governo não dispõe mais de força para utilizá-lo"[504].

Representante do Rio Grande do Norte no senado, Dinarte Mariz expôs suas angústias, mas também sugestionou as ferramentas emergenciais "capazes de superá-las". Apesar de demonstrar preocupações, parece muito seguro sobre os possíveis usos reativos do presidente, caso algo saia do planejamento. Curiosamente, não tem o menor receio em exigir publicamente intervenções federais, mesmo diante de atos democráticos. Historicamente, Ernesto Geisel ficou conhecido como o "presidente da abertura", uma alcunha que, para os desavisados, soa com certo progressismo em relação aos militares mais radicais.

Em artigos recentes é bastante comum encontrar a ambivalência conceitual entre "moderados" e "linha-dura", principalmente após o sucesso das obras de Elio Gaspari[505], constantemente citadas em trabalhos acadêmicos sobre esse tema nas últimas décadas. Apesar da importância na divulgação do recorte em ano emblemático[506], e principalmente pela conduta descritiva que atraiu muitos leitores, o uso dos conceitos nesses termos conduz a uma representação que não condiz com a dinâmica dos posicionamentos dos atores políticos desse cenário[507]. Os bons resultados

---

[503] Coluna, inicialmente ilustrada, bastante famosa que acompanhou por anos a trajetória do jornal *A Crítica*. A "Sim e Não" iniciou como um informativo de utilidades públicas e foi se transformando gradualmente em uma extensão do editorial. Foi por muitos anos a coluna de protesto da empresa e que, inclusive, deu início às ilustrações do chargista João Miranda.

[504] Jornal A Crítica, 04 de janeiro de 1975. P. 04.

[505] FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. Importante destacar o acesso privilegiado que o jornalista teve a uma documentação composta de cerca de 5 mil documentos e mais de 20 entrevistas, em grande parte fornecida por Golbery de Couto e Silva e Ernesto Geisel em 1985. P. 54.

[506] A pesquisa foi lançada em 2004, ano marcado pelos 40 anos do golpe militar.

[507] MELO, Demian Bezerra de. *O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão*. In: *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p.158. O historiador debate sobre a influência desses termos no trabalho dos historiadores, apontando o impacto que as obras de Elio Gaspari tiveram entre os revisionistas do contexto.

de mercado da pesquisa de Elio Gaspari sugerem que a oferta de documentos exclusivos foi paga na construção de uma memória moderada[508] que alimenta até hoje a imagem do presidente Geisel nos livros e, agora, em vídeos didáticos. Mas se Elio Gaspari foi bastante competente na formulação dessa representação, o avanço dos estudos sobre a ditadura brasileira traria a margem novas interpretações sobre o "sacerdote"[509].

Recentemente, o pesquisador Matias Spektor trouxe à tona um documento da CIA que contesta essa visão moderada do presidente:

> 3. O General Milton, quem mais falou, descreveu o trabalho da CIE contra o alvo subversivo interno durante a administração do ex-presidente Emilio Garrastazu Médici. Enfatizou que o Brasil não pode ignorar a ameaça subversiva e terrorista e disse que métodos extralegais deveriam continuar a ser empregados contra subversivos perigosos. A este respeito, o General Milton disse que cerca de 104 pessoas nesta categoria foram sumariamente executadas pela CIE durante o ano passado. Figueiredo apoiou esta política e apelou à sua continuação. 4. O Presidente, que comentou a gravidade e os aspectos potencialmente prejudiciais desta política, disse que gostaria de ponderar o assunto durante o fim de semana antes de tomar qualquer decisão sobre se ela deveria continuar. No dia 1º de abril, o Presidente Geisel disse ao General Figueiredo que a política deveria continuar, mas que deveria ser tomado muito cuidado para garantir que apenas subversivos perigosos fossem executados. O Presidente e o General Figueiredo concordaram que quando a CIE apreender uma pessoa que possa se enquadrar nesta categoria, o chefe da CIE consultará o General Figueiredo, cuja aprovação deverá ser dada antes da execução da pessoa. O Presidente e o General Figueiredo também concordaram que a CIE dedicará quase todo o seu esforço à subversão interna, e que o esforço geral da CIE será coordenado pelo General Figueiredo [510].

A informação, revelada em documento do ex-diretor da CIA, William Egan Colby, foi enviada ao Secretário de Estado, Henry Kissinger, com o título "*Presidente brasileiro Ernesto Geisel decide continuar execução sumária de subversivos sob certas circunstâncias*". O documento expõe que Geisel não tomou a decisão de imediato. Mas em 1º de abril do mesmo ano, o memorando informava à CIA sobre a decisão do presidente: "*a política deveria continuar*". Estabelecendo que apenas os presos "subversivos e perigosos" deveriam ser eliminados, Geisel apoiou as execuções desde a

---

[508] CALIL, Gilberto. *Elio Gaspari e o elogio da transição conservadora*. Outros Tempos, vol. 11, n.17, 2014 p. 246-270. Para o autor, a polarização geral entre "moderados" e "radicais" proposta por Gaspari é extremamente problemática, principalmente por apresentar como antagônicos personagens que integravam um mesmo governo e que eram agentes da imposição e perpetuação de um Regime ditatorial.

[509] A metáfora foi usada na sua série de livros sobre o recorte da abertura. "Sacerdote" está aplicado ao presidente Ernesto Geisel, enquanto "Feiticeiro" faz referência ao general Golbery do Couto e Silva.

[510] Memorandum From Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger. Agência Central de Inteligência, Escritório do Diretor da Central de Inteligência, Trabalho 80M01048A: Arquivos do Assunto, Caixa 1, Pasta 29: B–10: Brasil. https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99?platform=hootsuite. Grifos nossos.

primeira reunião, designando a Figueiredo o poder de vida e morte sobre seus opositores.

A recente pesquisa de Matias Spektor traz consubstancialidade a um debate que já era discutido através de outras fontes, principalmente em relatos orais. Entretanto, mesmo com toda a queima de arquivos realizada nos porões da ditadura, esse documento, liberado pelo governo americano, trouxe mais nitidez à imagem histórica do projeto "distensionista", revelando a irônica dualidade do governo Ernesto Geisel: ser lembrado no projeto como aquele que extinguiu o AI-5, mas que no processo foi um dos que mais o utilizou enquanto ferramenta política. De volta à coluna *Sim e Não*, a tranquilidade do senador Dinarte Mariz em sugerir, publicamente e sem constrangimentos, os usos da ferramenta pelo presidente, ganha mais sentido diante desses documentos.

Para o jornal *A Crítica*, arauto das elites dirigentes no Amazonas, posturas como a de Ernesto Geisel não eram problemáticas até o momento em que ele, pelo seu projeto de sobrevivência política, decidiu interferir no processo político local. Até antes disso, o jornal não se incomodava em ofuscar a vitória do MDB, veiculando, por exemplo, propagandas direcionadas à descoberta de petróleo na Bacia de Campos, como cortina de fumaça para evitar expectativas maiores.

Vale adiantar que os posicionamentos do editorial, neste contexto de distensão pós-pleito, flutuam em campos neblinados, voltando a se alinhar apenas em 1976. Após a eleição, a narrativa do descompasso entre campo político e econômico[511] começou a ganhar mais corpo entre as linhas editoriais. O mesmo efeito foi sentido em outros jornais pelo Brasil, que registraram em suas edições comemorativas da "revolução" as tensões entre o regime e seus ideais iniciais[512].

REIS, Henoch da Silva. *Discursos e metas no governo do Amazonas (1975-1976)*. Manaus, 1978. P. 48. No discurso de posse, o governador Henoch Reis cita que um dos objetivos do governo é a reorganização da democracia nacional para evitar "o descompasso entre realidade política e acelerado desenvolvimento econômico".

[512] NAPOLITANO, Marcos. *A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985).* Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre, v, 43, n, 2, p. 346-366, MAIO-AGO. 2017. P. 356. Com exceção do *O Globo*, jornal que só foi fazer sua autocrítica em 2013, grandes periódicos como o *Jornal do Brasil* já se posicionavam mais criticamente sobre esses descompassos ao longo da década de 70.

O afrouxamento da censura é visível em algumas colunas, como a *"De mãos dadas",* de Beth Azize[513], onde o periódico deixou escapar algumas dimensões alternativas sobre o sentimento do brasileiro neste contexto:

> Um jornal parisiense diz que os brasileiros festejavam a entrada de "um ano novo otimista, apesar de tudo". Depois de descrever o colorido dos desfiles e expressões de comemoração do ano novo, o jornal pergunta por que o otimismo despertou tanto este país, pelo menos, parte do país que dispõe de meios de informa-se e expressar-se? E alega que tudo isso se deve ao fato de a crise ter sido relativamente evitada em nosso Brasil, pelo menos no que se refere à produção e ao emprego. E também porque os brasileiros, pela primeira vez desde muito tempo, puderam votar livremente há um mês e meio. E também porque acabam de descobrir petróleo[514].

Como em várias manchetes deste ano, onde não se oferecem, com clareza, a origem das fontes da notícia, a jornalista, que mais tarde tornou-se a primeira presidente da ALEAM do estado, fez parte de um seleto grupo de colunistas que utilizavam do jornal *A Crítica* para estruturar candidaturas posteriores[515]. Este "otimismo" exposto dialogava também com outras manchetes que justificam, com base no processo eleitoral do último pleito, as características "democráticas" do governo Geisel. Em texto firmado pelo empresário e presidente da FIESP, Teobaldo De Nigris destacou que

> a "visão serena, objetiva e patriótica do chefe do Estado", para ressaltar a sua indesmentida convicção democrática, no modo como dirigiu e respeitou as "regras da competição eleitoral de novembro último, a mais livre da nossa história[516]".

Seja pelo diretor da FIESP ou pelas palavras da colunista filiada ao MDB, a representação de Ernesto Geisel ao público foi conduzida com muita ambivalência pelo jornal de Umberto Calderaro: de democrata, para moderados, a general para os mais radicais, o que se observa pelas fontes, neste começo de mandato, é uma administração de imagem cautelosa, mas que em virtude do desencadeamento da distensão, teve a necessidade de estabelecer e negociar novos posicionamentos.

---

[513] Elizabeth Azize nasceu em Manacaparu (AM) no dia 1º de janeiro de 1940, filha de Rafael Azize Abrahim e de Olga Azize Abrahim. Em 1960 ingressou na Faculdade de Direito de Manaus, formando-se em 1964. De 1966 a 1970 foi juíza de direito no Amazonas, e em 1971 fez um curso de extensão universitária na Universidade de Lisboa. Nesse mesmo ano tornou-se procuradora jurídica em Manaus, cargo que exerceria até 1976, quando se desincompatibilizou para concorrer a um mandato eletivo. Em novembro foi eleita vereadora à Câmara Municipal de Manaus na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar instaurado no país em abril de 1964. Iniciou seu mandato em janeiro de 1975.

[514] Jornal A Crítica. 5 de janeiro de 1975. *Brasil otimista*. Coluna "De mãos dadas". P. 10

[515] Elizabeth Azize, Aureo Mello, José Lindoso e Fábio Lucena são apenas alguns nomes que, através das colunas do jornal de Calderaro, lançaram-se ao público como candidatos.

[516] Jornal A Crítica, 5 de janeiro de 1975. P. 04. Grifos nossos.

Portanto, as transições estavam em curso e o efeito eleitoral/colateral de 1974 mexeu no tabuleiro do poder de forma incontornável. No Amazonas, os movimentos de Ernesto Geisel, muito em razão da crise do petróleo, colocaram os peões de frente, se anulando, enquanto algumas torres, vendo do alto o que o futuro lhe guardava, começaram seus movimentos de antecipação. Calderaro estava em uma delas, assistindo do alto os desgastes políticos e tirando graça da situação junto a João Miranda, ambos esperando pacientemente o grito de demanda por seus serviços e parcerias. Ele só não contava que a presença de um novo governador, fora do seu eixo de amizades, quebraria o chiste desse momento.

2.2. Henoch Reis: "Preparando o terreno" da ARENA no Amazonas

Com o governo passando por transições e analisando o peso de suas futuras escolhas e renúncias, outras transformações também ocorriam internamente no tabuleiro das disputas da ARENA amazonense. A entrada do novo governador do Estado, no ano anterior, trouxe igualmente uma renovação em seu quadro de aliados políticos.

Com sua escolha homologada no dia 10 de julho, 4 meses antes da eleição, Henoch da Silva Reis foi eleito no dia 3 de outubro de 1974[517]. Sua preferência contrariou os membros da ARENA local, o que sugestionava a montagem de uma nova conjuntura de interesses e estratégias para ao ano vindouro. Em 5 de junho de 1974, para a surpresa de todos, o ministro do Supremo Tribunal Federal de Recursos, um amazonense de Manacapuru, foi oficialmente indicado como sucessor do governador João Walter Andrade. Apesar de ainda não ser de fato eleito, o peso da indicação oficial pelo governo federal era um dos indícios mais claros da futura escolha de ocupação do cargo. O Ministro foi recebido com certa aprovação, inclusive pela oposição que, no entanto, o viu como um "tapa na cara da ARENA".

Sua escolha foi decorrente de uma indicação executada pelo novo poder executivo, servindo de alicerce na região para a reconfiguração política que o partido projetou entre seus líderes mais moderados. Para o *A Crítica*, o governador Henoch Reis era visto como aquele que "prepararia o terreno" para a próxima eleição em 1978, naquele instante projetada, datada e imaginada como direta para cargos executivos. O

[517] Jornal A Crítica, 3 de outubro de 1974, p. 03.

andamento desses processos se alterou completamente com os resultados de novembro e as vitórias da oposição. Portanto, este tópico tem como objetivo apresentar o lugar e as missões desse personagem na trama que, mais tarde, teve ele como o grande articulador do partido governista na capital e, principalmente, no interior.

Vale ressaltar que a escolha por Henoch Reis surpreendeu a todos, na medida em que a decisão pelo seu governo foi externa à votação dos membros da ARENA local[518]. A arbitrariedade da decisão demonstrava um indicativo da prática de interferência do novo poder executivo sobre as chapas estaduais. Tirando-lhes o poder de escolha, a estratégia visava estabelecer alianças mais confortáveis para os projetos e ações do Governo Federal no Amazonas.

O senador Petrônio Portela, que tinha como missão delegar nacionalmente atividades ligadas às sucessões estaduais, encontrou em Manaus grande dificuldade em elencar uma lista comum de nomes, visto que a ARENA local sugeria quantidades proporcionais aos interesses discordantes que ali existiam.

> O que interessa é que hoje já surgem hipóteses que em nada lisonjeiam o Amazonas e sua gente, quanto à capacidade dos homens públicos regionais colocarem de lado suas ambições e interesses. Quando se esperava que o Senador Petrônio Portela pudesse delinear com clareza o quadro sucessório e indicar tranquilamente um nome à altura das funções de mando de que se cogita, eis que aparece em cena atores que se haviam guardados para a hora decisiva. Com isso o processo ganhou novas tonalidades, infelizmente todas elas de cinza carregado o suficiente para toldar a visão do senador e permitir conjecturas que chegam, inclusive, a permitir uma solução extra-amazônica.[519].

Apesar da política de boa vizinhança com o periódico[520], o nome de Henoch Reis passava longe das campanhas internas do jornal *A Crítica*. Enquanto Petrônio Portela procurava equacionar o problema, em 14 de maio o periódico lançou um artigo de primeira página versando sobre uma "pesquisa", sem fonte revelada, com o título de *vontade da coletividade*, na qual destacava os nomes de Frank Lima e Paulo Pinto Nery,

---

[518] O vereador Fábio Lucena, na época, líder do MDB na câmara municipal, comentou em nota através da mesma edição que a não aprovação dos 14 nomes indicados pelo partido demonstrava certo descrédito por parte do governo em relação à ARENA no Estado.

[519] Jornal A Crítica, 25 de Abril de 1974. Editorial, p. 04.

[520] Jornal A Crítica, 4 de julho de 1974, p. 04. Henoch fez uma visita ao jornal com objetivo de agradecer a divulgação da escolha para o governo ainda quando nem tudo estava certo.

políticos que anteriormente já haviam atuado como prefeitos da cidade sob apoio de Umberto Calderaro[521].

Fazendo descaradamente uma ampla campanha popular para que o nome escolhido fosse da capital e, certamente, do agrado de seus pares, o jornal utilizou como pôde dos recursos demagógicos de opinião pública para tentar interferir no processo. Sem sucesso, as alianças com o novo governo iniciaram com enorme polêmica, pois fez emergir disputas internas também no campo da imprensa amazonense[522].

Naquele contexto, a ARENA estava rachada e dividia-se em dois grupos: um, encabeçado por João Walter de Andrade e constituído por deputados estaduais e federais; e outro, liderado pelos senadores José Lindoso e Flávio Brito, candidatos emergentes e simpatizantes aos interesses de Umberto Calderaro. Desse racha, que sugestionou cerca de 14 nomes, deveria sair o indicado. Ministro do Tribunal Federal de Recursos, nomeado por Castelo Branco em 1966, Henoch interrompeu sua carreira jurídica[523] para assumir o desafio de articular em Manaus o projeto "distensionista" do governo, pelo menos em tese. No final de 1976 uma das propagandas mais utilizadas pela ARENA apelou para o fato de Ernesto Geisel ter dado aos amazonenses um governador natural do estado, já que antes dele muitos políticos tiveram seus governos questionados por serem de fora do Amazonas. O antecessor, João Walter de Andrade, sofria muitas hostilidades, acusado de "forasteiro" e "alheio a realidade local". Seu vice, escolhido na plenária, foi o deputado João Bosco Ramos de Lima, presidente da Assembleia Legislativa naquele ano. Importante citar que o MDB também se posicionava, não lançando candidatos ao governo desde o início das eleições indiretas.

Seu currículo era bastante conveniente: nascido no interior do estado, em 9 de fevereiro de 1907, Henoch Reis, após fazer o primário em Manacapuru, cursou humanidades no Colégio Estadual do Amazonas, formando-se bacharel pela Faculdade de Direito do estado; foi professor contratado de Economia Política e catedrático de Direito Constitucional pela mesma faculdade. Foi também professor de Ética da Faculdade de Filosofia e da Escola de Serviço social. Enquanto cargos, o governador já

[521] Jornal A Crítica, 14 de maio de 1974, p. 04.
[522] DUARTE, Durango Martins. *A Imprensa Amazonense: chantagem, politicagem e lama*. 1ª ed. Manaus: DDC Comunicações LTDA-EPP, 2015. P.50. As disputas entre os diretores Andrade Netto e Umberto Calderaro no começo do ano de 1975 tiveram como estopim a perda de alguns privilégios nessa troca de governo.
[523] Apesar de carreira sólida na magistratura, Henoch já havia tido a experiência de ser prefeito de Manacapuru (AM), seu município de origem.

havia sido Promotor de Justiça substituto da Comarca de Manaus; Prefeito de Manacapuru; Membro do conselho administrativo do Estado; Juiz do Trabalho e presidente da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus; Ministro suplente do Superior Tribunal Federal e, enquanto Ministro do Tribunal de Recursos, exercia o cargo de Corregedor da Justiça federal[524].

Com o nome estabelecido e encaminhado, cabia à Calderaro e as elites dirigentes se adaptarem a nova política. Entretanto, para Henoch Reis, uma dupla missão estava posta. Para Manaus, tinha o desafio de equacionar os problemas da ARENA, encontrando uma zona de diálogo entre as políticas estatista do II PND e os privilégios fiscais que as elites dirigentes de Manaus, parasitárias do modelo da Zona Franca, defendiam com unhas e dentes através da ACA.

No projeto, como diz em seu *Discurso de metas*, Henoch Reis enfatizou o desejo do presidente Geisel de evitar o descompasso entre realidade política e o desenvolvimento econômico da região, pois reconhecia que para os anos do seu mantado, a eliminação dessa disparidade:

> Deverá ocorrer no interior de uma ordem jurídica que, ao assegurar os direitos do homem e as franquias do cidadão, conceda ao Estado os instrumentos de autodefesa consagrados pelo consenso nacional e pelo compromisso de permanência histórica como sociedade cristã"[525].

Esse "descompasso" apontava para uma série de instabilidades que o regime autoritário era incapaz de resolver naquele contexto. Desde o golpe de 1964, a imprensa nacional, em sua grande maioria, sustentava as medidas de intervenção em seus editoriais, estabelecendo críticas pontuais em determinadas políticas setoriais do governo, o que só vai ser alterado mais amplamente a partir de 1979[526]. A indicação de um legalista, natural do interior do Amazonas[527] e com pouca trajetória político-partidária dentro da ARENA, evitando articulações locais, apontavam Henoch Reis como uma solução estratégica e funcional para os projetos federais. Entretanto,

---

[524] Jornal A Crítica. 3 de outubro de 1974, p 03. Uma breve biografia sobre o novo governador foi realizada pelo jornal.

[525] REIS, Henoch da Silva. *Discursos e metas no governo do Amazonas (1975-1976*). Manaus, 1978. P. 48. Grifos nossos.

[526] NAPOLITANO, Marcos. *A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985)*. Estudos Ibero Americanos, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017.

[527] O fato de ser oriundo de Manacapuru e professor de Direito, portanto civil, levava prestígio ao nome de Henoch Reis, já que o antecessor, João Walter de Andrade, natural de Aracaju, era constantemente criticado por ser um político alheio às demandas locais, além de ser militar.

mostrava-se uma incógnita para Calderaro e a ACA, receosos de encontrar pela frente outro perfil semelhante ao de Plínio Ramos Coelho, o pesadelo dessas elites dirigentes.

Entretanto, no processo, outra interpretação sobre a escolha de Henoch Reis pode se justificar através de um dos seus projetos mais famosos, o PDA. O *Plano de Desenvolvimento do Amazonas*, iniciado em 1975, tinha teoricamente como objetivo dotar o interior do estado de melhores condições sociais, investindo recursos em comunicação, educação, saneamento e visando, a princípio, integrá-lo à economia da capital. Como vem sendo abordado, o interior do Amazonas tem um papel fundamental nos processos eleitorais. Henoch não só conhecia, como assistiu à evolução dos meios de comunicação chegando aos limites do estado. Essa leitura era preciosa para o governo federal.

No papel ele surgiu como PDA, mas na prática foi lançado como "Operação Ajuricaba" e "Operação Manaus", projetos que visavam ocupar temporariamente, em formato de escala, áreas suburbanas e municípios do interior com o argumento desenvolvimentista de intervenção pacifica, mas que na prática destituiu uma série de líderes políticos e comunitários que não estavam dispostos a se alinhar com as pautas arenistas.

Ele consistia em encaminhar um grupo de universitários para realizar sondagens antes da chegada do Poder Executivo. Parte integrante do Projeto Rondon, a Operação Ajuricaba abriu edital em 13 de junho de 1975[528], escalando jovens pesquisadores para exercer coleta de dados para o governo. Na medida em que os núcleos de oposição eram identificados, as intervenções iniciavam sob o pretexto de estar "limpando a corrupção do município". O legalismo de Henoch Reis pesava exatamente neste argumento e sua atividade foi intensa durante o período de corrida eleitoral para o pleito de 1976. No capítulo 4 aprofundo as ações dessa operação, pois ela teve estreita ligação com a emergência de uma lei que mudou o jogo político nacional.

Portanto, é possível sugerir que a indicação para o cargo de governador tinha também como objetivo reforçar os apoios municipais de uma ARENA dispersa, que, naquele contexto, encontrava-se desnorteada pelos interesses particulares, o que foi notado na visita do Senador Petrônio Portela no ano anterior. A escolha de um legalista,

[528] Jornal do Commercio, 13 de junho de 1975. *Rondon abre inscrição para Operação Ajuricaba*. P. 03.

distante das disputas, sensível às demandas ribeirinhas e disposto a ampliar a zona política de ação do partido, foi, diante dos resultados em 1976, uma estratégia cirúrgica de Ernesto Geisel, mesmo que a contragosto das elites locais.

2.3. Esgotamentos políticos e econômicos

Na questão econômica, o ano de 1975 iniciou carregando na sela uma série de transições. Embora os efeitos da Guerra do Yom Kippur[529] fossem latentes por todo mundo desde 1973, os pilares da crise no Brasil se explicavam muito mais pelo esgotamento de um modelo econômico do que pelas causas externas[530]. O padrão dependente de produção[531] já agonizava, após seu auge, e sua morte eminente viria através do petróleo ou de outro algoz póstero. Desde Castelo Branco, o enforcamento dos salários, o aumento de impostos e das taxas de juros debilitavam o mercado interno, apesar de munir o capital estrangeiro na dinâmica das exportações[532]. A entrada destes recursos, seja para investimentos ou empréstimos, movimentava principalmente a indústria de bens duráveis e o projeto de injeção de crédito, após a breve passagem de Costa e Silva, procurou reanimar o mercado interno, seguindo uma tendência contrária à política creditícia do governo anterior e às custas das liberdades políticas[533].

Apesar de certo controle inflacionário, desde que a junta militar colocou o ex-chefe do SNI na presidência, o general Emilio Garrastazu Medici, os bons resultados da ditadura militar na área econômica vieram de onde as críticas liberais eram mais acentuadas: os investimentos em estatais, medidas protecionistas, legislação da proteção de trabalho e afins. O que segurou o famigerado "milagre econômico" foram as estruturas que trouxeram, nos anos 70, as maiores críticas sobre o descompasso entre o

[529] A guerra foi um conflito envolvendo Israel contra Egito e Síria, em 1973, e teve consequências diretas na Crise do Petróleo, que assolou a economia mundial.
[530] A combinação dos efeitos internos e externos gerada, sobretudo, por uma economia de caraterística dependente, repercutiu no estrangulamento das contas externas e na queda dos lucros, o que consequentemente afetou os investimentos e o ritmo de crescimento da produção.
[531] SOUZA, Nilson Araújo. *A economia da Ditadura e da transição.* In: Ditadura: o que nos resta da transição / Milton Pinheiro. I. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. P. 340.
[532] O fim da lei da Remessa de lucros, que restringia a fuga de capitais para os países de origem, foi um dos grandes incentivos para a entrada do capital estrangeiro no país, embora o mercado nacional só tenha conquistado maior credibilidade a partir do governo Costa e Silva.
[533] Para controlar a oposição resultante da ação dos decretos, o governo acionou o Ato Institucional número 5 que, entre outros poderes, incluiu a ilegalidade das reuniões políticas não autorizadas pela polícia, estabelecendo diversos toques de recolher em todo o país, além da suspensão do habeas corpus por crimes de motivação política.

projeto político e os redirecionamentos econômicos da ditadura. A classe hegemônica que sustentava o regime autoritário observou a entrada de Ernesto Geisel com enorme desconfiança, seja pelo fim do ciclo vertiginoso anterior do PIB ou pela opção por políticas mais intervencionistas[534], como o caso do II PND, uma reinterpretação do projeto desenvolvimentista de Getúlio Vargas.

Importante ressaltar que o fim do "milagre" e do ciclo desta economia subordinada ao capital estrangeiro provocou esgotamentos políticos que revigoraram as forças democráticas, criando coros mais agudos sobre as críticas veladas ao regime. Projetos como a Zona Franca de Manaus começaram a ser questionados e o debate sobre a alíquota de exportação criou rachas entre as elites locais e o governo de João Walter Andrade.

As soluções para atravessar esse modelo de economia dependente não emergiriam sem grandes abalos sísmicos em setores basilares de apoio à ditadura. Mas se discutem opções quando elas existem: manter esse modelo de dependência ao capital estrangeiro transformaria o famigerado "milagre econômico" em uma grande tragédia, levando a crise política a um patamar jamais enfrentado. A ditadura estava encurralada[535], como diz Gaspari, e as opções de estatização formaram, junto ao empresariado nacional, simbioses necessárias para a sobrevivência política diante da seleção natural imposta pela crise internacional.

Com uma crise externa, sem previsão de solução, a saída estatista, mesmo que simbiótica, promoveu rachaduras internas no governo. Diante da recessão, e temendo inflar ainda mais os efeitos sociais da inflação, a escolha mais coerente foi afrouxar a censura e os aparelhos institucionais de coerção, o que gerou, em um primeiro momento, migração e deslocamento de parte dos apoiadores do regime autoritário, enfraquecendo o complexo bloco dominante. A permanência de um padrão de economia dependente afundaria, em um contexto em que a economia Norte-Americana impedia a fuga de seus capitais, a credibilidade militar que, cingida, optou por promover a transição do modelo econômico de forma lenta, gradual e segura.

O que chamamos de "abertura" pode até valer, semanticamente, para o campo político, no sentido de que se promoveram algumas flexibilizações, como na imprensa,

---

[534] NAPOLITANO, Marcos. *A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985)*. Estudos Ibero Americanos, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017. P. 356.
[535] GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

por exemplo. Mas no campo econômico, essa transição de modelos propôs, aos grupos liberais, um claro fechamento de mercado, já que a intervenção do Estado na economia foi maior, mesmo que contemplando algumas empresas privadas nacionais. O problema é que essa contemplação produziu um nível de concorrência que levou os setores privados a usar dos incentivos apenas para a sua manutenção dentro desse espectro de mercado. Isolados, esses grupos utilizariam da liberdade temporária de imprensa para alfinetar o projeto estatizante, trazendo novamente a margem os discursos de anticomunismo, socialismo e afins. É dentro desse ambiente político que o jornal de Calderaro, maior defensor das associações de comércio da cidade, agiu veementemente.

Portanto, é possível observar, até este momento, que as tendências nacionalistas, adotadas por Ernesto Geisel, foram designadas por questões bastante circunstanciais. Tanto sua escolha, pela alta cúpula, quanto o interesse pela superação da condição de subdesenvolvimento do país, foram deliberadas pela demanda política do contexto, que viu nesse caminho, mais moderado, um trajeto excruciante, porém com menores prejuízos à Instituição Militar. A reativação de um programa desenvolvimentista, alvo de inúmeras críticas por parte dos golpistas de 1964, e a necessidade de promover uma abertura política que incitava a oposição, naquele momento reticente, deve ser encarada como uma estratégia de sobrevivência da Instituição militar, que, ao imaginar seu futuro, optou por conduzir em segurança a sua exoneração política.

Como todo o governo, a agenda econômica, em virtude da demanda, teve suas predileções. O foco nacional foi, durante o "milagre econômico", o ramo de bens duráveis, porém as ações do governo decidiram priorizar os setores de bens de capital, insumos básicos e combustíveis. Aproveitando as empresas estatais existentes, financiadas pelos governos anteriores, setores novos foram também introduzidos, como o caso da informática. O objetivo mais imediato do II PND foi a produção de insumos básicos (siderurgia, fertilizantes, metais não ferrosos e petroquímicos), necessários para a movimentação industrial e autonomia de mercado. Projetos como o Pró-álcool, lançado em novembro de 1975, também buscavam, a partir de tecnologia alemã, superar a dependência no setor de combustíveis alternativos.

O resultado foi um crescimento médio de 6,8%, entre 1974 e 1980, menor que o anterior, mas sólido, autônomo e sem atributos de dádiva. Apesar do projeto de substituição de importações ter obtido êxito em vários setores, as liberdades políticas,

em especial a de imprensa, trouxeram voz à oposição liberal destronada pelo projeto desenvolvimentista, que, somado aos escândalos políticos emergentes do fortalecimento da oposição, ganhou coro e quórum para os discursos de abertura política no parlamento. A vitória do MDB em 1974, a morte do jornalista Wladimir Herzog em 1975, a campanha de Sílvio Frota em 1977 e as greves do ABC no final da década foram efeitos colaterais de uma abertura conduzida a contragosto, mas que era impreterível diante da conjuntura nacional e internacional.

Comparado aos desafios de seus antecessores, a maior vitória de Ernesto Geisel, dentro de um mandato tão polêmico e conturbado nos bastidores, talvez tenha sido o sucesso que obteve no controle dos elementos mais radicais do exército. Mesmo diante de tantos escândalos públicos, o êxito do II PND, sustentando a transição "lenta, gradual e segura" de modelos econômicos discrepantes, só foi equivalente à sua decadência. Na medida em que o general sucessor, João Batista Figueiredo, optou em seu governo por um ajuste estrutural que levou o país a uma recessão violenta nos anos 80, reencaminhando o Brasil para os paradigmas de subordinação econômica. Apesar disso, no campo político, o MDB, na carona dos progressivos movimentos sociais de oposição, conseguiu pressão suficiente para extinguir o Ato Institucional N° 5, mesmo que a contragosto da ala radical militar. As condições emergentes deste novo tabuleiro trouxeram novos protagonistas políticos à margem, alguns nem tão novos, mas que conduziram o país a uma nova dinâmica nos anos finais da ditadura.

Dentro desse contexto, as tensões da distensão podem ser observadas através das manifestações públicas do periódico de Calderaro. Como mencionado, desde julho de 1974, o jornal *A Crítica* lançava críticas ao governo, em grande medida motivadas pelo silêncio de João Walter Andrade diante da nova política de ICM direcionada ao Amazonas. Em matéria de capa, o jornal comentava que:

> Queremos referirmo-nos à questão do ICM. Em mensagem ao Congresso Nacional, o Presidente da República, no uso de uma prerrogativa que lhe confere a Constituição Federal (que lhe reserva a exclusividade da iniciativa legislativa sobre matéria financeira de tributária), decidiu por submeter à elevada consideração do poder legislativo, medida de caráter legal que retira dos Estados a autonomia para concessão de isenção do Imposto sobre circulação de mercadorias (ICM), excluindo da propositura a Zona Franca de Manaus[536].

[536] Jornal A Crítica, 3 de janeiro de 1975, p. 01

O Ministro do Interior, Maurício Rangel, visitou Manaus no dia 3 de janeiro de 1975, criando uma atmosfera de expectativas para o empresariado amazonense. Chegando para a solenidade de posse do novo superintendente da Suframa, o economista Aluísio Monteiro[537], a reunião permitiu que o representante da pasta ouvisse as queixas das classes empresariais sobre a defesa de isenção do ICM. O jornal de Calderaro não perdeu a oportunidade e lançou duas matérias especiais, buscando esquentar a opinião pública e pressionar o governo de João Walter Andrade. A arbitrariedade de Ernesto Geisel, ao retirar autonomia dos governos estaduais sobre esse imposto, no caso específico de Manaus, foi o gatilho para a combustão de uma oposição que já via o projeto do II PND com maus olhos. Desde 1967[538], o projeto da Zona Franca buscava estabelecer uma equidade no campo comercial, reduzindo impostos e sendo contemplado com incentivos fiscais que eram atrativos ao capital internacional. Entretanto, a conjuntura de prioridades que governo Geisel estabeleceu para o plano fiscal, principalmente no setor das importações, explicava os motivos do silêncio de João Walter Andrade, ex-superintendente da SUDAM. Além do prejuízo de competitividade, o decreto criaria uma peleja intensa entre o Amazonas e o Pará, um dos estados que defendia a isonomia do ICM. Diante do impasse, o presidente da ACA[539], Elias Benzecry, comentou:

> Nós temos que lutar pelo que é nosso por determinação da autoridade maior do país, a sua Exa. o Presidente da República. Não queremos abrir uma guerra contra o Governo do Pará, pelos problemas que nos causou. Queremos justiça e como ela existe em nosso país, creio que esta questão nós já vencemos, pois não se trata de uma questão do Amazonas, mas sim do Brasil[540].

Para ampliar a zona de ação da nova política econômica, fica evidente que a escolha de Henoch Reis, que já havia passado pelo Ministério do Tribunal de Recursos, não foi gratuita. O perfil pragmático, a visão institucional e sua distância das elites

---

[537] Aluísio Monteiro Carneiro Campelo, economista e administrador, substituiu José Martins de Oliveira Amado, extremamente criticado por baixar a portaria n° 158/74-GS. Esta se tornou polêmica por tratar sobre a política de preços retributivos e internação de mercadorias. Pernambucano, residia no Rio de Janeiro.

[538] A Zona Franca de Manaus é um modelo econômico de desenvolvimento que foi estabelecido na cidade de Manaus em 1967 pelo Decreto-Lei 288. No Brasil, esse período esteve impulsionado pela forte industrialização pelo qual o país estava passando depois do governo de Juscelino Kubitschek. Ainda no governo de Juscelino Kubistchek a Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, criou uma Zona Franca na cidade de Manaus, que na verdade, somente foi efetivada 10 anos depois com o Decreto-Lei 288. Esse decreto alterou e regulamentou a Lei anterior e ainda, aumentou os limites para além da cidade de Manaus.

[539] Associação Comercial do Amazonas.

[540] Jornal A Crítica. 03 de janeiro de 1975. *Rangel Reis e empresários conversam sobre ICM*. P. 03.

políticas mais tradicionais, o colocavam como uma peça estratégica no tabuleiro amazonense da abertura política. O silencio de João Walter de Andrade, em um setor amplamente conhecido por ele, dava a Henoch Reis a deixa sobre como deveria ser sua relação com o governo federal. Os desafios de lidar com a oposição e com os jornais locais de apoio a ACA já eram previsíveis e marcaram a sua passagem de governo.

No dia seguinte, Aloísio Monteiro conseguiu contemporizar as tensões com um decreto de 15 dias que anulava a portaria de seu antecessor. Contudo, as tensões com o estado do Pará não encerraram. Wilton Brito, vice-presidente do Centro de Indústrias do Pará, declarava[541] que os privilégios concedidos ao Amazonas provocavam um desequilíbrio entre as duas "Amazônias", ocidental e oriental, diminuindo a competitividade paraense. A isenção de ICM era vista como privilégio pelo empresariado, exigindo que se estendesse ao estado o mesmo instrumental da Zona Franca de Manaus. Para Wilton, algumas condições não estavam sendo consideradas, tais como: a implantação da malha rodoviária que já ligava norte e sul, o fracionamento de um mercado regional (que já era modesto) e a independência comercial de Manaus, antes mercado cativo de Belém. Estes foram apontados como fatores latentes que geravam enorme prejuízo ao Estado. Para ele, a independência econômica do Amazonas foi conquistada à custa da queda de competitividade do mercado paraense. Destacou ainda que, enquanto o Pará se encaixava no regime de similaridade da importação de equipamentos para a implantação de projetos, no Amazonas a importação era livre, menos burocrática[542] e incentivada.

A vitória quanto à questão do ICM foi sancionada pelo presidente Ernesto Geisel no dia 11 de janeiro, onde decretou lei que proibia aos Estados da Federação o poder de isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, com exceção do Amazonas. Destacou-se, em agradecimento oficial[543], a atuação do Ministro Maurício Rangel, coordenador da ação e dos senadores José Lindoso e Raimundo Parente, representantes no parlamento. Henoch reis só assumiria o cargo dois meses depois, em 15 de março, porém aproveitou o ensejo para conduzir esses processos, fazendo assim

[541] Jornal A Crítica, 05 de janeiro de 1975. *Isenção do imposto de Circulação de Mercadorias divide a Amazônia*. P. 05.
[542] A denúncia argumentava que o cidadão, após obter a aprovação e isenção preliminar da SUDAM, ainda passava por um período de aprovação da política aduaneira, causando ônus adicional aos empresários.
[543] Jornal A Crítica. 11 de janeiro de 1975. *Associação Comercial do Amazonas – Agradecimento*. P. 1

sua primeira relação amistosa com o empresariado local. Uma relação que mais tarde se mostrou bem difícil e complexa.

2.4. Miranda e a inflação da transição

Como visto, o ano de 1975 iniciou com quatro novas configurações: um projeto simbiótico, dando continuidade aos investimentos das empresas-estatais, porém buscando alterar o modelo de subdesenvolvimento; um otimismo vibrante do MDB para as eleições municipais, alimentado pela vitória anterior; um novo governador, em processo de alinhamento com as elites políticas locais; um jornal fazendo campanha política para ACA, grupo que representava a maior parte dos seus clientes de publicidade. Calderaro defendia a Zona Franca de Manaus como quem defende uma mãe e não era por acaso: foi ela quem conduziu o motor de incentivos que retornavam a ele como serviços, seja pelo governo ou através do empresariado.

Em Manaus, o arrocho salarial e a superexploração da mão de obra, eixos que sustentavam o "milagre econômico", eram constantemente invisibilizados pela "cortina de fumaça" de matérias do *A Crítica* sobre uso de drogas, violência familiar e mudanças de comportamento. O jornal, por muito tempo, tratava os assuntos da ditadura como se fossem externos, denunciando os efeitos em países próximos como a Argentina, Chile e, até mesmo, Portugal.

Após o AI-5, em dezembro de 1968, Rodrigo Patto argumenta que a censura deixou o ambiente político dos jornais praticamente irrespirável[544], levando chargistas e colunistas a direcionar seu esforço criativo para temas do cotidiano, trânsito, costumes, inflação ou abordando eventos internacionais, como casos excepcionais e distantes da realidade nacional. A ênfase dos temas que circulam a *Charge do Miranda* desde 1974 foram, em grande medida, direcionados aos assuntos de esporte, crimes de arma de fogo, comportamentos subversivos e serviços públicos. Contudo, as charges com temas sobre preços e custo de vida começaram a rodar com mais regularidade no final do ano de 1974, próximo à eleição, o que não pode ser uma coincidência. Para contemplar o

[544] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *MDB e ARENA nas charges: a imagem do sistema bipartidário da ditadura em disputa.* Op. Cit. P.15

recorte e dar certa objetividade, tratarei apenas as publicações do mês de passagem para 1975, demonstrando como a coluna circulava neste cenário de transição.

Analisando os registros de trabalho de João Miranda é possível observar que sua média salarial ficou congelada de 1974 até 1979, sem sofrer reajustes[545]. Com um salário de Cr$585, utilizarei, para fins de medição, esse valor para fazer comparações equivalentes aos reajustes emergentes nesta transição para 1975. Importante ressaltar que o Ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, era um crítico da indexação, corrente econômica que faz crítica ao combate inflacionário que usa do caminho da correção monetária e salarial como medida para o controle de desvalorização da moeda. Para Simonsen *é preciso compreender que, se todos reajustam salários, preços e lucros na proporção da inflação passada, o melhor que se pode conseguir não é estabilizar a moeda, mas apenas estabilizar a taxa de inflação*[546]. Apesar do conflito, é importante citar que, segundo Valdir Ramalho[547], Simonsen considerava o ajuste de controle de preços, mas nunca em sua forma extremada, como o caso do congelamento que era executado pelo governo.

Como o cotidiano emerge temas diversos, situarei apenas os que aparecem com mais destaque na coluna de Miranda nesta passagem de ano. E este iniciou com o aumento das tarifas telefônicas, principalmente as de extensão internacional, seguindo o impacto da carência de dólar no mercado. No dia 9 de janeiro, a *Telemazon*, telecomunicações do Amazonas S/A, publicou uma lista com todos os reajustes válidos para o primeiro trimestre, o que não escapou da sagacidade de Miranda neste começo de ano.

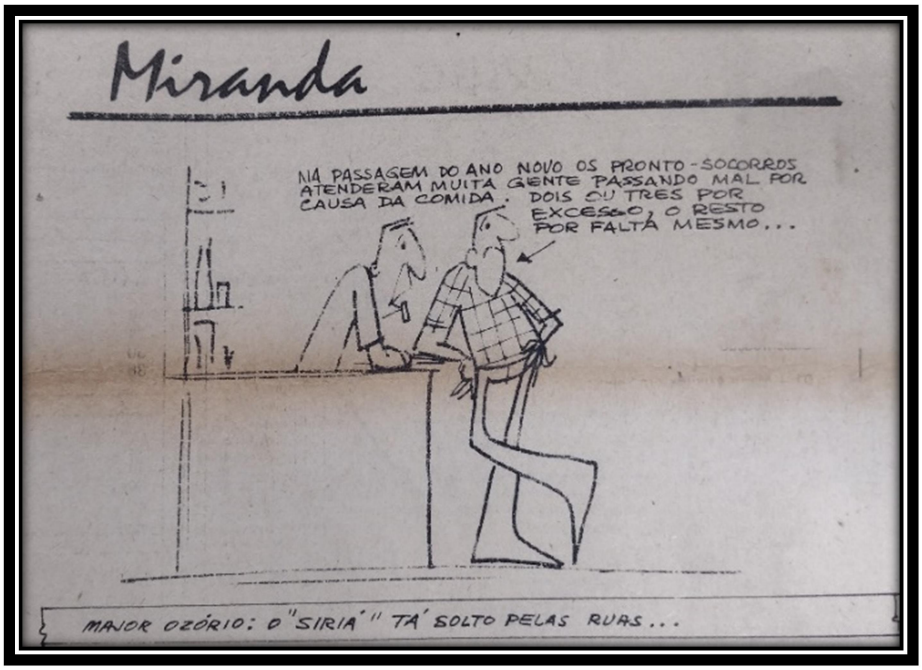
---

[545] Como explicado anteriormente, a política econômica do PAEG promoveu, além da redução, um congelamento dos salários e do poder de compra do trabalhador, reduzindo demanda com o aumento de juros e impostos sobre itens básicos. Mesmo com o sucesso exportador do "milagre econômico" e os investimentos em estatais do II PND, a decisão pela superexploração da mão de obra e do arrocho salário se mantiveram por toda a década de 70.

[546] SIMONSEN, Mario Henrique. *Palestras e conferências:* 1978, Rio de Janeiro IN RAMALHO, Valdir. Simonsen: pioneiro da Visão Inercial de Inflação. RBE. Rio de Janeiro. 2003.

[547] RAMALHO, Valdir. *Simonsen: pioneiro da Visão Inercial de Inflação.* RBE. Rio de Janeiro. 2003. P. 11.

Charge 07[548]



- Na passagem do ano novo os pronto-socorros atenderam muita gente passando mal por causa da comida. Dois ou três por excesso, o resto por falta mesmo.

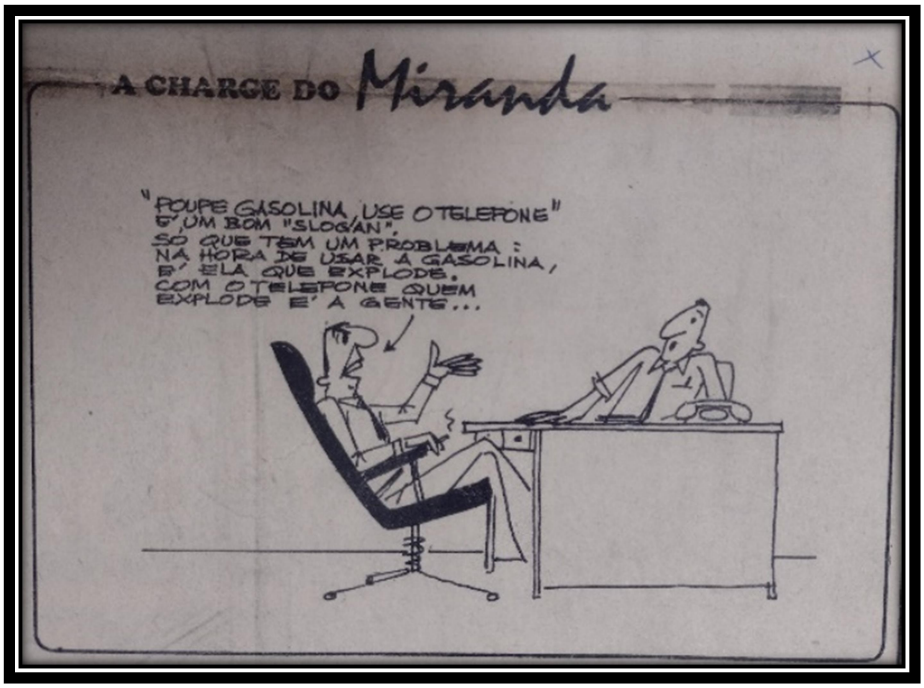
O processo humorístico que levou Miranda a captar e criar a partir do espectro cômico da "fome dentro de um milagre econômico", provavelmente obedeceu a dois caminhos: primeiro, a um extremo descompasso entre a publicidade desenvolvimentista e a realidade de um público popular, que na tragédia de rir sobre suas próprias crises, se identificou com a mensagem. Segundo, por uma estratégia política de alfinetar o novo governo, levando a crise econômica ao drama narrativo da piada entre os dois "chefes de família" [549]. Apesar do mês de janeiro tradicionalmente vir acompanhado das "ressacas" de gastos de fim de ano, o aspecto da regularidade sobre o assunto da fome e a falta de acesso a gêneros básicos denunciava os rastros de um problema compartilhado.

É importante citar o uso da inferência[550] no processo de compreensão, uma vez que o leitor, ao se deparar com o conteúdo da charge, utilizou dela para preencher

[548] Jornal A Crítica, 09 de janeiro de 1975. P. 04.
[549] Importante destacar, segundo o levantamento de fontes do recorte, que em temas sobre política e economia, as mulheres não são representadas por Miranda. Geralmente as conversas são ambientadas em bares ou abertamente na cidade, com pequenos traços ao fundo indicando o lugar das conversas.
[550] LIMA, Maria Francisca Morais. *O humor como estratégia de compreensão e produção de Charges: um estudo inferencial das charges de Myrria.* Tese de doutorado. PUC, São Paulo. 2015. O uso raciocínio concluído ou desenvolvido a partir de indícios, de pistas, de sinais ou vestígios é um dos elementos mais utilizados por esse tipo de conteúdo jornalístico. Diferente da caricatura, que usa da característica ressaltada para definir um objeto, a charge tem geralmente o objetivo de transmitir uma mensagem pela dinâmica da ironia, principalmente em temas relacionados a economia e política.

lacunas de sentido que foram deixadas de propósito pelo autor. A incongruência intencional atribuída na narrativa da charge evidencia o objetivo do discurso. A charge, como um texto de opinião, requer do leitor um desenvolvimento de habilidades contextuais para a produção de sentido[551]. Miranda, ao manter um tema com certa regularidade, demonstrava ter, naquele momento, segurança quanto ao compartilhamento semântico dos códigos da charge pelo público.

Charge 08[552]



- "Poupe gasolina, use telefone". É um bom "slogan". Só que tem um problema: na hora de usa gasolina é ela que explode. Com o telefone quem explode é a gente.

Novamente apresentando dois homens, o debate se transferiu para o ambiente de trabalho. Curiosamente, Miranda mantém a regularidade de três ambientes quando trata de política: o escritório, a cidade e o bar[553]. Alguns elementos também eram constantes quando Miranda encaminhava determinadas piadas para grupos de classe média: cigarro, cadeiras grandes, telefones de mesa e temas sobre trânsito. Esses elementos foram recorrentes em outros trabalhos abordados nesta tese.

[551] Curiosamente, com o maior alcance das redes sociais hoje, chargistas como Carlos Myrria incluem nas suas publicações textos autoexplicativos. Esse comportamento de publicação indica que as charges de Miranda nesse contexto, quando autorizadas pelo diretor, saiam dos galpões do A Crítica com alvo certo, sem a preocupação de unanimidade humorística.

[552] Jornal A Crítica, 06 de janeiro de 1975. P. 04

[553] Sistematizando as falas dos familiares do chargista em pesquisa, a vida de João Miranda mantinha com regularidade a frequente presença nos bares do centro da cidade, região onde estava endereçado também o seu lugar de trabalho, na rua Lobo D'Almada. Estando na zona central de Manaus, um dos poucos lugares com prédios, quando o desenhista ambienta as falas sobre política e economia, provavelmente, ambienta seus próprios lugares de sociabilidade.

Além da polêmica da comunicação, a charge contemplou ainda outro fato que já era bem presente desde o início de 1974: *o aumento constante do combustível*, o que refletia consideravelmente nos preços de vários alimentos de deslocamento interestadual, como o trigo, por exemplo. A gasolina sofreu reajuste no dia 15 de janeiro de 1975 para Cr$ 2,00, o que impactou nos preços dos demais serviços. Contudo, dias antes, em 06 de janeiro, a notícia já estourava:

> O aumento no preço da farinha de trigo deve trazer um pão mais caro, segundo o presidente do Sindicato dos Panificadores de Manaus, Sr. Délio Santiago de Farias. Um memorial pedindo o aumento vai ser encaminhado à SUNAB e na quarta-feira o Sindicato reúne em sua sede própria para apreciar o aumento[554].

O aumento, segundo declarou o sindicalista Délio Farias, esteve relacionado à utilização de derivados do petróleo na distribuição do produto, além do custo da farinha de trigo, mais cara desde novembro de 1974. O sindicato exigia um aumento correspondente a 30%, conquistado no dia 11 de janeiro. A partir desta data, a SUNAB (Superintendência Nacional do Abastecimento) aprovou o reajuste do quilo do pão, passando ele a custar Cr$ 3,52. Levando em consideração o consumo diário do alimento, o custo médio do pão passou a Cr$ 97,50, uma média de 17% do salário base utilizado para avaliação.

Outro acréscimo que foi bastante discutido nessa transição relacionou-se ao preço da carne[555]. A intervenção do governo, impedindo a liberação dos preços, incomodou bastante os representantes dos frigoríficos. Para o governo, o aumento da gasolina e de outros produtos[556], incluindo o cigarro, provocaria uma elevação no custo de vida, criando desconfortos maiores em um contexto já delicado. No dia 9 de janeiro de 1975, os produtores ligados à *Associação Brasileira de Criadores de Nelore* criticaram mais uma vez a medida de Mario Simonsen, Ministro da Fazenda, argumentando que o impedimento de alterações, além de um desestímulo, poderia, em longo prazo, levar à falta do produto no mercado nacional.

---

[554] Jornal A Crítica, 06 de janeiro de 1975. *O pão sobre novamente.* P. 01.
[555] Vale destacar que os debates e denúncias sobre o controle do preço da carne já vinham do ano anterior, o que inclusive custou a impugnação da candidatura de Fabio Lucena.
[556] Jornal A Crítica, 08 de janeiro de 1975. *Carne não subirá de preço*. P. 02.

Charge 09[557]



- A gente conhece a carne congelada pelo preço: é de arrepiar

Os homens, agora ironizando o preço da carne, apontam o estado da crise. Vale ressaltar que, para o fenômeno cômico, o contraste é um dos elementos que podem ser utilizados no processo humorístico que resulta, ou não, no estímulo do riso. Só haveria contraste para esse tema se, na outra margem, a imagem da economia estivesse sendo vendida como "competente e equilibrada". As mãos, transmitindo impotência e desânimo em ambos, colocam a charge dentro de um trocadilho com a política de congelamento de preços, já produzindo rastros sobre as intervenções do governo na cidade. Entre seus interlocutores, o movimento denota um jogo de palavras simples e elementar, mas na dimensão conotativa alfinetava os responsáveis por colocar o povo nessa "fria".

E de fato os efeitos do congelamento de preço apareciam via denúncias da FRIGOMASSA, frigorífico municipal que controlava a fiscalização do abastecimento. Os preços vendidos ao consumidor pelos "magarefes", açougueiros dos mercados locais, sofriam aumentos médios de 30%. Para ter uma ideia, o repasse das carnes, dianteira e traseira do boi, era tabelada em Cr$14 o quilo. Nos mercados pela cidade o quilo era repassado a Cr$20. Esse reajuste manual da inflação, muito criticado pelo perfil Mario Simonsen, foi constantemente fiscalizado, o que certamente criou extremos

[557] Jornal A Crítica, 16 de janeiro de 1975. P. 04.

ranços nos bastidores da Associação Comercial do Estado. Dentro da média de salário utilizada, comer carne todo dia, mesmo dentro da tabela, correspondia a quase 90% da renda mensal. Para isso eram apresentadas outras opções, como a tabela do frigorífico apresentou[558]:

Tabela 01[559] **Preços de proteínas – Janeiro de 1975**	
Carne bovina	
Fígado	Cr$ 11,00
Língua	Cr$ 11,00
Rabada	Cr$ 11,00
Bucho	Cr$ 7,00
Coração	Cr$ 8,00
Rins, miolo, tripa, pulmão	Cr$ 4,50
Mocotó	Cr$ 2,00
Carne industrial (Picadinho misto)	Cr$ 8,00
Fraldinha	Cr$ 10,00
Carne Suína	
Carne	Cr$ 11,00
Fisuras (fígado, bucho, coração)	Cr$ 4,00
Cabeça	Cr$ 2,50
Pés e rabo	Cr$ 7,50
Carne de cabeça	Cr$ 2,50
Orelha e papada	Cr$ 2,50
Banha	Cr$ 3,00
Subprodutos	
Sebo industrial	Cr$ 4,50
Couros bovinos	Cr$ 1,80
Farinha de carne e osso	Cr$ 1,90
Farinha de sangue	Cr$ 2,10

Tabela de preços, janeiro de 1975

É notável que o carro-chefe de toda a crise econômica passava pela política do combustível, escasso pela crise internacional. O governo, em seus discursos, ponderava a prática de racionamento, que inclusive foi matéria do jornal no dia 12 de janeiro[560]. Para se ter uma ideia, um tanque de gasolina cheio custava em Manaus uma média de 67 cruzeiros, o que, em 4 semanas levaria mais de 50% do salário de um trabalhador médio, onde se encaixa a categoria de Miranda. No dia 10 de janeiro, o aumento

[558] Jornal A Crítica, 31 de janeiro de 1975. *Frigomassa: Magarefes exploram porque querem.* P. 02
[559] Quadro baseado nos valores do frigorífico para o mês de janeiro de 1975
[560] Jornal A Crítica, 12 de janeiro. *Economize gasolina*. P. 07.

constou em 10,88%, argumentando que esse custo do petróleo bruto foi definido verticalmente pela OPEP. Outro produto essencial que passou por alteração foi o gás liquefeito, que sofreu um aumento de 8,18%[561]. A campanha de racionamento, encaminhada pelo governo, alimentou temas para vários trabalhos de Miranda neste mês:

Charge 10[562]



- Na hora do "racha" os taxis não estão mais recusando passageiros. Eles agora não levam a gente que é para economizar gasolina.

Na charge, os homens, já no ambiente da cidade, onde os traços retangulares ao fundo e os carros a localizam, discutem sobre o horário de fluxo. As mãos, novamente, transmitem ao leitor apreensão e insegurança, elementos recorrentes na metodologia de Miranda em charges onde a informação não denotava segurança. Um debate interessante levantado por Rodrigo Patto consiste em questionar se esse tipo de recurso é mais ou menos válido, no sentido informativo, do que uma crônica ou um noticiário sobre o tema. Para o autor, mesmo que o assunto seja redundante, a forma como é apresentado traz uma essência e um impacto diferente nos leitores[563]. Diante dessa "maneira de contar", é importante atentar para este poder heurístico, onde através da ancoragem uma informação pode ser julgada e simplificada rapidamente a partir de elementos similares, tendo, portanto, um alto grau de transmissão. Nesse sentido, a

[561] Jornal A Crítica, 10 de janeiro de 1975. *Gasolina mais cara, amanhã.* P. 02.
[562] Jornal A Crítica, 10 de janeiro de 1975. P. 04
[563] MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. P. 27

categoria dos taxistas foi generalizada, não só pelo texto, mas através dos detalhes ao fundo do ambiente. Os taxistas foram retratados diversas vezes por Miranda como um grupo que abusava da velocidade e não seguia limites de trânsito. Ou seja: a charge alfinetava a categoria no texto e deixava ao fundo outros elementos que encorpam o teor da crítica, usando uma linguagem transversal que não está posta em primeiro plano, mas que alimenta a mensagem.

Além desse fato sensível aos interlocutores[564], o novo percentual de 10,99% aumentou a gasolina de Cr$ 1,79 para Cr$ 1,99. O botijão de gás, vendido em 1974 a Cr$28,56 passou para Cr$30,94, entre outros aumentos. Os revendedores acusavam o governo pela política de preços, declarando que muitos postos, sem lucro, estariam fadados a fechar. Para eles, naquele contexto, era melhor abrir uma loja de artigos na Zona Franca do que revender derivados de petróleo[565]. As fontes e a ironia de Miranda reforçam a emergência do descontentamento do empresariado amazonense com as intervenções do governo Ernesto Geisel, onde o *A Crítica* foi o seu principal veículo de frustrações.

De volta ao contexto, como é possível observar, o choque entre a Associação do Comércio do Amazonas e a política intervencionista do II PND foram exploradas pelo jornal, tanto pelas constantes manchetes, quanto pela ironia das narrativas de Miranda, arauto gráfico de Calderaro. A ênfase na intervenção e no controle dos preços tornou-se a pauta regular dessa transição, colocando o *A Crítica* como a voz ativa dos representantes da classe comercial, em choque com a alteração dos modelos econômicos.

Outro produto tabelado pelo Ministério da Agricultura e fiscalizado pela SUNAB foi o leite, matriz para diversos alimentos, que no dia 15 de janeiro estabeleceu um valor de Cr$ 2,60 pelo litro, 13% do salário mensal utilizado aqui para medição.

---

[564] MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Op. Cit. P. 25. Rodrigo Patto oferece um bom argumento sobre o grau de consubstancialidade que esses materiais podem oferecer. Para o autor, caricaturas e charges, sendo versões distorcidas da realidade, têm no máximo a capacidade de expressar aspectos do mundo sensível. Assim, sua linguagem não impede de serem vistas enquanto fontes e objetos de informação, capazes de traduzir leituras sobre a sociedade.

[565] Jornal A Crítica, 11 de janeiro de 1975. *Gasolina: motoristas temem despesas com novo aumento*. P. 02.

Charge 11[566]



- Seo Carmona: põe aí um litro de leite, meio quilo de pão, meio de café, meio de feijão e cem gramas de manteiga.
- Oba, na tua casa é festa este mês?

Como dito, as representações de Miranda, quando tratavam sobre as discussões políticas e econômicas da cidade, possuíam lugares chaves, quase sempre referenciando os ambientes que frequentava, como o caso do Bar do Carmona[567], um estabelecimento localizado na Lobo D'Almada, mesma rua da antiga sede do *A Crítica*. Vale destacar que, provavelmente, esses modelos híbridos de publicação eram boas moedas de troca para Miranda. Uma charge caricaturada, publicada em um jornal de alta circulação, certamente garantia ao chargista alguns privilégios.

Na charge, Miranda fez uso de um aspecto recorrente em seus trabalhos: as caricaturas circunstanciais[568]. Na sua evolução de traço, esses elementos se tornaram

[566] Jornal A Crítica, 26 de janeiro de 1975. P. 04
[567] Jornal A Crítica, 19 de abril de 1974. Caderno Especial. Na matéria sobre os 25 anos do jornal, o redator Ulisses de Azevedo comentou: o bar avenida fechou. "A leitaria e o bar American não existem mais. Mas sempre se encontrará um cantinho no Carmona, para uma cervejinha gelada, ou um vinho, como gostava. Em sua homenagem, velho".
[568] RIANI, Camilo. *Tá rindo do quê? (Um mergulho nos salões de humor de Piracicaba).* Piracicaba: UNIMEP, 2002. In GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Conceito de Caricatura: Não tem graça nenhuma*. Artigo publicado em Domínios da imagem, Londrina, Ano I, número 2, página 7-26, maio de 2008. Para Camilo Riani, a Caricatura pode ser definida como um desenho humorístico que prioriza a distorção anatômica do objeto, geralmente com ênfase no rosto ou em partes marcantes do sujeito identificado. O objetivo concentra-se em ressaltar algum traço físico (Nariz grande, boca pequena, corpo gordo ou magro), ou mesmo da personalidade do objeto risível. Quanto a Charge, Riani comenta que sua característica principal se enquadra enquanto um modelo de desenho humorístico sobre um fato, ocorrido recentemente na política, economia, na vida cultural, etc. Define-se, sobretudo, pelo aspecto temporal e crítico, o que particularmente para os historiadores pode servir como um campo vasto para estudos sobre os aspectos culturais de uma determinada sociedade. Dentro deste campo, podemos definir que uma

constantes a partir dos anos 1980. A prática, de citar personagens políticos, bares ou pessoas simples do seu cotidiano particular em charges públicas, reforçava ainda mais a identidade do jornal entre seus interlocutores, além de oferecer certa credibilidade aos citados. Durante o período eleitoral, Miranda utilizou desse recurso para dar ênfase e ativar processos humorísticos objetivos.

Outro artifício bastante utilizando pelo chargista nesse e em outros trabalhos apresentados nessa tese foi a *expressividade dos olhos*. Carmona, apesar do sorriso destacado, denuncia a preocupação a partir das sobrancelhas fechadas, expressão também compartilhada pelo cliente. Detalhes que, para além dos elementos iconográficos, permitem também acesso a dimensão iconológica da coluna. Sobre esses termos, apesar de serem usadas pela tradição da *Escola de Warburg* para obras clássicas de arte, as categorias criadas por Erwin Panofsky podem ajudar a desmembrar as camadas que compuseram os trabalhos da coluna. Para o autor, existem 3 níveis de interpretação: o pré-iconográfico, mais voltado para o significado natural e elementar; o iconográfico, direcionado para o sentido estrito e convencional; o iconológico, canalizado para alcançar o significado intrínseco[569]. Portanto, ao longo dos trabalhos apresentados nesta tese, esses termos podem ser citados como referência para localizar a camada que está sendo abordada no momento da análise.

De volta ao contexto, se o governo tentava reduzir o impacto da crise no setor de alimentos, no ramo da energia os cortes e aumentos eram consideráveis. No mês fevereiro o preço da energia chegou a aumentar 18,13%, complicando ainda mais o setor de serviços. O aumento do gás de cozinha foi proporcional a sua escassez: no dia 21 de janeiro o *A Crítica* denunciava as longas filas formadas pelo botijão, sanada pela chegada de 70 mil barris de petróleo bruto do Peru[570], o que amenizou a demanda. Um relato de Jaci Grande, doméstica e moradora do conjunto ICA, sobre o processo de obtenção da sua botija, ajuda a visualizar em parte o contexto de racionamento:

> "O almoço lá de casa sempre é feito com atraso, em virtude de eu ter que ir comprar o produto naquele depósito e não poder conseguir um botijão de gás com facilidade. Desde a semana passada – esta é a terceira vez que estou

caricatura pode ser cômica, mas não necessariamente precisa ser crítica. Já a charge, pode utilizar-se de elementos caricaturados, mas sua grande importância está exatamente no seu perfil crítico.

[569] BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Tradução Vera Maria Xavier dos Santos; Revisão técnica, Daniel Aarão Reis Filho. Bauru, SP: EDUSC, 2004. P. 45.

[570] Jornal A Crítica, 21 de janeiro de 1975. *Petróleo chega hoje e termina a crise do gás.* P. 01

> neste depósito – que venho lutando para conseguir um botijão. Hoje de manhã, graças a Deus, consegui comprá-lo"[571].

Entre outras necessidades, um acordo feito entre empresários do setor e a Suframa, no dia 22 de janeiro[572], trouxe isenção de taxas para gêneros alimentícios de primeira necessidade, o que atenuaria os ânimos do mercado consumidor. Importante notar as estratégias que o governo Ernesto Geisel aplicou contra o custo de vida social em Manaus, tentando ao máximo minimizar os efeitos da crise de transição.

Neste mesmo mês a SUNAB anunciava uma portaria[573] para o controle de preços de gêneros alimentícios praticados por hotéis, restaurantes, bares e similares. A portaria visava controlar os níveis de preço que chegavam a uma média de 700%, relatando ainda que o aumento era mais abusivo em espaços frequentados por turistas. A portaria forçava o comerciante a comunicar a SUNAB a tabela de preços utilizada e fornecer ainda os cardápios projetados para o mês.

Assim, as previsões para a economia do ano de 1975 eram bastante negativas. Um estudo da Fiesp-Ciesp[574], publicado pelo jornal, inclusive comparou o consumo industrial de energia elétrica da Região Rio-São Paulo nos dois últimos anos, apontando que houve, entre eles, um declínio de quase 3% no final de 1974. Apesar do pessimismo da classe empresarial, para o governo a porcentagem era uma vitória, visto a conjuntura internacional e a transição de modelos econômicos.

Como é possível observar, a apresentação desse e de outros estudos pelo *A Crítica* tinha o intuito de esquentar a opinião pública sobre os prejuízos da classe empresarial. A defesa da Zona Franca e de seus incentivos passava, sobretudo, pelos interesses comerciais da empresa de Calderaro, a maior vitrine comercial do Amazonas entre os jornais impressos da época. Os choques entre o modelo de intervenção econômica de Ernesto Geisel e as reações do empresariado local, ansiosos pelos privilégios fiscais, tinham no diretor uma voz ativa de defesa dos seus interesses de classe. Foi a partir dela e de seus favores que Calderaro montou o seu legado.

---

[571] Jornal A Crítica, 21 de janeiro de 1975. P. 03. Segundo a Fogás, empresa fornecedora do serviço, o atraso era pontual, apesar dos moradores declararem que o produto estava escasso há um tempo.
[572] Jornal A Crítica, 22 de janeiro de 1975. P. 02.
[573] Jornal A Crítica, 25 de janeiro de 1975. *Sunab vai controlar preço das refeições.* P. 04.
[574] Jornal A Crítica, 27 de janeiro de 1975. *Economia declina depois de 10 anos.* P. 01.

Quanto às charges de Miranda sobre esse tema da inflação, observou-se no ano de 1976 uma movimentação deliberada sobre o tema do custo de vida. Aumentando consideravelmente as produções sobre esse tema em momentos específicos do ano, mais do que enfatizar um problema sensível aos seus interlocutores, é possível deduzir, pela dinâmica dos seus acordos políticos, que ocorreu um planejamento de ênfase pelo jornal, buscando selecionar alguns espectros cômicos, evitar outros e assim iniciar processos humorísticos circunstanciais para públicos determinados.

CAPÍTULO 3. Charges, tribunas e publicidade do Poder: estratégias do *A Crítica* no mercado de comunicação amazonense

Saindo do campo das disputas econômicas e políticas onde o jornal *A Crítica* se inseriu como defensor dos privilégios da Associação Comercial do Amazonas, foi possível observar que houve um choque entre os interesses da entidade e a nova política encaminhada por Ernesto Geisel, através do seu arauto, o governador do Amazonas Henoch da Silva Reis. Esse choque interferiu na liberdade de preços e promoveu prejuízos para as elites dirigentes do comércio, que desesperadas, apelavam para o jornal e suas linguagens para questionar o governo, movimentando assim a opinião pública em busca de barganha política. Como foi possível observar no capítulo 2, em um primeiro momento, essa relação foi conflituosa e desconfiada, mas, com o decorrer dos projetos e processos, percebeu-se que um acordo bem justificado preservaria dedos e anéis, e ainda assim estariam de "mãos dadas com o povo".

De um lado, uma ARENA desesperada, desnorteada e em queda de credibilidade. A cada visita do senador Petrônio Portela, uma solução e dois problemas na bagagem, o que levou Ernesto Geisel a interferir nesse processo, inserindo no meio do caos arenista um jogador "neutro", técnico e pragmático, capaz de, no pior dos cenários, encontrar uma resposta burocrática e amarrada com os desígnios do presidente. Do outro, um diretor que, cansado de historicamente depender das vontades políticas, começou um projeto audacioso, visando a sua independência. A ditadura já havia oferecido a ele toda a estrutura necessária para o seu domínio de mercado, concedendo prestígio e enterrando concorrentes. O *A Crítica* assumiu o protagonismo das publicidades de firmas, pequenas empresas, serviços e indústrias instaladas pela Zona Franca de Manaus. O modelo econômico da ditadura pelo Brasil estava em decadência e, cada vez menos, ofertava privilégios às classes que o sustentavam[575]. No capítulo 2 se analisou que o principal ponto de crítica dos jornais do Sudeste era o descompasso entre a política e a economia. Contudo, em Manaus, essa dinâmica teve suas particularidades, já que as elites liberais adoravam estar amparadas no nível fiscal pelo Estado.

[575] NAPOLITANO, Marcos. *A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985)*. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366. 2017. O autor faz um excelente balanço a partir dos editoriais de 4 periódicos da grande imprensa, demonstrando as mudanças de comportamento dos jornais em relação ao governo militar. Como metodologia utilizou os materiais de aniversário do golpe 1964 para analisar as vicissitudes do processo.

Enquanto o modelo da Zona Franca de Manaus estivesse garantindo o lucro parasitário dos dirigentes da Associação Comercial do Amazonas, a ditadura era, para eles, uma "ditabranda". Contudo, com as crises internacionais, foi necessário encontrar um meio termo de usos para o AI-5. Ernesto Geisel, encurralado, precisava da imprensa para manter a governabilidade diante das alas radicais, mas não abria mão do decreto. Com o Amazonas gozando de certos privilégios fiscais em meio a inflação de outras capitais, um ciúme em torno da Zona Franca começou a crescer, como há até hoje, levando outras capitais, e até mesmo estados vizinhos, a atacar constantemente o projeto. Tendo em vista que Calderaro era o gladiador da ACA, manto herdado de seu mentor, Álvaro Maia, qualquer governador alinhado a ele representaria mais o interesse do projeto do que a governabilidade do presidente na região.

Diante desse cenário e das políticas verticais do II PND que, querendo ou não, chegariam ao Amazonas através de Henoch Reis, foi necessário encontrar um caminho alternativo de sobrevivência. Se não tinha como bater de frente com o Estado, o jargão popular diz que é o melhor seria se unir. Mas Calderaro foi além, encontrando uma debilidade que, naquele contexto, apenas ele, em Manaus, tinha o poder de sanar: a opinião pública sobre o partido.

A ARENA amazonense não dispunha de candidatos populares como o MDB e as eleições de 1974, com o tipo de debate permitido, apenas reafirmou isso. Candidatos como Evandro Carreira (MDB), com uma oratória intensa e teatral, dominou facilmente esses cenários, se elegendo em 1974. Contudo, da mesma forma que se sobressaía com o seu poder de oratória, característica que até lhe rendeu prêmios[576], era, desde o governo Arthur Cézar Ferreira Reis, um simpatizante dos governos militares, como foi até o fim da vida[577].

Calderaro precisava jogar dos dois lados com sobriedade. Para isso, era necessário ter um representante popular que falasse a linguagem do povo e tivesse poder de atrair a atenção das massas encantadas com a televisão, mas que fosse também aberto a negociação dessa virtude. O diretor, apesar de muito conhecido, não era político e

[576] TV Cultura, Programa *Viva Memória*, 2011. Durante a entrevista, Evandro Carreira contou o episódio onde, através da Faculdade de Direito, venceu um prêmio nacional de oratória no Rio de Janeiro em 1957.
[577] TV Cultura, Programa *Viva Memória*, 2011. Durango Duarte entrevista Evandro das Neves Carreira. Durante a conversa, quando questionado sobre possíveis projetos para o país, o ex-senador, que se declarava um socialista, comentou que o melhor para o país seria uma nova ditadura militar, mas sob outros critérios. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X86KoVD5vHU.

nunca teve, como visto, pretensão de assumir cargos públicos[578]. Gostava dos bastidores e de movimentar as cordas à distância. Escolhido esse arauto, Calderaro precisava de um mediador de linguagem para acessar os limites da alfabetização parca de uma cidade composta por um alto fluxo de migrantes e de uma classe média semianalfabeta[579]. Ela seria o ponto de acesso para alimentar, cotidianamente, a partir da experiência risível de temas selecionados, sentimentos de simpatia ou descontentamento com o governo. Definido o arauto e um mediador sensível ao humor popular, o diretor precisava ainda de uma reformulação gráfica e de um projeto de alcance comunitário, que barganhasse o interesse dos representantes políticos. Esses grupos, incompetentes para lidar com as novas ferramentas de comunicação, imploravam para participar dos projetos publicitários da empresa da família Calderaro. Dentro dessa última demanda, o diretor conseguiu acertar dois partidos com uma única "paulada", tornando a cena do bipartidarismo dependente dos seus serviços e projetos.

Essa estratégia de "sobrevivência" deveria ser conduzida de maneira muito cautelosa, evitando empastelamentos e sem transparecer qualquer afinidade com as esquerdas silenciadas pelo AI-5. Ele começou se reaproximando de um antigo funcionário, o jornalista e sindicalista Fábio Lucena. Depois, tirou João Miranda de coadjuvante da *Sim e Não* para atuar de forma destacada no centro da página 4, como uma arma política para alfinetar desafetos e levantar a imagem pública de parceiros para essa empreitada. Depois disso, importou mão de obra especializada para mudar todo o *lay out* do seu jornal e assim se tornar um veículo sedutor para um público carente por linguagens mais acessíveis. Por fim, com esse mesmo arquiteto chamado Oséas de Carvalho, lançou aquele que seria o seu maior veículo de comunicação com as comunidades carentes da capital e interior, *O Peladão*.

Esses quatro vetores foram as peças principais da engrenagem que levou Umberto Calderaro, nos anos 1980, a se tornar não só mais um diretor de jornal com alta circulação, mas o empresário capaz de colocar e derrubar qualquer político ou adversário que desejasse entrar no seu caminho. Todo esse poder começou na virada dos anos 1970 e João Miranda foi parte desse projeto. Portanto, começarei a partir dele, a

[578] A única exceção foi sua pré-candidatura em 1990, mas que declinou pouco tempo depois.
[579] Em 1970, a taxa de analfabetismo no estado do Amazonas era de aproximadamente 40,9%. Já em 1980, essa taxa caiu para cerca de 30,5%. Esses dados são provenientes dos censos demográficos do IBGE, disponível em: https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=CD101

partir do momento em que Umberto Calderaro transformou João Miranda em *A Charge do Miranda*.

3.1. De Miranda à *A charge do Miranda*

Este tópico analisa a transição de funcionalidade da coluna A *Charge do Miranda* nos seus primeiros anos de atividade dentro do periódico amazonense *A Crítica*. O recorte parte do lançamento da coluna, em setembro de 1973, e estabelece um estudo comparado sobre seu ritmo de produções políticas entre os pleitos de 1974 e 1976. Ambientado entre duas eleições, o trabalho de João Miranda apresentou uma mudança de comportamento temático que dialogava tanto com a dinâmica do bipartidarismo na cidade, quanto com os interesses políticos do diretor Umberto Calderaro.

Como visto, o pleito de 15 de novembro de 1974 é marcado como um dos pontos de inflexão mais decisivos da história da ditadura militar brasileira pós 1964. Com os movimentos sociais sufocados com o decreto do AI-5, desde dezembro de 1968, amparando legalmente as intervenções em jornais e demais serviços de comunicação, a grande abstenção ocorrida na eleição de 1970 e a vitória avassaladora da ARENA ofertaram um cenário experimental para o governo afirmar a popularidade do seu projeto[580]. A partir dessa autoconfiança, a imprensa nacional desfrutou de certa flexibilidade para expor seus projetos políticos através de uma ferramenta inédita dentro do período de exceção: a campanha eleitoral via televisor e rádio. Alzira Alves de Abreu complementa essa informação, argumentando que essa abertura da imprensa tinha também o intuito de garantir a governabilidade de Ernesto Geisel, já que o alto grau de concentração do poder conduzia a um estado de paralisia nas decisões, o que levava a perda de eficiência do Estado[581].

Essa experiência dos debates em estúdios gerou uma exposição inesperada para candidatos com pouca habilidade de improviso, carisma e dicção. Para a oposição, o ensejo desse afrouxamento da censura proporcionou uma excelente vitrine que colaborou, ao final do processo, na vitória de 16 senadores por todo o Brasil. No

[580] KINZO, Maria D'Alva Gil. *A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição.* São Paulo em Perspectiva, 2001. P.05

[581] ABREU, Alzira Alves. *A mídia na transição democrática brasileira.* Sociologia, problemas e práticas. N° 48, 2005. P. 58.

Amazonas a vitória inusitada de Evandro Carreira[582], com mais de 60% dos votos foi, inclusive, tema de vários espectros cômicos que ganharam forma nos trabalhos do chargista João Miranda através do jornal *A Crítica*, demonstrando o impacto incongruente da circunstância e anunciando a demanda imediata de um controle vertical sobre os meios de comunicação.

Desde a vitória da oposição no pleito de 1974, foi possível observar que a ironia da derrota do governo, apesar de produzir excelentes ensejos anedóticos, não despertou, no ano seguinte, o desejo de explorar esse fato enquanto produto humorístico na equipe do *A Crítica*. A produção relacionada a temas políticos no ano de 1975 foi muito inferior, se comparada ao ano anterior e ao seguinte. Enquanto jornais como A *Folha de São Paulo* aproveitaram o contexto[583], a coluna diária de João Miranda estancou e se resumiu a seis charges políticas durante todo o ano, sendo a grande maioria destinada a alimentar uma imagem da oposição para o ano seguinte.

Se a regularidade de Miranda sugestionava um ataque narrativo, seu silêncio gritante, fingindo cegueira diante de espectros cômicos como, por exemplo, o atentado a vida de Fabio Lucena (MDB)[584], parecia indicar um movimento de cautela deliberada. O novo cenário, contrastando com o final vibrante do último pleito, trouxe nas publicações políticas de 1975 um tom bastante moderado. Para entender os mecanismos dessa mudança de comportamento do chargista, torna-se necessário apresentar um pouco sobre sua metodologia de trabalho, buscando identificar como ele dialogou com o contexto político e os interesses do seu diretor.

Para compreender essas mudanças de condução criativa, é importante visualizar a funcionalidade de *A Charge do Miranda*, para assim identificar seus pontos de alteração. Apesar de responsável pelo espaço, neste início de carreira, o chargista não atuava no jornal como um colunista tradicional, comentando aspectos diretamente ligados a manchetes de capa. Em temas políticos, neste recorte, poucas vezes obedeceu

---

[582] QUEIROZ, Thiago Rocha. *O Humoral: Humor e abertura social nas charges de Miranda (1972-1974).* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História - UFAM. Manaus, 2013.

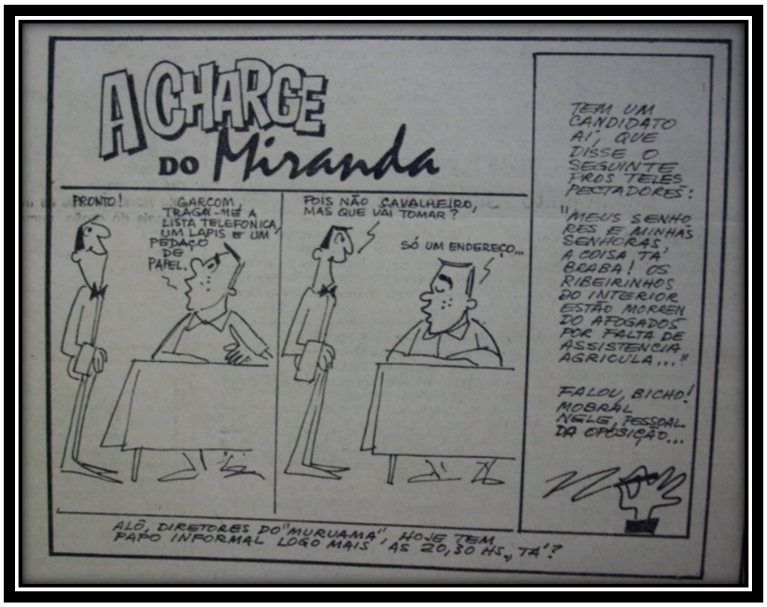
[583] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *MDB e ARENA nas charges: a imagem do sistema bipartidário da ditadura em disputa.* Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 14, n. 37, e0102, dez. 2022. P. 23

[584] Fábio Pereira de Lucena Bittencourt (1940-1987), natural de Manaus, foi bancário, sindicalista, vereador e senador pelo Amazonas. No segundo tópico desse capítulo aprofundo mais informações sobre sua trajetória. Sobre o atentado, em fevereiro de 1975 o vereador foi baleado nas costas por dois capangas que, segundo ele, foram encaminhados pelo diretor do jornal A Notícia, Andrade Netto. Esse caso movimentou as páginas do jornal durante todo o primeiro semestre. O fato de Miranda não ter produzido nenhuma charge sobre o caso, indica a interferência do diretor nos processos criativos.

às eventualidades cômicas do seu contexto, deslocando seu público para outras pautas quando havia conflito político ou ideológico.

É possível deduzir, pelo seu ritmo de produção próximo a eventos eleitorais, que o seu comportamento, a partir do último trimestre de 1974, começou a seguir um modo de operação regular, distinto de suas atividades anteriores. Como visto, Miranda iniciou seus trabalhos no jornal da família Calderaro em 1969, ilustrando a coluna esportiva de Belmiro Vianez, depois assumindo papel coadjuvante na coluna *Sim e Não*[585]. Só veio possuir o espaço intitulado *A Charge do Miranda* a partir de 1 de outubro de 1974 curiosamente, a primeira vez onde se observou conteúdo diretamente político na composição dos seus trabalhos. Comentando sobre o perfil dos candidatos que apareciam nos debates de estúdio, Miranda destacou:

Charge 12[586],



- Tem um candidato aí que disse o seguinte pros telespectadores: "meus senhores e minhas senhoras, a coisa tá braba! Os ribeirinhos do interior estão morrendo afogados por falta de assistência agricula...". Falou, bicho! Mobral nele, pessoal da oposição...

- Alô, diretores do "Muruama". Hoje tem papo informal logo mais, às 20:30hs, tá?

Esta conversa entre o narrador e o seu público se ambientou dentro da flexibilização do uso da televisão e do rádio nas campanhas eleitorais do pleito de 1974.

[585] No dia 13 de setembro de 1973 o chargista ganhou definitivamente o espaço na página 4, mantendo a atividade até 1995. Diferente da *Sim e Não*, onde ele tinha a tarefa de ilustrar um tópico particular, a partir desse momento suas ilustrações ganharam um título composto, embora pouco regular. Tratando sobre costumes, futebol e problemas da cidade, a produção não possuía uma identidade narrativa, se esquivando de críticas acidas e assuntos políticos. Essa função viria em 1° de outubro de 1974, com o nascimento de *A Charge do Miranda*.

[586] Jornal A Crítica, 01 de outubro de 1974. P. 04.

Os resultados não foram bem como o governo previa[587], e a oposição venceu majoritariamente em cadeiras importantes do Poder Legislativo, provocando uma inflexão dentro da ditadura militar no Amazonas[588].

Contudo, diante deste panorama, é importante analisar o posicionamento do autor nesta charge. Como foi o primeiro registro em que a opinião política do narrador esteve presente, pela falta de regularidade, é possível deduzir por dois movimentos que, neste caso, a inferência talvez seja de fato do chargista. Primeiramente porque Miranda mantém um padrão em suas publicações: separava o tema central de seus comentários na parte inferior ou superior da charge. Essa estrutura acompanhou os seus trabalhos desde a segunda semana de atividade da coluna, mais especificamente a partir da publicação *Miranda e a Tanga*, no dia 27 de setembro de 1973[589]. Com o passar do tempo, o que era um espaço complementar das piadas, começou a expor um lugar de fala do narrador, mandando abraços e agradecimentos carinhosos aos amigos e parceiros políticos (Charge 13). Outra possibilidade é de que, Umberto Calderaro tenha usado esse espaço para teste, tentando sondar como funcionaria a censura sobre essa primeira manifestação política da coluna.

Charge 13[590]



[587] MIYAMOTO, Shiguenoli. *Eleições de 1978 em São Paulo: a campanha*. *In*: LAMOUNIER, Bolivar. *Voto de Desconfiança: eleições e mudança política no Brasil (1970-1979)*. Editora Vozes Ltda., 1980. P. 118.
[588] CARVALHO, Alessandra. *Democracia e desenvolvimento versus Segurança e desenvolvimento: as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970.* Varia História, Belo Horizonte, Vol. 28, n°48, p. 555-572: jul/dez 2012.
[589] Jornal A Crítica, 27 de setembro de 1973. P. 04.
[590] Jornal A Crítica, 11 de novembro de 1973. P. 04

- Da próxima vez vê se coloca sal no spaghetti.
- Alô Marinho, breve estarei aí na tua "praia dourada" para aquela uíscada tá?
- Olha a cirrose...

O tema central da charge explorou mais uma vez o espectro cômico da crise, que diante das manchetes desenvolvimentistas contrastam com o cotidiano inflacionado dos manauaras. Importante destacar que mesmo diante da instabilidade econômica, a charge sugestionou a importância de manter hábitos de sociabilidade, independente das condições. A proposta humorística, pelo tipo de referência do ambiente, é direcionada provavelmente a leitores de classe média.

Sobre o conteúdo político, na charge 12 foi mencionada a questão das cheias, que desde 1953 estavam regularmente alterando os limites da margem do porto, deixando prejuízos e rastros de destruição entre as comunidades ribeirinhas. Contudo, Miranda enfatizou o erro de português do candidato, explorando o espectro cômico[591] da incompatibilidade entre o cargo e a pessoa que o almeja[592]. Por fim, deixou aberto se o "MOBRAL neles, oposição", foi uma manifestação de apoio, indicando a sugestão de encaminhar o Movimento Brasileiro de Alfabetização (1967-1985) para os candidatos da situação ou se os próprios políticos do MDB deveriam fazê-lo, antes de se expor publicamente na televisão.

Miranda, em seus primeiros trabalhos, apresentava, na parte inferior, debates entre homens, geralmente comentando sobre futebol, crimes ou costumes da cidade. Quando interferia no tema central, o chargista usava animais para expor um espanto, surpresa, ou veemência de alguma informação. Ele iniciou com um gato[593], mas foi com um cachorro que a coluna começou a ter elementos regulares, construindo assim uma identidade visual que se manteve por vários anos. Ele apareceu pela primeira vez na edição *Miranda viu a estrada do São Raimundo*, dia 6 de novembro de 1973[594] e passou a ter presença regular entre as publicações, exclamando na maioria das vezes um *"nossa!"* como complemento da ação. A partir da charge do dia 10 de novembro,

[591] A proposta de uso do termo "espectro" é usada aqui para enfatizar a adaptabilidade que ocorre em diversos temas direcionados ao humor. Neste caso, a comicidade é, em sua origem, captada, direcionada e moldada para um público especifico e datado, não sendo um objeto risível unânime, como nenhuma piada é.
[592] Importante atentar também para o tipo de experiência risível. Esse jogo de palavras caminha na mesma linha da teoria freudiana sobre a natureza dos chistes, apontado na introdução deste trabalho.
[593] Jornal A Crítica, 17 de outubro de 1973. P. 04.
[594] Jornal A Crítica, 06 de novembro de 1973. P. 04.

intitulada *Miranda e a hidrofobia*[595], o animal começou a fazer comentários na parte inferior e superior das charges, passando a ter presença cativa entre as publicações.

Com o passar do tempo e a presença constante, o personagem canino passou a ter muitas vezes a função de *"alter ego",* transformando as "cabeças masculinas" em um recurso de uso sazonal. Com a regularidade, Miranda resolveu batizá-lo na edição *Miranda, taxi, a Vivi e Cartolas* como "Valdik", e, ao invés de usar o mesmo gênero, como fez no começo, ofereceu a ele uma companheira, nomeada como "Vivi".

Charge 14[596]



- Oi gente, esta é a Vivi. Ela e eu vamos botar pra quebrar ou eu não me chamo Valdik, tá? Tchau...
- Na hora do "racha" os taxis não estão mais recusando passageiros. Eles agora não levam a gente que é pra economizar gasolina
- Cartolas cariocas querem alterar o regulamento do Nacional para entrar na final. É fácil: basta aumentar de 20 para 39 times.

Esse casal fez parte de inúmeras charges nessa primeira fase de produções dentro da vigência do AI-5. É possível que a escolha do nome esteja atrelada ao cantor Valdick Soriano, que em 1972 lançou pela RCA o EP *"Ele também precisa de carinho"* contendo a música nacionalmente conhecida como "*Eu não sou cachorro não"*. Fã do gênero musical[597] para Miranda, Valdik permitia tanto uma guarda pessoal quanto um

[595] Jornal A Crítica, 10 de novembro de 1973. P. 04.
[596] Jornal A Crítica, 16 de dezembro de 1973. P. 04
[597] Em entrevista, concedida no dia 05.04.2024, Debora Carvalho Queiroz, filha do chargista, relatou que o pai era apreciador do gênero brega e, inclusive, tinha o hábito de andar com seus óculos de estilo "aviador", marca registrada do cantor. O jornalista Paulo Araujo em seu trabalho sobre o cantor destacou esse estilo copiado por Miranda: "Eurípedes Waldick Soriano, ícone maior da música brega nacional. De terno de linho, colete, chapéu preto e óculos escuros, a imagem de Waldick e o som de seus boleros marcaram o cenário cultural brasileiro por mais de quatro décadas. E ele acabou influenciando diversos

elemento de conexão com o público. O protegia, enquanto personagem humorístico neutro e, ao mesmo tempo, produzia um elemento de identificação popular, já que a composição trata sobre "sofrimento". Apesar da aflição e da letra falar de amor, o refrão fez muito sucesso, talvez pela identificação com outras dores compartilhadas nesse período de recessão econômica e inflação[598]. A construção de Valdik permite localizar o lugar de protagonismo das inferências do chargista em seus trabalhos. É importante destacar esse recurso, pois, na medida em que a coluna *Miranda* se transformou em *A Charge do Miranda*, os temas políticos passaram a ter outra condução e Valdik se tornou um termômetro para sentir a presença do chargista na condução dos temas.

Sobre o tema central da charge, Miranda explorou o espectro cômico dos serviços de taxi, que pelo horizonte de expectativa deveria embarcar passageiros, mas pelo preço da gasolina estavam preferindo ir para casa antes da hora do *rush*. Como mencionado, o uso de táxi é destinado, em grande medida, à classe média, portanto, há bons indícios de que essa narrativa tinha como alvo movimentar ou atentar esses setores à incompetência do Estado diante da crise do petróleo. O cigarro[599] para relaxar e a mão dentro do bolso, sugestionando insegurança, indicava o estado de paciência da proposta humorística. O trânsito foi, sem dúvida, o tema mais explorado por Miranda durante a abertura política. Acredito que não seja só pelo crescimento desenfreado e desordenado da cidade, o que serviria de argumento. Em virtude dos elementos denotados, acredito que uso do tema com certa constância diz mais respeito a ênfase de classe social do que de fato ao problema urbano. Como é visto em outros trabalhos, o elemento do cigarro também é um recurso que ajuda a localizar a caixa postal para onde as piadas eram encaminhadas.

Tendo em vista que o espaço inferior de composição das charges trouxe, em sua grande maioria, as opiniões do autor, é importante destacar as diferenças de dinâmica em relação aos seus usos próximos aos pleitos eleitorais. A data de 1° de

---

outros cantores populares que se lançaram imitando sua música e sua maneira de se vestir e se comportar".

[598] ARAÚJO, Paulo Cesar. *Waldick Soriano e o mistério do brega*. Revista USP, São Paulo, n° 87, p. 184-196, 2010. Para o autor, as canções de Waldick tocavam numa ferida que o regime militar não queria ver exposta pela lente ampliadora da música popular. A música "eu não sou cachorro não" é um bom exemplo, pois trazia tanto a mensagem de amor quanto uma crítica ao tratamento humano degradante imposto pelo AI-5.

[599] GRAF, Marília G. *Propaganda de lá pra cá.* São Paulo: IBRASA, 2003. P. 113. A autora comenta que a partir dos anos 1970 as mudanças comportamentais começaram a ser agregadas às propagandas. Comerciais da Marlboro ou do cigarro Vila Rica, que curiosamente tinha como garoto propaganda o jogador Gerson, transmitiam imagens de poder, segurança e independência. Em diversas charges que envolvem temas da classe média, Miranda utilizou o cigarro para realizar essa conotação.

outubro de 1974 é o marco de uma nova fase para a coluna e, principalmente, para a vida de João Miranda. Para esse pleito, o chargista produziu 32 charges com temática diretamente política, mais do que o dobro em relação a 1976 no mesmo período, apesar da produção desse ano, em assuntos políticos, ser superior quando diluída entre os meses.

Geralmente nos meses de dezembro, Miranda não abordava temas políticos, até pela ênfase que o mês sugestiona para o consumo de presentes, eletrônicos e afins. Contudo, nesta virada para o ano de 1975, essa regularidade foi quebrada, indicando que nos próximos anos esse recurso seria usado de outra forma, em virtude da nova funcionalidade da coluna. Um gráfico do último trimestre revela a quantidade e a discrepância de produções relacionadas a temas políticos. Como visto anteriormente, mesmo o *Jornal do Commercio*, periódico tradicional da cidade, não utilizava charges com regularidade. Em 1945, se encomendava uma ou duas para o mês inteiro, publicadas em momentos decisivos. O *A Crítica* começou a utilizar charges no início dos anos 60, anexando os trabalhos do desenhista Orlando Mattos, embora muito pontualmente, mas já com interesses políticos[600]. Essa característica regular que conduz o tipo de avaliação realizada nesta tese, só foi possível a partir da estrutura que o jornal adquiriu nos anos 1970, colocando Miranda em um ritmo de dedicação exclusiva sobre a atividade.

Gráfico 01[601]

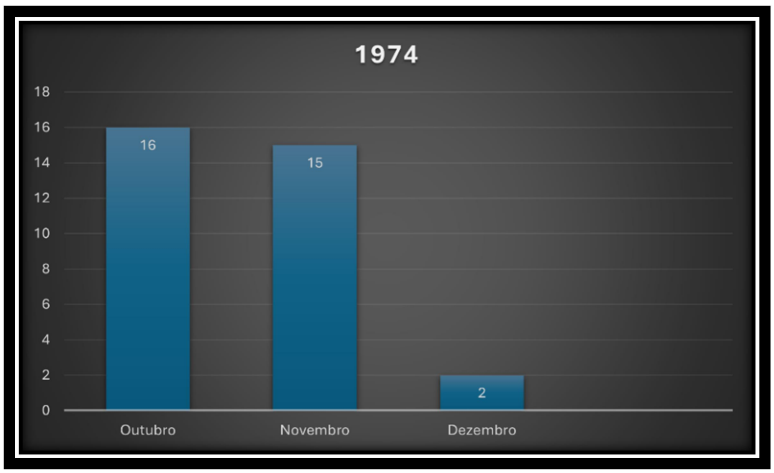


Gráfico de produções sobre política no último trimestre de 1974

[600] Orlando Mattos (1917-1922), natural de Castro (PR), foi desenhista, chargista e pintor. A primeira ilustração assinada pelo autor no jornal A Crítica data de 23 de março de 1960.
[601] O gráfico foi baseado na seleção de trabalhos produzidos no último trimestre de 1974.

O levantamento foi realizado com base na coleta e organização de dados do jornal *A Crítica*, arquivados na Biblioteca Pública do Estado do Amazonas. Através dos gráficos é possível observar que a coluna, dentro da campanha eleitoral, publicou intensamente sobre política no último trimestre de 1974, buscando contemplar a eleição de 15 de novembro.

Talvez por ter sido a primeira experiência, Miranda executou 16, das 26 charges que dedicou ao mês, mais de 60% da produção. Esse ritmo era incomum na sua atividade, se tornando um padrão apenas quando decidia enfatizar um objeto. Entretanto, deduzo que no ano seguinte ele percebeu que para atingir politicamente um alvo ele não necessariamente precisava falar de partidos.

No ano seguinte, a regularidade caiu drasticamente e só voltou a ter constância em 1976, ano de eleições municipais. Em compensação, 27% da produção foi dedicada ao trânsito, 18% a falta de estrutura e 17% ao custo de vida[602]. A ênfase no trânsito é um indício do público que o jornal buscava chamar a atenção, visto que a maioria das charges envolveu carros batidos, multas e abusos de velocidade, deixando o assunto do transporte público mais circunscrito a costumes, como, por exemplo, a resistência à borboleta de tipo *ararate*[603].

Gráfico 02[604]

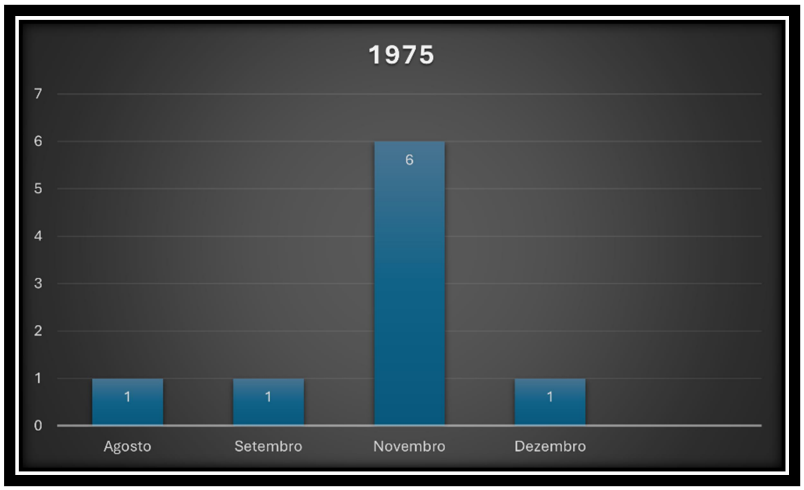


Gráfico de produções do ano de 1975

[602] Nos anexos desta tese apresento os dados de produção do chargista de onde vieram esses gráficos
[603] Os dados usados foram coletados e organizados a partir de metodologia serial: captação, organização, distribuição temática, numeração, porcentagem mensal, porcentagem anual. As fontes foram retiradas dos materiais disponíveis na Biblioteca Pública do Estado do Amazonas.
[604] O gráfico foi baseado na seleção de trabalhos produzidos no último semestre de 1975.

Miranda tem uma sequência razoável apenas no mês de novembro de 1975. Porém, vale o destaque para o retorno instrumental dos estereótipos eleitorais neste mês, abandonados desde a eleição[605]. Expondo a ARENA como uma senhora recatada e o MDB como um homem de meia idade moderno, essa alteração pode ter a intenção de transmitir uma imagem maior de seriedade e segurança, mas deduzo que há mais do que isso. Mesmo preservando o gênero, a escolha de envelhecer o MDB é um dado importante que anunciava suas primeiras mudanças de atitude no que diz respeito a temas políticos. Sobre esse tema voltarei mais adiante.

Influenciado pela tradição de representações do bipartidarismo, Miranda também utilizou de metáforas para referenciar no público entidades e instituições, embora com algumas modificações. Rodrigo Patto comenta que essa associação da ARENA com a figura feminina talvez esteja ligada a figura de subserviência do partido às cúpulas militares, elemento que já havia sido apontando por Lucia Grinberg[606]. Entretanto, o autor oferece uma possibilidade de pensar a "dona Arena", também como uma extensão de outra figura anterior que circulava nos anos 1950, a dona UDN[607].

Gráfico 03[608]

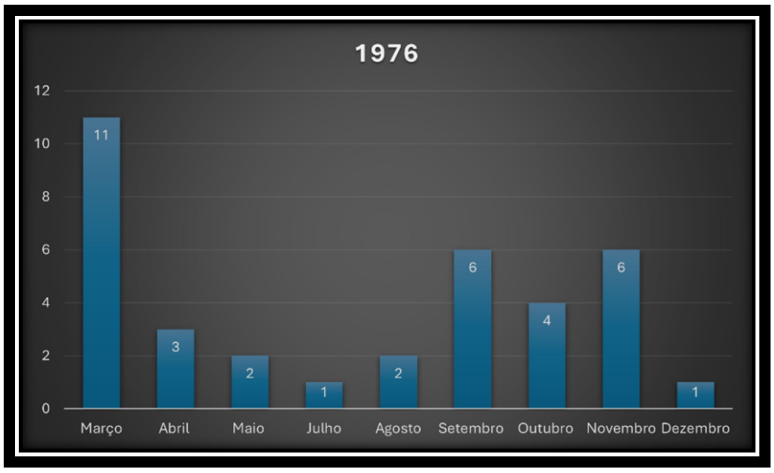


Gráfico de produções do ano de 1976

[605] Essas charges serão abordadas no tópico seguinte.
[606] GRINBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
[607] MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. MDB e ARENA nas charges: a imagem do sistema bipartidário da ditadura em disputa. Tempo e Argumento. Florianópolis: v. 14, n. 37, 2022. P. 12.
[608] Gráfico baseado nas produções de temas políticos. É possível observar dois picos de produção em 1976. Um padrão, próximo ao pleito, e outro entre março e abril, onde se verificou a intenção de transformar o escândalo do *Watergate Municipal* em um objeto humorístico. O evento envolveu o roubo de documentos da Câmara Municipal de Manaus e colocou em confronto dois membros do MDB, Fábio Lucena e Ruy Adriano.

Esse ritmo de produções, próximo a períodos eleitorais, demonstra que a coluna exerceu função ativa em contextos políticos, alterando o seu perfil de criações de acordo com o interesse ou necessidade de oferecer letramento lúdico ao seu público[609]. Esse recurso era capaz de tornar mais didático, acessível e divertido um tema complexo, desde que o seu processo humorístico tenha sido cultivado com regularidade. Como é possível perceber, existem dois auges de produção em 1976, obedecendo a dois momentos políticos distintos: o primeiro, em março, abordando as primeiras batalhas entre o MDB e a ARENA na Assembleia Legislativa; o outro, a partir de setembro, embora o arado do processo humorístico tenha começado a ser germinado ainda em julho. No capítulo 4 essa dinâmica é apresentada. Neste momento, o objetivo do tópico é demonstrar aspectos da metodologia do chargista nessa transferência de funcionalidade que determinou o nome do espaço.

Apesar da vigência do AI-5, ativo e promovendo cassações ao longo do ano, esse silêncio do *A Crítica* é apenas dentro das colunas de João Miranda. Nos noticiários, escândalos da Câmara e denúncias de corrupção na Assembleia Legislativa são capas de muitas edições. A tentativa de assassinato do deputado Fábio Lucena[610] e as articulações do novo prefeito Jorge Teixeira[611], que, em um primeiro momento contemporizava, adiando a definição sobre qual partido ficaria na eleição de 1976, não foram elencadas enquanto fatos cômicos. O grande desafio de trabalhar com esse tipo de fonte concentra-se justamente em conseguir desvendar porque determinados eventos não alimentaram processos humorísticos e, na mesma medida, porque alguns foram elencados e usados até o desgaste.

Portanto, um crescimento de interesse temático não se explica apenas pela existência de um evento correspondente, neste caso o eleitoral. Ele pode ser evitado ou

---

[609] MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Op. Cit. P. 28. Rodrigo Patto, citando o sistema semiológico de Roland Barthes, comenta sobre a influência que o paradigma linguístico teve sobre o estudo das imagens no campo da história. Nesta tese, a escolha dos termos "letramento" e "lúdico" vão no sentido do uso funcional da linguagem humorística enquanto caminho para se informar, se adaptar e exercer, após interpretação, atividade prática do conteúdo através de uma concepção via divertimento. Dessa forma, a coluna de Miranda não se reduz apenas ao entretenimento jocoso e circunstancial, sendo vista, de maneira equivalente e acessível, a uma coluna escrita.

[610] No contexto, Fábio Lucena era Vereador e Líder do MDB na Câmara. Atuante no meio político, o político preparava sua campanha para ingressar no senado.

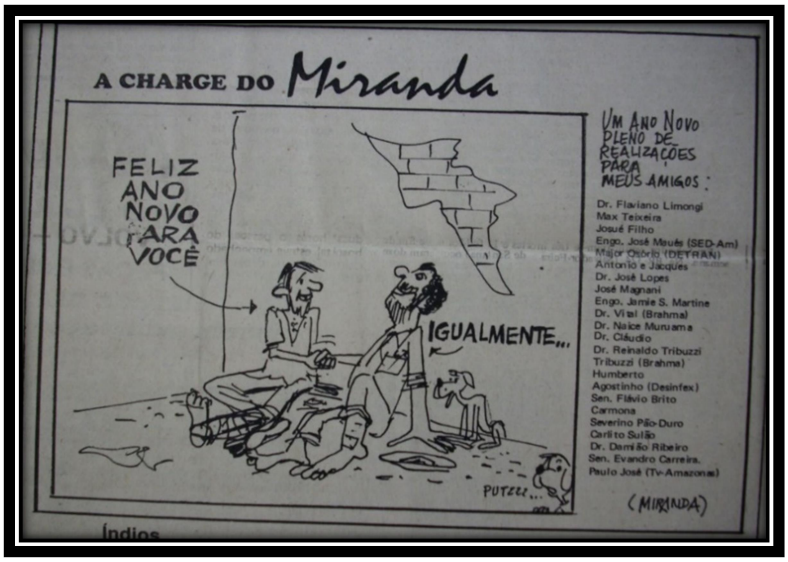
[611] DE PAULA, Cátia Franciele Sanfelice. *Jorge Teixeira: apontamentos sobre sua trajetória política e sua relação com a Igreja Católica no Estado de Rondônia (1979-1985)*. IN: UGARTE, Auxiliomar Silva (Org). Trajetórias políticas na Amazônia Republicana. Manaus, Editora Valer, 2019. Jorge Teixeira de Oliveira (1921 – 1987), natural do Rio de Janeiro, foi militar e político. Em Manaus foi nomeado prefeito em 1973.

omitido em detrimento de outros alvos que, no processo humorístico de construção do objeto, merecem atenção mais circunstancial. Assim, é possível visualizar em Miranda dois tipos de exploração dos eventos cômicos: aqueles genuínos, gritantes de acordo com a vibração dos fatos e que nem sempre recebiam atenção; e os deliberados, com alvo certo, construídos para valorizar ou atacar uma imagem pública. Esses ataques eram circunstanciais e encaminhados para atender humores específicos. Esse segundo ponto ajuda a tatear na neblina as possíveis escolhas e movimentos deliberados pelo espaço de produção[612] do chargista, seja através do jornal *A Crítica* ou das parcerias e acordos fechados pelo seu diretor com as bancadas políticas que compravam os serviços de comunicação da empresa.

Essas parcerias e a dinâmica de como elas se articulavam na coluna de Miranda permitem mais um exame. A charge de final de ano (charge 15) citou vários nomes do setor empresarial de Manaus, como Max Teixeira, pioneiro no transporte de combustíveis no Amazonas, e jornalístico, como Flaviano Limongi e Paulo José, primeiro apresentador do telejornal da Rede Amazônica. Gostaria de destacar apenas os nomes dos políticos citados no agradecimento: os senadores eleitos Evandro Carreira (MDB) e Flávio Brito (ARENA), o deputado Damião Ribeiro (MDB) e o vereador Josué Filho (ARENA). As conexões políticas entre João Miranda, Umberto Calderaro e o Poder Legislativo, apesar de finalizar o ano com bom trânsito nas duas alas, sofrem uma mudança de comportamento, o que, inicialmente, pode ser vista pela quantidade e regularidade de publicações executadas no pleito de 1974 (quadro 11). Um segundo fator, que é exposto ao longo do capítulo 4, diz respeito a invisibilidade dada a oposição desde 1975, contrastando com a abordagem de 1974, muito mais simpática às conquistas e eventualidades da oposição. Destaca-se também que a charge não precisa mencionar Fábio Lucena (MDB), já que ele, como é exposto ao longo do trabalho, correu por fora das disputas entre ARENA e MDB, se resguardando pela força do jornal. O nome de Josué Filho também é mencionado, o que já adiantava uma afinidade do periódico com sua possível candidatura.

[612] Nesta tese, por "Espaço de produção" entende-se todas as estruturas que estão no topo das hierarquias de publicação ou não de uma charge. Já foi revelado no capítulo 1 que Miranda teve um observador que censurava os trabalhos de acordo com os interesses do jornal. Doravante, cada vez que o termo aparecer, diz respeito a essa zona de condicionamentos que interferiram na decisão de circular ou não um trabalho.

Charge 15[613]



- Feliz ano novo para você
- Igualmente
- Putz (Valdik)

- Um ano novo pleno de realizações para meus amigos: Dr. Flaviano Limongi, Max Teixeira, Josué Filho, Engo. José Maués (SED-Am), Major Osório (DETRAN), Antonio e Jacques, Dr. José Lopes, Engo Jamie S. Martine, Dr Vital (Brahma), Dr, Naice Muruama, Dr. Claudio, Dr. Reinaldo Tribuzzi (Brahma), Humberto Agostinho (Desinfex), Senador Flávio Brito, Carmona, Severino Pão duro, Carlito Sulão, Dr. Damião Ribeiro, Senador Evandro Carreira, Paulo José (Tv-Amazonas).

A partir de uma única charge é difícil tangenciar respostas satisfatórias. Porém, a regularidade dos temas que circularam entre as 32 produções de Miranda sobre política neste ano, somado a dois fatos de sua vida pessoal, podem ajudar a tatear uma interpretação possível sobre a charge acima. Entre os temas trabalhados no último trimestre de 1974, a abordagem da coluna bateu em vários estereótipos da política nacional: o "demagogo", o "oportunista", o "falso", o "populista", entre outros[614]. A intensidade de publicações seguiu um ritmo até o dia 15 de outubro. Esta interrupção foi ocasionada por uma viagem de urgência ao Rio de Janeiro em virtude da internação da sua esposa, Francisca Valentim, como pode ser visto no ritmo de publicações do mês de outubro de 1974 (quadro 11). Este quadro contém apenas as charges que têm ligação direta com o tema eleitoral. Entretanto, ele serve para visualizar a proximidade de dias entre uma charge política e outra.

[613] Jornal A Crítica, 31 de dezembro de 1974. P. 04.
[614] QUEIROZ, Thiago Rocha. *Os preparativos para a eleição de 1974 em Manaus: uma imagem do riso em circulação.* In: César Augusto Bubolz Queirós; Wanderlene de Freitas Souza Barros. (Org.). História, Trabalho e Cidadania na Amazônia. 1ed.Curitiba: EDITORA CRV, 2019, v. 1, p. 83-102.

Quadro 11[615] **Comparações de produção próximo aos pleitos eleitorais** Data de eleição: 15 de novembro								
PLEITO	1974			1976				
DIAS	OUT	NOV	DEZ	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
01	X	X	X		X		X	
02	X				X			
03	X							
04	X		X		X			
05	X							
06						X	X	
07	X	X			X	X		
08		X						
09		X						
10	X	X						
11	X						X	
12	X						X	
13	X	X					X	X
14	X	X				X		
15	X	ELEIÇÃO			X		ELEIÇÃO	
16	AFASTADO						X	
17		X						
18		X						
19		X						
20								
21		X						
22		X						
23								
24								
25	RETORNO	X						X
26	X							
27	X							
28				X	X	X		
29		X		X				
30	X							
31	X							
TOTAL	16	15	2	2	6	4	6	2

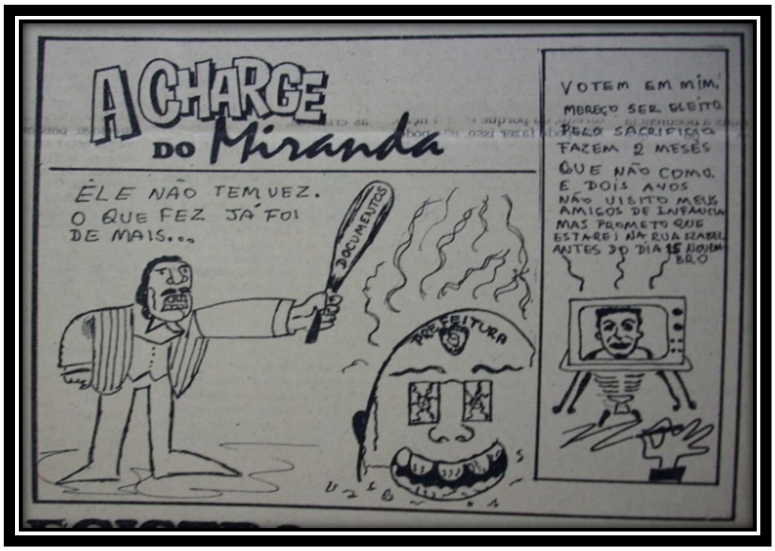
Ritmo de produções no último trimestre de 1974

Essa sequência fulminante de produções só foi interrompida por uma condição de enfermidade familiar. Miranda foi surpreendido com a manifestação da doença de sua primeira esposa, Francisca Valentim. Com a ajuda de Umberto Calderaro, Miranda se deslocou para o Rio de Janeiro para dar suporte à companheira, causando o hiato de produções entre 16 e 25 de outubro de 1974. Calderaro, observando o sucesso, ainda tentou encontrar uma forma de manter a regularidade das vendas, se apropriando da coluna e do nome do chargista. Entretanto, como qualquer gênero linguístico, a charge tem uma identidade e Miranda, por mais econômico que seja nos traços, é facilmente

[615] Quadro baseado nas produções de temas políticos destinados a eleição de 1974.

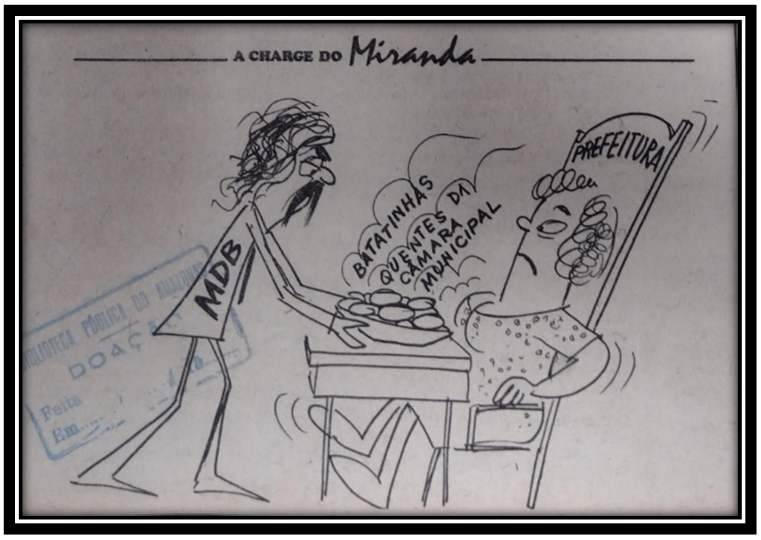
identificável. Como podemos ver nas charges, a imagem do deputado Fábio Lucena é bastante diferente entre as duas publicações.

Charge 16[616]



- Ele não tem vez. O que fez já foi de mais.
- Votem em mim. Mereço ser eleito. Pelo sacrifício, fazem 2 meses que não como. E dois anos não visito meus amigos de infância, mas prometo que estarei na rua Izabel antes do dia 15 de novembro

Charge 17[617]



- Batatinhas quentes da Câmara Municipal

A diferença entre as representações do político Fabio Lucena[618] nos materiais acima, ilustram e evidenciam a alteração de traço[619], que por hora, ainda tem autoria

[616] Jornal A Crítica, 11 de outubro de 1974. P. 04
[617] Jornal A Crítica, 24 de março de 1976. P. 04.
[618] Jornal A Crítica, 11 de outubro de 1974. P. 04.
[619] A charge faz menção ao caso *Watergate Municipal*, escândalo na Câmara municipal que teve bastante repercussão e buscou cassar o mandato do presidente da Câmara, Ruy Adriano (ARENA). Quando

desconhecida. Foram produzidas seis charges[620] com essa característica mais rústica, pois Miranda voltou a Manaus apenas no dia 26 de outubro, como reporta o "bom dia leitor"

> Você deve ter sentido a falta, durante algumas semanas, do nosso caricaturista Miranda. E nós também a sentimos. Bom amigo, bom companheiro, bom caráter, e, sobretudo, bom esposo e bom chefe de família. Pois é isso: Miranda estava no Rio de Janeiro, onde foi levar a sua esposa, vítima de pertinaz enfermidade. Ela não pôde voltar e lá ficou internada no Hospital Central do Exército. Miranda retornou ontem e – apesar de tudo – sua charge está hoje no lugar cativo na página nobre do A CRÍTICA: a quarta do 1° caderno, que, muito embora adornada com a presença sensível da carioca Marisa Raja Gabaglia, parecia castrada, capenga, falha de alguma coisa muito familiar, muito autenticamente nossa que é o humor sadio de Miranda. Chargista como poucos neste país, elogiado em todas as capitais onde este jornal chega, por jornalistas e cartunistas, Miranda – apesar da desgraça que abateu sobre seu lar – não perdeu o senso de humor que se revela em um estilo todo seu[621].

De volta à rotina, Miranda manteve a intensidade dos trabalhos durante o mês de novembro com uma narrativa de forte crítica ao perfil dos candidatos e seguindo uma regularidade temática atípica, concentrada no ataque a velhos costumes da politicagem local. Esse ritmo foi apenas quebrado com o falecimento de sua esposa no dia 12 de dezembro de 1974[622], fato que foi registrado na capa da edição deste dia. Miranda só voltou a publicar menções à política local na charge da virada do ano (Charge 15).

Retornando à charge de 31 de dezembro de 1974, o sentimento de cansaço exposto pelos moradores de rua ironizava a falta de expectativa para o ano vindouro. Valdik enfatizou a mensagem expressando ironia ao observar a contradição entre o lugar dos personagens e os votos. Outra leitura possível pode relacioná-la ao cansaço da vida pessoal do chargista, ainda em luto. Contudo, apesar dos votos direcionados aos amigos e parceiros do jornal, obedecendo a um equilíbrio nas escolhas, o editorial desta

---

comparada, a distinção de traços é bem nítida. Miranda tem um estilo regular e raramente rabisca uma linha sobre outra. O ilustrador desconhecido tentou reproduzir as pernas do "estilo Miranda", mas deixou pegadas de sua intervenção exatamente no excesso de riscos.

[620] O trabalho faz menção às denúncias que o vereador Fabio Lucena (MDB) direcionou ao prefeito da cidade Frank Lima (ARENA), acusado de corrupção e prevaricação. As consequências dessa acusação serão abordadas mais adiante nesse capítulo. Por hora, como as disputas jurídicas estavam repercutindo, é bem provável que a equipe do jornal não quisesse perder a oportunidade, mesmo com a ausência de Miranda.

[621] Jornal A Crítica, 26 de outubro de 1974. P. 01.

[622] Jornal A Crítica, 12 de dezembro de 1974. P. 01. O jornal declarou: "hoje e nos próximos dias ficaremos privados do seu humor sadio, bem embaixo do Editorial, ali na pág. 4. Sua esposa – Francisca Queiroz Miranda – dona Dadá, faleceu ontem no Rio de Janeiro, onde se encontrava internada, vítima de pertinaz enfermidade. Nós aqui de A CRÍTICA nos associamos à dor do nosso companheiro e dos seus filhos. E estamos certos que os leitores também".

edição foi desenvolvido a partir de uma publicação do dia anterior, utilizando uma analogia que pode localizar um pouco sobre as expectativas do jornal diante da oposição.

> E o novo ano já nos antecipa algumas novidades: uma Assembleia Legislativa essencialmente renovada; novos deputados federais, ao lado dos já experientes que se reelegeram, prometem elevar o coro amazônico em Brasília. Um novo senador se propõe a dar o nosso recado em linguagem que entendemos. Só resta desejar a todos, independentemente de cor, política partidária, que tenham êxito. E um novo governo promete igualmente interiorizar a administração estadual. E promete igualmente mudar hábitos, gestos e comportamentos, menos por desacordo com o que sai e mais por uma questão de bom senso[623].

Esse otimismo, transbordando confiança na redação do texto, transmitia certa segurança, talvez pela presença de importantes parceiros políticos nas casas legislativas. Os nomes na dedicatória da charge indicavam também o bom trânsito da empresa entre os partidos, na medida em que declarou amizade aos senadores eleitos e a dois personagens políticos populares: Damião Ribeiro (MDB), vereador em ascensão que avançou naquele ano para deputado estadual; Josué Filho (ARENA), Secretário de Educação Municipal e Cultura, caminhando para ser o vereador mais votado de 1976, além de herdeiro da Rádio *Difusora do Amazonas*, parceira do jornal.

Vale destacar também a escolha pela referência histórica no título do editorial, declarando sentimentos de proteção e tranquilidade. O autor, sem nome declarado, escreveu sobre o respeito que o imperador Alexandre da Macedônia teve ao passar por Tebas durante a destruição e invasão das pólis gregas. Pela admiração que tinha pelo poeta Píndaro, lembrado por sua independência e altivez, Tebas foi destruída completamente, porém a casa do poeta foi poupada. Ciente do potencial de destruição dos "imperadores" do AI-5, Calderaro, pela publicação, imaginava um 1975 diferente, com maior protagonismo, independência e articulação. Certamente não contava com a estratégia do ministro Armando Falcão, que usou da visita de Ulysses Guimarães a Manaus e de sua entrevista na TV Amazonas como ensejo para iniciar um projeto de controle das campanhas eleitorais[624].

> O ministro da justiça Armando Falcão declarou, anteontem, após despachar com o Presidente da República que seu Ministério examinará o teor da

[623] Jornal A Crítica, 31 de dezembro de 1974. P. 04.
[624] Após a visita nas cidades do interior do Amazonas, Ulisses Guimarães cedeu uma entrevista para a TV Amazonas no retorno a Manaus. A repercussão levou o Ministro da Justiça Armando Falcão a analisar o comportamento de Ulysses Guimarães em comícios e programas de TV.

> entrevista concedida pelo presidente do MDB deputado Ulysses Guimarães na última sexta feira, a uma emissora de televisão em Manaus. A gravação já foi requisitada pelo Ministério das Comunicações[625].

Dois dias depois, no jornal *A Crítica*, o primeiro registro sobre as intervenções do governo e a deliberação de um projeto de controle foi divulgado. Desde então, a lei começou a ser construída e "debatida" até a sua sanção, em 1 de julho de 1976. Alterando profundamente o jogo eleitoral, o decreto aumentou a fiscalização das campanhas, agindo de maneira intensa, repressiva e desproporcional nos eventos da oposição.

> O Ministro da Justiça, sr. Armando Falcão, deverá fazer um pronunciamento em nome do Governo esta semana definindo as regras do jogo que deverão prevalecer durante a próxima campanha eleitoral, em face da ofensiva desencadeada pelo alto comando do MDB, tendo à frente o deputado Ulysses Guimarães. Durante a semana que passou, o Ministro da justiça esteve dedicado a examinar, juntamente com os seus assessores, aspectos da legislação eleitoral e de telecomunicações, de forma a evitar exageros da campanha eleitoral[626].

Armando Falcão e a alta cúpula da ARENA buscou, no controle das propagandas eleitorais e na definição das regras do jogo, evitar que, nas eleições municipais seguintes, o MDB construísse margem jurídica[627] para eleger poderes executivos em capitais importantes[628]. Se esse movimento no tabuleiro fosse tão previsível, não haveria tanta euforia nas palavras autorizadas por Umberto Calderaro no editorial de final de ano. O caminho no ano seguinte, ao invés de acentuar a clivagem entre os partidos, foi de retrocesso para a imagem da oposição, já que cada furo político começou a render charges e matérias depreciativas a bancada, com exceção de Fábio Lucena.

Por fim, há uma grande chance de esse editorial anônimo ter sido escrito por Fábio Lucena, já que o uso de determinados termos e alegorias históricas não eram comuns nesse espaço. Segundo o filho de Fábio Lucena:

> Pra debater com aquele homem, amigo. Ele era um leitor voraz e mais alguma coisa, ele lia até bula de remédio. Meu pai era especialista em

[625] Jornal A Crítica, 17 de janeiro de 1976. P. 06.
[626] Jornal A Crítica, 19 de junho de 1976. P. 07.
[627] Na matéria *MDB com novos membros pensa em ser governo*, o presidente do partido e da Assembleia Legislativa do Amazonas, José Dutra declarava otimismo quanto a possibilidade das eleições de 1978 fossem diretas e que, com a maioria nas casas legislativas, conseguissem colocar um governador da oposição no poder.
[628] Jornal A Crítica, 16 de maio de 1975. P. 08.

> História da Grécia, romana, II Guerra Mundial, então sabia de cor e salteado. Os fatos históricos, ele sabia as datas, políticos importantes, personalidades importantes, ele sabia a data de nascimento, ele acordava e dizia: ¨Hoje morreu fulano de tal, hoje morreu Napoleão Bonaparte¨[629].

Assim, evitando assuntos políticos durante todo o primeiro semestre de 1975, Miranda iniciou processos humorísticos graduais que remodelaram os estereótipos da oposição para o pleito de 1976. De um jovem esforçado (Charge 18), o partido passou a ser representado como um senhor bruto e autoritário (Charge 19), enquanto a ARENA ganhava aspectos moderados e de fragilidade.

Charge 18[630]



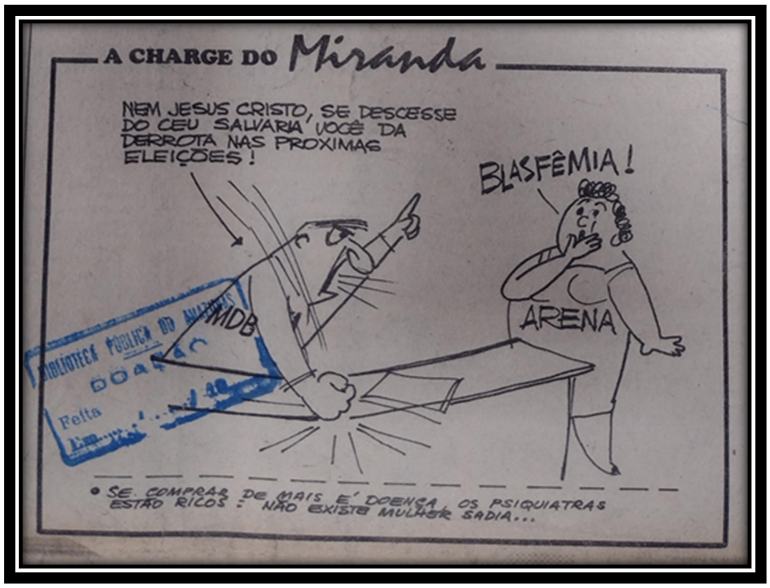
- Por pouco, muito pouco. Falta pouco...

Na charge de 1974, Valdik observava a correria dos dois partidos. Essa foi a primeira charge com uso da metáfora sobre o tema do bipartidarismo e ela explorou um MDB jovem, de cabelos longos, correndo e concorrendo no mesmo nível da ARENA. Provavelmente, observando a movimentação dos periódicos nacionais, Miranda deu sua primeira interpretação de acordo com a leitura que acompanhava nas redações, mantendo as estruturas físicas tradicionais, mas alterando a idade. Deduzo que essa alteração da idade da ARENA e o envelhecimento do MDB diz respeito ao processo de

[629] AMARAL, Giovanny. *Fábio Lucena: um senador Amazônia (1940-1987)*. Dissertação de mestrado, PPGH-UFAM, 2017. P. 200.
[630] Jornal A Crítica, 13 de novembro de 1974. P. 04. Primeira aparição dos estereótipos do bipartidarismo.

renovação do próprio partido em Manaus, que diferente de outros lugares, não ficou explicitamente clivado entre ARENA 1 e ARENA 2[631].

Charge 19[632]



- Nem Jesus Cristo, se descesse do céu, salvaria você da derrota nas próximas eleições.
- Blasfêmia!

12 meses depois, no mesmo mês de novembro, Miranda já representava o MDB de outra forma, mais velho, rabugento e autoritário, enquanto a ARENA foi construída a partir de um perfil religioso, inocente e maternal.

A intensidade de produção e o tom narrativo das charges, publicadas até mesmo na ausência do responsável pela coluna, permite deduzir que o ano terminou de maneira exaustiva para Miranda, em vários sentidos, mas para o seu diretor, aquele roteiro não poderia ter tido um melhor desfecho. Para Fábio Lucena, certo otimismo, que mais tarde foi devorado pelas ações do governo e do seu próprio partido. Para Umberto Calderaro, uma oportunidade, já que as casas legislativas foram renovadas e, inevitavelmente, no calor do desespero eleitoral, correriam em sua grande maioria atrás de seus serviços. Miranda ganhou uma coluna ativa, dinâmica, mais aberta e diversificada. Apesar disso, o novo título também, ironicamente, alterava o seu protagonismo. Antes, tratando sobre temas diversos, a coluna *Miranda* falava mais

[631] MARIN, Dinael. *Trama política local e os resultados eleitorais: as eleições de 1976*. Perspectivas, São Paulo, 3: 87-119, 1980. Para o autor, em Rio Claro (SP), a ARENA sofreu uma clivagem entre candidatos tradicionais e os renovadores, mais adaptáveis às mudanças na publicidade e abertos a conquistar o público pela linguagem popular.
[632] Jornal A Crítica, 18 de novembro de 1975. P. 04.

sobre o chargista. A partir do momento em que se observou o potencial político, a charge poderia até ser do Miranda, mas o texto nem sempre.

3.2. 1973: Um ponto de convergências

O otimismo transparecido pelo editorial de final de ano não era sem fundamento. Em 1975 o quadro da oposição foi bastante animador para as eleições seguintes, sobretudo pela trajetória recente de vitórias do MDB na última eleição municipal de Manaus. Em novembro de 1972, a oposição fez maioria na Câmara Municipal desde as primeiras apurações, andando na contramão de várias cidades do Brasil. Apesar de inferior ao pleito de 1970, vale destacar que a abstenção nas urnas chegou à margem de 40%, com um número aproximado de 41.239 ausentes[633]. É necessário sublinhar também que os dados sobre as eleições municipais de 1972 são, até este momento, de difícil acesso e ainda não foram computados no sistema geral do TSE, que disponibiliza as informações a partir do serviço *Power BI*. Entretanto, o domínio disponibiliza um documento oficial de 1988[634] que oferece números pontuais do pleito, servindo aqui de parâmetro para o exame. Como o documento não registra os dados dos eleitos, neste momento vale publicar a tabela dos resultados finais informada pelo *Jornal do Commercio*, com o nome e os vereditos oficiais sobre os candidatos locais, servindo aqui de referência para uma melhor comparação.

Quadro 12[635]
Resultados finais da eleição de 1972

MDB		**ARENA**	
Fábio Lucena	7.679	Francisco Correia Lima	3.122
José de Aquino	4.368	Vinicius Conrado	3.089
Damião Ribeiro	4.158	Gama e Silva	2.847
Manuel Diz	3.276	Domingos Sávio	2.798
Aloísio Oliveira	2.798	Raimundo Sena	2.462
Ruy Adriano	2.708		

[633] Jornal do Commercio, 16 de novembro de 1972. *MDB vence disparado.* P. 01. A matéria de capa cita um caso ainda mais impactante. No município de Novo Airão, dos 941 eleitores, votaram apenas 358. Uma taxa de 62% de ausências.
[634] Tribunal Superior Eleitoral. *Dados estatísticos; eleições municipais de 1972*. Brasília, Tribunal Superior Eleitoral, 1988.
[635] Jornal do Commercio, 29 de novembro de 1972. *MDB só elegeu 6 vereadores*. P. 01. A tabela corresponde a publicação final do processo eleitoral. Esse processo leva em consideração recontagem, o mapa de zona e o quociente eleitoral dos partidos.

A vitória esmagadora de Fábio Lucena sobre o mais votado da ARENA indicava um fenômeno em ascensão, mas também uma opção de caminho político para o *A Crítica*. Em 6 anos de ditadura, para a oposição, aquele certamente foi o momento mais otimista desde a instalação do AI-5 em dezembro de 1968. Considero, pela conexão dos fatos e eventos levantados até aqui, que a transição desta eleição, junto às modernizações que o jornal atravessou, incluindo o uso político da coluna *A Charge do Miranda*, marcam um ponto de inflexão do jornal rumo a sua "alforria" política nos anos 80. Essa conexão de eventos próximos coloca o ano de 1973 como um ponto comum entre os atores políticos discutidos nesse trabalho.

Para além da crise do petróleo de 1973, recorte majoritário para debates sobre abertura política no Brasil, é importante situar que o crescimento de um tipo de oposição em Manaus já latejava antes mesmo desse evento. Para compreender esse processo, foi necessário localizar quais elementos convergentes se articularam na cidade durante esse ano, posicionando-os dentro de um tabuleiro em que se observou negociações, jogadas convenientes, blefes e autocensura. A partir dessa configuração, formou-se um modelo muito distinto de oposição que, após o período de exceção, passou a comandar o jogo das novas e velhas elites políticas do estado. Neste momento, apresenta-se um exame sobre 3 vetores que, juntamente com *A Charge do Miranda*, em 1973, moldaram a força política do jornal *A Crítica* para as eleições de 1974, 1976 e 1978.

A) Fábio Lucena: a força política

De antemão, é importante salientar que todo fenômeno, assim como os naturais, por mais repentino e autêntico que possa parecer, possui uma trajetória, uma conexão de eventos, uma força que potencializa os seus efeitos. Um desses episódios, bastante marcado na memória popular, pode ser examinado na ascensão meteórica de Fábio Pereira de Lucena Bittencourt[636], personagem fundamental na trama sobre as relações do jornal *A Crítica* diante da abertura política amazonense. Os dados sobre a trajetória dos seus primeiros passos de atividade política ainda são escassos para

[636] Fábio Pereira de Lucena Bittencourt (Barcelos, 11 de julho de 1940 – Brasília, 14 de junho de 1987) foi um bancário, jornalista, Vereador, Deputado e Senador pelo Amazonas.

localizar uma resposta consubstancial que ligue o início e o fim da sua relação com a família Calderaro, mas cabe aqui amarrar alguns "fios soltos" que estão na vanguarda dessa problematização.

Para uma melhor abordagem, separei esse tópico em 2 partes. A primeira focando na trajetória junto ao diretor Umberto Calderaro, estabelecendo as bases de um projeto de empreendedorismo e sobrevivência política. Em seguida, uma análise sobre contexto e base eleitoral em que esse projeto foi articulado, criando condições para a emergência de um tipo muito distinto de oposição em Manaus.

Dentro dessa relação, Giovanny Amaral[637] é o pesquisador que, até o momento, aprofundou com maior rigor os caminhos da trajetória intelectual do político junto às elites locais. Para esta questão, ele utilizou de entrevistas com amigos, familiares, notas de imprensa e dados fornecidos no texto *Fabio Lucena. Grandes vultos que honraram o Senado,* organizado por Júlio Antônio Lopes[638], ex-funcionário do corpo jurídico do *A Crítica*. Além deles, soma-se o trabalho do jornalista Durango Duarte[639], que em texto relatou fatos curiosos e polêmicos dos bastidores da imprensa amazonense daquela década. Outros dados biográficos podem ser também acessados pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas[640].

Os fatos sobre as atividades de Lucena enquanto funcionário do Banco do Brasil[641] e sindicalista estão nos 3 volumes citados. Porém, para este debate, organizei aqui apenas os registros de conexão entre o político e o diretor Umberto Calderaro. Durango Duarte localizou essa aproximação com a empresa no ano de 1967[642], enquanto os dados do CPDOC registram o ano de 1965, dialogando assim com o material organizado por Júlio Lopes[643]. Giovanny Amaral apontou esta conexão para o

---

[637]AMARAL, Giovanny. *Fábio Lucena: um senador Amazônida (1940-1987).* Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em História – UFAM. 2017.

[638] LOPES, Júlio Antônio. *Fabio Lucena. Grandes vultos que honraram o Senado.* Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. Além de cronista, o advogado, que é membro da Academia Brasileira de Direito, Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas e do Instituto dos Advogados Brasileiros, foi diretor jurídico do grupo Calderaro de Comunicação e escreveu um livro sobre a vida do fundador da empresa, Umberto Calderaro Filho.

[639] DUARTE, Durango Martins. A Imprensa Amazonense: chantagem, politicagem e lama. 1ª ed. Manaus: DDC Comunicações LTDA-EPP, 2015.

[640] Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fabio-pereira-de-lucena-bittencourt.

[641] Fábio Lucena, em julho de 1961, adentrou no quadro de funcionários do Banco do Brasil. Posteriormente, se tornou líder sindical da categoria, no Sindicato dos Bancários do Amazonas.

[642] DUARTE, Durango Martins. *A Imprensa Amazonense: chantagem, politicagem e lama*. Op. Cit. P. 51.

[643] LOPES, Julio Antônio. *Fabio Lucena. Grandes vultos que honraram o Senado.* Op. Cit. P. 163.

ano de 1968[644], citando que o movimento foi às vésperas da instalação do AI-5. Os dados do Senado registram que a conexão entre Fabio Lucena, enquanto redator e editorialista do jornal *A Crítica* se manteve de 1965 a 1987, ou seja, até o fim da sua vida. Giovanny Amaral, assim como Durango Duarte, indica o ano de 1972 como um retorno de relações com o jornal, apenas situando que, entre idas e vindas, o ano de 1975 marcou sua presença definitiva no corpo editorial, concordando assim com os dados de Júlio Lopes. O quadro abaixo organiza melhor essa escala de interpretações.

Quadro 02 **Recortes: Fábio Lucena (1940-1987)**	
1961	Entrada no Banco do Brasil
1965	Relação com o *A Crítica*. (Dados do Senado); (LOPES, 2013)
1967	Primeiro contato com Calderaro. (DUARTE, 2015)
1968	Primeiro contato com Calderaro. (AMARAL, 2017); (LOPES, 2013)
1970	Primeira eleição: Cargo: Vereador (Suplente)
1971	Desligamento com Andrade Netto. (DUARTE, 2015); (AMARAL, 2017)
1972	Retorno de relações com Calderaro. (DUARTE, 2015); (AMARAL, 2017) Segunda eleição: Cargo: Vereador (Eleito)
1974	Terceira eleição. Cargo: Deputado Federal (Impugnado)
1975	Relações definitivas com *A Crítica*. (DUARTE, 2015); (AMARAL, 2017)
1976	Reeleição. Cargo: Vereador (Eleito)
1978	Eleição. Cargo: Senador (Derrotado)
1982	Eleição. Cargo: Senador (Eleito)
1986	Eleição. Cargo: Senador Constituinte (Eleito)

Recortes históricos sobre a trajetória de Fábio Lucena

Entre as possibilidades, vale refletir sobre a data exposta no trabalho de Giovanny Amaral, pontuada no ano de 1968. Apesar de não citar, a informação cruza com os dados de Júlio Lopes[645] que, assim como na biografia de Umberto Calderaro, teve informações privilegiadas na montagem do seu roteiro. Apontando dados precisos com dia e mês, é provável que, pela ligação de Lucena com o *A Crítica*, o funcionário tenha tido acesso a registro oficiais em pastas de recursos humanos. Lopes, que pela escrita ensaística também não cita a origem do dado, o situa precisamente em 1° de novembro de 1968 como data de vinculação e a segunda em 1° de março de 1972. Sobre

[644] AMARAL, Giovanny. *Fábio Lucena: um senador Amazônida (1940-1987).* Op. Cit. P. 23.
[645] LOPES, Júlio Antônio. *Fabio Lucena. Grandes vultos que honraram o Senado.* Op. Cit. P. 54.

este recorte compartilhado vale estabelecer um paralelo possível, visto que, durante a trajetória de Lucena, apesar das divergências políticas e ideológicas, transparecem influências de perfil discursivo e estética jornalística com outro tribuno: Carlos Lacerda[646], principalmente no quesito de linguagem e busca de alcance popular. Um mês antes, em outubro de 1968 aconteceu o fechamento do *Tribuna da Imprensa*, jornal dirigido pelo famoso "Corvo da Guanabara"[647] e, um mês depois, o grande *Jornal do Brasil* foi posto sob censura prévia[648]. Se não ofereceram influência direta na escolha da admissão (ou demissão) de Fábio Lucena ao *A Crítica*, tais fatos podem ter deixado o diretor Umberto Calderaro em estado de alerta e autocensura, antenado para evitar possíveis desentendimentos evitáveis com os comandos militares. Deduzo que a inserção de Fábio Lucena, mesmo que anonimamente, na redação dos editoriais do A Crítica responde a esses movimentos nacionais, que se não eram contra o governo, procurou uma estratégia de sobreviver a ele e ainda, de quebra, obter certas vantagens.

Utilizando o segundo recorte, de fato a presença de Fábio Lucena é constante desde 1972 nas páginas do periódico, sendo importante destacar que a partir de 1978, em um curto período, ele manteve presença regular na página 4, em uma coluna a direita de *A Charge do Miranda*. Nela foi possível localizar certo revezamento entre alguns autores: Ney Rayol, Peri Augusto, Carlos de Araújo, Djalma Passos, Pedro Nunes, entre outros. Porém, essa alternância foi interrompida em 1° de janeiro, quando Lucena assumiu declaradamente o espaço e se manteve regular até o mês de abril, quando se desligou para se envolver diretamente na campanha.

Apesar de responsável pelos editoriais[649], Lucena poucas vezes assinou os textos do *A Crítica*, provavelmente por preservação[650]. Dentro da página 4, havia um contraste profundo entre os dois editoriais localizados nas extremidades verticais de *A Charge do Miranda*. Abaixo da coluna situava-se o editorial de cunho nacional,

---

[646] Carlos Frederico Werneck de Lacerda foi um jornalista e político brasileiro. Foi membro da União Democrática Nacional, vereador, deputado federal e governador do estado da Guanabara. Foi fundador e proprietário do jornal Tribuna da Imprensa, assim como criador da editora Nova Fronteira.

[647] Documentário: *Lacerda, o corvo da Guanabara.* Direção: Sayd Mansur. Segundo o diretor, a expressão foi cunhada por Samuel Wainer, do jornal *Última Hora*.

[648] BARBOSA, Marialva. *História cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

[649] Essa função é declarada nos três trabalhos (quadro 01) que compõem a trajetória do político.

[650] SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A censura durante o regime autoritário*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. 1989, p. 22. Segundo o autor, até 1976 foram censurados apenas os aspectos mais gritantes. Quando o governo Geisel se afirmou, controlando os setores mais aflorados da "linha dura", ela caiu vertiginosamente. Isso talvez explique o motivo de, em 1978, Fábio Lucena ter mais liberdade para assinar seus textos.

geralmente ocupado por textos de Carlos Castelo Branco, jornalista que teve, inclusive, passagem pelo *Tribuna da Imprensa*[651]. Na parte superior era publicado o texto local, que pela retórica e linguagem, apesar de raramente assinado, tinha muitas vezes a estética jornalística de Fábio Lucena. Portanto, mesmo vinculado anonimamente desde 1972, o ano de 1978 marcou o seu primeiro registro regular enquanto colunista do *A Crítica*[652]. Vale destacar que a página 4, mais até do que a capa, é onde se concentrava a identidade política do jornal de Calderaro. Ela era organizada durante a década de 1970 seguindo este padrão: discursos dos editoriais, nacionais e locais; à esquerda, a coluna *Sim e Não*, mais antiga do periódico; *A Charge do Miranda* no centro; uma coluna livre a direita, sem um autor fixo. Esse espaço nobre era disputado e possuía alta aceitação popular, principalmente em períodos eleitorais.

Segundo Júlio Lopes, a memória do tribuno está bastante marcada por sua identidade narrativa que, desde o início, tinham na intensidade e veemência, características de forte atratividade entre os leitores.

> Seus artigos assinados no jornal *A Crítica*, de Manaus, eram esperados e disputados pelos leitores. Vê-lo discursar, debater, esgrimir ideias na tribuna constituía um privilégio. Fábio era, rigorosamente, o que se pode chamar de gênio político, pois além da liderança e do carisma, sabia escrever de forma inigualável e falar de maneira contundente e, ao mesmo tempo, convincente, com sua voz grave, tonitruante. Como se tudo isso não bastasse, era incorruptível e valente. Nunca precisou utilizar-se de nenhuma outra forma de captação de votos que não dos seus próprios predicados pessoais. Em Manaus o povo, literalmente, lotava as galerias da Câmara Municipal para vê-lo em ação[653].

Moderando apenas o tom nostálgico do biógrafo, de fato os debates na Câmara Municipal de Manaus nos anos 70 atraiam a presença de populares, criando uma arena que para a ARENA, na medida em que começaram a ser televisionados, se tornou um problema a ser regulado. Entretanto, é curioso pensar como essa movimentação popular foi alterada em pouco tempo, tendo em vista que em 1970 houve uma alta taxa de abstenção de quase 54% no Amazonas. Que Fábio Lucena fez parte dos vetores dessa

---

[651] BARBOSA, Marialva. *História cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Op. Cit. 168. Citando Stefan Baciou que publicou um livro sobre Lacerda em 1982, ela registra que "um dos empenhos de Lacerda era trazer para o jornal pessoas que, em sua opinião, tivessem o dom e o dinamismo necessários para renovar a folha. Gente como Carlos Castelo Branco, Hélio Fernandes, Odylo Costa Filho e membros da nova equipe do Jornal do Brasil, entre eles Mario Faustino e Alberto Dines.

[652] Jornal A Crítica, 4 de novembro de 1973. Caderno especial de domingo. Na matéria comemorativa de 25 anos do jornal, na lista dos funcionários da empresa, aparecem como redatores: Belmiro Vianez, Francisco Marinho, Messias Sampaio, Ulysses Azevedo, Sebastião Carvalho e Ritta Calderaro. Fábio Lucena não é mencionado em nenhuma lista.

[653] LOPES, Júlio Antônio. *Fabio Lucena. Grandes vultos que honraram o Senado.* Op. Cit. P. 07

movimentação, os dados aqui expostos deixam claro. Contudo, mais do que representatividade, é importante entender quais forças atiçaram a ebulição dessa caldeira e porque tais estratégias de comportamento começaram também a ser compartilhadas entre seus colegas de partido.

> Palavrões, socos, sobre a mesa, lançamento de microfones e insultos de parte à parte, ofereceram à mais numerosa plateia que já presenciou uma sessão na Câmara um espetáculo revelador de tudo o que observam e comentam a atual campanha política no Amazonas. Diante de centenas de ingênuos eleitores, os vereadores puseram para fora toda a sua falta de educação doméstica, seu nenhum preparo para o desempenho de qualquer função pública e a mais baixa formação moral que se pode esperar de homens que se dizem dignos – e julgam sê-lo[654].

Reforço o ponto da "intensidade e veemência", pois os dados levam a deduzir que essa característica de Lucena foi mais do que uma peculiaridade circunscrita a ele: foi uma estratégia política adotada tanto pelos colegas do MDB local quanto pela nova proposta de redação de Umberto Calderaro no início dos anos 1970. Apesar de todo o talento enquanto orador e escritor, a popularidade do tribuno diante das massas não se construiu sozinha, obedecendo assim a um processo. Ironicamente, ela alvoreceu a partir de 1969, a convite de um dos seus maiores desafetos políticos, o diretor de *A Notícia* Andrade Netto[655]. Para sustentar esse argumento, vale situar brevemente os primeiros passos desse comportamento público.

As relações de revanchismo entre Andrade Netto e Fábio Lucena flutuam na memória popular, muito em virtude da condução narrativa em que foram publicadas à época. Como todo roteiro padrão, ela migrou da proximidade profissional, circunscrita ao escritório de *A Notícia*, e desenvolveu para o caminho do repto em espaço público, envolvendo, inclusive, ameaças de morte[656] e um possível final trágico. Em declaração, o diretor do *A Notícia* revelou que o jornalista, após criar problemas em outros periódicos (A Crítica), foi amparado no seu jornal após ser dispensado por Umberto

---

[654] Jornal A Crítica, 12 de outubro de 1974. *Tragicomédia.* P. 04.

[655] DUARTE, Durango. *A Imprensa Amazonense: chantagem, politicagem e lama*. Op. Cit. P. 19-20. Andrade Netto foi um dos mais polêmicos proprietários de jornal em Manaus, sempre envolvido em disputas, em que demonstrava truculência e deselegância, quer com o público leitor, quer com seus desafetos, segundo fontes extraoficiais. A Notícia foi líder de vendas por um determinado tempo. Em 29.01.1983, o jornal foi adquirido pelo grupo Coencil, do empresário José de Moura Teixeira Lopes. No mesmo ano, em 6 de setembro, Francisco Garcia Rodrigues e seu irmão José Anselmo compraram *A Notícia*. Por fim, em 17 de junho de 1990, o jornal circulou sua última edição.

[656] Jornal A Crítica, 26 de novembro de 1977. P.11. Esse episódio será melhor explorado no capítulo seguinte, pois foi tema de uma das charges mais icônicas de João Miranda.

Calderaro[657], diretor que, segundo Netto, era alvo de várias críticas de Lucena nos bastidores[658]. Comentou ainda que, no final de 1971, o político foi demitido da sua equipe por ter delatado um segredo interno, buscando prejudicar um dos seus colegas de trabalho em ascensão. O jornalista supostamente prejudicado era Mario Antônio da Silva, escritor e assessor do MDB que poucos meses antes da eleição de 1976 integrou, ao lado de Lucena, a equipe de redatores do jornal de Umberto Calderaro.

> Para os domingos, o leitor amazonense passará a contar com mais um cardápio cultural que este jornal lhe passa a oferecer. O jornalista Mario Antônio, dos mais respeitados da gleba, estará nas páginas de *A Crítica*. Mário Antônio dispensa apresentação, mas seu talento de crítico de situações político-econômicas não nos dispensa de chamar a atenção do público para a importância dos temas que aborda. Homem polêmico e polêmicas, certamente dará uma efetiva contribuição a todos que se preocupam com o presente da história brasileira e com amplas perspectivas do seu futuro[659].

Curiosamente, o espaço do jornalista foi situado apenas aos domingos[660], dia em que, dentro do novo projeto do *A Crítica*, os cadernos foram ampliados para atender a pluralidade de públicos. A entrada de Mario Antônio, de perfil polêmico e progressista, no corpo de redatores de ponta do *A Crítica,* reforça ainda mais a tese de que um novo perfil estava se construindo no jornal desde a entrada de Fábio Lucena em 1972, visando, sobretudo, movimentar os leitores (eleitores) para os pleitos de 1974 e 1976.

Vale destacar que, antes da arrancada do *A Crítica* em 1973, o jornal de Andrade Netto possuía boa popularidade no início dos anos 1970, o que certamente atraía candidatos em busca de vitrine política e alcance popular. De fato, a diagramação do jornal de Andrade Netto, para época, já utilizava duas cores (vermelho e azul), imagens mais definidas e uma linguagem mais acessível, diferente de outros periódicos

---

[657] Jornal A Notícia, 19 de fevereiro de 1975. *Cabra de peia*. P.01.

[658] PORTO, Arlindo. *Umberto Calderaro Filho: legenda de trabalho e de amor pelo Amazonas.* Manaus. Editora Valer, Governo do Estado do Amazonas, 2007. P. 56. Em trecho, citando a matéria comemorativa de 25 anos do jornal, Fabio Lucena comentou que, no passado, já tinha trabalhado com Umberto Calderaro "como redator-editorialista (...) e que, em tempos de dificuldades, andou-lhe dando algumas facadas". Comentou ainda que "briguei com ele umas duas vezes, mas não guardo nenhum rancor".

[659] Jornal A Crítica, 11 de abril de 1976. *Mário Antônio nas páginas de "A Crítica"*. P. 01

[660] Vale destacar que um ano antes, em 1972, *O Globo* começou a circular aos domingos. O argumento consistia na ideia de que, em virtude do crescimento da influência da televisão, oferecendo resumos do dia em jornais de alta audiência no fim da tarde, o investimento em um vespertino semanal não era vantajoso. Domingo, o resumo dos principais fatos da semana era condensado e ampliando em outros cadernos. Calderaro iniciou a sua edição de domingo em 4 de novembro de 1973 e com o passar dos anos a tiragem dominical começou a ser superior a semanal.

tradicionais e moderados que rodavam pela cidade. Mario Frota, em entrevista a Giovanny Amaral, reforça esse argumento, citando que:

> *A Crítica* era um jornal muito tradicional, mas o Andrade montou o jornal e cresceu muito, muito populista, e deu uma crescida. E o jornal começou a espezinhar, o Andrade começou pelo jornal dele, a soltar notinhas, picuinhas, contra *A Crítica* do Calderaro, e aquilo criou um clima muito ruim. Aí foi uma guerra pelos dois jornais, agressões violentas, um negócio feio, pela imprensa, e quem escrevia, em verdade, era o Fábio[661].

O aspecto das cores é um elemento interessante que vale citação. Marialva Barbosa registra em seu trabalho[662] uma declaração breve de Roberto Marinho relacionada às estratégias do *O Globo* para ampliar vendas na década de 1970. Tirando o foco do jornal enquanto uma das forças dirigentes dos discursos militares[663], o jornalista atribuiu o crescimento de vendas à aquisição da impressora *Goss*[664], máquina que permitia em larga escala tiragens a cores. Para o diretor, *cada vez que o jornal usa cor, as vendas sobem*[665]. Assim, a estratégia de atrair novos leitores através de edições especiais já vinha sendo compartilhada tanto por Andrade Netto quanto por Umberto Calderaro, ambos dialogando com a modernização gráfica de jornais como *O Globo*.

Pela trajetória e cruzamento de informações, é possível deduzir que Fábio Lucena, até pela sua identidade enquanto tribuno, buscava espaço em veículos que oferecessem possibilidades de projeção política, principalmente naqueles que ofertassem abertura para o uso de linguagem mais próxima do jornalismo popular. Entre 1969 e 1971 o periódico do diretor Andrade Netto lhe proporcionava certa liberdade, contudo o contexto das eleições de 1970 não colaboraram com suas metas políticas. Da mesma forma que o MDB vinha executando um projeto de letramento da realidade socioeconômica do país em suas caravanas[666], talvez fosse necessário criar uma conexão

---

[661] AMARAL, Giovanny. *Fábio Lucena: um senador Amazônida (1940-1987*). Op. Cit. P. 157.

[662] BARBOSA, Marialva. História cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

[663] NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017. P. 363. *O Globo* foi um dos poucos periódicos que se manteve governista até o fim da ditadura. Apenas em 2013 fez sua autocrítica em relação a esse recorte da história nacional.

[664] Em março de 1975, Roberto Marinho investiu US$ 8 milhões na aquisição de 18 impressoras Goss Metroliner. O novo sistema eliminava a composição tipográfica, substituindo-a pela fotocomposição. Além de economizar papel, o equipamento era rápido e permitia melhor qualidade de impressão.

[665] BARBOSA, Marialva. História cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000. P. 198.

[666] CARVALHO, Alessandra. *"Democracia e Desenvolvimento versus Segurança e Desenvolvimento": as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970*. Varia História. Belo Horizonte, vol. 28, n° 48, p. 555-572: jul/dez 2012. P. 568. A autora comenta que, próximo das eleições, foram elaboradas orientações diferenciadas para a apresentação dos candidatos. A

diferente com esse público[667], a partir de um veículo que permitisse alcance, mas também liberdade para acessar, através da linguagem, essa pluralidade de leitores e formas de leitura da realidade.

Neste momento, para amarrar a interpretação, é útil diferenciar conceitos sobre "Sensacionalismo" e "Jornalismo de Sensações". Para Marialva Barbosa[668], o primeiro termo geralmente vem sofrendo aprioristicamente de certa carga negativa, sendo associado muitas vezes a notícias imprecisas, com falta de ética ou formuladas a partir de fatos distorcidos, sendo muitas vezes incapaz de traduzir a circularidade dos produtos midiáticos populares pela posição verticalizada de análise.

Em entrevista a Sérgio Schargel[669], publicada em 2023, a autora reforça sobre a necessidade de retirar o preconceito desse tipo de jornalismo. Da maneira como vem sendo divulgado, ele incapacita o acesso a circularidade cultural de interesses que envolvem leitores e produtores de conteúdo em vários recortes. Da mesma forma que João Miranda não pode impor ao seu público uma piada fora de contexto, o Jornalismo de Sensações leva em consideração que existem temáticas de longa duração em circulação, repetindo inflexões necessárias ao tempo de suas construções. Dialogando com Roger Chartier, no sentido dos modos de apropriação da leitura[670], Marialva Barbosa comenta que, ao estudar esse tipo de publicação, é necessário o pesquisador sublinhar as múltiplas reconfigurações narrativas que estes textos sofreram para se adaptar aos padrões e hábitos de leitura do público em larga escala.

Para a autora, nada dentro do jornalismo nasce "do nada", tudo vem de um processo. O distanciamento popular desse modelo de narrativa na década de 1970 estava apenas estagnado, em grande medida, por dois fatores: primeiramente, pela decadência de jornais como *O Tribuna da Imprensa* e o *Última Hora*, o primeiro fechado e o segundo abandonado em detrimento a perseguições políticas. O outro ponto estaria no abismo cavado pela categoria dos "verdadeiros jornalistas" a partir de 1950, esforçados

---

linguagem deveria ser clara e de fácil compreensão. Para alcançar esse eleitorado, publicitários foram, inclusive, contratados para pensar o formato dos programas eleitorais.

[667] Dentro de um público cada vez mais acostumado com a síntese e o imediatismo da televisão, apesar de poucos lares possuírem, a busca por atrativos visuais era uma necessidade de mercado cada vez mais iminente.

[668] BARBOSA, Marialva. *História cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Op. Cit. P. 213.

[669] SCHARGEL, Sérgio. *Entrevista com Marialva Barbosa: uma discussão sobre jornalismo de sensações e a Era de ouro do jornalismo carioca.* Projeto História, São Paulo, v. 77, pp. 378-394, Mai.-Ago., 2023.

[670] CAVALLO, G. CHARTIER, R. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998.

em criar uma morada de neutralidade entre o discurso político e a subjetividade literária. Na medida em que os diários foram se tornando noticiários, grande parte dos jornais assumiram perfis onde o público popular não se encontrava. Com a ausência dessas histórias e maneiras de contar, a pluralidade de espaços foi dando lugar ao texto objetivo e a propaganda comercial. Poucos jornais pelo Brasil mantiveram, na década de 1970, esse perfil. O mais destacado entre eles foi *O Dia*, dirigido pelo deputado do Rio de Janeiro Chagas Freitas. Seu sucesso se deve bastante ao caráter hibrido dos cadernos: mantinha o clientelismo das elites, mas incluía também no seu noticiário narrativas que simulavam a experiência da vida e do seu público.

Em síntese, a leitura de um jornalismo de sensações proposta por Marialva Barbosa se caracteriza pela presença de dois elementos: primeiro, a produção de sensações, relacionada a maneira de contar e despertar nos leitores gatilhos emocionais que podem ser explorados, tais como medo, ansiedade, asco ou revolta. Mesmo diante da alta taxa de analfabetos, a transmissão das polêmicas em rádios ou rodas de conversa teriam impacto e adesão maiores, se conduzidas com uma leitura mais antropológica das comunidades que pretendiam circular. O jornalista, assim como o chargista, seria aquele capaz de mediar, através da linguagem coerente e possível, a relação entre o fato e o povo. Para isso teriam que abandonar um tipo emergente de estética narrativa que, naquele momento, fortalecia a distinção e profissionalização da categoria.

Essa estratégia estética marca o segundo ponto deste tipo de escrita, já que ela é capaz de aproximar-se com os modos tradicionais de leitura da realidade desses grupos populares, principalmente em círculos iletrados ou com alfabetização parca. Segundo Barbosa, *as sensações estão contidas nas representações arquetípicas do melodrama e (...) continuam existindo nos modos narrativos dessas tipologias de notícias*[671]. Geralmente essa estética dualiza entre o herói e o monstro, entre o bom e o mau, o certo e o errado. Estruturas que, quando bem conduzidas pelo redator (ou orador) adequado, construíam públicos que podiam ser direcionados também politicamente. Esse potencial eleitoral foi, inclusive, registrado por Francisco Pedro do Coutto, em depoimento ao CPDOC, declarando que:

> A força, não política, mas eleitoral, do *O Dia* era muito maior do que a força eleitoral do Globo ou do Jornal do Brasil. O Globo e O Jornal do Brasil não elegeriam ninguém. Ninguém é força de expressão, elegeriam um. Mas Chagas Freitas elegia seis, sete, com O Dia. Porquê? Porque o leitor do O Dia

[671] BARBOSA, Marialva. *História cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Op. Cit. P. 216.

> era um eleitor muito mais propenso a seguir o comando daquela corrente que o jornal representava, sintetizava, do que o leitor do Globo ou do Jornal do Brasil[672].

Portanto, longe de definir que Fábio Lucena era um populista vulgar que usava do jornal *A Crítica* como instrumento para um jornalismo sensacionalista, o que se pretende deduzir, neste momento, é que o periódico de Umberto Calderaro, a partir de 1971, forjou, além do seu plano de sobrevivência, uma ferramenta mestre capaz de afrouxar as suas correntes e, ao mesmo tempo, servir como modelo de chave para novas algemas. Era governista e clientelista como *O Globo*, modernizando sua redação com capital público e privado, mas, paralelamente, traçava um caminho distinto à própria história, buscando acessar o popular através de uma tradição de escrita em desuso na grande imprensa e que poderia, com sucesso, ser vendida para uma nova classe política emergente naquela década.

Assim, na virada para a década de 1970, o *A Crítica* construiu, paralelamente, um projeto de sobrevivência que via na trajetória do *Última Hora*[673], *Tribuna da Imprensa* e *O Dia*, modelos de jornalismo que, se bem conduzidos com o cuidado da autocensura, levariam a empresa a construir, na sua independência, relações de dependência com as velhas e novas elites políticas do estado. Dentro desse mosaico, Fábio Lucena foi para o *A Crítica*, um arauto político extremamente útil, pois sua história, perfil e representatividade foram capazes de criar uma conexão curiosamente estranha entre as classes populares e um jornal de tradição governista, historicamente defensor das classes comerciais do estado. Da mesma forma, Calderaro seria para Fábio Lucena, o canhão que o levaria para o Senado, sem necessidade de passar pelos estágios tradicionais da Assembleia Legislativa. Propulsão que dificilmente ele teria com Andrade Netto, visto que o diretor tinha a mesma ambição de cargo[674].

Diante da simbiose, foi necessário moldar um projeto muito bem equilibrado entre o clientelismo das elites e a tribuna de sensações populares, ofertando conteúdos que vagavam entre a defesa da Zona Franca de Manaus, polêmicas de moralidade, futebol e reportagens criminais.

---

[672] COUTTO, Francisco Pedro do. *Depoimento ao CPDOC.* Rio de Janeiro, CPDOC/Alerj, 1998.
[673] ABREU, Alzira Alves. *A modernização da Imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. P. 10. Segundo a autora, o jornal, criado em 1951, com financiamento do governo, adotou técnicas de comunicação de massa até então desconhecidas no Brasil, uma diagramação revolucionária e grande racionalidade na gestão empresarial.
[674] Andrade Netto concorreu ao Senado em 1970 pelo MDB.

Tradicionalmente, os *Diários Associados* não tinham essa identidade e nem mesmo o *A Crítica* nos anos 1960. Seguindo a indicação de Durango Duarte, que situou o contato entre Lucena e Calderaro em 1967, o *A Crítica,* talvez não fosse, de fato, naquele contexto de ebulição autoritária, um lugar adequado para o seu perfil, tendo em vista que nos primeiros anos da ditadura, a parceria entre o diretor e o governador Danilo Areosa lhe rendeu, inclusive, uma medalha de mérito em 1970[675].

Essa proximidade com Umberto Calderaro a partir de 1972, pela correlação dos eventos, parece acontecer em um momento mais favorável ao projeto político de ambos. De um lado, um jornal se modernizando, ganhando projeção regional, amarrado à propaganda militar e limitado pelo AI-5. De outro, um político diferenciado, com trajetória, potencial, aceitação popular e recém-dispensado pelo concorrente. Questionado sobre as relações entre o político e Umberto Calderaro, o escritor e jornalista Carlos Costa, contemporâneo de Lucena, em entrevista[676], comentou que tanto João Bosco quanto Fábio Lucena receberam propostas financeiras para assumir os editoriais do *A Crítica.* Já o filho do político, o advogado e professor Antônio Lucena, adicionou a este exame mais algumas informações, relatando que entre eles:

> Havia uma troca de favores, no bom sentido. Meu pai usava o Calderaro, o Calderaro usava ele, pros fins de cada um. Ele precisava da imprensa pra se projetar e o Calderaro precisava dele como redator, articulista. Ele era responsável pela redação[677].

Portanto, até este momento, o exame permite deduzir que o caminho que uniu Fábio Lucena e Umberto Calderaro, na metade dos anos 1960, não era favorável a nenhum dos dois. Contudo, a partir da sua derrota em 1970 e de seu desligamento de Andrade Netto*,* a nova e poderosa estrutura do jornal *A Crítica*, que emergiu no início dos anos 70 com forte apoio político e munida de uma *Off-set* com sistema IBM[678], começou a atrair o interesse conjunto das partes. Uma parceria que, se não deu certo no passado pelo contexto, desenhava-se com uma opção bastante promissora aos novos tempos da comunicação amazonense.

---

[675] Jornal A Crítica, 04 de novembro de 1973. Com as mãos na roda. P. 03. Caderno especial.
[676] AMARAL, Giovanny. *Fábio Lucena: um senador Amazônida (1940-1987*). Entrevista com Carlos Costa em 14 de janeiro de 2016. Op. Cit. P. 191.
[677] AMARAL, Giovanny. *Fábio Lucena: um senador Amazônida (1940-1987*). Entrevista com Antonio Lucena em 04 de março de 2016. Op. Cit. P. 201.
[678] A operação técnica da nova aquisição ficou a cargo de Maria Sélbia da Mota.

Como levantado, Umberto Calderaro seguiu até o início dos anos 1970 a cartilha de jornais como *O Globo* e o *Jornal do Brasil*. Manteve-se alinhado como um bom jogador, se estruturando, modernizando a empresa com máquinas sofisticadas e administrando a publicidade dos governos que se sucederam. Marialva Barbosa comenta sobre esse padrão onde historicamente

> O jornalismo e os jornalistas se imiscuem às cercanias do poder, procurando as benesses daí advindas. A construção de defensores do bem comum, dos interesses públicos, das liberdades democráticas é muito mais um efeito discursivo – no caso da imprensa brasileira – do que, de fato, se configura na prática[679].

A imagem póstuma de Umberto Calderaro, assim como a de Fábio Lucena, é bastante preservada por seus biógrafos dentro de uma representação de desbravamento, moralidade e luta pelo Amazonas. De fato, não se pode negar as conquistas, avanços e o protagonismo no cenário da imprensa amazonense. Contudo, há de se colocar no chão uma série de predicados exaltados para além das suas lendas. A construção da memória do diretor, baseando-se nas duas biografias[680], dialoga bastante com as teses de Marialva Barbosa sobre a inflexão que os anos 1950 trouxeram junto à imagem da classe jornalística. A autora discute que neste período houve um contexto favorável para a construção de valores e representações sobre o ideal de profissional da categoria, permitindo a conformação de uma dada identidade que flutua até hoje no romantismo dos testes vocacionais[681]. Nasceu a mítica do "verdadeiro jornalista", sujeito que não passava mais pelo saber prático e emergia do bacharelado com o peso da neutralidade científica, separando opinião de informação. Em muitos casos, o destino e a "missão" jornalística se associavam a talentos adquiridos e atualizados desde a infância, nas práticas escolares e no ambiente profissional. Júlio Lopes e Arlindo Porto construíram seus textos sobre Calderaro e Lucena a partir dessa ideia de uma "vocação nata". Júlio Lopes, que também escreveu a biografia do diretor, situa casos no Colégio Dom Bosco

---

[679] BARBOSA, Marialva. *História cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Op. Cit. P. 192

[680] PORTO, Arlindo. *Umberto Calderaro Filho: Legenda de trabalho e de amor pelo Amazonas*, 2007; LOPES, Júlio Antônio. *A Crítica de Umberto Calderaro Filho*. Manaus: Editora Cultural da Amazônia, 2010.

[681] SCHARGEL, Sérgio. *Entrevista com Marialva Barbosa: uma discussão sobre jornalismo de sensações e a Era de ouro do jornalismo carioca*. Op. Cit. P. 386. Em entrevista, a autora comenta um fato curioso da sua carreira docente: "Quando você vai dar aulas em cursos de Jornalismo, como eu dou há 43 anos, se você for no primeiro período e perguntar aos alunos por que eles foram fazer Jornalismo, eles vão dizer: "ah, porque eu gostava de escrever poesia, crônicas", "eu tinha um jornalzinho na minha escola...".

onde tanto Fábio Lucena quanto Umberto Calderaro já mostravam seus talentos naturais de espirito inflamado e combativo no colegial.

Assim, neste momento, vale situar uma variante que, provavelmente, foi decisiva para o sucesso desse suposto projeto desenhado pelo diretor e o tribuno. Não adiantava ter um arauto qualificado e um maquinário potente de impressões se não houvesse também um público aberto à conexão.

Em 1972 a participação popular cresceu cerca de 10% em relação a eleição anterior. A taxa de comparecimento saiu de 46% em 1970 para 59% em 1972, chegando em 1974 a ter 63%[682]. São números que devem ser considerados, sobretudo pelo controle de informação que era exercido naquele período. Maria Kinzo argumenta que *a despeito dos excelentes resultados econômicos conseguidos sob regime militar, este carecia de apoio popular*[683]. Para a pesquisadora, o inofensivo MDB,

> Criado para ser parceiro da ARENA, no bipartidarismo de fachada instituído pelo regime, havia se tornado um instrumento efetivo de oposição democrática, a ser utilizado não apenas na arena eleitoral, mas também no processo político mais amplo, de modo que, se a política de liberalização deveria ser mantida sob controle do governo, esta tinha que neutralizar tanto as eleições como o MDB[684]

Na mesma linha, Eli Diniz acrescenta que, entre os grupos que progressivamente se incorporaram a esta frente, o empresariado destacou-se como um dos principais críticos do autoritarismo e das políticas econômicas do II PND.

> O tom incisivo de tais críticas, sobretudo a partir de 1978, levou a que se atribuísse ao inconformismo empresarial um peso decisivo no desencadeamento da transição. Assim é que, nos meios jornalísticos e acadêmicos, difundiu-se a ideia de que a ruptura da aliança deste setor com o Estado autoritário teria determinado o esgotamento das condições de legitimidade do regime, minando suas bases de sustentação e ameaçando sua sobrevivência[685].

Nessa linha de raciocínio, para que a flexibilização eleitoral fosse possível com maior liberdade de representação e adesão popular, houve movimentos verticais que, paralelo aos movimentos sociais, visualizaram nesse contexto de crise uma

---

[682] Dados fornecidos pelo site oficial do Tribunal Superior Eleitoral.
[683] KINZO, Maria. *A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição*. São Paulo em perspectiva. 2001. P. 05.
[684] KINZO, Maria. *A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição*. Op. Cit. P. 06.
[685] DINIZ, Eli. *A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura.* Dados Revista de Ciências Sociais, v.28, n.3, 1985. P. 72.

oportunidade. Calderaro tinha condições de manter-se exclusivamente fiel às pautas situacionistas, reduzindo vitrines de oposição e lucrando, até certa medida, com seus privilégios. Contudo, puxando os poucos nós costurados até aqui, o que se observa, a partir dessa parceria entre o diretor e Fábio Lucena, é que houve, além de um projeto deliberado de sobrevivência política para ambos, uma oportunidade para aumento de público, renda e oferta de novos serviços de propaganda, entre elas a eleitoral.

Ao invés de estancar as feridas da ditadura, o *A Crítica* iniciou um novo jogo sutil que, se não era de radical oposição ao governo, como só foi em oposição ao PTB[686], gradualmente foi ganhando apoio popular com o sucesso do novo projeto jornalístico. A presença das comunidades nos debates, comícios e o crescimento de participação nos pleitos, depois de uma alta taxa de abstenção em 1970, não pode ser encarada apenas como um fenômeno isolado. Essa demanda política parece ter sido apropriada por um projeto audacioso que envolveu, além de Lucena e a coluna *A Charge do Miranda*, mais dois vetores: o jornalista Oséas de Carvalho e o projeto *Peladão*, que são discutidos mais adiante.

De antemão, vale destacar que essa presença popular, acompanhando a oposição nos debates, pode ser tangenciada, inclusive, através da quantidade de conteúdos que João Miranda lançou no triênio após a eleição de 1974, ano de lançamento da coluna. Em 1975, os temas sobre falta de estrutura e custo de vida marcaram, respectivamente, 18% e 17%; em 1976, 21% em ambas e, em 1977, gritantes 31 e 37%. O crescimento de oferta desses temas de forte identificação popular (em tempos de recessão) constitui mais um indício de que o processo humorístico gradual e regular de apresentação dos problemas da cidade dentro de narrativas humorísticas da coluna *A Charge do Miranda* buscava direcionar e elevar certas tragédias populares enquanto fatos cômicos, preparando assim ensejo para possíveis ações políticas. Soma-se a estas estratégias o crescimento de consumo e demanda por pautas progressistas no jornal, tais como, divórcio, juventude e orientações de sexualidade. Essa mudança de roteiro permite deduzir que havia ali um nicho de mercado, um norte possível de investimento que trazia a necessidade de um arauto qualificado, mas que não expusesse a empresa a ponto de perder seus privilégios.

---

[686] QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas.* Revista Mundos do Trabalho (online), v. 8, p. 49, 2017.

Portanto, jovem, corajoso, excelente orador e, curiosamente, de origem educacional salesiana, Fabio Lucena foi, se comparado a trajetória de Umberto Calderaro registrada por Júlio Lopes, a imagem mais próxima da narrativa de uma vida política que o diretor não teve. Pelo menos não de forma partidária. Ao seu lado, juntou-se ainda dois jovens salesianos que, dentro da Câmara e da Assembleia, foram braços da família Calderaro nesta transição: Mario Frota e Josué Filho.

Fábio Lucena, naquele contexto, seria capaz de assumir a narrativa de uma empresa que, embora estivesse supostamente lucrando com a publicidade oficial do governo (denunciada nas falas do adversário Andrade Netto[687]) desejava inegavelmente libertar-se para reassumir protagonismo político na cidade. Desde o início, a voz de "independência" que Umberto Calderaro tantas vezes declarou não se fez sem dependências, sejam elas através das amizades com membros da igreja (Gaudêncio), colegas de ofício (Agnaldo Acher Pinto) ou membros do Estado (Álvaro Maia). Entretanto, é possível deduzir, pelos eventos e movimentos de sua história, que o império que hoje moldou a Rede Calderaro de Comunicação buscava ser livre para criar dependências. E o ponto de partida dessa emancipação nasceu nessa transição para 1974, tendo na figura de Fábio Lucena o seu maior protagonista.

Ao longo dos 15 anos que trabalho com os materiais em torno da coluna *A Charge do Miranda*, nenhum político, ao longo da década de 70, foi mais prestigiado, protegido e destacado nas colunas do *A Crítica* do que Fábio Lucena. Longe de determinar que sua história de lutas em sindicatos e no Poder Legislativo se resume aos objetivos do periódico, a convergência de eventos leva a deduzir que o político e Umberto Calderaro construíram um projeto bem-sucedido de sobrevivência à ditadura. Dessa parceria, longe de viver das tangentes e liberdade poética, construiu-se uma metodologia de trabalho que, pelo resultado e demanda política, gerou colheitas e frutos ainda maiores para a década de 1980. Ao pesquisador da imprensa amazonense, basta observar a forma como o *Jornal do Commercio* e o *A Crítica*, no mesmo recorte temporal, trabalhavam as notícias sobre distensão e política local. Enquanto o jornal de Epaminondas Barahuna[688] tratava temas da oposição como integrante dos cadernos, no

[687] Jornal A Notícia, 07 de janeiro de 1975. *A resposta*. P. 01.

[688] DUARTE, Durango. Imprensa Amazonense. P.17. Epaminondas Barahuna foi diretor do Jornal do Commercio entre 1959 a 1984. Durango Duarte comenta em seu ensaio que foi na administração do diretor, ainda nos anos 1960, que o sistema de impressão *Off set* foi instalado, sendo pioneiro no Brasil. Essa afirmação não contraria a tese do *A Crítica*, que registrou uma atualização do modelo a partir de 1971, na qual incluiu-se cores nas publicações a partir do sistema IBM.

periódico da família Calderaro, Fabio Lucena é capa, charge, destaque, tem fotos regulares, coluna, voz... Ao longo da carreira esteve em diversas áreas do jornal e, por mais que seu esforço fosse de fato genuíno, sua dimensão meteórica em curto tempo deve em grande medida à forma como o diretor e parceiro escolheu situá-lo nos debates públicos.

A trajetória de Fábio Lucena tem, em seu engajamento aos problemas da cidade, uma genuína autenticidade. Seus confrontos dentro das casas legislativas são fatos. Porém, o impacto de suas lutas na sociedade dificilmente teria a mesma dimensão sem o apoio publicitário de Umberto Calderaro. Ele, nos bastidores, tinha a serviço um gladiador lutando por pautas convenientes[689] a empresa e aos grupos políticos articulados ao jornal. Fabio Lucena foi o protagonista político da oposição não apenas na Câmara, mas também em um dos maiores jornais da Região Norte.

Para fechar esse tópico e reforçar o argumento com outros dados, vale analisar brevemente um pouco de sua trajetória dentro dos pleitos eleitorais.

Fabio disputou sua primeira eleição em 1970, momento em que fez parte do corpo editorial do jornal *A Notícia*. Na eleição de 1970, o TRE apontou que se inscreveram 112.732 eleitores em Manaus e 102.824 no interior, segundo o *Jornal do Commercio*[690]. Contudo, segundo os dados atualizados do TSE indicam, a taxa de abstenção em todo o Amazonas foi de 53,95%, com a inscrição de 265.281 eleitores (49.725 mais inscritos). Uma comparação entre os pleitos é útil ao raciocínio.

Quadro 14[691]
Dados eleitorais

Ano	**1970**	**1974**	**1978**
Inscritos	265.282	276.523	389.325
Presentes	122.162	173.163	281.399
Abstenção	53,95%	37,20%	27,72%

Na eleição de 1970, Fábio Lucena teve destaque e conseguiu votos para um cargo de suplente, resultado que para uma primeira eleição já indicava potencial.

[689] Ao longo de 1975 e 1976, grande parte das matérias envolvendo Fábio Lucena, quando não relacionadas a Câmara, emergem na defesa da Zona Franca de Manaus ou abordam crimes de tortura policial, abuso de autoridade e censura à liberdade de imprensa.
[690] Jornal do Commercio. 15 de novembro de 1970. *Amazonas vai hoje às urnas.* P. 01.
[691] Dados fornecidos pelo TSE no endereço: https://www.tre-am.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores

Disputando espaço entre os grandes nomes do MDB como Francisco Queiroz[692], Natanael Rodrigues e José Dutra. A quarta vaga ficou em disputa com Léa Alencar, Aloísio Oliveira e Paulo Sampaio, nomes emergentes da oposição no Amazonas. Nesta eleição, tanto Fabio Lucena quanto seu chefe Andrade Netto saíram derrotados, embora Netto tenha feito 44.802 votos por todo o estado e perdido a vaga por apenas 12.728 votos.

Quadro 15
Resultado da eleições – 1970

ARENA			**MDB**		
João Bosco	4.687	Eleito	Francisco Queiroz*	4.516	Eleito
Álvaro Maranhão	3.995	Eleito	Natanael Rodrigues	3.104	Eleito
José Belo	3.803	Eleito	José Dutra	2.404	Eleito
Adail Vasconcelos	3.771	Eleito	Léa Alencar	2.088	Eleito
Mario Haddad	3.466	Eleito	Paulo Sampaio	2.070	Suplente
Washington Wilson	3.460	Eleito	Evandro Carreira	1.967	Suplente
Jair Moreira	3.441	Eleito	Fábio Lucena	1.930	Suplente
Fernando Casto	3.064	Eleito	José Aquino	1.865	Suplente

Deputados eleitos em 1970

A comparação de crescimento de Fábio Lucena quando este se juntou, em 1972, à Umberto Calderaro é gritante. O desligamento do político com Andrade Netto gerou, mais tarde, enormes polêmicas, que foram inclusive tratadas em matéria de capa do jornal *A Crítica*[693]. Em tese ela se deu porque o vereador, já como parlamentar, homenageou Umberto Calderaro na Câmara dos Vereadores em 1974[694]. Em declaração, informou que:

> O jubileu de prata de A CRÍTICA é mais que isto: É uma festa da liberdade de imprensa. Que seu diretor, Umberto Calderaro Filho continue a honrar as tradições de gloria do seu jornal. Que jamais faça ao que nunca fez: tripudiar sobre os vencidos, e que nunca se transforme em corifeu dos vencedores. Que com o Amazonas cresça mais o seu jornal. Que cresça como imprensa livre![695].

Se em 1970 Lucena, com o apoio do *A Notícia* conseguiu em todo o Amazonas apenas 1.930 votos, na medida em que, segundo Júlio Lopes e Giovanny Amaral, voltou a trabalhar com Umberto Calderaro, o tribuno alcançou em 1972 uma margem de

[692] Porto, Arlindo. *Umberto Calderaro Filho: legenda de trabalho e de amor pelo Amazonas.* Op. Cit. P. 12. O ex-deputado Almino Affonso, no prefácio da biografia de Calderaro aponta que, no período em que trabalhou para o *A Crítica*, um dos seus colegas de redação era Francisco Queiroz, segundo ele "filho de família tradicional da região do Careiro".
[693] Jornal A Crítica. 07 de janeiro de 1975. *Velhaco e Venal.* P. 01.
[694] Em todo dia 19 de abril, o jornal *A Crítica* faz uma matéria especial comemorando o aniversário da empresa. Em 1974, em virtude do apoio, a Câmara Municipal fez uma homenagem ao diretor.
[695] Jornal A Crítica, 18 de abril de 1974. P. 05.

7.679[696] apenas em Manaus, número superior, inclusive, ao do deputado arenista mais bem votado no pleito anterior, o deputado João Bosco.

Fabio Lucena foi, para a sua época, um fenômeno da oposição e sua emergência uma ameaça a toda a estrutura da ARENA local, muito antes de qualquer crise internacional que refletisse no Brasil seus efeitos na política. Não foi à toa que, desde 1972 suas vitórias sofreram tentativas de obstrução: a primeira, acusado de "comunista e subversivo"[697]; a segunda impugnada poucos dias antes da eleição de 1974[698]; em 1975, tentativas de assassinato[699] e em 1976 de enquadramento no AI5.

Importante destacar novamente que esses fenômenos não emergem sem uma trajetória. O crescimento da oposição no Amazonas, desde a instalação do AI-5 pode ser visualizado no quadro abaixo.

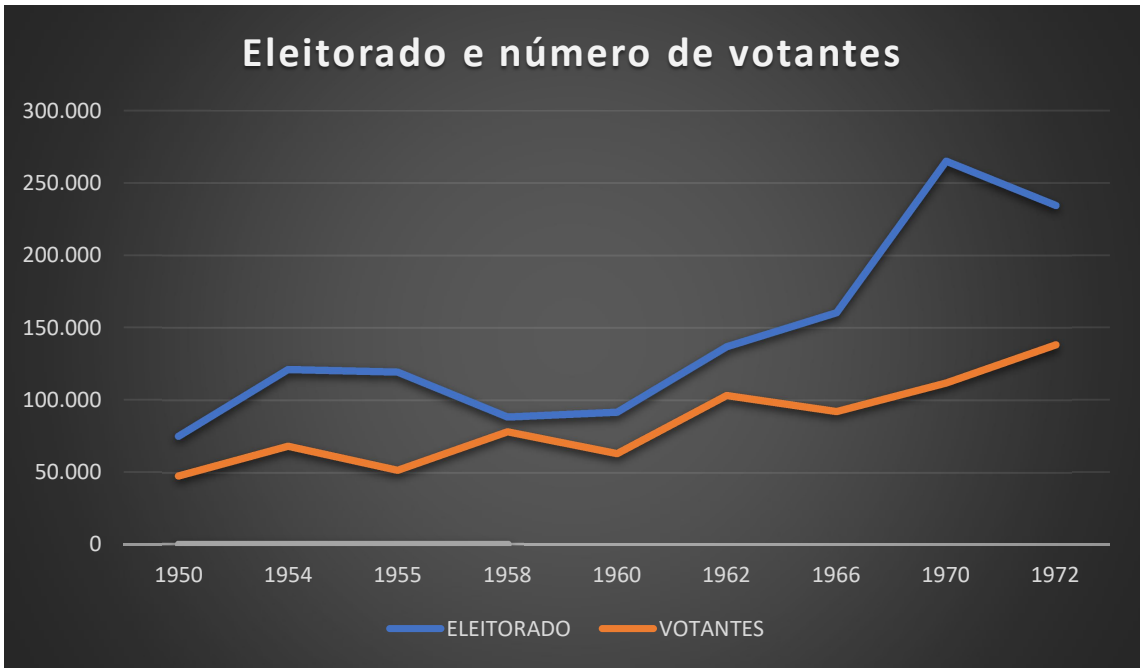
Quadro 16[700]
Participação e abstenções

1950	1954	1955	1958[701]	1960	1962	1966	1970	1972
ELEITORADO								
75.367	121.565	119.771	88.712	91.929	137.317	160.747	265.281	234.733
VOTANTES								
47.964	68.502	51.880	78.565	63.462	103.563	92.506	112.162	138.485
COMPARECIMENTO								
63,64%	56,35%	44,32%	88,56%	69,23%	75,42%	57,55%	46,05%	58,99
ABSTENÇÃO								
26,36%	43,65%	55,68%	11,44%	30,77%	24,58%	42,45%	53,95%	41,00%

Para organizar os valores descritos no relatório acima, vale distribui-los em outro gráfico para visualizar com maior clareza a dinâmica de funcionamento do eleitorado amazonense no contexto de emergência de Fábio Lucena.

[696] Jornal do Commercio. 29 de novembro de 1972. *Na hora da partilha MDB fica só com 6 vereadores*. P. 02.
[697] Jornal do Commercio, 20 de fevereiro de 1973. *TRE valida diploma de Fábio.* P. 01
[698] Jornal A Crítica, 25 de agosto de 1974. *Fábio: Impugnado por que protestei contra benesses.* P. 01.
[699] AMARAL, Giovanni. *Fábio Lucena: um senador Amazônida* (1940-1987). Op. Cit. P. 183. O jornalista Carlos Costa, contemporâneo do político, ofereceu em entrevista outra leitura sobre essas tentativas. Segundo ele, Fábio Lucena chegou a ir na Polícia Federal acusar seus desafetos, Andrade Netto e Alberto Di Carli, por atentados que ele mesmo teria feito a si. Segundo o escritor, "Ele criava essas histórias para garantir mídia, ele era craque nisso, nesse ponto ele era fantástico".
[700] Tribunal Superior Eleitoral. *Dados estatísticos; eleições municipais de 1972*. Op. Cit. P. 30.
[701] O decréscimo do eleitorado de 1958 é resultado do novo alistamento determinado pela Lei n° 2.550, de 25.07.1955 que invalidou o anterior.

Gráfico 04[702]



Crescimento do eleitorado e número de votantes no Amazonas

De acordo com os dados, o crescimento do número de eleitores e votantes no Amazonas avançou com certa regularidade a partir de 1966, dado que pode estar conectado também à alta taxa de migração que a Zona Franca de Manaus estimulou nesse contexto[703]. Em virtude da enorme expectativa do comércio e do discurso progressista direcionado a norte, o crescimento demografico foi intenso, como aponta o censo demografico do IBGE entre 1950 e 1970.

Quadro 17[704]
Censo Demográfico

Ano	**População no Amazonas**	**População de Manaus**
1950	514.099	139.620
1960	714.774	173.703
1970	960.934	314.197

Assim, esses dados indicam que a escolha de Umberto Calderaro em investir e dinamizar a sua empresa de comunicação no final da década de 60 não era sem

[702] Gráfico baseado nos dados do quadro 16.
[703] BENTES, Rosineide. *Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: os grandes projetos.* In: *Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais*. Belém: Secretaria de Estado de Educação/CEJUP, p. 89-114, 1992. Segundo Rosineide Bentes, os anos 70 na Amazônia caracterizavam-se por 3 objetivos: trazer uma efetiva política industrial que servisse de referência ao país, estimular a substituição de importações de bens finais e, sobretudo, formar um mercado interno vivo e ativo na região.
[704] AGUIAR. José Vicente de Souza. *Manaus, Praça, Café, Colégio e Cinema nos anos 50 e 60*. / José Vicente de Souza Aguiar. – Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas, 2002.

fundamento, aspecto que será aprofundado no próximo tópico. Para a relação com Fábio Lucena, a dilatação desse novo eleitorado em Manaus (quase o dobro da população na década anterior), sem fortes vínculos de "vassalagem" com o jogo político local, pode ter lhe indicado uma escolha possível: manter suas relações com o jornal de Andrade Netto, concorrente ao cargo de sua ambição, ou ligar o seu projeto político a uma empresa estruturada, atualizada e visando ampliar seu alcance popular e comercial em um contexto muito especial.

Portanto, com a trajetória de sindicalista e o apoio de Umberto Calderaro em seus primeiros anos de atividade, essa parceria formou uma frente que, se não era declaradamente antagonista ao governo, destoava dele pelo desejo de encontrar liberdade política e comercial para seus projetos pessoais. A vitória esmagadora de Lucena, com quase o dobro de votos sobre o arenista mais bem colocado, não foi uma conquista isolada. Ela obedece também a uma mudança de layout e organização de pautas do jornal que também merece exame.

B) Oséas de Carvalho: a força gráfica

Em 1973, ano de convergências que aqui trago ao debate, tem-se, "de mãos dadas" com a família Calderaro, um político popular em ascensão meteórica, mas também um jornal modernizando toda a sua estrutura de diagramação, linguagem e distribuição, o que promoveu, inclusive, o aperfeiçoamento e funcionalidade de colunas como *A Charge do Miranda*. Contudo, esse projeto de mercado não se fez sem uma equipe e um mentor. Peça fundamental nessa engrenagem, o jornalista mineiro Oséas de Carvalho (1939-2011) vem sendo, quando se trata da recuperação de dados sobre o *A Crítica* na década de 70, pouquíssimas vezes mencionado à história do jornal. Diante dos grandes projetos que alavancaram a empresa de Umberto Calderaro a partir de 1973, sua influência parece sofrer certo "desbotamento", onde não lhe é negado participação, mas o coloca bem distante do brilho e protagonismo que merece.

Ele aparece com maior destaque no artigo de Eula Dantas[705], em 2001, lhe conferindo, através de uma entrevista com Tereza Cristina, a direção dos projetos gráficos do jornal nos anos 1970 e início dos 1990. Na biografia do diretor, escrita por Júlio Lopes, ele é citado como um dos integrantes da equipe que montou, a partir de ideia de Calderaro e Flaviano Limongi, o "projeto social" *O Peladão* em 1972[706]. Na biografia de Arlindo Porto, o nome sequer é mencionado. Mathias Pina o cita através do jornalista Sebastião Reis, antigo editor-chefe do *A Crítica* como *(..) uma pessoa muito querida do 'seo' Umberto, vindo do Rio de Janeiro, que trouxe a experiência do Última Hora, O Dia e de O Fluminense onde trabalhava. Foi o responsável pela implantação de dois projetos gráficos no jornal, quando eu estava lá*[707]. Contudo, alguns depoimentos recentes e documentos familiares ajudam a montar o mosaico desse que, certamente, foi o responsável pela arquitetura e renovação do projeto jornalístico de Umberto Calderaro nos anos 1970, dialogando com os novos tempos da comunicação dentro da abertura política do país.

Apesar de conhecido pelo público do *A Crítica* desde 1958, João Miranda teve, com a chegada de Oséas de Carvalho à equipe, o salto substancial que alterou sua posição de coadjuvante na coluna *Sim e Não* para o protagonismo de *A Charge do Miranda.* A nova diagramação do jornal, proposta por Oséas, melhorou consideravelmente a orientação dos textos, ampliando assim a sua recepção por outros públicos. Mais tarde, o jornalista mineiro se tornou genro do chargista[708] e boa parte das informações que aqui constam, foram recuperadas a partir de citações em artigos, documentos de anistia, registros familiares e entrevistas com a viúva, Débora Queiroz.

Para além da forte articulação política que construiu ao longo dos anos, Umberto Calderaro foi, antes de tudo, um jornalista muito inclinado às modernizações da imprensa nacional, sobretudo àquelas que lhe abriam portas politicamente. E isso pode ser observado na própria evolução técnica do jornal (quadro anexo ao final do capítulo). Sua presença no Rio de Janeiro enquanto estagiário e foca de *O Globo*, provavelmente em 1948, assim como a vivência de João Miranda enquanto militar no

[705] CABRAL, Eula D.T. *A história do jornal de maior circulação do Amazonas*. In: XXIV Intercom (Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação), 2001, Campo Grande. CDROM dos Anais. São Paulo: INTERCOM, 2001. P. 10.
[706] LOPES, Júlio Antônio. *A Crítica de Umberto Calderaro Filho*. Manaus: Editora Cultural da Amazônia, 2010. P. 99.
[707] PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia*. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Nilton Lins, Manaus, 2005. P. 124
[708] Débora Geisa Valentim de Queiroz, filha de João Miranda, foi casada com Oséas de Carvalho.

mesmo período, certamente promoveu, a partir do ângulo da grande capital, uma visão diferenciada sobre as carências, ofertas e demandas possíveis de aplicação no mercado da comunicação social amazonense.

O jornal *A Crítica* foi pioneiro em muitas atualizações do mercado de comunicações no Amazonas e na Região Norte. A presença de cadernos com temas estratificados, direcionados para públicos específicos, já fazia parte da organização de outros periódicos. Entretanto, a forma como foram apresentados a um público cada vez mais familiarizado com a presença da televisão, alterava também um modo representação[709]. *O Jornal do Commercio*, mesmo com a velocidade de um sistema *Off-set* menos moderno, ainda imprimia apenas em preto e branco e com imagens de baixo grau de definição. O investimento de trazer um sistema atualizado com composição eletrônica IBM, equivalente ao de Roberto Marinho, não se aplica só a informação. É, para esta pesquisa, um método de explorar novos gatilhos emocionais entre seus leitores (eleitores).

Os primeiros anos de 1973 registram mudanças radicais de diagramação do jornal, fatos que inclusive, ao final do ano, viraram matéria especial em 4 de novembro de 1973[710], anunciando a nova etapa do periódico. O *A crítica*, a partir de 13 de setembro, iniciou a coluna *Bom dia leitor* com o seguinte texto:

> Aqui estamos de cara nova. Uma transformação em todas as páginas que só vai beneficiar a você, leitor do melhor jornal do Amazonas. Desde que nasceu, A Crítica é um constante renovar. Sempre com o objetivo de fazer uma imprensa moderna, vibrante e, acima de tudo, de mãos dadas com o povo. E hoje, mais do que nunca, estamos unidos a você através da boa informação, da melhor reportagem e da opinião sempre independente[711].

Esta renovação da estética, mais atrativa que o *Jornal do Commercio*, e trabalhando matérias polêmicas sobre sexualidade, costumes e comportamentos da juventude, começaram a habitar os cadernos variados justamente a partir de 1973, problematizando, a partir de conteúdos especiais, temas emergentes como a circulação da maconha entre os jovens, presença hippie, tabus sexuais e despudor da sociedade[712].

---

[709] RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo II, Campinas: Papirus, 1995. Importante citar como o fenômeno da televisão influencia na transição de experiências, trazendo o imediatismo como um fenômeno que interfere também na maneira de produzir e consumir conteúdos escritos.
[710] Jornal A Crítica. 04 de novembro de 1973. *Com as mãos na roda.* P. 01. Lançamento da edição de domingo.
[711] Jornal A Crítica, 13 de setembro de 1973. *Bom dia leitor.* P. 01.
[712] Jornal A Crítica, 16 de abril de 1973. *Despudor*. P.10.

A partir desse ano, mais especificamente em abril, essas pautas especiais se tornaram cada vez mais frequentes e se consolidaram em 18 de abril de 1976, com o lançamento do caderno *Vida*, um suplemento do periódico que vinha anexo a edição de domingo e era escrito, segundo o jornal, pelas mulheres da redação, com destaque para a jornalista Baby Rizzato.

A partir de 1974 novos quadros e abordagens foram anexadas, buscando aproximar e envolver o leitor com reportagens especiais que beiravam a experiência da investigação criminal. Essas matérias levavam jovens repórteres a se infiltrar em comunidades atrás de furos de notícia. Um caso que vale a recuperação foi o da jornalista Leila Pinto de Oliveira, que se disfarçou de "viciada e prostituta" para conviver uma noite em uma comunidade hippie e assim denunciar o uso de drogas entre os jovens da cidade.

> A repórter Leila Pinto de Oliveira foi presa pela Polícia Federal quando, como hippie, em meio a uma assembleia de viciados, colhia, no lugar dos acontecimentos, dados para a série de reportagem "Tóxicos e Prostituição", que hoje se inicia na página 6 do 2° caderno. Sua credencial e a declaração do Editor Chefe, solicitando a ajuda policial para a sua missão – escondida em suas roupas íntimas – não foram motivos para escapar da prisão. Leila só foi liberada com a própria presença do Editor que confirmou os dados por ela narrados ao Dr. Walmores Victorino Barbosa[713].

Esse conteúdo especial teve como Editor Chefe Fernando Caldas e foi publicado em três partes, contando a experiência da jovem jornalista entre os "viciados" de Manaus. Até esta data, não encontrei um registro anterior de matérias nesse mesmo formato. Mas é curioso pensar que, nos primeiros meses de 1974, o *A Crítica* não demorou muito para experimentar um formato de jornalismo muito próximo do que *O Dia* vinha fazendo no Rio de Janeiro, inclusive distribuindo o consumo dos atos em 3 partes[714]. Sobre esse formato, Marialva Barbosa cita uma entrevista de Francisco Pedro do Coutto, onde este expõe que:

> *O Dia* era um jornal mais de crimes do que é hoje – não deixou de ser até hoje, mas agora é um jornal muito mais bem feito. Eram crimes em larga escala. É preciso ver que a notícia do crime, do conflito, da violência urbana,

[713] Jornal A Crítica, 08 de maio de 1974. *Repórter de A Crítica é presa por federais.* Capa. P. 01
[714] As três edições da série "Tóxicos e prostituição" foram: *Meu trabalho começa na prisão (08.05.1974)*; *Yaoska: cipó do Amazonas para substituir maconha (09.05.1974)*; *Leila continuirá seu trabalho (10.05.1974).*

> da violência humana, tem um apelo muito forte junto ao povão. Outro fator de apelo era que *O Dia* também cobria bem o futebol[715].

Diferente da concorrência, os novos cadernos do jornal *A Crítica* eram muito mais acessíveis e dinâmicos a uma cultura com alta taxa de analfabetismo, variando, segundo dados índices educacionais do IBGE, de 50 a 60% durante a década de 1970. Este fato leva a apresentação de um dos maiores responsáveis por essa virada estética do jornal e que, como mencionado, vem sendo pouco anexado aos dados biográficos da empresa.

A nova arquitetura do jornal ficou a cargo do jornalista mineiro Oséas de Carvalho, personagem que dentro da história *A Crítica* merece uma breve introdução. Segundo a Associação Brasileira de Imprensa, o jornalista nasceu no município mineiro de João Monlevade e teve uma longa e fecunda trajetória profissional que começou no semanário *O Binômio*, de José Maria Rabelo e Euro Arantes, lançado em 17 de fevereiro de 1952. Após o empastelamento do jornal pela ditadura militar em 1º de abril de 1964, o jornalista foi obrigado a se mudar para o Rio de Janeiro. A matéria complementa informando que:

> No Rio, ele foi trabalhar na *Última Hora* como uma das pessoas de confiança do fundador do jornal, Samuel Wainer. Nos anos 70 e 80, ele trabalhou em vários estados promovendo a reforma gráfica e editorial em diários como *A Crítica, de Manaus, O Liberal, de Belém, e O Fluminense, de Niterói (RJ),* entre outros. Foi editor do jornal Opinião, de Fernando Gasparian, durante cerca de quatro anos, e trabalhou também no Jornal do Brasil[716].

Oséas de Carvalho era conhecido na época, segundo o jornalista Jose Alves Pinheiro, como "o maior embelezador de jornais do Brasil". Segundo destacou a entidade[717], por onde passou, sua influência na diagramação e modernização dos jornais foi muito além da simples "maquiagem". A equipe que o acompanhava trazia também projetos de reestruturação que passavam pela arquitetura central dos periódicos, redesenhando e refundindo conteúdos, seja nas titulagens ou nos formatos de editoriais.

---

[715] COUTTO, Francisco Pedro do. *Depoimento ao CPDOC.* Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 1998. In BARBOSA, Marialva. *História cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. P. 218.

[716] 18 de maio de 2011. Associação Brasileira de Imprensa. *Morre o jornalista Oséas de Carvalho*. Endereço eletrônico: http://www.abi.org.br/morre-o-jornalista-oseas-de-carvalho.

[717] 18 de maio de 2011. Associação Brasileira de Imprensa. *O guerreiro que embelezava os jornais.* Endereço eletrônico: http://www.abi.org.br/o-guerreiro-que-embelezava-os-jornais.

Segundo a matéria, ressalta-se também o papel do jornalista na criação de suplementos, tais como cadernos esportivos e de lazer diário.

Contudo, politicamente, a trajetória do jornalista foi marcada por passagens em periódicos de oposição à ditadura, o que lhe rendeu perseguições em várias redações por onde passou. Oseás de Carvalho trabalhou no *Última Hora* do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Curitiba e chegou também a fazer parte da equipe, mesmo que clandestinamente, de *O Jornal* (dirigido por Manoel Gomes Maranhão dos Diários Associados), além do *Voz Operária*. O jornalista faleceu no dia 17 de maio de 2011 aos 71 anos, vítima de um enfisema pulmonar. Para uma melhor visualização da sua trajetória antes da chegada ao *A Crítica*, um quadro[718] se torna necessário para o exame:

Quadro 18 **Oséas Martinho de Carvalho (1939-2011)** Reg. 49688/RJ Nascimento: 05/11/1939		
ANO	JORNAL	FUNÇÃO
1960	Última Hora - MG	Repórter esportivo Diagramador de esportes
1963	Binômio	Repórter e secretário de redação
1964	Editora Boa Notícia: Revista Foto-esporte	Fundador e diretor responsável
1965	Última Hora – RJ	Reforma da programação visual Repórter esportivo Assessor do presidente Samuel Wainer
1965	Jornal da Comunicação	Suplemento de cultura e lazer Diretor de arte Editor Direção da edição mineira
1965	TV Alterosa	Diretor e produtor do programa esportivo *O esporte como ele é*
1973	TV A Crítica	Projetista gráfico[719]
1974	O Fluminense	Redator
1978	Opinião – Le monde	Secretário
1980	Jornal do Brasil	Redator
1984	Radio/TV: Rádio FM; Antena 1 – Goiânia	Direção geral
1984	TV Goyá-Goiânia	Direção geral
1985	Última Hora - Brasília	Editor geral
1987	Tribuna da Imprensa	Repórter Editor do Caderno Bis, suplemento cultural
1991	TV A Crítica	Criador e implantador do programa *Diário de jornalismo* e diretor do *Alô, Manaus.*

Atividades de Oséas Martinho de Carvalho (1960 – 1991)

[718] CARVALHO, André; BARBOSA, Waldemar. *Dicionário biográfico: imprensa mineira*. Belo Horizonte: Armazém das Ideias, 1994.

[719] Essa informação está presente no artigo de Eula Dantas. Contudo, em nota, o dicionário biográfico cita ele na direção e reformulação dos seguintes jornais: Folha do Norte-Belém; O liberal-Belém; Diário de Brasília; O Jornal; *A Crítica*-Manaus; Diário de Minas-BH, Luta Democrática-RJ; Jornal dos Sports-RJ; O Guaporé-Porto Alegre; Última Hora-Brasília; O Povo-Brasília; O Povo-Goiás.

Os dados sobre os primeiros anos de carreira de Oséas de Carvalho estabelecem uma ligação muito estreita entre o jornalista e conteúdos associados a esporte. Vale destacar que neste quadro ele aparece em dois momentos junto ao jornal *A Crítica*, 1973 e 1991. A presença nos recortes é confirmada por Eula Dantas em depoimento concedido por Raimundo Costa[720], chefe do setor de fotolito do *A Crítica*[721]. Ele é mencionado também em duas entrevistas relacionadas ao *O Peladão*, registradas no próximo tópico.

A partir de 1965 enquanto assessor de Samuel Wainer, diretor do *Última Hora*, o quadro apresenta um hiato de produção que só vai ser quebrado em 1974, segundo o dicionário biográfico da imprensa mineira. Dentro desse recorte, Marialva Barbosa comenta que, enquanto *O Globo* se tornava recordista de tiragens, jornais tradicionais do cenário carioca fecharam as portas, entre eles *Correio da manhã* (1901-1974), *Diário de notícias* (1930-1976), *O Jornal* (1919-1974) e o *Última Hora* em processo de decadência[722]. Segundo a ABI[723], Oséas de Carvalho trabalhou um período na clandestinidade e, provavelmente, foi nesse intervalo de produções que ele se vinculou ao *A Crítica*. Isso talvez explique o motivo do seu nome não ter sido relacionado na matéria especial de lançamento da edição de domingo[724], onde apareceram como diagramadores os nomes de Valmir Nunes de Carvalho e Fátima Vaz de Menezes[725]. Segundo o jornalista José Alves Pinheiro

> Com o massacre militar de UH, Oséas Carvalho refugiou-se no *O Jornal* dos Diários Associados ingressando com outros companheiros sobreviventes de UH numa redação dirigida por Manoel Gomes Maranhão. Mas *O Jornal* também virou alvo da ditadura. E em seguida Oséias Carvalho entraria no semi-clandestino *Opinião*. Por fim iria ajudar na edição secreta da *Voz Operária* que, no entanto, cutucava a ditadura sanguinolenta com vara curta e a Voz acabou sendo silenciada pelo monstro que perseguia, torturava e matava jornalistas.

A reportagem segue ainda citando outros trabalhos que não foram registrados no material biográfico. Além do *A Crítica*, José Alves pinheiro cita que o jornalista

---

[720] Raimundo Nonato da Costa aparece na lista da edição de 25 anos do *A Crítica* na função de Linotipista.
[721] TAVEIRA, Eula Dantas. *A história do jornal de maior circulação do Amazonas*. Op. Cit. P. 12
[722] BARBOSA, Marialva. *História cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000.* Op. Cit. P. 197
[723] Associação Brasileira de Imprensa, 18 de maio de 2011. O guerreiro que embelezava jornais. http://www.abi.org.br/o-guerreiro-que-embelezava-os-jornais.
[724] Jornal A Crítica, 04 de novembro de 1973. Caderno especial.
[725] Jornal A Crítica, 04 de novembro de 1973. *Caderno especial de domingo.* P. 09.

> Como mineiro bom sabe se esconder no meio da multidão, Oséas Carvalho escapou para ver a vitória da democracia, voltando a recriar mais jornais. Jornais do quilate do *Diário de Notícias, Jornal dos Sports, A Crítica* de Manaus e *O Povo* de Brasília. Fundou depois a revista *Brasil Mais* reunindo os maiores nomes da inteligência nacional, sem distinção de credo, com artigos de Oscar Niemeyer e Delfin Neto, Darcy Ribeiro, Luis Fernando Veríssimo e Antônio Ermírio de Moraes. Por último manteve por longo período o site *Tem Notícias*, levando à web uma plêiade de cronistas e ensaístas[726].

Em 1982, mesmo depois do AI-5, um dos jornais que Oséas de Carvalho trabalhou foi invadido e depredado, como relata a carta da ABI de 5 de março de 1982.

> Excelentíssimo Senhor Ministro (Ibrahim Abi-Ackel, Ministro da Justiça)
> A Associação Brasileira de Imprensa recebeu apelos dos confrades do diário O Guaporé, sediado em Porto Velho, Estado de Rondônia, em favor da obtenção de garantias que lhes permitam o exercício de seus direitos de informação e de opinião, submetido a graves coerções. Entre os episódios dessa natureza citam aqueles confrades a invasão da sede de O Guaporé na madrugada do dia 1° de corrente, quando um grupo ainda não identificado se apossou do malote de correspondência da empresa, tentou arrombar o cofre e danificou uma bobina de papel e partes da rotativa. Além da intenção de apropriação dos documentos da empresa, a investida teve o indisfarçado objetivo de coagir os editores de O Guaporé, cuja linha editorial desagrada grupos locais[727].

O documento faz parte do processo de Anistia do jornalista, composto por relatos de perseguição política que sofreu em virtude da profissão desde 1964. O documento 006542/94 foi direcionado em 1994 aos membros da Comissão de Anistia, informando que

> Neste processo OSÉAS MARTINHO DE CARVALHO, jornalista profissional, qualificado na incial, requer a declaração de anistia com base no Art. 8°, §2° dos ADCT para os fins e direitos decorrentes desse benefício, por ter sofrido perseguições política-ideológica durante o período de exceção em que viveu o Brasil, o que impediu o exercício regular da profissão com prejuízo remuneratórios[728].

O documento fez um breve resumo das atividades de Oséas de Carvalho, situando momentos específicos onde sofreu violência política. Um quadro com as 5 citações do processo merece registro:

---

[726] Associação Brasileira de Imprensa, 18 de maio de 2011. O guerreiro que embelezava jornais. http://www.abi.org.br/o-guerreiro-que-embelezava-os-jornais. Grifos nossos.
[727] Associação Brasileira de Imprensa. Documento EP – 60/82, direcionado ao Dr. Ibrahim Abi-Ackel, Ministro da Justiça, em 05 de março de 1982, Rio de Janeiro. Acervo pessoal.
[728] PROC MTb n° 46000. 006542/94. Documento direcionado a Itamar Hermes da Silva, Presidente da Comissão de Anistia em 27 de agosto de 1994. Acervo pessoal.

Quadro 18 **Relatório da Comissão de Anistia**		
ANO	JORNAL	PROCESSO
1964	Binômio	Jornal empastelado em 1964 pela PM do Estado de Minas Gerais. (Doc. Fls. 16).
1964	Última Hora - BH	Jornal empastelado pelas forças de repressão da época em 1964. (Doc. Fls. 22).
1960-1971	Última Hora - RJ	Perseguição em face da sua atuação jornalística como Diretor e Redator, tendo por várias vezes sido impedido de trabalhar sob ameaça de prisão e até de morte. (Doc. Fls. 19).
1971-1974	Diários Associados	Alvo de repressão política por dar publicações na revista "O Cruzeiro" e em "O Jornal" orientação democrática e de compromisso com a verdade dos fatos. (Doc. Fls. 36).
1978	Opinião Movimento	Publicações censuradas, seguidamente apreendidas e finalmente fechadas. (Doc. Fls. 13 e 14).

A farta documentação que compõe o processo registrou apenas os eventos registrados na CTPS, onde houve provas de sucessivas demissões, afastamentos da atividade e impedimentos temporários em virtude de pressões extensivas. O documento foi deferido em 27 de agosto de 1994, conferindo ao jornalista seus direitos.

Pela conexão dos dados, é possível deduzir que, durante a vigência do AI-5, Oséas de Carvalho trabalhou ativamente, mesmo que na clandestinidade, migrando entre os jornais de Samuel Wainer pelo Brasil ou fazendo trabalhos pontuais em periódicos de oposição. Nos anos 1980, suas atividades parecem se distribuir mais entre os meios de rádio e televisão e em cargos de direção, deslocando-se um pouco das áreas de redação, talvez por preservação. Mesmo longe das máquinas de escrever, as ligações políticas entre Oséas de Carvalho e seus clientes se mantiveram, inclusive apoiando o que, na época, parecia um caminho alternativo para política de oposição amazonense.

Figura 48[729]



Umberto Calderaro, Oséas de Carvalho, Messias Sampaio e Gilberto Mestrinho

A foto, cedida pela viúva Debora de Carvalho, não tem uma data precisa. Contudo, a esposa relatou em entrevista que provavelmente ela tenha sido tirada e revelada no começo dos anos 80, em virtude de um tratamento dentário que ele havia realizado[730]. A imagem leva a deduzir que a máquina publicitária de Umberto Calderaro já estava agregando novos clientes dentro do PMDB. É bem provável que ela faça parte das campanhas de 1982 e 1986, pleitos que colocaram Gilberto Mestrinho no governo, Amazonino Mendes na prefeitura, Fabio Lucena e Carlos Alberto De Carli no Senado.

Por fim, como mencionado, a passagem do jornalista mineiro pelo *A Crítica* ainda guarda uma série de questões, muito em virtude desse hiato de clandestinidade. Contudo, o artigo de 2001 da pesquisadora Eula Dantas[731] ajuda a amarrar algumas pontas soltas nesse debate. Jornalista e pesquisadora, a ex-funcionária da empresa[732] registrou dados privilegiados neste artigo, colaborando assim no mosaico desse exame. A informação vem de uma entrevista com a diretora Tereza Cristina, o que garante

[729] A fotografia foi concedida por Débora de Carvalho, viúva do jornalista. A esposa não sabe definir a data precisa da foto, mas menciona que talvez esteja entre os primeiros anos da década de 80. Provavelmente, material de campanha para o governo de 1983. Acervo pessoal.
[730] Entrevista com Débora de Carvalho, concedida no dia 01 de maio de 2024.
[731] TAVEIRA, Eula Dantas. *A história do jornal de maior circulação do Amazonas*. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Campo Grande – MS. 2001.
[732] O currículo Lattes da pesquisadora aponta que, em 1997, Eula Dantas era repórter da editoria de Cidades e Política do jornal *A Crítica*.

maior consubstancialidade a informação. Depois desse artigo, a autora não produziu mais nada sobre o periódico.

Apoiando-se em entrevistas que captou em 1997, enquanto funcionária da empresa, a pesquisadora, no que diz respeito às mudanças gráficas do jornal, localizou Oséas Carvalho a partir das falas de Aroldo Caminha (Diretor industrial do jornal), Raimundo Costa (Chefe do setor de Fotolito) e Tereza Cristina, filha do diretor e, na época do contato, vice-presidente do jornal. Para Caminha e Costa, o projeto começou nos anos 70, porém Oséas de Carvalho voltaria também nos anos 90[733] para finalizá-lo. Segundo Tereza Cristina Calderaro:

> O primeiro na parte gráfica foi feito por Aroldo Jardim em 70/73. O segundo, no final de 73 e início de 74, por Oséas de Carvalho. (...). Agora, o de 91 foi de autoria de Oséas de Carvalho e Alexandre Fontoura, indo para rua no segundo domingo de outubro, todo na base do Macintosh, computação gráfica, recursos gráficos e programas da época[734].

Assim, para esta pesquisa, a presença do renomado jornalista Oséas Carvalho em 1973, modernizando a arquitetura do jornal, reforça ainda mais que, neste ano, uma forte articulação estava em construção e que as vitórias do MDB na eleição de 1974 tinham mais do que o otimismo de Calderaro: havia um investimento. Naquele momento, O *A Crítica* já tinha um chargista talentoso, um tribuno popular, uma estrutura comparável ao maior periódico do Brasil e, clandestinamente, um dos maiores embelezadores de periódicos do país. Faltava apenas um produto. A partir de 28 de outubro de 1973 o jornal começou a rodar no dia de domingo, anunciando com destaque a sua mais nova mercadoria: *O Peladão*.

[733] Esse dado cruza com as informações do dicionário biográfico.
[734] TAVEIRA, Eula Dantas. *A história do jornal de maior circulação do Amazonas.* Op. Cit. P. 11.

C) *O Peladão*: a força popular

Figura 49[735]



Na parte superior: Mario Monteiro de Lima; Oséas de Carvalho; Flávio Ferreira Farias; Manuel Leal da Cunha; João "Pinduca" Rodrigues.
Na parte inferior: Messias Sampaio; Belmiro Vianez; Umberto Calderaro; João Miranda; Aroldo Caminha.

Na publicidade caricaturada por Miranda é possível identificar, a partir dos estereótipos, alguns personagens da equipe do jornal. Ao centro, na parte inferior, Umberto Calderaro e João Miranda (à direita), se apoiando no diretor. Na extrema esquerda inferior Messias Sampaio, teoricamente idealizador de *O Peladão*, apoiando-se em Belmiro Vianez, redator e cronista de esporte. O segundo, na parte superior é Oséas de Carvalho e na extrema direita possivelmente o fotografo João Pinduca. Esta arte de abertura da edição de domingo é um dos poucos registros do diagramador em volta da equipe do jornal, visto que na matéria especial de lançamento do caderno de domingo o seu nome não constou entre os funcionários.

Esse time foi responsável por oferecer uma das maiores máquinas de publicidade política do estado. A história de *O Peladão* ainda não foi escrita com o rigor merecido. Muito do que se sabe são apenas fragmentos que, quando postos em

[735] Jornal A Crítica, 28 de outubro de 1973. *Este time vai jogar domingo*. Segundo caderno.

cruzamento, não amarram com firmeza as pontas soltas pelo romantismo dos seus cronistas e tecelões. Há apenas uma dissertação escrita por Miriam Martins[736] de 2017, apresentada ao Programa de Sociedade e Cultura do Amazonas tratando sobre o *Peladão Indígena* a partir de uma abordagem sociocultural. Entretanto, a pesquisadora dedica pouquíssimo espaço para a contextualização histórica do evento e verticaliza sua abordagem mais para o seu objeto etnográfico de pesquisa. Ela cita, a partir de uma entrevista[737] com Arnaldo Santos[738], publicada em 12 de fevereiro de 2014, que (...) *Umberto achava que nos bairros as pessoas tinham que se ocupar no fim de semana. E nada melhor que um jogo de futebol entre amigos, entre parentes, entre aqueles que curtem essa forma de existir*[739]. Miriam localiza a criação do evento no ano de 1972, atribuindo o projeto a Messias Sampaio e Umberto Calderaro.

Júlio Lopes, em biografia sobre a história do diretor, registrou dados diferentes. Os autores concordam nos pontos sobre o ano de fundação, 1972, e quanto ao altruísmo de fazer dele um "projeto social". Contudo, em seu texto, o diretor jurídico da empresa lançou um novo personagem para a ponta dessa vanguarda: Atribuiu a criação do evento a Flaviano Limongi[740], que, segundo ele, juntamente com Umberto Calderaro, no saudoso bar do Carmona, uniram suas mentes para criar o evento. Nessa interpretação, Messias Sampaio entra apenas como parte da equipe do projeto[741]. O jornalista Arlindo Porto discorda de Júlio Lopes e, apesar de acatar a data de 1972, atribui a criação apenas a Umberto Calderaro[742], colocando Messias Sampaio como primeiro coordenador.

---

[736] SOUZA, Miriam Martins Vieira de. *Campeonato de futebol "Peladão indígena": um olhar sociocultural.* Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Dissertação. UFAM, 2017.
[737] Endereço: https://ludopedio.org.br/entrevista/arnaldo-santos.
[738] O radialista e cronista esportivo manauara Arnaldo dos Santos Andrade, popularmente conhecido como Arnaldo Santos, iniciou a carreira como locutor em 1959. Além do futebol, Arnaldo participou de transmissões de diversos esportes, como Formula 1, Voleibol, Handebol, Futsal, entre outros. Em 1970 começou a apresentar o programa "AS nos Esportes" na TV AjuricabA, no qual permaneceu por 14 anos. Em 1998, Arnaldo Santos passou a coordenar o Campeonato de Peladas do Amazonas, conhecido popularmente como Peladão, o maior campeonato de futebol amador do Brasil.
[739] SOUZA, Miriam Martins Vieira de. *Campeonato de futebol "Peladão indígena": um olhar sociocultural.* Op. Cit. P. 39.
[740] Nascido em 04 de maio de 1926, filho de Vicente e Filomena Limongi, Flaviano Damasi Limongi esteve na vanguarda dos jornalistas do *A Crítica* e foi o primeiro presidente da FAF. Estudante do Colégio Dom Bosco e descendente de italianos, formou-se bacharel em Direito e, ainda estudante, foi locutor esportivo da rádio Baré, emissora ligada aos Diários Associados de Assis Chateaubriand. Limongi se destacou em atividades jurídicas, comerciais e esportivas. Foi redator das colunas *Passou raspando* e *Bazar*, uma das mais antigas do jornal.
[741] LOPES, Júlio Antônio. *A Crítica de Umberto Calderaro Filho*. Op. Cit. P. 99.
[742] PORTO, Arlindo. *Umberto Calderaro Filho – Legenda de trabalho e de amor pelo Amazonas.* Editora Valer, Governo do Amazonas, 2007. P. 42.

Já Mathias Pina contou uma história semelhante à de Júlio Lopes. Como provavelmente tiveram a mesma fonte, esse cruzamento, na versão de Pina, apenas traz mais detalhes sobre a história. Segundo ele, Limongi, ao ler ocasionalmente o *Jornal dos Sports* (Curiosamente o mesmo que Oséas trabalhou) soube que Mario Rodrigues Filho reunia no Maracanã vários times de futebol. Certo dia, no bar do Carmona, comentou com o chefe:

> '– Estávamos no bar Carmona tomando uma cervejinha e disse ' – Umberto, por que A CRÍTICA não faz um campeonato desse em Manaus?'. Ele não entendia nada de esporte, mas quando passava a ser uma promoção, interessava. Tanto que morei dez anos em frente ao jornal na rua Lobo d'Almada e num domingo de carnaval, chegando do balneário Guanabara, tinha tomado umas cervejinhas a mais e fui deitar. Ele mandou me acordar, fui lá e ele disse ' – Precisamos dar o resultado de todos os jogos'. Eu disse: ' – Porra (sic!) Umberto, tu mandas me acordar, hoje é domingo de carnaval, não tem jogo de futebol em lugar nenhum do mundo. Para ver como ele não entendia nada de futebol, queria era dar o resultado no jornal. Junto com ele, fiz três ou quatro campeonatos de pelada. Assim surgiu o Peladão[743].

Contudo, um documentário do Projeto Memória Oral[744], publicado em 9 de agosto de 2017[745], traz dados úteis a esse debate. O material intitulado *Flaviano Limongi: um abraço, um beijo, uma saudade e uma rosa*, foi postado na plataforma do Youtube pela Secretaria de Cultura do Amazonas e fez uma homenagem póstuma ao ex-presidente da FAF, relembrando fatos de sua vida esportiva como atleta e dirigente. Destacado nos campeonatos internos dos salesianos, Limongi chegou a ser goleiro do Fast Clube e da Seleção amazonense, além de um dos membros fundadores da Federação Amazonense de Futebol. Como jornalista fez parte da vanguarda dos funcionários do *A Crítica* e foi, por anos, responsável pela coluna *Bazar*. Radialista na *Rádio Baré*, participou do momento de transição da emissora para a *Rádio Difusora do Amazonas*, gerenciada por Josué Claudio de Souza. Destacou-se como cronista esportivo e foi um dos responsáveis por transferir a coluna *Baú Velho* de Carlos Zamith[746] do *Jornal do Commercio* para o *A Crítica*. Em uma articulação com Ismael Benigno (Deputado Estadual, radialista e Diretor do São Raimundo) e Irisaldo Godot

---

[743] PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia*. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Nilton Lins, Manaus, 2005. P. 114.

[744] Os filmes apresentados pelo projeto decorrem dos autos relatos das personalidades amazonenses convidadas. As obras foram dirigidas, roteirizadas, fotografadas, por Sergio Cardoso, além de editadas e finalizadas por Marcio Nascimento e pelos estagiários Drance de Jesus Bonfim e João Portilho, do curso de áudio visual da U.E.A.

[745] Endereço: https://www.youtube.com/watch?v=NBhkQV4B5UA&t=1869s.

[746] Advogado, Historiador e jornalista, Carlos Zamith de Oliveira foi criador da coluna Báu Velho, responsável por conteúdos sobre futebol amazonense. Primeiro também cronista esportivo da Rádio Rio-Mar.

(Jornalista e editor chefe de *O Jornal* e *Diário da tarde*), fundaram a FAF em 1966. A oficialização da Federação só foi efetivada um ano depois, a partir de um encontro envolvendo Limongi, João Bosco Ramos e João Havelange, naquele contexto presidente da CBD.

Os anos entre 1967 e 1974 são considerados pela matéria especial como a *Era do ouro do futebol amazonense*, muito pela articulação política que Flaviano Limongi executou neste recorte enquanto presidente da Federação. O dirigente faleceu em 13 de abril de 2013 e era contra a demolição do estádio (Vivaldão) que ajudou a construir, embora concordasse que a Copa do Mundo de Futebol traria frutos a cidade. O documentário é, até o momento, o registro mais completo sobre sua contribuição ao desporto amazonense, embora tenha deixado de lado enormes lacunas que atiçam um exame posterior.

Dentre as conquistas em que Limongi se destaca, registra-se o projeto de construção do estádio Vivaldo Lima[747] em 5 de abril de 1970, atualmente renomeado como *Arena da Amazônia*. O jogo de abertura entre a Seleção Brasileira e a Seleção do Amazonas visava promover, profissionalizar e modernizar o futebol no estado. Segundo Limongi, o projeto veio do governador Plínio Coelho que iniciou a obra e foi deslocado logo depois pelo golpe militar em 1964[748]. O dirigente cita a falta de interesse de Arthur Cezar Ferreira Reis em dar continuidade ao projeto, o que certamente passava pelo revanchismo de não dar crédito ao político antecessor. Contudo, em nenhum momento houve, dentre esses vários temas ligados ao futebol amazonense, citação alguma em relação ao protagonismo diante de *O Peladão*, o que não descarta a possibilidade de Calderaro ter tido forte apoio político da FAF e de suas articulações com a CBD naquele contexto.

Assim, tanto Miriam Martins quanto Júlio Lopes, Mathias Pina e Arlindo Porto não apresentam fontes precisas sobre as informações publicadas, colocando o rigor dessa história entre os ventos da informalidade e o romantismo dos seus cronistas. No site oficial do evento também não há dados sobre sua fundação. Portanto, a história de um evento com mais de 50 anos ainda não foi contada, pelo menos não sob o olhar de

[747] Vivaldo Lima (1877-1949). Médico, Sócio da ABI e Deputado federal. Fundador do Fast Clube.
[748] Flaviano Limongi comentou ainda que o interventor Arthur Cezar Ferreira Reis não tinha interesse no projeto e muito do que foi investido veio da iniciativa privada do grupo Simões, através do empresário Petrônio Pinheiro (1922-1998). Em 1970, o governador Danilo Areosa, mesmo com receio, finalizou e inaugurou o estádio, ganhando assim o reconhecimento pela obra.

um historiador. Para esta pesquisa nos interessa apenas localizar a relação entre o nascimento deste evento e os movimentos convergentes que se articularam no ano de 1973. De acordo com as fontes, o primeiro registro publicado sobre este projeto data de 15 de outubro de 1973. Antes dessa data, se houve alguma deliberação, esteve fora das páginas do *A Crítica*[749].

Figura 50[750]



Anuncio de lançamento do campeonato

Este recorte é o primeiro registro publicado pela empresa. Ele dá uma previsão de quando saiu o regulamento piloto e quais parcerias estavam sendo realizadas, combinando 3 frentes poderosas de comunicação de massa: rádio, televisão e o impresso. Júlio Lopes cita em seu trabalho que a equipe formada para organizar o evento era composta por Jorge Teixeira (prefeito de Manaus em 1975), Flaviano Limongi (Jornalista), Belmiro Vianez (Redator e cronista), Messias Sampaio (redator, repórter político e vereador em 1976), Dissica Tomaz (Esposo de Tereza Cristina, filha de Calderaro) e Oséas de Carvalho.

Trabalhando com esse tema desde 2008, pude observar que as discussões em torno de *O Peladão* geralmente desaguam na nostalgia dos seus memorialistas. Pouco se deduz sobre a máquina publicitária em volta dos jogos e concursos comunitários de beleza, extremamente atrativa em pleitos eleitorais. Para não dizer que ninguém observou isso, o jornalista Durango Duarte citou em seu trabalho uma única linha mencionando que (...) "*Em novembro de 1973, o jornal começou seu maior projeto de marketing, o Peladão*"[751], não desenvolvendo mais nada depois. Não se discute também o fato do campeonato começar especificamente entre os meses de setembro e janeiro,

[749] Jornal A Crítica, 12 de novembro de 1958. *Campeonato aberto promovido pelo A Crítica e Difusora*. P. 01. O mais próximo que o A Crítica, em parceria com a Rádio Difusora organizou foi um torneio de basquete envolvendo os grêmios da cidade.
[750] Jornal A Crítica, 15 de outubro de 1973. Capa (recorte).
[751] DUARTE, Durango Martins. A Imprensa Amazonense: chantagem, politicagem e lama. 1ª ed. Manaus: DDC Comunicações LTDA-EPP, 2015. P. 20.

intervalos que, em contextos eleitorais, a publicidade política é intensa. Segundo Arlindo Porto:

> O primeiro campeonato de peladas contou com a participação de 128 clubes, hoje passam de 1500 os times que se inscrevem tanto na capital como no interior. Dividido em 4 etapas, O Peladão dura em média quatro meses e sempre foi realizado no período de setembro a janeiro do ano seguinte, com jogos nos vários campos espalhados pela cidade[752].

Como visto anteriormente, as publicações de João Miranda entre os anos de 1974 e 1978 começam a tocar em temas de política a partir do mês de agosto. Em períodos eleitorais a regularidade é intensificada, como visto no capítulo anterior. Contudo, diante da névoa que envolve o projeto *O Peladão*, o tempo vem trazendo respostas que, se não surgem pelos documentos, aparecem, em algum momento, pela boca daqueles que colaboraram junto ao fortalecimento dessa tradição de memória. Curiosamente, elas vieram justamente do ponto comum entre os 3 autores: Messias Sampaio.

Messias Sampaio, ora coordenador, ora idealizador do campeonato foi, segundo registra os arquivos Câmara Municipal de Manaus[753]: 3 vezes eleito para cargos do Legislativo (1976, 1978 e 1982); Subsecretário de Comunicação do Estado (1987-1988); Vereador em 1988 e eleito deputado estadual em 1990; Em 1996 retornou como Vereador e no biênio 1999-2000 foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Manaus. Enquanto organizador do evento, Messias Sampaio ficou 25 anos, passando a organização para Arnaldo Santos em 1998, um ano antes de assumir a Presidência da Câmara. É no mínimo curioso que durante toda a sua atividade enquanto parlamentar, Messias Sampaio esteve sob o comando de *O Peladão*.

Em entrevista ao canal *Podmelhorar,* datada de 25 de janeiro de 2023, Messias Sampaio registrou um bate papo de 2 horas e 13 minutos, contando fatos de sua trajetória enquanto jornalista e parlamentar. Para este trabalho, cabe direcionar apenas as falas sobre sua relação com Umberto Calderaro. Registrando sobre sua atividade enquanto repórter político, presente nos debates da Câmara, Messias Sampaio comentou:

---

[752] PORTO, Arlindo. *Umberto Calderaro Filho: Legenda de trabalho e de amor pelo Amazonas.* Op. Cit. P. 43.
[753] Endereço: https://cmm.am.gov.br/memorial/messias-sampaio.

> O primeiro ano que eu fui político... 1976, eu fui candidato por obrigação. Obrigado pelo saudoso, meu amigo, jornalista também, Fábio Lucena. Brilhante político que nós perdemos. E pelo Calderaro, Umberto Calderaro que era meu patrono no *A Crítica*, grande amigo. Uma tarde lá, reuniram e mandaram me chamar: você vai ser candidato! E eu fui candidato... eu tive 16 cabos eleitorais. Estava começando o Peladão (sic!) então o cara disse que eu ia ser, pois tinha uma eleição certa... eu morria de vergonha...[754].

Messias Sampaio se filiou ao MDB e venceu a eleição de 1976, recebendo, dentro da Lei Falcão, vigente a partir de julho, espaço privilegiado nas páginas do *A Crítica*. Importante perceber, mais uma vez, a conexão existente entre Fábio Lucena e Umberto Calderaro, colaborando juntos na oposição para fortalecer seus parceiros dentro da Câmara Municipal. Sobre *O Peladão*, Messias respondeu:

> O jornal não saia dia de domingo, só de sábado a segunda feira... ele em conferência com outros companheiros do Brasil a fora, disse: "bora botar o jornal dia de domingo...". Ele fez conta para lá e para cá e resolveu fazer. Aí quando ele trouxe um camarada muito competente de São Paulo para diagramar o jornal - imaginar aquelas coisas gráficas - tudo pronto e o cara: "vamos lançar tal dia.…" lançar o que? Inventa algum negócio, algum movimento aí... cara maluco![755].

Apesar das dificuldades de dicção, é possível entender que o "cara maluco" de fora da cidade, ao qual Messias Sampaio reportou, era, pela função e cruzamento de dados, Oséas de Carvalho, designado para remodelar a imagem do jornal nesta transição. É possível deduzir também que, naquele momento, o produto de domingo precisava, além de novos conteúdos, de um lançamento a altura do investimento. A primeira publicação de domingo foi, como visto, dia 28 de outubro de 1973. Porém, é apenas em 4 de novembro, uma semana depois, que a edição de lançamento intitulada *Com as mãos na roda* anunciava os novos tempos do jornal. Ainda sobre o projeto, Messias conclui:

> Eu queria ser importante... Dali eu saí para ser presidente do Sindicato dos Jornalistas, com conceito lá em cima. Podia discutir com o Calderaro as questões salariais e ele atendia de modo geral para me prestigiar. Aí eu fazia do jeito que a gente combinava, ele cumpria a parte dele, eu cumpria a minha... quando um dia chega esse rapaz:
> (Oséas de Carvalho) - Calderaro, acabei de falar com o cara. O cara é um gênio! Pode perder ele não! Ele tem a solução, um negócio espetacular...
> Uns dois anos antes eu tinha apresentado o projeto do Peladão para o Calderaro. E não foi invenção minha. Eu estava no Rio, em uma competição na praia do Flamengo, uns 30 clubes disputando campeonato do Rio

[754] Trecho do programa *Podmelhorar*, de 25 de janeiro de 2023. Recorte da fala no minuto 10:16m a 11:40m. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=A-jDLgN5qCU&t=3135s
[755] Programa *Podmelhorar*, 25 de janeiro de 2023. Grifos nossos.

> amador... eu achei aquilo lindíssimo... vou fazer em Manaus! Aí tenho a oportunidade de estar ligado ao jornal e eu vou lá com o Calderaro:
> (Messias Sampaio) - Calderaro, bora fazer? Ainda não se falava nesse projeto... (Calderaro) - Não! Eu não quero que faça esse projeto não! Isso é perigoso, pode dar briga, morre alguém lá no Peladão e vão responsabilizar a gente...
> Aí morreu a ideia e eu voltei para a minha cadeira na redação[756].

Neste momento da entrevista e na contramão dos autores, o protagonismo de Umberto Calderaro, enquanto idealizador do projeto, pode ser questionado, inclusive ressaltando, através da declaração do ex-presidente da Câmara, de que ele não queria e ainda achava uma péssima ideia. Entretanto, com a convergência de novos eventos:

> (Messias Sampaio) - Um ano depois tem essa loucura aí, querendo colocar o jornal na rua dia de domingo e não tinha o que fazer. Chega o doido lá, o cara de São Paulo. Um cara cientista, cientista tem muito de loucura, né? Ele me puxou pelo braço, cheio de gente...
> (Oseas de Carvalho) - Tá aqui esse cara! Ele tem a solução.
> (Calderaro) - O que é?
> (Messias Sampaio) - Já falei pra ele... assim, assim e assim...
> (Calderaro) - Não, não! Fui contra mesmo! Rapaz, vai dar briga! Isso pode dar morte, sabe como é.…
> (Oséas de Carvalho) - Se der morte, melhor para a gente que no outro dia o jornal vende mais ainda...
> (Messias Sampaio) - Cara maluco! (risos). Então bora cuidar disso... me faça um projeto rápido... foi legal, foi bom pra cacete![757]

A partir desse trecho, podemos deduzir que, apesar de Messias Sampaio ter possivelmente idealizado e coordenado o campeonato por muitos anos, o projeto do evento foi pensado e projetado, a ponto de mudar a ideia do diretor, pelo "cientista maluco de São Paulo". Pelo cruzamento de informações, a idealização do evento pode ser atribuída a Sampaio, mas o fator que convenceu Umberto Calderaro a investir e se articular com outras elites da cidade partiu da estratégia de Oséas de Carvalho. A visão de que esse evento poderia, além de um ótimo produto de lançamento, ser uma excelente vitrine de publicidade (altamente atrativa em períodos eleitorais), convenceu aos poucos o diretor, pois:

> O primeiro Peladão o Calderaro acreditava, mas não acreditava que ia dar certo.
> (Calderaro) - Bom, eu faço, mas tem que fazer uma comissão com os melhores nomes de Manaus, que é para dar credibilidade. Não é que eu não acredite no Messias não, mas é porque é um negócio muito grande...
> (Messias Sampaio) - Aí os caras, empresário, gente rica viram a minha ascensão ao comando daquela equipe e botamos para trabalhar. Aí foi um sucesso...[758]

[756] Programa Podmelhorar, 25 de janeiro de 2023. Grifos nossos.
[757] Programa Podmelhorar, 25 de janeiro de 2023. Grifos nossos.

Messias Sampaio ainda ressaltou que a ideia de realizar um desfile de abertura no centro da cidade fez com que os empresários do distrito industrial desejassem entrar no campeonato para divulgar suas marcas, o que reforça ainda mais a hipótese do evento enquanto máquina publicitária. Realizado no centro da cidade, *O Peladão* chegou a ter, inclusive, edições dentro do Sambódromo de Manaus. Era a vitrine perfeita para empresários, políticos e demais parceiros que, na oportunidade de se adaptar a novas mídias emergentes, encontraram no *A Crítica* o veículo de comunicação mais articulado da região.

> Aí tinha uns caras ricos, pessoas bonitas. Esse pessoal que pode ir pra fortaleza, pro Rio... querem ficar aqui na terra deles, querem aparecer, divulgar a sua empresa. Ai cada um trazia a sua faixa "Philco da Amazônia", não sei o quê... tudo o que era empresa do Distrito Industrial participando. Chegamos ao número astronômico de 1300 clubes. Uma loucura![759]

A entrevista de Messias Sampaio foi conduzida de maneira muito sagaz por Janayna Libório, que muito carismática deixou Messias Sampaio a vontade para exercer a "contação" com foco na valorização do seu protagonismo. Enchendo o convidado de elogios desde o começo, Messias se desarmou, definiu uma postura na cadeira e, talvez por esses motivos, tenha exposto, com grande distribuição de sorrisos, informações que desautorizam outras obras, como a de Júlio Lopes e Arlindo Porto, onde ele foi inclusive consultado para testemunho. Mais do que procurar consubstancialidade nas suas falas, importa para esta pesquisa destacar a sistematização de eventos, onde ele, tanto no sentido político, quanto na promoção de *O Peladão*, teve papel fundamental.

Para fechar a problematização, pelo menos até este momento, cabe ainda inserir mais um comentário "solto" sobre as origens de *O Peladão*. Em entrevista à Rede Calderaro de Comunicação, em comemoração aos 75 anos do jornal, o economista e ex-prefeito de Manaus, Serafim Correa, quando questionado sobre suas lembranças com Umberto Calderaro, discorreu que:

> O seu Umberto tinha gestos muito bacanas, por exemplo: Ele era ligado na cidade, o lance do peladão. Foi a ideia do Oséas. O Oséas era... era o "Oséas cabeça branca". Ele vinha sempre... Ele era mineiro... Ele era chamado para Belém e refazia a primeira capa do *O Liberal* e depois ele vinha pra Manaus e aí o seu Umberto ficou até assim, chateado porque uma vez ele... a mesma arte que ele fez pro liberal ele fez pra A Crítica. Aí o Romulo Maiorana era

[758] Programa *Podmelhorar*, 25 de janeiro de 2023.
[759] Programa *Podmelhorar*, 25 de janeiro de 2023. Grifos nossos.

> descendente de italiano e aí fizeram uma gozação com o seu Umberto. Dizendo o seguinte... o Romulo conversando com ele, isso seria uma brincadeira e dizia assim: "Umberto, vê o meu Liberal e faz a tua crítica". Não era pra ele criticar o Liberal, era pra ele fazer a capa igual, copiar. Aí ele, como se dizia naquela época, dá um ralho no Oséas: Pô, te chamo, te trago pra cá e você só faz um trabalho, repete o trabalho de lá (Risos). Oséas de Carvalho... eu creio que ele já seja falecido.[760]

A fala de Serafim Correa, amigo pessoal de Umberto Calderaro e ex-colunista da *Sim e Não*, vai de encontro a todos os autores, inclusive a do renomado idealizador. A atribuição do projeto a Oséas de Carvalho reforça ainda mais a hipótese de que o evento foi pensado para duas frentes: um produto de lançamento, inaugurando a nova fase do jornal, mais moderno, atrativo e dinâmico, e o instrumento de propaganda, capaz de alcançar comunidades distantes com uma proposta popular de entretenimento, também atraente para políticos e empresas instaladas na região a partir do projeto da Zona Franca. Como o próprio Messias Sampaio argumentou, nas primeiras dificuldades que encontrou, Calderaro respondeu *"Se der errado, sou eu o culpado. Se der certo, foi o A Crítica que fez"* [761]. O "tiro" foi certeiro.

Contudo esse disparo não foi sem avaliação prévia. A trajetória de Oséas de Carvalho com o futebol foi, ao longo da sua vida, para a além da paixão pessoal, chegando também ao ofício. Como Jose Alves Pinheiro Junior, conselheiro da ABI comentou, o jornalista trabalhou no *Jornal dos Sports* (RJ) e *era um escorpiano de estética hiperativa e opiniática, sempre debatendo de política a futebol, de literatura á arquitetura... Ele era um fanático do Galo e do Botafogo...*[762]. Outro dado que reforça ainda mais a ligação de Oséas de Carvalho com interesses profissionais relacionados ao desporto, encontra-se na resolução N°1.195 de 1983 que concedeu a ele *Título de Cidadania Niteroiense*

> OSÉAS MARTINHO DE CARVALHO, natural de João Monleva de MG, nasceu em 05 de novembro de 1939, trilhou com passos firmes a carreira de Jornalista, sempre com seriedade, obteve grandes êxitos profissionais. Vem exercendo, a atividade jornalística, em vários órgãos, em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Manaus, Belém, Brasília, São Paulo. Hoje é o atual Editor Geral do Jornal *O Fluminense*, aonde vem desempenhando um trabalho de grande significado. Foi o idealizador dos Suplementos deste Jornal, "O Estado do Rio" o qual enfoca matérias específicas para Cabo Frio, Magé, Campo Grande, Angra dos Reis e Saquarema. Criou também o Suplemento Esportivo

[760] Especial de 75 anos de *A Crítica*, entrevista Serafim Correa, 23 de abril de 2024. Grifos nossos.
[761] Programa *Podmelhorar*, 25 de janeiro de 2023.
[762] Endereço: http://www.abi.org.br/o-guerreiro-que-embelezava-os-jornais/. O jornalista Jose Alves Pinheiro Junior é conselheiro da ABI e autor de livros sobre jornalismo, como "Mefibosete", "Bombom Ladrão" e "Última Hora". Foi companheiro de Oséas Carvalho em diversas redações de jornais do País.

> "A Bola". Jornalista íntegro, vem através de sua brilhante cultura enriquecendo o acervo intelectual do nosso Município. Nada mais justo, do que, esta egrégia Casa, conceda o Título de Cidadão Niteroiense a este valoroso Jornalista oriundo de Minas Gerais[763].

Apenas destacando seus projetos ligados a esporte, o dicionário biográfico da Imprensa Mineira[764], organizado por André Carvalho e Waldemar Barbosa, registrou Oséas de Carvalho como: Repórter esportivo do *Última Hora* (MG) em 1963; Fundador da editora *Boa Notícia*, que publicava a revista *Foto-Esporte* em 1964; Repórter esportivo do *Última Hora* (RJ) em 1965; Produtor na *TV Alterosa* do programa esportivo *O esporte como ele é*, em 1965, entre outros. Portanto, antes de chegar a Manaus em 1973, o jornalista já trazia na sua bagagem um amplo repertório de vivencias ligadas à atividade esportiva, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, onde Messias Sampaio diz ter visto o jogo na praia que "o inspirou".

Portanto, esse movimento situado no segundo semestre de 1973 convergiu 4 vetores poderosos: a ascensão de um político articulado com os valores próximos ao do diretor, capaz de direcionar forças políticas dentro do partido e eleger colegas de redação; A modernização de equipamentos, arquitetura e linguagem do jornal a partir de um dos maiores diagramadores do país; a consolidação do espaço das charges de Miranda, mesmo que, naquele momento, evitando temas políticos; a oportunidade de colocar em prática um projeto publicitário que congregava a maioria dos interesses populares em um só evento. Tudo isso articulando parceiros no rádio, impressos e a emergente televisão ao qual, em 1972, Calderaro se tornou sócio. A máquina de votos do *A Crítica* estava montada. Se antes, Umberto Calderaro pedia "benção" para os militares, receoso de ser empastelado, após a eleição de 1974 e as vitórias gradativas da oposição, o editorial *A casa de Píndaro* revelava que seu otimismo tinha mais do que propriedade: havia um investimento. Tudo parecia correr bem, pelo menos até a visita de Ulysses Guimarães às cidades do interior do estado, onde ocorriam desde 1975 alguns eventos atípicos.

---

[763] Endereço: https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/niteroi/resolucao/1983/120/1195/resolucao-n-1195-1983-dar-se-a-o-titulo-de-cidadania-niteroiense-a-oseas-martinho-de-carvalho. A resolução desta nota foi promulgada no Diário Oficial de 14 de novembro de 1983.

[764] CARVALHO, André; BARBOSA, Waldemar. *Dicionário biográfico: imprensa mineira*. Belo Horizonte: Armazém das Ideias, 1994.

CAPÍTULO 4. *A charge do Miranda*: espectros cômicos e processos humorísticos na ditadura amazonense

No Rio Negro, um fenômeno é bastante conhecido entre as comunidades ribeirinhas: o repiquete. Ele consiste basicamente em uma breve ilusão, onde, após iniciar o processo da vazante definitiva, o rio sobe alguns centímetros antes de secar definitivamente e assim iniciar outro ciclo. Não encontrei metáfora melhor para interpretar as vitórias arenistas de 1976 e suas consequências políticas para os pleitos seguintes no Amazonas. Todo o processo de adaptação e negociação que o partido fez visando às eleições de 1976 e 1978 acabou deixando exposta a necessidade de encerrar o modelo do bipartidarismo, visto que ele não conseguia mais congregar, sem grandes conflitos, uma proposta de governo competitiva e atraente para os novos eleitores. Ou seja, antes de cair enquanto modelo de partido, a ARENA teve duas vitórias rasas. Esse capítulo analisa uma dessas vitórias através das charges de Joao Miranda.

Entretanto, para compreender o processo da efêmera cheia arenista, é importante observar a dinâmica de um dos seus afluentes mais generosos. A partir de 1974, Umberto Calderaro tinha nas mãos todos os elementos do seu planejamento de *marketing* em andamento: *propagandas* pela cidade, estampadas em outdoors e placas; a *promoção* dos gazeteiros "onzerinos", rodando pela cidade em horários de transição, com alto fluxo de carros e trabalhadores em um centro caótico; sua *publicidade* rodando em outros jornais parceiros, como, por exemplo, o *Jornal do Commercio*. Calderaro também promovia as *relações públicas* do jornal em todos os veículos que passava, dentro e fora de Manaus, personificando a empresa em entrevistas para rádios e TV; nos grandes bairros da cidade, onde existiam pontos de *venda* ofertando lugar nas páginas de classificados, o espaço mais rendoso do jornal[765]. Estratégias que o fizeram assumir a liderança do mercado de comunicação durante 40 anos, perdendo espaço para concorrência apenas com a chegada das redes sociais.

Entretanto, todo esse planejamento de marketing não teria sucesso se a combinação dos projetos – analisados no capítulo anterior – não tivesse surtido efeito nas eleições seguintes, visto que, nesse mercado da comunicação, o poder da caneta

[765] PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia*. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Nilton Lins, Manaus, 2005. P. 105. O autor comenta que até a chegada do jornalista Miguel Mourão no início dos anos 1980, a página ainda não era tão rentável. Entretanto, após a instalação da nova logística, tornou-se um espaço de renda extra, oferecendo assim independência para o periódico.

esferográfica mais vagabunda na mão de um político "vassalo"[766] promove privilégios que nem o mais alto capital de oposição pode conseguir, principalmente em um contexto de ditadura militar.

Como visto, desde o princípio, Calderaro se apoiou nas elites dirigentes do Estado. De Rui Araújo a Gilberto Mestrinho, o diretor justificou bem o slogan[767] da nova fase da empresa com seus três bonequinhos (Fig. 51). De fato, um lado da mão é ofertado ao povo, no seu sentido mais genérico, como uma massa uníssona que só discursos populistas podem promover e harmonizar; do outro, enquanto "braço direito", estão as elites dirigentes que tem nele o seu maior gladiador. Curiosamente, essa logomarca, criada pela agência paraense *Mendes Publicidade*, foi encomendada exatamente nos anos 1970 para marcar a passagem para a *Era da Off Set*

Figura 51[768]



Logomarca criada pela agência Mendes Publicidade

[766] O termo "Vassalo" nesta tese foi apropriado metaforicamente apenas para ilustrar a troca de favores entre Calderaro, as elites dirigentes e a classe de políticos que ele promoveu a partir dos anos 1970. Apesar do anacronismo conceitual, o escolhi em virtude do trabalho de Alindo Porto, onde pelo conteúdo publicado se observa uma gratidão póstuma anormal sobre a memória de Umberto Calderaro.

[767] PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia*. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Nilton Lins, Manaus, 2005. P. 52. Segundo o autor, o tema do slogan "De mãos dadas com o povo" foi sugestão do jornalista Ramayana de Chevalier. Ele teria sugerido ainda mais um, caso o produto vespertino tivesse iniciado. Ele circularia como "Ombro a ombro com o povo". Na entrevista com Norma Araújo, Ritta Calderaro cita essa informação.

[768]PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia*. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Nilton Lins, Manaus, 2005. P. 101. Segundo Mathias Pina, Ulysses Azevedo, no registro de 30 anos do jornal, comentou que Arlindo Porto costumava dizer que esses três bonequinhos faziam referência a família de Umberto Calderaro, composta por ele, Ritta e a filha única, Tereza Cristina.

Calderaro construiu o seu império da comunicação em conluio com as elites comerciais e os poderes públicos do Estado. A consolidação e permanência do projeto da Zona Franca de Manaus contou com sua atuação e articulação, pois sem ela seria muito difícil construir uma independência política que barganhasse os interesses do jornal sem que um dos dedos da mão do bonequinho não fossem levados na negociação. Como visto até aqui, um projeto de liderança e sobrevivência política estava sendo montado desde 1973. Em novembro de 1974 ele funcionou bem e já estava na hora de vendê-lo a quem realmente tinha poder para negociar e garantir os seus privilégios.

O diretor iniciou se posicionando contra as políticas intervencionistas de Ernesto Geisel através da ACA e, na medida em que os eventos políticos foram se aproximando, Henoch Reis percebeu que não tinha muitas opções, a não ser considerar que tanto a ARENA precisava se adaptar aos novos tempos, quanto Calderaro era uma solução inevitável para o seu projeto de poder. Diante da eminência de uma nova derrota, Henoch Reis mal assumiu o mandato e foi, no outro mês, alinhar projetos com o diretor.

Figura 52[769]



O Governador Henoch Reis veio ontem conversar com os seus críticos, isto é, com os homens que fazem A CRÍTICA e que por conseguinte fazem parte da sua assessoria gratuita, ou seja, da equipe que discutirá os objetivos do seu Governo, aplaudindo-o ou não, conforme o caso. Nesta casa ele esteve à vontade. Conversou, discutiu, observou. Enfim: expôs os seus pontos de vista. E daqui saiu com a certeza de que este jornal não lhe faltará, como de dever, com o apoio mais que necessário às boas intenções de que ele está possuído à frente do Governo.

Encontro entre Calderaro e Henoch Reis para alinhar projetos

Como visto, após a derrota da ARENA nas eleições de novembro de 1974[770], a ânsia por respostas e soluções imediatas para a sua crise de gestão foi tema regular durante boa parte do ano de 1975 nas páginas do *A Crítica*. Esse estado pode ser observado entre os blefes de otimismo e segurança que circulavam pelas capas e destaques do jornal ao longo do ano, contrastando com os noticiários miúdos e desesperados que rodavam entre matérias e colunas, informando o extremo oposto[771]. Observando os espaços do periódico durante esse recorte, é possível observar que os blefes arenistas circulavam entre três receios: o medo de uma derrota maior, que dificultasse a governabilidade local; a dificuldade em dialogar com o novo eleitorado; e o problema de comportamento e representatividade dos seus candidatos em debates públicos.

---

[769] Jornal A Crítica, 2 de abril de 1974. P. 02. Nota: "O governador Henoch Reis veio ontem conversar com os seus críticos, isto é, com os homens que fazem *A Crítica* e que, por conseguinte, fazem parte de sua assessoria gratuita, ou seja, da equipe que discutirá os objetivos do seu governo, aplaudindo-o ou não, conforme o caso. Nessa casa ele esteve à vontade. Conversou, discutiu, observou. Enfim: expôs os seus pontos de vista. E daqui saiu com a certeza de que este jornal não lhe faltará, como de dever, com o apoio mais que necessário às boas intenções de que ele está possuído à frente do Governo.

[770] QUEIROZ, Thiago Rocha. *O Humoral: Humor e abertura social nas charges de Miranda (1972-1974)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História - UFAM. Manaus, 2013.

[771] Jornal A Crítica, 2 de fevereiro de 1975. *Deputado acha que ARENA precisa tomar cuidado*. P. 05. De fevereiro até o caso *Watergate Municipal*, a maior parte das notícias apontava a pressa e o desespero do partido governista. As artes de Miranda responderam a essa transição de autoconfiança.

Diante dessas tibiezas da ARENA, o ano de 1975 trouxe de cara duas grandes demandas políticas ao governo. A primeira consistia em equacionar uma disputa atípica entre as Casas Legislativas, com maioria emedebista, e os novos poderes executivos, investidos nos cargos desde março daquele ano. O governador Henoch Reis e o prefeito Jorge Teixeira[772] foram os dois grandes pivôs de articulação política da ARENA no estado. Como visto, suas escolhas foram feitas obedecendo a critérios externos ao jogo político das elites locais e, por esse motivo, movimentaram os bastidores do poder até que o grosso da poeira das incertezas adversárias se assentasse. A escolha pelo novo governador já havia sido homologada desde o dia 10 de julho, sendo deferida pela Assembleia em três de outubro de 1974[773]. Contudo, assim como Jorge Teixeira, Henoch Reis só iniciou o seu mandato no dia 15 de março de 1975, juntamente com o novo prefeito e dentro de uma dinâmica diferente dos outros mandatos. José Cardoso Dutra, do MDB, foi eleito presidente da ALEAM com apoio da maioria da bancada de oposição, sendo este mandato marcado por inúmeros conflitos e vetos, principalmente nos meses que antecederam a eleição de 1976.

Um segundo ponto diz respeito ao seu *projeto de renovação*. Foi necessário destacar esse trabalho de construção política que os partidos conduziram por todo o ano de 1975, buscando alcançar a simpatia de um novo eleitorado que não podia mais ser desconsiderado: os jovens. Durante todo o ano, em âmbito nacional e local, essa aproximação foi sendo realizada objetivamente, transformando-se em estratégia para os diretórios na capital e interior. Apenas para ilustrar, cito uma fala do ministro Armando Falcão sobre esse novo propósito do partido que, há pouco tempo, estava caçando essas categorias através do AI-5.

> O Ministro da Justiça, Sr. Armando Falcão disse ontem que o projeto do Senador Petrônio Portela dando participação efetiva nos Partidos a estudantes e trabalhadores "é uma ideia excelente, que vem ao encontro da intenção do Presidente Geisel de promover a participação política da juventude e dos trabalhadores através da via própria que são os Partidos"[774].

[772] Jorge Teixeira de Oliveira (1921 – 1987), natural do Rio de Janeiro, foi militar político nos estados do Amazonas e Rondônia. Em Manaus, ocupou o cargo de prefeito de 1973 e foi o primeiro Comandante da Escola Militar do Amazonas.

[773] REIS, Henoch. *Discursos e Metas no governo do Amazonas 1975-1976*. Manaus, Imprensa Oficial, 1978. Como visto no capítulo 2, o nome de Henoch Reis sofreu muitas críticas na passagem de 1974 para 1975, levando o Governador a estabelecer um ponto comum entre ele e as elites dirigentes. Esse ponto veio em 15 de junho de 1975, onde ele realizou uma nova política de ICMS no estado. O *A Crítica* não divulgou o acordo.

[774] Jornal A Crítica, 14 de junho de 1975. *Falcão apoia ingresso de estudante na política.* P. 07.

Diante desse panorama de reconstrução e desconfiguração da ARENA, dividi a proposta desse capítulo em três partes. Na primeira, apresento como Miranda estava representando a política do bipartidarismo em 1975, atentando para as escolhas, adaptações e negociações realizadas entre a coluna e seus interlocutores diante dos poucos temas políticos que Calderaro permitiu publicar. Esse tópico é importante para observar o caminho das representações partidárias, que de 1975 a 1976 foi sofrendo alterações de acordo com as dinâmicas históricas do processo.

Em seguida, apresento com detalhes o caso *Watergate Municipal*, episódio que correspondeu ao princípio da tragédia política da oposição amazonense no ano de 1976. Finalizando, utilizo das charges mais próximas da eleição como roteiro para estabelecer um paralelo entre a coluna de Miranda, o pleito municipal e os interesses políticos do jornal *A Crítica*, interessado na vitória de alguns candidatos pontuais desse evento.

Assim, o norte dos tópicos desenvolvidos nesse capítulo obedece às vicissitudes do gráfico abaixo, onde se observa um movimento intenso de temas políticos em março de 1976, em torno do caso *Watergate Municipal*, e outro mais moderado[775], durante o último trimestre, mantendo a regularidade da proposta de 1974 que inaugurou o novo formato da coluna.

[775] Embora as produções do último trimestre, em relação a temas políticos, tenham sido mais moderadas, foi observado que ela anexou, junto a média de produções, outros assuntos, como custo de vida e falta de estrutura. Assim, Miranda negociava com seus interlocutores tanto os estereótipos políticos quanto temas afins.

Gráfico 05[776]

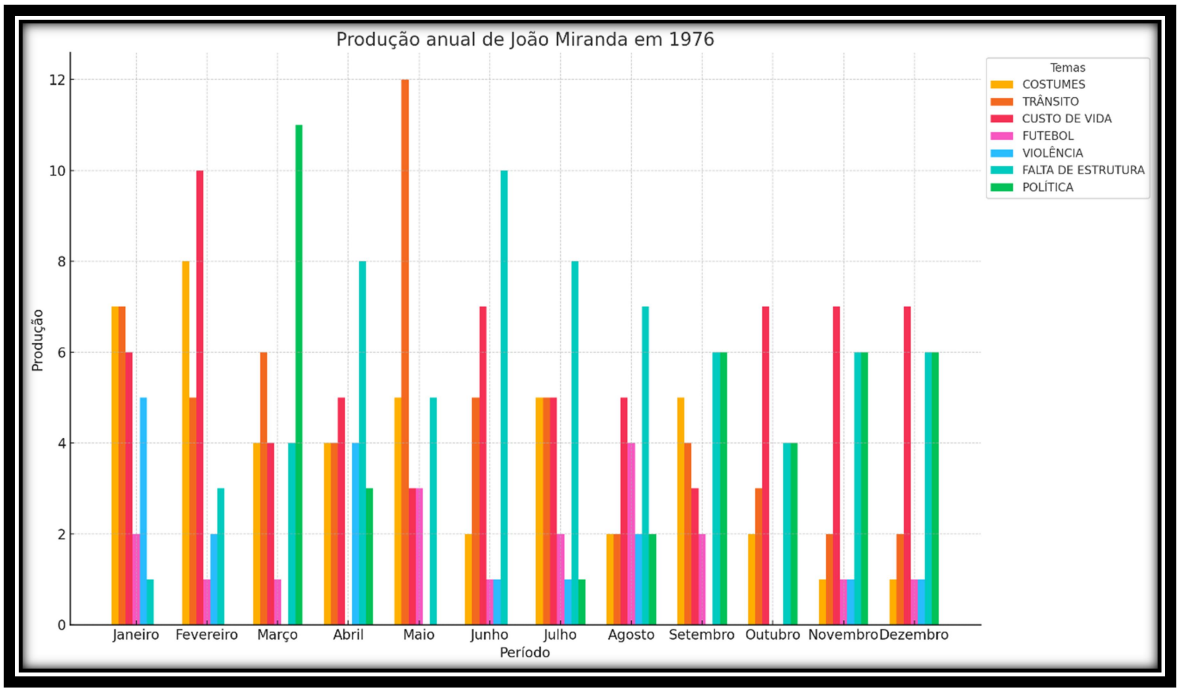


Gráfico das produções gerais de João Miranda no ano de 1976

À primeira vista, fica nítido o crescimento paralelo entre os temas *política, falta de estrutura e custo de vida*, no último semestre de 1976. Diferente de 1974, eles crescem de maneira moderada, mas significativa. Temas sobre *costumes, trânsito e futebol* se mantiveram ativos por todo ano, mas recebem uma queda vertiginosa no segundo semestre, em detrimento a esses temas destacados. Ao longo do capítulo, as motivações dessas escolhas são ilustradas, oferecendo uma interpretação sobre as "inspirações" que levaram o jornal a processar humoristicamente determinados assuntos e outros não.

4.1. As representações do bipartidarismo na corrida eleitoral

O primeiro ano da coluna destoou bastante de sua funcionalidade desde o último trimestre de 1974. Pelo levantamento de conteúdos circulados, em relação a temas políticos, as publicações corresponderam a pouco mais de 2%, predominando

[776] Os gráficos foram baseados nas pesquisas de campo, realizadas entre 2022 e 2023, no acervo de periódicos da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas. Após a coleta e organização, os temas foram separados em 7 grandes eixos, após ser notado que o autor circulava, com certa regularidade, nesses temas também nos anos de 1975, 1977 e 1978.

temas sobre custo de vida, inflação e trânsito. De fato, como visto nos capítulos anteriores, os conflitos entre o projeto econômico do governo Geisel e o seu processo elencou para o pódio dos espectros cômicos temas diversos sobre cotidiano, custo de vida, preço da gasolina e problemas estruturais da cidade.

Gráfico 06[777]

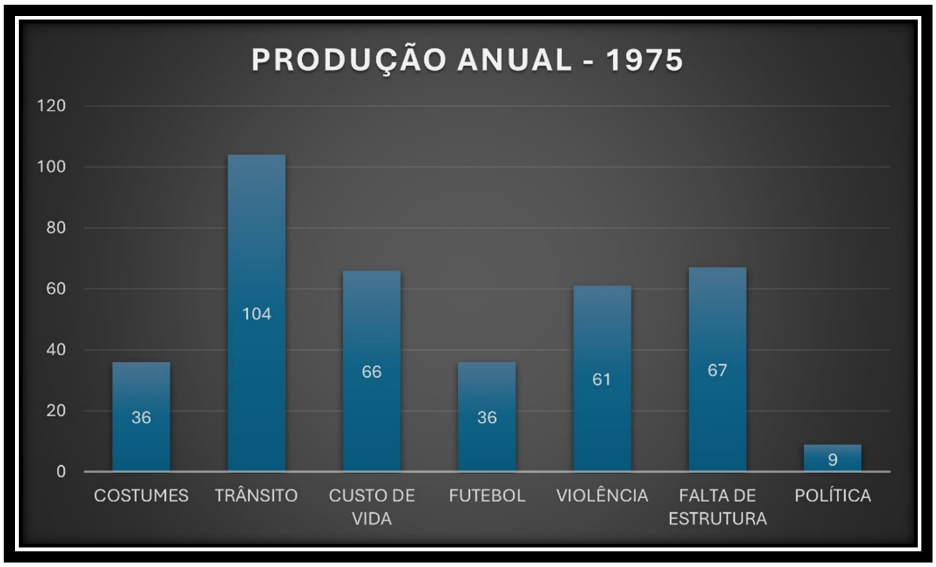


Gráfico geral de temas em 1975

Pelo gráfico, é possível observar que o tema político foi deslocado das pautas de João Miranda, circunscrito a apenas 9 publicações por todo o ano de 1975. O tema do DETRAN[778] teve forte destaque, assim como o *Custo de vida* e a *Falta de estrutura*. Entretanto, o carro chefe das publicações focou nos problemas ligados ao trânsito, o que, de maneira preliminar, apontava a direção do processo humorístico da coluna neste ano. Variando entre acidentes de velocidade e interferências do DETRAN no cotidiano dos condutores, a ênfase de Miranda revelava o seu ponto de negociação e intelocução com as classes nas quais pretendia despertar o riso.

O crescimento desordenado da cidade explicaria em parte esse processo. Contudo, a grande maioria dos temas circulou entre os abusos de multas e punições relacionadas à direção perigosa. Portanto, se Miranda ainda não estava "autorizado" para alfinetar as instituições do Estado, no ano em que sofreram a sua maior derrota, não perdeu a oportunidade de acionar os gatilhos da classe média manauara, explorando

[777] Levantamento coletado na Biblioteca pública do Estado do Amazonas. Ao final do texto, anexo os dados gerais e temas respectivos aos meses de produção do chargista neste recorte.
[778] Departamento Estadual de Trânsito. Nas charges, João Miranda o personificava através de um guarda de trânsito.

recursos humorísticos para direcionar quem, dentro da política, andava tirando seus privilégios.

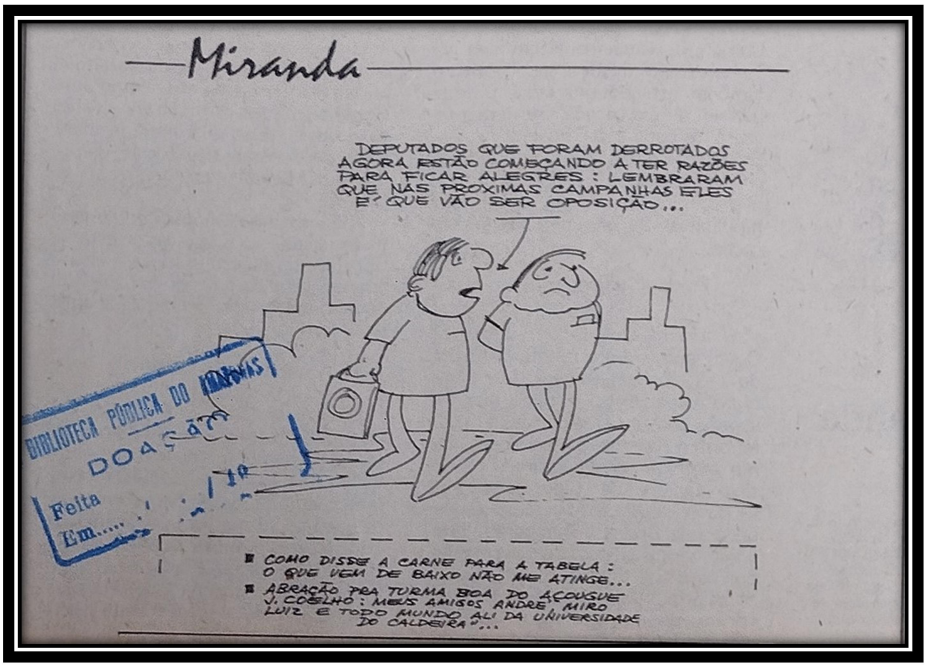
Diferentemente das publicações de 1976, quando 11% das charges publicadas versaram sobre temas eleitorais, em 1975, das nove, apenas três charges chamam atenção para esta investigação sobre a dinâmica dos preparativos eleitorais. Antes de examinar as charges relacionadas à eleição de 1976, vale observar como a ARENA e o MDB estavam sendo processadas humoristicamente um ano antes, a partir dessa interlocução entre João Miranda, Lucena, Calderaro e o seu público. Os estereótipos resultantes dessa relação se mantiveram tanto para 1976 quanto para 1978.

A primeira publicação que tratou diretamente sobre política foi lançada dia 21 de setembro, mês marcado por uma série de escândalos que se arrastavam desde março, muito em virtude dos embates entre José Dutra (MDB) e os arenistas, inconformados com a sua presidência da Assembleia Legislativa. Vale destacar que houve uma disputa interna entre José Dutra e Natanael Rodrigues, que por ser mais velho, tinha interesse no cargo. A opção por Dutra só ocorreu por intervenção dos membros do partido, temendo que um voto contrário de Natanael empatasse a disputa e elevasse Homero Miranda de Leão (ARENA) ao cargo[779]. A charge, publicada em um domingo, dia de alta circulação, tratou sobre a condição dos deputados derrotados na última eleição, afirmando que poderiam estar "alegres" pela condição de oposição em que se encontravam nesse ano. Os detalhes retangulares ao fundo sugerem que o assunto debatido pelos senhores já estava circulando pela cidade. O perfil dos debatedores também indicava lugar e faixa étaria do tipo de conversa, apontando com quem Miranda estava se comunicando.

Fora do eixo central da anédota, Miranda ainda conversou com mais duas situações: depois de promover a sugestão de riso trágico sobre o preço da carne, mandou um abraço para o magarefe que, certamente, lhe concedia privilégios de preço pela divulgação. Neste contexto, o espectro cômico explorado estava na relação entre a tabela imposta pelo Estado, alterada regularmente pela Frigomassa, e a autonomia "desfiscalizada" que os açougues tinham para aumentar os valores. Por fim, ainda mandou um abraço aos seus companheiros no Bar do Caldeira, centro de Manaus, que provavelmente ficava próximo ao estabelecimento do "seo Luiz".

[779] Jornal A Crítica, 2 de fevereiro de 1975. *Natanael atende a apelo e Dutra é eleito presidente*. P. 02.

Charge 20[780]



Deputados que foram derrotados agora estão começando a ter razões para ficar alegres: lembraram que nas próximas campanhas eles é que vão ser oposição.
Como disse a carne para a tabela: o que vem de baixo não me atinge...
Abração para a turma boa do açougue Luiz e todo mundo ali da Universidade do Caldera...

O contexto que envolveu, depois de longo hiato, o retorno do chargista para o uso desse tema enquanto objeto cômico, pode talvez obedecer a duas forças: por um lado, o evento das convenções nacionais dos partidos, ocorrido neste mês, onde se definiram os líderes das chapas para o pleito de 1976[781]. Por outro, o crescimento político da oposição durante o ano pode ter sido tão contrastante que gerou genuinamente um produto cômico em potencial, o que justificaria as publicações nos meses seguintes. De maneira equivalente, o destaque do MDB na liderança das casas legislativas desse ano também poderia estar sendo boicotado pelo *A Crítica*, buscando assim, após acordo com Henoch Reis, tirá-lo de evidência no ano em que o Poder Legislativo era majoritariamente de oposição. Contudo, para melhor contextualizar a piada, vale situar algumas informações.

No mês anterior, dia 2 de agosto, o jornal *A Crítica* lançou um editorial, com autor anônimo, questionando sobre os silêncios da bancada do MDB na Câmara Municipal diante das políticas "equivocadas" do prefeito Jorge Teixeira no primeiro

[780] Jornal A Crítica, 21 de setembro de 1975. P. 04.
[781] Jornal A Crítica, 21 de setembro de 1975. *Arena instala convenção com atraso*. P. 07.

semestre. O texto[782] destacou o lugar de declarada oposição do Senador José Bernardino Lindoso[783], porém fez questão de justificar que as razões de divergência política entre ele e Jorge Teixeira estavam para além do receio eleitoral, argumento que diante dos fatos e declarações do senador não se sustentava[784]. Contudo, sendo José Lindoso um político tributário do apoio de Calderaro nas últimas eleições, o editorial exerceu na matéria um tom que soou de certa forma vigilante: compreendia a disputa, mas reforçava que os ataques do senador ao prefeito acabavam por enfraquecer ainda mais a possibilidade da ARENA obter, no pleito de 1976, a maioria na Câmara de Vereadores. Jorge Teixeira foi indicado por Henoch Reis e pelo próprio presidente Ernesto Geisel ao cargo. Seu peso para uma indicação de governo estadual preocupava o senador, aspirante ao cargo do Poder Executivo estadual. Contudo, as críticas de José Lindoso estavam custando caro ao partido, que naquele contexto estava em processo de reabilitação.

Essa oposição de José Lindoso foi inclusive denunciada em pronunciamento na Câmara por Fábio Lucena no mês de agosto, acusando-o publicamente de realizar um complô político contra Jorge Teixeira.

> Quiseram obrigar o Sr. Teixeira a assinar o livro de inscrição da ARENA e ele recusou. Lindoso e sua quadrilha queriam que Teixeira se transformasse em cabo eleitoral do partido arenista, através de favoritismo e apadrinhamentos outros, com fins meramente politiqueiros para beneficiar o partido oficial nas vindouras eleições. Como Teixeira não se filiou à ARENA, hoje Lindoso lhe lança, como é de seu hábito, toda a pestilência do seu ódio pessoal e destruidor[785].

Apesar de ser uma indicação externa, assim como Henoch Reis, Jorge Teixeira construiu uma relação utilitária entre Umberto Calderaro, Fábio Lucena (líder do partido na Câmara), José Dutra (Presidente da Assembleia Legislativa) e João Miranda, sendo inclusive homenageado na charge final desse trabalho[786]. Dessa relação foi possível identificar que, durante 1975 e 1976, seu nome estava sendo cogitado para um possível pleito direto, que sem as interferências do governo obedeceria às regras do jogo.

---

[782] Jornal A Crítica, 02 de agosto de 1975. *A Arena na oposição*. P. 04.

[783] José Bernardino Lindoso (1920 – 1993). Natural de Manicoré, interior do Amazonas. Foi advogado e político. Atuou como deputado federal (1967-1971); Senador (1971-1979); Governador do Estado do Amazonas (1979-1983). Presidiu o diretório do PSD no Amazonas antes do AI-2 e foi vice-líder da ARENA no Amazonas (1969-1971).

[784] Jornal A Crítica, 02 de agosto de 1975. *Tribuna da planície*. P. 04. Em sua coluna no Jornal A Crítica, o senador amazonense criticava constantemente a gestão do novo prefeito.

[785] Jornal A Crítica, 05 de agosto de 1975. Traição política contra Henoch Reis. Segundo Caderno. P. 06.

[786] Jornal A Crítica, 25 de dezembro de 1976. P. 04. Texto: "Avante governador Henoch, e o vice também... Prá frente Teixeirão! ".

Dependendo dos resultados de 1976, seu nome seria levado para ser candidato do MDB, que pela maioria da Assembleia teria poder de veto e aprovação dos projetos estaduais. Pela forma como venceram em 1974 e pelas promessas de abertura política, a oposição subestimou o governo. Em vários momentos, Jorge Teixeira contemporizou e deixou seu futuro incerto. Incomodado, José Lindoso, que almejava o mesmo cargo, começou a explorar essa indecisão, o que prejudicava de certa forma a ARENA, pois a cada crítica publicada transparecia ao leitor as discordâncias e fragilidades internas do partido. Mais tarde, a decisão de Jorge Teixeira, após os decretos e fechamentos de congresso, foi ir embora da cidade.

Portanto, esse contraste diante da condição inédita de oposição da ARENA em 11 anos de governo militar já flutuava entre os espectros cômicos políticos. Porém, é curioso como demorou mais de um semestre para ser processado pelo jornal em formato de humor gráfico. Durante o ano, as provocações e blefes entre os partidos foram intensas, mas atribuir "alegria" aos derrotados em estar na oposição, que desde o início da ditadura tinha quase papel figurativo, sugere que a imagem do MDB enquanto alternativa de governo se alterou ao longo do ano, a ponto de, inclusive, ser uma opção válida e competitiva aos leitores, eleitores e possíveis candidatos.

A essa publicação somam-se mais duas que fizeram ligação direta com os bastidores da corrida eleitoral. Publicadas em sequência no mês de novembro, elas fizeram uso dos mesmos estereótipos e linguagens do ano anterior, porém realizando algumas modificações que sugerem certa adequação.

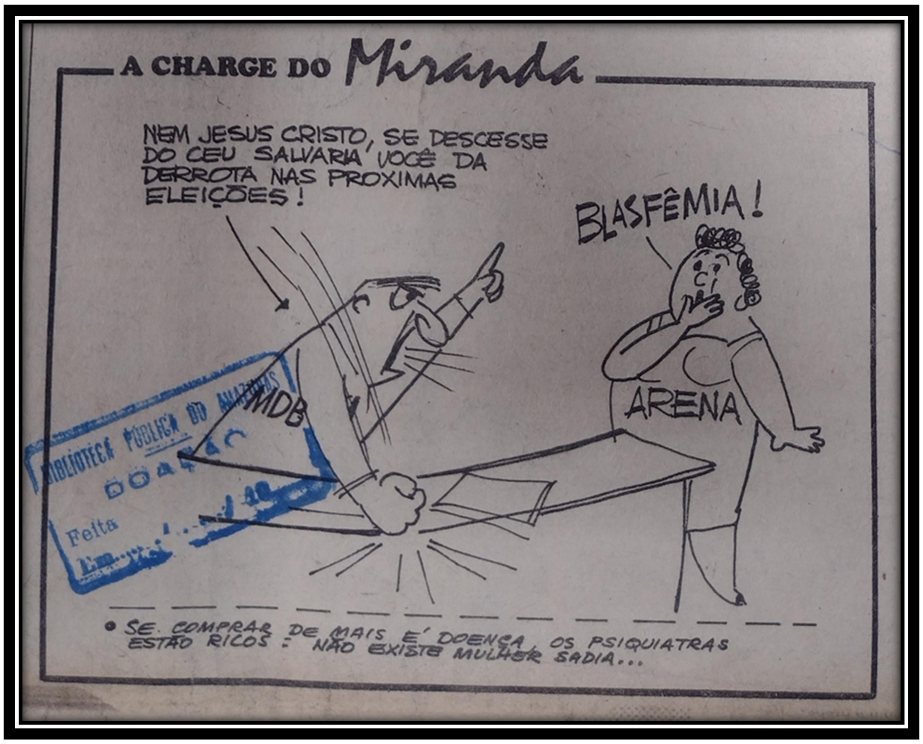
Como mencionado no capítulo 3, sobre as estratégias e metodologias usadas na coluna *A Charge do Miranda* para interagir com seu público, o envelhecimento do MDB não foi gratuito. É possível que a imagem do partido, ligada à juventude, possuísse, no calor da campanha de 1974, o objetivo de contrastar radicalmente com a ARENA através de um estereótipo antagônico, buscando assim demarcar lugares e identidades, além de transmitir mensagens de renovação.

Contudo, a partir de 1975, o retorno desse uso sugestivo, associado a um senhor sisudo e mais velho, alterou essa estratégia permanentemente, talvez por dialogar com eleitores flutuantes e indecisos da ARENA. Essa negociação entre Miranda e seu público teve boa aceitação, já que se manteve regular nos trabalhos seguintes. Ela pode demonstrar também uma migração da imagem do partido para o campo do pragmatismo

e da burocracia, afastando-se do radicalismo jovem para dialogar com outra faixa etária que consumia regularmente a página 4 do *A Crítica*.

Entretanto, o espectro cômico que o chargista explorou para esse processo humorístico, repetido constantemente no ano de 1976, se concentrou no elemento do uso da força pelo MDB, que historicamente frágil no estado, respondia naquele momento de maneira desproporcional contra a delicada e pudica ARENA. Além da inversão de valores, o elemento do moralismo maniqueísta foi sugestionado, estabelecendo a blasfêmia progressista do MDB, autoconfiante de sua vitória, contra a decência da família e dos bons costumes da ARENA assustada.

Charge 21[787]



- Nem Jesus Cristo, se descesse do céu, salvaria você da derrota nas próximas eleições
- Blasfêmia!

O jornalista e desenhista Mario Adolfo, que ilustrou por anos charges políticas em periódicos locais, inclusive no *A Crítica*, argumentou em entrevista que a escolha pelo gênero e linguagem dos personagens partidários obedecia apenas à questão do artigo definido da palavra[788]. "O" MDB seria masculino por causa de "o movimento" e a ARENA ganharia gênero feminino por causa de "A aliança". Contudo, Rodrigo

[787] Jornal A Crítica, 18 de setembro de 1975. P. 04.
[788] Entrevista concedida na residência do jornalista no dia 25 de janeiro de 2024.

Patto[789], argumenta que a trajetória desses estereótipos é anterior, obedecendo a certa tradição entre profissionais do ramo. Segundo Rodrigo Patto, os primeiros registros da ARENA representada enquanto mulher em periódicos de ampla circulação partiram das ilustrações da alemã Wilde Weber, chargista, cartunista e artista plástica, que atuou em São Paulo desde os anos 30[790]. Mario Adolfo, Arnaldo Angeli, Luis Gê e Edmondo Biganti também obedeceram, em períodos e periódicos diferentes, a mesma tradição em suas respectivas publicações.

Figura 53[791]



Quadro comparativo de charges sobre o bipartidarismo

A diferença mais destacada entre os chargistas pode ser observada nas escolhas de perfil estético. Enquanto Wilde construiu uma ARENA mais conservadora, relaxada e recatada, Miranda representou o partido com uma jovem senhora mais luxuosa, farta,

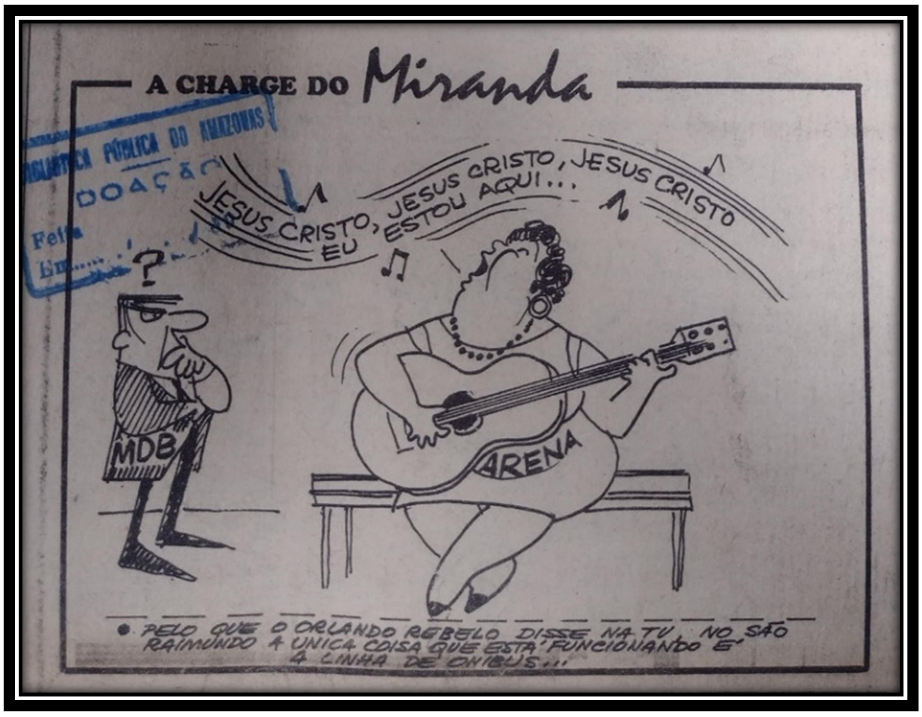
[789] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *MDB e ARENA nas charges: a imagem do sistema bipartidário da ditadura em disputa*. Op. Cit. P.12.

[790] A ilustradora trabalhou nos periódicos Estado de São Paulo, Folha de S. Paulo, Noite Ilustrada, O Cruzeiro e Manchete.

[791] Respectivamente: Na parte superior: João Miranda e Mario Adolfo; ao centro, Wilde Weber; nos quadrantes inferiores. Edmondo Biganti e Arnaldo Angeli.

com brincos, colares e vestidos longos. O MDB, entre os desenhistas, manteve-se na identidade do paletó, observador, variando apenas a idade de acordo com o tema. Para além da tradição que certamente sofreu influência do realismo socialista[792], onde é comum a representação dos capitalistas com sobrepeso, o ambiente de circulação pode revelar um pouco mais sobre as escolhas temáticas desse produto humorístico. Como mencionado, circula a ideia de que a ARENA é figurada como mulher pela questão de submissão ao governo[793]. Contudo, apesar de regulares, variando apenas a estética, essas representações não são unanimes, como no caso do jornal paraibano *O norte*, que representou o bipartidarismo no mesmo período a partir do gênero masculino. Expressões como a do artista Flávio Tavares demonstram que, apesar dos recursos metafóricos serem equivalentes, em cada lugar esses estereótipos têm sentidos e "graças" diferentes, o que reforça ainda mais a horizontalidade criativa no processo humorístico entre o jornal e o leitor[794].

Charge 22[795]



- Jesus Cristo, Jesus Cristo, Jesus Cristo eu estou aqui...

[792] PIETROFORTE. Antônio Vicente. *"Marcatti ao ataque" in Semiótica Visual: Os percursos do olhar*. 2 ed. - São Paulo: Contexto, 2007.
[793] GRINBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
[794] SOBREIRA, Dmitri S. B. *Humor, política e ditadura militar: a Arena paraibana no traço das charges* (1974-1978). Crítica História, ano 15, v. 15, n. 29, jun. 2024. P. 112.
[795] Jornal A Crítica, 18 de novembro de 1975. P. 04.

Como foi regular nas charges políticas até o pleito de 1976, a imagem da ARENA frágil e delicada começou a ser mais presente nas narrativas anedóticas da coluna a partir desse mês, talvez enquanto estratégia de transferência de favoritismo para o adversário, evitando assim a pressão interna da legenda. Também não é descartável a ideia de que Umberto Calderaro ou Fábio Lucena tenham encomendado essa abordagem no intuito de acelerar o processo humorístico de estereotipagem da oposição, talvez por observar o momento de fragilidade interna do partido. Uma última sugestão, que particularmente me responde mais, vem da escolha de ressignificar esse personagem moderno, mais velho e observador, como um "avatar" das posturas de Fábio Lucena no plenário, procurando familiarizar o leitor com expectativas e referenciais do tribuno.

Desesperada a ponto de cantar a música de Roberto Carlos[796], sozinha e solitária, a ARENA expressava, nos trabalhos de Miranda, a insegurança de ser subjugada no mesmo jogo burocrático que há pouco tempo lhe fortalecia (Charge 22). Ela não tinha a maioria das casas legislativas em capitais importantes, como Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, além de exercer pouca representatividade política junto ao novo eleitorado que, agora mais participativo, evitava a abstenção. O MDB a observava de longe, sábio e desconfiado, aguardando os próximos passos dessa aflição momentânea. Seu processo de renovação interna deixava o partido sem um norte, fato que, inclusive, foi ironizado por Fabio Lucena em alguns pronunciamentos[797] e por membros da própria ARENA[798]. O Governo Federal buscava uma solução categórica para afagar esse otimismo da oposição que, inclusive, virou tema para João Miranda na virada do ano, momento marcado por votos de esperança e dias melhores. Longe de colocar o destino de o governo militar no jogo de apostas, a solução para a crise partidária dificilmente viria sem uma arbitrariedade e ela surgiu das mãos do Ministro da Justiça Armando Falcão.

---

[796] "Jesus Cristo" é uma canção de Roberto Carlos lançada em 1971. Foi a primeira canção de cunho religioso lançada pelo cantor em sua carreira e se constituiu num de seus maiores sucessos.

[797] Jornal A Crítica, 03 de agosto de 1975. *Na Distensão, Arena sofre de prisão do cérebro, diz Fábio*. P. 03.

[798] Jornal A Crítica, 12 de março de 1976. *Eleição não terá "virada de mesa".* P. 06. O Ministro do Interior Rangel Reis declarou em entrevista que era favorável a renovação do partido, pois, para ele, o governo perdeu as eleições pelas divisões internas e por apresentar muitos candidatos que nada tinham a dizer ao eleitorado.

Charge 23[799]



- 76 será só meu, ouviu? Só meu
- Quer apostar? Quantos votos aposta? Hein? Hein?

4.2. As eleições municipais de 1976 nas charges de Miranda

A eleição municipal de 1976 no Amazonas marcou um período de retrocesso para a oposição da capital, mais até do que uma reconstrução de prestígio da ARENA. Em outros lugares do país, inclusive, montou-se o que Dinael Marin chama de ARENA 1 e ARENA 2, visto a dificuldade de encontrar pontes entre um partido montado desde o início com interesses divergentes.

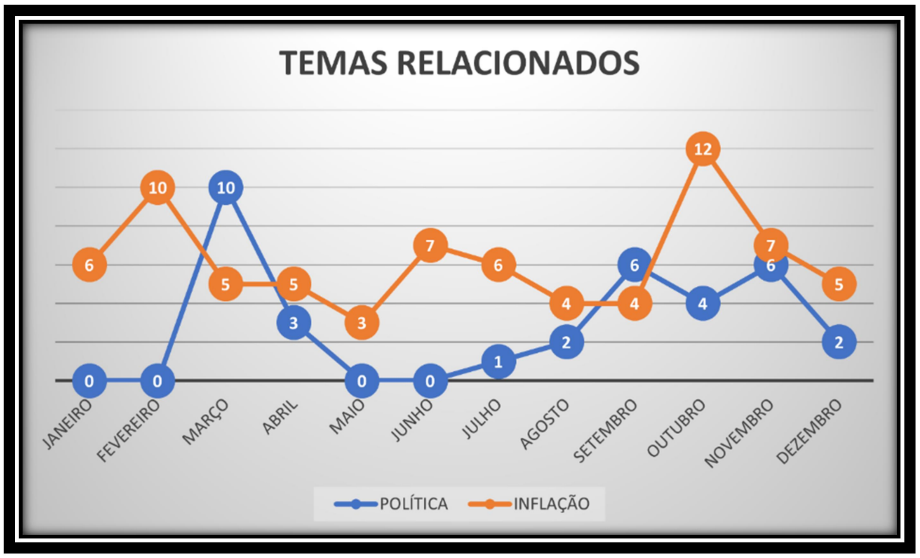
> Pode-se dizer que a campanha da ARENA 2 foi mais rica que a campanha da ARENA1, seja pela rapidez com que se adaptava a certas peculiaridades e chavões, seja pelos projetos propostos, criatividade ou pelo poder econômico que é inerente a este tipo de campanha. Nevoeiro Jr. passou a ser o candidato acessível, dinâmico, jovem, falando a linguagem de "interesse popular", representando nova experiência, modernizante, enquanto o candidato da ARENA 1 passou a ser visto como o homem sério, moralista, enérgico, inacessível e do passado, pelo menos era essa imagem que a própria ARENA 2 procurou fazer do seu antagonista quando dizia: "É hora de vestir roupa nova"[800].

Se no final de 1974 o *A Crítica* explorou com afinco a derrota arenista, em 1975, após a parceria com Henoch Reis, deliberou-se um esforço para deslocar qualquer lembrança desse feito, deslocando pautas que promovessem a legenda e insistindo regularmente em matérias sobre a renovação do partido. Diferente do pleito anterior, esse alinhamento seguiu padrões e aproveitou todas as oportunidades possíveis para

[799] Jornal A Crítica, 31 de dezembro de 1975. Caderno especial.
[800] MARIN, Dinael. *Trama política local e os resultados eleitorais: as eleições de 1.976*. Perspectivas, São Paulo, 3: 87-119, 1980.

deslocar os indecisos, já que o eleitorado do MDB era mais inclinado a evitar clivagens. Nos tópicos seguintes são abordados dois eventos que foram extraídos a partir da movimentação temática da coluna no ano, servindo de roteiro para as discussões sobre esse processo. Para compreender melhor esse percurso via humor gráfico, alguns dados são relevantes adiantar.

Gráfico 07[801]



Gráficos de produção de 1976 com temas relacionados

O gráfico acima estabelece uma relação entre dois temas bastante explorados por João Miranda em 1976. Pelo movimento das linhas, observa-se uma relação muito próxima entre temas políticos e econômicos, o que permite deduzir que a coluna produzia anedotas paralelas buscando processar humoristicamente o mesmo objeto. Ou seja, quando decidia atacar um alvo, as ironias vinham de todos os lados.

Observam-se ainda dois picos de produção no que diz respeito a temas políticos. O primeiro iniciou em março e reduziu consideravelmente no início de maio. O segundo, a partir de setembro, obedeceu à lógica de comportamento do pleito anterior, iniciando a produção de temas ligados à eleição no último trimestre. Essa referência ofertou um norte de investigação, ajudando a organizar e localizar o panorama comum no qual circularam as narrativas humorísticas do jornal.

O movimento intenso de produções serviu de roteiro para selecionar os jogos de interlocução entre Miranda, Calderaro, Fábio Lucena e o público leitor da página 4.

[801] O quadro comparativo se baseou na coleta de dados realizada no acervo da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas em 2023.

Assim, busca-se identificar quais espectros cômicos, depois de captados, foram escolhidos para as produções humorísticas da coluna neste evento. Como visto, essas escolhas não foram feitas sem negociação, e foi nessa zona cinza que se tangenciou a cultura política dos consumidores do jornal *A Crítica* nesse contexto. Portanto, dividi os próximos tópicos seguindo a lógica desses dois auges produtivos: o caso *Watergate Municipal* e o pleito de 1976.

O evento do *Watergate Municipal* na Câmara de Vereadores movimentou a bancada de parlamentares em torno da renúncia do presidente Ruy Adriano (MDB), promovendo um racha interno no partido que definiu os rumos da legenda para a eleição de 1976. Comparado ao *Jornal do Commercio*, que deu pouquíssima ênfase ao evento, o *A Crítica* transformou o fato no carro-chefe de publicações do primeiro semestre, buscando a partir dele promover e movimentar o protagonismo do vereador Fábio Lucena, candidato à reeleição do cargo em 1976 e ao senado em 1978. Os vetores do jornal foram todos direcionados para divulgar e desenvolver os episódios da novela em torno do MDB e a coluna de João Miranda não ficaria de fora.

Diante de um silêncio político de mais de um semestre em 1975, os berros da coluna, de março a abril de 1976, não foram gratuitos, apenas porque o assunto estava em voga. Como visto anteriormente, Miranda não escolhia os temas políticos que iriam ser elevados a fatos cômicos, tendo a avaliação dos seus processos humorísticos obedecido aos critérios hierárquicos do seu "observador". Como houve certa liberdade para regularidade de ofertas, selecionei o tema para analisar os processos de criação de João Miranda, atentando para suas escolhas, elementos, renúncias e negociações de estereótipos junto aos seus interlocutores, consumidores da página 4.

O final do mês de agosto de 1975 foi marcado por um escândalo político que durante o processo ficou conhecido como o *Watergate Municipal*, em referência ao famoso caso que levou a renúncia do Presidente norte-americano Richard Nixon em 1974. Entretanto, os eventos que estavam estourando dentro da Câmara de Vereadores começaram 4 meses antes, onde no prédio dos Edis:

> O setor de taquigrafia e som da Câmara Municipal de Manaus teve sua porta arrombada a base de "pé de cabra". Cerca de 8 pronunciamentos do líder Fábio Lucena e seis do ex-vereador e agora deputado estadual Damião Ribeiro foram levados pelo arrombador, que chegou a inutilizar vários outros documentos do Poder Legislativo de Manaus. A presidência da Câmara, tendo a frente o vereador Ruy Adriano Jorge oficiou o acontecimento ao Secretário de Segurança do Estado, pedindo a abertura de inquérito policial, com o objetivo de se apurar o responsável por tal arrombamento. O

> Presidente Ruy Adriano salientou que além do inquérito policial, vai constituir uma comissão, para que seja aberto um inquérito administrativo[802].

O presidente da Câmara, Ruy Adriano, declarou que o arrombamento aconteceu provavelmente na hora do almoço, já que pela manhã nenhum funcionário suspeitou de algo errado no experiente. No retorno, Elizabeth Maria Lopes, chefe de taquigrafia, notou que a porta havia sido arrombada, pois estava rachada e aberta. Ela notou que alguns documentos espalhados pelo chão estavam objetivamente rasgados. Ao verificar a pasta geral, notou que oito pronunciamentos de Fábio Lucena e 6 de Damião Ribeiro, ambos do MDB, haviam desaparecido. O vereador, líder do partido, salientou que os ladrões provavelmente pretendiam alterar sentidos, criar substâncias e falsificar documentos, contudo não temia prejuízos, pois os originais e autenticados estavam na caixa forte dos anais. Para o vereador, não bastassem as tentativas de assassinato[803], seus inimigos políticos estavam indo além, buscando a qualquer custo um furo em minutas, processos ou informações para delação, em um claro projeto que visava afastá-lo da vida pública.

Curiosamente, cinco meses depois, no dia 28 de setembro, Fabio Lucena flagrou o presidente da câmara Ruy Adriano, juntamente com Robério Braga, irmão do Delegado Geral da Polícia, desviando gravações e registros dos seus discursos na Câmara, visando entregá-los à polícia[804]. O regimento interno proibia esse uso, pois resguardava os interesses do Poder Legislativo. O vereador explicou que a Polícia Federal, na condição de investigação, deveria ter a dignidade de fazer esses pedidos via ofício, como manda a lei, e não agindo sorrateiramente como fez naquele momento a Secretaria de Segurança do Estado, em conluio com o Presidente da Câmara.

O fato foi registrado também pelo *Jornal do Commercio*, que fez um paralelo com os recentes casos nos Estados Unidos e em Brasília. Segundo o jornal, por causa de algumas fitas gravadas, os Estados Unidos viveram, durante vários meses, uma das

---

[802] Jornal A Crítica, 25 de abril de 1975. *Arrombaram a Câmara e levaram discursos de Fábio e Damião.* P. 05.

[803] Jornal A Crítica, 15 de fevereiro de 1975. *Balearam Fábio Lucena.* Capa. Após ser abordado com duas coronhadas, o vereador Fabio Lucena, caído, recebeu um tiro a queima roupa de três bandidos contratados para executá-lo. O atentado aconteceu em uma mercearia na rua Wilkens de Matos, bairro Nossa Senhora Aparecida. As investigações dos veículos usados no crime levaram ao suposto articulador do atentado, o gerente da distribuidora de medicamentos Fink, Dorval Dourado. Para Fabio Lucena era nítido que havia um mandante superior. Mesmo na ausência de provas, o vereador atribuiu o atentado ao diretor Andrade Netto, pela ligação que este possuía junto à herança deixada pelo comendador Felix Fink, fundador do jornal A Notícia.

[804] Jornal A Crítica, 28 de setembro de 1975. P. 02.

piores crises políticas da sua história, culminando com a renúncia do presidente republicano. Ressaltou também que por causa de fitas gravadas, o Senador Wilson Campos (ARENA) perdeu o seu mandato e teve seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Após a introdução do tema, ressaltou:

> Como se vê, algumas gravações, aparentemente sem nenhuma importância, podem assumir mais tarde dimensões e repercussões imprevisíveis. Neste final de semana, a Câmara Municipal Surpreendeu a cidade com fatos de certa gravidade ali registrados, por causa de algumas gravações. O fato foi denunciado pelo Fábio Lucena que surpreendera um telefonema de alguém solicitando gravações contendo pronunciamentos daquele edil. De pronto, protestou o líder mdebista, acusando frontalmente o presidente da Câmara Municipal por concordar em ceder as gravações por vias tidas não recomendáveis pelo Vereador Lucena. Isto é, a autoridade interessada em tais gravações, não solicitara o material através do oficio.
> O Vereador Fábio Lucena proferiu ontem um violento pronunciamento, condenando o colega de bancada, o vereador Ruy Adriano, presidente da Edilidade, afirmando o mesmo não tinha mais condições de exercer o cargo, pedindo por isso a sua renúncia. Os debates foram muito acirrados e a sessão das mais agitadas e tumultuadas. Rui Adrian usou também de palavras ásperas, ao retrucar Lucena[805].

Desde o atentado em fevereiro, Fabio Lucena iniciou vários conflitos com a Secretaria de Segurança, naquele momento representada por José Jorge Nardi, no cargo desde 1973. Estes conflitos levaram à presença regular de Robério Braga na Câmara Municipal, o que incomodava o líder do MDB. Não pode ser descartada a possibilidade de que o incidente de abril, onde os discursos foram roubados à luz do dia na Câmara, não tivesse ligação com o próprio presidente Ruy Adriano. Em reunião com o partido, Lucena pediu a cassação do vereador, afirmando que, para ele, *preferia um homem da ARENA na presidência*[806] do que o edil. Segundo Lucena:

> "Como a polícia vinha ouvindo gravações de meus discursos, deve ter-se espantado ao saber que desta tribuna apenas havia defendido problemas, cujas soluções viriam de encontro às aspirações populares" – declarou inicialmente Fábio Lucena. "Desta vez estavam desviando gravações, mas há pouco tempo, arrombaram com auxílio de um pé-de-cabra, o gabinete de taquigrafia e roubaram pastas de discursos meus e, para iludir os "bobocas" levaram também uma pasta de pronunciamentos do então vereador Damião Ribeiro" – asseverou ainda o líder oposicionista na Câmara[807].

Durante o recesso da Câmara em julho, Fábio Lucena foi a Belém responder a uma acusação de delito previsto na Lei de Segurança Nacional. O vereador foi

[805] Jornal do Commercio, 30 de setembro de 1975. *Político*. P. 03.
[806] Jornal A Crítica, 30 de agosto de 1975. *Gravação: Ruy Adriano poderá ser afastado da presidência da Câmara.* P. 03.
[807] Jornal A Crítica, 30 de agosto de 1975. *Gravação: Ruy Adriano poderá ser afastado da presidência da Câmara.* P. 03.

enquadrado por criticar, em pronunciamentos, o ex-prefeito Frank Lima e o governador João Walter Andrade. Na audiência, o líder do MDB foi acompanhado pelos políticos Mario Frota, Aloísio Oliveira e Francisco Queiroz, presidente do MDB municipal, além do jornalista Umberto Calderaro. Absolvido, Lucena argumentou que o "golpe" foi rechaçado pela justiça militar e que tudo não passou de uma tentativa de prejudicar, mais uma vez, sua ascensão política. Vale destacar a presença de Umberto Calderaro na audiência junto às lideranças da oposição, deslocando-se de Manaus e de seus afazeres para apoiar e garantir que o vereador não fosse enquadrado no AI-5, o que reforça ainda mais a existência de uma parceria deliberada entre Lucena e o *A Crítica*. Essa gratidão certamente fortaleceu ainda mais os laços de "vassalagem" política entre Lucena e Calderaro, já que, segundo a esposa, o desespero mereceu inclusive:

> Celebrar uma missa em ação de graças pelo feliz evento, que veio acabar com todo o martírio que assolou o nosso lar durante quase um ano. "O futuro do meu marido, a partir de agora, dependerá unicamente do seu comedimento na sua atuação política, "para que sua vida – e dos nossos filhos – não fique tão arriscada como esteve até ontem.[808]

Seja na impugnação que o retirou das eleições de 1974, na tentativa de assassinato que não foi investigada pela SESEG, ou mesmo nos roubos de documentos visando enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional, Fábio Lucena, dentro de uma Câmara de vereadores aberta a negociar cabeças para guilhotina, era um candidato com enorme potencial para as eleições vindouras. Grande parte desses movimentos parece seguir certa regularidade deliberada, caminhando para desmoralizá-lo diante do eleitorado local.

Como visto anteriormente, a imagem de um MDB protagonista já circulava pela cidade, ofertando-se enquanto tema cômico pelo contexto atípico dentro da ditadura. No tópico anterior, foi adicionada a possibilidade de Miranda ter aplicado a personalidade de Fábio Lucena ao estereótipo do MDB, buscando alimentar uma imagem genérica para todos os membros da oposição. Contudo, a partir deste caso, Miranda decidiu "charge-caricaturar" [809] Fábio Lucena com a intenção de enfatizar o

[808] Jornal A Crítica, 15 de julho de 1975. *Fábio é absolvido. A justiça vence as manobras políticas*. P. 03.
[809] Como são estilos diferentes, mesclei o termo por observar que essa fusão pontual tinha o objetivo de acelerar as produções sobre o tema e torná-las regulares a tempo de irem para a gráfica. Caricaturas demandam mais tempo para desenvolver. Diante disso, Miranda escolheu, em alguns trabalhos pontuais, elementos característicos ou vibrantes, como um bigode, para enfatizar o personagem central e assim desenvolver a sátira em seguida, característica do gênero linguístico da charge.

seu protagonismo contra a corrupção da Câmara, explorando inclusive dualidades narrativas, como *herói x bandido*.

O presidente da ALEAM, José Dutra, citou em entrevista que, de acordo com o sistema eleitoral da época, a chance de o MDB ascender ao Governo do Amazonas em 1978 era grande, diante da maioria nas casas legislativas e a crescente popularidade dos seus candidatos. Dentro das regras do jogo, a vitória viria pela burocracia ou pelo desempenho de um possível pleito livre. Tudo dependia de Ernesto Geisel não interferir no processo e do próprio partido não se "desconfigurar", o que diante das derrotas e do otimismo da oposição se tornou um grande nevoeiro de incertezas em 1975.

Desde setembro, Fábio Lucena e Damião Ribeiro começaram uma forte campanha dentro do partido, buscando o afastamento de Ruy Adriano, acusado de espionagem e traição pelos tribunos. Em outubro, Fabio Lucena começou a sofrer ameaças de morte por *gangs* da cidade, que divulgavam através de outros crimes que o tribuno tinha apenas alguns dias de vida[810]. Apesar do boletim de ocorrência registrado, a matéria expõe isso de maneira muito suspeita, levando a não descartar a hipótese de que a situação tenha sido usada para inflamar sensações nesse último trimestre de conflitos dentro da câmara.

Em novembro, a indecisão partidária do prefeito Jorge Teixeira chegou ao fim, trazendo junto dessa escolha uma renúncia e o início de uma oposição mais intensa na Câmara contra seus projetos. A reunião estratégica do partido, realizada em data emblemática, definiu que:

> O prefeito Jorge Teixeira se filiou oficialmente ao partido como um dos grandes trunfos, já que a decisão do partido é ganhar as eleições por trabalho e não com palavras. O vice-governador João Bosco Ramos de Lima assumiu com mais 9 arenistas a direção do Instituto de Estudos Políticos, órgão que vai coordenar as programações culturais e informativas da ARENA, como uma fundação[811]

Um dado interessante da matéria foi o lançamento do *Instituto de Estudos Políticos* da ARENA local, direcionado para coordenar atividades culturais e informativas do partido pela cidade. Dois dias antes, Ernesto Geisel já havia anunciado em Porto Alegre que a ARENA estava captando força feminina e promovendo atividades nos principais diretórios, buscando a filiação de jovens ao programa do

[810] Jornal A Crítica, 1 de outubro de 1975. P. 09.
[811] Jornal A Crítica, 16 de novembro de 1975. P. 02. Grifos nossos.

partido[812]. O MDB já vinha realizando estas atividades desde 1972[813], trabalhando as bases da sua ala jovem para o pleito de 1974, sua primeira boa colheita. O *A Crítica* fez uma matéria especial em janeiro, comentando sobre esses processos pelo Brasil.

> A linha de ação da juventude democrática foi definida após várias reuniões e muitas discussões. "Iniciaremos nosso trabalho com uma campanha intensa de filiação ao MDB, depois criaremos diretórios nos locais onde ainda não existem, e organizaremos cursos de teoria política para estudantes e todos os que se interessarem (...) Para a formação dos cursos foi criado o "Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais" (IEPS), sob a direção do deputado federal Guaçu Piteri, em junho de 1974, com a finalidade de assessorar as bancadas parlamentares e promover os cursos de instrução política.[814]

A ARENA marcou sua reunião com o Diretório local no dia 15 de novembro, confiante de que 365 dias depois estaria liderando as urnas da cidade. Se adaptando aos novos tempos da comunicação, o partido ganhou certa autonomia para investir nos pontos aonde o MDB vinha tornando-se mais forte: a propaganda. Em virtude das derrotas e da perda de credibilidade em Manaus, a reportagem sobre o partido do "sim senhor" [815], declarou ainda que:

> A ARENA, segundo seus dirigentes, pretende um impacto de coragem interna. Desde ontem o partido está dando a "volta por cima", com a finalidade de corrigir todos os erros já examinados dezenas de vezes de forma interna e externa, mas reservadamente. O partido está unido, mas não tem mais a imagem de "balança cabeça". Todos têm direito de ter suas opiniões mesmo divergentes, discutem e decidem. Após a decisão, é o partido que comanda.[816].

Assim, compreendendo que a ARENA local estava se adaptando às novas ferramentas de marketing político e buscando ampliar seu raio de ação entre jovens de todos os gêneros, Umberto Calderaro, provavelmente, teve nesse momento o vislumbre de um cenário ideal para iniciar o seu projeto de independência política. Se o campeonato fosse jogado com as regras pré-estabelecidas, Calderaro estaria no centro, como um senhor da guerra, ofertando armas para todos os lados, abrindo e recebendo crédito por novos favores políticos. É importante ressaltar, mais uma vez, que Calderaro

---

[812] Jornal A Crítica, 13 de novembro de 1975. P. 02
[813] Jornal A Crítica, 16 de janeiro de 1975. P. 02.
[814] Jornal A Crítica, 16 de novembro de 1975. P. 02.
[815] GRINBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório. Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. Apesar do apelido, é importante atentar que nem sempre essa relação entre ARENA e os governos militares foi dócil. Lucia Grinberg cita o caso de Márcio Moreira Alves (MDB), que pelo seu posicionamento contra a invasão da Universidade de Brasília pelos militares, tornou-se alvo de ódio por setores mais radicais das forças armadas. Recebendo apoio também de parte de ARENA, um dia depois do caso o AI-5 foi baixado.
[816] Jornal A Crítica, 16 de novembro de 1975. P. 02.

foi oposição apenas a sua falta de liberdade. Fortaleceu a oposição quando conveniente para que esta fragilizasse a ARENA nos seus pontos mais vulneráveis, que no processo de adaptação recorreu às empresas do grupo Calderaro para construir, expandir e manter credibilidade. Com a ferida exposta, a alta cúpula militar deu mais autonomia às lideranças locais da ARENA, o que levou, inclusive, a apostarem no nome do jovem Josué Filho, primogênito de Josué Claudio de Souza[817], herdeiro da rádio *Difusora do Amazonas* e parceira do jornal.

Em dezembro, a Câmara iniciou suas articulações contra Jorge Teixeira. Primeiro, com um requerimento de Fábio Lucena, que enquadrou o prefeito na lei de sanções político-administrativas[818]. O líder municipal foi acusado de não encaminhar para a Câmara o relatório sobre Departamento Rodoviário Municipal, explicando como esse setor conseguiu se endividar em 22 milhões de cruzeiros[819]. Depois, vetando o seu projeto de lei que criaria uma Taxa de Pavimentação e Calçamento[820]. Em retribuição, Henoch Reis vetou um projeto dos deputados do MDB, direcionado à reestruturação de cargos de direção e assessoramento da Assembleia[821]. Observando a situação, o *A Crítica* se posicionou, lançando uma nota na coluna *Sim e Não*:

> E 1976 que é um ano político no Brasil, começa abaixo da crítica com esse impasse entre Executivo e Legislativo aqui no Amazonas. O veto ao projeto de lei da Assembleia, não é nenhuma jogada política do chefe do Executivo, por isso mesmo, os dois chefes dos dois poderes precisam reexaminar cuidadosamente a situação para que gregos e troianos fiquem satisfeitos. De um lado, o Ministro Henoch Reis e, de outro, o sensato deputado José Cardoso Dutra, devem fazer funcionar suas inteligências e solucionarem o problema sem que haja vencidos ou vencedores. Que vença a razão.[822]

O posicionamento da coluna *Sim e Não*, tentando apaziguar as disputas partidárias, vendia para o público a ideia de que o jornal estava "neutro" diante do conflito de interesses. O tempo de contemporizar estava se esgotando e, em algum momento, Calderaro teria que assumir publicamente a sua posição, se não radicalmente, para mais ou para menos, dependendo do seu interesse. Como será exposto mais adiante, enquanto o jornal demagogicamente sugestionava essa solução "racional",

[817] Josué Claudio de Souza (1910-1992), natural de Itajaí (SC), foi advogado, radialista, empresário e político.
[818] Artigo 21, inciso XV, da lei 1073 de 16 de novembro de 1973. Esse artigo prevê o enquadramento dos Prefeitos Municipais nas sanções político-administrativas do Decreto-Lei 201, editado pelo Marechal Castelo Branco, caso não repasse para a Câmara relatórios de domínio público.
[819] Jornal A Crítica, 02 de dezembro de 1975. P. 02.
[820] Jornal A Crítica, 12 de dezembro de 1975. P. 03.
[821] Jornal A Crítica, 03 de janeiro de 1976. P. 03.
[822] Jornal A Crítica, 04 de janeiro de 1976. P. 04.

Miranda no seu espaço encaminhava-se para o extremo oposto, explorando o espectro cômico da autoconfiança do MDB em seus processos humorísticos.

4.3. O *Watergate Municipal*: A tragédia da oposição amazonense

Segundo Alzira Alves[823], o caso Watergate (1972-1974) foi um marco no jornalismo contemporâneo, servindo de referência para profissionais enquanto modelo investigativo. A atuação de Bob Woodward e Carl Bernstein, jornalistas do *Washington Post* que levaram a renúncia do presidente Richard Nixon, provocou a valorização desse método de trabalho nas redações, o que inclusive inspirou matérias perigosas no *A Crítica*[824]. Entretanto, para o caso analisado, a inspiração desse modelo de investigação levou o Vereador Fábio Lucena a iniciar uma verdadeira guerra interna contra o Presidente da Câmara, Ruy Adriano, buscando sua renúncia. Contudo, para compreender de onde despertou o gatilho dessa crise do MDB em um ano de eleição, alguns eventos precisam ser adiantados.

Passado o carnaval, os trabalhos da Câmara foram retomados no mês de março e já no dia 6 os partidos definiram suas lideranças. Do lado do MDB, Fabio Lucena se manteve, e da ARENA, Francisco Correa Lima passou a representar a cúpula. Passada a primeira semana de trabalhos de rotina, no dia 10 de março estourou a matéria *Domingos Sávio diz que Dutra faz bandalheira na Assembleia*[825].

> A Assembleia Legislativa teve ontem um dos seus dias mais movimentados do atual período legislativo, quando a portaria n°9 prorrogou "ad-referendum" por mais 60 dias os trabalhos da Comissão de Inquérito que apura possíveis irregularidades na Secretaria de Trabalho e Serviços Sociais, foi levada à discussão e votação de plenário. A acusação do deputado Domingos Sávio de que o presidente da ALE estava fazendo bandalheira, provocou a imediata reação do deputado José Cardoso Dutra, que partiu para o revide, sendo contido pelos encarregados da segurança e alguns deputados da bancada arenista[826].

---

[823] ABREU, Alzira Alves. *A modernização da imprensa (1970-2000).* Op. Cit. P. 48.
[824] O caso da repórter Leila Pinto, infiltrada nas comunidades hippies, descrito no capítulo 3, é um excelente exemplo da influência desse modelo em Manaus.
[825] Jornal A Crítica, 05 de março de 1976. P. 04.
[826] Jornal A Crítica, 10 de março de 1976. *Domingos Sávio diz que Dutra faz bandalheira na Assembleia*. P. 05.

O recurso de excepcionalidade[827], prorrogando os trabalhos de uma Comissão de Inquérito que apurava irregularidades em duas secretarias do Estado, foi o embrião de uma disputa interna que se estendeu por grande parte do ano de 1976, reverberando nas campanhas eleitorais do pleito de novembro, mesmo sob a vigilância da Lei Falcão. Na ocasião, o deputado José Cardoso Dutra (MDB), presidente da ALEAM, recebeu um requerimento do líder da oposição, Paulo Pedraça Sampaio (MDB), propondo o adiamento da discussão da matéria em cinco dias. A estratégia tinha como objetivo aguardar a presença de Natanael Bento Rodrigues (MDB), deputado mais votado do último pleito, que naquele instante gozava de férias. Alinhando interesses, José Dutra não colocou a pauta do requerimento em deliberação do plenário, o que despertou a reação imediata do líder arenista, Homero de Miranda Leão[828].

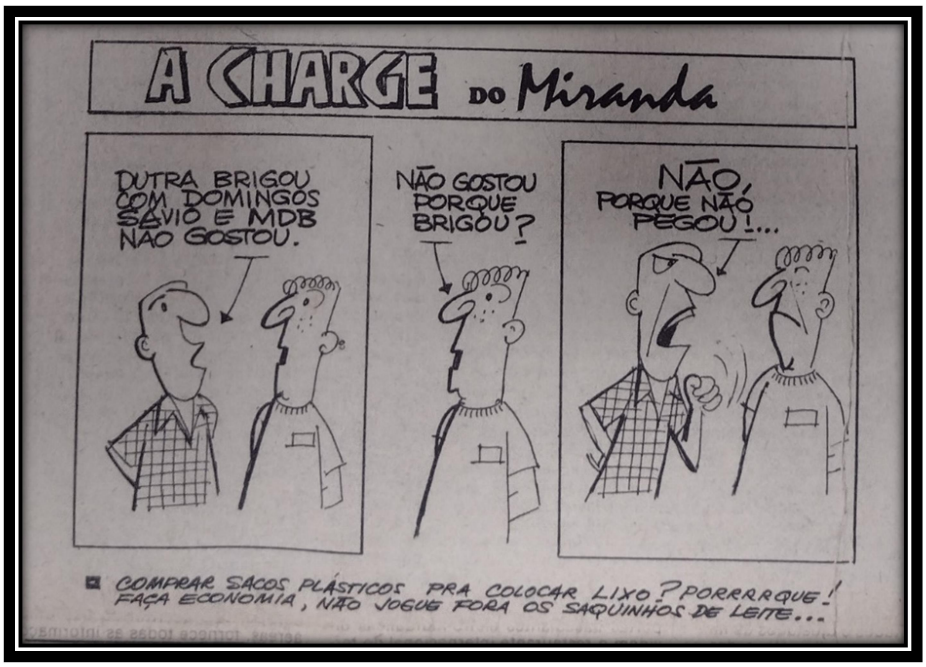
Por questão de ordem e regimento interno, o requerimento foi questionado, porém posto sob a deliberação do plenário, que naquele momento estava sob maioria arenista. Foi então que o deputado Damião Alves Ribeiro (MDB) aproveitou o ensejo para questionar as motivações que levaram a bancada arenista a ter esse comportamento oportunista. Para o deputado, "a ARENA estava se aproveitando da condição de minoria do MDB" [829] para derrubar a Comissão de Inquérito e, em consequência, anular todos os processos contra a Secretaria de Serviços Sociais que estavam sendo denunciados por ele há certo tempo. Aproveitando a presença de populares, Damião Ribeiro seguiu acusando a bancada de ser desonesta com o povo amazonense, questionando assim a integridade dos deputados governistas. Pressionado pela maioria arenista, José Dutra colocou a sessão de votação em plenária e a oposição, desfalcada, perdeu o direito de adiamento e assim o tempo esquentou.

Como última estratégia, os trabalhos já atravessavam o horário de expediente e José Dutra encerrou a votação antes do término, propondo uma reunião extraordinária para outro momento. Inconformado com o procedimento do presidente, o deputado Domingos Sávio disse que *José Dutra estava fazendo "bandalheira"*, o que provocou no presidente da Assembleia uma reação intempestiva que por pouco, segundo a matéria, não chegou às vias de fato. Contudo, o jornal *A Crítica* ressaltou que, após toda

[827] *Ad referendum* é uma expressão em latim que significa "com referência", "para referência" ou "com ressalva". É frequentemente usada para descrever uma aprovação provisória ou condicional, indicando que algo está sujeito a uma revisão posterior antes de ser considerado final ou vinculativo.
[828] Homero de Miranda Leão (1913-1987), natural de Manaus, foi professor, prefeito, inspetor de rendas, deputado estadual em várias legislaturas.
[829] Jornal A Crítica, 10 de março de 1976. P. 05.

essa movimentação, circulava entre os bastidores o boato de que o intuito de Domingos Sávio era exatamente o de provocar uma reação do presidente da ALE, já que ele tinha pretensões de concorrer ao governo nas eleições de 1978. Por ser um dos poucos representantes da oposição em uma direção de Poder Público, a imagem de José Dutra deveria ser atacada quando fosse conveniente.

Charge 24[830]



Dutra brigou com Domingos Sávio e MDB não gostou
Não gostou por brigou?
Não, porque não pegou...
Comprar sacos plásticos pra colocar no lixo? Porque? Faça economia, não jogue fora os saquinhos de leite.

A charge do dia seguinte fez referência à ocasião, explorando novamente a questão da violência do MDB como uma atitude que, pelo partido, deveria ter ocorrido. Na charge, Miranda se autocaricatura no ambiente, através da menção aos cabelos cacheados e se mostrando desconfortável com a situação. Importante destacar que o *A Crítica*, neste contexto, protegia Fábio Lucena, não José Dutra ou o partido de oposição. O projeto de sobrevivência do jornal englobava apenas Umberto Calderaro, Fábio Lucena e seus agregados. Foi explorado o espectro cômico da autoconfiança do MDB, contrastando com a fragilidade atípica dos representantes do governo. Porém, ela extrapolou um pouco quando envolveu vias de fato, o que politicamente era ruim para José Dutra. Domingos Sávio tanto sabia quanto estimulou a hostilidade, pois difamava

[830] Jornal A Crítica, 11 de março de 1976. P. 04.

publicamente o nome do deputado para uma possível candidatura ao Senado, Governo ou mesmo uma presidência de outro setor. Por fim, a escolha desse espectro também estimulava gatilhos no público que, ansioso, aguardava as réplicas dos deputados desonrados, alimentando a narrativa da novela para os próximos capítulos.

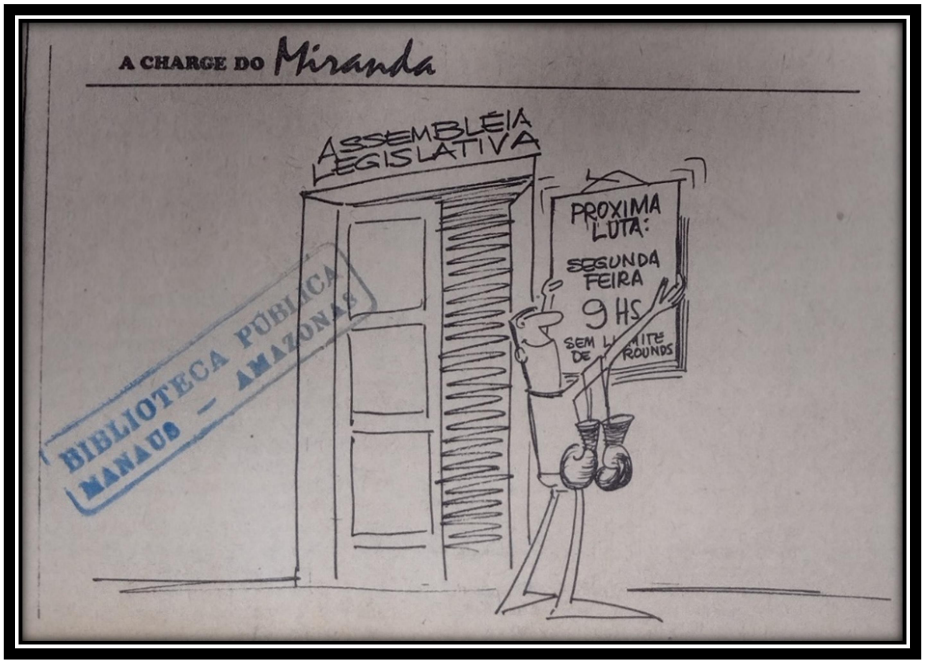
Outro ponto que reforça as preferências de Calderaro foi o título da matéria *Domingos mostra as arbitrariedades praticadas pelo deputado Dutra*[831]*,* que expôs o lado do arenista. Criticando a hipocrisia do MDB com o argumento de que o seu legalismo era apenas de conveniência, o jornal poderia oferecer um subtítulo menos sugestivo ao leitor desavisado, mas optou em deixar destacada a característica de arbitrariedade no título, enquanto para Fabio Lucena se usava os termos "veemência", "incisivo" ou mesmo "corajoso". Ainda na página *Sim e Não*, o *A Crítica* ressaltou que

> O deputado Domingos Sávio, um dos que faltou a reunião ordinária de ontem, tomou uma atitude inteligente quando se sentiu ameaçado de agressão física pelo Presidente José Cardoso Dutra. Domingo quando viu as "coisas pretas" simplesmente virou as costas, esperando pelo primeiro bofete, o que só não aconteceu em face da turma do "deixa disso".[832]

Como o prefeito de Manaus saiu dos planos para uma possível candidatura através do MDB, os arenistas Jorge Teixeira e José Lindoso foram elevados à preferência do *A Crítica*, nomes que, diferentemente de Henoch Reis, estavam dentro da zona de conforto e afinidades do jornal. As resoluções do *Pacote de Abril*[833] e a articulação para Jorge Teixeira assumir o governo de Rondônia, deixou a dobradinha José Lindoso/Paulo Nery (ex-PSD) a escolha ideal para a família Calderaro.

[831] Jornal A Crítica, 11 de março de 1976. P. 03.
[832] Jornal A Crítica, 11 de março de 1976. P. 02.
[833] Dentre as leis outorgadas que fecharam o Congresso Nacional em 13 de abril de 1977, incorporou-se a figura do Senador Biônico, garantindo 2/3 da bancada legislativa do governo e reduzindo a possibilidade de vetos provenientes da oposição. Jorge Teixeira, observando o descompasso entre o discurso e a prática das movimentações do governo, desistiu de apoiar a oposição.

Charge 25[834]



Assembleia Legislativa. Próxima luta. Segunda-feira, 9h, sem limite de rounds

Dois dias depois, Miranda adicionou mais elementos ao processo humorístico do caso Dutra, utilizando luvas de boxe, cartaz e a porta da Assembleia Legislativa como referência ao palco da luta, buscando chamar atenção dos seus leitores mais apressados. Ele não usou armas mortais para enfatizar o embate, sugerindo que a briga teria um ringue justo entre pares do mesmo esporte. A partir desse trabalho, se observa que o chargista começou de fato a processar humoristicamente o objeto risível para os seus interlocutores, acrescentando elementos para fortalecer ainda mais o estereótipo do deputado. Adicionando hora, lugar e características do combate, Miranda alimentou nesta charge de sábado a expectativa do público para o capítulo de segunda feira, aumentando vendas (dia que mais se vendia, por causa do caderno de classificados) e dando suporte a outros colegas de redação em seus noticiários. Além dessas informações, vale observar que o personagem está rindo e aparentemente ansioso para a próxima luta (Charge 25).

Registra-se que nesse dia o *A Crítica* publicou a matéria *Governo é do Brasil, mas o Brasil não é do Governo*[835], onde Fábio Lucena criticou veementemente Henoch Reis em sua atitude de aceitar, com bom grado, a revisão da Legislação Eleitoral que disciplinava o uso das emissoras de rádio e TV em campanhas políticas. Com posse da

[834] Jornal A Crítica, 13 de março de 1976. P. 04.
[835] Jornal A Crítica, 13 de março de 1976. P. 05.

declaração em mãos, o tribuno comentou na Câmara Municipal que o Governo e a ARENA estavam com medo de enfrentar o MDB na televisão. Calderaro dava prioridade a temas que envolviam a liberdade de imprensa, utilizando-se de Fábio Lucena para dar ainda mais ênfase e popularidade sobre o assunto. É importante observar que o tribuno teve certa proteção para alfinetar pontos do governo que outros já teriam sido enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Charge 26[836]



- Dutra perdeu a calma
- E foi procurar em volta do pescoço do Domingos Sávio é?
Naça tem uma boa tática preparada pra hoje. “Bicho” de mil pratas sai antes do jogo...

No domingo, Miranda novamente se incluiu no ambiente da charge, ressaltando ao fundo de que as fofocas sobre o caso estavam circulando pela cidade. A mão para traz e a outra no queixo, em análise, demonstram preocupação e insegurança para o encontro dos parlamentares na segunda feira (Charge 26). Beth Azize, em sua coluna *De mãos dadas*[837], comentou no dia desta publicação que os blefes de Henoch Reis em Brasília escondiam a real situação de desespero da ARENA no Amazonas, que assistia municípios do interior como Itacoatiara debandando para o MDB. Para a colunista, que mais tarde se candidatou para o pleito, a ARENA estava perdendo a oportunidade de aproveitar o momento ruim da imagem do MDB. A declaração dessa “oportunidade”,

[836] Jornal A Crítica, 14 de março de 1976. P. 04.
[837] Jornal A Crítica, 14 de março de 1976. *De mãos dadas*. P. 08.

revelava que Beth Azize sabia que uma campanha contra José Dutra estava sendo reforçada pelo jornal.

Portanto, as charges de Miranda não estavam se posicionando à toa e a negociação com seus interlocutores tinha como objetivo processar humoristicamente um estereótipo sobre o Presidente da Assembleia. A imagem de um MDB violento estava sendo alimentada deliberadamente pelo jornal e pelos colunistas. A exceção era guardada apenas às falas de Fábio Lucena, arauto de Calderaro na Câmara Municipal. A este, o jornal destacava desta forma:

> As galerias da Câmara Municipal só recebem bom público quando o vereador Fábio Lucena assume a tribuna. O eloquente orador sempre apresentando temas palpitantes na opinião pública acaba provocando a invasão da Câmara por pessoas que passam na Av. Sete, defronte à casa legislativa. Quando Fábio termina a galeria se esvazia, principalmente se outro orador do tipo David assume à tribuna[838].

Fábio Lucena em 1976 era, certamente, o político mais popular do MDB no Amazonas. Mesmo Dutra, como presidente da Assembleia, não tinha o poder de movimentar a opinião pública como o edil. Aproveitando o ensejo das brigas entre o Legislativo e o Executivo, Fábio Lucena lançou, através do *A Crítica*, uma bomba no dia 16 de março intitulada *Escândalo na Câmara* que fez retornar as pautas do caso do *Watergate Municipal*.

> O vereador Fábio Lucena drenou um verdadeiro tumor na Câmara Municipal, no dia de ontem, ao proceder uma devassa nas folhas de pagamento do Legislativo. Alertado pela colunista Beth Azize, deste jornal, de que os procuradores jurídicos da Câmara estariam ganhando mais de 14 mil cruzeiros, Lucena descobriu que o presidente da Câmara, Ruy Adriano, serviu-se de recesso para baixar portarias elevando vencimentos de seus apaniguados a partir de janeiro deste ano. De imediato, o líder do MDB reuniu sua bancada e forçou o presidente a revogar os atos ilegais. Exigiu, também, que todos os que foram beneficiados ilegalmente devolvam, no conjunto, cerca de Cr$ 102 mil aos cofres municipais, através de desconto em folha. E anunciou que vai solicitar a Ruy Adriano que renuncie à Presidência da Câmara. "Em caso contrário – disse – será deposto". Por mim, comunicou que vai solicitar a expulsão de Ruy Adriano do MDB, "por prática de corrupção administrativa e atos lesivos aos interesses do Partido, além de haver desonrado a presidência da Câmara Municipal" [839].

[838] Jornal A Crítica, 13 de março de 1976. *Coluna Sim e Não*. P. 03. Na mesma coluna é mencionado o vereador David Rocha, que apesar de ser o campeão de requerimentos, era visto como o Edil mais enfadonho da casa pelo jornal. Nota: "É penoso ouvir o David fazer uma exposição de motivos. Apesar da boa vontade ele não tem o poder de síntese, caindo em repetições demoradas, transformando, muitas vezes, proposições simpáticas em exposições altamente antipáticas a ponto de provocar o esvaziamento do plenário".

[839] Jornal A Crítica, 16 de março de 1976. P. 01.

Charge 27[840]



A charge de capa do dia 18 de março iniciava o processo humorístico do deputado Ruy Adriano, deslocando as atenções de José Dutra para Fábio Lucena. Para Miranda ter recebido a missão de fazer charge para a capa da edição e também para a coluna, o *A Crítica* estava certamente bem inclinado a deliberar uma campanha contra o presidente da Câmara Municipal de Manaus, buscando a sua renúncia.

O único problema para o MDB da Câmara era que, caso Ruy Adriano renunciasse, a ARENA ficaria com a presidência da casa, já que, segundo o regimento, na medida em que houvesse empate na nova eleição, assumiria o vereador mais velho, que naquele contexto era o arenista Francisco Correa Lima[841]. Entretanto, a denúncia que Fábio Lucena lançou à plenária veio do jornal *A Crítica*, a partir da colunista Beth Azize e, possivelmente, a mando de Umberto Calderaro. O diretor não entrou nesta briga pessoal de Fábio Lucena sem um interesse e ele se concretizou na virada para 1977, colocando na ponta da Câmara um dos seus maiores apoiadores políticos, Josué Cláudio Filho.

[840] Jornal A Crítica, 18 de março de 1976. P. 01. Capa.
[841] Francisco Correa Lima (1924 – 1999). Natural do Amazonas, foi 3 vezes vereador da Câmara pela ARENA, de 1964 a 1977.

Charge 28[842]



Arena contra Watergate Municipal
Ou o acusado renuncia ou será expulso do meu partido

Iniciando os processos humorísticos sobre a figura de Fábio Lucena, diferentemente das imagens genéricas que remetiam ao MDB, geralmente visto através de personagens da sociedade, Miranda aplicou novamente o método da "chargecatura"[843], utilizando os estereótipos do bipartidarismo, mas ressaltado o tribuno como aquele capaz de calar os discursos da "dona ARENA". Curiosamente, diferente das ARENAS de outros artistas, essa versão de 1976 foi uma das mais rejuvenescidas desde que começou a utilizar, em 1974. Ela deixou cair a pasta com as denúncias anteriores sobre Ruy Adriano, sugerindo que Fábio Lucena tomava as falas de agora em diante.

Miranda teve em Fábio Lucena uma figura autorizada para reproduzir, entre seus interlocutores, sugestões de personalidade forte, agressiva e ostensiva sem trazer junto disso uma referência de antipatia, como no caso de José Dutra. Isso leva a deduzir que algumas anédotas partem primeiro de espectros apriorístico, que flutuando pela praça são captados e processados em negociação com a circularidade cultural do contexto. A antipatia por Dutra, mesmo que estivesse sobre razão em relação a

[842] Jornal A Crítica, 18 de março de 1976. P. 04.
[843] Pela falta de um nome para esse estilo que misturou o gênero da sátira, em traços simples e objetivos, com elementos característicos que remetem a um ponto exagerado do objeto, usarei até o fim desta tese o termo quando ele for conveniente. No caso de Lucena foi destacado o bigode e o cabelo de corte médio.

Domingos Sávio, já existia e Miranda não a construiu, apenas deu a ela formato e linguagem humorística, oportunizando a Calderaro um uso para seus fins políticos.

As brigas dentro Câmara, principalmente as televisionadas em 1974, geraram eventos cômicos por, aprioristicamente, ser um lugar de diálogo e de debate entre os representantes, eleitos pelo povo para realizar isso em decoro adequado. Contudo, o *A Crítica* escolhia qual evento cômico podia, ou não, ser processado humoristicamente com regularidade ao seu público. Depois de estereotipado, descontruir essa representação dentro do imaginário popular seria um trabalho tão pesado quanto construir uma boa imagem.

Desde o dia 17 de março, Rui tinha 48 horas para explicar os gastos, porém manteve-se em silêncio, enquanto era metralhado pelos colegas de partido. Fábio Lucena colocou, inclusive seu cargo à disposição, caso as denúncias que tinha feito fossem sem fundamento[844]. A Câmara Municipal, tentando não abrir precedente, contemporizou até onde pode, esperando a contraproposta de Ruy Adriano.

No dia 18, Ruy Adriano tentou sair pela tangente, revogando as portarias que concederam aumento aos seus auxiliares, embora não tenha apresentado uma defesa. Fábio Lucena foi enfático sobre o ponto de que ele utilizou do recesso dos vereadores para descer a portaria corrupta e, por esse motivo, deveria ser destituido. A Comissão Especial de Inquerito foi constituída por: David Rocha e Paulo Correia, pelo MDB, e Francisco Correa Lima e Raimundo Sena, pela ARENA, todos trabalhando a partir dos dados e relatórios oferecidos por Fábio Lucena.

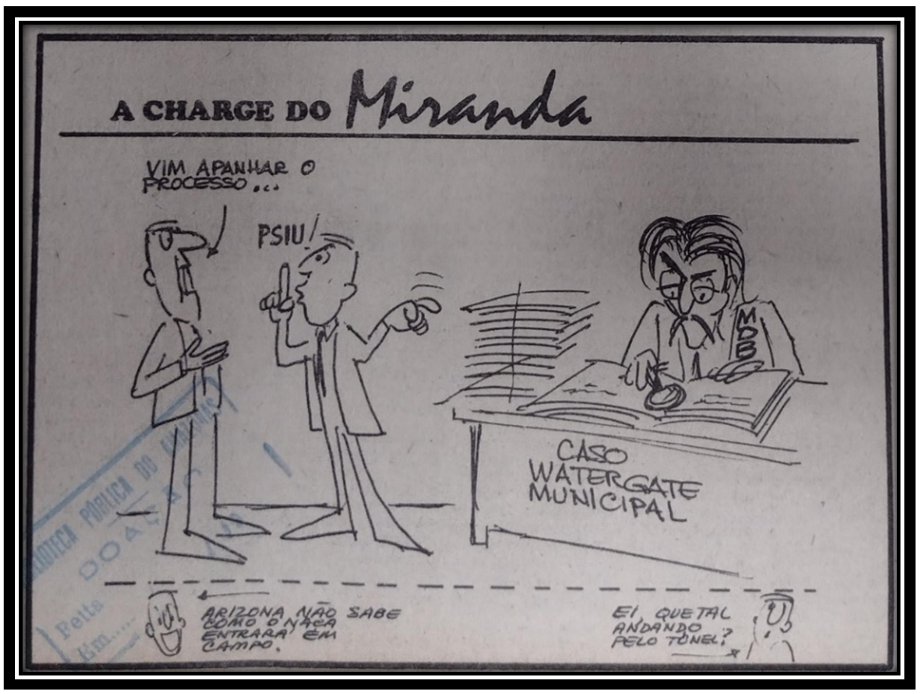
No dia 19 de março, o *A Crítica* anunciou que Ruy Adriano quase sofreu um infarto, em virtude das acusações[845]. Diante da situação, Francisco Queiroz, presidente do Diretório do MDB, recomendou a Fabio Lucena certo distancimanento do caso, para que o presidente da Câmara não viesse a óbito. O tribuno comentou que não desejava a morte do presidente, mas que aguardaria o resultado das análises da Comissão de Inquérito e que este assunto, da mesma forma, também não morreria.

No dia seguinte, 20 de março, o *A Crítica* divulgou que o armário da Seção Pessoal da Câmara Municipal de Manaus foi criminosamente arrombado de madrugada,

[844] Jornal A Crítica, 17 de março de 1976. P. 03.
[845] Jornal A Crítica, 19 de março de 1976. *Pressão de Ruy cai e faz Fábio atender recomendações do MDB*. P. 05.

desaparecendo as folhas de pagamento e os processos de exposição dos procuradores jurídicos beneficiados por Ruy Adriano[846]. Fabio Lucena fez um apelo à Polícia Federal, informando que seu próximo passo seria abrir uma queixa-crime e iniciar um inquérito policial. Segundo ele, tinha em posse apenas algumas cópias heliográficas das portarias da Câmara, além de uma folha de vencimentos do mês de fevereiro. Entretanto, sem materiais suficientes, a Comissão de Inquérito não tinha como dar continuidade ao processo.

Charge 29[847]



Vim apanhar o processo
Psiu!
Caso Watergate Municipal

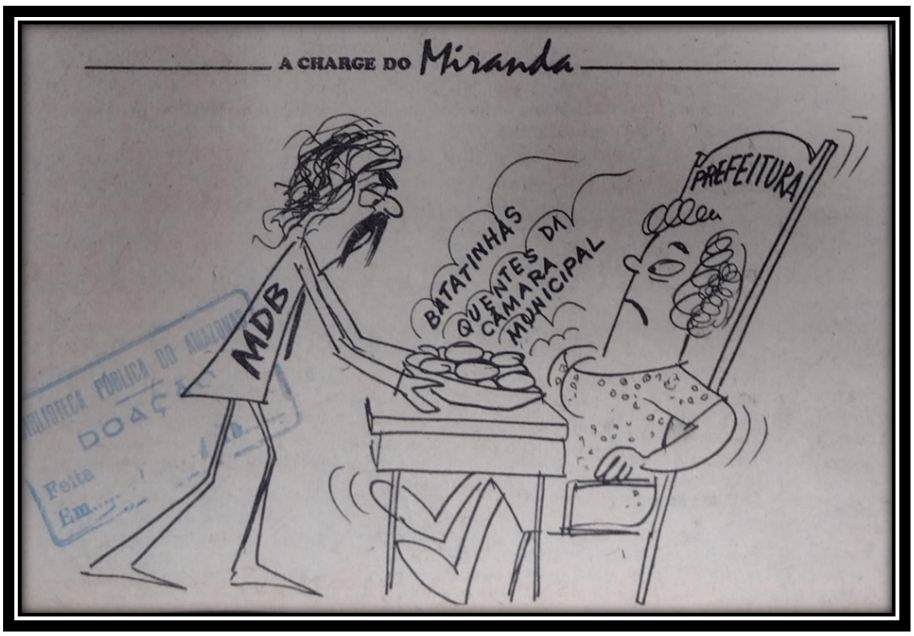
Miranda continuou com as "chargecaturas" de Fábio Lucena, explorando a comicidade do "roubo dos processos em um espaço da Lei" e adicionando-lhe um contraste de personalidade. Ele inseriu novos elementos no processo humorístico de Fábio Lucena, adicionando lupas, pilhas de documentos, olhos concentrados e o cuidado que os servidores tinham em não lhe incomodar. Construía-se assim outra perspectiva do vereador, mais paciente, estratégico e fundamentado sobre suas lutas. Com isso, reforçava-se entre seus interlocutores a credibilidade de um edil inteligente que buscava

[846] Jornal A Crítica, 20 de março de 1976. *Assaltaram Câmara Municipal e levaram documentos do escândalo*. P. 05.
[847] Jornal A Crítica, 21 de março de 1976. P. 04.

a verdade através dos documentos e da lei, tendo sua persona mais ostensiva um lugar reservado à plenária.

No dia 21, Fábio Lucena veio a público, em carta aberta, através do jornal *A Crítica*, pedir apoio do prefeito Jorge Teixeira, exigindo do chefe do Executivo um posicionamento ético sobre o escândalo. Mesmo que não fosse da sua competência interferir no caso, o edil entregou-lhe, no dia 22 de março, documentos que atingiam procuradores da Câmara, diretores, vices, 20 servidores municipais e alguns "mordomos" da casa legislativa, apelido dado pelo jornal aos vereadores que faziam as vontades de Ruy Adriano. Fábio Lucena não perdeu a oportunidade de jogar Jorge Teixeira na fogueira, entregando-lhe "batatas quentes" que, na eleição vindoura, trariam resultados de acordo com os seus posicionamentos.

Charge 30[848]



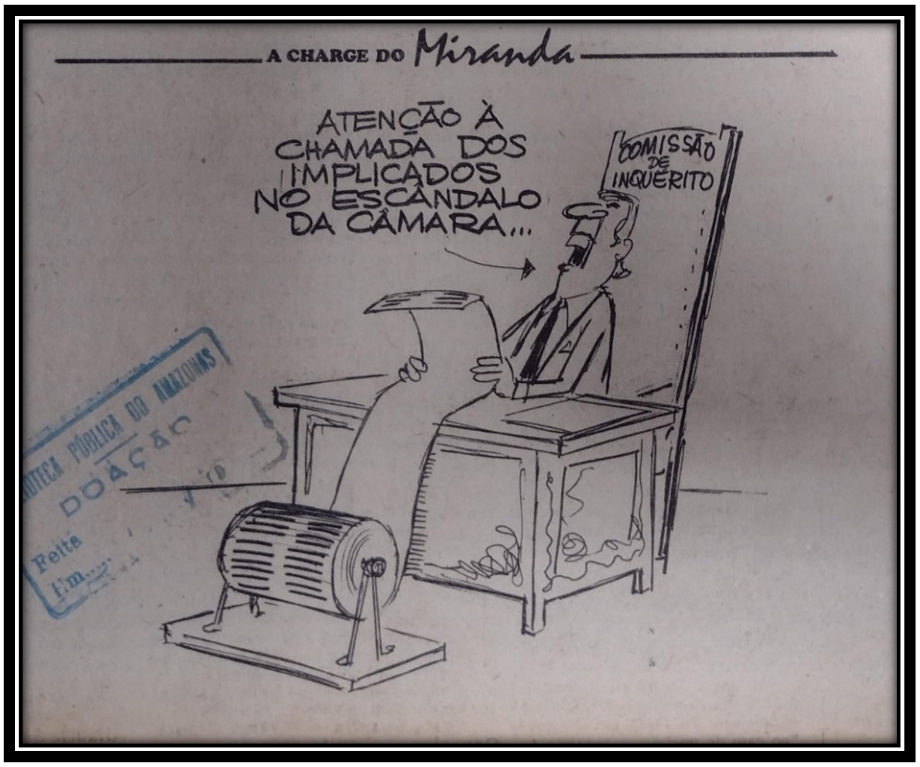
Batatinhas quentes da Câmara Municipal

Miranda construiu a charge acima se baseando em uma fotografia do dia anterior[849], onde Jorge Teixeira recebeu os documentos de Fábio Lucena transparecendo certo desconforto e preocupação. O registro produziu efeito cômico, pois, como visto, 4 meses antes, Fábio Lucena estava processando o prefeito da cidade e, naquele momento, pedia a sua ajuda. Na charge, a prefeitura foi estereotipada na figura de uma mulher, com bobes, idade mediana e vestido tradicional, muito próximo à representação padrão

[848] Jornal A Crítica, 24 de março de 1976. P. 04.
[849] Jornal A Crítica, 23 de março de 1976. *Tensão aumenta, implicados são ouvidos no "escândalo da Câmara"*. P. 05.

da ARENA tradicional. Ela olha desconfiada às batatas quentes ofertadas, recebendo a responsabilidade[850], assustada e se segurando nas cadeiras para não cair (Charge 30). Nessa altura do processo humorístico, pela repetição, os interlocutores de Miranda já incorporaram a nova persona de Fábio Lucena, com olhar franzido e concentrado, como um investigador em busca da verdade, além de guardar por tabela a insegurança de Jorge Teixeira junto ao vereador.

Charge 31[851]



- Atenção à chamada dos implicados no escândalo da Câmara (Comissão de inquérito)

Os primeiros procuradores interrogados pela Comissão não foram omissos e colocaram de imediato toda a culpa nas costas do presidente da Câmara, inclusive expondo que sabiam da ilegalidade, mas que esperavam um posicionamento oficial do presidente, que até aquele momento tinha autorizado os pagamentos[852]. Fabio Lucena fez um levantamento de quanto deveria ser devolvido aos cofres municipais ao final da investigação e o valor publicado chegava a quase meio milhão de cruzeiros.

[850] Dentro da cultura popular a expressão, que tem origem em uma brincadeira infantil, geralmente significa "livrar-se de um problema, passando a responsabilidade para outra pessoa. *Dicionário Informal*. Disponível em: https://www.dicionarioinformal.com.br/
[851] Jornal A Crítica, 25 de março de 1976. P. 04.
[852] Jornal A Crítica, 24 de março de 1976. *Ruy é acusado nos depoimentos*. P. 05.

Nesta charge, Miranda explorou o contraste sobre a quantidade de pessoas acusadas dentro da Casa legislativa que, em tese, deveria ser a representante das boas condutas da sociedade. O chargista usou um elemento do seu cotidiano, uma bobina de papel, para ironizar a situação posta a Comissão de Inquérito (Charge 31). O objetivo talvez fosse reforçar entre seus interlocutores a quantidade de provas existentes contra Ruy Adriano, amassando ainda mais o pouco que lhe restava de prestígio público. Segundo Henri Bergson, uma das técnicas mais utilizadas entre os humoristas é o uso de extração da mecanicidade de perfil, mais até do que o contraste. Para o autor, não é apenas a surpresa que define o cômico[853], apesar de ser um dos elementos de narrativa. Nos princípios da abertura política, assistir à novela de um partido que em tese deveria estar se opondo contra ela, observar o motor da mecanicidade da corrupção rolando novamente, como na bobina de Miranda, provocava nos seus interlocutores um riso trágico altamente negociável nas páginas de Umberto Calderaro.

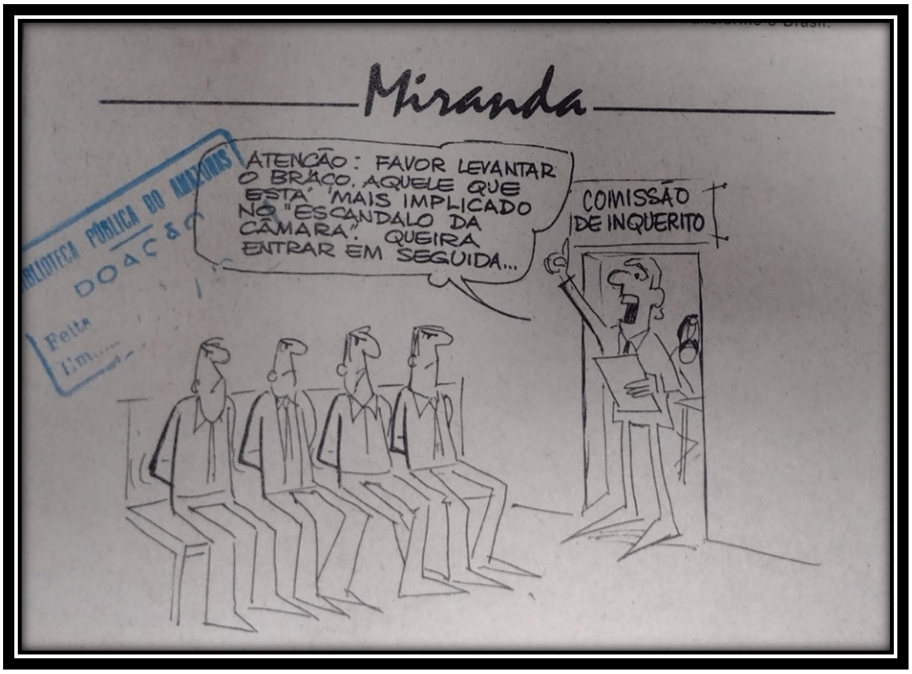
No mesmo dia, sob a alegação de tornar o pleito "mais justo" entre os candidatos menores, foi publicado o primeiro projeto do Governo Federal, através do Ministro Armando Falcão, declarando que os candidatos ao Senado, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa continuariam a ter acesso aos programas da justiça Eleitoral nas emissoras de rádio e televisão, enquanto os candidatos a prefeito e vereadores não mais utilizariam aqueles meios de comunicação em campanhas eleitorais[854]. Era o embrião da Lei Falcão, nº 6339/76, que em 1 julho limitaria a oposição aos recursos de propaganda, estabelecendo assim os "glóbulos brancos" da ARENA contra o avanço da oposição, que há meses vinha dilacerando as feridas do partido governista. Mais adiante voltarei a esse tema.

À primeira vista, isso poderia transparecer um profundo golpe na imprensa e aos seus associados. Porém, a aprovação do projeto mostrava-se um excelente negócio para Umberto Calderaro, já que tinha seus candidatos de estimação e um espaço autorizado para inventar alguns, como foi o caso de Messias Sampaio. Quem quisesse divulgar, além da foto e número, o seu currículo no jornal de maior circulação do estado, teria que desembolsar um bom preço pelo espaço.

---

[853] BERGSON, Henri. *O Riso: ensaio sobre a significação do cômico.* 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1983. P. 24.
[854] Jornal A Crítica, 24 de março de 1976. *Televisão proibida nas eleições*. P. 06.

Charge 32[855]



Atenção: favor levantar o braço aquele que está mais implicado no escândalo da Câmara. Queira entrar em seguida (Comissão de inquérito)

Enquanto isso, Miranda continuava explorando o caso *Watergate Municipal*. Ao fundo, o bigode de Fábio Lucena aguardava ansioso, à espreita, o testemunho dos acusados. O chargista usou o recurso de uniformizar os indiciados com a mesma aparência, mecanizando seu perfil e estabelecendo uma distinção sugestiva para os seus interlocutores. Todos estão com os braços para trás, transmitindo insegurança e com o rosto franzido, conotando raiva pela situação. Em uma escala iconológica, é possível perceber que Miranda explorou bastante a ideia de que esse grupo uniforme estava perdendo privilégios, um gatilho narrativo que, entre as classes populares, talvez fosse até mais atraente do que a própria ideia de justiça.

Contudo, a partir do dia 25 de março, o caso teve uma reviravolta que, para um contexto repleto de expectativas sobre a oposição, mais se parece um desses "*plot twist*" de seriados dramáticos. O que parecia se encaminhar dentro do jornal *A Crítica*, para uma narrativa comum, com os eventos da jornada do herói pré-estabelecidos junto à derrota do vilão, em frente aos populares e interlocutores de Miranda, caminhou para uma tragédia cômica que revelava bem as posições divergentes entre Fábio Lucena e o MDB amazonense neste contexto de abertura política. O jornal *A Crítica* publicou a

[855] Jornal A Crítica, 26 de março de 1976. P. 04.

matéria *Reunião Secreta na Câmara para definições sobre o escândalo*, onde revelava que:

> O ambiente ontem na Câmara Municipal de Manaus não apresentou o mesmo movimento das vezes anteriores. As galerias do plenário chegaram a ficar isoladas, porém logo foram esvaziadas para que a Câmara pudesse reunir-se secretamente, de acordo com um pedido formulado pelo presidente, vereador Ruy Adriano. Um pronunciamento isolado do Vereador Raimundo Sena chegou a causar alguma ação entre os presentes. Aliás, o vereador arenista falava mais em tom de defesa do presidente Ruy Adriano para arredir os funcionários da edilidade que em algum momento taxou-os de covardes
> Afora os vereadores, ninguém ficou no plenário. Todos se sentaram em volta da bancada da imprensa, inclusive o presidente Ruy Adriano e Fábio Lucena. De longe, observa-se sorrisos dos reunidos, inclusive do presidente da Câmara que demonstrava muita tranquilidade. A reunião foi pedida pelo vereador Davi Rocha, Presidente da Comissão Especial de Inquérito, que apura as irregularidades denunciadas por Fábio Lucena. Após a reunião, os vereadores não falaram nada a respeito[856].

Desenhavam-se as primeiras linhas de um acordo entre os membros da CEI, parlamentares da ARENA e Ruy Adriano, buscando abafar o caso e evitar assim um desgaste maior sob a popularidade dos partidos, extremamente afetada pela apropriação que o jornal *A Crítica* fez sobre o caso. O primeiro ponto discutido nessa matéria foi levantado por Raimundo Sena, extremamente desconfortável ao fato de que os indiciados, após prestar depoimento, corriam para o jornal para expor seus testemunhos. A partir desse momento, o jornal *A Crítica* estabeleceu outro posicionamento em relação à Câmara, na medida em que seus interesses de cobertura e promoção do evento perderam privilégios de acesso.

Sobre este ponto, é importante não reduzir veículos como *A Crítica* a meros aparelhos ideológicos subservientes a classes dominantes. Na senda das discussões de Alzira Alves de Abreu[857], mais do que registrar eventos e apoiar classes dirigentes, periódicos com o perfil de Umberto Calderaro, articulados e dominantes, tem função ativa na construção e desdobramento de fatos. O posicionamento da Câmara definiu, a partir desse acordo, os caminhos da eleição municipal de 1976, pois Calderaro não deixaria barato esse golpe ao seu produto sensacionalista mais rentável do mês. A matéria expôs ainda o clima criado entre políticos e jornalistas, onde:

> Os jornalistas do Comitê de Imprensa da Câmara Municipal estão sendo insultados pelos funcionários daquela casa diante do rumoroso caso que no

[856] Jornal A Crítica, 25 de março de 1976. *Reunião Secreta na Câmara para definições sobre escândalo*. P. 05.
[857] ABREU, Alzira Alves de. *A mídia na transição democrática brasileira*. Sociologia, problemas e práticas, n° 48, 2005, p. 53-65.

> momento envolve aquele Poder. O ódio aos profissionais da imprensa aumenta à proporção que se passam os dias diante das notícias divulgadas a respeito do "Escândalo das Câmaras". Os insultos aos jornalistas são os piores possíveis, partindo principalmente dos servidores implicados no caso, cuja culpa não cabe à imprensa, que procura divulgar com exatidão os fatos, para que a opinião pública tome conhecimento do comportamento dos componentes das nossas casas de legislação. Ontem, quando a imprensa foi evacuada do plenário, os funcionários deram inúmeras gargalhadas, como se fosse vingança de suas partes. É preciso saber que a imprensa não serve de valhacouto a ninguém, principalmente nesse caso quando o dinheiro público toma "rumo" diferente[858].

Neste momento é possível perceber que, embora Ruy Adriano estivesse sob a acusação, isso não tirava dele os poderes de limitar o acesso aos órgãos de imprensa na casa legislativa. Percebendo que o A Crítica estava lucrando com a novela, não teve problema nenhum em demonstrar arbitrariedade sobre o processo, mesmo que depois tenha procurado o jornal para se justificar. Naquele momento tinha duas escolhas: poderia sangrar abertamente e sozinho, expondo os detalhes do caso, ou matar o partido de hemorragia, agindo com a mesma arbitrariedade que condenava a ARENA. O preço dessa segunda opção reverberou nas eleições de novembro.

Recapitulando os estereótipos: o processo humorístico conduzido por Miranda e seus interlocutores começou explorando a comicidade das atitudes de José Dutra na casa legislativa. Mais tarde seguiu para Ruy Adriano e, a partir do dia 25, todas as forças dos vetores partiram para atacar a Câmara Municipal de Vereadores, sem distinção, com exceção de seu arauto, Fábio Lucena. A partir do acordo com Ruy Adriano, as inferências do chargista junto ao seu público se alteraram, buscando acionar sensações de indiferença entre seus leitores a partir de narrativas de humor trágico.

Contemporizando o quanto pôde, Ruy Adriano virou o mês de abril de 1976 ainda sem apresentar sua defesa. Em uma clara demonstração de arbitrariedade, expulsou os jornalistas da Câmara, diminuindo temporariamente o ruído sobre o espetáculo que estava sendo criado em torno das negociações pela preservação do seu nome. Enquanto isso, Ernesto Geisel visitava o Amazonas para inaugurar o Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, e aproveitou o ensejo dos populares para realimentar o prestígio da ARENA no estado. No dia 27 de março, o presidente subiu a escadaria do Teatro Amazonas e divulgou que as eleições de 1978 seriam diretas, independente da

[858] Jornal A Crítica, 25 de março de 1976. *Reunião secreta na Câmara para definições sobre o Escândalo. P*. 05.

vitória arenista no pleito municipal[859]. Entendendo que Manaus debandava para a influência do MDB, a promessa, que só foi cumprida 10 anos depois por outro governo, era uma forma de atrair a simpatia dos eleitores à fragilidade do partido e a falta de identidade da oposição. Mal ele sabia que, em poucos dias, nem precisaria ir tão longe na falácia.

Enquanto as inquirições continuavam sendo avaliadas pela CEI, Fabio Lucena prestou declarações aos órgãos de imprensa, informando os passos do processo e deixando claro que não aceitaria nenhum armistício. Impedido por Ruy Adriano de receber qualquer documento da Câmara, sob a pena de punição rigorosa aos funcionários, o edil expôs ironicamente que:

> Entendo como brincadeira do melhor gosto a publicação de alguns jornais sobre que estariam em curso manobras para "confraternizações" inclusive com coquetel, dentro da Câmara. Assim, peço à imprensa que também aceite como brincadeira de minha parte o seguinte: se coquetel tiver de haver dentro da Câmara, no caso do escândalo, será de "Molotov" [860].

A declaração de Fábio Lucena no dia 26 acentuava ainda mais o clima da indiferença parlamentar no Amazonas. Miranda aproveitou o espectro do "acordo cômico" para iniciar um processo humorístico em torno do *cinismo generalizado dos vereadores*, com exceção de Fábio Lucena. Na charge do dia 30 de março, além dos elementos da lixeira, com papeis picotados e amassados, indicando um possível menosprezo pelos documentos do processo, Miranda adicionou elementos sugestivos entre os personagens: um sorriso sutil de canto de boca, indicando consciência do que perguntava, e ao outro, olhando para cima, a clara intenção de desviar-se do assunto. Nessa altura, o valor da imagem do MDB entre os interlocutores do jornal dependia do resultado desse processo (Charge 33).

[859] Jornal A Crítica, 27 de março de 1976. P. 01.
[860] Jornal A Crítica, 26 de março de 1976. P. 03.

Charge 33[861]



E o caso da Câmara
Câmara? Não me lembro... Quando foi isso?
Quem gosta dessas chuvaradas é a turma que trabalha no "Vivaldão". Quando retiram as redes dá mais de dez quilos de pescada.

Para divulgar essa imagem de indistinção partidária, o jornal *A Crítica* explorou outros sentidos e sensações entre seus leitores. No plano cultural, o cantor mineiro Wandercley Alves dos Reis, mais conhecido como Wando, fazia uma guinada romântica da sua carreira na passagem do ano de 1975 para 1976, lançando a música *Moça*, que o levou ao estrelato depois dela virar tema na novela *Pecado Capital*, da TV Globo. A trama ocupou o horário de maneira emergencial no mês de novembro, após a novela *Roque Santeiro* ter sua exibição vetada pela censura. A história, escrita por Janete Clair, contava o drama do personagem *Carlão*, um motorista de taxi que vivia uma crise de consciência após ver, na parte traseira do banco do seu carro, uma maleta cheia de dinheiro, deixada pelos assaltantes no calor da fuga. Com medo de entregar à polícia e ser taxado como cúmplice, o personagem começou a usar o dinheiro para resolver seus problemas. Apropriadamente, Miranda utilizou do tema romântico de Wando para ironizar a cumplicidade da oposição junto ao caso Ruy Adriano, buscando alimentar a ideia de que, tirando Fábio Lucena, não havia distinções entre os partidos da ditadura, apenas interesses e manutenções de privilégios. Utilizando apenas o trecho do

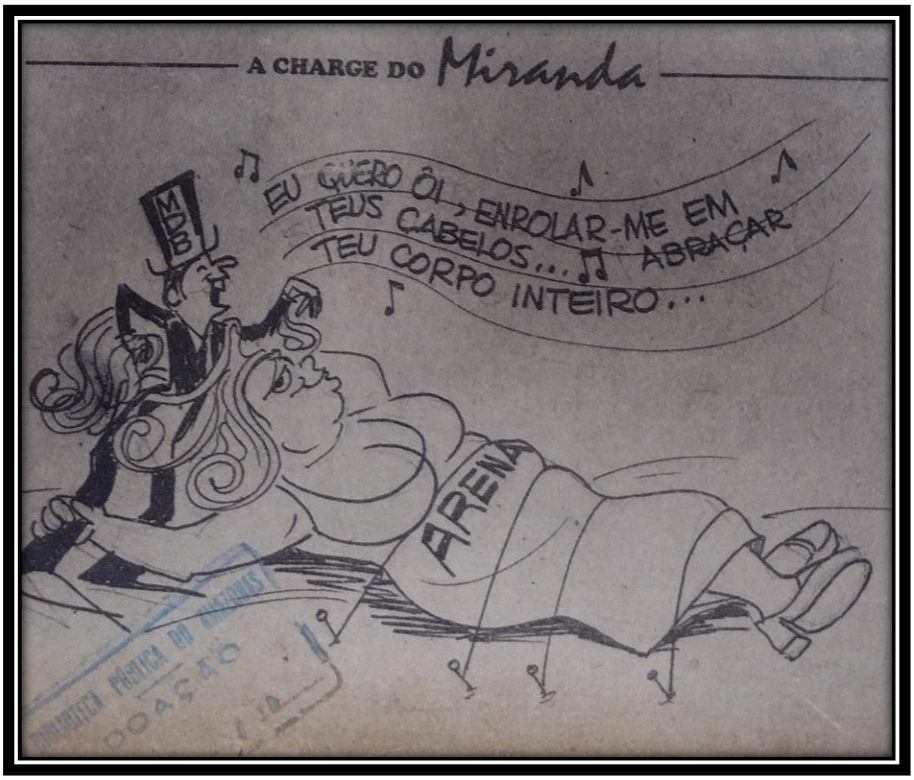
[861] Jornal A Crítica, 30 de março de 1976. P. 04.

refrão como referência, tanto a letra quanto a crise de consciência do enredo, foram excelentes gatilhos para atingir de imediato, um público de classe média que possuía televisores ou que escutava no rádio o hit do momento.

Sobre a escolha do conteúdo vale uma breve análise: de maneira geral, a música de Wando trata sobre amor e desejo, deixando no ar uma promessa de entrega emocional e incondicional. Desde o início, o eu lírico pede à moça que o espere, pois "está pronto para entregar seu coração". Essa abertura estabelece um tom de compromisso e expectativa para um encontro que parece ser decisivo. Na altura da charge de Miranda, havia exatamente a expectativa sobre o posicionamento da bancada do MDB diante do caso Ruy Adriano. Dependendo do resultado, a "Moça" entenderia suas intenções.

No refrão, utilizado pela coluna na charge, há uma declaração de intenções românticas, onde o eu lírico expressa o desejo de se envolver profundamente com a moça, tanto física quanto emocionalmente. A repetição da frase "*Eu quero me enrolar nos teus cabelos, abraçar teu corpo inteiro, morrer de amor, de amor me perder*" enfatiza a intensidade do seu desejo e a vontade de se perder completamente. É interessante notar a menção à "falta de pureza da moça" e ao seu "passado marcante", mesmo que fosse doloroso. Essas linhas sugerem que o eu lírico está ciente dos desafios e do passado da moça, mas está disposto a aceitá-la como ela é, sem julgamentos. A música, portanto, fala sobre transcender imperfeições e os erros do passado, onde o amor se oferece como refúgio e aceitação. Uma escolha perfeita para destacar, entre os interlocutores da coluna de Miranda, os sentimentos do jovem MDB sobre "a moça" que pretendia se envolver (Charge 34).

Charge 34[862]



Eu quero ôi, enrolar-me em teus cabelos... abraçar teu corpo inteiro...

Na charge, Miranda ainda explorou, mais uma vez, os estereótipos do bipartidarismo, detalhando uma ARENA que, embora estivesse amarrada pelo debate em torno do caso Ruy Adriano, estava confortável, segurando a perna direita do seu jovem admirador. Miranda adicionou uma cartola ao MDB, elemento que ainda não tinha aparecido em seus trabalhos. O acessório pode ter muitas interpretações: um traje de festa ou mesmo um recurso de classe para tentar conquistar a jovem moça. O conforto arenista nos braços do MDB se dava, sobretudo, pela briga interna de seus correligionários, dispostos sobre um dilema complexo: de um lado, eliminar Ruy Adriano, às vésperas de uma eleição, enfraquecendo a bancada; do outro, deixá-lo no cargo, promovendo gratuitamente uma publicidade moral à ARENA local, que, na indistinção partidária, teria chance de conquistar os eleitores indecisos, enfraquecendo todo o trabalho que a oposição lentamente vinha construindo pelo país.

Importante ressaltar que essa relação de cumplicidade entre os partidos já havia sido representada em outros momentos por artistas como Deodato Borges, ilustrador do

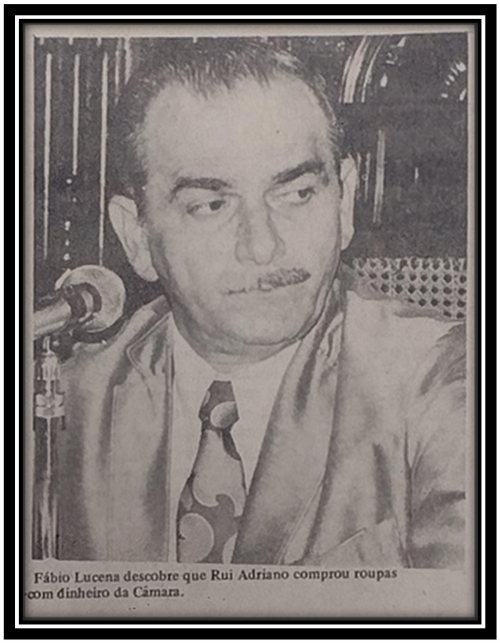
[862] Jornal A Crítica, 05 de abril de 1976. P. 04.

jornal paraibano *O Norte*[863]. Entretanto, apesar da grande maioria dos chargistas manter o gênero arenista nos seus trabalhos, há uma exceção com Flávio Tavares, que mostrou a mesma cumplicidade partidária entre homens de partidos diferentes[864]. Ao que parece, em cada região essa relação recebeu uma dinâmica diferente, alterando-se idade, beleza e, na maioria das vezes, gênero. É possível que, em espaços com maior clivagem política, os artistas optassem pela manutenção da separação tradicional, encontrando nessa dualidade do masculino e feminino um recurso arquetípico para demarcar contrastes, enquanto em lugares onde essa fronteira era mais delicada, a metáfora podia não surtir o mesmo efeito que em outras regiões, contrastando assim com a realidade local e matando a experiência do riso[865].

Quando, no dia 02 de abril, o *A Crítica* anunciou que o caso Ruy Adriano estava chegando ao fim, eis que estourou outra bomba: foi anexada à Comissão a denúncia de Lucena em torno do uso de dinheiro público para comprar ternos e roupas para Ruy e seus apaniguados[866]. Como visto, *A Crítica*, assim como Miranda, buscou ativar os gatilhos de atenção da opinião pública através do tema *privilégios*, estimulando a revolta e indignação entre os leitores. Vale atentar para a seleção das imagens que ilustram as matérias, pois fizeram parte da linguagem que o periódico usou para ativar sensações de asco e revolta em seus leitores.

[863] Jornal O Norte, 20 de novembro de 1974. P. 04.
[864] Jornal O Norte, 17 de dezembro de 1978. P. 04.
[865] SOBREIRA, Dmitri S. B. *Humor, política e ditadura militar: a Arena paraibana no traço das charges (1974-1978)*. Crítica Histórica, ano 15, v. 15, n. 29, jun. 2024. P. 112.
[866] Jornal A Crítica, 07 de abril de 1976. *Agora, Ruy está mais implicado com compras de ternos à moda*. P. 03.

Figura 54[867]



Ruy Adriano

Ruy Adriano justificou no dia seguinte[868] que anualmente a Câmara comprava fardamentos para os seus funcionários. Diante da explicação, exigiu que o jornal *A Crítica* expusesse, de acordo com a lei, o seu documento de contabilidade, a fim de dar esclarecimentos à população. O *A Crítica* se posicionou da seguinte forma

> Em atenção aos preceitos da Lei de imprensa, publicamos o ofício do vereador Ruy Adriano Jorge, mas lembramos o ilustre vereador , o seguinte: as denúncias contra a sua gestão à frente da Presidência da Câmara Municipal de Manaus, são de inteira responsabilidade do vereador Fábio Lucena; este jornal apenas se limita a publicar, como entende de seu dever, todos os fatos relacionados com o interesse coletivo; e todas as denúncias, feitas da Câmara ou da Assembleia, por parlamentares da ARENA ou do MDB, sempre tiveram guarida em A Crítica[869].

A Assembleia esboçou uma posição sobre essa denúncia, comentando que se Ruy Adriano cometeu corrupção, nesse sentido, todos os outros membros antes dele também o fizeram. Essa denúncia deu gasolina para o presidente começar uma campanha interna de queima e desmoralização de Fábio Lucena, acusando-o de estar se perdendo no processo e ser *autor intelectual das notícias veiculadas*. O termo era delicado, embora não acusasse que Lucena estivesse inventando fatos, mas passava aos

[867] Fotografia extraída da matéria do dia 07 de abril de 1976. P. 03.
[868] Jornal A Crítica, 08 de abril de 1976. *Ruy diz que Câmara anualmente compra farda para funcionários*. P. 03.
[869] Jornal A Crítica, 08 de abril de 1976. *Ruy diz que Câmara anualmente compra farda para funcionários*. P. 03.

interessados a impressão literária enquanto "autor" de notícias. Passados quase 1 mês, Ruy Adriano continuava sem apresentar suas provas de defesa, contemporizando até o fim do processo. Enquanto isso, Fábio Lucena era o único parlamentar que dava entrevistas à imprensa, enquanto a maioria dos vereadores da Câmara fugia dos jornalistas.

Apesar do crescimento dos apoiadores de Ruy Adriano, evitando ao máximo se comprometer em algum pronunciamento junto à imprensa, o jornal *A Crítica* publicou, um dia antes do julgamento, que a Câmara aceitou as denúncias de Fábio Lucena e que Ruy Adriano estava praticamente destituído do seu cargo[870]. Tudo caminhava bem para um final previsível e bem fundamentado. Ao final do dia, o MDB amazonense dormia oposição, mas resolveu acordar de um jeito diferente.

No dia 23 de abril, o *A Crítica* fez da sua edição de sexta-feira um caderno especial, com todas as diagramações possíveis para destacar a manchete *Câmara mantém presidente corrupto com voto do MDB*[871]. As matérias e editoriais foram uníssonas em destacar para os seus leitores a tristeza e revolta pela articulação interna da Câmara Municipal que manteve Ruy Adriano na presidência, mesmo que tenha perdido nos votos sobre a acusação. Sem conseguir os 2/3 de votos, Fábio Lucena ficou com a razão e Ruy Adriano com o cargo. Imediatamente, Fábio Lucena renunciou à liderança do MDB e desligou-se temporariamente do partido. Os funcionários implicados no processo festejaram os aumentos que receberam ilegalmente, virando tema para uma das charges de Miranda mais emblemáticas do ano.

[870] Jornal A Crítica, 21 de abril de 1976. *Câmara aceita denúncias de Fábio. Ruy Adriano pode ser destituído*. P. 05.
[871] Jornal A Crítica, 23 de abril de 1976. Câmara mantém presidente corrupto com voto do MDB. P. 01.

Charge 35[872]



Viva Ruy Adriano
Viva o presidente da Câmara!
Viva os adicionais!

A vitória de Ruy Adriano por si só já era cômica. A piada pronta, sugerida por Miranda, casa bem com as teses de Elias Thomé Saliba[873], que citando o humorista Mendes Fradique[874], sugere uma reflexão sobre a impossibilidade do humorismo no Brasil, já que a realidade tende a superar as piadas, quebrando o jogo do contraste antes mesmo dele acontecer. Miranda propôs aos seus interlocutores, além do chiste trágico, aquilo que Henri Bergson comentou sobre os dois tipos de efeitos divertidos onde é possível localizar o humor socialmente: *a existência de um mecanismo inserido na natureza e o sentimento de uma regulamentação automática*[875]. Nessa perspectiva, a moralidade institucional que deveria avançar junto a cultura política democrática teve, em casos como o de Ruy Adriano, a produção de uma experiência coletiva de grande retrocesso na imagem das opções de oposição no Amazonas. A proposta de humor ficou atrelada a um sentimento de certa mecanicidade da cultura política local, onde, mesmo diante de provas substanciais, tendia a se regulamentar sozinha dentro dos acordos e interesses particulares. O contexto amazonense vinha de uma vitória emblemática em 1974 e o fortalecimento da oposição, que estava se expandindo inclusive para cidades

[872] Jornal A Crítica, 24 de abril de 1976. P. 04.
[873] SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. P. 33.
[874] Mendes Fradique (1893 – 1944) é o pseudônimo de José Madeira de Freitas, nascido em Alfredo Chaves, ES, em 1893. Foi ilustrador, desenhista, chargista e escritor devotado ao humor.
[875] BERGSON, Henri. *O Riso: ensaio sobre a significação do cômico*. Op. Cit. 31.

do interior, teve na derrota de Fábio Lucena um aceno ao retrocesso, já que a vitória moral foi atribuída à ARENA e a corrupção, além de vencer, foi carregada nos braços do MDB.

Segundo o regimento, eram necessários apenas 6 votos para que o parecer fosse aprovado, a fim de que o presidente da Câmara pudesse ir a julgamento plenário. A votação foi em reunião secreta, sem a presença de populares, e foi realizada no gabinete da presidência, com todos os vereadores presentes. Fábio Lucena recusou-se a votar por ter ele próprio feito as denúncias. O quadro de votações pela permanência de Ruy Adriano no cargo, tirando as abstenções, teve o seguinte resultado:

Quadro 20[876] **Resultado da votação sobre a destituição de Ruy Adriano (MDB)**	
A favor	Contra
Francisco Correa Lima (ARENA)	Paulo Correa (MDB)
Raimundo Sena (ARENA)	Irineu Melo (MDB)
Walter Freitas (ARENA)	Jota Nunes (MDB)
Vinicius Conrado (ARENA)	Gama e Silva (ARENA)
Davi Rocha	

Apesar da manutenção do cargo em um ano de eleição, o que pode ter sido utilizado, inclusive, como argumento para os votos da oposição, o MDB foi, com esta reviravolta, o maior cabo eleitoral da ARENA para as eleições municipais de 1976. A vitória do presidente traria consequências para o partido sete meses depois, além de dar credibilidade aos candidatos arenistas na reta final da corrida parlamentar. Um dossiê com os nomes dos envolvidos no caso foi detalhadamente publicado pelo *A Crítica,* além de informar dados gerais do processo e dissolver a Comissão. Ciente da repercussão negativa, o deputado Paulo Sampaio (MDB) posicionou-se[877] na Assembleia Legislativa, encaminhando à direção do partido denúncias para que se fizesse internamente justiça sobre o caso, pois, apesar de Ruy Adriano continuar no cargo, o processo não o inocentou das práticas de corrupção.

[876] Jornal A Crítica, 23 de abril de 1976. *Quatro vereadores impedem a destituição de Ruy Adriano*. P. 05.
[877] Jornal A Crítica, 27 de abril de 1976. *Escândalo da Câmara repercute na ALE e Sampaio pede punição*. P. 05.

Charge 36[878]



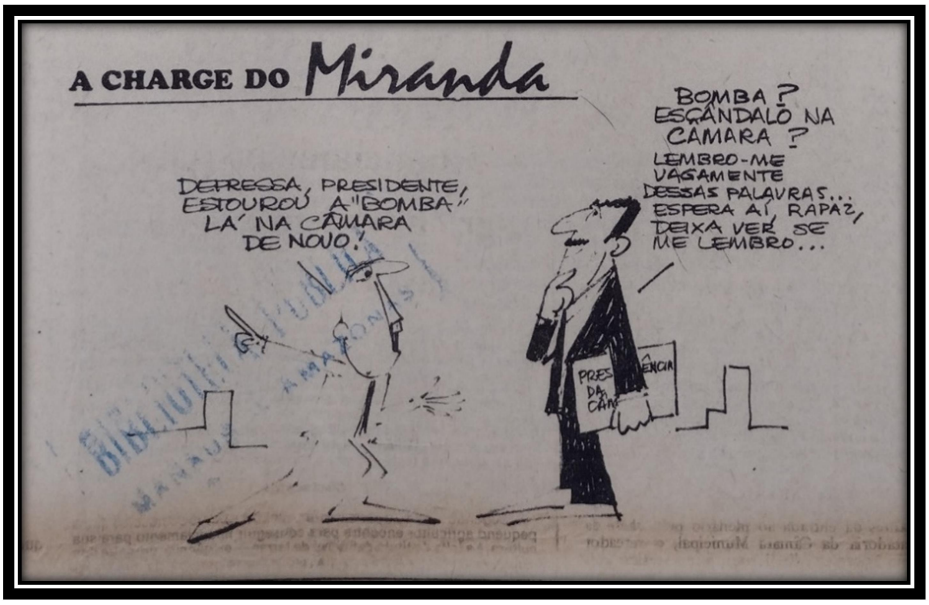
Presidente, o ex-líder do MDB acaba de chegar!
Mas que chato! Então quando ele sair me avise que eu volto (Presidência da Câmara Municipal)

Enquanto isso, Miranda passou a "chargecaturar" Ruy Adriano, com a clara intenção de reforçar entre seus interlocutores o estereótipo do presidente ligado à corrupção e cinismo. Nesta edição, ele adicionou, além do bigode referencial, gotas de preocupação ao processo humorístico, sugerindo também reações de medo e fuga toda vez que ouvia Fábio Lucena se aproximar. Essa imagem reforçava para o público de Miranda a independência de Fábio Lucena perante o MDB, além de reforçar as discordâncias internas do partido às vésperas da eleição municipal. O *A Crítica* ainda destacou, no mês de abril, uma fala do tribuno sobre Ruy Adriano em um evento que contou com a presença do Secretário de Educação do Estado, Mario Amorim, dando uma ideia de como ficou os ânimos depois do fim do processo. Antes que a palavra fosse dada ao Secretário de Educação, Fábio Lucena pegou o microfone e dirigiu-se ao professor:

> Seria para mim uma imensa honra poder dialogar com o senhor que é reconhecidamente um homem íntegro, embora seu trabalho seja discutível, com pontos altos e baixos, o que é muito natural na administração. Mas sinto nojo em saber que V. Exa. está sendo recebido neste mar de lama, em que transformou a Câmara o sr. Ruy Adriano, homem reconhecidamente corrupto e amoral, como o comprovou a maioria dos vereadores aqui presentes. Desculpe-me, Excelência, mas vou retirar-me com asco, por saber que um homem como o senhor foi recebido por uma maça podre que é o presidente da Câmara. Fique tranquilo, todavia, que essa podridão não o contaminará[879].

[878] Jornal A Crítica, 30 de abril de 1976. P. 04.
[879] Jornal A Crítica, 29 de abril de 1976. *Fábio Lucena volta a chamar Ruy de Corrupto*. P. 03.

Charge 37[880]



Depressa, presidente, estourou lá na Câmara de novo
Bomba? Escândalo na Câmara? Lembro-me vagamente dessas palavras...
Espera aí rapaz, deixa ver se me lembro

Quatro meses depois, às vésperas do início da Campanha eleitoral, Miranda reativou a lembrança dos seus interlocutores, publicando uma charge onde o cinismo de Ruy Adriano foi resgatado para o chiste. Fingindo amnésia sobre o caso, mais uma vez Miranda optou pela técnica de "chargecatura" do objeto risível, enfatizando elementos estéticos e transmitindo aos seus leitores a manutenção de certa mecanicidade de comportamento. Apesar do processo encerrado, o caso *Watergate Municipal* foi uma oportunidade para assistir, pela segunda vez, a coluna *A Charge do Miranda* trabalhar, em conjunto com outros vetores, o processo humorístico de objetos políticos na cidade de Manaus. Ao longo dos dois anos de atividade, o chargista inflamou temas ligados a cidade, como criminalidade, trânsito e falta de infraestrutura. Entretanto, em temas políticos, Miranda era autorizado pontualmente a quebrar sua aleatoriedade temática para reforçar a opinião pública dos seus leitores de acordo com as premissas do jornal *A Crítica*. Ao final do processo, o maior derrotado de todo esse espetáculo foi o partido de oposição, que naquele momento, diante da Lei Falcão, aprovada em julho de 1976, controlando seus métodos de publicidade, teria que pedir apoio justamente daqueles que, diferente de Ruy Adriano, lembravam muito bem de suas atitudes.

[880] Jornal A Crítica, 28 de agosto de 1976.

4.4. *A charge do Miranda* e o pleito de 1976

Repetindo a estratégia da eleição anterior, de agosto a dezembro iniciaram os conteúdos com temática política, promovendo um segundo pico de produções. Diferente de 1974, onde os processos humorísticos precisavam ser mais intensos para engrossar a massa dos estereótipos que iam ao forno, Miranda utilizou as representações com mais distância temporal, o que indica que, apesar da regularidade mais espaçada, esses objetos risíveis já estavam consolidados na comunicação estabelecida entre a coluna e seus leitores mais regulares. Outro ponto que justifica essa redução de intensidade foi o fato de, por ter ocorrido apenas quatro meses antes, o caso *Watergate Municipal* parecia ainda estar fresco na memória dos leitores. Como visto no tópico anterior, mesmo com o fim do processo, Miranda reativou em agosto a lembrança dos leitores com mais uma charge sobre o caso.

Miranda retornou usando os já consolidados estereótipos do bipartidarismo nacional, apenas mantendo suas alterações já verificadas: o envelhecimento do MDB, agora mais ranzinza e observador, e o rejuvenescimento da ARENA, naquele contexto, mais otimista e mudando o repertório das suas canções. Se antes os cânticos eram de desespero, dramáticos e solitários, a proposta da coluna, já no mês de julho, uma semana após a promulgação da Lei Falcão, explorava a comicidade desta mudança de panorama, ocorrida após o fechamento do caso Ruy Adriano.

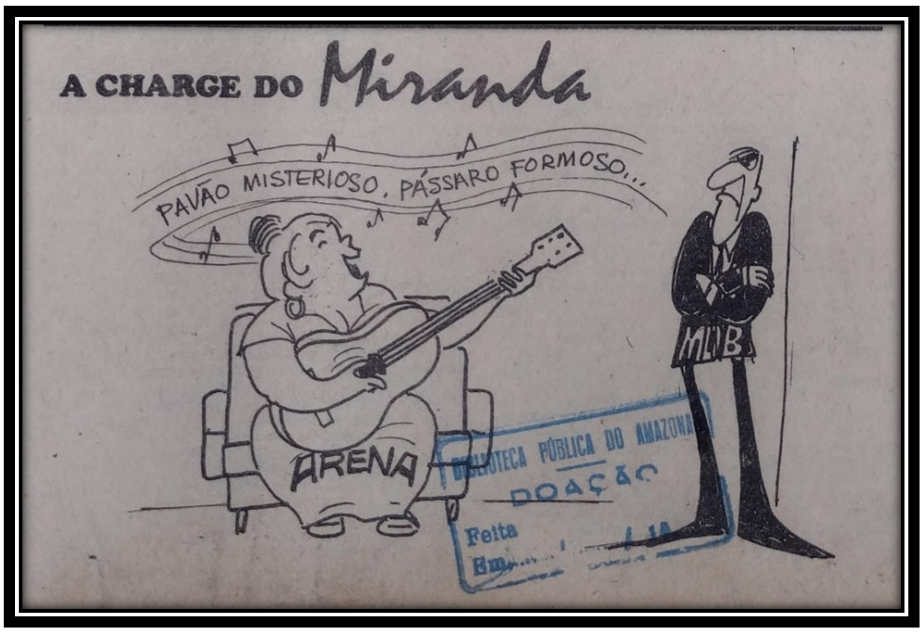
Na charge, Miranda utilizou mais um tema de novelas[881]. A canção *Pavão Misterioso*, do cantor cearense José Ednardo Soares, mais conhecido apenas como *Ednardo*, foi lançada em 1976 e virou hit por servir de tema na abertura da novela *Saramandaia*, da Rede Globo, transmitida entre maio e dezembro deste ano. O enredo, escrito por Dias Gomes, contava a história de um município fictício chamado *Bole-bole,* que passava por um plebiscito de mudança de nome. A disputa é marcada por dois grupos: os *Tradicionalistas*, liderados pelo coronel Zico, que desejavam manter o nome

[881] ABREU, Alzira Alves. *A mídia na transição democrática brasileira*. Sociologia, problemas e práticas, n° 48, 2005. P. 57. A autora comenta que a Rede Globo, apesar de declaradamente apoiadora da "revolução militar", incorporou aos seus quadros alguns intelectuais e produtores culturais que se manifestavam contrários ao regime. Esses agentes produziram telenovelas e outros programas dando ênfase a cenas da realidade brasileira. Eram introduzidas na trama críticas às condições sociais em que viviam os personagens, assim como temas políticos eram incorporados para instigar a necessidade de transformação da sociedade. As sátiras sobre especulação imobiliária, Jogo do bicho e coronelismo foram retratadas diversas vezes em novelas como *O Bem Amado*, de Dias Gomes, *Irmãos Coragem*, de Janete Clair e alguns romances de Jorge Amado.

da cidade, e os *Mudancistas*, comandados pelo Coronel Tenório, que com vergonha desejavam mudá-lo para Saramandaia[882].

Acredito que essa oposição da narrativa da novela foi um ótimo gatilho para acionar em seus leitores os sentimentos divergentes de outra disputa municipal. No caso de Manaus, seus tradicionalistas e mudancistas estavam cada vez mais parecidos, e o *A Crítica*, desde o caso Ruy Adriano, manteve esse esforço de transmitir, entre seus interlocutores, o sentimento de indistinção partidária, com exceção de Fábio Lucena. Essa sensação desconfortável era politicamente útil a ARENA, pois ajudava a desencastelar as expectativas sobre a oposição entre seus leitores. Ironicamente, a ARENA que antes cantava desesperada por Jesus Cristo em 1975, a partir de julho de 1976 começou a debochar da oposição e de seus elementos de contestação.

Charge 38[883]



- Pavão misterioso, pássaro formoso

A música de Ednardo é aberta a interpretações, mas em tese a letra invoca a imagem de um pavão, cujo encanto e mistério podem ser lidos como metáforas de liberdade e resistência[884]. Com sua cauda majestosa e aberta em leque, o pássaro emerge na poesia como um possível protetor da inocência e da juventude, pedindo para ser

[882] Saramandaia significa "terra de saramandas", pequenos peixes encontrados em lagos e rios.
[883] Jornal A Crítica, 09 de julho de 1976. P. 04.
[884] O próprio autor comentou que as metáforas eram seus recursos para lutar contra a ditadura. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/blogs/augusto-diniz/ednardo-na-ditadura-a-gente-falava-por-meio-de-metaforas/

poupado de uma morte precoce. Dentro do contexto do AI-5, a letra pode ser vista, entre os simpatizantes da oposição, como um símbolo da luta pela liberdade da juventude contra a opressão. O "pássaro formoso", que voa por tantos céus, pode ser interpretado também como um emblema de esperança e de desafio às restrições impostas pelo regime autoritário. A menção ao "conde raivoso" que não pode voar sugere a incapacidade dos opressores de alcançar aqueles que perseveram na luta pela liberdade. Separei alguns trechos para analisar os pontos que Miranda explorou na charge.

Pavão Misterioso: Ednardo (RCA, 1974)

Pavão misterioso, pássaro formoso
Tudo é mistério nesse teu voar

Ai se eu corresse assim, tantos céus assim
Muita história eu tinha pra contar (...)

Pavão misterioso
Nessa cauda aberta em leque
Me guarda moleque

De eterno brincar, me poupa do vexame de morrer tão moço
Muita coisa ainda quero olhar (...)

Pavão misterioso, meu pássaro formoso
No escuro dessa noite me ajuda a cantar

Derrama essas faíscas, despeja esse trovão
Desmancha isso tudo, oh, que não é certo não

Pavão misterioso, pássaro formoso
Um conde raivoso não tarda a chegar

Não temas, minha donzela, nossa sorte nessa guerra
Eles são muitos, mas não podem voar[885]

Apesar do deboche arenista na charge, a canção no seu contexto, entre seus pares, se mostrava como um chamado à resistência. A ascensão do MDB em 1974 ativou certa crença e expectativa na vitória, mesmo diante de circunstâncias adversas. Entretanto, o caso do *Watergate Municipal* enterrou, se não os eleitores da oposição, a expectativa dos indecisos, espaço onde o *A Crítica* era mais forte. Se tornando um hino de otimismo, a música de Ednardo encorajava a persistência e a esperança por um

[885] A canção composta pelo cantor e compositor Ednardo foi gravada em 1974 pela RCA e teve mais de 20 regravações. Ela foi inspirada em um folheto de cordel intitulado "O romance do pavão misterioso", de José Camelo de Melo Rezende. Curiosamente, a música, que foi escrita para contestar a Ditadura Militar, foi apropriada pelos movimentos de extrema direita em 2019, causando uma revolta no compositor, que processou os organizadores do ato pró Sergio Moro. Disponível em: https://marcozero.org/por-causa-de-pavao-mysterioso-ednardo-vai-processar-organizadores-dos-atos-pro-sergio-moro/

futuro onde a liberdade pudesse ser plenamente vivida. Entretanto, aplicada a charge de Miranda, o cômico acionava o riso, para quem estivesse aberto, exatamente pelo contrário, com a canção sendo interpretada em tom de deboche para o MDB. Diferente da canção de 1975, onde a ARENA cantarolava sozinha em tragédia, nesta edição ela declamou os trechos de forma direcionada para o senhor MDB, que com braços cruzados, inseguro e rabugento, assistia em cólera a apresentação.

Nessa altura da disputa política, imagino o balcão de classificados do *A Crítica* vendendo 3 modelos de representação, com ofertas de experiência de riso distintas. Importante atentar que, em sua matéria prima, esses objetos não foram criados por Miranda ou Calderaro, apesar de que isso pouco interfere no processo de industrialização da notícia, que passando no "fordismo" das redações, chegava à mão do consumidor com a marca e molde dos interesses do gestor. Em julho, circulavam, através do periódico, três espectros já processados humoristicamente, prontos para rodar de acordo com as demandas do diretor. Pela regularidade dos usos, esses estereótipos já parecem estar negociados a um preço justo com seus interlocutores, caso contrário, dificilmente eram recolocados na mesa do consumidor através da coluna. Na medida em que fosse autorizado, Miranda acionava: o estereótipo do MDB geral, perdido em si, envelhecido e sem credibilidade após o caso Ruy Adriano, embora ainda fosse um mal menor diante dos eleitores simpáticos a oposição; Uma ARENA renovada, debochada, cantarolante, rejuvenescida e enxertada de vida pelas próprias ações da oposição. Apesar da maquiagem e do "botox", as rugas da "moça" não escondiam o seu passado, muito menos o seu presente, com a Lei Falcão já vigente; como alternativa para essa limitação de mercado, um produto extra, embora vinculado ao MDB, corria por fora em torno dessas disputas internas: Fábio Lucena.

Calderaro, quando não interferia no seu interesse de mercado, explorava bastante as falas de Ulysses Guimarães[886], Franco Montoro[887] e Paulo Brossard[888], lideranças de oposição que ajudavam a dar credibilidade a políticos como Fábio Lucena

[886] Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992), natural de São Paulo. Foi deputado estadual e Federal por São Paulo, além de Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no governo João Goulart. Como presidente do partido e da Câmara dos deputados, foi uma das principais lideranças do MDB contra o regime autoritário.
[887] André Franco Montoro (1916-1999), natural de São Paulo. Foi deputado estadual, federal, Senador e governador por São Paulo. Foi Ministro do Trabalho e Previdência social no governo João Goulart, além do primeiro presidente do PSDB.
[888] Paulo Brossard de Souza Pinto (1924-2015), natural de Porto Alegre (RS). Foi Deputado estadual, federal e Senador pelo Rio Grande do Sul. Ministro da Justiça no governo Sarney, presidente do TSE e Ministro do Supremo Tribunal Federal.

e Paulo Pedraça quando fosse conveniente. Quando interessante ao diretor, eram estampados na primeira página para fazer o contrapeso com seus outros clientes, dando a impressão ao público de página 4[889] que o jornal era neutro em suas posições.

Enquanto isso, em três de julho, *A Crítica* divulgava que a Lei Falcão havia sido *sancionada sem vetos*, sendo aprovada na madrugada de quarta feira, 1° de julho de 1976[890]. Interessado no projeto, o jornal de Umberto Calderaro sequer divulgou o placar da votação, marcado pelos 221 votos da ARENA contra cinco da oposição, que em repúdio ao ato do governo se retirou do Congresso.

Com a proposta de regulamentar o uso do rádio e televisão nas campanhas políticas, ela entrou em vigor no dia 5 de julho, segunda feira, dando um prazo de 30 dias para o TSE expedir as instruções necessárias para os candidatos. Em resumo, os partidos teriam, 60 dias antes do pleito, 1 hora, entre 20 e 23h da noite, para expor seu programa sob s fiscalização direta e permanente da Justiça Eleitoral, apenas apresentando foto e currículo do candidato. O máximo que os partidos podiam aplicar aos vídeos que seriam, depois de analisados, autorizados para a transmissão na TV, era um efeito de movimento ou transição, buscando distinguir-se dos demais em sequência. A lei também limitava a transmissão de congressos e sessões públicas, proibindo a divulgação 180 dias antes e 45 dias depois. Enquanto direitos, os candidatos tinham a opção de mencionar legenda, número e currículo pessoal, além de anunciar o horário e o local dos comícios.

O argumento utilizado era de que a disputa, nesse formato, seria mais justa e equilibrada, pois não haveria mais debates demagógicos e indecorosos, como na experiência recente de 1974. Assim, a escolha dos candidatos seria deferida, em tese, de maneira objetiva e de acordo com o mérito do seu *curriculum vitae*. Em disputas como essa, políticos de trajetória, como o próprio Fabio Lucena, que não tinha ensino superior concluído, seriam prejudicados em detrimento de candidatos que, armados com titularidades e capital, reforçavam a bancada dos interesses das elites dirigentes da cidade. Fábio Lucena pouco tinha a se preocupar com isso, em virtude da parceria com Umberto Calderaro. Entretanto, por mais que não houvesse cura, a ideia era conter a sangria das feridas, estouradas no pleito anterior. A infecção era aguda e irreversível,

[889] Por falta de uma definição equivalente, utilizo até o fim do capítulo esse termo para qualificar o leitor apressado que lia em sequência: a capa, a charge, a coluna *Sim e Não*, a página de esportes e os Classificados.
[890] Jornal A Crítica, 03 de julho de 1976. P. 04.

tanto é que, mais tarde, foi necessário aplicar uma medicação mais forte, com as medidas do *Pacote de Abri*l.

Contudo, assim como Fábio Lucena, fenômenos públicos emergem de condições apropriadas para a sua promoção. Esse tipo de eleição, dentro dessa configuração, permitiu a ascensão meteórica do herdeiro da rádio Difusora do Amazonas, Josué Cláudio de Souza Filho. Empresa parceira da família Calderaro, Josué Filho foi eleito com mais de 15 mil votos neste pleito, 5 mil a mais que Fábio Lucena e 14 mil na frente da última cadeira eleita. Fenômeno isolado, já que o arenista mais bem colocado foi Raimundo Sena, com quase 3 mil votos, o filho do sr. Josué Cláudio anunciava que a Lei Falcão era um contexto ideal para que o *A Crítica* colocasse na bancada legislativa da maior cidade do estado os dois maiores fenômenos políticos da década. A esse assunto volto mais adiante.

Segundo Roberto Ramos Santos[891], o SNI vinha desde 1975 monitorando a possibilidade de novas derrotas para a ARENA em 1976 e 1978. Para evitar o novo vexame o governo alterou o quanto antes o código eleitoral, enviando em maio um projeto onde estariam expressamente proibidos qualquer debate ou discussão nos meios de comunicação de massa. A medida reacendeu a desconfiança sobre os interesses militares em promover a abertura política, alertando a oposição sobre a necessidade de não promover mais derrotas e conflitos internos como o caso Ruy Adriano. É extremamente difícil encontrar na historiografia nacional os gatilhos imediatos que acionaram a Lei Falcão. A maioria dos autores analisados[892] pula esse episódio a partir de um argumento genérico como o de Roberto Ramos, afirmando que alguns relatórios fizeram o ministro tomar essa decisão. Mais adiante ofereço uma sugestão.

Após a determinação das regras do jogo, a oposição em Manaus montou no dia seguinte, 4 de julho, uma convenção para determinar os nomes que disputariam o pleito de novembro. Contando com os nomes tradicionais de Fábio Lucena, Paulo Correa, Davi Rocha, Francisco Queiroz e Ruy Adriano, registram-se novidades, encaminhadas por Calderaro ao pleito: Messias Sampaio, Áureo Melo e Beth Azize.

---

[891] SANTOS, Roberto Ramos. *Estado Autoritário e processo eleitoral brasileiro (1974-1985)*. Textos e debates, 2012.

[892] De Carlos Fico a Élio Gaspari (esse especialista em Ernesto Geisel), não foram encontradas as razões imediatas que fizeram Armando Falcão tomar essa decisão.

Como visto no capítulo anterior, Messias Sampaio declarou que foi convocado por Umberto Calderaro e Fábio Lucena para exercer função parlamentar, mesmo sem ter muita afinidade ao cargo. Mathias Pina cita um caso curioso de 1974 que é semelhante a este, ilustrando bem como essas interferências do jornal ocorriam em processos políticos. O jornalista José Seráfico, editorialista de 1973 a 2005 do jornal *A Crítica*, em entrevista ao radialista, contou como recebeu a convocação de Calderaro para que ele fosse candidato em 1974.

> Estava almoçando em casa, toca o telefone, era Calderaro. ‘ – Vem pra cá! Ouvindo como resposta: - Estou almoçando com minha mulher. ‘ – Termina de almoçar e vem pra cá’. Falei então a minha mulher, Calderaro está me chamando, vou ter que ir lá. Chegando ao gabinete, estavam, ele e Fábio Lucena, quando diz: ‘ – Fábio, fala aí pro Seráfico porque eu tô chamando ele aqui’. Aí o Fábio me disse: ‘- Pleiteava ser candidato a deputado federal, mas a ARENA impugnou minha candidatura. Não há mais tempo para eu ser candidato, o recurso possivelmente não será julgado antes da eleição e passamos a manhã inteira, eu e o Calderaro, conversando para saber quem poderia me substituir, e nós chegamos à conclusão de que és tu’. Eu disse: vocês estão de sacanagem (sic!) comigo. Aí o Calderaro falou: ‘ – É isso mesmo. Será candidato sabendo que vai ser eleito. Disse então: se topasse, sei que seria eleito, não tenho nenhuma dúvida. Sei que fazes quem tu quiseres, Calderaro. Mas eu não quero.

Funcionário do periódico desde 1973, ano das convergências, José Seráfico era um nome forte e de confiança dentro dos redatores do *A Crítica*. Ele havia sido indicado por Jefferson Peres para assumir o editorial e acabou se tornando um dos grandes amigos de Calderaro. Declinando a oferta, Seráfico argumentou:

> ‘– Mas tu não queres por quê? ponderou. ‘-Rapaz, eu não sou burro para dormir com o inimigo. Minha mulher odeia política. É desiludida com política e é com ela que eu vivo’. ‘- Já pensaste tu em Brasília? Argumentou’. Respondi: ‘- Calderaro, vou te dizer uma coisa. Fiz todo o meu curso superior de Direito com um futuro bem visível. Seria um bom advogado, estava me preparando para isso, e político’. ‘ – Então, a oportunidade é esta, diz Calderaro’. ‘– Mas político na democracia. O Golpe de 1964 acabou com a minha pretensão, estou muito bem onde estou como professor universitário. Vocês não iriam me aguentar. No primeiro discurso que fizesse seria esculhambado pelo teu jornal’. ‘ – Como assim? ’, ‘– Vou propor em meu primeiro discurso um projeto de lei de extinção das Forças Armadas regulares’. ‘– Tu estás maluco’. ‘- Segundo projeto: extinção dos Tribunais de Contas’. ‘ – Tu és doido’. ‘- E isso que vais dizer no teu jornal’. ‘ – Estás de sacanagem (sic!)’. ‘- Vamos fazer o seguinte: conversa com a tua mulher e amanhã me dá a resposta’.[893]

[893] PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica: última aventura jornalística na Amazônia*. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Nilton Lins, Manaus, 2005. P. 107.

No outro dia, Seráfico foi ao trabalho e reafirmou sua posição. Áureo Mello se propôs ao cargo, mas como seus contatos estavam todos ligados ao PTB não conseguiu os apoios que Calderaro achava interessante investir. Eis que um jovem acadêmico entrou no jornal para tratar sobre assuntos ligados ao *Festival da Canção Universitária*, e, diante da situação, Umberto Calderaro disse, segundo Seráfico, "na sacanagem": '- *Olha aí o nosso candidato'*. Contou a história, e Mario Frota respondeu: ' – *Eu topo'*. Frota passou doze anos como deputado federal e só não foi mais porque almejou uma cadeira no Senado em um contexto marcado pela influência econômica de Alberto De Carli.

O caso Mario Frota, contado através dos relatos de José Seráfico a Mathias Pina, serve para observar, mais uma vez, o poder de interferência de Umberto Calderaro e Fábio Lucena nos processos políticos do bipartidarismo amazonense da década de 1970. Se em 1974 Calderaro, com ampla abertura de imprensa, conseguiu colocar o jovem acadêmico direto na Assembleia Legislativa, imagine ele detendo o controle de um dos poucos recursos de propaganda autorizada pelo governo militar após a implementação da Lei Falcão

Figuras 55, 56 e 57[894]



Campanhas da oposição no modelo Lei Falcão - 1976

As propagandas mais regulares do jornal de Umberto Calderaro em relação ao MDB foram as de Fábio Lucena, que era destacado, inclusive, em outras páginas[895], e a de Messias Sampaio, gerente do projeto *O Peladão*. Áureo Mello, amigo de Calderaro

[894] Jornal A Crítica, 31 de outubro de 1976. P. 11.
[895] Apenas 4 nomes, dentro das publicações do jornal *A Crítica* em 1976, receberam esse privilégio de destaque: Fábio Lucena (MDB), Francisco Queiroz (MDB), Josué Filho (ARENA) e Carrel Benevides (ARENA). Todos os demais seguiram o padrão das figuras 17, 18 e 19, localizadas no final da página de classificados.

desde o tempo da *marinoni de ferro*, sempre constava entre os pleitos, chegando inclusive, após o suicídio de Fábio Lucena, a ocupar a cadeira do Senado. Candidatos de tradição, como Aureo Mello e Lucena vinham acompanhados de uma frase sintética. Já candidatos novatos, como Messias Sampaio e Beth Azize, necessitavam apresentar referências de seu ofício e inclinação política.

Enquanto a oposição enforcava o seu prestígio no caso Ruy Adriano, o governador Henoch Reis passou o ano trabalhando na campanha de promoção política da ARENA em pontos onde sua fragilidade era mais exposta. Apesar da escolha destoar da banda local, acostumada a definir os repertórios, a assertividade de Geisel quanto ao nome de Henoch se materializou através dos seus projetos, desencadeados ainda no seu primeiro ano de gestão. Desde junho de 1975, Henoch Reis iniciou uma estratégia ousada de deslocar, de dois em dois meses, o Governo Estadual para os Municípios do Amazonas, onde permanecia em torno de dois a três dias. Chamada de "Operação Ajuricada", 10 dias antes da sua chegada, uma equipe de técnicos e universitários visitava o município da agenda, fazendo um levantamento de dados e necessidades da região. Temendo as eleições estaduais de 1978, Henoch Reis começou o seu mandato já como cabo eleitoral da ARENA, infiltrado nos interiores, sondando, promovendo e interferindo nas oposições antes mesmo delas se desenvolverem. As intervenções da "Operação Ajuricaba" em vários municípios do Amazonas, destituindo líderes locais e colocando políticos de sua confiança, dariam por si só um trabalho. Entretanto, para manter o roteiro concentrado nas análises sobre João Miranda, vale apenas destacar esse esforço do Governo em diluir a oposição ainda em sua gênese.

Outro projeto nessa linha, porém desenvolvido nas zonas carentes da capital, era o *Operação Manaus*, que consistia na visita de bairros marginais, buscando sondar problemas e promover, em tese, atendimentos às demandas mais latentes. Em entrevista ao *A Crítica*, em 14 de julho, Henoch Reis respondeu sobre a duração destes programas "sociais", deixando escapar suas finalidades.

> - Estas operações se estendem até novembro? Perguntou um repórter
> - Não apenas até novembro, pois é um programa social, e não somente político. Mas não é possível que, depois disso, a gente perca as eleições – Concluiu o Governador[896].

[896] Jornal A Crítica, 14 de julho de 1976. *Henoch garante vitória da ARENA*. P. 07.

A declaração pública de que agia no interior com finalidades políticas desde o começo do mandato expõe o desespero da ARENA em realizar, com urgência, campanhas pessoalistas e autoritárias em comunidades distantes e zonas ribeirinhas do estado, estabelecendo laços de contato com lideranças locais para além dos recursos de comunicação de massa disponíveis. Como visto, não bastava mais ter ao lado apenas os meios de comunicação e as elites dirigentes. Era necessário copiar as estratégias do MDB nacional e se infiltrar nas comunidades antes que elas implodissem contra o descaso do Estado. Observando que Henoch Reis concentrava seus esforços nas comunidades do interior do Amazonas desde o segundo semestre de 1975, Ulysses Guimarães e Laerte Viera realizaram uma caravana norte e nordeste que passava, pela primeira vez, nos municípios do Amazonas a partir do dia 10 de janeiro de 1976. Essa visita foi altamente criticada pelo Ministro Armando Falcão, servindo, inclusive, de casuísmo[897] para estabelecer novas regras para o jogo eleitoral de 1976[898]. A coluna *Sim e Não*, espaço de opinião do jornal, registrou essa movimentação.

> Uma semana antes de o Governador Henoch Reis transferir a sede do Governo para o Baixo e Médio Amazonas, onde passará 10 dias, o presidente nacional do MDB, visitará vários municípios amazonenses, e, no seu retorno a Manaus, abrirá a campanha do partido em nosso Estado visando as eleições de novembro[899].

Na semana seguinte, Evandro Paranaguá, repórter correspondente do *A Crítica* em Parintins, publicou uma declaração onde foi possível tatear como essas movimentações políticas estavam sendo interpretadas no interior do estado.

> O fato de, pela primeira vez na história política do Amazonas, um presidente nacional de partido ter se deslocado das delícias e deleite do asfalto ao longínquo interior do Amazonense para dialogar com o eleitor, mostra a mudança que o MDB pretende impor na metodologia e na estratégia de sua campanha eleitoral visando as eleições municipais de novembro próximo, buscando antecipadamente – antes que isso ocorra ou seja feito pela ARENA utilizando o seu poder de influência – a definição do eleitorado, que até então tem sido o grande trunfo arenista para compensar a desvantagem que leva em Manaus, onde o MDB é majoritário nas duas casas legislativas. Por outro lado, a viagem ao Amazonas do presidente do MDB, deputado Ulysses Guimarães e do líder partidário na Câmara Federal, Laerte Vieira, mostrou quais serão os temas prioritários da campanha eleitoral de 76, para a oposição, e quais as dificuldades que deverão ser enfrentadas e vencidas –

[897] BATISTELLA, Alessandro. *A ditadura militar e o bipartidarismo: casuísmos e um simulacro de democracia*. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), vol. 39, 2021. P. 259. Para o autor, após o crescimento eleitoral do MDB em 1974, os casuísmos se multiplicaram, com a "Lei Falcão", o "Pacote de Abril" e a própria reforma de 1979 que determinou o fim do bipartidarismo visando à fragmentação da oposição.
[898] Jornal A Crítica, 19 de janeiro de 1976. P. 04.
[899] Jornal A Crítica, 06 de janeiro de 1976. Coluna *Sim e Não*. P. 04.

> principalmente em regiões distantes como o interior da Amazônia, onde as pressões e as ameaças a partidários emedebistas têm sido a tônica das administrações municipais – para que esta mantenha a seu favor a tendência revelada pelo eleitorado no pleito de 1974[900].

Como visto, tentando se adiantar à presença de Henoch Reis aos municípios onde o MDB estava em ascensão, a visita de Ulysses Guimarães e Laerte Viera ao interior do Amazonas gerou resistências do governo central, que logo se posicionou após as entrevistas que concederam à imprensa. O prefeito de Parintins, Benedito Azedo, foi inclusive acusado pela ARENA de "acender uma vela para deus e outra para o diabo", em virtude da recepção honrosa que deu aos líderes nacionais do MDB na cidade[901]. O primeiro órgão atacado pelo Ministério das Comunicações foi a *TV Amazonas*, ameaçada de perder sua concessão por ter dado entrevista a Ulysses Guimarães no programa *Encontro com o povo*, que ia ao ar às sextas-feiras[902]. No dia 17 de janeiro, o *A Crítica* publicou que o Ministro Armando Falcão iniciara a análise do comportamento das visitas da comitiva do MDB no Amazonas, buscando, caso encontrasse irregularidades, cassar o seu mandato[903]. Dois dias depois, o *A Crítica* publicou que o Ministro da Justiça iniciou um projeto para definir as novas regras do jogo[904] eleitoral para o pleito de 1976.

Segundo o Jornal *A Crítica*, A TV Amazonas ainda tentou argumentar que o programa era apenas parte da programação e que poderia ser retirado do ar, não necessitando que seus 57 funcionários fossem demitidos por causa de um bloco. O programa era apresentado e produzido por Serafim Correa, que registrou ter sido apenas uma eventualidade, já que o entrevistado tratava sobre temas de interesse nacional. Segundo ele, Ulysses Guimarães não chegou a fazer referências a assuntos políticos. Restringiu-se a fazer críticas à política habitacional e econômico-financeira do governo no interior do estado, temas que já tinham sido previamente aprovados pela censura federal.

Outro veículo que, a partir desse caso, começou a ser investigado foi o rádio. Em decorrência da entrevista, o DENTEL (Departamento Nacional de

---

[900] Jornal A Crítica, 13 de janeiro de 1976. *MDB muda estratégia, temas buscam definir eleitorado*. P. 02.
[901] Jornal A Crítica, 14 de janeiro de 1976. Coluna *Sim e Não*. P. 04.
[902] Jornal A Crítica, 17 de janeiro de 1976. *TV Amazonas ameaçada e punição.* P. 03.
[903] Jornal A Crítica, 17 de janeiro de 1976. *Ministro da Justiça vai analisar o comportamento de Ulysses Guimarães.* P. 06
[904] Jornal A Crítica, 19 de janeiro de 1976. *Falcão vai definir as regras do jogo.* P. 07.

Telecomunicações) requereu às rádios Iracema de Aratu (CE) e a Rio-Mar (AM) que entregassem as fitas gravadas do dia 16 de janeiro para incorporar ao processo encaminhado contra o MDB. A ideia era encontrar um furo para enquadrar as lideranças na Lei de Propaganda Eleitoral, que só estava liberada 90 dias antes do pleito.

No dia 18 de janeiro, Fábio Lucena se posicionou sobre o caso, registrando que se Ulysses Guimarães sofresse qualquer punição pelas atividades que estava fazendo pelo país, sem que lhe fosse dado direito de defesa, *era melhor dissolver o MDB como partido*[905]. O vereador fez um levantamento de casos anteriores onde membros da ARENA, como Jarbas Passarinho e Dinarte Mariz, fizeram comentários piores e sequer foram questionados pelo Ministério. No mesmo dia, foi declarado pelo DENTEL que o governo não iria punir Ulysses[906], pois não foi achado nada consubstancial que lhe enquadrasse na lei.

A visita de Ulysses Guimarães ao norte e nordeste, na primeira quinzena de janeiro de 1976, iniciou uma nova dinâmica partidária no país, pois deu base para um casuísmo político que promoveu o projeto da Lei nº 6339/76, definindo mudanças em relação às propagandas eleitorais transmitidas por televisão e rádio no território brasileiro. A Lei Falcão foi aprovada no dia 1 de julho, sob ampla rejeição da oposição e entrou em vigor no dia 5. Para compreender de onde partiu o casuísmo de Armando Falcão, proponho um breve quadro das notícias da imprensa amazonense sobre os antecedentes do projeto.

Quadro 21[907]
Cronologia do casuísmo entre Armando Falcão e Ulysses Guimarães

Data	Tema	Fonte
13.06.1975	Projeto RONDON lança edital sobre a Operação Ajuricaba. Primeira visita Manacapuru,	Jornal do Commercio
23.07.1975	Operação Ajuricaba chega a Coari	Jornal do Commercio
26.07.1975	Operação Ajuricaba estabelece Ary Antunes como primeiro interventor em Manacapuru. MDB foi contra.	Jornal do Commercio
05.08.1975	Primeiro relatório sobre a Operação Ajuricaba em Coari	Jornal do Commercio
24.09.1975	Operação Ajuricaba se direciona para Parintins	Jornal do Commercio
25.11.1975	Operação Ajuricaba anuncia a passagem por Itacoatiara	Jornal do Commercio
12.12.1975	Operação Ajuricaba se lança para o baixo-amazonas Itacoatiara é definida como sede para a operação	Jornal do Commercio

[905] Jornal A Crítica, 18 de janeiro de 1976. *Fábio Lucena: Constituição só existe para o partido do Governo*. P. 03.
[906] Jornal A Crítica, 18 de janeiro de 1976.*Governo não vai punir Ulysses*. P. 03.
[907] Quadro baseado nas notas de imprensa local.

03.01.1976	Henoch Reis e Bosco Lima se reúnem para definir os planos da operação para 1976	Jornal do Commercio
08.01.1976	Operação Ajuricaba se direciona para Itacoatiara na segunda quinzena de janeiro	Jornal do Commercio
09.01.1976	Ulysses Guimarães chega ao Amazonas para divulgar campanha do MDB Entrevista coletiva a imprensa e a Assembleia Legislativa Intervenção em Manacapuru continua	Jornal do Commercio Jornal A Crítica
10.01.1976	Chegada da comitiva do MDB em Itacoatiara Prefeito de Manacapuru é cassado (Raimundo Silva)	Jornal do Commercio Jornal A Crítica
11.01.1976	Chegada da comitiva do MDB em Parintins	Jornal do Commercio
12.01.1976	Concentração na sede do Nacional Futebol Clube Transmissão pela rádio Rio-Mar	Jornal do Commercio
13.01.1976	Ernesto Geisel chega no Amapá	Jornal do Commercio
14.01.1976	Ulysses Guimarães fica mais um dia em Manaus para não conflitar com a presença de Ernesto Geisel	Jornal do Commercio
15.01.1976	TV Amazonas é ameaçada pelo Ministério das Comunicações por dar espaço a Ulysses Guimarães Henoch instalado em Itacoatiara pela Operação Ajuricaba	Jornal A Crítica
16.01.1976	MDB bate de frente contra a intervenção em Manacapuru	Jornal A Crítica
17.01.1976	Radio Rio-Mar suspensa temporariamente por cobrir evento do MDB TV Amazonas ameaçada de punição Jingles do MDB são proibidos pela polícia em Recife	Jornal A Crítica
18.01.1976	Fabio Lucena se posiciona sobre a ameaças do Governo a Ulysses Guimarães Governo decide não punir Ulysses Gumarães	Jornal A Crítica
19.01.1976	Ministro Armando Falcão declara: “vai definir as regras do jogo eleitoral”	Jornal A Crítica
20.01.1976	Ulysses apresenta sua defesa e argumenta que não antecipou campanha Após a declaração de Falcão, o MDB protesta sobre o projeto de limitação publicitária	Jornal A Crítica
21.01.1976	De volta a São Paulo, Ulysses declara que o partido sofre discriminação e censura a meios de comunicação no Norte e Nordeste	Jornal A Crítica
23.01.1976	Falcão adverte que haverá novas normas para a eleição de novembro de 1976	Jornal A Crítica

Sequência de eventos: das primeiras intervenções às primeiras menções do projeto de lei

Dentre os municípios que o MDB tinha maior influência, Itacoatiara e Parintins foram prioridades na visita da comitiva. O governador Henoch Reis já havia anunciado que uma base da *Operação Ajuricaba* seria instalada exatamente no núcleo da oposição, na segunda quinzena de janeiro. Se antecipando, Ulysses Guimarães e Laerte Viera chegaram primeiro à cidade, causando imediatamente, a partir do dia 14, as reações dos Ministérios da Comunicação e da Justiça, punindo severamente qualquer órgão de imprensa que tivesse apoiado a oposição na comitiva. Logo em seguida, após as declarações do Ministro da Justiça, Armando Falcão, sobre a necessidade de mudar as regras do jogo eleitoral, a oposição teve o primeiro vislumbre do que viria a ser, em

julho, a lei que restringia o acesso às sensações e individualidades promovidas por seus candidatos em debates abertos. Tão importante quanto calar o MDB, era não dar a responsabilidade da palavra aos candidatos despreparados da ARENA.

Um dos intuitos de Ulysses Guimarães no interior do Amazonas era registrar a realidade das comunidades enquanto evidência sobre o descaso do Estado brasileiro nessas regiões. O *Jornal do Commer*cio, impressionado com o planejamento, registrou que:

> A comitiva de Ulysses Guimarães é bastante numerosa já que é constituída de vários jornalistas que cobrem o setor político para diversos órgãos. São representantes do Jornal do Brasil, O Globo, Jornal de Brasília, Correio Brasiliense, Folha de São Paulo, Veja e o Estado de São Paulo. A imprensa local, através de seus representantes, acompanhará a comitiva do Presidente Nacional do MDB, que, segundo o deputado Joel Ferreira da Silva, Presidente do Diretório Regional, obedecerá a um horário rigoroso. Tudo está devidamente cronometrado a fim de que não haja atraso de maneira alguma, evidenciando uma perfeita organização[908].

É possível deduzir que os produtos registrados na caravana que cobriu o Norte e o Nordeste seriam anexados aos discursos e publicidades de TV, promovendo uma crítica contundente ao governo militar no eixo onde ele se achava mais forte: os aspectos econômicos. Com a Lei Falcão, todo esse material tornou-se inútil e a defesa do regime também se manteve no campo da retórica tangencial, já que a publicidade censurada não ativava os gatilhos e sensações dos telespectadores. Sobre estas sensações, é importante agregar um dado levantado por Sérgio Mattos[909], onde este aponta que, de 1969 a 1979, a venda de televisores preto e branco cresceu cerca de 24%. Esse processo foi acelerado no Amazonas em virtude da Zona Franca de Manaus, que promovia tanto a popularização do aparelho quanto o projeto político anexado a ele. A partir de 1968, o governo abriu concorrência para a exploração comercial de mais uma emissora de TV no Amazonas. Nessa senda, a empresa *Amazonas Publicidade Ltda*, gerenciada pelos jornalistas Phelipe Daou e Milton Magalhães, entrou na disputa, fechando parcerias com a SUFRAMA, Exército e empresários locais. Foi o princípio da

[908] Jornal do Commercio, 9 de janeiro de 1976. *Ulysses Guimarães chega hoje para lançar campanha do MDB*. P. 03.
[909] MATTOS, Sérgio. *História da Televisão Brasileira. Uma visão econômica, social e política*. Petrópolis: Vozes, 2002. P. 83.

Rede Amazônica, conglomerado que domina a mídia na Região Norte há mais de 45 anos[910].

O senador arenista Flávio Brito, em matéria para o *A Crítica*, argumentou que, dentre os problemas nacionais que poderiam reverberar na eleição municipal, o alto custo de vida era, sem dúvida, o carro chefe da oposição amazonense. Segundo ele, o MDB era o único que lucrava com essa condição do país e ela seria a bandeira escolhida pelo partido na busca por levar vantagens nas eleições vindouras[911]. Miranda, durante o segundo semestre, concentrou boa parte das produções para temas sobre custo de vida e infraestrutura. Pegando apenas as produções do trimestre anterior à eleição, é possível localizar um aumento considerável dos temas apontados por Flávio Brito nos meses que antecedem o pleito municipal.

Gráfico 08

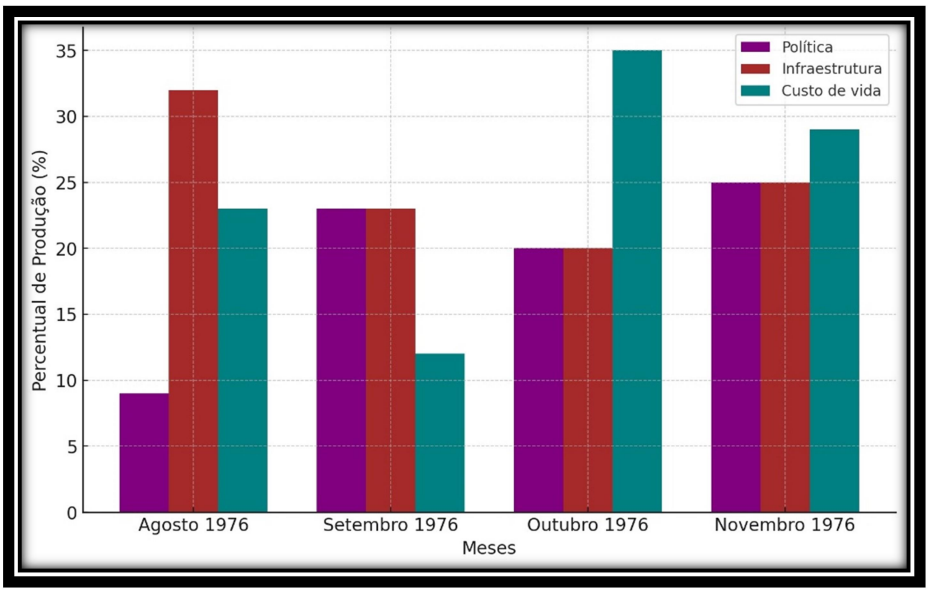


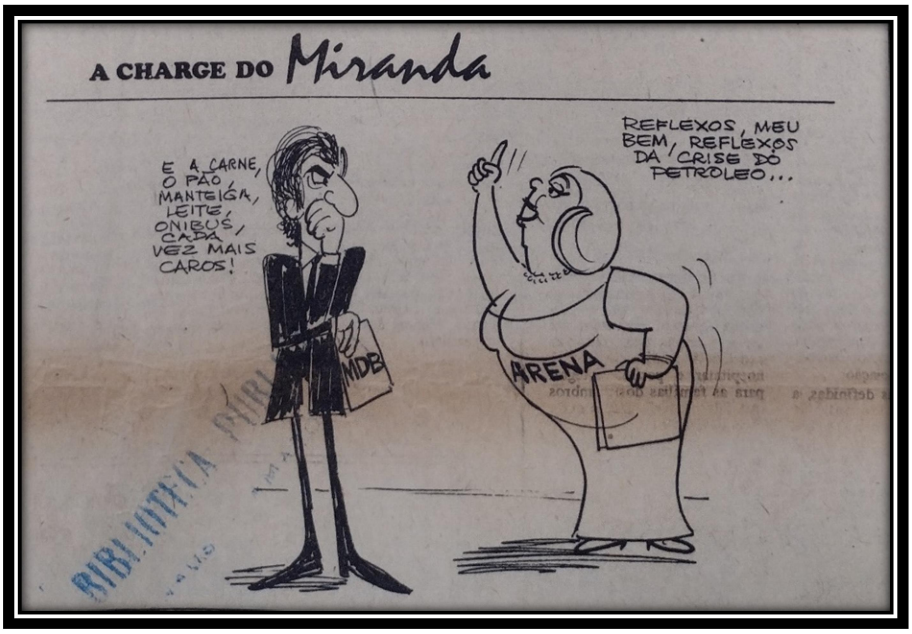
Gráfico de produções relacionadas no último semestre de 1976

Diferente de 1974, ao invés de dar ênfase apenas aos espectros cômicos ligados ao político, Miranda explorou de maneira equivalente 3 eixos: *Política*, *Custo de vida* e *Falta de infraestrutura*. Pelo gráfico é possível perceber a intensidade dos temas, principalmente sobre custo de vida, chegando a 35% das suas publicações em outubro. De setembro a novembro, 25% das charges tocava sobre temas políticos, ficando paralelo com as piadas sobre infraestrutura, o que corresponde a uma média de 70% dos

[910] CABRAL, Eula Dantas Taveira. *O poderio da Rede Amazônica de Rádio e Televisão no norte do Brasil*. Intercom. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus, 2013. P. 05.
[911] Jornal A Crítica, 18 de julho de 1976. *Flávio Brito: custo de vida é quadro negativo à política*. P. 03.

produtos e processos humorísticos. Com a reabertura dos trabalhos das casas legislativas, retornando das férias de julho, a primeira charge política de agosto só foi publicada no final do mês, dia 28, e procurou reativar a memória dos seus interlocutores sobre o cinismo de Ruy Adriano, que apareceu mais uma vez como um dos 55 candidatos ao pleito municipal de 1976. No outro dia, 29, Miranda produziu mais uma, entretanto, trouxe aos seus leitores um perfil oposto ao do ano passado. Sugestionando uma ARENA mais nova e confiante, embora com os mesmos argumentos, a proposta cômica ofertou novos elementos a negociação e a agregação simbólica dos personagens. Emudecido pela Lei Falcão, o sr. MDB denunciava, disfarçadamente, de canto de boca, o alto custo de vida da cidade, enquanto a ARENA, livre e em movimento, se impunha sobre ele, indicando uma certeza cínica sobre o seu dado levantado pelo relatório na mão esquerda.

Charge 39[912]



- E a carne, o pão, manteiga, leite, ônibus, cada vez mais caros!
- Reflexos, meu bem, reflexos da crise do petróleo...

Nessa altura da disputa, a negociação de Miranda com seus interlocutores mantém os estereótipos do bipartidarismo nacional, mas anexa um corte de cabelo que faz menção ao usado na época por Fábio Lucena, associando novamente aspectos do tribuno ao personagem genérico. O elemento cômico explorado está menos no cinismo arenista e mais no emudecimento do MDB, genericamente associado a um grupo que fazia bastante uso da tribuna pública. Neste mês, em virtude da crise de abastecimento,

[912] Jornal A Crítica, 29 de agosto de 1976. P. 04.

Fábio Lucena fez dois grandes pronunciamentos, denunciando o alto custo de vida na cidade, um no dia 11 e outro na semana seguinte, dia 19 de agosto. Para se ter uma dimensão, foi denunciado que o preço da carne em Manaus, se comparado a Belém, tinha uma diferença de valor 36,36% maior[913]. Quanto ao peixe os valores eram ainda mais impactantes, o que levou Fabio Lucena a outro discurso na semana seguinte.

Fábio Lucena denunciou no dia 10 que a prefeitura de Manaus estava exercendo novamente[914] especulação comercial, diminuindo o abastecimento para que o projeto FRIGOMASSA fosse fechado e as instalações privatizadas. O impacto dos preços e a tragédia mecânica das mesmas razões propuseram espectros cômicos que foram abordados com frequência por Miranda, como visto no gráfico sobre produções. Aproveitando o ensejo, no dia 17 de agosto, Fábio Lucena anunciou que seria candidato ao Senado em 1978. No dia 18, a denúncia fez Jorge Teixeira recuar e estabilizar o preço do alimento. A rápida solução para o problema deixa duas possibilidades: Teixeira se sentiu pressionado e, evitando a promoção de opinião pública contra a ARENA, fez a intervenção. Outra proposição possível, por sua conexão com Calderaro e os destaques que recebia nas páginas, é a de que essas denúncias ofertavam ao prefeito a credibilidade de um solucionador de problemas, aumentando seu capital político para um futuro cargo de governador[915].

Como é exposto mais adiante, João Miranda não desenhava nenhuma crítica contundente ao prefeito Jorge Teixeira. Mesmo no caso *Watergate Municipal*, Lucena entregou a responsabilidade dos processos ao prefeito como alguém que, pelo cargo, "poderia ajudá-lo" a solucionar um problema moral da cidade, negociando assim uma imagem neutra entre seus interlocutores. Com o tempo, Miranda passou a referir-se ao prefeito em tom de afinidade, chamando-o de "Teixeirão" e desviando, quase sempre, de assuntos pertinentes a sua responsabilidade. Ao que tudo indica, Fábio Lucena, Calderaro, Miranda e Jorge Teixeira, podiam não ser amigos, mas jogavam no mesmo time, com posições diferentes e preparando jogadas orquestradas onde todos ganhavam.

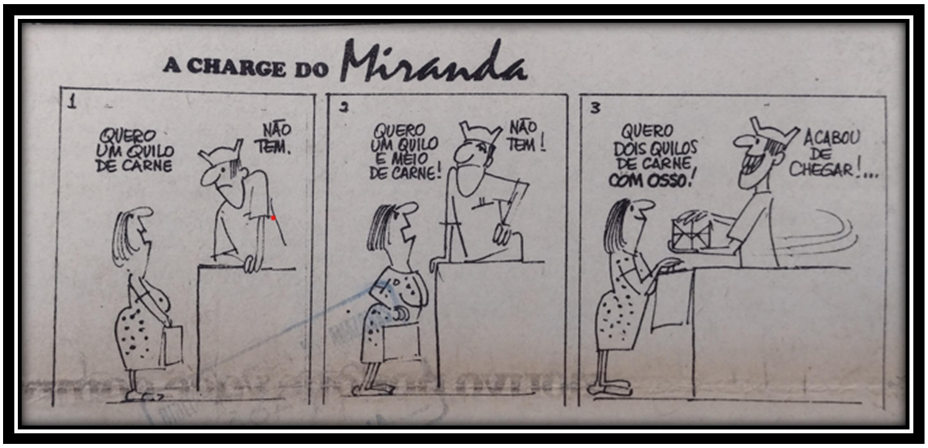
---

[913] Jornal A Crítica, 9 de agosto de 1976. *Carne: continua o roubo escandaloso nos mercados e açougues de Manaus.* P. 03. A matéria fez um comparativo entre os cortes Alcatra e contrafilé. Em Belém, o valor, já com aumento incluso, chegava a 22 cruzeiros. Em Manaus, o mais barato batia 30 cruzeiros.

[914] Vale relembrar que Fábio Lucena teve a candidatura impugnada em 1974 em virtude das denúncias que fez ao prefeito Frank Lima pela mesma crise de abastecimento.

[915] Sobre essa prática, no capítulo 3, Messias Sampaio comentou na entrevista que, em muitos casos, Calderaro moldava espaços no jornal para que ele se destacasse nos sindicatos.

Charge 40[916]



- Quero um quilo de carne
- Não tem
- Quero um quilo e meio de carne
- Não tem
- Quero dois quilos de carne com osso
- Acabou de chegar

De volta ao processo humorístico do emudecimento do MDB, a proposta risível da figura 20 não era gratuita, como nada no humor político de João Miranda. A *Operação Ajuricaba* continuava se estendendo pelo interior do estado e na medida em que Henoch Reis e sua equipe universitária se instalavam nas regiões, novas arbitrariedades eram denunciadas. Em Manicoré, o deputado Mario Frota (MDB) registrou, em seus discursos na Assembleia, atividades de grileiros que, amparados pelo prefeito arenista, expulsaram sem nenhuma indenização uma média de 800 agricultores da região, sob o argumento de que ali, uma estrada seria construída[917]. Em boca do Acre, Adão Ferreira, mais conhecido como "Mineirinho", era candidato a vereador pela ARENA e em um desentendimento com um indígena, o espancou barbaramente e, não contente, decidiu atear fogo em seu corpo. As testemunhas relataram que o candidato alegou que "nada aconteceria com ele, pois era rico e influente". Na polícia, o candidato alegou ter doenças mentais e foi encaminhado para uma clínica[918].

O modelo aplicado por Geisel através de Henoch Reis também se estendeu para os estados do Pará e Ceará. Uma denúncia publicada pelo jornal *A Crítica*, apontou uma intervenção semelhante à de Manacapuru, onde em Alenquer (PA), o governador

[916] Jornal A Crítica, 09 de agosto de 1976. P. 04.
[917] Jornal A Crítica, 03 de agosto de 1976. *Deputado denuncia expulsão de 800 agricultores: Manicoré*. P. 05.
[918] Jornal A Crítica, 04 de agosto de 1976. *Candidato da ARENA surra índio e pode ser impugnado pelo TRE*. P. 05.

Aloysio chaves (ARENA) decretou, no dia 4 de agosto, a intervenção do município que faz divisa com o Baixo Amazonas, considerado, na época, um dos redutos do MDB no estado[919]. No Ceará, o governador Adauto Bezerra (ARENA) prorrogou até 31 de janeiro de 1977 as intervenções nos municípios de Iracema, Juazeiro do Norte, Meruoca, Pena Forte, Novo Oriente e Guaramiranga[920].

Como não é intenção deste trabalho focar nas intervenções da *Operação Ajuricaba* e seus desdobramentos, para não perder a linha do capítulo citarei apenas mais um caso, pois acredito que ele é motriz para outras arbitrariedades orquestradas pelo governo Henoch Reis no Amazonas. Em Santo Antônio do Içá, professores foram ameaçados de demissão pelo prefeito Cícero de Carvalho (ARENA), caso decidissem votar no MDB em novembro[921]. A partir da denúncia, veiculada por telégrafo, os diretórios intensificaram suas fiscalizações sobre as intervenções e abusos de autoridade nas regiões distantes a capital. Observa-se então que, dentro do contraditório projeto de "lenta e gradual" abertura política, um padrão de interferência ágil, intenso e orquestrado foi aplicado para regiões distantes dos centros econômicos dos estados. Se a aplicação do AI-5 prejudicava a imagem do governo nas grandes capitais, sua execução em municípios distantes foi intensificada para garantir o "repiquete" da ARENA nos pleitos de 1976 e 1978.

Em setembro, a coluna continuou explorando o cinismo arenista sobre o uso de argumento velhos para novos pleitos. Na edição de 1 de setembro, Miranda explorou um caso de assessoria política, onde o jovem conselheiro indicava ao sr. empresário, sem conhecimento da conjuntura internacional, que o mais importante no discurso era falar da gasolina e não do conflito árabe. O objetivo era reforçar a comicidade sobre o despreparo dos candidatos novatos, que desligados da realidade social do município, viam no modelo da eleição via Lei Falcão uma oportunidade para assumir a cadeira municipal sem precisar discursar ou ter trajetória política consolidada.

Na charge, Miranda explorou elementos que indicam o referencial. A cadeira grande, indicando chefia, o telefone pessoal, indicando conforto e o cigarro, que apesar de hoje ser um elemento popular, a partir da década 70 recebeu das *propagandas* uma promoção comercial e social com a televisão. Com a popularização do aparelho no

[919] Jornal A Crítica, 5 de agosto de 1976. *Intervenção afasta prefeito de Alenquer*. P. 02.
[920] Jornal A Crítica, 6 de agosto de 1976. *Intervenções vão continuar no Ceará*. P. 06.
[921] Jornal A Crítica, 5 de agosto de 1976. *Em Santo Antônio do Içá, professor que votar no MDB será demitido*. P. 05.

Amazonas, as empresas tabagistas veiculavam suas propagandas através de revistas, novelas e filmes, associando a imagem do cigarro a personagens que representavam o padrão de vida social desejado pelo consumidor. Nessa época, os fumantes eram representados por homens e mulheres jovens, livres, felizes, com certo poder aquisitivo e reconhecidos pelo status social. Nas propagandas, apareciam como pessoas bem-sucedidas e, não raro, praticantes de esportes[922].

Charge 41[923]



- Sou candidato, mas não tenho nada que me meter nessa tal crise de petróleo árabe
- Muito bem, deixa isso pra lá. Na Câmara, o senhor deve ficar preocupado é com o preço da gasolina...

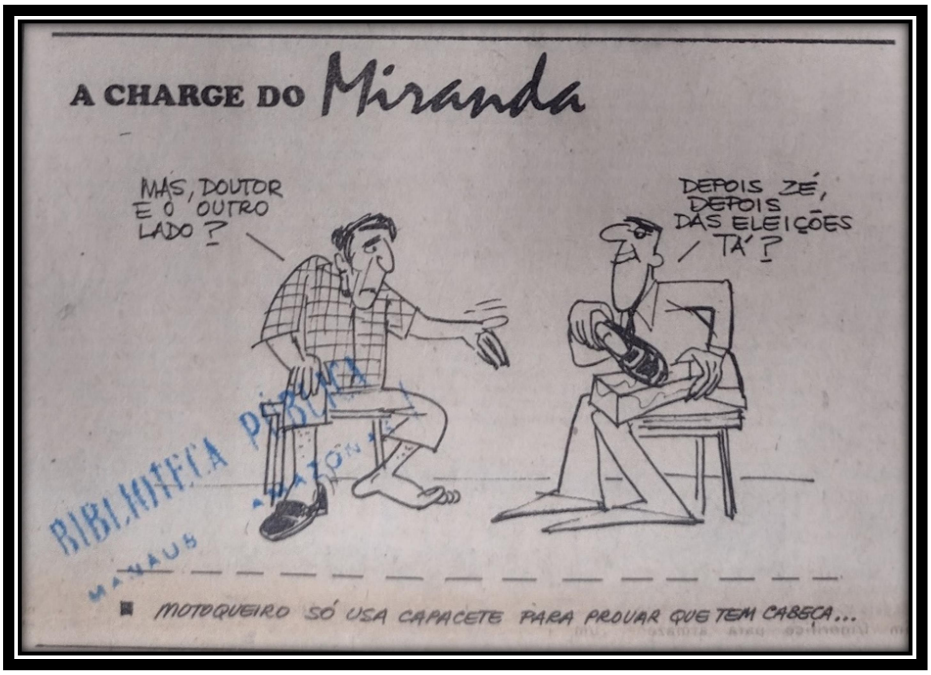
Na sequência, dia 2 de setembro, Miranda intensificou o referencial dos candidatos como "exploradores da realidade do povo', oportunistas diante do custo de vida da cidade. Com a propaganda liberada, era o momento para intensificar e negociar os estereótipos que circulariam entre seus interlocutores no bimestre de campanha autorizada. A charge foi publicada no mesmo dia em que a comitiva de Ulysses Guimarães chegou ao Amazonas, abrindo a campanha do MDB e direcionando-se novamente para Itacoatiara e Parintins[924]. Diante do clima eleitoral, o Secretário de Interior e Justiça do governo Henoch Reis, Oldeney de Carvalho, suspendeu as

[922] LIMA, Rozziane Aquino. *A Construção de sentidos de Propaganda de Cigarro em contextos de produção antagônicos*. Instituto Ceub de Pesquisa e Desenvolvimento. Centro Universitário de Brasília, 2017. P. 02.
[923] Jornal A Crítica, 01 de setembro de 1976. P. 04.
[924] Jornal A Crítica, 01 de setembro de 1976. *MDB promove concentração na abertura da campanha municipal*. P. 03.

intervenções por 60 dias, "argumentando que as prestações de contas estavam sob avaliação nesse período"[925]. Ulysses Guimarães, ao chegar em Manaus, teve como primeira atividade um comício a ser realizado no Bairro da Glória.

Tirando o micro espaço da coluna *Sim e Não*, o *A Crítica* não fez a cobertura do evento, pois, dentro da Lei Falcão, estava livre apenas a divulgação dos locais de comício. Entretanto, a coluna *Sim e Não* registrou brevemente que a Prefeitura e o Governo do Estado, sabendo o local da movimentação, se antecipou e realizou uma força tarefa em volta do evento, buscando neutralizar os discursos parlamentares[926].

Charge 42[927]



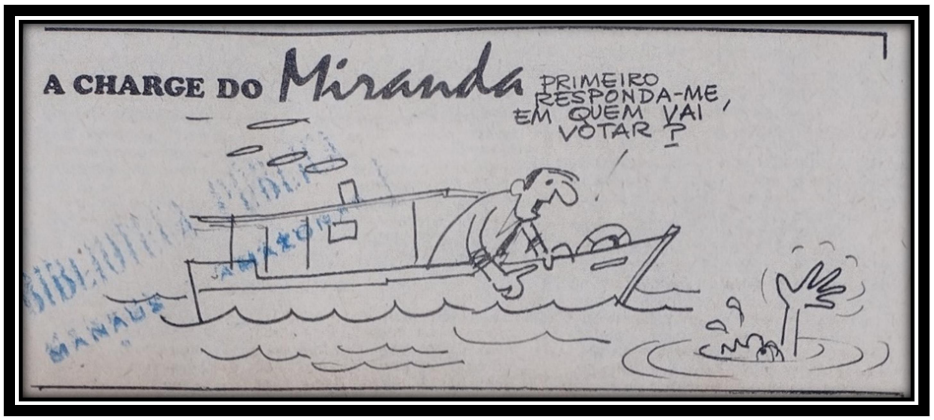
- Mas doutor, e o outro lado?
- Depois zé, depois das eleições, tá?
Motoqueiro só usa capacete pra provar que tem cabeça

Na charge foi explorado o ditado popular sobre "calçar os sapatos do outro", no sentido de "colocar-se em posição de empatia com a realidade dos eleitores". Na charge, não há referências dos estereótipos do bipartidarismo, mas ela ofertou aos leitores, no exato dia da campanha do MDB pela cidade, um personagem genérico, trajando apenas uma gravata, elemento que se repetiu ao longo dos materiais. Sobre esse tema, deduzo

[925] Jornal A Crítica, 02 de setembro de 1976. *Governo pede prazo. Oldeney diz que não haverá intervenção*. P. 03.
[926] Jornal A Crítica, 04 de setembro de 1976. P. 04.
[927] Jornal A Crítica, 02 de setembro de 1976. P. 04.

duas possibilidades: a primeira é um fenômeno social, que pela forma como o jornal *A Crítica* descreveu, era recorrente em períodos de campanha eleitoral: *a mendicância na frente da Câmara Municipal*[928]. Segundo o editorial, esse triste "espetáculo" levava dezenas de pessoas a se instalarem na frente da casa legislativa portando o seu título, na busca de negociação do seu voto com algum candidato. Como era recorrente o uso do poder econômico nesses contextos, o gatilho cômico devia estar acionado pelo início da campanha.

Charge 43[929]



- Primeiro responda-me em quem vai votar

Outra interpretação é uma hipótese lançada a partir da regularidade das demais charges em análise, que junto a chegada de Ulysses Guimarães a Manaus, estabeleceu um novo ponto de inflexão na disputa política de 1976, em virtude de uma articulação que colocava os representantes do *A Crítica* na frente da campanha pelas cadeiras municipais.

Diante do crescimento e otimismo do MDB, a ARENA local, desesperada, não teve muitas escolhas a não ser se apoiar, de última hora, nas costas de Umberto Calderaro e em seus recursos publicitários. Fábio Lucena, candidato coringa, corria por fora dessas disputas internas, com sua candidatura creditada pelo jornal e por outros políticos do meio. Entre todos os candidatos, o que esteve menos preocupado com a eleição foi justamente Lucena, que passou o mês de setembro e outubro denunciando casos de tortura[930] e abusos de autoridade da polícia militar, inclinando-se assim para outros problemas. Após a inscrição oficial de todos os candidatos no dia 7 de setembro, o jogo foi definido.

[928] Jornal A Crítica, 17 de setembro de 1976. *Triste espetáculo*. P. 04
[929] Jornal A Crítica, 04 de setembro de 1976. P. 04
[930] Registram-se denúncias de Fábio Lucena nas edições dos dias 3, 6, 9 de setembro no Jornal A Crítica.

Na charge, Miranda explorou o oportunismo político do capitão do barco que, vindo de longe, aguardava a decisão do eleitor, à beira da morte, para tomar uma atitude. Pela presença da comitiva nacional do MDB em Manaus, nesse exato período, e a decisão de que João Bosco e Jorge Teixeira iriam assumir a campanha da ARENA até novembro, fica implícito que, a partir dessa decisão, uma nova imagem da oposição deveria ser construída, ou melhor: processada humoristicamente.

Como mencionado, é possível que Jorge Teixeira estivesse nos planos de representação política de Umberto Calderaro, pelo menos no que diz respeito às eleições, imaginadas como diretas, em 1978. Até aquele momento, não havia planos para ele governar Rondônia, fato que só aconteceu anos mais tarde. Assim, é possível deduzir um panorama ideal para o *A Crítica*: tinha o maior líder da oposição como aliado, se preparando para o Senado; projetou o maior fenômeno eleitoral da década, Josué Filho, herdeiro de uma empresa parceira; seus colunistas, Sampaio e Azize, estavam inscritos e bem cotados para o pleito; faltava-lhe apenas o chefe do executivo, que apesar de não ser Teixeira, foi ocupado por outro "vassalo" do jornal, José Lindoso. Em todas as frentes, o *A Crítica* vencia, e o melhor: deixava a ditadura em dívida e dependente dos seus serviços. O editorial de 10 de setembro deixou uma imagem de como o *A Crítica* assistiu a decisão pela nova frente arenista:

> A decisão do Vice-Governador João Bosco Ramos de Lima e do Prefeito Jorge Teixeira de Oliveira em virem para o centro da disputa eleitoral, comandando a campanha dos candidatos da ARENA contribui para a elevação da batalha partidária que se travará. (...) Diante do crescimento do MDB no Amazonas e em Manaus, não se pode omitir que a decisão dos Srs João Bosco Ramos de Lima e Jorge Teixeira de Oliveira foi de grande coragem pessoal. Ambos assumem sérios riscos em favor da elevação do nível da disputa. Líderes reconhecidamente populares, são, em última análise, a alternativa mais positiva para o fortalecimento da ARENA e, portanto, para conter o avanço do MDB (...). Seja qual for o resultado do pleito em Manaus, registre-se o papel positivo que nele passaram a desempenhar o Vice-Governador e o Prefeito ao decidirem assumir a responsabilidade eleitoral da ARENA em íntima ligação com o Poder Executivo, onde se enquadram. Este o mérito a ser reconhecido[931].

A divulgação dessa visão "positiva e corajosa" que os novos gerentes da ARENA trouxeram ao pleito foi somada aos ressentimentos do *Watergate Municipal*, que não só enfraqueceu a imagem do MDB local, mas também retirou a responsabilidade de Fábio Lucena carregar o partido nas costas. O possível desgosto que o tribuno teve ao não ser amparado pelos colegas de partido na votação contra Ruy

[931] Jornal A Crítica, 10 de janeiro de 1976. *O mérito da coragem*. P. 04.

Adriano certamente estimulou o vereador a migrar, o quanto antes, para outra casa legislativa. Calderaro, como um senhor da guerra, apenas orquestrava as disputas de acordo com os seus interesses. Como Henoch Reis estava inserido no cargo com a missão de dominar e expurgar a oposição nos municípios distantes, os efeitos da *Operação Ajuricaba* seriam herdados sem nenhum prejuízo de credibilidade. Tudo era uma questão de tempo e de ajustes. Naquele momento, o mais importante era começar a desconstrução dos pilares do MDB no Amazonas. Miranda colaborou nesse projeto, iniciando uma sequência de processos humorísticos até o fim da eleição.

Charge 44[932]



- Olha só o sorriso daquele candidato para as próximas eleições
- Finalmente alguma coisa que a gente pode chamar de “contar vantagem”...

As ironias sobre o otimismo emedebista começaram a circular entre os interlocutores da coluna. Como de costume, Miranda, quando deslocava o assunto para a cidade, desenhava peças retangulares ao fundo, propondo que o objeto cômico já estava na boca do público urbano. O chargista desenhou um personagem andarilho, que sorrindo com os olhos fechados, demonstrando absoluta confiança. Enquanto isso, os eleitores observam com certa estranheza aquela postura arrogante e sem humildade, ironizando que, mesmo dentro de um Estado em crise econômica, tinha gente encontrando motivos para “contar alguma vantagem”. Essa expressão, provavelmente, estava associada a uma vinheta sobre o cigarro Vila Rica, onde Gerson, o jogador da

[932] Jornal A Crítica, 07 de setembro de 1976. P. 04.

seleção brasileira, comentava (...) “gosto de levar vantagem em tudo, certo? Leve vantagem você também. Leve Vila Rica”[933].

Enquanto isso, Calderaro anunciava que, no dia 12 de setembro, *O Peladão* estaria promovendo o maior desfile da sua história[934], estimando uma presença de 15 mil pessoas na Avenida Eduardo Ribeiro, centro de Manaus. Declarando como *A festa da imprensa amazonense*, a coordenação do evento estava sob o cargo de Messias Sampaio, candidato ao pleito de novembro. Como visto no capítulo 3, o campeonato durava estrategicamente de setembro a janeiro, servindo, dentro dos limites da Lei Falcão, como um espaço autorizado para promover nomes com pouca trajetória popular.

Charge 45[935]



- E vote no MDB, você sabe por que...
Porque?

No editorial de 12 de setembro, o jornalista Mario Antônio apontou[936] que as lutas do MDB eram muito claras em relação aos seus alvos de combate, no caso o AI-5 e as eleições diretas, mas extremamente confusas enquanto modelo de governo, visto a heterogeneidade de seus correligionários. Responsável pelo espaço apenas nos dias de domingo, na edição anterior ele escreveu uma definição do MDB que foi apropriada tanto pelo jornal quanto pelo processo humorístico de Miranda até o final da eleição.

> Também neste momento o MDB alcança sua melhor enraização como SIMBOLO da vontade popular. Porque símbolo? Simplesmente porque, sem um programa global a opor ao Sistema, limitando-se a explorar (muitas vezes

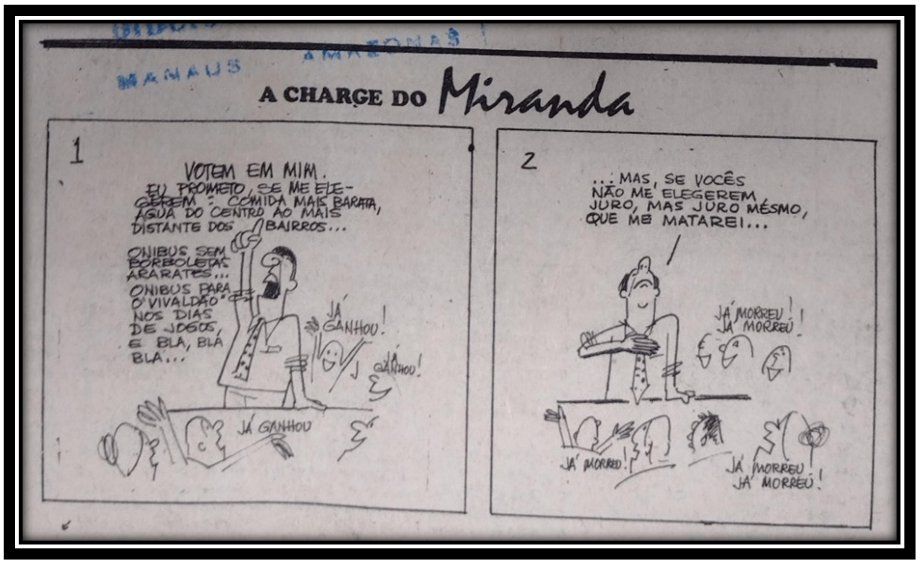
[933] Registro da propaganda disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=J6brObB-3Ow
[934] Jornal A Crítica, 11 de setembro de 1976. Coluna *Sim e Não*. P. 04.
[935] Jornal A Crítica, 15 de setembro de 1976. P. 04.
[936] Jornal A Crítica, 12 de setembro de 1976. *Os critérios de apuração*. P. 04.

> com rara felicidade) aspectos negativos, mas sem traduzir, de modo claro e corajoso, os anseios das diversas camadas da população (ocasionalmente sem mesmo conseguir identifica-las), o MDB ainda não se erigiu em partido porque partido é, sobretudo, INSTRUMENTO da vontade coletiva para uma transformação definida. (...) O hiato político que descaracteriza o MDB como partido, é não ter sabido ainda sistematizar um amplo programa de reformas econômicas, de método de governo, etc., etc., etc. Haveria diferença de conteúdo nos posicionamentos se a oposição soubesse ligar a reforma moral que prega (valorização do homem), de resto não negada, como postulado, pelo governo, ao conjunto de reformas que, traduzido em programa dinâmico, fosse capaz de permitir a valorização desejada[937].

Portanto, o *A Crítica* legitimou a tese de Mario Antônio, (na época, assessor de bancada do MDB) definindo que não havia motivos concretos para votar em um partido "que ainda não era um partido", pois não tinha um programa definido de governo, apenas objetos de crítica. A partir dessa tese, Miranda iniciou o processo humorístico da oposição, seguindo uma linha que parece orquestrada entre alguns líderes partidários e o jornal. Na charge do dia 15, Miranda fez questão de adicionar personagens diferentes ao fundo da charge, demonstrando que o MDB não conseguia conversar com o público amazonense, pois não tinha um plano de governo. Interessante ele ter usado pela primeira a heterogeneidade dos eleitores, adicionando homens e mulheres de idade avançada ao lado dos mais jovens.

[937] Jornal A Crítica, 05 de setembro de 1976. *A diferença essencial*. P. 04.

Charge 46[938]



- Votem em mim. Eu prometo. Se me elegerem: comida mais barata, agua do centro ao mais distante dos bairros, ônibus sem borboletas ararates... Onibus para o Vivaldão nos dias de jogos e blá blá blá...

- Já ganhou!

- Mas se vocês não me elegerem, juro, mas juro mesmo que me matarei...

- Morreu! Morreu!

O personagem foi utilizado mais uma vez, adicionando os temas mais genéricos que circulavam pela cidade através da coluna: *Custo de vida, saneamento básico, transporte público e costumes*. Miranda explorou o tom dramático do candidato, tentando ironizar a demagogia dos discursos populistas, proibidos midiaticamente naquele momento pela Lei Falcão. Dessa forma, a coluna legitimava que a escolha do Ministro da Justiça evitava casos como esse, onde a população era maleável de acordo com a intensidade do orador.

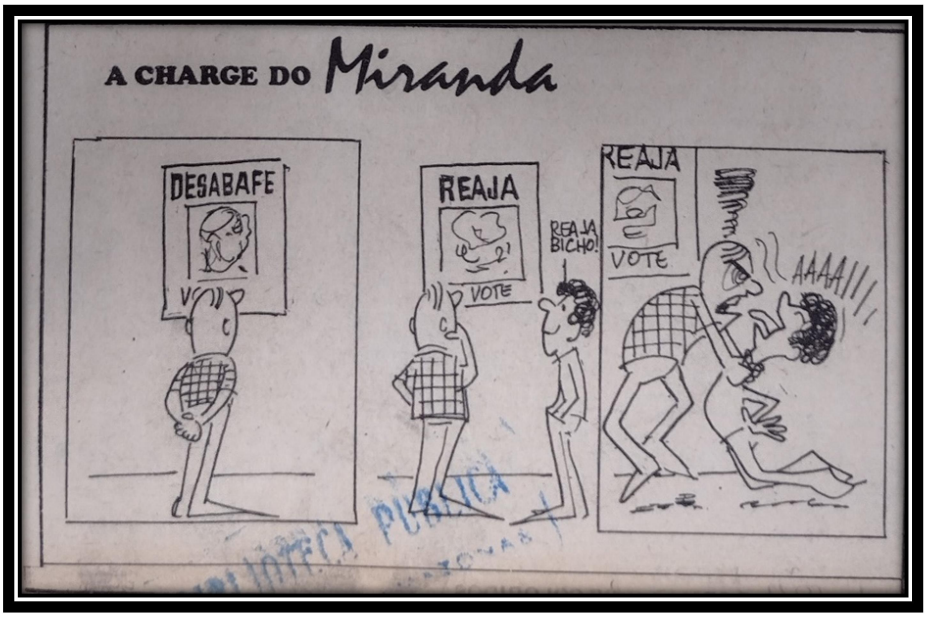
Enquanto isso, o *A Crítica* publicava notícias sobre o aumento do custo de vida em Manaus, aplicando tabelas e mastigando detalhes aos leitores. O jornal informava que, de janeiro a agosto, o preço dos alimentos, bebidas e vestuário haviam aumentado cerca de 31,69%. Os dados estavam sendo fornecidos pelo Secretário de Planejamento José Fernando Pereira, reforçando boa parte dos temas cômicos explorados por Miranda nesse mês. Mais tarde, Fábio Lucena utilizou desse argumento do Secretário para seu desabafo de final de campanha.

[938] Jornal A Crítica, 06 de outubro de 1976. P. 04.

Entrando no campo harmônico das críticas do jornal ao MDB, o deputado Mário Frota fez uma declaração que reforçava a falta de um programa político da oposição, quesito urgente para uma disputa competitiva em 1978. Segundo o deputado:

> É realmente inadiável que o Movimento Democrático Brasileiro, potencialmente Governo em 1978, em vários Estados e com todas as condições de chegar ao Executivo Nacional, defina, desde agora, um programa político institucional que demonstre, com clareza, as diferenças entre uma administração arenista e uma administração da oposição.
> No plano nacional, tenho conversado com diversos colegas para que o MDB se apresente ao povo brasileiro com linha de conduta definida que o diferencie substancialmente do que existe hoje. A proposta tem alcançado bastante repercussão e, de sua aceitação concreta, deverá ocorrer o surgimento do programa partidário abrangente, corajoso, que sirva realmente de opção ao que hoje existe[939].

Charge 47[940]



Desabafe
Reaja
Reaja bicho!

Com a campanha em andamento, Miranda continuava a explorar os estereótipos da oposição, em um claro objetivo de simplificar seus comportamentos tradicionais de luta e resistência. Procurando dialogar com os interlocutores mais simpatizantes da ARENA, o chargista processou humoristicamente elementos que compuseram o vocabulário das esquerdas no país, dando literalidade a expressões históricas, a fim de despertar gatilhos cômicos anticomunistas a partir dos jogos de

[939] Jornal A Crítica, 18 de setembro de 1976. *Mario Frota, a favor que o MDB defina o seu programa político para 1978*. P. 05.
[940] Jornal A Crítica, 07 de outubro de 1976. P. 04.

palavras e entre os setores mais conservadores. As publicidades de oposição viraram objetos cômicos na coluna de João Miranda, endossando o discurso do jornal e enfraquecendo, entre seus leitores, a credibilidade da oposição. Outro ponto que reforça um posicionamento contra a oposição foi a escolha de tratar esse tema no dia da chegada do Senador Franco Montoro (MDB), da mesma forma como fez com a chega de Ulysses Guimarães. A entrevista à imprensa e o comício do líder emedebista estavam marcados para as 17h, na Praça do Educandos[941].

Enquanto Miranda trabalhava para ativar gatilhos cômicos em seus interlocutores simpatizantes da ARENA, a realidade do interior berrava com as intervenções da *Operação Ajuricaba*. No dia 21 de setembro, o município de Nhamundá foi declarado como alvo de intervenção pelo governo Henoch Reis[942]. Paralelo a essa arbitrariedade, Fábio Lucena denunciou que o prefeito interventor de Manacapuru estava demitindo qualquer um que se alinhasse ou simpatizasse com candidatos da oposição. Entre as atividades que geraram demissões, a matéria citou: professores, rodoviários, administradores, secretários e técnicos da Telamazon[943].

Em Manaus, o *A Crítica* entrevistava no final de setembro, o Juiz Ludimilson Sá Nogueira, responsável juridicamente pelo pleito de 1976 em Manaus. A fim de oferecer uma visão geral sobre as regras do pleito, construí uma breve tabela sobre as premissas, permissões e proibições anunciadas pelo jurista.

Quadro 22[944]
Regras da eleição municipal - 1976

Tema	Resposta
Sobre o candidato arcar, individualmente, com as despesas eleitorais	Não toda. A propaganda eleitoral deve ser feita sob responsabilidade dos partidos. A ideia era reprimir o poder econômico dos interessados
Sobre usar anúncios luminosos, faixas fixas, escrever nomes de candidato em muros e fachadas	Proibido. Pena de detenção e multa
Sobre o uso de cartazes	Se for lugar público, proibido.
Sobre usar carros com alto-falantes	Permitido, desde que no horário de 14 e 22h Obs. Respeitando a distância de 500 metros de qualquer lugar público. Pena: multa e apreensão
Sobre divulgar nos jornais a foto do candidato	Permitido, obedecendo a resolução
Se o candidato for profissional de Rádio e Televisão	Evitar excessos, sem desvio da função
Se o candidato for profissional da imprensa	Evitar excessos. Sem desvio da função

[941] Jornal A Crítica, 07 de outubro de 1976. Coluna *Sim e Não*. P. 04.
[942] Jornal A Crítica, 21 de setembro de 1976. *Nhamundá ameaçado de Intervenção*. P. 04.
[943] Jornal A Crítica, 21 de setembro de 1976. *Denunciada perseguição política*. P. 05.
[944] Jornal A Crítica, 26 de setembro de 1976. *Presidente do pleito municipal fala sobre propaganda política*. P. 05.

escrita	
Sobre a realização de ato ou comício	Se o ato for político, deve-se informar a política 24h antes.
Sobre a propaganda no Rádio e Televisão	Apenas no horário eleitoral gratuito. Programas gravados e encaminhados com antecedência

Mesmo dentro de uma legislação sufocada e amparada pelo AI-5, nas grandes capitais, os correspondentes nacionais[945] do jornal *A Crítica* indicavam que a ARENA ainda não estava conseguindo anexar novos eleitores. Ainda em setembro, o deputado Damião Ribeiro (MDB) denunciava na Assembleia Legislativa que a prefeitura estava totalmente entregue a campanha arenista, colocando na rua todo o maquinário, funcionários[946] e recursos publicitários para que o partido saísse vitorioso[947]. No interior, os esforços da *Operação Ajuricaba* continuavam com as intervenções e a oposição, recorrentemente, recebia denúncias de casos de abusos de autoridade. Na capital, o MDB, acusado de falta de identidade, estava sem o apoio do jornal *A Crítica*, sem a liderança de Fábio Lucena e difamado pelo caso *Watergate Municipal*. E no nível da linguagem humorística, Miranda, em sua coluna, tentava explorar temas para o público arenista, embora sem a mesma regularidade de outrora. Todo este cenário desfavorável indicava, se não a credibilidade do MDB, um tipo de insatisfação pública com a gestão militar na capital e, principalmente, no interior. Essa carência de representatividade seria mais tarde ocupada estrategicamente com o retorno de um antigo líder populista, Gilberto Mestrinho, promovendo a vazante das coligações militares e abrindo um novo afluente de poder no Amazonas.

A falta de intensidade, equivalente a 1974, sobre produções políticas de João Miranda em outubro pode ser visto como um indicativo da negociação que ele precisava realizar entre seus interlocutores. Na medida em que a ordem de processar humoristicamente a oposição surgiu enquanto um projeto de Umberto Calderaro, Miranda foi obrigado a se desconectar do seu público regular, deslocando-se para zonas temáticas estranhas aos seus leitores. Esse dado indica uma diferença importante entre espectros cômicos e processos humorísticos. Miranda não tinha capacidade de produzir comicidade, pois ela é um fato, um produto da realidade. Sua habilidade consistia em lapidar essa matéria prima para um tipo específico de consumidor, ambientado ao seu

[945] Jornal A Crítica, 28 de setembro de 1976. *Campanha Municipal*. P. 04.
[946] Jornal A Crítica, 02 de outubro de 1976. *Arena utiliza servidores para tirar proveitos eleitoreiros*. P. 03
[947] Jornal A Crítica, 23 de setembro de 1976. *Prefeitura está entregue a campanha partidária da ARENA*. P. 05.

tempo, espaço, linguagem e condição social. Na medida em que Calderaro tentou fabricar sinteticamente esse recurso, explorando temas mecânicos da tradição anticomunista, seus interlocutores responderam com a falta de consumo do jornal. Diante do péssimo investimento, Miranda foi reencaminhando para a zona de conforto dessa relação: o tema sobre *custo de vida*, que, como visto, registrou 35% das suas produções no mês, a maior do ano.

Gráfico 09

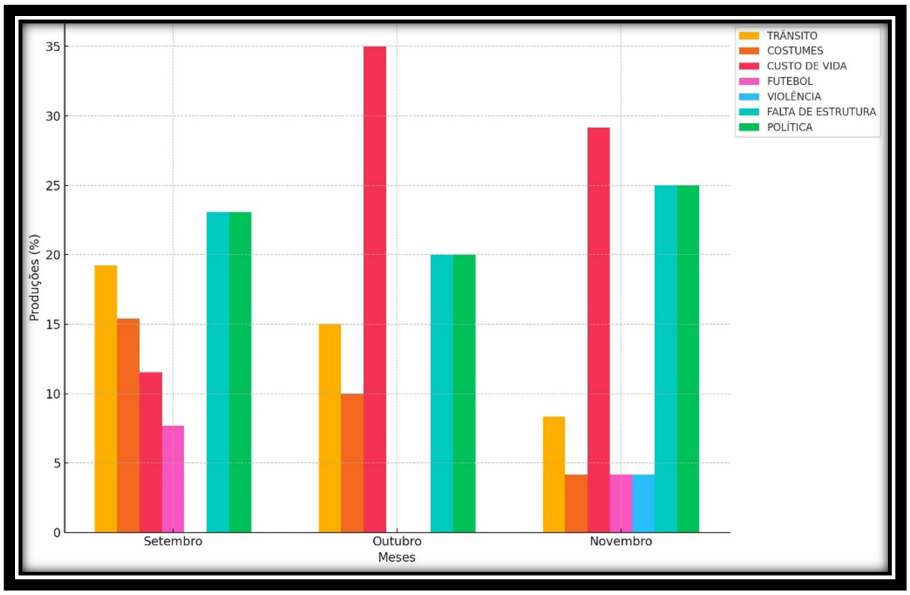


Gráfico de todos os temas gerais circulantes no último trimestre de 1976

Pelo gráfico se observa um crescimento acentuado sobre o tema *Custo de vida*, que cresceu ao lado, mesmo que moderadamente, com os temas *Política e Falta de Estrutura*. As charges sobre trânsito e costumes, geralmente encaminhados para interlocutores da classe média, caíram drasticamente, recebendo pouca atenção nos meses que antecedem a eleição. Essas escolhas indicam não só uma ênfase dos temas, mas também uma opção de direcionamento social que o humor da coluna pretendia acionar. Diante da tragédia do custo de vida, era mais fácil acionar os gatilhos emocionais desse público, através desta experiência de riso, do que referenciando os estereótipos do bipartidarismo em um contexto local no qual a ARENA estava sem prestígio e o MDB sem representação.

Enquanto isso, no mês de outubro, Henoch Reis anunciou a concessão de um possível aumento ao funcionalismo público, a partir de 1 de janeiro de 1977, tentando angariar o público de classe média do município e alimentar uma imagem mais

simpática entre os eleitores e o governo da ARENA, às vésperas da eleição[948]. Importante ressaltar também os usos do teletipo do *A Crítica* nesse contexto. Como em vários jornais do sudeste, Calderaro começou também a colocar, em destaque de capa, matérias sobre ditaduras e golpes de Estado[949] em outros lugares do mundo, buscando ativar a reflexão comparativa dos leitores. Alzira Alves de Abreu sinaliza que essa estratégia de sobrevivência foi bastante usada também pela imprensa do sudeste, e, em especial, pelo *Jornal Nacional*, da Rede Globo, que além de investir nos correspondentes internacionais, deu maior destaque a esse tipo quadro já no início da década de 1970[950].

O MDB em outubro ainda registrou, através do jornal *A Crítica*, mais dois casos de interferência política. O primeiro diz respeito a uma restrição de inscrições para candidatos da oposição no município de Carauari, sudoeste amazonense. O TRE teve que, inclusive, expedir um documento derrubando a sentença do Juiz local para que os candidatos emedebistas constassem, de fato e de direito, no pleito do seu município[951]. Outro caso de interferência política foi denunciado por Damião Ribeiro (MDB), registrando que candidatos da ARENA, atuantes como professores de escolas públicas do estado, estavam fazendo política dentro das instituições de ensino, recrutando alunos e promovendo programas partidários[952].

No mesmo dia 8, a visita de Franco Montoro a Manaus tinha como objetivo apresentar e alinhar as estratégias do partido para o mês de outubro. Em virtude da Lei Falcão e das intervenções, o Senador declarou que, pelas limitações, a missão em Manaus consistia essencialmente em fazer o chamado "trabalho de formiguinha".

> Quem quiser Governo autoritário, ditadura, ao modelo africano, vote na ARENA. Quem quiser o modelo democrático vote no MDB". (...) Estão definidas as estratégias da oposição e as principais mensagens do partido em nível nacional e municipal. Em nível nacional estão a normalização da vida pública brasileira, com democracia, império da lei e estado de direito, a exemplo das demais nações, civilizadas e cultas; um desenvolvimento voltado para o mercado interno; uma melhor distribuição de renda nacional e a luta em defesa da educação, cultura, tecnologia nacionais, contra a ameaça de desnacionalização e colonialismo cultural e tecnológico. Na área municipal, o partido defende o fortalecimento dos municípios, em oposição a

[948] Jornal A Crítica, 06 de outubro de 1976. *Henoch Reis anunciará dia 28 novo aumento para funcionários*. P. 03.
[949] Jornal A Crítica, 07 de outubro de 1976. *Golpe militar agita Tailândia*. P. 01.
[950] ABREU, Alzira Alves. *A mídia na transição democrática brasileira.* Sociologia, problemas e práticas. P. 57.
[951] Jornal A Crítica, 08 de outubro de 1976. *TRE decide registrar candidatos do MDB em Carauari*. P. 05.
[952] Jornal A Crítica, 13 de outubro de 1976. *Professoras estão fazendo política nos colégios*. P. 05.

> tendência centralizadora do Governo Federal, a reforma tributária com maiores recursos ao município, a descentralização das atividades e a democracia participativa, caracterizada pela integração dos diferentes setores da comunidade municipal[953].

A fala de Montoro, apesar de tangencial, alertava para o estado de vulnerabilidade política que municípios distantes da capital se encontravam, aspecto que certamente foi pautado entre a alta cúpula do MDB desde a última visita. No caso do Amazonas, as comunidades não só eram deslocadas economicamente, mas também estavam à mercê de intervenções e coronelismos locais, caso as lideranças não se alinhassem ao Poder Executivo central e estadual. Em resposta, a ARENA, através do polêmico Domingos Sávio, acusou o senador de "Fujão" e "Sem moral pra vir a Manaus dar lições" [954].

Do lado governista, a partir da segunda quinzena do mês de outubro, a ARENA começou a utilizar com maior regularidade a parceria com o jornal *A Crítica*, que diante das críticas da Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa, ofertava matérias de capa para Jorge Teixeira se explicar, enquanto para a oposição guardava-se pequenos noticiários, apenas para registro. Ao final do mês, a ARENA utilizou deste espaço nobre para denunciar a montagem de uma possível "insurreição social" contra o governo, procurando ativar nos leitores sensações e gatilhos de anarquia.

> A Aliança Renovadora Nacional, cumprindo com o seu dever de zelar pela ordem pública instaurada pela Revolução de 1964, vem prevenir o povo amazonense de que se encontra em curso uma campanha visando provocar a desordem e a insurreição. (...) está em curso um plano contra a Revolução de 31 de março de 1964, cujo principal instrumento é requerer a cada dia, a demissão de uma autoridade ou estadual e mesmo do próprio Governador do Estado. Com isso, pretende inocular, na opinião pública, a imagem de inércia das autoridades atingidas de incapacidade técnica e moral, a fim de minar o relacionamento respeitoso entre governantes e Governador. (...) frente aos fatos indesmentíveis, a ARENA pede ao povo amazonense que não se deixe levar pelos apelos ao saque e roubo, pois esta iniciativa do MDB, que tem como principal veículo propagador o próprio jornal da Oposição, conflita com nossas tradições de ordem e respeito. Pelo visto, o Movimento Democrático Brasileiro não quer só isso. Quer que o povo saqueie supermercados e armazéns[955].

[953] Jornal A Crítica, 08 de outubro de 1976. *Governo autoritário é com a Arena, Governo democrático é MDB: Montoro.* P. 05.
[954] Jornal A Crítica, 09 de outubro de 1976. *Montoro é fujão e não tem moral para atacar a ARENA*. P. 05.
[955] Jornal A Crítica, 24 de outubro de 1976. *A insurreição em marcha*. P. 01.

Procurando transferir para o MDB o peso do caos sobre o custo de vida em Manaus, a ARENA, com a mão fraca, decidiu dar um *bluff*[956] no jogo eleitoral, demonstrando que a fragilidade da legenda pelo país também se reverberava na cidade. Em resposta ao casuísmo desesperado do partido, Fábio Lucena foi categórico.

> A nota arenista é um auto-retrato do desespero que se apossou daquele partido. Insurreição é tentar impor a vontade de certos candidatos arenistas à autoridade do prefeito, impondo a uma autoridade constituída que demite certo diretor de uma empresa sob pena de "renunciarem", como se a autoridade existisse para submeter-se a imposição de quem quer que seja. O MDB nunca impôs nada ao Governo, sempre pediu, sempre sugeriu. Todos aqueles que tentam impor aos governos uma vontade sob condições, como no caso de certos candidatos arenistas, desejam somente desacreditar a autoridade perante ao povo, instilando-lhe a ordem pública o germe subjetivo da propaganda minadora do desrespeito a autoridade[957].

Lucena explorou o escândalo da FRIGOMASSA para denunciar como o governo estava procedendo no caso da falta de abastecimentos, procurando culpados para esconder seus interesses políticos no serviço. Após demitir do cargo o diretor Cirilo Neves, devido a um possível pedido de candidatos arenistas, o governador promoveu uma cisão temporária entre Josué Filho e Jorge Teixeira. Na nota arenista, os argumentos estiveram geralmente associados a crise internacional do petróleo e ao alto valor dos combustíveis, que por tabela refletia na inflação e no preço dos alimentos. Por esse argumento ser regular entre as elites dirigentes desde 1973, esse recurso já estava bastante utilizado enquanto argumento. Talvez por isso Miranda começou a incorporá-lo ao cinismo dos candidatos "chargeados", por entender que esse espectro cômico do descompasso entre "desenvolvimento" e "realidade" já não tinha outro lugar senão o espaço trágico. O tribuno seguiu argumentando que:

> "Incapacitados de resolver o problema do abastecimento em Manaus e no Amazonas, a ARENA recorre agora a esse subterfúgio que muito diz o estofo moral dos seus dirigentes locais: acusando o MDB de estar mandando o povo invadir supermercados. Vivem publicando estatísticas mentirosas sobre o custo de vida, fornecidas sob encomenda pela CODEAMA, quando os fatos desmentem as suas estatísticas falsas. Deixam o povo à mercê dos assaltantes da bolsa popular, quer os do pescado ou os da carne, reduzem o Estado a uma situação hospitalar de um leito para cada mil amazonenses, estiolam a educação, provocam a fuga do homem do interior para a capital que esta transformada no maior foco de favelas do país"[958].

---

[956] No Poker, o bluff é uma jogada realizada com a mão fraca na tentativa de fazer o oponente desistir. Etimologicamente, é a base para o termo "blefe".
[957] Jornal A Crítica, 26 de outubro de 1976. *MDB vê conspiração do partido do Governo e rebate acusações*. P. 05.
[958] Jornal A Crítica, 26 de outubro de 1976. *MDB vê conspiração do partido do Governo e rebate acusações*. P. 05.

Se a crise de abastecimento e o custo de vida não estivessem tão latentes neste contexto, é possível deduzir que o discurso desesperado da ARENA ainda encontrasse acústica para reverberar dentro de núcleos da classe média e simpatizantes do governo. Entretanto, como visto, as produções de costumes e trânsito caíram vertiginosamente, dando espaço para propostas cômicas de pautas mais populares. O alarme arenista não teve o sucesso esperado, gerando pela culatra um disparo discursivo que representava, nesse contexto, mais uma resposta do *A Crítica* do que propriamente uma defesa do MDB.

> Por tudo isso, contagiaram-se com o desespero e, às vésperas das eleições municipais, querem lançar o MDB contra o regime, quando são eles, os dirigentes da ARENA local, os maiores responsáveis pelas derrotas eleitorais que se refletem sobre o Governo Federal no Estado do Amazonas. E ainda se mentem ao Presidente da República com relatórios que não espelham a verdade sobre a situação de Manaus e do Amazonas. É o MDB, e não a ARENA, que poderá mudar a imagem do próprio Governo Revolucionário aqui no Amazonas"[959].

Observa-se que Lucena, por mais divergências que tivesse com Jorge Teixeira, só interveio em defesa do partido quando o ensejo era adequado para promover pautas de seu interesse, como o caso da FRIGOMASSA, que lhe levou a impugnação, e ao *Watergate Municipal*, muito mais pela traição do Presidente Ruy Adriano do que pela sentença moral. Suas falas eram cirúrgicas e atacavam os eixos dos conflitos partidários, o que torna para os historiadores um excelente objeto para observar como funcionavam as dinâmicas políticas do bipartidarismo amazonense.

Enquanto isso, o *A Crítica* continuava a dar visibilidade nos noticiários a Jorge Teixeira e aos novos personagens da ARENA local. No dia 25 de outubro, o *A Crítica* lançou uma matéria de destaque, incluindo imagem e subtítulos didáticos, abordando sobre uma pesquisa eleitoral que indicava que a Câmara em 1977 seria ocupada majoritariamente pela ARENA. Apesar de a pesquisa ter sido encomendada pela própria legenda, a matéria é um objeto interessante para perceber os nomes que o partido destacava ao público, além de apresentar os novos objetos de apropriação da campanha, tentando se comunicar com um novo eleitorado emergente das lutas sociais.

> Os últimos dias provocaram a união da frente jovem com candidatos fortíssimos como Josué Filho, Waldir Barros, Carrel Benevides, Barros de Carvalho, Wellington Araújo, Silas leão, Claudio Amazonas e outros. (...) Frente jovem com candidatos fortíssimos como Josué

[959] Jornal A Crítica, 26 de outubro de 1976. *MDB vê conspiração do partido do Governo e rebate acusações*. P. 05.

> Filho e Waldir estão se unindo com Raimunda Dionísia: "As mulheres dessa vez vão abafar". E ela diz para todas: "Mulheres, vamos abafar no dia 15". A pesquisa revela também que a maioria das mulheres está com a ARENA[960].

Nessa senda, o *A Crítica* deu destaque no dia 28 ao caso da deputada arenista Socorro Dutra, que sofreu uma possível tentativa de agressão do deputado José Costa de Aquino (MDB), o Carrapeta, que interrompido pela colega, revidou uma indireta da deputada e foi tirar satisfação[961]. Acusando a deputada de ser chefe de quadrilha em Barreirinha, J. Aquino perdeu o decoro e jogou ainda mais gasolina no debate. No último trimestre de 1974, essas atitudes foram exploradas para quebrar o decoro dos arenistas, que incomodados com os estúdios de TV, deixavam escapar, no calor da discussão, provas contra o partido. Ao que parece, a lição foi bem aprendida, pois, seja através de Socorro ou Domingos Sávio, a atitude que colocou o MDB na vigilância do seu silêncio, a partir de novembro, indicava que a ARENA estava estrategicamente explorando qualquer furo de tribuna, usando logo em seguida o conflito como manchete para explorar sensações e gatilhos emocionais nos leitores do jornal *A Crítica*.

No mesmo dia, o *A Crítica* intensificou a campanha em prol da credibilidade de Jorge Teixeira. Apesar de ser um pleito legislativo e seu cargo nem estar em disputa, a imagem do prefeito foi usada tanto para dar credibilidade aos arenistas quanto para usar do ensejo para começar sua corrida eleitoral para 1978. Essa matéria de capa foi postada no dia em que Henoch Reis anunciava aumento no funcionalismo público, buscando dar ainda mais confiança às políticas da legenda. Na notícia, Jorge Teixeira foi anunciado como "o homem da missão" e, também, aquele que "o povo quer" [962].

[960] Jornal A Crítica, 25 de outubro de 1976. *Povão falou: nas eleições, 45% e 30% do MDB*. P. 04.
[961] Jornal A Crítica, 27 de outubro de 1976. *Aquino quis bater em Socorro Dutra*. P. 01
[962] Jornal A Crítica, 28 de outubro de 1976. *O povo quer Prefeito Teixeira*. P. 01.

Figura 58[963]



Matéria destaque de capa do A Crítica

A matéria do *A Crítica* declarou que a base de sua afirmação vinha de uma enquete popular, onde entrevistou-se moradores de alguns bairros da cidade para afirmar que Teixeira teria esse "apoio do povo" e que sua renúncia geraria muitos problemas. Apesar da notícia encomendada, ela fez uso de argumentos que mostravam, em parte, como estavam os ânimos dentro do diretório da ARENA. Retirei apenas alguns trechos para analisar como esse texto se articulava com as produções de Miranda nos materiais de novembro

> As mais diferentes camadas sociais de Manaus, ficaram favoráveis ao Prefeito Jorge Teixeira em relação a política que se abate sobre a ARENA, provocada pelo candidato a vereador Jorge Teixeira. As manifestações populares favoráveis ao prefeito Jorge Teixeira começaram a surgir, face uma notícia publicada num jornal local de que o chefe do Executivo Municipal estaria propenso a renunciar à Prefeitura de Manaus por não encontrar apoio junto ao Governo do Estado. A enquete realizada pela reportagem de A Crítica aponta como resultado o total apoio do povo desta cidade ao prefeito Jorge Teixeira[964]

Logo em seguida, como de costume, o jornal *A Crítica* usou uma fala de Fábio Lucena para dar credibilidade a sua enquete popular. Sobre o prefeito, o tribuno, que aparentemente apenas o tolerava por causa do projeto de Calderaro, declarou:

> Não consentirei que se desmoralize a autoridade do prefeito de Manaus, que seja da ARENA ou do MDB, ou de qualquer partido que venha a existir no País, está acima dos arreganhos de qualquer azêmola. (...) eu, se fosse prefeito, renunciaria ao cargo e acusaria o Governador de traidor dos princípios revolucionários que ele, e o Governador, solenemente proclama.

[963] Jornal A Crítica, 28 de outubro de 1976. *Povo quer prefeito Teixeira*. P. 01.
[964] Jornal A Crítica, 28 de outubro de 1976. *Povo mostra-se favorável a Teixeira e pede apoio do Governo*. P. 03.

> Não fui, nem sou revolucionário. Sou um homem adstrito às leis. Mas não sou moleque. E o que querem fazer com o prefeito é precisamente uma molecagem". "Repito: se desmoralizarem o prefeito, vai haver guerra. Guerra verbal contra a molecagem e contra a tentativa de se transformar em montanha uma simples relva que mal viceja a seu sopé. Saibam o que vão fazer, porque, em caso contrário, vão ser dar mal. Eu mesmo me encarregarei de levar os fatos ao arbítrio do Presidente da República, para ver se de fato se fez uma revolução, como se diz por aí, para moralizar dentro outras coisas, os costumes administrativos do país[965].

Mais uma vez é possível observar como o *A Crítica* se servia do prestígio de Fábio Lucena (e vice-versa) entre as massas para referendar temas do seu interesse. Sua garantia de vigilância "apartidária" aumentava o prestígio do prefeito como um candidato com governabilidade suficiente para unir os interesses da coletividade, e principalmente o do *A Crítica*. Esse prestígio de Jorge Teixeira, alimentado pelo *A Crítica* começou a se distribuir também pelas charges de Miranda.

A charge do dia 1° de novembro abriu o mês da eleição com referências novas para o público da coluna. Desde que começou a trabalhar com Calderaro, em representações sobre debates políticos, Miranda sempre utilizou homens. Pela primeira vez ele decidiu colocar uma figura feminina para falar sobre, dialogando com os seus interlocutores através das mudanças e renovações que ocorriam dentro da ARENA, como mencionado. Nessa senda deduzo duas leituras: o sentimento da necessidade de atingir um novo público para a coluna, seguindo as demandas emergentes; A negociação com um público já existente, onde, a seleção de cabelo da personagem, curto e moderno, indicava uma visão feminina diferente por parte do artista. Interessante que Miranda, quando representa a ARENA, anexava um nariz mais definido, delicado e harmônico. Nessa representação publicou um nariz idêntico ao do outro personagem. Apesar do jogo de palavras enaltecer o nome do prefeito, as mãos dos personagens denunciavam suas inseguranças.

Trazendo o tema para a cidade, pelos traços de fundo, a charge referenciava que tanto o prestígio quanto o nome do prefeito Jorge Teixeira já estava na "boca do povo". Como a enquete do *A Crítica* envolveu os bairros próximos ao centro, Miranda fez um jogo de palavras entre o seu logradouro, o bairro da glória, e o momento político do chefe municipal.

---

[965] Jornal A Crítica 28 de outubro de 1976. *Fábio Lucena*. P. 03.

Charge 48[966]



Que tal o nosso prefeito Teixeirão?
Está na Glória...

Iniciado o mês do pleito, a contagem regressiva tornava a ARENA ainda mais dependente do *A Crítica*, visto que internamente os conflitos de interesses promoviam quebras de credibilidade. O contexto, pela realidade social, estava muito mais aberto a encontrar simpatizantes entre os emedebistas. Era necessário cavar todos os caminhos possíveis para desmoralizar o partido com qualquer fala mal apropriada nas casas legislativas, como Domingos Sávio (ARENA) vinha fazendo desde o ano anterior.

Já no dia 1° o *A Crítica* lançou uma nota em caixa alta de primeira página, assinada pela ARENA com o título *MDB traiu o povo e confessa corrupção*. A nota não trouxe nenhuma novidade à disputa, apenas enfatizando, mais uma vez, a tendência "comunista" da legenda de oposição. Ao final do texto, a carta do Diretório arenista enfatizou que:

> Não descansaremos enquanto não esclarecermos totalmente a opinião pública, desmascarando os falsos defensores do povo. Em outro dia deveremos falar de outros membros da oposição, da linha como o seu ex-líder da Câmara chamou de "Movimento da Bandalheira" e dos negócios que realizavam utilizando triste mercantilização dos mandatos. Povo do Amazonas! Estás sendo usado, estás sendo enganado na tua boa fé pelos membros da oposição. Eles querem teu voto para depois tentar enriquecer usando os mandatos que na boa fé conferiste. Povo do Amazonas! Foste enganado, mas ainda há tempo de reparares o engano cometido fazendo maioria da ARENA para a Câmara Municipal de Manaus[967].

[966] Jornal A Crítica, 01 de novembro de 1976. P. 04.
[967] Jornal A Crítica, 01 de novembro de 1976. *MDB traiu o povo e confessa corrupção*. P. 01.

Para além desses casuísmos tradicionais da ARENA, o clima entre governistas e a oposição esquentou de vez nos primeiros dias de novembro. Miranda continuava focado nas publicações sobre o tema *Custo de Vida*, esperando um furo político da oposição que, aparentemente, estava se esforçando para não ceder ao jogo emocional. Durante novembro, ele fez charges muito pontuais sobre o tema, apenas quando o espectro cômico era berrante o suficiente para gerar um processo humorístico efetivo. Uma delas diz respeito a um conflito que já vinha se arrastando desde setembro e que encontrou, próximo à eleição, o ensejo perfeito para reverberar na coluna de Miranda.

Entre os tribunos da ARENA, Domingos Sávio, desde a briga com José Dutra em março, se destacava entre os representantes polêmicos de bancada, quase sempre provocativo e tentando tirar a oposição da linha. Chamado de "moleque e mentiroso" por Paulo Sampaio em um comício na cidade de Itacoatiara[968], Domingos guardou a informação e aproveitou o espaço no dia 5 de novembro para tirar o deputado definitivamente do sério e bem no meio do seu pronunciamento. Entre vários xingamentos, o parlamentar acusou Paulo Sampaio de assassino e assim o tempo fechou na Assembleia. O emedebista respondeu dizendo que ele era "cachorro e que ia apanhar", caindo assim no golpe do provocador[969]. Independente da consubstancialidade das acusações, Miranda não perdeu a oportunidade de alimentar mais um pouco a imagem de descontrole da oposição.

[968] Jornal A Crítica, 13 de setembro de 1976. *Paulo Sampaio briga com Sávio e Presidente encerra a sessão*. P. 05.
[969] Jornal A Crítica, 5 de novembro de 1976. *Domingos chama Paulo de assassino. Paulo chama Domingos de cachorro*. P. 05.

Charge 49[970]



Vossa excelência é um assassino!!!
E vossa excelência é um cachorro!!!
Hoje é dia de feijoada no restaurante "Alvorada"... Alô, Álvaro, abração...

A "chargecatura" propôs o conflito dos deputados ao riso baseando-se em uma fotografia semelhante publicada no do dia anterior. Ela sugeriu para os interlocutores da coluna o lugar da chacota e da sujeira partidária, espaço onde Valdik estava autorizado a urinar. Marcando seu território sobre o deputado da oposição, a ênfase de Miranda não foi gratuita. Com o deslocamento de Fábio Lucena do centro da oposição amazonense, um nome vinha, desde o caso *Watergate Municipal*, se destacando entre os ferrenhos opositores do prefeito Jorge Teixeira: Paulo Pedraça Sampaio[971]. Poucos nomes, como o de Sampaio, foram tão destacados na defesa dos movimentos sociais no interior do Amazonas, principalmente em um município onde a oposição ameaçava a ARENA desde 1974[972]. A fim de sintetizar sua trajetória, preparei um breve quadro para agilizar esse hiato para a charge seguinte.

[970] Jornal A Crítica, 06 de novembro de 1976. P. 04.
[971] Paulo Pedraça Sampaio (1925 – 2017) Natural de Manicoré (AM), foi Deputado estadual e Prefeito de Itacoatiara.
[972] Jornal A Crítica, 20 de novembro de 1976. P. 03. Segundo Paulo Sampaio, em 1974 o MDB chegou a fazer 50,5% da votação da cidade, que na época tinha 12 mil habitantes.

Quadro 23[973] **Histórico Político – Paulo Pedraça Sampaio**	
1925	Nascimento – Manicoré – 25 de janeiro
1939	Mudança para Itacoatiara Casamento com Nair Calixto
1946	Fundou a secção local do Partido Comunista Brasileiro (PCB) Com a extinção, passou a trabalhar na clandestinidade, liderando movimentos de trabalhadores, operários e sindicatos no interior do Estado
1958	Ingressou no PTB Eleito vereador na Câmara Municipal de Itacoatiara
1963	Candidato a reeleição, sem sucesso. Ficou como Suplente.
1965	Presidente fundador da secção local do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) Preso pelo Exército após o Golpe Militar
1969	Solto, impetrou mandado de segurança contra a Câmara e voltou a atividade legislativa.
1970	Candidato a deputado Estadual. Mesmo com 2070 votos, perdeu a cadeira para Léa Alencar Antony
1974	Ingressou como Deputado Estadual
1975	Líder da bancada da oposição
1978	Candidato à reeleição, sem sucesso
1982	Candidato a prefeito de Itacoatiara, sem sucesso.
2017	Falecimento – Itacoatiara – 25 de julho

A trajetória política de Paulo Sampaio trazia no seu *curriculum vitae* alguns episódios bastante usuais em tempos eleitorais. Preso pelo Exército após o golpe de 1964, Sampaio tem como registro a fundação de uma célula do Partido Comunista Brasileiro em Itacoatiara, ao lado dos seus companheiros Aldo Moraes e Cesar Garcia. Liderando movimentos sociais e sindicatos trabalhistas no interior do estado, Paulo Pedraça era o alvo perfeito para um novo casuísmo da ARENA às vésperas da eleição. Da mesma forma que Jorge Teixeira, os ícones partidários foram usados para reverberar entre os eleitores a imagem social dos seus partidos. O Prefeito, através da promoção do *A Crítica*, tentava melhorar a imagem de uma ARENA desarticulada, enquanto no MDB, o passado de deputados que nem estavam em disputa eram cavados para tentar anexar uma imagem generalizante entre os candidatos da legenda.

Paulo Pedraça foi vereador de Itacoatiara pelo PTB na primeira gestão do governo Gilberto Mestrinho, em 1958. Francisco Gomes comentou que sua reeleição em 1963 foi muito prejudicada pelo contexto de polêmicas envolvendo seu

[973] Os dados de trajetória do deputado foram retirados da biografia escrita pelo professor e conterrâneo do tribuno de Itacoatiara, Francisco Gomes da Silva, disponível em seu blog: https://franciscogomesdasilva.com.br/paulo-sampaio/ .

posicionamento em defesa de Fidel Castro, após a tentativa de invasão Norte-Americana em 1961. Mesmo derrotado, ficou como suplente até ser cassado e preso pelo Exército em 1965.

Os registros de sua opinião foram resgatados e usados em uma matéria de capa do *A Crítica*, assinada pelo diretório arenista com o título *Arena prova que MDB traiu o povo*. Somado a acusação de "assassino" no dia anterior, o *A Crítica* publicou, entre outros "esclarecimentos":

> Continuando com nosso dever de esclarecimento do povo amazonense sobre o verdadeiro caráter do MDB, que mercantiliza mandatos conseguidos à custa de engodo, temos antes a esclarecer:
> Constam em anais da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal de Itacoatiara os pronunciamentos em que o Deputado PAULO SAMPAIO elogia Cuba e ataca nosso país, procurando apresentar o desenvolvimento do Brasil como uma farsa e, portanto, tentando minar o amor patriótico que emana da certeza de que a Revolução está construindo um país melhor, tentando desiludir a juventude na confiança que deve depositar por uma futuro compatível com as aspirações nacionais no concerto das potencias modernas[974].

Com Fábio Lucena "correndo por fora", evitando exposição, Paulo Sampaio foi um dos alvos simbólicos mais perseguidos da ARENA local, em virtude da sua atuação enquanto líder da bancada de oposição. Sua atividade nos movimentos sociais em Itacoatiara desde os anos 1950 certamente colaborou para que ali, um núcleo de oposição fosse mais sólido do que em outros municípios distantes do Amazonas. Já com essa leitura, é possível deduzir que a escolha das comitivas nacionais do MDB em passar regularmente por Itacoatiara, nas visitas de sondagem, e a decisão de Henoch Reis montar a sede da *Operação Ajuricaba* exatamente lá, não eram aleatórias.

A escolha de Miranda "chargecaturar" Sampaio com a intenção de estereotipar a oposição, principalmente em uma oportunidade onde ela foi reativa ao ser chamada de "assassina", demonstrava mais uma vez que não havia apenas uma relação de força pesando sobre o jornal de Umberto Calderaro. Havia uma ação colaborativa, apenas preservando Fábio Lucena e alguns agregados.

Outra figura do MDB que começou a receber ataques foi Elizabeth Azize, acusada de *Lenocínio* pelo candidato Wellington Araújo (ARENA)[975]. Na matéria solicitada pelo partido, a candidata foi enquadrada pelo arenista em virtude de um dos

[974] Jornal A Crítica, 7 de novembro de 1976. *ARENA prova que MDB traiu o povo*. P. 01.
[975] Jornal A Crítica, 7 de novembro de 1976. *MDB usa dinheiro de Lenocínio na campanha*. P. 03.

hotéis acusados ser de propriedade do seu pai. Aqui vale um detalhe: como Beth Azize era colunista do *A Crítica*, em sua notícia estava destacado o termo "solicitado", destacando que a opinião era um direito do partido e não uma informação embasada.

Dois dias depois Wellington Araújo lançou mais um texto, atacando a moral da candidata por ela citar, em uma de suas crônicas, um romance da autora Cassandra Rios[976]. Para ele, isso foi suficiente para definir que Beth Azize "não tem a menor ideia do que significa ambiente familiar[977]". Elizabeth Azize, pela formação jurídica e popularidade da coluna, certamente era uma das candidatas mais temidas pelo partido governista. Tentando neutralizar o prestígio da colunista, a baixaria orquestrada pelos candidatos da ARENA estava seguindo uma escala que, isoladas geravam tons diferentes, mas juntas formavam uma nota cheia de oportunidades para a difamação sensacionalista.

Paulo Sampaio, Elizabeth Azize e J. Aquino formavam a tríade harmônica das críticas arenistas no último trimestre. Entretanto, pelo contexto de inflação e custo de vida, a baixaria dos candidatos não teve a plateia esperada, talvez porque a fronteira entre o cômico e o trágico estava muito estreita e exposta diante daqueles subestimados leitores. É importante novamente destacar que processos humorísticos sem uma boa fonte de espectro cômico não conquistava regularidade temática. Miranda era um canal de acesso desse público ao tipo de repertório, mas como visto, pela constância de trabalhos, é possível deduzir que a conexão com esses interlocutores não estivesse gerando a agitação necessária para a festa continuar.

Ainda no dia 7, o *A Crítica* lançou uma nota na *Sim e Não* ironizando que o MDB estava contente com a vitória do democrata Jimmy Carter nos EUA. Comentando que esse fato em nada influenciaria na política da ARENA, o MDB foi visto pelo jornal, por essa manifestação, como um partido *místico e antinacionalista*[978]. No dia seguinte, outra nota[979], comentando que muitos eleitores desiludidos com o MDB e sem identificação com a ARENA anunciavam que iam votar nulo. Apresentando um claro

[976] Cassandra Rios (1932 – 2002), natural de São Paulo. Cassandra Rios foi o pseudônimo de Odette Perez Rios, escritora brasileira que abordava temas de ficção, mistério e principalmente homossexualidade feminina e erotismo, sendo a primeira escritora a tratar do tema, quebrando assim um grande tabu nacional.
[977] Jornal A Crítica, 09 de novembro de 1976. *Não podemos deixar que prostituam a Câmara de Manaus*. P. 05.
[978] Jornal A Crítica, 07 de novembro de 1976. Coluna *Sim e Não*. P. 04.
[979] Jornal A Crítica, 08 de novembro de 1976; Coluna *Sim e Não*. P. 04.

esforço de desmoralização da oposição, o trecho registrou ainda que a tendência mais sensível dos votos nulos era proveniente dos "eleitores emedebistas desiludidos".

A poucos dias da eleição, apesar de todas as críticas ao MDB, os candidatos que mais infringiram a Lei Falcão foram da legenda governista, com destaque para Carrel Benevides, Samuel Peixoto, Waldir Barros, Nelson Maranhão e José Garcia, todo punidos por colocarem faixas em lugares proibidos. No interior, a intervenção arenista continuava intensa. No município de Novo Airão, o prefeito arenista e o Delegado Geral de Polícia estavam impedindo a propaganda do MDB, não permitindo que os candidatos se reunissem em festas, comícios e reuniões, chegando ao ponto de, a mando do Delegado e do Prefeito, os policiais sacarem armas e atirarem para o alto, intimidando populares e candidatos da oposição. Foi necessário um Juiz da Comarca do município intervir para que o TRE tomasse medidas preventivas, evitando assim que o pior não acontecesse[980].

No dia 8 de novembro, mais uma matéria de capa, intitulada *O MDB e o Homicídio*. Nela o diretório arenista trabalhou com uma tese sobre o atentado a Fábio Lucena em 1975, quando este foi acometido por um tiro a queima roupa. Para o diretório regional, como Andrade Netto, acusado de ser o mandante do crime, nunca foi sentenciado por falta de provas, a declaração do partido sugeriu aos leitores que "alguma coisa ainda estava mal contada". Diante de uma possível "reconciliação" dos dois, presumidamente vista em Parintins, a ARENA exigiu esclarecimentos do tribuno[981].

No outro dia, o *A Crítica* publicou em caixa alta a resposta de Fábio Lucena: *nem no inferno aperto mão de bandido*[982]. Como mencionado, Fábio Lucena manteve pouca exposição nesta corrida eleitoral, mas quando era "cutucado" pela ARENA, não perdia a oportunidade de se posicionar e atacar cirurgicamente seus desafetos. Com o privilégio de poder responder imediatamente através do periódico parceiro, o *A Crítica* publicou a matéria com caixa alta e imagens na manhã do dia seguinte. O texto foi um tiro de escopeta na ala governista, acertando e estourando o que estivesse no seu horizonte. Em síntese, esse que foi um dos melhores pronunciamentos desse pleito, iniciou registrando um *mea culpa* sobre sua atuação na Câmara Municipal de Manaus,

[980] Jornal A Crítica, 8 de novembro de 1976. *Luta dos partidos encerra dia 13 com o final de propagandas*. P. 03.
[981] Jornal A Crítica, 8 de novembro de 1976. *O MDB e o homicídio*. P. 01.
[982] Jornal A Crítica, 9 de novembro de 1976. *Fábio responde à ARENA com a maior severidade*. P. 05.

respaldando as hipóteses levantadas até aqui pela pesquisa. Fábio declarou que se sentia entediado, cansado e que sua atuação era uma das mais apagadas até então. Contudo, lembrou que em 1972 sua votação expressiva não podia deixar-lhe acomodado, assistindo situações degradantes sobre o trabalho da oposição amazonense. Ele agradeceu o reconhecimento da ARENA, que o definiu como um "homem de moral e dignidade", mas que, pelo histórico, não tinha condições de dizer o mesmo.

Deste momento em diante, desceu um dos ataques mais pesados e cirúrgicos da corrida eleitoral. Entre os temas que levantou, destaco aqui a defesa de Paulo Sampaio, comentando que ele, na época da invasão norte-americana, também elogiou a luta de Fidel Castro e que torcia pela liberdade dos cubanos. Segundo o tribuno, se fossem punir alguém que criticava a existência de ditaduras, que punissem ele também. Entre outros temas, o vereador declarou enfaticamente, e por diversas vezes, que em hipótese nenhuma apertaria a mão de Andrade Netto. Contudo, ao invés de se despedir do tema e seguir sua vida, o edil lançou um último esforço que marcou a sua entrada tardia, aos 45 minutos do segundo tempo, na campanha municipal.

> O que está faltando ao MDB, neste momento, é precisamente um chefe, um pulso que transforme este partido num rolo compressor, para que esmague, mais do que vai esmagar, este partido desmoralizado chamado ARENA, nas eleições de 15 de novembro.
> Se queriam guerra, a guerra está declarada. Ou melhor, foi declarada pelo lado de lá e foi aceita por mim, haja o que houver vai prosseguir, custe o que custa, haja o que houver.
> Ninguém vai ganhar eleições nesse Estado tentando confundir homem safado do MDB com homem de honra do MDB.
> Sinto que cansei, os senhores me desculpem. A guerra foi declarada e aceita.
> Foi lançado um repto, foi dada uma resposta. Prefiro ir para o inferno do que apertar a mão desse criminoso chamado Andrade Netto que me mandou matar. A Cicatriz da bala está na minha costa. Ela ali permanecerá enquanto eu viver. Não sei se foi sorte minha ou se foi azar do bandido. O fato, senhor Presidente, é que erraram o tiro e para acertar um outro vai ser muito difícil e talvez impossível.
> Por hoje era o que eu tinha a dizer[983].

Faltando apenas uma semana para a eleição, a cúpula da ARENA local atiçou o animal político mais forte da cidade, que até aquele momento, estava claramente como um expectador, interagindo apenas quando o tema lhe apetecia.

Enquanto isso, dentro da Câmara Municipal, o *A Crítica* publicou uma nota sobre a crise de choro do vereador Raimundo Sena, que em comício no bairro do São

[983] Jornal A Crítica, 9 de novembro de 1976. *Fábio responde à ARENA com a maior severidade*. P. 05.

Raimundo, zona oeste de Manaus, teria sido difamado no palanque pelo concorrente do mesmo partido, Josué Filho. Em um dos raros momentos de complacência e empatia da Câmara, o vereador foi defendido por colegas das duas alas partidárias, inclusive pelo presidente Ruy Adriano[984]. Atitudes como a de Josué Filho, neste momento do jogo, permitem tangenciar o clima, os ânimos e as estratégias desesperadas da ARENA à beira da abertura das urnas. Esse caso também é um exemplo para perceber como o modelo militar do AI-2 estava desgastado para os dois lados em Manaus, pois concentrava correntes diversas e divergentes em apenas duas legendas. A necessidade do retorno ao pluripartidarismo era interessante tanto para progressistas quanto conservadores.

Entretanto, visto a forma apelativa que a ARENA estava conduzindo a campanha, outra possibilidade de leitura sobre Raimundo Parente (ARENA) é possível. A exploração das sensações com a foto abatida e o relato familiar durante a matéria leva a deduzir que essa cena foi criada com a intenção de atrair legitimidade pública. No dia seguinte, o *A Crítica* publicou que a Câmara recebeu um documento contendo mais de duas mil assinaturas de moradores do Glória, São Raimundo e Santo Antônio, endossando os trabalhos do edil na região[985]. Mais tarde, Raimundo Sena foi, depois de Josué Filho, o candidato mais votado da legenda governista em Manaus.

Fabio Lucena, de volta a jogo, iniciou o dia 10 de outubro defendendo a honra do Presidente da Assembleia, José Dutra (MDB), que vinha sofrendo com os ataques do vice-governador João Bosco Lima (ARENA). Acusado de trapezista, pois já tinha migrado entre vários partidos, o edil lançou uma nota pesada sobre o histórico do vice-governador, além de denunciar que os vereadores da ARENA estavam fugindo dos debates, sob a desculpa de estarem envolvidos nas campanhas[986].

Enquanto isso, as lideranças do MDB acusavam que a Lei Falcão estava, cada vez mais, se tornando "um tiro no pé" do Governo por vários motivos. Primeiro porque transferiu a política da TV e das Rádios para as ruas, aumentando os conflitos presenciais entre os mais radicais e trazendo insegurança aos comícios. Esse desconforto afastava o eleitor que mais se identificava com a ARENA, trazendo aos

[984] Jornal A Crítica, 9 de novembro de 1976. *Raimundo Sena chora diante das acusações de Josué Filho*. P. 11.
[985] Jornal A Crítica, 10 de novembro de 1976. *Raimundo Sena: "Josué Filho é um pobre coitado"*. P. 05.
[986] Jornal A Crítica, 10 de novembro de 1976. *Lucena: Declarações de Bosco Lima são levianas, aleivosas e deturpantes*. P. 06.

eventos políticos um clima de aflição prejudicial à campanha. A ação policial truculenta nos comícios do MDB, em uma época onde a imprensa gozava de certa liberdade, tornavam-se oportunidades para registros contra o próprio governo, além de pauta para amassá-lo junto à opinião pública.

Segundo, que os candidatos moralistas eram os que mais cometiam transgressões da lei, pois, sem popularidade construída, precisavam mais das promoções de perfil do que os candidatos de carreira tradicional. Pelos registros levantados no periódico em análise, se a Lei estivesse funcionando à risca, boa parte da ARENA já teria sido cassada. A matéria finalizou informando que o Amazonas, comparado a outras capitais, estava ainda com um clima político aceitável, visto que no Rio de Janeiro o DOPS estava invadindo comícios do MDB com metralhadoras[987]. Entre o projeto e o processo, na prática, a Lei Falcão tornou-se uma burocracia que existia com o objetivo de ativar, sem receios, o AI-5 contra a oposição. Como ela não rendeu a renovação do partido, foi necessário, mais tarde, tomar as iniciativas do Pacote de Abril.

E foi dentro desse clima hostil, de baixarias, intervenções e acusações que Miranda construiu a sua segunda charge política às vésperas da eleição. Ela envolve dois candidatos da ARENA jovem, estreantes no pleito: Josué Filho e Carrel Benevides. O primeiro saiu do pleito com uma das maiores votações da década. O segundo, foi enterrado a partir do episódio que a charge fez referência. Antes de chegar ao caso, vale uma breve introdução sobre a emergência desse personagem político amazonense, que se não fosse a derrota em 1982, teria possivelmente prolongado a influência dos governos militares no estado por mais tempo.

No final de outubro, Josué Claudio de Souza, dono da *Rádio Difusora do Amazonas* usou de seu prestígio dentro do *A Crítica* para lançar a candidatura do seu primogênito, Josué Filho[988]. Após um longo texto de homenagem do jornal a sua figura, o nome do herdeiro começou a circular entre os formatos da Lei Falcão permitidos pela resolução.

---

[987] Jornal A Crítica, 10 de novembro de 1976. *Intranquilidade no país é culpa da Lei Falcão: Paulo Correa*. P. 05.
[988] Jornal A Crítica, 29 de novembro de 1976. *Volte para a vida pública. Apelo de Josué a seu filho*. P. 05.

Figura 59[989]



Propaganda no formado Lei Falcão – Primeira menção de Josué Filho

Nascido em 7 de junho de 1946, Josué Filho é natural de Manaus. Rionegrino, ele apareceu pela primeira vez no *Jornal do Commercio* enquanto membro da equipe de esporte da Rádio Difusora em 1967[990]. Em 1968 se tornou repórter Parlamentar e presidente do Departamento de Futebol do Rio Negro Clube[991]. Na década de 1970 já tinha o programa de maior audiência de Manaus, destacando-se com repertórios de Jovem Guarda. Em 1972, dentro da gestão do prefeito Frank Lima (ARENA), foi nomeado Secretário Municipal de Educação e Cultura. Na gestão seguinte, foi nomeado por Jorge Teixeira (ARENA) como Secretário Municipal de Serviços Públicos. Na eleição analisada assumiu como vereador mais votado do pleito. Em 1978 se candidatou a deputado estadual, vencendo a eleição e se direcionando para enfrentar Gilberto Mestrinho pelo Governo do Estado, em 1982, sob a legenda do PDS. Derrotado, ainda teve mais dois mandatos de deputado, em 1986 e 1990, já através do PFL. Foi presidente da Câmara dos Vereadores em 1977 e Presidente da Assembleia Legislativa em 1991.

Josué Filho foi um dos nomes mais fortes da ARENA na década de 1970. Apesar de jovem, construiu forte influência entre os partidos de apoio ao governo Militar, mesmo após o fim do bipartidarismo. Foi o parlamentar mais bem votado do Amazonas em 1976 e 1978, entrando na disputa contra Gilberto Mestrinho em 1982

[989] Jornal A Crítica, 01 de novembro de 1976. P. 08. Josué Filho entra no jogo.
[990] Jornal do Commercio, 06 de abril de 1967. P. 04.
[991] Jornal do Commercio, 17 de julho de 1968. *Jovem guarda assume departamento do R. N*. P. 04.

como favorito. Na eleição municipal analisada, mesmo estreante, já fazia parte da gestão Jorge Teixeira e vinha sob o brasão da ARENA "jovem e renovada".

Para não prejudicar a imagem de Josué Filho o caso foi abafado pelo jornal de Umberto Calderaro. No *A Crítica*, conta-se uma versão muito breve, onde o deputado Antunes de Oliveira[992] (MDB) teria ameaçado primeiro Carrel Benevides, que "naturalmente" só se defendeu. O *A Crítica* levou quase meia página apenas declarando as virtudes de Josué e pouco falou sobre o caso em si[993].

Charge 50[994]



Atenção correligionários, acabamos de saber que o Carrel e o Josué vão passar por aqui
O MDB saúda o povo desse bairro
Té rogo!

O *Jornal do Commercio*, em sua edição do dia 9 de novembro, ao comentar sobre o triste rumo que as eleições municipais pegaram a poucos dias do pleito, diferente do *A Crítica*, deu mais detalhes sobre o ocorrido

> Lamentavelmente, além das agressões verbais, chega-se à agressão física. Uma violenta discussão entre o deputado federal Antunes de Oliveira e o candidato arenista a vereador Carrel Benevides terminou em socos, com a vantagem evidentemente do segundo, mais jovem e melhor dotado fisicamente. Quem o conhece, sabe que Antunes de Oliveira não é de briga.

[992] Alberico Antunes de Oliveira (1911 – 1988), natural de Manaus. Foi duas vezes deputado federal pelo Amazonas. A primeira sob a legenda do PTB (1955) e a segunda através do MDB (1975).
[993] Jornal A Crítica, 11 de novembro de 1976. *Não sou "dedo duro" e estou solidário com Carrel – afirma Josué Filho*. P. 03
[994] Jornal A Crítica, 11 de novembro de 1976. P. 04.

> Aliás, sua formação é de paz. Mas em política tudo pode acontecer e o velho Antunes entrou na briga[995].

Como visto, dentro do jornal *A Crítica*, apenas 4 candidatos tinham privilégios de ter sua propaganda mais destacada entre as manchetes: Fábio Lucena e Josué Filho, constantemente, e Carrel Benevides e Francisco Queiroz, com menor regularidade. Certamente a repercussão desta confusão, a ponto do *A Crítica* abafar um caso de vias de fato, prejudicou a imagem dos candidatos da ARENA jovem. O *A Crítica* manteve-se em silêncio, porém na charge do dia 11 seus nomes foram ativados para o processo humorístico.

A proposta desse tipo de humor resume bem a imagem que a Lei Falcão deixou em sua primeira experiência no Amazonas. Uma estratégia que a ARENA estava usando regularmente consistia em levar seus correligionários aos comícios do MDB para estimular princípios de confusão e assim abrir precedente para a polícia militar fechar o evento, acionando o recurso do AI-5. Foram vários casos no interior, como relatado aqui nesta tese, e também na capital. Contudo, para Carrel Benevides e Josué Filho terem sido mencionados a ponto de despertar medo entre os correligionários do MDB, a briga entre um senhor de 65 anos e um jovem de 32 poderia até ser omitida no jornal, mas na "boca do povo", em uma cidade pequena e que assistiu tudo isso de perto, dificilmente escaparia da mesa de ferro do bar ou da fila do pão. O *A Crítica* fez o que pôde para preservar Josué, mas Carrel pagou o preço e teve que se contentar com um cargo de suplente.

Contudo, deduzo que, apesar da ênfase, Josué e Carrel foram subtemas dentro de um espectro cômico maior que se moldava, sobretudo, a partir da incongruência das premissas partidárias, vendidas no início da campanha. Ativar gatilhos de terror através dos candidatos da ARENA, moralistas e representantes da família tradicional, anunciava que, entre os interlocutores de Miranda, essa imagem indefinida já estava disponível para os processos humorísticos, em virtude dos efeitos da Lei Falcão e das atitudes, desesperadas e contraditórias, do partido governista na capital e no interior. O espectro estava captado, vivo e aguardando ser processado nas mãos de Miranda. Mas Calderaro tinha outros planos.

---

[995] Jornal do Commercio, 9 de novembro de 1976. P. 02.

O desequilíbrio que ironicamente começou neste capítulo através da figura de José Dutra (MDB), foi transferido de volta a ARENA, definindo o acidente cômico pelo choque de expectativas. Entretanto, a charge se comportou quase como um ato falho, circunstancial e estranha dentro das regularidades vistas até aqui. Parece falar mais do posicionamento do jornal, discordante de uma atitude covarde e desproporcional, do que propriamente sobre os envolvidos. E isso se dá porque no dia seguinte, o *A Crítica* manteve sua postura de denegrir a credibilidade do MDB entre os interlocutores de Miranda, mesmo diante dos ataques e do terror que os correligionários da ARENA proporcionavam a cada comício.

Charge 51[996]



ARENA: Meu bem, já sabe em quem vai votar?
Eleitor: Peraí! O meu candidato está terminando amanhã o curso de Parapsicologia. Calminha, Calminha
O MDB não é contra o governo...
Vote no MDB, você sabe porque...

Miranda incorporou novos elementos aos estereótipos do bipartidarismo. Adicionou um cabelo curto e moderno a personagem arenista, apesar de manter o mesmo figurino. É possível que entre seus interlocutores, as adaptações da ARENA, agora mais jovem e incluindo mulheres no projeto partidário, já estejam mais negociadas no plano simbólico. Ao fundo, Miranda situou a cidade, para definir o lugar do assédio arenista, e deixou no ar que os eleitores ainda estavam indecisos e em avaliação dos currículos que apareciam nas legendas das programações de TV e rádio. Ao fundo, ele acrescentou carros de som, indicando atividades do MDB na cidade, e

[996] Jornal A Crítica, 12 de novembro de 1976. P. 04.

legendou a ironia dos eleitores, que até aquele momento, não sabiam porque deveriam votar na oposição. O sorriso do personagem, observando analiticamente a ARENA pedindo votos "com carinho", traduz um olhar de superioridade onde, naquele momento, a briga dos partidos levava o eleitor a escolher o "menos pior".

Outra leitura dos "porquês" também é possível, se vista como uma estratégia de pleito deliberada pelo partido de oposição, que evitando cair nos golpes arenistas, decidiu não dar munição aos adversários da imprensa, sabendo que jornais sensacionalistas como o *A Crítica* esperavam qualquer furo para lançar uma manchete conveniente. Chego a essa possibilidade pelo silêncio de Beth Azize, diante dos ataques de Wellington Araújo, e pela atitude do jornalista Mario Antônio, que atacado por Domingos Sávio por duas vezes, decidiu se demitir do cargo de assessor só para lançar uma matéria em defesa do seu nome[997]. Além deles, em seu último pronunciamento, Fábio Lucena citou uma atitude que talvez seja pertinente a essa estratégia

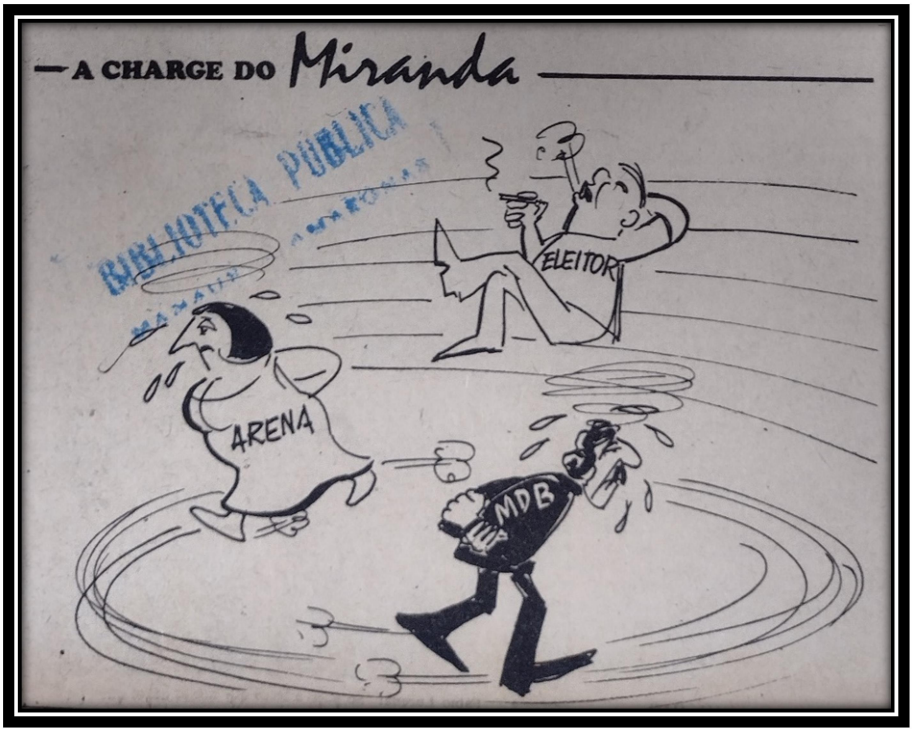
> Digo um até logo a todos para que a 15 de novembro possamos fazer a procissão do silêncio, a procissão de que tem mais medo o Governo, é a procissão em que o povo marcha com o seu título no bolso e o seu voto na consciência que estremece o governo, porque este Governo sabe que naquela procissão do silêncio está em marcha a sua própria condenação. O povo, em seu poder de decisão recorrerá a arma, a única arma que o MDB lhe pede, a arma do voto, para votar no MDB, para absorver os inocentes, para votar contra o Governo, para condenar os culpados[998].

No mesmo dia 13 de novembro, enquanto o eleitor na arquibancada relaxava com um cigarro, estressado com o processo, as representações do bipartidarismo nacional rodavam em círculos, procurando soluções diferentes nos mesmos lugares para a crise que eles produziram. A ARENA, que se enforcou com a própria corda da Lei Falcão e o MDB local, que jogou fora a sua credibilidade ao ser conivente com a corrupção de Ruy Adriano no caso *Watergate Municipal*, afastando assim sua maior liderança do jogo. Por mais que o *A Crítica* estivesse ao longo do ano processando temas humorísticos de maneira favorável ao governo, os dois partidos chegaram à eleição de 1976 com suas imagens desconstruídas, como esboços caricaturados de uma piada sem graça.

---

[997] Jornal A Crítica, 13 de novembro de 1976. *Mario Antônio se demite e aceita o desafio.* P. 01.
[998] Jornal A Crítica, 13 de novembro de 1976. *Fábio presta conta ao povo e culpa Governo pela miséria*. P. 05.

Charge 52 [999]



Na imagem se mantém o cabelo curto da ARENA, rejuvenescida em relação às representações nacionais, e o perfil de estereótipo do MDB, entre o cabelo de Fábio Lucena e o bigode de Ruy Adriano. Se a charge da figura 31 sintetizava bem os efeitos da Lei Falcão em Manaus, ironizando aquela que, pelas palavras de Armando Falcão, deveria ser a eleição "mais justa e equilibrada", a charge 33 lançou uma leitura categórica sobre como os interlocutores, às vésperas do pleito, estavam se relacionando com as propostas partidárias. A sugestão de riso, que antes podia até ser atribuído às teorias de superioridade na medida em que o *A Crítica* escolhia um alvo de chacota, se entregou às sensações de mecanicidade, de um não-lugar sem saída que, cabia ao leitor, apenas aceitar e relaxar diante da tragédia.

As estratégias de cada partido continuavam as mesmas: a ARENA, publicando dia 14 mais um manifesto anticomunista chamado *Vote pelo Amazonas contra a traição*[1000], onde declarou que o silencio do MDB, ao escolher não responder as acusações dos adversários, era a prova de que consentiam com as teorias. Fábio Lucena foi mencionado no texto, mas com muitos cuidados, sendo apenas acusado de pertencer ao mesmo partido que tinha defendido um corrupto como Ruy Adriano a pouco tempo.

[999] Jornal A Crítica, 13 de novembro de 1976. P. 04.
[1000] Jornal A Crítica, 14 de novembro de 1976. *Vote pelo Amazonas contra a traição*. P. 01.

O editorial do *A Crítica* reforçou um ponto que foi levantado no manifesto, argumentando em tom de certeza sobre o Estado ter condições de honrar os aumentos prometidos por Henoch Reis, garantindo aos leitores/eleitores que ser o "governo prometeu, ele vai cumprir". Na coluna *Sim e Não* desta edição, o periódico jogou ainda mais pesado, publicando ironicamente que Ulysses Guimarães estava comparando o MDB a Jesus Cristo. Nessa altura da tese, não é mais necessário reiterar o apoio do jornal de Umberto Calderaro à ARENA, entretanto é interessante perceber o nível de baixaria que o jornal se prestava na busca de ativar sensações de asco contra a oposição.

Outro ponto interessante destacado nessa edição foi o espaço dado a Henoch Reis para que este relatasse sua opinião sobre o papel dos jovens nesse pleito. Declarando "amor a juventude", o governador abriu o texto comentando que o Amazonas deveria, a partir do seu mandato, ser dirigido por seus filhos, sublinhando que:

> Eu amo a juventude e creio na necessidade de renovação das nossas lideranças políticas e populares. Presto homenagem aos novos e jovens candidatos, porque a juventude poderá fazer muito mais e melhor do que a geração a que pertenço, com mais autenticidade e espirito de decisão[1001].

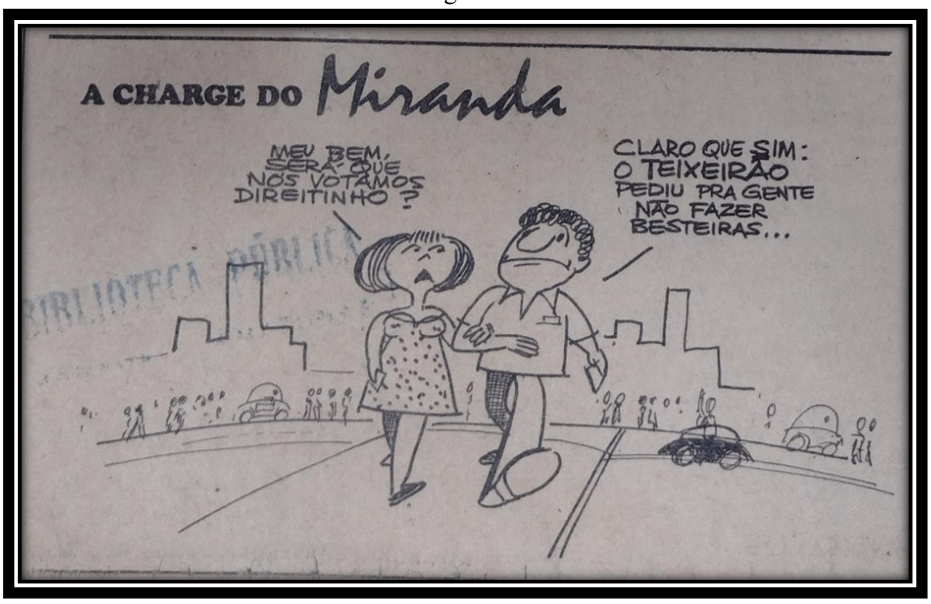
Vale destacar que esse "amor" de Henoch Reis pela juventude começou cedo, em março de 1975, quando este ativou uma missão para os deputados arenistas Cleuter Mendonça, Homero Miranda Leão e José Belo de Oliveira. Eles ficaram encarregados de promover em Itacoatiara "eventos culturais" para propagar os princípios norteadores da ARENA jovem no município. Na mesma caravana foram as deputadas Maria Socorro Dutra e Eunice Michiles, encaminhadas para divulgar um programa sobre *o lugar da mulher arenista na política*[1002].

Como visto até aqui, a mudança de perfil da ARENA, após a derrota de 1974, negociando com a alta cúpula militar uma gestão mais autônoma do partido para a sua própria sobrevivência, ganhou um perfil moderado no Amazonas, muito pela força da oposição na capital e em algumas cidades do interior. Por mais que a práxis autoritária fosse mantida, sua fusão com o jornal *A Crítica* no último trimestre de 1976 moldava

[1001] Jornal A Crítica, 14 de novembro de 1976. P. 03.
[1002] Jornal do Commercio, 07 de março de 1976.

um perfil "liberal autoritário"[1003] bastante semelhante às posturas que, nos anos 1980, a Revista *Visão* e jornais como o *Estado de São Paulo* e *O Globo* exerciam.

Charge 53[1004]



Meu bem, será que nós votamos direitinho
Claro que sim: o Teixeirão pediu pra gente não fazer besteiras

Por fim, as duas últimas charges políticas de Miranda em 1976 sintetizavam a insegurança dos interlocutores da coluna diante da falta de opções. Se o *A Crítica* não tinha condições, naquele contexto, de exaltar alguma virtude da ARENA que ela mesmo não tivesse se autodesqualificado, pelo menos não ofertava margem para que as da oposição fossem lembradas. Nesta edição, Miranda se incluiu, ao lado da namorada, dentro de um ambiente de tensão narrativa. A companheira, de vestido e cabelos curtos, indicando um perfil mais progressista, questionava Miranda se realmente tinham tomado a decisão correta. A segurança do personagem foi garantir para seus leitores que o "Teixeirão" já tinha apontado o caminho certo e que não havia risco de cair na besteira de não saber em quem votar.

A escolha do chargista deixou transparecer um pouco das suas convicções pessoais, pois como dito, as entrevistas com familiares apontaram que ele possuía certa admiração por Ulysses Guimarães, o que pode ser deduzida também pela legenda que escolheu (PMDB), poucos anos depois, ao se candidatar em 1982. Entretanto, Miranda não estava na posição de opinar temas políticos, porém deixou no ar uma expressão

[1003] FONSECA, Francisco. Liberalismo autoritário. *Discurso liberal e práxis autoritária na imprensa brasileira*. Hucitech, 1 ed., 2011.
[1004] Jornal A Crítica, 16 de novembro de 1976. P. 04.

duvidosa de si mesmo, registrando uma certeza no discurso, mas uma preocupação no olhar, com traços fundos, sobrancelhas levantadas, ausente de sorriso ou satisfação. Ao fundo, a movimentação do eleitorado, com os traços retangulares, indicava o cenário dessa certeza angustiada.

Nos resultados finais, Josué Filho venceu disparado com mais de 15 mil votos, cinco mil a mais que Fábio Lucena[1005]. O arenista mais próximo foi Raimundo Sena, que pelo espetáculo dado junto a cena de choro na Câmara Municipal, conseguiu ainda abater quase três mil votos. Elizabeth Azize também se destacou com 4.926 votos, conquistando a cadeira. Wellington Araújo (ARENA), seu acusador, não se elegeu, mas se tornou desembargador anos depois. Com os votos garantidos, no dia 18, o *A Crítica* registrou que Beth Azize aproveitou o ensejo para jogar um copo cheio de água na cara de Wellington Araújo, finalizando o pleito com sua vingança consolidada[1006].

Para além da sensação de tragédia política, a matéria de capa do dia 15 de novembro deu ênfase para um triste acidente que levou a óbito 39 pessoas, incluindo 5 crianças de colo. Na noite do dia 14 para o 15 de novembro, um ônibus da empresa *Soltur*, rumo a Itacoatiara, caiu no Rio Urubu, deixando apenas 5 sobreviventes. Se o luto político no município já causava mal-estar pela série de intervenções e repressões que sofreu ao longo do ano, um acidente trágico e dessa proporção enterrou ainda mais o espírito dos eleitores em um dia que seria de vivacidade política e protesto.

Ao final da eleição, a ARENA venceu em todos os municípios, tendo apenas um pleito mais acirrado em Itacoatiara. Paulo Sampaio registrou que essa demonstração do município, apesar da derrota e da interferência do poder econômico, indicava uma força política em potencial para as eleições de 1978[1007]. Apesar das vitórias, os placares acirrados nas capitais anunciavam a fragilidade do partido governista para 1978, acenando para a necessidade de um casuísmo mais eficiente do que a Lei Falcão, o que ocorreu poucos meses depois em 1977.

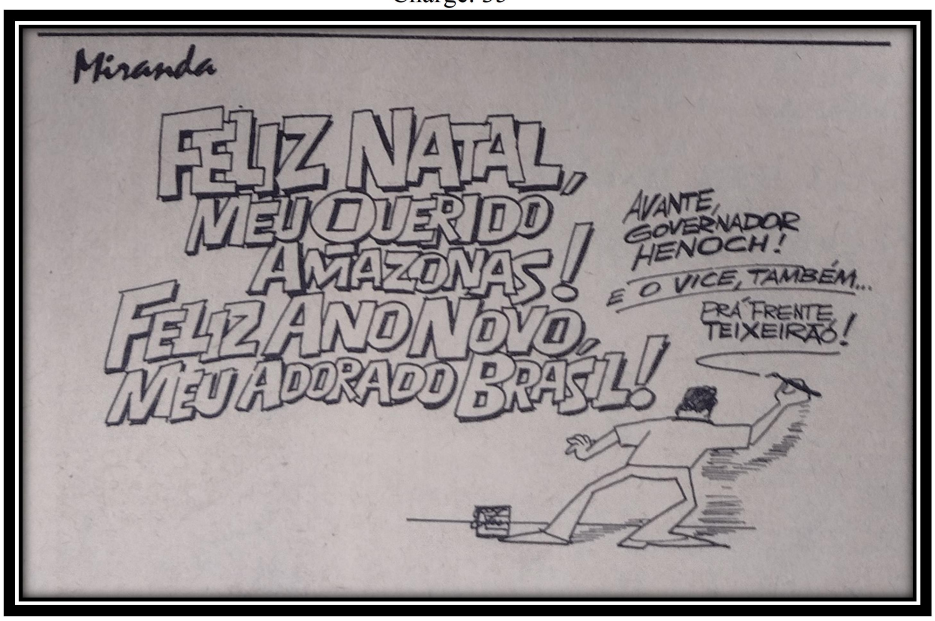
Após a charge do dia 16 de novembro, Miranda não publicou mais nada sobre política, com exceção da edição de Natal. O sentimento que transparece é de um

[1005] O resultado das eleições municipais de 1976 está no setor de anexos.
[1006] Jornal A Crítica, 18 de novembro de 1976. *Beth entra na onda de violência e joga copo d'agua na cara de Wellington*. P. 03.
[1007] Jornal A Crítica, 20 de novembro de 1976. *Paulo Sampaio: Oposição é uma força política em Itacoatiara*. P. 03.

laborum meta, de um esforço que chegou ao resultado com sucesso, bem diferente de 1974, onde as consequências da derrota arenista renderam excelentes materiais.

Não obstante a festa de Henoch Reis na frente do Palácio Rio Negro[1008], o maior vitorioso desse pleito foi Umberto Calderaro, pois, naquele momento tinha ao seu lado: os dois maiores fenômenos eleitorais da década, um em cada lado; um Governador e vice gratos pelos apoio em uma eleição onde o deslocamento político de Fábio Lucena foi fundamental para a vitória da ARENA; dois possíveis governadores para 1979 (Lindoso e Teixeira), ambos parceiros do jornal; toda uma máquina publicitária que deixava a alta cúpula militar comprovadamente dependente dos seus serviços. Muito poder acumulado, cabendo apenas ao diretor, através de Miranda, agradecer o presente que a ditadura militar deixou na lareira da família Calderaro, na noite quente do Natal de 1976.

Charge. 35[1009]



Feliz natal meu querido Amazonas!
Feliz ano novo, meu adorado Brasil!
Avante Governador Henoch e o vice tambe...
Pra frente Teixeirão!

[1008] Jornal A Crítica, 20 de novembro de 1976. *Henoch Reis festejando na passeata da vitória.* P. 03.
[1009] Jornal A Crítica, 25 de dezembro de 1976. P. 04.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa tese teve como objetivo analisar as funcionalidades políticas da coluna operada no jornal *A Crítica* pelo amazonense João Miranda de Queiroz, intitulada *A Charge do Miranda*, entre os anos de 1973 e 1976. Contudo, em virtude da carência de fontes e da ausência de referências historiográficas em alguns temas relacionados, foi necessário realizar outras operações, o que resultou na extensão de algumas partes do trabalho. Para quem olha de fora dessa demanda, uma alternativa é possível: ler o capítulo biográfico e depois pular para o capítulo 4, que em extensão responderia ao objetivo da proposta. Entretanto, foi necessário, para este e outros desafios posteriores, aprofundar objetos que não estavam no projeto inicial, mas que, ao longo do processo, se tornaram pilares para compreender as atividades e o perfil da coluna no contexto de lançamento. Aos curiosos, fica a pesquisa, novas questões e algumas interpretações sobre tais eventos.

No primeiro capítulo foi necessário apresentar o estágio das pesquisas sobre a ditadura no Amazonas, sobretudo, para atentar não só para a disponibilidade das ferramentas incorporadas ao trabalho, mas também valorizar suas trajetórias, que até pouco tempo encontravam-se deslocadas e perdidas entre perspectivas soltas e, muitas vezes, avaliadas pela leitura de outros contextos, conceitos e realidades. O Amazonas tem sua própria dinâmica em relação aos governos militares e, como exposto, o desafio de desencastelar a memória do desenvolvimentismo, alimentada pela política e por jornais como o *A Crítica*, é um desafio constante que esse trabalho apenas colabora enquanto esforço de investigação.

Vale salientar que, para além do avanço acadêmico, é necessário que os novos historiadores, a partir de pesquisas sólidas, colaborativas e comparadas, se sintam cada vez mais instigados a processar humoristicamente conceitos em torno dessa "ditabranda" nortista. Infelizmente, a memória desenvolvimentista ainda não desperta comicidade, ou mesmo tragédia, entre o público mais amplo e deslocado do mundo acadêmico. Na carência de registros, é bem comum encontrar um redemoinho cinzento entre memórias afetivas, coletivas e o pouco de informação que circulava na época, vendo esse período de maneira sisuda, homogênea, sóbria e sem os elementos justos de prejuízo que ele trouxe para a região. É apenas através de um esforço coletivo, de releitura e divulgação desses contextos, que a ditadura, e qualquer político simpatizante

por regimes antidemocráticos, perdem a graça toda vez que o alarme do fascismo é (re) ativado.

Quanto à biografia do chargista, o avanço sobre seus registros profissionais só foi possível a partir do acesso a documentações familiares exclusivas. Desde já, deixo meu agradecimento pela disponibilidade e recepção que tive durante as entrevistas. Nesse quesito, houve um avanço considerável em relação à dissertação de 2013, principalmente em pontos chaves, como, por exemplo, as origens de sua relação com Umberto Calderaro e demais políticos de origem salesiana do estado. Sem esses documentos primários, seria muito difícil conectar os relacionamentos que o levaram até o espaço de *A Charge do Miranda*. Da mesma forma, mapear as possibilidades de onde o chargista desenvolveu sua técnica para o mercado publicitário seria extremamente complicado sem a pesquisa mais densa sobre Branco Silva. Fico feliz de colaborar com esse resgate pontual, pois, como artista e entusiasta da arte regional, sei como é viver sem apoio e assistir produtos culturais genuínos se perderem por falta de valorização e identidade. Branco Silva foi uma, entre várias vítimas do descaso dessa cidade com os seus patrimônios culturais, assim como o próprio acervo da Biblioteca Pública do Estado neste momento.

Sobre a história do jornal *A Crítica*, foi um desafio me lançar novamente às profundezas da história familiar do clã Calderaro. Dei sorte em encontrar materiais como a pesquisa de Mathias Pina, perdida entre as doações sem editora da Biblioteca Pública do Estado. Esse trabalho de conclusão de curso foi feito com muito cuidado e trouxe detalhes valiosos que certamente eu não teria acesso. Não consegui localizar o autor para uma entrevista, mas deixo aqui minha gratidão pelas informações que disponibilizou em sua farta documentação e trajetória. Como mencionado, já havia realizado uma pesquisa sobre o jornal, mas diante dos novos materiais e das novas ferramentas tecnológicas de busca e varredura, foi possível, com as perguntas certas, encontrar respostas que nortearão outras investigações.

Passando para o segundo capítulo, a dinâmica política entre Ernesto Geisel e as elites dirigentes da cidade tiveram no governador Henoch Reis um impasse que, apesar da desconfiança inicial, com o passar dos meses se materializou em uma jogada de sucesso do presidente. A estratégia de iniciar a *Operação Ajuricaba*, extensão do projeto Rondon, pelos municípios do estado garantiu com mão de ferro não só as vitórias e repiquetes arenistas, mas a desintegração dos núcleos emergentes de oposição.

Esse assunto merece ser explorado posteriormente em nível de objeto principal, recebendo dedicação integral, pois certamente ele contém uma série de arbitrariedades que ocorreram no lado escuro lunar das zonas ribeirinhas e municípios distantes da capital.

No capítulo 3 foi possível mapear a estrutura que promoveu a liderança de mercado do *A Crítica*, e que, durante a década de 1980, transformou o jornal no maior veículo de articulação política do Amazonas. A funcionalidade de *A Charge do Miranda*, a tribuna encantadora de Fábio Lucena, os projetos gráficos de Oséas de Carvalho e um campeonato de "peladas" com alcance municipal, estão nos pilares que movimentaram a opinião pública e a credibilidade dos seus patrocinadores, transformando-se em uma garantia de defesa da empresa, a partir da dependência de serviços, e um meio de manutenção dos seus privilégios diante dos decadentes governos militares.

Por fim, o capítulo 4 apresenta um pouco de tudo, estabelecendo as metodologias do chargista e os objetos que ele elencou ao seu chefe para o tratamento humorístico. A partir de charges, gráficos, quadros e tabelas, foram apresentadas dinâmicas e reações do jornal às demandas do seu contexto, ora massacrando personagens, ora fingindo que eles nem existiam. Primeiramente, o caso *Watergate Municipal* demonstrou como a oposição, tão creditada na eleição de 1974, perdeu sua credibilidade entre os eleitores indecisos. O preço por manter Ruy Adriano Jorge no cargo foi pago sete meses depois nas urnas, o que demonstrou, pela vitória rasa arenista, que Manaus tinha potencial para o MDB se expandir, mas que, da mesma forma que a ARENA, haviam interesses divergentes e clivagens internas, o que inclusive afastou Fábio Lucena, sua maior liderança. Com uma forte trajetória de governos trabalhistas e a vitória emblemática da oposição em pleno AI-5 é curioso imaginar como hoje a cidade simpatiza tanto com políticos autoritários e intervencionistas.

Vale destacar que esses eventos também promoveram a ascensão de um novo nome para o cenário político, Josué Filho, que amplamente aparelhado com o *A Crítica* e a *Difusora*, maior rádio do estado, se tornou um fenômeno da ARENA jovem, superando, inclusive, os votos de Fábio Lucena. Apesar dos "repiquetes" políticos do partido governista, a eleição de 1976 já apontava a necessidade do fim do bipartidarismo, que embora no Amazonas não tenha feito clivagens explicitas, já

apontava que os interesses divergentes mais prejudicavam o governo do que trariam soluções.

Além desses eventos, foi possível perceber através deles que a relação entre Miranda e seu público não era absolutamente vertical. O tipo de humor circulado poderia até ter uma intencionalidade, mas dificilmente conversava (ou ria) sozinho por muito tempo. Isso demonstra que esses objetos são riquíssimos para compreender elementos de circularidade cultural, embora o caso de Miranda seja atípico, pela regularidade de produção em que esteve submetido, o que, inclusive, o qualificou nesta pesquisa para um exame serial. Ao abordar o fenômeno da comicidade a partir do termo "espectro", manuseio a ferramenta no sentido de um elemento de linguagem que, flutuante, pode ser captado e adaptado de acordo com o humor histórico do público em que será direcionado. Embora seja expurgado de forma acidental pela vida, esse espectro não necessariamente se torna um objeto cômico a todos, já que ele depende do processo humorístico e criativo para ganhar corpo e contexto. Miranda, assim como todo bom chargista, carregava em si a sensibilidade, o compasso, o ritmo ideal para captar e transmitir esses movimentos, construindo assim narrativas convenientes para o seu público e chefe.

Por fim, vale destacar que esse trabalho é um retrato bem próximo do seu processo. A escolha dos tópicos e a sequência dos capítulos retrata bem o caminho de cada desafio temático. Quando comecei a investigação, em 2008, existia apenas uma dissertação sobre o recorte da ditadura militar no Amazonas na lista do PPGH da UFAM, que inclusive, infelizmente, não teve continuidade. Contudo, compreendo a deserção e o desinteresse, pois hoje, 16 anos depois, o cenário é completamente outro.

Atualmente, é animador escrever sobre temas que já foram explorados por colegas, além do incrível acesso aos centros de pesquisas do país via rede, exigindo um sacrifício menor de tempo e notas de rodapé mais curtas. Além dessa troca de informações, o auxílio de tecnologias como o *Docpró*[1010] e o *Family Search*[1011] foi fundamental para mapear documentos com uma velocidade impensável em 2008. Apesar do mau uso dessas ferramentas também prejudicar o meio acadêmico, quando

[1010] Sem o *DocPró*, incorporado ao site da Hemeroteca Digital, o levantamento da história de Branco Silva seria impraticável no modo tradicional de uma pesquisa de 4 anos.
[1011] Sem essa tecnologia, em especial, dificilmente encontraria o laço de parentescos entre a família Calderaro e os Archer Pinto.

bem usadas são essenciais para dar conta de recortes que, no modo tradicional de operação, seriam impossíveis de incorporar a um trabalho com quatro anos de prazo.

Portanto, esse trabalho apresentou o trajeto da coluna *A Charge do Miranda*, das primeiras inclinações do seu censor até a construção da metodologia do seu operador, enquanto instrumento para atacar, apoiar, destruir ou elevar alvos políticos. O projeto também se preocupou em cimentar bases para esta e outras pesquisas dentro do campo da história política no Amazonas, contribuindo com outras áreas e trabalhando como parte integrante de um esforço coletivo que apenas faço parte, mas que deixo aqui uma contribuição.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves. *A modernização da imprensa (1970-2000).* Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002.

ABREU, Alzira Alves. *A mídia na transição democrática*. Sociologia, problemas e práticas, n. 48, 2005.

ANTONACCIO, Gaitano Laertes Pereira. *Ideal Clube: um século de aristocratismo*. Manaus: Imprensa oficial, 2003.

ANTONY, Hildebrando. *O Jornal e Diário da Tarde na Manaus porto de lenha dos anos 50*. 2004. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Nilton Lins, Manaus, 2004.

AGUIAR, José Vicente e Souza. *Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60.* Editora Valer, Governo do Estado do Amazonas, 2002.

ALBERTI, Verena. *O riso e o risível: na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

ALMEIDA, Gláucia. *Além da crítica: os intelectuais do Grupo de Estudos Cinematográficos do Amazonas e suas relações com o Poder (Anos 60).* Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História – UFAM, 2015.

AMARAL, Giovanny. *Fábio Lucena: um senador Amazônida (1940-1987).* Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em História – UFAM. 2017.

AMARAL, Vinicius Alves do. *"Ou a revolta ou a obediência estúpida": Aldísio Filgueiras frente à ditadura civil-militar (1964-1968).* Programa de Pós-graduação em História - UFAM. Amazonas, 2015.

AMARAL, Vinícius Alves do. *O Cruzado Amazônico: Trajetória pública e o governo de Arthur Cezar Ferreira Reis (1930-1970).* Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2021.

ARAÚJO, Paulo Cesar. *Waldick Soriano e o mistério do brega*. Revista USP, São Paulo, n° 87, p. 184-196, 2010.

BAKHTIN. Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento; o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira – São Paulo: HUCITEC (Brasília): Editora da universidade de Brasília. 1987.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BATISTELLA, Alessandro. *A ditadura militar e o bipartidarismo: casuísmos e um simulacro de democracia*. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), vol. 39, 2021.

BATAILLE, Georges. *Oeuvres completes*. Paris, Gallimard, 1970-76.

BATISTA. Djalma. O complexo da Amazônia – Análise do processo de desenvolvimento. Djalma Batista. 2.ª Ed. – Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BENTES, Rosineide. *Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: os grandes projetos.* In: *Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais*. Belém: Secretaria de Estado de Educação/CEJUP. 1992.

BERSTEIN, Serge. *Os partidos.* In: REMOND, René. (org). Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Editora FGV, 1996.

BERGSON, Henri. *O Riso: ensaio sobre a significação do cômico*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1983.

BEZERRA. *Cleber de Lima. A Imprensa amazonense: Dos preparativos do golpe à instituição do AI-5 (1963-1968).* Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – UFAM, Amazonas. 2010.

BRAGA, Bruno Miranda. *Todas as encantatrizes da ópera em Manaus: uma análise do quadro Imortalidade de Branco e Silva (1946)*. Revista Cordis. História e Arte. São Paulo, vol. 2, nº 30, 2023.

BLOCH, Marc. *Apologia da história. Ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Tradução Vera Maria Xavier dos Santos; Revisão técnica, Daniel Aarão Reis Filho. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CARVALHO, Alessandra. *Democracia e desenvolvimento versus Segurança e desenvolvimento: as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970*. Varia História, Belo Horizonte, Vol. 28, n°48, p. 555-572: jul/dez 2012.

CARVALHO, André; BARBOSA, Waldemar. *Dicionário biográfico: imprensa mineira*. Belo Horizonte: Armazém das Ideias, 1994.

CONCEIÇÃO, Andrew. *O centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) no contexto de Ditadura Militar (1964-1969).* 90 anos da 'Revolução de 1930': III Jornada de Debates em História / César Augusto Bubolz Queirós, Anderson Vieira Moura, Davi Avelino Leal. (Orgs.) - Manaus (AM): EDUA, 2021.

CABRAL, Eula D.T. *A história do jornal de maior circulação do Amazonas.* In: XXIV Intercom (Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação), 2001, Campo Grande. CDROM dos Anais. São Paulo: INTERCOM, 2001.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. *O poderio da Rede Amazônica de Rádio e Televisão no norte do Brasil*. Intercom. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus, 2013.

CALIL, Gilberto. *Elio Gaspari e o elogio da transição conservadora*. Outros Tempos, vol. 11, n.17, 2014.

CASTRO, Celso. *A luta pela implantação do serviço militar obrigatório no Brasil*. Exército e nação: estudos sobre a história do exército brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CASTRO, Mavignier de. *Síntese histórica e sentimental da evolução de Manaus*. Editora: Tipografia Fenix, Manaus, 1948.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998.

DANTAS, Hélio. *Arthur Cézar Ferreira Reis: trajetória intelectual e escrita da história*. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2015.

DE PAULA, Cátia Franciele Sanfelice. *Jorge Teixeira: apontamentos sobre sua trajetória política e sua relação com a Igreja Católica no Estado de Rondônia (1979-1985)*. IN: UGARTE, Auxiliomar Silva (Org). Trajetórias políticas na Amazônia Republicana. Manaus, Editora Valer, 2019.

DUARTE, Durango Martins. *Manaus entre o passado e o presente.* 1ª ed. Manaus: Ed. Mídia Ponto Comm, 2009.

DUARTE, Durango. *Manaus, entre o passado e presente.* 1.ª ed. Manaus: Ed. Mídia Ponto Comm, 2009.

DINIZ, Eli. *A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura.* Dados Revista de Ciências Sociais, v.28, n.3, 1985.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, Tempo Presente e História Oral. Topoi, Rio de Janeiro, n. 5, v. 3, p. 314-332, jul./dez. 2002.

FREUD. Sigmund. *O chiste e sua relação com o inconsciente*. Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud Vol. VIII. Rio de Janeiro. IMAGO 1977.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Paulo. *O golpe militar no Amazonas: crônicas e relatos.* Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria do Estado de Cultura. 2013.

FONSECA, Joaquim. *Caricatura, a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1999.

FONSECA, Vânia; CORRÊA, Cleusa Maria. *A evolução da população de Manaus-1950 a 1970.* Instituto de Pesquisa da Amazônia, 1972.

FONSECA, Francisco. *Liberalismo autoritário. Discurso liberal e práxis autoritária na imprensa brasileira.* Hucitech, 1 ed., 2011.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

GARCIA, Sheila do Nascimento. *Revista Careta: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937 – 1945)*. Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2005.

GASPARI, Elio. *A Ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Conceito de Caricatura: Não tem graça nenhuma*. Artigo publicado em Domínios da imagem, Londrina, Ano I, número 2, página 7-26, maio de 2008.

GRAF, Marília G. *Propaganda de lá pra cá.* São Paulo: IBRASA, 2003.

GUEDES, Maria Sebastiana de Morais. *Francisco Pereira da Silva e sua visão mítica sobre a Amazônia*. *In*: BASTOS, Élide Rugai; PINTO, Renan Freitas. *Vozes da Amazônia II*. Manaus: Editora Valer e Edua, 2014.

GINBERG, Lucia. Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2009. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição.* São Paulo em Perspectiva, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *L' homme nu.* Paris, Plon, 1971.

LIMA, Rozziane Aquino. *A Construção de sentidos de Propaganda de Cigarro em contextos de produção antagônicos*. Instituto Ceub de Pesquisa e Desenvolvimento. Centro Universitário de Brasília, 2017.

LIMA, Herman. *História da Caricatura no Brasil*. 3 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

LIMA, Maria Francisca Morais. *O humor como estratégia de compreensão e produção de Charges: um estudo inferencial das charges de Myrria.* Tese de doutorado. PUC, São Paulo. 2015.

LIRA, Aline Ferreira; SOUZA, Tuane Silva. *Análise histórica da Propaganda Institucional em Manaus de 1970 a 1980: o discurso político, social e econômico da época*. Conexões: Revista de Relações Públicas e Comunicação Organizacional. Vol. 3, n° 5, 2020.

LOPES, Júlio Antônio. *A Crítica de Umberto Calderaro Filho.* Manaus: Editora Cultural da Amazônia, 2010.

LOPES, Júlio Antônio. *Fabio Lucena. Grandes vultos que honraram o Senado.* Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

LOREDANO, C. *O bonde e a linha*. Um perfil de J. Carlos. São Paulo: Editora Capivara, 2002.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

MARIN, Dinael. Trama política local e os resultados eleitorais: as eleições de 1976. Perspectivas, São Paulo, 3: 87-119, 1980.

MARTINS, L. Al-C.P.; SILVA, P.J.C. & MUTARELLI, S.R.K. *A teoria dos temperamentos: do corpus hippocraticum ao século XIX*. Memorandum, 14, 09-24, 2008.

MATOS, Alba Barbosa. *Instituições disciplinares para a infância na Manaus Varguista: Escola Premonitória do Bom Pastor e secção Mello Mattos*. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. Volume 11, número 2, out./dez. 2019.

MATOS, Maria Izilda S. de. *Por uma possível história do sorriso: institucionalização, ações e representações*. 1. Ed. – São Paulo: Hucitec, 2018.

MATTOS, Sérgio. *História da Televisão Brasileira. Uma visão econômica, social e política*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MAUSS, Marcel. *Parentés à plaisanteries*. In: *Ouevres*. Paris, Minuit, v. 3: Cohésion sociale et divisions de la sociologique, 1969.

MEIHY, J. C. S. B. *Memória, História oral e História*. P. 179-194. In: *Oralidades: revista de História oral*. Núcleo de Estudos em História Oral, USP, Ano 4, n° 8, São Paulo, 2010.

MELO, Demian Bezerra de. *O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão*. In: *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MINOS, George. *História do Riso e do Escárnio*. Editora UNESP, 2003.

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. *Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970.* Programa de Pós-graduação em História - UFAM. Amazonas, 2018.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Eleições de 1978 em São Paulo: a campanha*. *In*: LAMOUNIER, Bolivar. *Voto de Desconfiança: eleições e mudança política no Brasil (1970-1979)*. Editora Vozes Ltda., 1980.

MORREAL, John. *Taking laughter seriously*. Albany, State University of New York Press, 1983.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. Teatro Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2003. P. 479 IN BRAGA, Bruno. Todas as encantatrizes da Ópera em Manaus: Uma análise do quadro Imortalidade de Branco e Silva (1945). Revista Cordis. História e Arte. São Paulo, vol. 2, n° 30, 2023.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2006.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. *MDB e ARENA nas charges: a imagem do sistema bipartidário da ditadura em disputa*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 14, n. 37, e0102, dez. 2022.

NAPOLITANO, Marcos. *A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985).* Estudos Ibero Americanos, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017.

NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1992.

NOGUEIRA, Luiz Eugêncio Negreiros. *O rádio no país das Amazonas.* Manaus: Editora Valer, 1999.

OLIVEIRA, Christine. *O Programa de Integração Nacional (PIN), a ocupação estrangeira e as populações indígenas da Amazônia no quadro da ditadura militar: desenvolvimentismo, integração e indigenismo nas páginas do Jornal do Commercio* IN 90 anos da 'Revolução de 1930': III Jornada de Debates em História / César Augusto Bubolz Queirós, Anderson Vieira Moura, Davi Avelino Leal. (Orgs.) - Manaus (AM): EDUA, 2021.

PÁSCOA, Márcio Leonel Fárias Reis. *Branco e Silva*. Série Memórias, n° 78, editada pelo Governo do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001.

PÉRES, Jefferson. *Evocação de Manaus: como eu a vi ou sonhei (1932-2008).* Manaus: Reggo/Academia Amazonense de Letras, 2021.

PINHEIRO, M. L. U. *Folhas do Norte: Letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. 3ª ed., Manaus: EDUA, 2015.

PINA, José Carlos Mathias. *A Crítica*: última aventura jornalística na Amazônia. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Nilton Lins, Manaus, 2005.

PIETROFORTE. Antonio Vicente. *"Marcatti ao ataque" in Semiótica Visual: Os percursos do olhar*.2 ed. - São Paulo: Contexto, 2007.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social.* Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, 1992, P. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTO, Arlindo. Umberto Calderaro Filho – Legenda de trabalho e de amor pelo Amazonas. Manaus: Editora Valer. Governo do Estado do Amazonas, 2007.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *A experiência democrática no Amazonas: a formação do PTB e a consolidação do Trabalhismo.* Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 12, 2020.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas.* Revista Mundos do Trabalho (online), v. 8, p. 49, 2017.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *O golpe de 1964 no Amazonas e a deposição do governador Plínio Coelho.* Revista Antíteses, v. 12, p. 542-562, 2019.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *'Papagaio que está trocando as penas não fala': autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do golpe de 1964.* Revista de História da Unisinos, v. 23, p. 73-83, 2019.

QUEIRÓS, César Bubolz. *"Que fizeram com meu pai?": sindicalismo e Ditadura no Amazonas.* Revista Escritas do Tempo – V.2, n. 4, 2020.

QUEIRÓS, César Augusto B. *Historiografia amazonense em perspectiva.* Manaus: Editora Valer, 2020.

QUEIROZ, Thiago Rocha. *O humoral: humor e abertura social nas charges de Miranda (1972-1975)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – UFAM. 2013.

QUEIROZ, Thiago Rocha de. *Jornal A Crítica, uma breve história*. In: César Augusto Bubolz Queirós. (Org.). Histórias Impressas: imprensa e periodismo na Região Norte (1930-1988). 22ed. Manaus: Valer, v. 1, 2022.

QUEIROZ, Thiago Rocha. *Os preparativos para a eleição de 1974 em Manaus: uma imagem do riso em circulação.* In: César Augusto Bubolz Queirós; Wanderlene de

Freitas Souza Barros. (Org.). História, Trabalho e Cidadania na Amazônia. 1ed.Curitiba: EDITORA CRV, v. 1, 2019.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis, Vozes, 1973.

REIS, Henoch. *Discursos e Metas no governo do Amazonas 1975-1976*. Manaus, Imprensa Oficial, 1978.

RAMALHO, Valdir. *Simonsen: pioneiro da Visão Inercial de Inflação.* RBE. Rio de Janeiro. 2003.

RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. *Do burgo podre ao Leão do Norte: O jornal do Commercio e a Modernidade em Manaus (1904-1914)*. Programa de Pós-Graduação em História, Manaus, 2014.

RIANI, Camilo. *Tá rindo do quê? (Um mergulho nos salões de humor de Piracicaba).* Piracicaba: UNIMEP, 2002.

ROSSET, Clement. *Logique du pire*. Elements pour une philosophie tragique. Paris, PUF, 1971.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50.* Tese de Doutorado em Comunicação. UFRJ/ECO, 2000.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo II, Campinas: Papirus, 1995.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa. A intriga e a narrativa histórica*. Tradução Cláudia Berlinder. Martins Fontes, São Paulo. 2012.

RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Trad. De Arthur Mourão, Lisboa: Ed. 70, 1987.

ROSSATO, Luciana; CUNHA, Maria Teresa Santos. Vetores para uma escolha: História do Tempo Presente e as pesquisas discentes no PPGH/UDESC. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 162 - 185. jan./abr. 2017.

RODRIGUES, Helenice. *"História do Tempo Presente: Problemática das Fontes" (2001).* Disponível em http://www.poshistoria.ufpr.br/fonteshist/Helenice.pdf Acesso em: 29 abr. 2017.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: A representação humorística na história brasileira: da Belle Epoque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002

SANTOS, Andrews. *Tintas e risos na sala de aula: o ensino de história nas charges sobre o movimento diretas já (1983-1984)*. Programa de Pós-Graduação em História da UFAM. Monografia de especialização. 2018.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *História do Amazonas: 3ª série - ensino médio*. 1ª ed. São Paulo: Atica, 2007.

SANTOS, Eloína Monteiro. Álvaro Maia: *uma liderança política cabocla*. Manaus, Ed. Universidade do Amazonas, 1997.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Votos e partidos: almanaque de dados eleitorais, Brasil e outros países*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SANTOS, Roberto Ramos. *Estado Autoritário e processo eleitoral brasileiro (1974-1985)*. Textos e debates, 2012.

SCHARGEL, Sérgio. *Entrevista com Marialva Barbosa: uma discussão sobre jornalismo de sensações e a Era de ouro do jornalismo carioca*. Projeto História, São Paulo, v. 77, pp. 378-394, Mai.-Ago., 2023.

SILVA, Daizyenne *Santos da. Memórias, sociabilidades e resistências: o trabalho sexual feminino na cidade de Manaus nas décadas de 70 e 80 do século XX.* Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – UFAM, 2017.

SILVA, Fernanda Fernandes. *O Partido Comunista do Brasil (PCB) no Amazonas: da fundação do diretório estadual ao golpe civil-militar.* Revista Tempo Amazônico. V. 8, N°. 2, 2021

SILVA, Marilene Corrêa da. *Metamorfoses da Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

SILVA, Ricardo Lima da; RÉGIS, Alex Sander Pereira; MARINHO, Venâncio José Michiles. *O enigma da Esfinge: o pensamento político de Samuel Benchimol e Djalma Batista*. Revista Sem Aspas, Araraquara, v.8, n.1, p.30-44, jan./jun. 2019.

SILVA, M. A. *Caricata República*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVA, M. A. *Prazer e poder do amigo da onca*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SILVA, Marcos. *Rir das Ditaduras: os dentes de Henfil (1971-1980)*. São Paulo: Intermeios, USP – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2018.

SIMONSEN, Mario Henrique. *Palestras e conferências:* 1978, Rio de Janeiro IN RAMALHO, Valdir. Simonsen: pioneiro da Visão Inercial de Inflação. RBE. Rio de Janeiro. 2003.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A censura durante o regime autoritário*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. 1989.

SOUZA, Miriam Martins Vieira de. *Campeonato de futebol "Peladão indígena": um olhar sociocultural.* Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Dissertação. UFAM, 2017.

SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo.* São Paulo, Alfa-Omega, 1977.

SOUZA, Lademe Correia. *Arthur Reis, Afonso de Taunay, Câmara Cascudo e outros intelectuais brasileiros: uma viagem através das cartas*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH São Paulo, julho 2011.

SOUZA, Nilson Araújo. *A economia da Ditadura e da transição.* In: Ditadura: o que nos resta da transição / Milton Pinheiro. I. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

SOUZA, Leno Barata. *Cidade flutuante: uma Manaus sobre as águas.* Dossiê Cidade e Natureza, v.8, n. 2, 2016.

SOUZA, Leno Barata. *A grande enchente de 1953 no Estado do Amazonas: usos políticos e econômicos*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas Volume 15. 2023.

TORRES, Iraíldes Caldas. *Arquitetura do Poder: memória de Gilberto Mestrinho*. Segunda Edição. Alexa Cultural: São Paulo, SP; EDUA: Manaus, AM, 2022.

VELLOSO. Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Centro de Pesquisa e Documentação de história contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 1987.

WITTGEINSTEIN, Ludwig. *Cultura e valor.* Tradução de Jorge Mendes. Edições 70, Lisboa, 2000.

ANEXO 1 – PRODUÇOES DE 1975 E 1976[1012]

JANEIRO DE 1975

Data	ASSUNTO	TEMA
1	-	-
2	Costumes	O homem de 2 corações
3	Custo de vida	Poupe gasolina
4	Costumes	O homem de 2 corações
5	Costumes	O homem de 2 corações
6	Custo de vida	Telebrás
7	Custo de vida	Preço do taxi
8	Violência urbana	Roubo em postos
9	Custo de vida	Preços no final do ano
10	Trânsito	Hora do rush
11	Custo de vida	Comer peixe
12	Custo de vida	Juros nos bancos
13	Costumes	Homossexualidade
14	Custo de vida	Preço dos peixes
15	Trânsito	Multas
16	Custo de vida	Preço da carne
17	Custo de vida	Preço da água
18	-	-
19	Falta de estrutura	Esquadrão da limpeza
20	Trânsito	Acidentes de moto
21	Violência urbana	Conselho para assaltante
22	Violência Urbana	Assalto com estilo
23	Costumes	Uso de biquíni
24	Falta de estrutura	Praça do bairro da Glória
25	Falta de estrutura	Buracos
26	Violência urbana	Criminosos nas ruas
27	Falta de estrutura	Barulho da cidade
28	Futebol	Rio Negro
29	Custo de vida	Restaurantes
30	Trânsito	Multas
31	Violência urbana	Quadrilha

COSTUMES	2;4;5;13;23	5
TRÂNSITO	10; 15; 20; 30	4
CUSTO DE VIDA	3; 6; 7;9; 11;12; 14;16;17; 29	10
FUTEBOL	28	1
VIOLÊNCIA	8; 21; 22; 26; 31	5
FALTA DE ESTRUTURA	19; 24; 25; 27	4

[1012] Materiais coletados no acervo da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas. As partes em branco correspondem aos dias de folga ou falta de edição no acervo da BPEA.

FEVEREIRO DE 1975

Data	ASSUNTO	TEMA
1	Estrutura	Lá no meu bairro
2	Estrutura	Buracos
3	Violência	Assaltos em bairros
4	Carnaval	Brincar de fantasia
5	Carnaval	Escola de samba
6	Carnaval	Os dias de carnaval
7	Estrutura	Pressa do ônibus
8	Estrutura	Buracos
9	Trânsito	Atropelamentos
10	Trânsito	Bafômetro
11	Estrutura	Busca por farmácia
12	-	-
13	Carnaval	Que tal o carnaval
14	Estrutura	Buracos
15	Estrutura	Buracos
16	Estrutura	Buracos
17	Trânsito	Motoristas
18	Violência	Seo guarda
19	Violência	Zeferino
20	Costumes	Bar do Carmona
21	Trânsito	Detran
22	Estrutura	Fusquinha
23	-	-
24	Costumes	Comerciais
25	Custo de vida	Comer peixe
26	Violência	Plano da polícia
27	Trânsito	Vestibular é como trânsito
28	Futebol	Time pequeno
29	-	-
30	-	-
31	-	-

COSTUMES	20;24	4
TRÂNSITO	9;10;17;21;27	5
CUSTO DE VIDA	25	1
FUTEBOL	28	1
VIOLÊNCIA	3;18;19;26	4
FALTA DE ESTRUTURA	1;2;7;8;11;14;15;16;22	9
CARNAVAL	4;5;6;13	4

MARÇO DE 1975

Data	ASSUNTO	TEMA
1	Estrutura	Buracos
2	Estrutura e Costumes	Buracos e Tanga
3	Estrutura	Abrigo para chuva
4	Custo de vida	Repartir o pão
5	Futebol	Os juízes
6	Estrutura	Temporal
7	Custo de vida	Corpo estranho
8	Futebol	Futebol local
9	Estrutura	Buracos
10	Trânsito	Multas
11	Violência	Tenente
12	-	-
13	Trânsito	Motorista
14	Futebol	Juiz
15	Estrutura	Chuva
16	Trânsito	Miranda no carro
17	-	-
18	-	-
19	Estrutura	SUNAB
20	Trânsito	Carta de motorista
21	Estrutura	Buracos
22	Custo de vida	Loteca
23	Custo de vida	Jazidas de fosfato
24	Costumes	Sujeito pequeno
25	Custo de vida	Imposto de renda
26	Estrutura	Telefone sem linha
27	Futebol	O galo
28	Trânsito	Mundo selvagem
29	Violência	Assaltos
30	Estrutura	Os culpados
31	-	-

COSTUMES	24	1
TRÂNSITO	10;13;16;20;28	5
CUSTO DE VIDA	4;7;22;23;25	5
FUTEBOL	5;8;14;27	4
VIOLÊNCIA	11;29	2
FALTA DE ESTRUTURA	1;2;3;6;9;15;19;21;26;30	9

ABRIL DE 1975

Data	ASSUNTO	TEMA
1	Custo de vida	Gastão e o bife
2	Estrutura	Camelôs
3	Trânsito	Educação no trânsito
4	Custo de vida	Gasolina
5	Estrutura	INPS
6	Costumes	Semana do Índio
7	Custo de vida	Do jeito que os automóveis
8	Violência	Tchau marido
9	Futebol	Lei do atleta
10	Estrutura	Médicos
11	Futebol	Defesa do sulão
12	Estrutura	Em Portugal
13	Violência	Polícia rodoviária
14	Custo de vida	Comer peixe
15	Estrutura	Buraco de rua
16	Violência	Se os bandidos
17	Costumes	Mulher feia no volante
18	Violência	Frentista
19	Estrutura	Telemarketing
20	Violência	Onda de violência
21	Violência	Policiamento
22	Costumes	Cara pálida
23	Custo de vida	Preço dos automóveis
24	Violência	Bandido que puxa
25	Estrutura	Vão cortar a luz
26	Trânsito	Multas de carro
27	Estrutura	Tempo é dinheiro
28	Violência	Topar com assaltante
29	Estrutura	Parada de ônibus
30	Custo de vida	Artigos supérfluos
31	-	-

COSTUMES	6;17;22	3
TRÂNSITO	3;26	2
CUSTO DE VIDA	1;4;7;14;23;30	6
FUTEBOL	9;11	2
VIOLÊNCIA	8;13;16;18;20;21;24;28	8
FALTA DE ESTRUTURA	2;5;10;12;15;19;25;27;29	9

MAIO DE 1975

Data	ASSUNTO	TEMA
1	Trânsito	Garotões
2	Costumes	Pessoa física
3	Estrutura	Vacinação
4	Trânsito	Guincho
5	-	-
6	Futebol	Campeonato
7	Costumes	Mão de obra feminina
8	-	-
9	Violência	Arrastão
10	Trânsito	Detran
11	Futebol	Técnico
12	Violência	Menor
13	Estrutura	Avenida
14	Estrutura	Praça da Glória
15	Estrutura	Buracos na Constantino
16	Costumes	Divórcio
17	Custo de vida	Corte de luz
18	Custo de vida	Corte de luz
19	Estrutura	INPS
20	Estrutura	INPS
21	Custo de vida	Imposto de renda
22	Estrutura	Vacinação
23	Estrutura	Vacinação
24	Custo de vida	Carne de cavalo
25	-	-
26	Estrutura	Vacinação
27	Violência	Condenados
28	Violência	Blitz
29	Violência	Presos
30	Estrutura	Apêndice
31	-	-

COSTUMES	2;7;16	3
TRÂNSITO	1;4;10	3
CUSTO DE VIDA	17;18;21;24	4
FUTEBOL	6;11	2
VIOLÊNCIA	9;12;27;28;29	5
FALTA DE ESTRUTURA	3;13;14;15;10;20;22;23;26;30	10

JUNHO DE 1975

Data	ASSUNTO	TEMA
1	-	-
2	Trânsito	Trânsito violento
3	Trânsito	Detran
4	Estrutura	Meningite
5	Estrutura	Bairros
6	Custo de vida	Taxi
7	-	-
8	Trânsito	Trânsito nos bairros
9	Violência	Menor de idade
10	-	-
11	Futebol	Times
12	Custo de vida	Gasolina
13	Violência	Subdelegado
14	Costumes	TV
15	Estrutura	Vacina
16	Trânsito	Detran
17	Custo de vida	Conta de luz
18	Custo de vida	Ponto de ônibus
19	Custo de vida	Motorista de ônibus
20	Custo de vida	Tabela da carne
21	Violência	Subúrbios
22	Costumes	Senhoras com ódio
23	Violência	Subdelegado
24	Custo de vida	Troco do ônibus
25	Estrutura	Meningite
26	-	-
27	Custo de vida	Taxi
28	Custo de vida	Taxi
29	Costumes	Televisão
30	Trânsito	Trânsito e assassinato
31	-	-

COSTUMES	14;22;29	3
TRÂNSITO	2;3;8;16;30	5
CUSTO DE VIDA	6;12;17;18;19;20;24;27;28	9
FUTEBOL	11	1
VIOLÊNCIA	9;13;21;23	4
FALTA DE ESTRUTURA	4;5;15;25	4

JULHO DE 1975

Data	ASSUNTO	TEMA
1	--	-
2	Trânsito	Taxi
3	Estrutura	Vacinação
4	Trânsito	Trânsito
5	Trânsito	Ônibus
6	Trânsito	Detran
7	Estrutura	Vacinação
8	Violência	Jovem armado
9	Estrutura	Vacinação
10	Costumes	Emerson Fitipalti
11	Futebol	Chama o técnico
12	Custo de vida	Dietistas
13	Estrutura	Buracos
14	Costumes	Divórcio
15	Estrutura	Congresso
16	Violência	Menino pede socorro
17	-	-
18	Costumes	Mexa-se
19	Trânsito	Ônibus
20	Costumes	Zé hálito
21	Trânsito	Detran
22	Custo de vida	Ovos
23	Estrutura	Universidade
24	Violência	Gíria policial
25	Violência	Chofer
26	Trânsito	Ônibus
27	Estrutura	COSAMA
28	Violência	Delegado
29	Trânsito	Alterações no trânsito
30	Violência	Denúncia
31	Custo de vida	O médico

COSTUMES	10;14;18;20	4
TRÂNSITO	2;4;5;6;19;21;26;29	8
CUSTO DE VIDA	12;22;31	3
FUTEBOL	11	1
VIOLÊNCIA	8;16;24;25;28;30	6
FALTA DE ESTRUTURA	3;7;9;13;15;23;27	7

AGOSTO DE 1975

Data	ASSUNTO	TEMA
1	Custo de vida	Produtores de leite
2	Trânsito	Taxi
3	Trânsito	Trânsito
4	Trânsito	Trânsito
5	Trânsito	Taxi
6	Custo de vida	Inflação
7	Estrutura	SUNAB
8	Futebol	Rio Negro
9	Estrutura	INPS
10	-	-
11	Trânsito	Acidentes
12	Futebol	Nacional
13	Futebol	Nacional
14	Futebol	Nacional
15	Trânsito	Detran
16	Trânsito	Detran
17	Custo de vida	Imposto de renda
18	Trânsito	Motorista
19	Trânsito	Detran
20	Trânsito	Detran
21	Trânsito	Taxi
22	-	-
23	-	-
24	-	-
25	Trânsito	Pegar taxi
26	Estrutura	Praça da saudade
27	Violência	Regime penitenciário
28	Trânsito	Detran
29	Costumes	Desenhos de televisão
30	Política	Vereador MDB
31	Violência	Condenados

COSTUMES	29	1
TRÂNSITO	2;3;4;5;11;15;16;18;19;20;21;25;28	13
CUSTO DE VIDA	1;6;17	3
FUTEBOL	8;12;13;14	4
VIOLÊNCIA	27;31	2
FALTA DE ESTRUTURA	7;9;26	3
POLÍTICA	30	1

SETEMBRO DE 1975

Data	ASSUNTO	TEMA
1	Violência	Polícia Rodoviária
2	Custo de vida	Macaco
3	Trânsito	Carros
4	Custo de vida	Leite
5	Costumes	Filme sem propaganda
6	Trânsito	Trânsito
7	Custo de vida	Carne
8	Violência	Meninos assaltantes
9	Estrutura	Casa popular
10	Violência	Assalto a taxi
11	Violência	Detentos
12	Trânsito	Trânsito
13	Violência	Polícia
14	Custo de vida	Carne
15	Estrutura	DRE-AM
16	Custo de vida	Os ratos
17	Futebol	Campeonato
18	Estrutura	Posto de saúde
19	Futebol	Piola
20	Futebol	Piola
21	Política	Oposição
22	Estrutura	CEM
23	Futebol	Piola
24	Futebol	Piola
25	Futebol	Rivelino
26	Violência	Bandido mordedor
27	Violência	Mulatos
28	Estrutura	IPLAM
29	Violência	Violência
30	Violência	Delegado
31	-	-

COSTUMES	1	1
TRÂNSITO	3;6;12	3
CUSTO DE VIDA	2;4;7;14;16	5
FUTEBOL	17;19;20;23;24;25	6
VIOLÊNCIA	1;8;10;11;13;26;27;29;30	9
FALTA DE ESTRUTURA	9;15;18;22;28	5
POLÍTICA	21	1

OUTUBRO DE 1975

Data	ASSUNTO	TEMA
1	-	-
2	Violência	Assalto
3	Custo de vida	Economizar gasolina
4	Violência	Assalto a taxi
5	Violência	Mulatos
6	Estrutura	COSAMA
7	Violência	Assalto de taxi
8	Violência	Mulatos
9	Violência	Mulatos
10	Violência	Mulatos
11	Estrutura	SUFRAMA e SUNAB
12	Costumes	Borboleta ararate
13	Futebol	Nacional
14	Custo de vida	Cafezinho
15	Trânsito	Detran
16	Futebol	Rio Negro
17	-	-
18	-	-
19	-	-
20	Violência	Assalto
21	Trânsito	Motorista
22	Trânsito	Detran
23	Violência	Reparo nas sepulturas
24	Futebol	Zagallo
25	-	-
26	-	-
27	Violência	Universidade do terror
28	Custo de vida	Carne congelada
29	Costumes	Temporada das tangas
30	Estrutura	Iluminação da cidade
31	Costumes	Papai Noel

COSTUMES	12;29;31	3
TRÂNSITO	15;21;22	3
CUSTO DE VIDA	3;14;28	3
FUTEBOL	13;16;24	3
VIOLÊNCIA	2;4;5;7;8;9;10;20;23;27	10
FALTA DE ESTRUTURA	6;11;30	3

NOVEMBRO DE 1975

Data	ASSUNTO	TEMA
1	-	-
2	Trânsito	Trânsito
3	-	-
4	Política	Deputado e a saúde
5	Política	Deputado e a saúde
6	Estrutura	Bairro do São Raimundo
7	Custo de vida	Má alimentação
8	Violência	Advogados nus
9	Custo de vida	Alimentação má
10	Custo de vida	Produtores de leite
11	Custo de vida	Alcool e gasolina
12	Custo de vida	Banco
13	Custo de vida	Alcool
14	Estrutura	Poluição
15	Estrutura	Detran
16	Política	Wilson Santos
17	Futebol	Nacional
18	Política	MDB X ARENA
19	Política	MDB X ARENA
20	Violência	Bombas francesas
21	Trânsito	Carro
22	Costumes	Borboleta Ararate
23	-	-
24	-	-
25	Costumes	O programa
26	Futebol	Nacional
27	Política	Suborno
28	Trânsito	Onibus
29	Violência	Quadrilha
30	Custo de vida	Geraldo
31	-	-

COSTUMES	22;25	2
TRÂNSITO	2;21;28	3
CUSTO DE VIDA	7;9;10;11;12;13;30	7
FUTEBOL	17;26	2
VIOLÊNCIA	8;20;29	3
FALTA DE ESTRUTURA	6;14;15	3
POLÍTICA	4;5;16;18;19;27	6

DEZEMBRO DE 1975

Data	ASSUNTO	TEMA
1	Costumes	Borboleta ararate
2	Trânsito	Detran
3	Costumes	Borboleta ararate
4	Futebol	Leão
5	Futebol	Futebol
6	Custo de vida	Preço da carne
7	Futebol	Nacional
8	-	-
9	Custo de vida	Fusca de Árabe
10	Violência	Nas ruas
11	Trânsito	Itinerário
12	Custo de vida	Carne
13	Costumes	Papai Noel
14	Custo de vida	Troco de ônibus
15	Custo de vida	Carne
16	Trânsito	Trânsito
17	Trânsito	Detran
18	Violência	Bons vizinhos
19	Estrutura	Operação
20	Custo de vida	75 foi fácil?
21	Futebol	Clubes
22	Trânsito	Itinerário de ônibus
23	Costumes	Balança
24	Costumes	Balança
25	Custo de vida	Papai Noel
26	Custo de vida	Papai Noel
27	Custo de vida	Papai Noel
28	Custo de vida	Passagem de ônibus
29	Costumes	Troféu imprensa
30	Violência	Bom vizinho
31	Costumes + Política	Bem-vindo + Política

COSTUMES	1;3;13;23;24;29	6
TRÂNSITO	2;11;16;17;22	5
CUSTO DE VIDA	6;9;12;14;15;20;25;26;27;28	10
FUTEBOL	4;5;7;21	4
VIOLÊNCIA	10;18;30	3
FALTA DE ESTRUTURA	1	1
POLÍTICA	1	1

JANEIRO DE 1976

Data	ASSUNTO	TEMA
1		
2	Custo de vida	Pronto socorro/Ironia com fome
3	Trânsito	Trânsito/Violência
4	Trânsito	Detran/Violência
5	Trânsito	Detran/Violência
6	Trânsito	Transporte público/Sujeira
7	Violência	Taxi/Polícia
8	Custo de vida	Salário-Mínimo
9	Custo de vida	Greve/Alimentos
10	Violência	Ladrões/Violência urbana
11	Futebol	Futebol/Sulamérica
12		
13	Violência	Repetição Taxi/Polícia
14	Carnaval	Carnaval/Rei momo
15	Violência	Violência nas praças
16	Futebol	Prefeito/futebol
17	Custo de vida	Preço do pão/Inflação
18	Carnaval	Escola de samba/Tanga
19	Carnaval	Rei momo/Carnaval
20	Carnaval	Carnaval/Blocos
21	Trânsito	Trânsito/Perigos
22	Carnaval	CIATRAN/Carnaval
23	Custo de vida	Facada dos preços em restaurantes
24	Carnaval	Rei momo
25	Violência	Crimes urbanos
26	Carnaval	Carnaval
27	Estrutura	Médicos/Caligrafia
28	Trânsito	Detran/Diabo
29	Trânsito	Jaleco/Detran/Taxi
30	Custo de vida	Carne
31		

COSTUMES		
TRÂNSITO	3;4;5;6;21;28;29	7
CUSTO DE VIDA	2;8;9;17;23;30	6
FUTEBOL	11;16	2
VIOLÊNCIA	7;10;13;15;25	5
FALTA DE ESTRUTURA	27	1
CARNAVAL	14;18;19;20;22;24;26	7

FEVEREIRO DE 1976

Data	ASSUNTO	TEMA
1	Trânsito	DETRAN
2	Estrutura	Casas populares
3	Costumes	Hippies
4	Trânsito	DETRAN
5	Custo de vida	Carrinho de comida
6	Costumes	Televisão, criança
7	Custo de vida	Televisão, café
8	Custo de vida	Café, Carrinho
9	Custo de vida	Açougue
10	Custo de vida	Preço do café
11	Custo de vida	Escondendo Café
12	Costumes	Carnaval
13	Custo de vida	Abastecimento
14	Custo de vida	Preço da carne
15	Estrutura	Inundação, chuva
16	Trânsito	DETRAN (Repetiu)
17	Trãnsito	DETRAN, faturamento
18	Costumes	Rei momo
19	Custo de vida	Refeições
20	Trânsito	DETRAN, Trânsito (Repetido)
21	Custo de vida	Crise dos alimentos
22	Costumes	Carnaval; Carne
23	Violência	Crimes, menoridade
24	Estrutura	Problemas nas estradas
25	Futebol	Juiz do Galo preto
26	Costumes	Carnaval/Assaltos
27	Violência	Polícia; documentos; assalto
28	Costumes	Blocos de carnaval
29	Costumes	Carnaval Calderaro
30	-	-
31	-	-

COSTUMES	3;6;12;18;22;26;29	8
TRÂNSITO	1;4;16;17;20	5
CUSTO DE VIDA	5;7;8;9;10;11;13;14;19;21	10
FUTEBOL	25	1
VIOLÊNCIA	23;27	2
FALTA DE ESTRUTURA	2;15;24	3

MARÇO DE 1976

Data	ASSUNTO	TEMA
1	Trânsito	DETRAN, Diabo
2	Costumes	Carnaval; Machetão
3	-	-
4	Costumes	Resultado do carnaval
5	Costumes	Carnaval e ironia do “dar meus pulos”
6	Custo de vida	Salário-mínimo
7	Trânsito	DETRAN
8	Estrutura	Chuva
9	Trânsito	Guarda DETRAN
10	Estrutura	Chuva, enchente, trânsito
11	Política	**Domingos Sávio (Charge política)**
12	Custo de vida	Fome, transporte público
13	Política	**Briga na câmara (Charge política)**
14	Política	**Dutra e briga (Charge política)**
15	Futebol	Maneca e Procópio
16	Trânsito	DETRAN
17	Costumes	Tanga
18	Política	**Watergate municipal (Charge política) + capa Cochicho**
19	Estrutura	Frigomassa
20	Trânsito	Trânsito
21	Política	**Caso Watergate (Charge política)**
22	Custo de vida	22 – Preço da carne
23	Estrutura	23 – Gripe
24	Política	**Câmara e Fábio Lucena (Charge política)**
25	Política	**Escândalo na câmara (Charge política)**
26	Política	**Comissão de inquérito (Charge política)**
27	Política	**Estragando a festa para o presidente (Charge política)**
28	Trânsito	Trânsito
29	Política	**Rui Queiroz caso (charge política)**
30	Política	Abafando o caso (Charge política)
31	Custo de vida	Custo de vida

COSTUMES	1;4;5;17	4
TRÂNSITO	1;7;9;16;20;28	6
CUSTO DE VIDA	6;12;22;31	4
FUTEBOL	1	1
VIOLÊNCIA	-	-
FALTA DE ESTRUTURA	8;10;19;23	4
POLÍTICA	11;13;14;18;21;24;25;26;27;29;30	11

ABRIL DE 1976

Data	ASSUNTO	TEMA
1	Custo de vida	Alimentação ruim
2	Estrutura	Dia do escoteiro
3	Trânsito	Reino selvagem
4		-
5	Política	**MDB e os cabelos da ARENA (Charge política)**
6	Costumes	Tanga
7	Estrutura	Alagamentos da cidade
8	Estrutura	Alagamentos da cidade (2)
9	Trânsito	DETRAN e alagamentos
10	Violência	Ladrão internacional
11	Violência	Bandidos internacionais
12	Violência	Bandido internacional (repetiu a charge)
13	Estrutura	Alagamento com remos
14	Estrutura	Centro, lugar para estacionar
15	Estrutura	Bairro; lixo
16	Custo de vida	Peixe e semana santa
17	Trânsito	Trânsito; infernal
18		–
19	Estrutura	Gripe; virose
20	Custo de vida	Crise do preço do café
21	Costumes	Programação de TV
22	Costumes	Fantasia, Limongi
23	Costumes	Patrícias bar
24	Política	**Viva a Ruy Araújo (Charge política)**
25	Custo de vida	Postos de gasolina
26	Estrutura	Casas populares
27	Violência	Bombas francesas
28	Custo de vida	Salário mínimo
29	Trânsito	Taxi
30	Política	**Câmara municipal (Charge política)**
31	-	-

COSTUMES	6;21;22;23	4
TRÂNSITO	3;9;17;29	4
CUSTO DE VIDA	1;16;20;25;28	5
FUTEBOL		
VIOLÊNCIA	10;11;12;27	4
FALTA DE ESTRUTURA	2;7;8;13;14;15;19;26	8
POLÍTCA	5;24;30	3

MAIO DE 1976

Data	ASSUNTO	TEMA
1	Custo de vida	Salário-mínimo
2	-	–
3	Estrutura	Poluição
4	Estrutura	Chuva
5	Estrutura	Ônibus precário
6	Trânsito	Trânsito
7	Trânsito	Trânsito
8	Costumes	Televisão
9	-	–
10	Trânsito	Trânsito
11	Trânsito	Trânsito
12	Trânsito	Trânsito
13	Custo de vida	Preço do feijão
14	Futebol	Futebol
15	Costume	Tanga
16	-	–
17	Trânsito	Trânsito
18	Trânsito	Trânsito
19	Trânsito	Trânsito
20	Estrutura	Incêndio
21	Estrutura	Gripe
22	Trânsito	Taxi
23	Trânsito	Trânsito
24	Costumes	Jardim dos namorados
25	Trânsito	Diretor dos sindicatos de taxi
26	Futebol	Mergulhadores do rio negro
27	Trânsito	Taxi
28	Futebol	Futebol
29	Costumes	Família
30	Costumes	Ponta negra
31	Custo de vida	Mendicância

COSTUMES	8;15;24;29;30	5
TRÂNSITO	6;7;10;11;12;17;18;19;22;23;25;27	12
CUSTO DE VIDA	1;13;31	3
FUTEBOL	14;26;28	3
VIOLÊNCIA	-	-
FALTA DE ESTRUTURA	3;4;5;20;21	5

JUNHO DE 1976

Data	ASSUNTO	TEMA
1	Futebol	Cartões e pontos
2	Estrutura	Enchente
3	Estrutura	Submarinos
4	Estrutura	CEM correndo da chuva
5	Custo de vida	Açougue
6	Custo de vida	Fome
7	Trânsito	Trânsito
8	Custo de vida	Crise econômica
9	-	-
10	Violência	Violência urbana
11	Custo de vida	Café, preço
12	Estrutura	SEMED
13	-	–
14	Custo de vida	Fumo, bebidas
15	Costumes	Males do fumo; conferencia
16	Estrutura	IEA Professor pede licença
17	Estrutura	SEDUC
18	Trânsito	Taxi
19	Futebol	Futebol
20	-	–
21	Estrutura	60 milhões para a nova Manaus (SUDAM)
22	Política	Charge Mario Adolfo Eleições
23	Estrutura	SUNAB
24	Estrutura	DETRAN
25	Costumes	Ponta negra – Jardim dos namorados
26	Custo de vida	Gasolina cara
27	Custo de vida	Economia; custo de vida
28	-	–
29	Estrutura	Prefeito na Glória
30	Trânsito	Taxi
31	Trânsito	Detran e bafômetro

COSTUMES	15;25	2
TRÂNSITO	7;18;30;31	5
CUSTO DE VIDA	5;6;8;11;14;26;27	7
FUTEBOL	19	1
VIOLÊNCIA	10	1
FALTA DE ESTRUTURA	2;3;4;12;16;17;21;23;24;29	10

JULHO DE 1976

Data	ASSUNTO	TEMA
1	Custo de vida	Alimentação
2	Futebol	Seleção
3	Violência	Briga de bar
4	Costumes	TV
5	Estrutura	SUNAB
6	Trânsito	Taxi
7	Trânsito	Trânsito
8	Estrutura	Milagre são Pedro
9	Política	**Pavão misterioso (Charge política)**
10	Costumes	Tanga
11	-	–
12	Futebol	Futebol, sula américa
13	Trânsito	DETRAN, multa
14	Trânsito	DETRAN
15	Estrutura	Contradições do turista
16	Estrutura	Belmiro
17	Estrutura	Zona Franca
18		-
19	Estrutura	SESAU
20	Estrutura	Poluição urbana
21	Trânsito	Álcool e bafômetro
22	-	–
23	Custo de vida	Açougue
24	Costume	TV
25	-	25
26	Costumes	Miranda e Calderaro
27	Custo de vida	Mulher do açougueiro
28	Costumes	URI GELLER
29	Custo de vida	Açougue
30	Custo de vida	Calma filha
31	Estrutura	Frigomassa

COSTUMES	4;10;24;26;28	5
TRÂNSITO	6;7;13;14;21	5
CUSTO DE VIDA	1;23;27;29;30	5
FUTEBOL	2;12	2
VIOLÊNCIA	3	1
FALTA DE ESTRUTURA	5;8;15;16;17;19;20;31	8
POLÍTICA	1	1

AGOSTO DE 1975

Data	ASSUNTO	TEMA
1		–
2	Custo de vida	Carne
3	Estrutura	SHAM
4	Violência	Cinema e bandidagem
5	Estrutura	Posto de gasolina
6	Custo de vida	Açougue
7	Custo de vida	Corrida de taxi
8		-
9	Custo de vida	Quilo da carne
10	Custo de vida	Gasolina
11	Estrutura	Operação Ajuricaba
12	Futebol	Jogo de domingo
13	Costumes	Programação de TV
14	Trânsito	Trânsito. Bateu, correu, morreu
15	Trânsito	Trânsito
16		–
17	Futebol	Campeonato
18	Estrutura	Transporte
19	Estrutura	Aeroporto
20	Costumes	Mulher, me sirva o jantar
21	-	-
22	-	-
23	-	-
24	-	-
25	Estrutura	Frigomassa
26	Violência	Investigação
27	Futebol	Técnico do Arizona
28	Política	**Escândalo na câmara (Charge política)**
29	Política	**MDB resmungando (Charge política)**
30	Estrutura	Piadas sobre trabalho
31	Futebol	Futebol

COSTUMES	13;20	2
TRÂNSITO	14;15	2
CUSTO DE VIDA	2;6;7;9;10	5
FUTEBOL	12;17;27;31	4
VIOLÊNCIA	4;26	2
FALTA DE ESTRUTURA	3;5;11;18;19;25;30	7
POLÍTICA	28;29	2

SETEMBRO DE 1976

Data	ASSUNTO	TEMA
1	Política	**Ironia Candidatos (Charge política)**
2	Política	**Troca de voto (Charge política)**
3	Futebol	Futebol
4	Política	**Responda em quem vai votar (Charge política)**
5	Estrutura	Casas SHAM
6	Trânsito	Trânsito
7	Política	**Candidatos (Charge política)**
8	-	-
9	Costumes	Borboleta ararate
10	Estrutura	Água na Gloria
11	Trânsito	Preço do taxi
12	-	–
13	Costumes	Prisão de ventre
14	Futebol	Rio negro; futebol
15	Política	**Vote no MDB (Charge política)**
16	Costumes	Censura da gíria
17	Costumes	Adolescentes e jovens
18	Estrutura	Andrade Gutierrez (Construtoras)
19	Custo de vida	Alimentos
20	-	–
21	Custo de vida	Demora do garçom
22	Estrutura	Borboleta ararate
23	Estrutura	Fiscalização SUNAB
24	Costumes	Borboleta ararate
25	Trânsito	Trânsito
26		–
27	Custo de vida	Fome
28	Política	**Candidato que promete e não cumpre (Charge política)**
29	Trânsito	Trânsito
30	Estrutura	Saúde pública
31	-	-

COSTUMES	9;13;16;17;24	5
TRÂNSITO	6;11;25;29	4
CUSTO DE VIDA	19;21;27	3
FUTEBOL	3;14	2
VIOLÊNCIA		
FALTA DE ESTRUTURA	5;10;18;22;23;30	6
POLÍTICA	1;2;4;7;15;28	6

OUTUBRO DE 1976

Data	ASSUNTO	TEMA
1	Trânsito	Trânsito; acidente
2	Violência	Ladrões
3	Custo de vida	Gasolina
4	Custo de vida	Fome
5	Custo de vida	Preço da carne
6	Política	**Vote em (Charge política)**
7	Política	**Reaja (Charge política)**
8	Costumes	Atendimento
9	Custo de vida	Inflação
10	Custo de vida	Carne
11	Custo de vida	Preço da carne
12	Custo de vida	Preço da carne (repetido)
13	Trânsito	Trânsito
14	Política	**Votos (Charge política)**
15	Estrutura	Penitenciárias
16	-	-
17	-	-
18	-	-
19	-	-
20	Custo de vida	Combate inflação
21	-	-
22	Estrutura	Falta de água
23	Estrutura	Farmácia
24	Custo de vida	Carne cara
25	Custo de vida	Loteria
26	Estrutura	Frigomassa
27	Trânsito	Excesso de velocidade
28	Política	**Assembleia (Charge política)**
29	Costumes	Calor
30	Custo de vida	Preços do limão
31	-	–

COSTUMES	8;29	2
TRÂNSITO	1;13;27	3
CUSTO DE VIDA	2;4;5;9;10;11;12	7
FUTEBOL	-	-
VIOLÊNCIA	-	-
FALTA DE ESTRUTURA	15;22;23;26	4
POLÍTICA	6;7;14;28	4

NOVEMBRO DE 1975

Data	ASSUNTO	TEMA
1	Política	Prefeito Teixeirão
2	Estrutura	Telamazon
3	Estrutura	Troco
4	Custo de vida	Amélia, o lixo e a fome
5	Custo de vida	Pobre sempre toma o mesmo remédio
6	Política	**Vossa excelência é um assassino (Charge política)**
7	-	–
8	Violência	Pivetes
9	Trânsito	Trânsito
10	Estrutura	Seo gerente
11	Política	**MDB (Charge política)**
12	Política	**ARENA (Charge política)**
13	Política	**ARENA (Charge política)**
14	Estrutura	SUNAB
15		–
16	Política	**Será que votamos direito? (Charge política)**
17	-	–
18	Estrutura	Incentivos fiscais
19	Trânsito	Trânsito
20		–
21	Política	**Candidato e petróleo (Charge política)**
22	Custo de vida	Gasolina
23	Custo de vida	Cerveja
24	Custo de vida	Remédios
25	Custo de vida	Inflação de alimentos
26	Estrutura	SUNAB
27	Costumes	Televisão
28	-	-
29	Custo de vida	Preço da carne
30	Futebol	Futebol
31	-	-

COSTUMES	27	1
TRÂNSITO	9;19	2
CUSTO DE VIDA	4;5;22;23;24;25;29	7
FUTEBOL	30	1
VIOLÊNCIA	8	1
FALTA DE ESTRUTURA	2;3;10;14;18;26	6
POLÍTICA	1;6;11;12;13;16	6

DEZEMBRO DE 1975

Data	ASSUNTO	TEMA
1	-	–
2	Custo de vida	Gasolina
3	Estrutura	COSAMA
4	Custo de vida	Sem comida par o lixo
5	-	-
6	Estrutura	SHAM
7	-	-
8	Costumes	Telenovela
9	Futebol	Corinthians
10	Trânsito	Trânsito
11	Custo de vida	Alimentos
12	Futebol	Futebol
13	Político	**Sorriso do candidato (Charge política)**
14	Costumes	Seo roldão
15	Trânsito	Trânsito
16	Costumes	Papai Noel
17	Violência	Assalto Papai Noel
18	Trânsito	DETRAN
19	Estrutura	Marta e a luz
20	Costumes	Borboleta ararate
21	Costumes	Papai Noel
22	Trânsito	Trânsito e Telamazon
23	Custo de vida	Papai Noel e gasolina
24	Trânsito	Taxi
25	Política	**Feliz natal (Dando votos políticos)**
26	-	-
27	Costumes	Papai Noel
28	Violência	Taxi e assaltante
29	Custo de vida	Preços e mordomia
30	Estrutura	Obras
31	Estrutura	Corrida obras

COSTUMES	8;14;16;20;21;27	6
TRÂNSITO	10;15;18;22;24	5
CUSTO DE VIDA	2;4;11;23;29	5
FUTEBOL	9;12	2
VIOLÊNCIA	17;28	2
FALTA DE ESTRUTURA	3;6;19;30;31	5
POLÍTICA	13;25	2

ANEXO 2 - RESULTADOS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1976[1013]

Fonte: *Jornal do Commercio*, 25 de novembro de 1976. P. 05. **Candidatos eleitos no pleito municipal de 1976 em Manaus, Amazonas**			
ARENA		MDB	
Josué Cláudio de Souza Filho	15.834	Fabio Lucena	10.385
Raimundo do Vale Sena	2.968	Francisco Guedes de Queiroz	5.854
Waldir Gonçalves Barros	2.637	Beth Azize	4.926
José Maria Monteiro	2.579	Vitório Henriques Cestaro	2.211
Vinicius Monteconrado Gomes	2.541	Otalina Loureiro Aleixo	1.830
Huascar João de L. Angelim	2.194	Messias da Silva Sampaio	1.814
Walter Miranda de Freitas	2.175	Samuel Peixoto da Silva	1.789
Miguel Santana Neto	2.076	Ruy Adriano Jorge	1.532
Salomão Abtibol Filho	1.976	Armando de Oliveira Freitas	1.515
Praxiteles Antony	1.842	Clementino Rodrigues da Silva	1.257
Jair Moreira Cavalcante	1.830		

[1013] Jornal do Commercio, 25 de novembro de 1976. P. 05.